

METRÓPOLES:
TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

MARINGÁ:

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA

Ana Lúcia Rodrigues
(editora)



Observatório
das Metrópoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRACAPITAL

Copyright © Ana Lúcia Rodrigues (Editora) 2015

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Flávia de Sousa Araújo
Foto: Heitor Marcon

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Mário Donadon Leal
Cristine Palma Zochio

REVISÃO GRÁFICA Wesley Ferreira de Souza
Wesley Oliveira Furriel
Israel Araújo
Jair Mega Júnior

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M289

Maringá: transformações na ordem urbana [recurso eletrônico] / organização Ana Lúcia Rodrigues ; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.

recurso digital (Estudos comparativos)

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-354-0 (recurso eletrônico)

1. Maringá (PR) - História. 2. Urbanização - Brasil - História. 3. Planejamento urbano. 4. Política urbana. 5. Livros eletrônicos. I. Rodrigues, Ana Lúcia. II. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. III. Série.

15-21342

CDD: 307.76

CDU: 316.334.56

26/03/2015 31/03/2015

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

*O conteúdo deste livro
passou pela supervisão e avaliação de um
Comitê Gestor e Editorial
formado pelos seguintes pesquisadores:*

Comitê Gestor

Ana Lúcia Rodrigues
Luciana Côrrea do Lago
Luciana Teixeira de Andrade
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Maria do Livramento M. Clementino
Olga Firkowski
Orlando Alves dos Santos Júnior
Rosetta Mammarella
Sergio de Azevedo
Suzana Pasternak

Comitê Editorial

Adauto Lúcio Cardoso
André Ricardo Salata
Érica Tavares
Juciano Martins Rodrigues
Marcelo Gomes Ribeiro
Mariane Campelo Koslinski
Marley Deschamps
Nelson Rojas de Carvalho
Ricardo Antunes Dantas de Oliveira
Rosa Maria Ribeiro da Silva
Rosa Moura



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional



Sumário

Apresentação.....	13
Introdução	
Ana Lúcia Rodrigues, Paulo Roberto de Souza	17
PARTE I: Dinâmicas de metropolização: inserção na rede urbana, população e economia	57
Capítulo 1 A Região Metropolitana de Maringá na rede urbana brasileira e sua configuração interna	
Ana Lúcia Rodrigues, Amália Maria Goldberg Godoy, Wesley Ferreira de Souza	59
Capítulo 2 Dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Maringá	
Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra, Wesley Oliveira Furriel	87
Capítulo 3 Estrutura econômico-produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Maringá: período 2000 e 2010	
Amália Maria Goldberg Godoy, Luci Nychai	115
PARTE II: Dimensão socioespacial da integração/exclusão na Região Metropolitana de Maringá	145
Capítulo 4 Estrutura e organização social do território da Região Metropolitana de Maringá	
Ana Lúcia Rodrigues, Cledina Regina Lonardon Accorsi, Paulo Roberto de Souza	147
Capítulo 5 Dinâmicas demográficas na Região Metropolitana de Maringá: mobilidade espacial e migração	
Sueli de Castro Gomes	185
Capítulo 6 Desigualdades educacionais e território na Região Metropolitana de Maringá	
Ana Carolina Torrente Pereira, Luiz Donadon Leal, Cristine Palma Zochio	207
Capítulo 7 Organização social do território e desigualdades sociais: oportunidades do mercado de trabalho	
Paulo Roberto de Souza, Cledina Regina Lonardon Acorsi	234

Capítulo 8	A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu	
	Beatriz Fleury e Silva, Ricardo Dias Silva	268
Capítulo 9	Organização social do território e mobilidade urbana em maringá	
	Elise Savi, Fabíola Castelo de Souza Cordovil	307
Capítulo 10	Condições de vida urbana no território metropolitano da Região de Maringá: uma análise do Ibeu	
	Helena Maria Ramos dos Santos, Lucília Amaral Fontanari, Mario Donadon Leal	334
Capítulo 11	O Ibeu na Região Metropolitana de Maringá - uma análise da arborização e da vulnerabilidade socioambiental no marco da mudança climática	
	Jorge Ulises Guerra Villalobos	358
PARTE III:	O metropolitano nacional e a gestão metropolitana na região de Maringá	383
Capítulo 12	O metropolitano brasileiro: entre a nova dinâmica urbana e a velha prática política	
	Ana Lúcia Rodrigues, Jeferson Soares Damascena	385
Capítulo 13	Gestão metropolitana: a sua construção por meio de experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Maringá	
	William Antonio Borges	405
Conclusão		
	Ana Lúcia Rodrigues, Paulo Roberto de Souza	439

Lista de Figuras, Quadros e Tabelas

Lista de Figuras

Figura 1.1 – Regiões de Influência e Conexões Externas – Londrina – Capital Regional B – 2007	65
Figura 1.2 – Regiões de Influência e Conexões Externas – Maringá – Capital Regional B – 2007	66
Figura 1.3 – Regiões de Influência e Conexões Externas – Curitiba – Capital do Estado – 2007	67
Figura 3.1 – População empregada/ocupada, trabalhadores formais e informais, por nível de integração no período 2000 e 2010.....	125
Figura 3.2 – Radar da participação relativa do PIB municipal no PIB metropolitano, por município e sem o polo, referente a 2000	131
Figura 3.3 – Radar da participação relativa do PIB municipal no PIB metropolitano, por município e sem o polo, referente a 2010	121
Figura 4.1 – Localização da Região Metropolitana de Maringá no Estado do Paraná-Brasil conforme legislação estadual - 2013	151
Figura 4.2 – Tipologia socioespacial da região metropolitana de Maringá -1991, 2000 e 2010.....	162
Figura 4.3 – Tipologia Socioespacial da Região Metropolitana de Maringá – 1991	163
Figura 4.4 – Tipologia Socioespacial da Região Metropolitana de Maringá – 2000	164
Figura 4.5 – Tipologia Socioespacial da Região Metropolitana de Maringá - 2010	166
Figura 5.1 – Mapeamento do saldo migratório na Região Metropolitana de Maringá – 2010	196
Figura 6.1 – Mapeamento do nível de desempenho na Prova Brasil da proficiência em Português para o 5º ano do ensino fundamental, para nos municípios da RMM – 2010.....	219
Figura 6.2 – Mapeamento do nível de desempenho na Prova Brasil da proficiência em Matemática para o 5º ano do ensino fundamental, por município da RMM – 2010.....	220
Figura 6.3 – Mapeamento do nível de desempenho na Prova Brasil da proficiência em Português para o 9º ano do ensino fundamental, por município da RMM – 2010.....	222
Figura 6.4 – Mapeamento do nível de desempenho na Prova Brasil da proficiência em Matemática para o 9º ano do ensino fundamental, por município da RMM – 2010.....	223
Figura 8.1 – Distribuição dos conjuntos habitacionais da década de 1990 no mapa de tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu para 2000.....	280
Figura 8.2 – Tipo de ocupação do domicílio, 2010, por APONDS.....	284
Figura 8.3 – Tipo de Espécie por domicílio	285

Figura 8.4 – Distribuição dos conjuntos habitacionais da década de 2000 no mapa de tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu para 2010.....	291
Figura 8.5 – Distribuição dos conjuntos habitacionais MCMV em relação aos implantados entre 1990 a 2013 em Maringá.....	295
Figura 8.6 – Distribuição dos conjuntos habitacionais MCMV em relação aos implantados entre 1990 a 2013 em Sarandi.....	297
Figura 8.7 – Distribuição dos conjuntos habitacionais MCMV em relação aos implantados entre 1990 a 2013 em Paiçandu.....	298
Figura 8.8 – Distribuição dos conjuntos habitacionais PMCMV 2010 a 2013 por renda, tipologia e número de unidades, no aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu, 2013.....	299
Figura 8.9 – Distribuição dos conjuntos habitacionais do PMCMV no mapa de tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu, 2010.....	301
Figura 9.1 – Setores censitários agregados em 181 zonas para pesquisa Origem-Destino.....	311
Figura 9.2 – Origem das viagens.....	312
Figura 9.3 – Destino das viagens.....	313
Figura 9.4 – Rede linhas de transporte coletivo urbanas (Maringá) e metropolitanas (Sarandi e Paiçandu) operadas pela empresa TCCC – 2007.....	325
Figura 9.5 – Carregamento da rede de transporte coletivo de Maringá no pico da manhã - 2010.....	326
Figura 9.8 – Propostas do Projeto Básico de Transporte Coletivo de Maringá a médio e a longo prazo.....	329
Figuras 9.6 e 9.7 – Corredores de transporte coletivo com carregamento de 500 a 1000 e de mais de 1000 passageiros, respectivamente, no pico da manhã – 2010.....	327
Figura 10.1 – Mapeamento do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010.....	341
Figura 10.2 – Mapeamento da Dimensão de Mobilidade Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010.....	343
Figura 10.3 – Mapeamento da Dimensão das Condições Ambientais Urbanas do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010.....	344
Figura 10.4 – Mapeamento das Condições Habitacionais Urbanas do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010.....	346
Figura 10.5 – Mapeamento da Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010.....	348
Figura 10.6 – Mapeamento da Dimensão de Infraestrutura Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010.....	350
Figura 10.7 – Mapeamento da tipologia socioespacial da RMM e quadro do IBEU por Área de Ponderação da RMM – 2010.....	351
Figura 11.1 – Verticalização Zona Central e arborização na Vila Santo Antônio....	367
Figura 11.2 – Valor da temperatura na superfície do solo. Av. Centro.....	369
Figura 11.3 – Valor da temperatura na superfície do solo. Vila S. Antônio. 2013.....	370

Figura 11.4 – Serviços ambientais. Árvores do passeio público, 2013	371
Figura 13.1 – Níveis de integração dos municípios da RMM à dinâmica metropolitana brasileira – 2010	418

Lista de gráficos

Gráfico 2.1 – População total – Brasil, 1980-2060 (milhões).....	90
Gráfico 2.2 – Variação absoluta e taxa média geométrica de crescimento da população – Brasil, 1970-2060	91
Gráfico 2.3 – Taxa de Fecundidade Total – Brasil 1970/2010.....	92
Gráfico 2.4 – População total Paraná – 1970/2030 (em milhões)	93
Gráfico 2.5 – Taxa média geométrica de crescimento – Regiões Metropolitanas selecionadas, 2000/2010.....	96
Gráfico 2.6 – Pirâmides etárias – RMM – 1991, 2000 e 2010.....	98
Gráfico 2.7 – Pirâmides etárias – Paraná, RMM e Maringá –2010	98
Gráfico 2.8 – Distribuição relativa dos grandes grupos etários na estrutura populacional – Brasil, Paraná e RMM – 1991, 2000 e 2010.....	99
Gráfico 2.9 – Razão de Dependência – Brasil, Paraná e RMM – 1970/2060	101
Gráfico 2.10 – Taxa de fecundidade total – Regiões Metropolitanas selecionadas - 2010	103
Gráfico 2.11 – Taxa líquida migratória – Regiões Metropolitanas selecionadas – 2005/2010.....	106
Gráfico 6.1 – Distribuição percentual da população da RMM acima de 15 anos a partir do nível de instrução, por Tipologia socioespacial da RMM- 2010.....	217
Gráfico 8.1 – Rendimento domiciliar 1991 a 2010	282
Gráfico 8.2 – Domicílios alugados por faixa de renda.....	284
Gráfico 8.3 – Densidade de moradores por cômodo (1991-2010).....	287
Gráfico 9.1 e 9.2 – Distribuição de motivos das viagens.....	315
Gráfico 9.3 – Sazonalidade anual da demanda por transporte coletivo de passageiros de Maringá entre 2005 e 2010	329
Gráfico 12.1 - Crescimento da população x número de veículos no Brasil e nas metrópoles –2000/2010	393

Lista de Mapa e Quadros

Mapa 1.1 – Região Metropolitana de Maringá – 2013.....	72
Quadro 1.1 – Municípios integrantes, centralidade, nível de integração e data de inclusão na Região Metropolitana de Maringá – 2012	70
Quadro 4.1 – Áreas de Ponderação da RMM, segundo total de moradores e tipologia sócio-ocupacional/ socioespacial – 1991, 2000 e 2010.....	154
Quadro 6.1 – Áreas de Ponderação da RMM, segundo total de moradores e tipo socioespacial – 2010	215
Quadro 6.3 – Pontuações nas faixas de desempenho em Matemática	219
Quadro 6.4 – Variáveis utilizadas nos modelos de regressão	226

Quadro 10.1 – Composição do IBEU por APOND e total de pessoas e de domicílios da RMM-2010	341
Quadro 13.1 – Municípios integrantes da Região Metropolitana de Maringá, população e PIB.....	418
Quadro 13.2 – Órgãos Administrativos do CISAMUSEP.....	431

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 – População total e participação percentual na RMM, por nível de integração – 2000-2010.....	71
Tabela 1.2 – População residente em áreas urbanas, grau de urbanização e participação percentual na RMM – 2010	74
Tabela 1.3 – Número de municípios na RMM, percentual da população, receitas correntes, tributárias e de transferência por nível de integração – 2000 e 2010 (em mil reais)	76
Tabela 1.4 – Proporção de transferências correntes, Fundo de Participação Municipal e ICMS em relação às Receitas totais, período 2000-2010.....	78
Tabela 1.5 – Valor Adicionado Bruto do somatório dos setores primário, secundário e terciário, por nível de integração, em valores correntes, 2011	79
Tabela 1.6 – Percentual de trabalhadores em ocupações não agrícolas da RMM, por nível de integração – 2010	80
Tabela 1.7 – Movimento de saída e entrada de pessoas nos municípios para trabalhar e/ou estudar, por nível de integração – RMM, 2010.....	81
Tabela 2.1 – População e taxa média geométrica de crescimento - Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010	95
Tabela 2.2 – Taxa de fecundidade total - Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010	102
Tabela 2.3 – Esperança de vida ao nascer – Brasil e Paraná – 1991, 2000 e 2010	104
Tabela 2.4 – Saldo migratório e taxa líquida migratória – Paraná, RMM e Maringá – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.....	105
Tabela 3.1 – Evolução da população das RMs paranaenses em comparação com o Brasil e o Paraná: 2000 e 2010	118
Tabela 3.2 – População Economicamente Ativa, população ocupada: 2000 e 2010	122
Tabela 3.3 – Proporção PEA total, ocupada e não ocupada: 2000 e 2010	123
Tabela 3.4 – População ocupada, empregada nas categorias doméstica e outros para 2000 e 2010.....	126
Tabela 3.5 – Valores correntes da massa salarial anual, taxa de crescimento da massa salarial e variação do salário mínimo mensal período 2000-2010	127
Tabela 3.6 – Percentual do rendimento per capita e sem rendimento por quantidade de salário mensal de acordo com o nível de integração para 2010	129
Tabela 3.7 – Participação dos níveis de integração no PIB da região metropolitana de Maringá, para 2000 e 2010	132
Tabela 3.8 – Resultados da estimação do efeito da integração sobre a participação no PIB metropolitano para 2000 e 2010.....	133

Tabela 3.9 – Participação relativa (%) do Valor Adicionado (VA) dos Municípios na RMM por nível de integração, para 2000 e 2010	139
Tabela 3.10 – Variação da taxa de participação dos indicadores do valor adicionado por nível de integração: 2010/2000	136
Tabela 3.11 – Rendimento domiciliar médio mensal por nível de integração / 2000 e 2010	137
Tabela 3.12 – Renda sob a ótica do PIB per capita da RMM por nível de integração: 2000/2010	138
Tabela 3.13 – PIB per capita dos Municípios da RMM por nível de integração: 2000 e 2010	139
Tabela 4.1 – Estrutura social da Região Metropolitana de Maringá - 1991, 2000 e 2010	157
Tabela 4.2 – Estrutura social da Região Metropolitana de Maringá - 1991, 2000 e 2010	160
Tabela 4.3 – Comparativo dos tipos segundo a população total da RMM - 1991, 2000 e 2010	168
Tabela 4.4 – Comparativo dos tipos segundo a população ocupada da RMM - 1991, 2000 e 2010	169
Tabela 4.5 – Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais na Região Metropolitana de Maringá - 1991, 2000 e 2010.....	172
Tabela 4.6 – Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais da Região Metropolitana de Maringá - 1991, 2000 e 2010.....	174
Tabela 4.7 – Total de moradores por faixa de renda mensal em salários mínimos, segundo a tipologia socioespacial do local do domicílio da RMM-2010.	175
Tabela 4.8 – Densidade relativa dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais da Região Metropolitana de Maringá - 2010	176
Tabela 5.1 – Local de residência dos migrantes na RMM segundo a tipologia socioespacial - 2010	198
Tabela 5.2 – Renda Média Mensal dos Migrantes nos Municípios da Região Metropolitana de Maringá (em R\$) - 2010	202
Tabela 6.1 – Distribuição percentual da população da RMM acima de 15 anos a partir do nível de instrução, por Tipologia socioespacial da RMM- 2010.....	215
Tabela 6.2 – Regressão multivariada entre a variável dependente Prova Brasil/SAEB de Matemática do 5º ano e as variáveis independentes de Sexo, Cor, Repetência, Nível de instrução da mãe e Tipologia Sócio-Ocupacional	225
Tabela 7.1 – Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais da ACP Maringá, no período 2000-2010	239
Tabela 7.2 – Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais da ACP Maringá, no período 2000-2010	239
Tabela 7.3 – Taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional e de rendimento médio do trabalho principal da Área de Concentração de População-Maringá, na faixa de 15 a 64 anos, no período 2000-2010, segundo os tipos socioespaciais.....	241
Tabela 7.4 – Fragilidade ocupacional segundo os grupos sócio-ocupacionais na ACP Maringá, no período 2000-2010.....	245

Tabela 8.1 – Produção Habitacional MCMV anos 2010 a 2014 em Maringá.....	296
Tabela 8.2 – Produção MCMV anos 2010 a 2013 em Sarandi	286
Tabela 8.3 – Produção do PMCMV anos 2010 a 2013 em Paçandu	298
Tabela 9.1 – Município em que trabalha, que faz movimento pendular – Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi – 2010	310
Tabela 9.2 – Tempo de deslocamento entre casa e trabalho na RMM - 2010	316
Tabela 9.3 – Tempo de deslocamento entre casa-trabalho na aglomeração urbana de Maringá - 2010	317
Tabela 9.4 – Tempo de deslocamento entre casa e trabalho que faz movimento pendular e que não faz movimento pendular – Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi - 2010	317
Tabela 9.5 – Relação veículos de transporte individual de passageiros e população na RMM	322
Tabela 9.6 – Frota de veículos por tipo na aglomeração urbana de Maringá - 2003 e 2013	323
Tabela 9.7 – Relação de ônibus e micro-ônibus (veículos) por habitante na RMM.....	324

Lista de Tabelas – Anexos

Tabela A2.1 – População e taxa média geométrica de crescimento, segundo níveis territoriais - Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010	109
Tabela A2.2 – População por grupos etários, segundo níveis territoriais - Brasil, Paraná e municípios da RMM - 1991, 2000 e 2010	110
Tabela A2.3 – Taxa de fecundidade total - Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010	111
Tabela A2.4 – Mortalidade até um ano de idade, mortalidade até cinco anos de idade, esperança de vida ao nascer - Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010	112
Tabela A2.5 – Saldo migratório e taxa líquida migratória – municípios RMM – 1991, 2000 e 2010	113
Tabela A7.1. Taxa de desemprego na ACP de Maringá no ano de 2000, segundo gênero, cor, grau de instrução e idade, conforme a tipologia socioespacial.	265
Tabela A7.2. Taxa de desemprego na ACP de Maringá no ano de 2010, segundo gênero, cor/raça, grau de instrução e idade, conforme a tipologia socioespacial..	265
Tabela A7.3. Taxa de fragilidade ocupacional na ACP de Maringá no ano de 2000, segundo gênero, cor/raça, grau de instrução e idade, conforme a tipologia socioespacial.....	266
Tabela A7.4. Taxa de fragilidade ocupacional na ACP de Maringá no ano de 2010, segundo gênero, cor/raça, grau de instrução e idade, conforme a tipologia socioespacial.....	266
Tabela A7.5. Rendimento médio do trabalho principal* dos grupos sócio-ocupacionais segundo os tipos socioespaciais na ACP Maringá, no período 2000-2010	267

Apresentação

Este livro tem por objetivo apresentar as *Transformações na ordem urbana da Região Metropolitana de Maringá no período 1991-2010*, enquanto contribuição do Observatório Maringá, núcleo local da Rede Nacional Observatório das Metrôpoles, no projeto de análise comparativa das metrôpoles brasileiras (1980-2010), consistente na última etapa do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) para o Observatório das Metrôpoles.

O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede, sob a coordenação geral do IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Rede Observatório das Metrôpoles, atualmente consolidada como INCT, se caracteriza, de um lado, como programa plurinstitucional e pluridisciplinar (Geografia, Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Economia, Direito) de pesquisa e ensino sobre os impactos metropolitanos da mudança de modelo de desenvolvimento, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não governamental; e, de outro, como um grupo que procura aliar suas atividades de ensino e pesquisa com a missão social de realizar e promover atividades que possam influenciar as decisões dos atores que atuam no campo da política pública, tanto na esfera do governo, como da sociedade civil.

Na trajetória do INCT Observatório das Metrôpoles, registramos a sua origem no grupo de pesquisadores que desenvolveram o projeto de Avaliação da Conjuntura Social e do Desempenho das Políticas Públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O Projeto contou com o financiamento do Banco Mundial/Prefeitura do Rio de Janeiro e seu objetivo consistia na análise das transformações do quadro de carências e desigualdades sociais na RMRJ ao longo da década de 80. Em 1997, transformou-se em Núcleo de Excelência integrante do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Edital nº 2 do PRONEX/CNPq). Em 2005, o grupo passa a fazer parte do Programa Institutos do Milênio (CNPq), considerando a diversidade regional do país, e, por essa razão, amplia a investigação comparativa da problemática metropolitana brasileira, concentrando-a, no entanto, no Sudeste, com a participação de SP, Rio e BH. O financiamento

do Instituto do Milênio permite a ampliação para Curitiba, Porto Alegre e Recife.

Em 2009, o Observatório das Metrópoles ingressa no grupo dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), sob a coordenação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com a FAPERJ. O programa tem como objetivo inserir os INCTs em uma posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, tanto pela sua característica de ter um foco temático em uma área de conhecimento para desenvolvimento a longo prazo como pela complexidade maior de sua organização e porte de financiamento. No período 2009-2013, a Rede Nacional do Observatório das Metrópoles alcançou a excelência científica nos estudos metropolitanos, e, hoje, está presente em 15 regiões metropolitanas do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém, Maringá, Baixada Santista, Brasília e Vitória.

A rede tem sido reconhecida como experiência científica inovadora por realizar uma pesquisa de forma colaborativa e criativa, superando fronteiras inter e intrauniversitárias, disciplinares, das políticas setoriais e regionais; e produzindo conhecimento em diferentes frentes, especialmente no desenvolvimento de metodologias e ferramentas para a pesquisa da questão metropolitana. Vale ressaltar que as inovações do INCT Observatório das Metrópoles se expressam em variados formatos: como a busca de novos modelos de políticas públicas, relacionadas com a temática metropolitana; a disponibilização de dados estratégicos para a intervenção dos vários atores da sociedade – nível governamental, terceiro setor, iniciativa privada e sociedade civil em geral –; bem como o conjunto de atividades de extensão voltadas ao fortalecimento da sua capacidade de intervenção em várias arenas e fóruns.

Os resultados alcançados pelo INCT Observatório das Metrópoles devem-se, em parte, ao fato de se tratar de uma de uma rede composta de pesquisadores de programas de pós-graduação que atuam na área de estudos urbanos regionais, que se associou além da afinidade temática, pela afinidade na concepção de planejamento urbano, enquanto prática científica visando a geração de conhecimento para a sociedade; e, em parte, ao fato da produção de conhecimento em diferentes frentes; especialmente no desenvolvimento de metodologias

e ferramentas para a pesquisa da questão metropolitana. No que tange ao conjunto das metodologias e ferramentas, sua importância se deve tanto ao fato da necessidade de estudos comparativos, enquanto tendência internacional, quanto ao fato da diversidade das realidades urbanas, que representa, em si, dificuldade para os estudos comparativos. Nesse sentido, a constituição de uma base de informações comum e a formulação de uma concepção teórico-prática resolvem o problema apresentado pela necessidade de padronização dos estudos; e, ao mesmo tempo, abrem espaço para a criação de núcleos locais. A necessidade de descentralização em direção aos núcleos locais se justifica tanto pelo viés exigido pelos estudos comparativos quanto pelo viés do enriquecimento que a perspectiva local proporciona a partir das leituras próprias do fenômeno em estudo. E, ainda mais importante, esses avanços teórico-metodológicos permitem a continuação da política de ampliação da Rede, mediante a entrada de grupos não consolidados e descentralizados; com isso, ampliam a investigação comparativa da problemática metropolitana brasileira e possibilitam a maior compreensão das várias realidades locais; ao mesmo tempo em que esses grupos vão ganhando maior experiência e excelência de pesquisa. Nessa perspectiva de ampliação e consolidação, registramos o fato de a Rede Nacional do Observatório das Metrôpoles, após 17 anos de atuação, reunir, hoje, 159 pesquisadores (dos quais 97 principais) e 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental (7 ONGs).

Por fim, cumpre registrar que o Observatório Maringá passou a integrar a Rede Observatório das Metrôpoles no ano de 2003, a partir da inserção das professoras Ana Lúcia Rodrigues e Celene Tonella no Observatório das Metrôpoles – núcleo São Paulo; objetivando desenvolver, respectivamente, tese de doutorado intitulada “A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá” e de pós-doutorado com o tema “Poder Local e Políticas Públicas: Um Estudo Exploratório Sobre Conselhos Gestores”, ambos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A institucionalização local do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMM deu-se pela vinculação ao Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Maringá que firmou um acordo, através da assinatura do Protocolo de Cooperação Técnico-Científica, com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universida-

de Federal do Rio de Janeiro. Participam ainda do núcleo Maringá pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Políticas Públicas, Arquitetura e Urbanismo, Estatística, Geografia e Enfermagem. Sob a coordenação da professora Dra. Ana Lúcia Rodrigues – Departamento de Ciências Sociais (DCS)/UEM o Observatório Maringá é composto por 15 pesquisadores, mais seus respectivos orientandos. Algumas atividades realizadas pelos pesquisadores: assessoria às prefeituras na elaboração dos Planos Diretores (PD) dos municípios de Ângulo, Doutor Camargo e Presidente Castelo Branco e revisão do PD de Paçandu; elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) para os municípios de Sarandi, Paçandu, Marialva, Campo Mourão e Doutor Camargo; elaboração do Plano de Regularização Fundiária para o município de Paranavaí; assessoria à Prefeitura Municipal de Nova Olímpia na criação de uma Associação de Pleiteantes de Habitação de Interesse Social; Diagnóstico Socioespacial do entorno das escolas estaduais do Núcleo Regional de Maringá para implantação de um Sistema de Registro de Ocorrências; Desenvolvimento de dois Programas de Extensão – PROEXT/MEC/MCIDADES, com o objetivo de capacitar agentes públicos e da sociedade civil para implementação do direito à cidade; coordenação do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Câmpus sede da Universidade Estadual de Maringá; desenvolvimento de atividades de pesquisa no âmbito dos Termos de Referência INCT/CNPq-Observatório das Metrôpoles (2009-2013); monitoramento do PAC Santa Felicidade/Maringá; atuação conjunta com a União por Moradia Popular do Paraná; assessoria à população afetada por Remoções em Maringá e região com monitoramento dos processos.

Introdução

*Ana Lúcia Rodrigues
Paulo Roberto de Souza*

Este livro tem por objetivo apresentar as transformações na ordem urbana da região metropolitana de Maringá no período 1991-2010, enquanto contribuição do Observatório Maringá, núcleo local da Rede Nacional Observatório das Metrôpoles, no projeto de análise comparativa das metrôpoles brasileiras (1980-2010), consistente na última etapa do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) para o Observatório das Metrôpoles. Embora para algumas áreas metropolitanas que compõem o INCT a análise das transformações na ordem urbana seja possível para o período 1980/2010, para a Região Metropolitana de Maringá (RMM) essa análise se concentra em recorte temporal diferenciado (1991-2010), em alguns casos, ainda mais específico (2000-2010).

Para a análise das transformações na ordem urbana da região maringaense foram considerados os dois desafios constatados pelo Observatório das Metrôpoles para a análise no período 2000-2010. O primeiro desafio consiste na necessidade de compatibilidade dos Censos Demográficos do IBGE 2000-2010, tanto no que diz respeito às Categorias Sócio-Ocupacionais quanto às bases geográficas. Em relação às bases geográficas, o Observatório Maringá constatou dificuldades de duas ordens: a primeira, relativa à alteração do critério de junção dos setores censitários; a segunda decorrente do aumento da alteração das áreas de ponderação na década 2000-2010. Em relação ao critério de junção dos setores censitários, considere-se que, em 2012, o IBGE divulgou o banco de dados relativos à região metropolitana considerando as bases censitárias construídas a partir da junção dos setores censitários em área de ponderação com base nos critérios de densidade populacional e de contiguidade física. Em 2013, este primeiro banco de dados foi substituído, atendendo a uma demanda da agência regional do órgão que solicitou a disponibilização dos microdados do Censo de 2010 segundo a territorialização definida pela Prefeitura Municipal. No entanto, a base territorial desenhada pela prefeitura do município-polo tem como critério simplesmente a coincidência com

a base fiscal, o equivale dizer que não guarda relação com nenhuma função de planejamento, e é passível de um sério questionamento. Por essa razão, optou-se por manter como base espacial de análise aquela inicialmente organizada pelo IBGE em 2012, ou seja, antes da alteração do critério de junção dos setores censitários.

Em relação à alteração das áreas de ponderação na década 2000-2010, considere-se que, em 2000, os municípios de Maringá e Sarandi estavam subdivididos em 14 e 4 APONDS respectivamente, enquanto os demais 11 municípios correspondiam cada qual a uma única Área, perfazendo um total de 29 Áreas de Ponderação. Em 2010, o total de APONDS passou para 52, resultado das seguintes transformações: subdivisão de Maringá em 20 áreas; de Sarandi em 5; de Mandaguari, Marialva e Paçandu em 2 áreas cada município; do acréscimo de mais 13 municípios na RMM e da manutenção dos demais 08 municípios. Sendo um dos propósitos dessa análise evidenciar a evolução dos tipos definidos nas décadas de 1991, 2000 e 2010, o primeiro passo foi o de organizar os bancos de dados, agregando-se todos os municípios que compõem a RMM de 2010 à base de dados de 1991 e 2000. Para isso, conservou-se a estrutura das Áreas de Ponderação de 2000 para 1991. Como os demais municípios que gradativamente foram adicionados à RMM são compostos por uma única APOND, eles foram facilmente agregados aos dados por meio do software SAS (*Statistical Analysis Software*). Esse procedimento foi semelhante com relação aos dados de 2000. Após estas adequações a RMM passou a ser composta por 42 áreas de ponderação em 1991 e 2000 e por 52 áreas em 2010.

O segundo desafio decorre da opção pelo Observatório das Metrôpoles de proceder, para além das análises descritivas, análises interpretativas das transformações na ordem urbana, tendo como foco as dinâmicas e trajetórias de mudanças das metrôpoles, elegendo como ponto de vista comum, para fins de comparação, o eixo II do projeto de pesquisa; assim, o foco específico deste Livro consiste na interpretação das transformações na organização social do território da metrópole maringaense e suas articulações com as desigualdades sociais. Nesse sentido, vale lembrar que o Observatório das Metrôpoles, desde a sua origem, analisa as áreas metropolitanas a partir da mudança social, e trabalha com a hipótese de que a mudança no modelo de desenvolvimento nacional provoca mudança na ordem urbana metropolitana. Deste modo, a questão da interpretação se expressa em dois planos: no primeiro plano, diz respeito ao modelo de desenvolvimento

nacional, que serve de base para interpretar as transformações na ordem urbana; no segundo plano, em como a interpretação do modelo de desenvolvimento nacional influi na análise sobre as metrópoles.

A questão relativa ao modelo de desenvolvimento nacional é de ordem teórica e serve como eixo condutor das análises das mudanças sociais. No âmbito do Observatório das Metrópoles, as transformações da sociedade brasileira em curso desde os anos 1980 eram interpretadas como consequências da crise do modelo de desenvolvimento por substituição de importação. No decênio 1990/2000, a hipótese assumida nos projetos desenvolvidos pelos Institutos do Milênio/CNPq e o INCT-Institutos Nacionais/CNPq, é a de que as mudanças nas metrópoles eram decorrentes de um ajuste defensivo (nos planos do mercado e do Estado), da maior inserção da economia brasileira na economia globalizada e das transformações liberais operadas pelo Estado nas relações econômicas e na própria organização do setor público.

Para a década 2000/2010, a questão relativa ao modelo de desenvolvimento teve de ser revisitada por motivos de duas ordens: primeiro, por causa da melhora da performance da economia brasileira, a partir de 2006, sob a perspectiva macroeconômica; o segundo, por causa da polêmica em torno das hipóteses explicativas da melhora da economia brasileira. Foram apresentadas hipóteses explicativas de ruptura, desde a ruptura relativa à política econômica à ruptura com o próprio modelo de desenvolvimento; de continuidade, com aprofundamento nos marcos do mesmo modelo de desenvolvimento; e de continuidade com flexibilidade em função de janelas de oportunidades.

Por essa razão, a questão do modelo de desenvolvimento relativo à década 2000/2010 foi considerada pelo Observatório das Metrópoles nos seguintes termos: um modelo novo, neodesenvolvimentista? Ou, um modelo ainda neoliberal? A reflexão em torno dessa questão permitiu concluir que a mudança do papel do Estado no contexto da política econômica não significou ruptura para com o modelo neoliberal, embora essa mudança implique importante alteração na configuração das forças políticas que deve ser compreendida.

A questão sobre o modelo de desenvolvimento abriu espaço para outros questionamentos importantes no âmbito do Observatório das Metrópoles. Nesse sentido, Ribeiro (2013, p. 18) propôs uma análise dessa questão em seu sentido mais profundo, a partir da compreensão da existência de uma “disputa de projetos históricos na sociedade brasileira”, e de que a prevalência de um sobre o outro poderia ser

o resultado da dinâmica política. E os resultados possíveis da dinâmica política tanto poderia ser a ruptura dos “laços que, estrutural e historicamente, ligam na formação histórica brasileira a modernidade com o atraso”, quanto o “adiamento do processo de modernização e democratização do capitalismo brasileiro”. No contexto da importância da dinâmica política na produção dos resultados, propôs pensar as mudanças nas metrópoles não apenas como resultantes de dinâmicas contraditórias, mas como “possível variável independente capaz de influenciar tal trajetória”. Nessa linha de raciocínio inovador, apresenta como “hipótese básica e geral o fato de estarmos diante do momento de transição histórica em vários planos da sociedade brasileira, cujo desenrolar como trajetória dependerá fortemente da dinâmica política”, e remete diretamente para o papel que a cidade assumiu nos contextos político, econômico e social, à luz das mudanças captadas no plano macroeconômico.

Para a análise das mudanças na ordem urbana, no período 2000-2010, à luz da tendência contemporânea do modelo de desenvolvimento nacional, configurado pela melhora da performance da economia na década de 2000/2010, o Observatório das Metrópoles adota a hipótese da “consolidação do modelo liberal como sucessão ao modelo de substituição de importação com a alteração, porém, da coalizão de forças dirigidas pelo capital financeiro-exportador (bancos e agronegócios) em associação com segmentos nacionais do grande capital, articulados dentro do Estado” (RIBEIRO, 2013, p. 48). Nesse sentido, há continuidade do modelo de desenvolvimento, mas o destaque fica por conta da reconfiguração da coalizão de forças, onde o capital financeiro exportador (bancos e agronegócios) assume a direção dos rumos econômicos e políticos. Com isso, ocorre a “consolidação do tripé capital internacional/Estado/capital nacional”, ainda no modelo neoliberal. E é no contexto dessa consolidação que se insere a reflexão sobre o papel da cidade, ou seja, qual o “papel que a cidade assumiu na consolidação do tripé capital internacional/Estado/capital nacional” (Id., 2013, p. 18).

Nos marcos desse modelo de desenvolvimento foi possível avançar no sentido da construção de um conceito de metrópole plenamente sintonizado com esse modelo. Nesse sentido, Ribeiro (2013) propõe a adoção do conceito de “metrópole liberal periférica”, cuja construção parte do desafio consistente na “compreensão do papel da competição entre as nações e a conquista de territórios no desenvolvi-

mento capitalista”; e tem como implicação “assumir a hipótese de que a urbanização brasileira e seus efeitos geográficos, sociais, culturais etc. resultam da nossa inserção periférica na economia-mundo capitalista na medida mesmo em que, na qualidade de país e nação, somos resultados da sua própria formação” (RIBEIRO, 2013, pp. 29-30). Nesse sentido, a questão principal é como interpretar as mudanças econômicas (mercado de trabalho e estrutura produtiva); socioespaciais (segregação, desigualdades e sociabilidade) e institucionais (padrão de governança das metrópoles) na região metropolitana maringense, no período 2000-2010, enquanto uma área metropolitana liberal periférica. Nessa análise, as condições locais ganham relevos especiais; o que significa dizer que as condições econômicas, sociais, institucionais e culturais locais são fatores importantes na compreensão dos resultados sociais, espaciais e políticos da transformação das bases econômicas da metrópole maringense. Noutras palavras: qual o papel que a região metropolitana maringense assumiu tanto na primeira fase da chamada sagrada aliança – constituída entre o capital internacional/Estado/capital nacional – quanto na segunda fase dessa sagrada aliança, caracterizada pela consolidação desse tripé e pelo protagonismo do capital financeiro internacional? A busca dessas duas respostas ocorre dentro da estratégia teórico-metodológica adotada pelo Observatório das Metrópoles para o estudo comparativo das metrópoles e suas transformações, na linha do argumento exposto por Abu-Lughod, centrado na ideia de que “histórias importam” (RIBEIRO, 2013, p. 60). A adoção dessa estratégia se justificativa porque essas transformações podem ser entendidas mais adequadamente no contexto de muitos séculos de interação entre a) os processos econômicos de escala mundial e b) as condições econômicas, sociais e políticas locais em transformação. No caso da região metropolitana maringense, essa contextualização histórica ganha relevo na medida em que Rodrigues (2004) demonstra duas importantes especificidades dos processos locais: a configuração atual da cidade de Maringá, cujo desenho socioespacial se mantém tão intimamente relacionado ao seu projeto inicial; e, as características desse desenho socioespacial que são bastante distintas da maioria dos espaços urbanos dessa região metropolitana. A essas duas especificidades soma-se uma terceira: as características do desenho socioespacial da própria região metropolitana de Maringá, em sua dimensão histórica, guardam peculiaridades que são bastante distintas de outros espaços urbanos metropolitanos.

Assim, numa perspectiva histórica de mais longa duração, importa considerar que o território que hoje compreende a região metropolitana de Maringá, e, de resto, das principais cidades do noroeste paranaense, teve seu processo de humanização iniciado há mais de 10 mil anos, com a chegada dos primeiros habitantes. E durante todo esse período esse território nunca esteve vazio, conforme demonstram Mota e Noeli (1999) em seus estudos sobre a exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. Era um território indígena, originariamente ocupado por indígenas, e, depois, por indígenas e caboclos sertanejos. Tampouco a mata era virgem. Ainda assim, as narrativas, oficiais, ou não, produzidas pelos vencedores, enfatizam o “mito da terra vazia e da mata virgem”. A construção desse mito foi o recurso adotado pelas elites para justificar as atrocidades cometidas no processo de extermínio dos povos indígenas e no extermínio ou expulsão dos caboclos e na tomada de suas terras. E isso faz parte de um processo de construção da “invenção do Paraná”. A desconstrução desse mito, e de tantos outros, se torna irrecusável quando se analisam as transformações urbanas contemporâneas na região metropolitana de Maringá, no contexto de séculos de interação entre os processos econômicos de escala mundial e as condições econômicas, sociais e políticas locais em transformação, conforme sugerido por Ribeiro (2013).

Por essa razão, ainda na perspectiva de mais longa duração, mas agora na trilha dos processos econômicos de escala mundial, a história do espaço onde se situa a região metropolitana maringense tem seu início no ano de 1494, quando o Reino de Portugal e o Reino de Espanha dividem as terras “descobertas e por descobrir” pelo Tratado de Tordesilhas. Em razão da divergência relativa ao meridiano traçado por cartógrafos portugueses e espanhóis, a região onde se situa o espaço metropolitano de Maringá permaneceu durante muito tempo como região de conflitos territoriais, razão pela qual a ocupação europeia desse território ocorreria tanto pela via espanhola quanto pela via portuguesa. Em qualquer dessas vias preponderava a preocupação com a exploração da riqueza dessa região. E essa também era a preocupação dos ingleses que a partir de 1608 assumem a tutela colonialista das terras brasileiras. Num recorte mais específico, o desenho do futuro da região em que se situa a região maringense, e de resto o noroeste paranaense, começa a ser delineado no contexto do imperialismo britânico. Três ocorrências em 1850 marcam esse desenho: a necessidade

de aumentar a entrada de investimentos estrangeiros, naquele momento vindos quase que exclusivamente da Inglaterra; a necessidade de ocupação do vasto território ainda inexplorado e a exploração de suas riquezas; e a iniciativa do Estado brasileiro de coordenação e incentivo de expansão ferroviária com o objetivo de favorecer o crescimento da economia agroexportadora. Essa compreensão reconduz ao primeiro esforço de organização da propriedade privada representado pela Lei de Terras (Lei 601, de 18.09.1950) e sua enorme influência no processo de ocupação de terras no interior do Estado de São Paulo e no Estado do Paraná. Com a Lei de Terras de 1850, as terras não ocupadas passaram a ser propriedade do Império do Brasil e sua aquisição somente poderia ocorrer por compra nos leilões mediante pagamento à vista. O território do Norte do Paraná se inseria nesse conceito de terras devolutas. A Lei imperial 582 de 5/09/1853 criou a Província do Paraná mediante desmembramento da Província de São Paulo. A história da Província do Paraná registra um profundo quadro de instabilidade representado pelo fato de que entre 1853 e 1889, ou seja, num período de 36 anos, o poder imperial nomeou 55 presidentes. A esse quadro de instabilidade justapõem-se as dificuldades de ordem econômica e financeira da província para enfrentar os desafios encontrados no desenvolvimento do seu território.

O advento da República, em 1889, não alterou o quadro das dificuldades de ordem econômica e financeira. E no que tange às terras devolutas, a Constituição Federal de 1891, em seu Art. 64, determinava a transferência do domínio das terras devolutas da União para os Estados. Com isso, a responsabilidade referente à política de terras passava para o Estado.

Nesse contexto, ganham relevo tanto a primeira Constituição do Estado do Paraná, publicada em 07 de abril de 1892, quanto a Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892. A primeira Constituição, por expressar a responsabilidade do Estado do Paraná pela política de terras; e, a Lei nº 68, por definir os princípios básicos de colonização de novas áreas, por empresas nacionais ou estrangeiras, o que é objeto de interesse nesse resgate histórico. No processo de colonização das novas áreas, onde se situa o território norte paranaense, o fenômeno da produção urbana da região metropolitana de Maringá está associado diretamente ao fenômeno de sua (re)ocupação empreendida pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Por outro lado, a investigação das condições locais ganham notas peculiares, porque tanto o processo de desen-

volvimento da área metropolitana maringense quanto o processo de urbanização são fenômenos relativamente recentes, podem ser rastreados desde a sua origem. Nesse sentido, considere-se que o processo de desenvolvimento econômico do espaço onde se insere a região maringense foi marcado em seu início pelo protagonismo do capital financeiro internacional e de uma companhia privada internacional, dentro dos marcos da expansão capitalista; e teve origem em um projeto madeireiro-ferroviário-agrícola, numa dinâmica de associação com o Estado do Paraná, marcado pela incapacidade estatal de promover o desenvolvimento econômico, e viabilizado por um ato de privatização. A privatização ocorreu mediante a venda de 515.000 alqueires paulistas que o Estado do Paraná fez a uma companhia privada, para a implantação do projeto madeireiro-agrícola-ferroviário-exportador, e a concessão de privilégio na exploração econômica dessas terras mediante um processo de colonização. A associação com o Estado nacional na origem desse processo de desenvolvimento é constatada por duas formas principais: pelo preço barato das terras; e pelo pagamento de parte significativa desse preço mediante a obrigação que a companhia internacional assumiu de construir boa parte do trecho ferroviário e uma ponte, considerados essenciais para o sucesso do projeto capitalista. Vale dizer: o Estado do Paraná trocou suas valiosas terras pela possibilidade de colonização.

A compreensão do protagonismo de uma companhia internacional no processo de urbanização remete para uma necessidade de (re) contextualização do fenômeno da produção urbana no processo de colonização do território onde se insere a região metropolitana de Maringá. Isso porque, a Companhia de Terras Norte do Paraná era subsidiária da companhia inglesa *Paraná Plantations Syndicate Limited*, sua principal acionista. A *Paraná Plantations*, por sua vez, era um desdobramento da *Brazil Plantations Syndicate Limited*, com sede também em Londres, e que contava dentre os acionistas um pequeno grupo composto por dois príncipes da coroa inglesa, além de nobres, financistas e generais ingleses. A *Brazil Plantations*, por sua vez, era a versão inglesa, para o Brasil, da *Sudhan Cotton Plantations Syndicate Limited*. Essa companhia explorava a produção de algodão no Sudão e era a principal fornecedora dessa matéria prima para a florescente indústria têxtil na Inglaterra. A crise sudanesa exigia a busca por novas áreas para a plantação de algodão em larga escala, no modelo “plantations”. O Brasil era um destino a ser necessariamente considerado. E a políti-

ca de colonização de novas áreas no território paranaense por empresas nacionais e estrangeiras indicava a possibilidade de convergências das necessidades.

Nesse esforço de recontextualização do processo de formação urbana da região metropolitana de Maringá, a dívida externa brasileira assume o papel central na condução do processo que envolveria as terras do Norte do Paraná, a partir da revelação do principal protagonista desse processo, no caso, os credores ingleses. Natham M. Rotschild & Sons, banqueiros cujo papel naquela época se assemelhava ao que mais tarde vem a exercer o Fundo Monetário Internacional, se recusava a consolidar a dívida brasileira e a conceder novo empréstimo ante a deplorável situação em que considerava que se encontravam a economia e as finanças do Brasil. Isso implica considerar os interesses britânicos no Brasil naquele momento histórico, o que conduz o processo de compreensão desse fenômeno ao contexto do imperialismo britânico, à condição brasileira na relação centro-periferia e ao contexto de oportunidades sob a ótica capitalista. No que tange aos interesses britânicos, o papel de exportador de matéria prima, que já havia sido reservado ao Brasil, encontrava na possibilidade de exploração da madeira existente nas vastas florestas, além da produção de algodão, outro motivo para aproveitar a oportunidade que se apresentava. É nesse contexto que se insere a *Missão Montagu*, da qual participava o Lord Lovat, Simon Christopher Joseph Fraser. Lord Lovat era emissário da casa bancária *N. M. Rothschilds & Sons* e era também diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate*. Sua vinda para o Brasil, no ano de 1923, se justificava diante das oportunidades de lucros possíveis no país. Esse é o contexto em que se insere o interesse britânico no Brasil, representado pelo grupo de nobres, incluindo os príncipes de Gales, financistas, banqueiros e generais ingleses, os quais encontram na Companhia de Terras Norte do Paraná a executora de um projeto imobiliário considerado o maior e mais bem sucedido processo de colonização no Brasil.

Nesse sentido, vale ressaltar que a análise das condições locais da metrópole maringaense permite concluir que na origem do seu processo de desenvolvimento e urbanização constata-se características que a identificam como uma metrópole periférica liberal, com uma nota de destaque: o protagonismo do capital financeiro internacional e da companhia privada internacional já é uma antecipação da característica que mais tarde marcou o capitalismo neoliberal, razão pela qual a metrópole maringaense já nasce com uma característica que somente

mais tarde seria identificada com o fenômeno neoliberal. Isso porque, o desenvolvimento do Norte do Paraná se deve a uma peculiaridade da dinâmica capitalista periférica: um grande projeto capitalista madeireiro-agro-ferroviário-exportador, protagonizado por uma companhia internacional, viabilizado por um ato de privatização, consistente na cessão da propriedade de 515.000 alqueires de terras com os privilégios de exploração exclusiva do processo de colonização, financiado em parte pelo capital público, quando estabelece que parte do preço é quitado mediante a obrigação de construção de um significativo trecho ferroviário e uma ponte, essenciais ao sucesso do empreendimento.

A participação do capital nacional também ganha relevo nesse resgate histórico. E essa participação com as peculiaridades históricas da produção agrícola paulista, em especial quanto à possibilidade de expansão da cultura cafeeira, por razões de três ordens: a) a primeira, diante do fato valorização das terras paulistas destinadas à produção agrícola; b) a exploração agrícola demonstrava os sinais de exaustão do solo, implicando baixa na produção; c) o governo paulista proibiu a plantação de novas culturas de café, como parte da política de enfrentamento da queda da demanda por parte do exterior. Essas características influenciava a opção por parte da oligarquia cafeeira a buscar novas fronteiras para a expansão cafeeira. Nesse sentido, quatro fatores favoreciam a opção pela expansão em direção ao Paraná: o preço das terras, muito barato em comparação aos preços das terras paulistas; b) a fertilidade das terras, somada à ausência de pragas naturais temidas à época (por exemplo, saúvas); c) a inexistência de proibição estatal quanto à implantação de culturas cafeeiras; d) a existência de vastas áreas cobertas pela floresta tropical, ocupadas por indígenas e caboclos sertanejos. Essa situação levou a experiências de expansão cafeeira em direção ao Paraná, com resultados considerados excelentes pelos cafeicultores. A continuação da expansão encontrava limites de várias ordens; um deles, consistente na dificuldade de escoamento da produção, caso houvesse a expansão da cultura cafeeira na nova fronteira agrícola; o outro limite era de ordem econômica, consistente nos recursos necessários para um projeto de ocupação do novo território; um terceiro, consistente na incapacidade do Estado do Paraná em promover ações concretas de ocupação do território norte paranaense.

É nesse pano de fundo que os interesses do imperialismo britânico, em seu viés financeiro e empreendedor, se cruza com os interesses do estado e do capital nacional, e se juntam, numa tríplice aliança,

cujos resultados são o desenho de um projeto madeireiro-agro-ferroviário-imobiliário-exportador, que marca o processo de urbanização do território em que se insere a região metropolitana maringense. Com isso, o que se pretende é dar evidência à ocorrência da exploração madeireira como um dos objetivos desse projeto capitalista. E nesse sentido, é bastante esclarecedor o fato de que naquele momento histórico (1923), a Europa se encontrava em processo de reconstrução, para recuperação da catástrofe representada pela Primeira Guerra, e, por essa razão havia forte demanda por madeira. Também é esclarecedor o significado das ferrovias como sinônimo de modernização e progresso, haja vista que permitia o escoamento de produção e a circulação de pessoas. A característica de desenvolvimento econômico no viés agrícola exportador já estava inscrita na história brasileira. E o café representava a oportunidade de mobilizar todos esses fatores. Mas, outra característica desse projeto deve ser ressaltada: a experiência da companhia privada no projeto de expansão do algodão em terras sudanesas. A experiência dos ingleses apontava diretamente para a oportunidade de incluírem um projeto imobiliário; e mais: a necessidade de colonização e a incapacidade estatal e a das empresas nacionais de conduzir a colonização representaram para os ingleses a oportunidade de comandar o processo de colonização na condição de proprietários da terra. Assim, asseguraram o lucro em todas as suas possibilidades: com a exploração da madeira; com a implantação da ferrovia; com a especulação imobiliária, em suas três vertentes: a da compra da terra a preço aviltante; a valorização da terra comprada em função da implantação da ferrovia, e a do monopólio da exploração do processo de colonização; e com a exportação do café. Com isso se delinea o perfil do projeto de colonização do Norte do Paraná: um projeto financeiro-madeireiro-agro-exportador-ferroviário-imobiliário. E, como se vangloriaram os capitalistas que elaboraram, executaram e lucraram com esse projeto: se trata de um ousado e mais bem sucedido projeto de colonização privado da história da colonização.

O sucesso desse projeto se deve, também, a um aspecto peculiar: a profundidade da intervenção capitalista, constatada no protagonismo do mercado, com a significativa ausência do Estado, fez com que a colonizadora organizasse o processo de ocupação com alguns cuidados que induzissem outra forma de integração econômica: a localização das colônias, perto dos cursos d'água e de modo que os colonos construíssem suas casas próximas uma das outras, facilitava a assistência

mútua, com experiências de solidariedade que marcaram esse período de colonização; um exemplo ainda está presente na memória da população e persiste: em época de colheita, era comum o regime de mutirão em que a família de um colono ajudava a de outro; também era comum a partilha de carnes e de grão. E isso ajudava aos colonos a suportarem as dificuldades próprias de um processo de exploração capitalista sem nenhuma assistência por parte do colonizador nem por parte do estado. Com isso, fica registrada essa marca do processo de colonização do Norte do Estado do Paraná, onde se pode inferir que quanto mais mercado mais necessidade da reciprocidade como forma de integração econômica para suprir as deficiências próprias do mercado e da ausência estatal.

Outro aspecto do sucesso desse projeto se deve ao fato de que a implantação da cultura cafeeira observou o viés capitalista, fazendo com que os agricultores, pequenos, médios ou grandes, produzissem o café (principal cultura implantada) para a exportação. Ao mesmo tempo, buscaram a produção de subsistência, como forma de suprir as necessidades não atendidas pelo mercado. Essa característica de produção agrícola capitalista foi uma das responsáveis pelo sucesso no processo de substituição da cultura do café pela monocultura da soja, num processo de modernização da agricultura. Esse processo de modernização foi capitaneado pelos interesses das empresas multinacionais, interessadas na expansão da venda de máquinas e tratores agrícolas, bem como dos defensivos químicos, e foi impulsionado tanto pelas intervenções governamentais quanto pelo fator climático representado por geadas, em especial a geada de 1975, que implicou na erradicação quase total dos pés de cafés.

Trintin (2013) afirma que a partir desse período ocorrem dois processos: o setor cafeeiro norte paranaense diminui muito a produção e ao mesmo tempo políticas públicas governamentais de crédito rural incentivam a modernização da agropecuária estadual. Isso deu resultados tão expressivos e rápidos que, no período de uma década o Estado deixa de ser o maior produtor brasileiro de café e se torna um dos maiores produtores de soja e trigo levando a um intenso processo de diversificação econômica que incluiu forte incremento do setor industrial e maior integração ao mercado nacional.

As análises realizadas neste livro são atravessadas por todos os pressupostos anunciados até aqui na busca de demonstrar uma face do desenvolvimento da região de Maringá que não é comumente apresen-

tada. Visam demonstrar que os movimentos dessa economia constituíram as configurações territoriais regionais que incidem diretamente sobre a estrutura social.

Desde a sua gênese a região experimenta então os efeitos dessa coalizão em torno de um programa econômico que comandou o seu desenvolvimento. Tal coalizão resultou num processo de mercantilização dos espaços urbanos – especialmente do polo metropolitano – em atendimento aos interesses dos agentes econômicos envolvidos, sobretudo os do mercado imobiliário encapsulado desde o início dessa territorialidade no poder político, direta ou indiretamente. Este livro apresenta resultados de pesquisas sobre o aglomerado metropolitano da região de Maringá, no Paraná, demonstrando (i) como a economia desta região é influenciada desde o início pelos efeitos da globalização e da reestruturação produtiva do mercado de trabalho; e (ii) como o território resulta desses movimentos da economia desde sua gênese. Buscam-se também explicitar as dinâmicas da estrutura social, (iii) como elas expressam e reproduzem as desigualdades sociais na espacialidade metropolitana; e (iv) quais as características inéditas do contexto de seu recente surgimento, incluindo fatores inexistentes na formação das demais metrópoles nacionais, ou os fatores presentes em todo o urbano nacional e nesta região também, os fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação socioespacial nas suas relações com as desigualdades e com as interações sociais na região.

Partimos do pressuposto da organização das áreas metropolitanas derivada, em grande medida, dos processos econômicos em andamento e, da categoria trabalho, como um referencial capaz de explicar a organização da sociedade. Portanto, o estudo da organização social do território metropolitano o vincula fortemente com a economia, principalmente das áreas metropolitanas, onde se concentram as atividades econômicas e os grandes contingentes populacionais do país.

A estrutura social e espacial se caracteriza como expressão dessas dinâmicas que vinculam a economia, a sociedade e o Estado em relações que produzem o território, mas, também, se reproduzem a partir do território, pois há processos socioespaciais que estruturam a organização de cada área urbana e metropolitana e impactam diretamente os mecanismos de coesão/integração das pessoas à sociedade, respectivamente diminuindo ou aumentando a desigualdade própria da sociedade capitalista.

A estrutura social foi o conceito pelo qual se optou para subsidiar

nossa análise e interpretação sobre a organização da sociedade. Mas é preciso destacar que se trata de um conceito de definição complexa e que este estudo não buscará apreendê-lo em todas as suas dimensões na realidade empírica, mas o tomará como suporte conceitual para compreender a estrutura social da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Para essa compreensão e análise relativamente ao território metropolitano, os referenciais teóricos utilizados se sustentam nas leituras marxista e weberiana de classes sociais. Assim, o conceito de espaço social será tratado na dimensão da estrutura social que, para Weber se vincula ao conceito de *status* social e, para Marx, às relações de produção. Essa compreensão de espaço social permite operacionalizar o conceito de classe (e de fração de classe) para fazer as análises empíricas relativas às categorias sócio-ocupacionais que serão utilizadas como *proxy* da estrutura social, pois admitimos que a categoria trabalho se mantém central para a compreensão da sociedade.

Tal perspectiva de análise teórica relaciona os indivíduos ou grupos à posição que ocupam no espaço social. De tal modo, se concebe classes sociais (ou das frações de classe) pela compreensão da posição que elas ocupam no espaço social umas em relação às outras, aproximando-as ou distanciando-as num determinado espaço social. Bourdieu (1996) também oferece esse referencial com o conceito de *habitus* para retratar as incorporações que os agentes fazem da estrutura social e do espaço social em que se situam, com isso distanciando-se ou aproximando-se uns dos outros relativamente à proximidade ou distanciamento que ocupam nesse espaço. Esse modo analítico de operar possibilita perceber os traços comuns existentes entre agentes ou classes sociais que ocupam posições de proximidade, ao mesmo tempo em que apresentam aspectos diferentes entre agentes ou classes sociais distantes no espaço social.

A diferenciação socioespacial decorre, também, da crescente especialização de tarefas resultantes do aumento da divisão social do trabalho. Ela gera diferenças de atributos, de recursos, de poder e de status que se constituem nas bases materiais da formação de camadas sociais, que tendem a buscar localizações específicas na cidade, criando a divisão social do território que reproduz a própria divisão que estrutura a sociedade. A configuração do território expressa essa estrutura cuja organização social resulta de três processos distintos: da diferenciação própria da estrutura capitalista; da segmentação do espaço em face do acesso conforme a condição econômica e; da segre-

gação, o processo que consolida espaços distintivos no território com a finalidade de operacionalizar a produção da mais-valia imobiliária.

A utilização dos termos exclusão e integração sociais se vincula ao conceito de modos de integração econômica formulado por Polanyi (2000) e utilizado por Harvey (1973), em seu pioneiro estudo sobre a cidade e a justiça social, e contemporaneamente por Mingione (1991). Partimos da identificação das três esferas de relações sociais essenciais para assegurar os processos de integração e exclusão, na medida em que são necessários para a plena participação na sociedade. Estas esferas se apresentam sob a forma de três distintos modos de interação: as trocas mercantis, a redistribuição institucional e a reciprocidade interpessoal, os quais, pelo menos nas sociedades modernas, se interpenetram formando combinações características no tempo e no espaço, que Mingione (1991) denomina “social mixes”.

A posição dos grupos sociais em relação a estes recursos por eles são acessados é que definirão a integração ou a exclusão destes grupos ao conjunto da sociedade. Identificar se estes modos de integração social existem e como se articulam e penetram nos grupos em determinado território, é a condição para avaliar os processos de coesão ou fragmentação socioespacial de uma área metropolitana.

É com base nessa fundamentação teórica e nos conceitos daí decorrentes que procuramos enquadrar a nossa metodologia de análise do espaço metropolitano, sobretudo no que concerne aos quadros de mudanças sociais e territoriais, que têm provocado processos intensos de diferenciação, segmentação e segregação. Por estes motivos e com o objetivo de poder avaliar os efeitos da globalização econômica sobre a organização social do território, em especial, na identificação dos processos de segregação residencial, propomos apresentar a tipologia socioespacial sistematizada pelo Observatório das Metrôpoles. Nas seções seguintes e em vários capítulos deste livro se apresenta a tipologia socioespacial; especialmente o capítulo 4 tem como tema central a elaboração e análise da tipologia para a Região Metropolitana de Maringá.

A hipótese central do trabalho que orienta nossa metodologia de análise da organização social do território metropolitano é que os processos socioespaciais em curso nas áreas metropolitanas brasileiras têm enorme importância na compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração, através de seus efeitos sobre a estruturação social; dos mecanismos de produção/reprodução de desigualdades

sobre as condições e padrões de interação e de sociabilidade entre os grupos e classes sociais.

Procedimentos metodológicos

Nas experiências contemporâneas de análise social do território o nosso procedimento tipológico se inscreve na tradição francesa iniciada por Tabard (1993) e Tabard e Chenu (1993) em parceria com Edmond Preteceille (1988; 1993 e 1994), do Centre de Sociologie Urbaine CSU no quadro da cooperação CNRS/CNPq.

Numa primeira fase, que consiste na classificação dos grupos ou classes sociais a serem utilizadas, a pesquisa adotou a concepção de Sorokin (1927), que orientou a descrição das estruturas socioespaciais, sua dinâmica de organização e a respectiva avaliação, através de um sistema de categorias sócio-ocupacionais, criadas a partir dos códigos ocupacionais utilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nesse momento, portanto, foram mensuradas as distâncias socioeconômicas entre os grupos em função da sua concentração e dispersão no território, na medida em que se utiliza a ocupação como variável, organizada em grupos dispostos em uma hierarquia fundada em dicotomias: direção/execução; manual/não-manual; função superior/inferior.

De acordo com esses princípios teóricos orientadores e tendo em vista a formação social da sociedade brasileira, sobretudo, de suas áreas metropolitanas, elaboramos uma estratificação social em que considerou os seguintes critérios:

1. Relação capital X trabalho: ser proprietário ou não indivíduos no processo de produção. Neste caso, separam-se os indivíduos que são empregadores ou conta-própria, por um lado, dos indivíduos que são empregados, por outro. Porém, em relação ao primeiro bloco, é preciso fazer três distinções, que implicará também na construção da estratificação social. Primeiro, entre os proprietários da atividade econômica há aqueles que são empregadores, que possuem empregados, e aqueles que trabalham por conta própria, os chamados autônomos, pois são aspectos importantes para compreender a posição dos indivíduos na estrutura social. Segundo, entre os empregadores há que diferenciar os grandes empregadores dos pequenos. Essa diferenciação é mais difícil de ser feita por não haver um critério consensual ou

mesmo decorrente de alguma abordagem teórica. A distinção que fazemos que não deixa de ser arbitrária, será pelo número de empregados. Terceiro, entre os chamados conta-própria, ou trabalhador autônomo, há diferenças quanto à profissionalização. Aqueles que exercem a ocupação de conta-própria decorrente de uma profissão alcançada possuem posição social diferente daqueles em que se identifica muito mais uma estratégia de sobrevivência não encontrada na atividade econômica formal; portanto, esse também é outro critério adotado para diferenciar os grupos ou classes sociais.

2. Trabalho manual X trabalho: exercer ocupação manual difere socialmente de ocupação não-manual, em que normalmente a esta última se exige algum nível de escolaridade, seja nível médio ou nível superior. Há ocupações não manuais que se exige o nível superior de instrução para o seu exercício, normalmente essas ocupações aproximam-se do conceito de profissão por serem ocupações em que há certa autonomia dos ocupantes pelas tarefas que devem ser realizadas, em função do domínio de um conhecimento prévio, além de barreiras à entrada, caracterizadas pela própria escolaridade. Mas também há ocupações não manuais cuja exigência é apenas o nível médio, normalmente essas ocupações caracterizam-se por serem atividades técnicas. Neste caso, há diferenças das ocupações não manuais em que essas exigências não são feitas.

Em relação ao trabalho manual também há diferenças importantes, embora elas decorram muito mais do setor de atividade econômica, que da exigência de escolaridade propriamente dita, para algumas ocupações há exigência de certo nível de qualificação (o que não é o mesmo que escolaridade). Neste caso, há os trabalhadores manuais das atividades produtivas. Desse conjunto há que separar os trabalhadores agrícolas dos trabalhadores industriais. Os trabalhadores industriais, por sua vez, podem ser separados entre aqueles que se ocupam nas indústrias tradicionais e aqueles que se encontram nas indústrias modernas, onde há maior exigência de qualificação. Para os trabalhadores manuais do setor de serviços, é preciso considerar aquelas ocupações que exigem algum nível de qualificação daquelas em que seu exercício não depende de aprendizado prévio.

3. Trabalho de comando X trabalho subordinado: também há diferenças importantes entre as ocupações que exercem atividade de comando, seja de direção, gerência e supervisão, daquelas ocupações subordinadas, que são comandadas por outrem. Mesmo entre as ocu-

pações de comando há diferenças se a atividade é exercida em grandes empresas ou em pequenas em empresas. Como essa diferenciação não é possível de ser feita, utiliza-se a renda como proxy da posição de comando.

4. Trabalho público X trabalho privado: outro critério utilizado para diferenciar as ocupações é entre aquelas ocupações que se realizam no setor público e aquelas que se realizam no setor privado, tendo em vista que esse critério seja demarcador de posições sociais diferenciadas na sociedade brasileira.

Com base nesses critérios, utilizamos a categoria ocupação – ocupação principal do indivíduo – cruzando-a com outras variáveis (renda, escolaridade, situação na ocupação, setor de atividade econômica e setor institucional) para definir a estratificação social composta por 24 (vinte e quatro) categorias sócio-ocupacionais, que podem ser agrupadas – a título de análise – em 8 (oito) grandes grupos sócio-ocupacionais, ou mesmo, segundo a classe social a que pertence, como pode ser visto no a seguir (quadro 1):

Quadro 1. Esquema de estratificação social do Observatório das Metrôpoles

CATs	Código	Categorias sócio-ocupacionais
Dirigentes	CAT 21	Grandes Empregadores
	CAT 22	Dirigentes do Setor Público
	CAT 23	Dirigentes do Setor Privado
Profissionais de Nível Superior	CAT 41	Profissionais Autônomos de Nível Superior
	CAT 42	Profissionais Estatutários de Nível Superior
	CAT 43	Profissionais Empregados de Nível Superior
	CAT 44	Professores de Nível Superior
Pequenos Empregadores	CAT 31	Pequenos Empregadores
Ocupações Médias	CAT 32	Artistas e similares
	CAT 51	Ocupações de Supervisão
	CAT 52	Ocupações de Escritório
	CAT 53	Ocupações Técnicas
	CAT 54	Ocupações da Saúde e Educação
	CAT 55	Ocupações da Justiça, Segurança Pública e Correios
Trabalhadores do Terciário Especializado	CAT 61	Trabalhadores do Comércio
	CAT 62	Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do Secundário	CAT 71	Trabalhadores da Indústria Moderna
	CAT 72	Trabalhadores da Indústria Tradicional
	CAT 73	Trabalhadores dos Serviços Auxiliares
	CAT 74	Operários da Construção Civil
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	CAT 63	Prestadores de Serviços Não Especializados
	CAT 81	Ambulantes e Biscateiros
	CAT 82	Trabalhadores Domésticos
Trabalhadores Agrícolas	CAT 10	Agricultores

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Observatório das Metrôpoles.

A pretensão é utilizar as bases de dados decorrentes das pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em que são apreendidas informações relativas ao trabalho e rendimento, tais como o censo demográfico e a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Porém, para análise que se faz no nível intrametropolitana, somente o censo demográfico possui dados representativos.

Na fase interpretativa da hierarquia social ou da estratificação sócio-ocupacional, consideramos a terceira perspectiva teórica apresentada anteriormente (Bourdieu, 2007) que, além de incorporar as outras perspectivas – Bogardus (1925) e Sorokin (1927), consiste em considerar o território como espaço social objetivado, uma vez que este – o espaço social – se inscreve no espaço físico e, por isso, expressa a própria estrutura social.

O espaço social, por ser multidimensional, pode ser construído a partir de três dimensões fundamentais: volume de capital, estrutura de capital e evolução no tempo dessas propriedades. Mas é importante deixar claro que essa concepção de espaço social tem a preocupação de “recompor as unidades mais homogêneas do ponto de vista das condições de produção dos habitus, ou seja, no tocante às condições elementares da existência e dos condicionantes que elas impõem” (Bourdieu, 2007, p. 107). Portanto, essas dimensões não podem ser consideradas de formas estanques ou estáticas, é preciso considerar as relações existentes entre elas e todas as propriedades que compõem os grupos sociais que aí se posicionam.

Por isso, ao considerar que a estrutura social, compreendida a partir da concepção de espaço social, que se expressa no espaço físico, podemos realizar a interpretação do território metropolitano sob esse ponto de vista, a fim de compreendermos os processos de organização social de diferenciação, segmentação e segregação. Isso nos permite, inclusive, indagar a respeito dos processos de exclusão e/ou integração, na medida em que podemos analisar as distâncias sociais manifestadas no território. É esse sentido que procedemos quando elaboramos a tipologia socioespacial das áreas metropolitanas.

Referenciais teóricos e contextuais

Quando se lê a ocupação econômica do espaço urbano temos a oportunidade de esclarecer que a desigualdade social não é, em nenhuma hipótese, um acaso e tampouco um caos. A desigualdade é um efeito e é, do mesmo modo, uma causa. É o resultado de uma ordem, da ordem econômica para a qual colaboram o Estado e o mercado na mesma função, neste caso, perversa. Assim, compreendendo a relação entre o planejamento urbano (Estado) e o funcionamento do mercado imobiliário (sociedade/mercado), por exemplo, é possível verificar o gesto intencional dessas duas esferas da sociedade, do mercado e do Estado, que, no lugar de cumprirem o papel de gerir os riscos de crise da reprodução das relações sociais desiguais, e promoverem a coesão social; conduzem suas ações em sentido contrário, gerando crises e aprofundando desigualdades. Estado e mercado, assim, não gerem os riscos; mas, sim, geram os riscos. O Estado promove a localização de equipamentos urbanos nos quais faz altos investimentos, por meio de decisões entre regiões da cidade: entre as empobrecidas e carentes de equipamentos urbanos e as abastadas e as decisões têm sido pela manutenção das áreas precárias. Assim, pelo contraste de qualidade urbana, criam-se espaços de alto valor venal para serem explorados pelo mercado; revelando uma desigualdade social obviamente lucrativa para os agentes imobiliários. Ou seja, o Estado não cumpre o seu papel de promover a coesão social/integração e, ainda, promove exatamente o contrário disso, aliando-se ao mercado na reprodução da sociedade desigual. Sequer é possível distinguir, desse modo, o papel exercido pelo Estado do papel do mercado no processo, já que ambos se colidiram em uma só força motriz da desigualdade.

A escala metropolitana é fundamental na reflexão sobre o desenvolvimento urbano nacional. Apesar de esses territórios existirem como significativos territórios funcionais (ocorrência efetiva da função metropolitana), enquanto territórios institucionais são fragmentados, em especial quanto às instâncias de governo, as quais deveriam assegurar – juntamente com o mercado – as condições necessárias para que estas duas realidades do território, o funcional e o institucional, fossem plenamente realizadas. Mas não asseguram, pois se dão no contexto do clientelismo político que se caracteriza por relações hierarquizadas ancoradas no contexto centro-periferia, característica das relações verticais. A construção de uma governabilidade metropo-

litana demandaria o rompimento com essas típicas estruturas o que significaria uma mudança da escala com o estabelecimento de relações horizontais, nas quais o protagonista do processo de gestão metropolitana seja o interesse comum.

E um dos mecanismos que impede a construção da governabilidade da metrópole é exatamente esta dificuldade de constituir interesse comum metropolitano, pois os conflitos na escala metropolitana estão invisíveis, não compõem a pauta política. Só por isso já se justificaria a produção dessa obra, pois ela poderá subsidiar esse processo à medida que explicita índices e realiza um profundo diagnóstico da territorialidade metropolitana maringense. Na escala institucional essa região metropolitana vem sendo conduzida como um clube de serviço, que reúne parceiros, quase amigos. Nesse contexto a naturalização da segregação é o componente que contribui para sua própria reprodução, pois os atores, agentes da cena pública, responsáveis por lidar com a questão não incluem a segregação socioespacial na agenda política, na certa porque a consideram legítima no território maringense, onde forças sociais são forjadas, historicamente, como vimos, no mundo dos negócios privados.

Isto posto, desatacamos que as análises empíricas e teóricas se desenvolvem com o objetivo de identificar qual ordem urbana tais antecedentes configuraram na RMM e quais mudanças vêm incidindo sobre essa ordem no sentido de mantê-la ou transformá-la no transcorrer das duas últimas décadas. Tal resposta advém da interpretação do processo de metropolização que está se configurando na região, que pode ser evidenciado a partir de posição dessa região na hierarquia da rede urbana brasileira e também quanto ao nível de integração dos entes municipais no processo de metropolização nacional.

Esse processo de metropolização pode ser analisado a partir de diversos temas, enfoques teóricos e indicadores. A dinâmica da metropolização brasileira passou por diferentes fases durante o século XX e ainda passa por transformações neste século. A metropolização está ligada ao processo de urbanização, capaz de gerar dinâmicas territoriais de concentração e difusão dos elementos econômicos, políticos, sociais e culturais em determinados aglomerados metropolitanos. Isso explicita quais unidades detêm a capacidade de polarizar o território nas escalas nacional, regional e local, dado às suas características, dentre as quais foram utilizadas para esse estudo: a organização funcional dos espaços; a concentração e/ou distribuição de população, produto

e rendimentos; os fluxos de mercadorias, população e serviços; as condições de infraestrutura urbana; os processos de ocupação territorial; as articulações de poder; entre outras. O processo de metropolização depende de maior ou menor ocorrência dessas características em cada localidade e as transformações socioespaciais que os locais apresentam levam a distintos graus de integração dos territórios urbanos a essa dinâmica.

A análise da configuração dessa região metropolitana frente à dinâmica de metropolização ocorrida no país busca evidenciar como esse aglomerado, na sua forma institucionalizada expressa e, em que medida, expressa o processo de metropolização brasileiro. Se o efetivo fenômeno urbano-metropolitano local apresenta ou não correspondência com a institucionalização político-administrativa que lhe deu surgimento.

No capítulo 1, intitulado *A Região Metropolitana de Maringá na rede urbana brasileira e sua configuração interna*, se analisa a posição da RMM na hierarquia da rede urbana brasileira, por meio da base de Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE, que identifica os níveis de centralidade das cidades na rede urbana brasileira. O levantamento das ligações entre as cidades permite delinear suas áreas de influência e fazer um diagrama da articulação das redes no território. Essas áreas constituem os núcleos das aglomerações metropolitanas e de algumas não metropolitanas; e reúnem conjuntos de municípios com ocupação em continuidade, elevada densidade populacional, ocupação em atividades urbanas e expressivos fluxos de deslocamentos pendulares para o trabalho e/ou para o estudo em outro município que não o de residência. Ao se falar da metodologia, também se faz um apanhado da rede de influências entre as áreas de concentração de população, as ACPs (são 40 ACPs no Paraná, dentre as quais, as RMs de Curitiba, Londrina e Maringá). O item seguinte é propriamente o corpo da pesquisa, da análise do nível de integração de cada municipalidade componente da RMM à metropolização nacional: apresenta a região em seus aspectos principais, o momento de instalação e alterações, o nível de integração dos municípios à metropolização nacional, as áreas de influência regional, estadual e nacional; depois analisa os dados de população e participação percentual na RMM por nível de integração; dados da população residente em áreas urbanas e o grau de urbanização; a proporção de transferências correntes, fundo de participação municipal e ICMS em relação às receitas totais; o percentual de tra-

balhadores em ocupações não agrícolas; e o movimento de entrada e saída de pessoas dos municípios para trabalhar e/ou estudar. As conclusões apontam que os municípios com baixa, ou muito baixa, integração estão em melhor situação social do que o município com muito alta integração, Sarandi, município conurbado com Maringá.

A metropolização – mais ou menos intensa – está ligada diretamente a uma dinâmica que inclui os movimentos demográficos. Faz-se necessário conseqüentemente a análise que sucede a primeira relativamente à interpretação da dinâmica demográfica da região metropolitana, a partir do seu crescimento populacional, dos fluxos migratórios e de mobilidade residencial, relacionando com as fases do processo de urbanização dessa região.

O alto índice de urbanização do país já o constitui num dos espaços mais urbanizados da América Latina. E uma vultosa parte dessa população urbana se concentra nas áreas metropolitanas brasileiras que apresentam, por sua vez, uma considerável problemática social. Sem dúvida, a relação com a transição demográfica experimentada pela sociedade foi eficaz para a constituição desse fenômeno urbano-metropolitano atual. As tendências recentes da dinâmica demográfica metropolitana brasileira manifestam-se através de alguns elementos característicos: da baixa fecundidade, maior esperança de vida, mudanças na estrutura etária com o processo de envelhecimento populacional, aumento da população em idade ativa (“bônus demográfico”), diminuição da migração de longa distância e maior proeminência dos movimentos intrametropolitanos.

Essas dimensões manifestam-se mais ou menos intensamente nessa região metropolitana e a compreensão da contribuição de cada uma delas pode explicar as mudanças ocorridas na organização do território metropolitano maringaense. O Observatório das Metrôpoles utiliza a hipótese de investigação que trabalha com a perspectiva de que num primeiro momento da urbanização brasileira – caracterizada por seu ritmo acelerado – a dinâmica populacional influenciava a organização do território metropolitano sob pressão demográfica, onde predominava uma “busca por estar na cidade” (SILVA, 2012). No contexto atual de diminuição dessa pressão há um confronto entre maiores possibilidades de “escolhas” e os “constrangimentos” de elementos da estrutura urbana que atuam sobre o comportamento da população e sua movimentação no espaço. A hipótese é que passa a predominar uma “busca por apropriar-se da cidade”, e que tal busca pela apropriação

efetiva da cidade também se dá na escala metropolitana e influencia sua dinâmica espacial.

Mas, a concentração demográfica nesses territórios é mais expressiva nos municípios polo e, especialmente na região maringaense, onde a grande maioria dos moradores metropolitanos reside em Maringá, conforme pode ser visto no capítulo 2. Destaca-se também nessa territorialidade que os municípios metropolitanos do entorno lindeiro ao polo, especialmente Sarandi e Paiçandu, detêm a residência de um expressivo contingente de trabalhadores que fazem movimento pendular em direção ao núcleo, onde se concentram os postos de trabalho, oriundos de equivalente concentração econômica.

No capítulo 2, com o título *Dinâmica Demográfica da Região Metropolitana de Maringá*, o autor analisa as diferenças nos padrões de crescimento e das componentes demográficas entre os municípios da RMM, a fim de observar aspectos da dinâmica demográfica brasileira, da paranaense e da RMM, nas transformações ocorridas nas últimas décadas em seus três componentes (fecundidade, mortalidade e migração), em especial, o declínio da fecundidade que atingiu níveis abaixo da reposição. Começando por analisar a dinâmica demográfica nacional, o autor apresenta quadros com projeções populacionais, para até 2060, mostrando a tendência, para após 2030, de diminuição da variação percentual da população total brasileira; analisa a variação absoluta e taxa média geométrica de crescimento populacional, onde se vê que o declínio dos níveis de fecundidade foi uma das causas das reduções das taxas anuais de crescimento da população; então se analisam as taxas de fecundidade total no Brasil, donde se conclui que a população encontra-se mais envelhecida e com forte redução da população jovem. A análise aprofunda-se na Região Metropolitana de Maringá, pois o autor traça um perfil desta região comparando-a com números do Paraná e do Brasil; apresenta uma análise da estrutura populacional com análise de pirâmides etárias por período e por regiões; analisa a distribuição relativa dos grandes grupos etários na estrutura populacional; analisa os fluxos migratórios, outro fator de aumento ou diminuição populacional; concluindo que a RMM acompanha as tendências demográficas manifestadas no Brasil e no Paraná. A análise permite inferir que o crescimento demográfico na RMM se dá de forma desigual entre os municípios que compõem a Área de Concentração de População (ACP) e os demais. Com diminuição das taxas de fecundidade e envelhecimento da estrutura populacional, o

crescimento populacional positivo se dá principalmente através da migração, cuja influência positiva tem sido observada nos municípios dotados de um mínimo patamar populacional e que estejam servidos de infraestrutura diferenciada, como a rede de transportes existente no âmbito da ACP.

A análise e interpretação das mudanças econômicas presentes na região metropolitana, a partir da identificação, também espacial das atividades econômicas, da segmentação dessas atividades no conjunto dos municípios metropolitanos e da dinâmica do mercado de trabalho, sem perder de vista o contexto do desenvolvimento econômico brasileiro contemporâneo é fundamental para se observar as conexões – ainda que tênues – que ligam a estruturação econômica dessa região com as políticas econômicas que nascem no centro nacional e internacional das decisões. A identificação da configuração territorial das atividades econômicas na RMM se dá na associação com as mudanças estruturais ocorridas no país, principalmente a partir dos anos 1970. Até essa década, as grandes áreas metropolitanas no país eram as protagonistas do desenvolvimento nacional, pois geraram a grande parcela da riqueza e de empregos que o país apresentava. A partir de então houve uma inversão dessa tendência podendo resultar numa nova geografia econômica. Por isso, a análise realizada no território metropolitano maringaense busca identificar tendências territoriais da economia regional para contribuir na compreensão da organização econômica dos espaços metropolitanos no país.

No capítulo 3 intitulado *Estrutura econômico-produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Maringá: período 2000 e 2010* se caracterizam a estrutura econômico-produtiva na relação com o mercado de trabalho da RMM, buscando evidenciar os parâmetros para a compreensão da atuação metropolitana no contexto do movimento de inserção à economia neoliberal periférica; considerando, ainda, a evolução histórico-econômica dessa região. Realiza-se um levantamento referente à composição da PEA, PEA ocupada e não ocupada, mercado formal e informal nos anos de 2000 e 2010; constatando a presença de concentração de atividades do polo, relativamente aos demais municípios da região segundo o agrupamento dos mesmos pela integração que têm no processo de metropolização nacional, particularmente no número de empresas, bem como nas oportunidades de trabalho. Trata-se de identificar a inserção dessa região metropolitana na dinâmica da economia brasileira, traçando um histórico da loca-

lidade em estudo desde a colonização do norte do Paraná, passando pela constituição da RMM e, finalmente, focalizando, sobretudo, o período 2000-2010; aí se analisa a evolução da população de cada RM paranaense em relação às do Brasil e às do próprio Paraná, apontando para a alta densidade populacional dos municípios metropolitanos. A estrutura econômico-produtiva foi analisada por meio de comparações entre os níveis de integração dos municípios da RMM ao processo de metropolização nacional, por meio das análises do Produto Interno Bruto (PIB), da Renda, do Valor Adicionado nas dimensões da agropecuária, da indústria e dos serviços. Depois, analisam-se a população, o mercado de trabalho e a estrutura ocupacional da RMM, tomando, primeiro, as populações rural e urbana por nível de integração; depois a população economicamente ativa e a população ocupada, onde concluem que Maringá polariza as atividades econômicas de indústria e serviços e as oportunidades de trabalho, atraindo, assim, a população da circunvizinhança (força centrípeta); mas também expulsando as camadas mais baixas da população para a sua periferia, para longe do polo (força centrífuga), devido à especulação dos imóveis e do custo de vida na proximidade do centro. O estudo foi procedido por meio do corte temporal de dois momentos: 2000 e 2010. Os resultados revelaram que a RMM concentra suas atividades econômicas na cidade polo. São apresentados dados das empresas, da ocupação formal assalariada e do salário médio mensal por nível de integração, constata-se que o salário médio mensal diminuiu bastante em todos os níveis, no polo a queda de 1 salário mínimo mensal médio, embora nele seja encontrado o maior salário médio mensal pago, de 2,5 salários mínimos. Após isso, se analisam as atividades econômicas por nível de integração dos municípios à metropolização nacional, quando se nota o crescimento do setor serviços, seguido pelo setor industrial, com alta concentração no polo. Apresenta-se a interpretação de valores correntes da massa salarial anual, do percentual de rendimento per capita por nível de integração, donde a conclusão de que Sarandi apresenta maior percentual de pessoas sem rendimento. Na análise do panorama econômico comparado da região de Maringá em relação ao Brasil e ao Paraná, apresenta-se a participação relativa das RMs de Curitiba, Londrina e Maringá no PIB total produzido pelas RMs paranaenses; as participações do município-polo e dos demais Municípios da RMM no PIB metropolitano; o PIB per capita em valores correntes nas três RMs do Paraná. Em termos percentuais, essa região representou de 0,32%

na economia nacional, 0,58% na economia metropolitana e 5,42% na economia paranaense.

Os pressupostos dos estudos realizados admitem que os movimentos da economia estão entrelaçados e profundamente relacionados com o padrão de organização social do território da região metropolitana. A partir do aporte teórico utilizado na formulação da estrutura social é importante investigar e interpretar essas dinâmicas e relacioná-las com os processos de diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais, para identificar as mudanças ocorridas na estrutura social dessa área metropolitana e, consecutivamente, o padrão de organização social desse território.

O debate sobre o padrão contemporâneo de desenvolvimento econômico do país pode ser adensado com a compreensão do lugar que as áreas metropolitanas ocupam, ou seja, como a estrutura social e a organização territorial metropolitana contribuem para o padrão nacional de desenvolvimento da economia. Ou, como os territórios metropolitanos estruturam sua organização social atual, tendo em vista as mudanças econômicas e sociais ocorridas no país. Compreender a organização social do território metropolitano no país requer o entendimento acerca das mudanças sofridas pela estrutura social das áreas metropolitanas brasileiras e, nesse sentido o estudo sobre a Região Metropolitana de Maringá pode contribuir. É necessário identificar se ocorreram mudanças nas condições econômicas e sociais do país, e se tais mudanças impactaram de alguma forma na estrutura social brasileira, olhando essa estrutura social não somente pela estratificação de renda, mas a partir também de uma estratificação sócio-ocupacional. Se confirmadas alterações na estrutura social, faz-se necessário compreender e explicar como essas alterações impactaram o padrão de organização social do território metropolitano, pois os estudos realizados pressupõem que os arranjos populacionais no espaço físico, oriundos da localização da moradia das pessoas, expressa a estrutura social que a região apresenta.

O capítulo 4, *Estrutura e organização social do território da Região Metropolitana de Maringá*, apresenta elementos das transformações da estrutura socioespacial da RMM nas duas últimas décadas, com análises da estrutura, da dinâmica e dos padrões de organização social do território metropolitano, por meio da tipologia socioespacial visando identificar mudanças no padrão de organização social do território metropolitano no período. O pressuposto é que as formas urbanas

interferem nas formas de integração econômica e, conseqüentemente, na reprodução do capital, com os espaços sociais urbanos evidenciando as relações destas formas sobre a segregação e a desigualdade sociais. Com breve histórico da formação de Maringá, mostra-se a gênese totalmente mercantil desse território, fértil terreno para a lógica neoliberal, onde se organizava o desenvolvimento urbano a partir dos preços da propriedade privada da terra, com garantia de retorno dos investimentos aos negociadores e da formatação de uma concepção individualizante da sociedade. Busca-se averiguar se ocorreram mudanças na estrutura, na dinâmica e nos padrões de organização social do território metropolitano nas duas últimas décadas e se reproduzem essa lógica inicial. Essa comparação no período 1991 a 2010, se dá por meio da análise de uma tipologia socioespacial, utilizada como *proxy* da hierarquia e da estratificação social do território regional metropolitano, ou seja, do perfil social da região metropolitana, sendo as suas mudanças ou permanências observados a partir da estrutura sócio-ocupacional. As características da estrutura sócio-ocupacional (CATs) da RMM e das recentes transformações nela ocorridas podem indicar a permanência do modelo histórico de organização social neste território, identificadas por meio da espacialização das CATs para a construção da tipologia socioespacial e dos comparativos dos tipos segundo a população total e segundo a população ocupada.

Por fim, é realizado um estudo sobre a organização social do território metropolitano e sua relação com processos de diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais, para averiguar se há permanência ou mudança na lógica do desenvolvimento regional. Lógica aliçada na histórica forma de regulação do Estado no âmbito do modelo que se orienta pelos preços, portanto na lógica do mercado, numa intervenção em que o Estado atua no sentido de regulamentar para que a dinâmica de mercantilização passe a dar direção para a sociedade.

São inúmeras as determinações que constituem o real, por isso, é importante interpretar também a relação que existe entre organização social deste território e outras distintas dinâmicas, como por exemplo, as demográficas. Neste estudo trabalhamos com aquelas associadas à mobilidade espacial, migração e envelhecimento, considerando o sentido de recíproca influência entre essas dimensões, à medida que a localização da população no território e seu respectivo comportamento demográfico, são indicadores de outras dimensões sociais, econômicas e mesmo culturais e vice-versa.

A urbanização brasileira é mais tardia que nos países de capitalismo central, porém extremamente acelerada. Assim a transição demográfica que acompanhou esse processo é de grande importância para explicar essa mesma urbanização, pois problemas relacionados à moradia, ao mercado de trabalho, à mobilidade, à violência, ao acesso aos serviços básicos estão fortemente relacionados à demografia (SILVA, 2012). Objetiva-se identificar nesse capítulo qual o papel das dinâmicas demográficas estudadas por meio das mudanças de residência no espaço metropolitano, das condições de mobilidade e do processo de envelhecimento sobre as transformações na organização social do território da RMM. Se identificadas mudanças na composição social metropolitana estas podem estar relacionadas a fluxos de migrantes, ou ao aumento da população em idade ativa, ou a saída de pessoas para trabalhar em áreas grande número de postos de trabalho. Enfim, se busca responder qual é o papel que cumpre a dinâmica da população sobre a estruturação socioespacial dessa região e sobre as mudanças na sua organização social.

De tal modo, o capítulo 5, *Dinâmicas demográficas na Região Metropolitana de Maringá: mobilidade espacial e migração*, reúne variáveis importantes para explicar a dimensão populacional na definição da estrutura social metropolitana. Inicialmente se identificam os principais fluxos migratórios que se dirigiram para a Região Metropolitana de Maringá. Trata dos processos subjacentes em que esses diferentes grupos migratórios estão inseridos e articula tais processos com a formação econômica do espaço brasileiro e as diferentes políticas econômicas que nortearam a configuração do território de Maringá. Parte-se do histórico das migrações, desde os chamados *pioneiros*, migrantes paulistas, mineiros e nordestinos que ocuparam o Norte e o Noroeste do Paraná, formando núcleos urbanos pelo processo de colonização, seduzidos pela expansão da economia cafeeira, seguidos por outros grupos asiáticos, europeus e seus descendentes, que adquiriam as pequenas propriedades, tanto urbanas como rurais.

A migração em Maringá foi analisada também sob o enfoque teórico da mobilidade do trabalho, partindo da compreensão da produção e da estrutura das relações de trabalho na RMM para entender as migrações em seu contexto econômico. Parte do pressuposto que após os anos 1990 predominou na região a migração a curtas distâncias, mas que, com o surgimento de novas indústrias na RMM depois de 2000, houve a atração e os retornos de paranaenses, bem como de outros grupos migratórios, evidenciando que um décimo da população

da metrópole é composto por migrantes recentes que representam, na população total em Maringá, 11,95%, ou 40.230 habitantes. Esse processo é mapeado e os dados analisados segundo a tipologia socioespacial da região.

A reflexão acerca da estrutura de uma sociedade desigual demanda que se alcance a dimensão mais completa das desigualdades. E esta pode ser alcançada pelo esclarecimento das estruturas de oportunidades oferecidas para o conjunto das pessoas. Na compreensão da organização social dessa região metropolitana se inclui essa vertente na análise do chamado efeito território da região metropolitana sobre as oportunidades associadas à estrutura educacional. Com esse olhar se pode observar o impacto das características do território exercidas sobre os resultados escolares; as desigualdades de distribuição dos alunos pela rede pública de ensino; as políticas educacionais na região metropolitana; os mecanismos de estratificação das escolas. A interpretação da relação entre organização social do território da região metropolitana e as desigualdades sociais, relativas às oportunidades educativas possibilita levantar hipóteses sobre os mecanismos explicativos da própria desigualdade que caracteriza essa territorialidade.

Trata-se de um desdobramento da análise da organização social do território da região maringaense no que se refere à relação entre as desigualdades e as oportunidades educativas. Busca-se averiguar com o desenvolvimento dessa análise como o contexto social do território metropolitano está relacionado com o atraso escolar, com o abandono da escola pelo aluno e com o desempenho escolar dos estudantes. E, ainda, nesse estudo é correlacionada a segregação residencial – que caracteriza a região metropolitana de Maringá – com os dados educacionais, para verificar se esta segregação exerce impacto sobre os resultados escolares, com identificação dos mecanismos do chamado efeito-vizinhança no contexto metropolitano e o impacto da segregação sobre os resultados escolares.

No capítulo 6, *Desigualdades educacionais e território na RM de Maringá*, se analisam o chamado *efeito território* sobre as oportunidades escolares, explorando as associações entre as desigualdades escolares, a estrutura educacional e a configuração socioeconômica do território da região metropolitana de Maringá, utilizando a descrição analítica e descritiva como metodologia. Para a pesquisa, foram utilizadas informações das escolas da rede pública do ensino fundamental dos 26

municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM), totalizando 203 escolas. Buscam-se explicações para as desigualdades educacionais verificadas, sendo questões centrais as pertinentes à vulnerabilidade criada pela falta de políticas sociais e pela concentração das oportunidades na cidade polo da RMM; e “verificar se a educação também está à mercê do mercado de trabalho extremamente competitivo, que engendra a tendência do isolamento de alguns grupos diante das oportunidades, não apenas no mercado de trabalho, mas também nas oportunidades oferecidas pelas escolas”, afirmam os autores, para os quais, o território é também uma forma de expressão da hierarquia e do distanciamento social, sendo este construído num processo aparentemente natural da sociedade, mas que na verdade é forjado; havendo diferenciação social do território urbano segundo os recursos materiais, poder, *status*, diferenças de recursos tornam-se objetivos em grupos específicos, isolados nos seus territórios. A partir daí, buscou-se analisar o efeito das estruturas sociais, fincadas no território urbano, sobre o desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental público de anos iniciais e finais; e a distribuição das oportunidades escolares sobre esta região. Elaborou-se estudo dos níveis de escolaridade dos responsáveis para cada tipo socioespacial da RMM, visando a análise relacional entre a configuração socioeconômica e os desempenhos escolares, demonstrando as desigualdades escolares e de oportunidades; além de um mapa demonstrativo de nível de desempenho dos alunos de 5º e 9º ano para as proficiências de português e matemática indicando quais os municípios que tiveram nível adequado para sua etapa de ensino e quais não alcançaram nível adequado.

O efeito território da região metropolitana também pode ser evidenciado no que concerne às oportunidades associadas à estrutura do mercado de trabalho, tendo em vista as diferenças de obtenção de renda, a fragilização ocupacional e o risco de desemprego na região. Isso significa uma interpretação da relação entre a organização social do território metropolitano e as desigualdades sociais relativas às oportunidades no mercado de trabalho, de modo a levantar hipóteses sobre seus mecanismos explicativos. Assim, este trabalho insere-se no conjunto do livro como desdobramento da análise da organização social do território metropolitano no seu relacionamento com as desigualdades de oportunidades do mercado de trabalho. As desigualdades de renda aparecem na agenda pública brasileira de maneira significativa na primeira década do século XXI, à medida que o país passou a apre-

sentar melhoria na distribuição de rendimentos. Ao mesmo tempo o desemprego, que se colocava no passado como um dos principais problemas brasileiros e, por conseguinte, de suas regiões metropolitanas, reverteu sua trajetória de crescimento ao acompanhar a dinâmica da economia brasileira. Além disso, o aumento da formalização do trabalho parece ter contribuído para redução da fragilização ocupacional no mercado de trabalho brasileiro. Por isso, a preocupação em saber se a localização territorial coloca-se como um dos determinantes das diferenças de renda entre os indivíduos e de suas chances (ou risco) de estarem desempregados ou em situação de fragilidade ocupacional. Ou seja, qual efeito a localização territorial dos indivíduos tem sobre o nível de rendimento e suas chances de estarem desempregados ou em situação de fragilidade ocupacional.

O capítulo 7, *Organização Social do Território e Desigualdades Sociais: Oportunidades do Mercado de Trabalho*, busca evidências da relação entre a organização social do território da Região Metropolitana de Maringá e as desigualdades de oportunidades do mercado de trabalho relativas ao desemprego, à fragilidade ocupacional e ao rendimento do trabalho principal, no período 2000-2010. Defende que a inclusão do efeito território na análise das estruturas de oportunidades do mercado de trabalho permite a compreensão melhor das desigualdades e a releitura da influência das características individuais nessas estruturas de oportunidades. Seguem-se duas hipóteses: A primeira hipótese insere-se no contexto de compreensão dos fatores atuantes na produção e na reprodução de desigualdade, considerando gênero, idade, composição da cor e nível de escolaridade. A segunda hipótese, da influência do território na produção e reprodução de desigualdades, insere-se no contexto de análise da ordem urbana, a partir do critério da espacialidade, tendo por objetivos: *a)* demonstrar os efeitos do território nas oportunidades geradas pelo mercado de trabalho, relativas ao desemprego, à fragilidade ocupacional, e ao nível de rendimento; *b)* buscar evidências empíricas desses efeitos nas oportunidades geradas nas três dimensões analisadas. A análise busca o efeito território nas estruturas de oportunidades do mercado de trabalho, relativas às desigualdades no desemprego, à fragilidade ocupacional e ao rendimento do trabalho principal. Com base na tipologia socioespacial, desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles, e dos indicadores de desemprego, fragilidade ocupacional e renda, foi demonstrado que a dinâmica das desigualdades no mercado de trabalho na ACP Marin-

gá, no período 2000-2010, segue o padrão da organização social do território, qual seja: o padrão núcleo-periferia. Os autores concluem que é preciso uma visão conjunta dos fatores determinantes da dinâmica de produção e reprodução de desigualdades, na metrópole liberal-periférica, uma vez que uma condição de simultaneidade entre a tipologia socioespacial e os fatores individuais determinam as desigualdades sociais nas oportunidades do mercado de trabalho: “Com base nos resultados decorrentes da análise da relação da organização social do território e as desigualdades nas oportunidades no mercado de trabalho, foi possível estabelecer a dimensão das suas consequências a população que detém o mais baixo volume de capital. Esta população é a que mais sofre o viés da desigualdade nas estruturas de oportunidades no mercado de trabalho, em relação ao desemprego, à fragilidade ocupacional e ao rendimento do trabalho principal. Além disso, essa população ocupa as áreas da periferia urbana, onde são verificados os piores índices de bem-estar urbanos da ACP Maringá. E é a mesma população desprovida de política de moradia que, em sua grande moradia, se submete ao padrão rentista estabelecido pela especulação imobiliária, e acabam por destinar um terço de sua renda para o pagamento de aluguel”, afirmam.

Uma das consequências mais perversas dos processos de segregação socioespacial é a periferação da moradia das classes de rendimentos baixos. Ocorre que também nesse caso há um conjunto de particularidades e interações entre as diferentes formas de provisão da moradia e a organização social do território. As mudanças nas condições de provisão da moradia, a partir do final dos anos 80, alteraram significativamente a configuração socioespacial das municipalidades brasileiras e, mais profundamente, das áreas metropolitanas. A crise no sistema de financiamento público para a aquisição da casa própria ao longo de vinte anos e a crescente instabilidade da renda dos setores médios e populares reduziram relativamente o papel do capital incorporador na estruturação do ambiente construído urbano, dinamizando, assim, formas não capitalistas de produção habitacional, como a autoconstrução e a produção rentista. Tais mudanças reorganizaram a localização territorial dos sub-mercados imobiliários e, por consequência, as condições de acesso à moradia e ao mercado de trabalho. No entanto, existem evidências de que esse quadro começou a sofrer novas alterações, em função da retomada dos financiamentos públicos para o setor. Novas empresas construtoras/incorporadoras surgem

no mercado com produção em grande escala, direcionada não apenas para as categorias sociais superiores, mas alcançando os setores médios baixos e populares nas periferias das metrópoles. Trata-se de analisar então as particularidades e as interações entre as diferentes formas de provisão da moradia: empresarial, rentista, estatal, por autoconstrução e por cooperativa e a relação das diversas formas com a organização social do território metropolitano.

O capítulo 8, *A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu*, avalia os impactos da produção habitacional da década de 2000 no padrão socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu. Apresenta as tendências de alteração deste padrão frente à recente produção de habitação social de mercado do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, entre os anos de 2010 e 2013. Constata a manutenção de efeitos nocivos no espaço metropolitano, sobretudo entre 1990 e meados dos anos 2000, como processo de elitização dos espaços, periferação da pobreza e segregação socioespacial. Entretanto, também verifica alterações positivas no nível intraurbano. Após apresentar um documento definidor das transformações do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu, através dos diversos arranjos por que passou o território em função do mercado; apresenta-se um histórico recente da política habitacional, do Brasil à realidade da RMM. Na sequência, mostra-se como era a provisão de moradia no aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu na década de 1990, além de quais foram os impactos na organização socioespacial, fazendo um retrato de uma paisagem segregada. A mesma coisa é feita para o período de 2001 a 2009, como ficou a provisão de moradia no aglomerado metropolitano de Sarandi-Maringá-Paiçandu de 2001 a 2009 e como ficaram os impactos na organização socioespacial. Do ano 2010 ao 2012 analisam-se a produção do Programa Minha Casa Minha Vida e a produção habitacional do PMCMV em relação a estrutura socioespacial do Aglomerado Sarandi-Maringá-Paiçandu. Os autores acusam a “não efetivação dos princípios e diretrizes traçados com a nova política habitacional, alocando recursos em outros marcos legais e não em conformidade ao planejamento territorial”.

A consequência imediata e de maior impacto da periferação da moradia são as condições de deslocamento cotidiano da população pelo território metropolitano, atualmente bastante problemática. A questão da mobilidade urbana, em especial nas áreas metropolitanas,

vem ocupando cada vez mais espaço no debate público no Brasil. Consideramos que as condições atuais de deslocamento nas cidades brasileiras exigem reflexões mais sistematizadas que considerarem toda a complexidade dessa questão, por dois motivos principais. O primeiro deles é a crescente precarização das condições de deslocamento principalmente nas grandes cidades brasileiras que nos permite falar em uma “crise da mobilidade urbana”. Em segundo lugar, o Brasil está recebendo, no contexto dos chamados megaeventos, os maiores volumes de investimentos em projetos de mobilidade urbana da história do país, o que permite supor que há perspectivas de superação desta crise. Neste contexto, é preciso considerar que as atenções dadas à mobilidade urbana no Brasil ainda se concentram na questão técnica com alto foco no trânsito. Assim a investigação das condições em que as pessoas se deslocam diariamente no território metropolitano, considerando o tempo de deslocamento entre casa-trabalho, a partir da variável disponibilizada no Censo 2010 pode contribuir para aprofundar a compreensão da problemática e da análise entre essas condições de deslocamento e a organização social do território da região metropolitana.

No capítulo 9, *Organização social do território e mobilidade urbana em Maringá*, analisam-se as condições de deslocamento da população na Região Metropolitana de Maringá considerando o tempo gasto nas viagens entre casa-trabalho, a partir do censo demográfico 2010. São utilizadas também as variáveis a frota de veículos, pelos dados do DENATRAN 2013; e o sistema público de transporte coletivo, pelos relatórios da LOGITRANS de 2007 e 2010. Dados dos movimentos pendulares de 2000 e 2010 permitiram identificar um maior fluxo de deslocamentos entre os municípios do aglomerado Maringá-Sarandi/Paiçandu-Marialva, onde também há as piores condições de deslocamento da RMM. A análise dos dados mostrou que os trabalhadores gastam mais tempo de deslocamento nas viagens pendulares e que existe uma relação entre a queda do uso do transporte coletivo e o aumento sistemático do número de veículos individuais nos municípios do aglomerado.

A organização social do território da região metropolitana será aprofundada, ainda, com a utilização da variável bem-estar urbano que se constitui num indicador bastante consistente para demonstrar as condições da vida nesse território. Trata-se de informações sistematizadas no Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), formulado pelo Observatório das Metrôpoles o que possibilita a relação entre organização

social do território da região metropolitana e as desigualdades sociais referentes ao bem-estar urbano. Com isso atende-se a preocupação de saber se a melhoria das condições individuais de vida tem sido acompanhada por melhoria das condições coletivas de bem-estar urbano, a partir das condições de vida associadas à moradia, ao acesso aos serviços urbanos básicos e de infraestrutura e à mobilidade urbana nas regiões metropolitanas brasileiras. A avaliação das condições de bem-estar urbano torna-se importante no momento em o país tem experimentado redução das desigualdades de renda, redução da pobreza e aumento do consumo mercantil de bens e serviços. Com isso se amplia a investigação das condições coletivas de bem-estar para o espaço urbano, sobretudo, do espaço metropolitano, onde os problemas sociais têm se acumulado no Brasil, por meio da análise de diversas dimensões do mundo urbano. Destacamos que também estão contemplados estudos sobre um aspecto ambiental bastante valorizado na atualidade. Trata-se de um aprofundamento sobre a dimensão das *condições ambientais urbanas*, mas, especialmente sobre as condições de arborização dos passeios públicos no território da Região Metropolitana de Maringá, com o estabelecimento, ainda, de uma análise no marco do conceito de *vulnerabilidade socioambiental*.

O capítulo 10 *Condições de vida urbana no território metropolitano da região de Maringá: uma análise do IBEU* analisa os municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM), quanto às condições de vida urbana. Para esta análise utilizou-se o Índice de Bem-Estar Urbano, o IBEU-Local, um instrumento que permite mensurar os dados a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBEU foi desenvolvido pelos pesquisadores do Observatório das Metrôpoles e possibilita um olhar a qualidade de vida urbana nas regiões metropolitanas brasileiras, em escala espacial intrametropolitana. Num primeiro momento, são apresentados os índices das 52 Áreas de Ponderação (APOND) dos 26 municípios que compõem a região por meio das cinco dimensões que compõem o citado índice: mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura. Na sequência são apresentados os níveis de bem estar urbano. O estudo retrata outros aspectos das desigualdades do território metropolitano em relação às condições de vida urbana nessa região, considerada uma das principais do Estado do Paraná. Mas, se reproduz na região um modelo de urbanização que privilegia o centro, com

todos os recursos concentrados na cidade polo, restando à periferia metropolitana e, principalmente os municípios conurbados, o mínimo de estrutura.

O capítulo 11, *O IBEU na Região Metropolitana de Maringá – uma análise da arborização e da vulnerabilidade socioambiental no marco da mudança climática* analisa uma das dimensões do IBEU (Índice de Bem-estar Urbano), especificamente a segunda dimensão relativa às Condições ambientais urbanas (D2), que foi construída a partir dos 3 (três) indicadores arborização; esgoto a céu aberto e lixo acumulado, os quais foram medidos sempre no entorno dos domicílios de cada município da Região Metropolitana de Maringá – RMM. A apresentação dos dados é recortada por reflexões e análises que privilegiam o debate a respeito da arborização do passeio público, no âmbito das discussões ambientais.

A questão metropolitana brasileira é retomada e analisada também no capítulo 12 *O Metropolitano Brasileiro: entre a nova dinâmica urbana e a velha prática política* que se estrutura a partir das reflexões que o Observatório das Metrôpoles vem desenvolvendo com o objetivo de subsidiar a efetividade da política metropolitana brasileira e, principalmente, da governabilidade destes territórios. Busca-se elencar um conjunto de argumentos como justificativa para o planejamento e gestão compartilhados de políticas públicas que atendam aos interesses comuns destas aglomerações, que podem justificar o imperativo de construir mecanismos institucionais de governabilidade metropolitana, frente aos desafios sociais engendrados nestes territórios. Pressupõe-se para tal a configuração de arranjos institucionais que transformem o “fazer política” nas áreas metropolitanas brasileiras, rompendo com o clientelismo político, a medida em que tais áreas são o lugar que agrega interesses em comum, onde forças sociais políticas deverão se unificar em torno de objetivos coletivos. Tal contexto consolida desafios que tornam imperiosa a necessidade de colocar a política urbana e no seu bojo, a metropolitana, na agenda política brasileira.

A organização social do território metropolitano está também associada a variáveis institucionais de gestão e governabilidade das regiões metropolitanas no país. De tal modo é fundamental buscar a interpretação dos limites e possibilidades dos mecanismos de gestão na escala metropolitana e também como as ações públicas decorrentes da institucionalidade implantada vêm estruturando o território metropolitano maringaense. Neste cenário, o desenvolvimento de ações co-

ordenadas no conjunto das regiões metropolitanas brasileiras e, também, na Região Metropolitana de Maringá, requer que se aprofunde o conhecimento político-institucional da gestão municipal. Para isso é importante a realização de estudos dos arranjos de gestão cooperativos, na perspectiva de avaliar as possibilidades e limites para a instauração de formas de governança metropolitana capazes de impulsionar a cooperação entre as instituições públicas e a sociedade na resolução de problemas comuns, o que configura a chamada governança metropolitana.

É necessário realizar a análise do atual formato da gestão da região metropolitana e identificação da existência e do funcionamento de aparatos institucionais de caráter mais abrangente (órgãos metropolitanos) como de caráter mais restrito (consórcios e/ou órgãos setoriais em torno dos transportes, saneamento ambiental, gestão dos resíduos sólidos etc.). Também se faz necessário nesse estudo avaliar qual a legitimidade do órgão metropolitano e/ou de planos metropolitanos – ou outros de caráter regional - existentes e, em que medida, as institucionalidades vêm se traduzindo em ações de governança para buscar a identificação e compreensão dos limites e possibilidades dos mecanismos de gestão na escala metropolitana e como as ações públicas decorrentes vêm estruturando o território metropolitano.

No capítulo 13, *Gestão metropolitana: a sua construção por meio de experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Maringá*, são apresentados dados institucionais sobre gestão metropolitana e sobre as experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Maringá. O conjunto dos dados descritos e analisados visa responder se as ações têm contribuído para a construção de práticas de gestão metropolitana. Se isso está acontecendo busca-se identificar como e por que se dá. O capítulo apresenta um significativo conjunto de dados bem como uma atualizada revisão de literatura sobre o tema. Constata que na construção dos enredos sobre a Região Metropolitana de Maringá (RMM), embora não exista uma efetiva gestão metropolitana nessa região, as referidas experiências têm contribuído para a sua construção, ainda de modo incipiente, mesmo sem constituir políticas intersetoriais e identidade metropolitana.

Referências

- BERTELLI, A. R. (org.) (1973). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 4. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BOGARDUS, E. (1925). Measuring social distance. *Journal of Applied Sociology*, 9, Nov/Dec.
- BOURDIEU, Pierre (1996). *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, Papirus.
- BOURDIEU, P. (2007). *A Distinção, Crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp, Porto Alegre, RS, Zouk, 560 p.
- FILGUEIRAS, L. A.; GONÇALVES, R. (2007). *A economia política do governo Lula*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- HARVEY, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). REGIC, Região de Influência das Cidades. Disponível em, http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf.
- MARX, Karl (1992). “A estrutura de classes na Alemanha”. In, IANNI, O. (org.) *Karl Marx*. São Paulo, Ática.
- MARX, Karl (2008). *O Capital, crítica da Economia Política*. 26 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MINGIONE, E. (1991). *Fragmented societies, a Sociology of Work beyond the Market Paradigm*. Oxford, Basil Blackwell.
- MOTA, Lúcio Tadeu, NOELLI, Francisco Silva. “Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri”. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.) (1999). *Maringá e o norte do Paraná (Estudos de história regional)*. EDUEM, Maringá.
- NOELI, Francisco Silva, MOTA, Lúcio Tadeu. “A pré-história da região onde se encontra Maringá”, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.) (1999). *Maringá e o norte do Paraná (Estudos de história regional)*. EDUEM, Maringá.
- POLANYI, K. (2000). *A grande transformação, As origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.
- PRETECEILLE, E. (1994). *Cidades globais e segmentação social*. In, RIBEIRO, L. C. Q. & PRETECEILLE, E. (1988) *Mutations urbaines et politiques locales*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine, v. 1.
- PRETECEILLE, E. (1993). *Mutations urbaines et politiques locales*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine, v. 2.
- RIBEIRO, Luiz César de Q (2013). *Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-*

metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles/INCT/FAPERJ-CAPES-CNPq.

RODRIGUES, Ana Lúcia (2004). A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. São Paulo, PUC (Tese de Doutorado).

SANTOS Jr., O. S. (Org.). Globalização, fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 65-89.

SILVA, S. R de A., FARIA, Teresa de Jesus Peixoto (2012). Migração em Macaé: Impactos da Industrialização no Processo de Urbanização, *Vertoices*, vo. 14, n.2, Essentia Editora, Campos dos Goytacazes/RJ.

SOROKIN, P.A. (1927). Social mobility. Nova York, Harpen and Brothers.

TABARD, N. (1993). Des quartiers pauvres aux banlieues aisées, une représentation sociale du territoire. *Économie et Statistique*, n. 270- 10, pp. 5-21.

TABARD, N. & CHENU, A. (1993). Les transformations socioprofessionnelles du territoire français, 1982-1990. *Population*, v. 6, pp. 1735-1770.

TRINTIN J. G. e VIGNANDI, R.S (2013). As transformações na agricultura paranaense e seus efeitos sobre a expansão agrícola no Noroeste do Estado. VI ECOPAR-Encontro de Economia Paranaense, UNIOESTE, Toledo. Consulta em 21/07/2014. <http://www.pce.uem.br/producao/fb1ba757ec066d28c3ec458f69af757c.pdf>.

WEBER, M. (1977). “Classe, Status, Partido”. In VELHO, O. G., PALMEIRA, M. G. S. e.

WEBER, M. (1999). *Economia e sociedade*. Brasília, UNB.

WEBER, M. (1987). *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo. Editora Moraes.

PARTE I

Dinâmicas de metropolização: inserção na rede urbana, população e economia

A Região Metropolitana de Maringá na rede urbana brasileira e sua configuração interna

Ana Lúcia Rodrigues
Amália Maria Goldberg Godoy
Wesley Ferreira de Souza

Resumo: Neste capítulo, analisa-se a posição da Região Metropolitana de Maringá (RMM) na hierarquia da rede urbana brasileira, por meio da base construída pelo IBGE nas Regiões de Influência das Cidades (REGIC), com o objetivo de identificar os níveis de centralidade e as respectivas regiões de influência dos municípios. Analisa-se o nível de integração de cada município na metropolização nacional, apresentando os principais aspectos que se constituem nas variáveis demonstrativas de maior ou menor grau de inserção. Conclui-se que municípios de menor integração estão em melhor situação social do que os municípios mais integrados. Exemplo disso é Sarandi, de alta integração, com população que faz intenso movimento pendular diariamente em direção a Maringá para trabalhar, mas sem qualquer concentração de ativos econômicos.

Palavras-chave: rede urbana; metropolização; Região Metropolitana de Maringá

Abstract: This chapter proposes to analyze of the position of Maringá's metropolitan area, (Metropolitan Region of Maringa-MRM, as called in Brazil), within the country's urban network hierarchy, by using the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) basis on Areas of Influence of Cities, aiming to identify the different centrality levels of the municipalities in the national urban network. Following, by means of a classification created by the Observatory of the Metropolises, it's analyzed the integration level of each MRM town as regard to the national metropolization. It's also presented the leading aspects of every MRM municipality, which represent the demonstrative variables on the higher or lower involvement level of each one in the whole brazilian metropolitan process. The main conclusions evidence the higher social conditions of those towns with "low" or "very low" integration to the brazilian metropolitan situation, rather than those with a higher

level of integration to it. This is precisely the case of Sarandi, which presents a “very high” integration level, explained by the intense daily working “pendulum movement” towards Maringa but without any economic assets added to that.

Keywords: Urban network; Metropolization; Metropolitan Region of Maringa.

Introdução

A acelerada urbanização brasileira, concomitante ao desenvolvimento do conjunto das atividades econômicas e sociais, gerou um passivo social circunscrito principalmente às áreas periféricas das regiões metropolitanas (RMs), cujas características principais se vinculam diretamente aos processos de profunda fragmentação socioespacial desses territórios.

Com papel específico e com pouco diálogo ou articulação entre seus componentes, as primeiras regiões metropolitanas brasileiras foram criadas de cima para baixo, pois elas eram fruto de estratégias econômicas e políticas federais ocorridas no final da década de 1960 e implementadas a partir da década de 1970. Segundo Silva e Ferreira (2005), elas tinham as finalidades de possibilitar um maior controle do governo e de permitir políticas setoriais específicas para estes centros. Nesse contexto, as capitais dos estados foram concebidas como cidades-polo das RMs e, assim, privilegiadas por investimentos, com o pretexto de “irradiar” benefícios às periferias, o que não ocorreu.

Para isso, o Governo Federal deu suporte técnico e financeiro, via Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, às regiões criadas. Os municípios, portanto, cresceram a partir de um planejamento centralizado no e pelo Governo Federal, o qual determinava recursos para as áreas centrais e, com isso, reforçava a relação centro-periferia (AZEVEDO e GUIA, 2000 e LOPES, 2006).

Com a Constituição de 1988 ocorreram as autonomias administrativa e fiscal dos municípios, sob o discurso do fortalecimento da esfera municipal. Havia a identificação de um fato: “a questão metropolitana se relacionava com o desmando do governo militar e, simultaneamente, como uma estrutura padronizada considerada ineficaz” e, segundo Azevedo e Guia (2000, p.101), a palavra de ordem era “municipalização”.

A Constituição delegou aos governos estaduais a responsabilidade pela criação e gestão das RMs¹, no entanto sem a devida alocação de recursos financeiros específicos. Em decorrência, sobretudo, dessa herança autoritária, todas as constituições estaduais, com exceção do Acre, Amapá e Amazonas, incorporaram a diretriz de sua criação, mas, não regulamentaram imediatamente a matéria (CASTRO, 2006, p. 40).

Não se pode deixar de apontar que o ambiente, no regime militar, era de inflação galopante e deterioração das finanças públicas com consequentes dificuldades de planejamento. Como houve a descentralização de poderes, porém com poucos recursos, os municípios tiveram de criar e implementar estratégias locais para o desenvolvimento, bem como para o aumento dos recursos próprios aos investimentos em infraestrutura com objetivo de atrair o capital externo (e/ou mesmo estrangeiro). Como resultado, ocorreu competição entre os municípios, inclusive via guerra fiscal, o que reforçou a situação privilegiada daqueles que possuíam melhores condições econômicas, sociais, infraestruturais e intelectuais.

A partir de 1988 os estados passaram a instituir novas RMs ou a inserir novos municípios nas regiões existentes. Ressalte-se que, nesse período, surgiu a reforma pública marcada pela retórica da eficiência e da eficácia governamentais, pelo equilíbrio orçamentário e pelas parcerias entre os setores público e privado; reforma esta tida como novo modelo de estado em ambiente globalizado e de inserção competitiva das cidades, características do neoliberalismo. Os governos locais passaram a ser os principais provedores dos serviços de saúde e de educação, de forma hierárquica e dependente das transferências de recursos da esfera federal para as esferas estaduais e municipais, tornando figurativa a figura da RM. Sob essa égide e a influência das lideranças políticas locais em busca de benefícios, cada Estado implementou e/ou expandiu suas RMs de forma particular, constituindo, cada uma delas, um conjunto extremamente diversificado de aglomerados, composto por grupos de municípios com diferenças acentuadas entre si, seja em aspectos econômicos seja em aspectos sociais (RIBEIRO et al, 2011, p.53).

¹ Em seu artigo 25, § 3º, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece que “Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

Em 2001 foi sancionado e publicado o Estatuto da Cidade, conforme Lei nº 10.257/2001², e criado o Conselho das Cidades, a partir da Medida Provisória 2.220 de 4 de setembro de 2001, os quais estabeleceram que municípios integrantes de regiões metropolitanas deveriam elaborar seus Planos Diretores. Destaque-se que no Paraná essa exigência foi ampliada para todos os 399 municípios por meio de um Decreto do governo do Estado. Tal exigência, ao contrário de fomentar o diálogo intermunicipal ou reforçar a importância de se assumirem questões regionais, contribuiu para fortalecer o isolamento por parte dos municípios (AZEVEDO e GUIA, 2000, p. 131-144).

Além disso, desde 2004 tramitava no Congresso o Projeto de Lei nº 3.460, chamado Estatuto da Metrópole, que foi aprovado e se encontra em discussão no Senado Federal, instituindo diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano e criando o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas, consoante com o Estatuto da Cidade. Em seu Artigo 4º, parágrafo único, o Projeto de Lei nº 3.460, conforme disposição constitucional³, delega aos Estados e à União a criação de Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas, Microrregiões e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), as quais, para se constituírem, necessitam atender uma série de requisitos. Destaca-se que esse projeto em discussão no Senado apresenta muitos aspectos favoráveis às unidades existentes e também à orientação para criação de novas institucionalidades metropolitanas. Outro ordenamento legal de interesse das RMs é a Lei nº 11.107/2005, regulamentada no início de 2007, a qual fornece as bases jurídicas para a formação de consórcios públicos no país. Segundo esta Lei, os consórcios podem ser formados pelos entes federativos, seja União, Estados ou Municípios, e sua finalidade é realizar objetivos de interesse comum.

² Aqui, referimos ao Estatuto da Cidade, que estabelece os instrumentos de políticas urbanas, no art. 4º, inciso II (destaque ao § 3º: “Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil”); assim como aos artigos 44 e 45, que tratam da “Gestão Democrática da Cidade”.

³ Este é o parágrafo único do art. 4º do Estatuto da Metrópole: “A criação de unidades regionais urbanas é de competência dos Estados e da União, observado o que dispõem, respectivamente, os arts. 25, §3º [veja nota 4 acima], e 43 da Constituição Federal.” Quanto ao art. 43 da Constituição: “Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais”.

Essas disposições legais visando o enfrentamento da problemática comum a distintas municipalidades, respondem às diferenças identificadas entre os municípios periféricos, em geral de fraca base tributária, perdendo expressão para a cidade núcleo, que se vê chamada a prover serviços para uma população cada vez maior que nela vem trabalhar, enquanto sofre perda relativa de receita, em parte por força de mecanismos relativos à guerra fiscal entre Estados e entre os próprios municípios (SANTOS JUNIOR, 2000, p.109).

Conseqüentemente, dois aspectos interligados reforçam essas diferenças: a) a herança cultural histórica de não cooperação entre os municípios, ou, pelo outro lado da moeda, o caráter competitivo em termos da atração de investimentos e de pessoas especializadas, fruto do processo de globalização excludente por que passa o país; b) o contrato social constitucional que não deu as condições objetivas (particularmente, recursos financeiros) para o desenvolvimento da metropolização cooperativa.

Neste cenário, Cardoso da Silva e Ferreira (2005, p. 14253) ainda identificam uma nova problemática na recente dinâmica econômica, baseada na reestruturação produtiva e na terceirização de atividades, pois estas levaram a um maior aumento do setor de serviços passando a imperar um modelo baseado na baixa qualificação profissional, no desemprego, na informalidade e nos cenários altamente competitivos, componentes da agenda neoliberal para o desenvolvimento econômico.

O território metropolitano contemporâneo brasileiro não possui organismos institucionais, instrumentos legais e de financiamento que contraponham, em magnitude análoga, as sequelas deixadas pela nova conformação da realidade urbana brasileira; contrariando o fato de ele ter como principal característica a capacidade para conduzir, como protagonista, a organização da economia nos diversos níveis – regional, nacional e global. Como resultado, ocorre profunda discrepância entre a região metropolitana como território funcional e a região metropolitana como território institucional. Em termos funcionais, a área metropolitana é um território integrado ao longo da escala de produção, distribuição e acumulação de riqueza e de reprodução social. No entanto, enquanto território institucional, ou seja, o território medido pela escala de governo, ele é fragmentado em termos do papel que as instâncias governamentais devem possuir para assegurar, juntamente com o mercado, as condições necessárias para que estas duas dimensões territoriais sejam plenamente realizadas.

O presente capítulo objetiva situar a Região Metropolitana de Maringá (RMM) pelos contornos de sua inserção na rede urbana do Paraná e na rede brasileira, analisando sua configuração interna diante da dinâmica de metropolização ocorrida no país, assim como apontar os elementos que merecem maior atenção no planejamento.

Aspectos Metodológicos

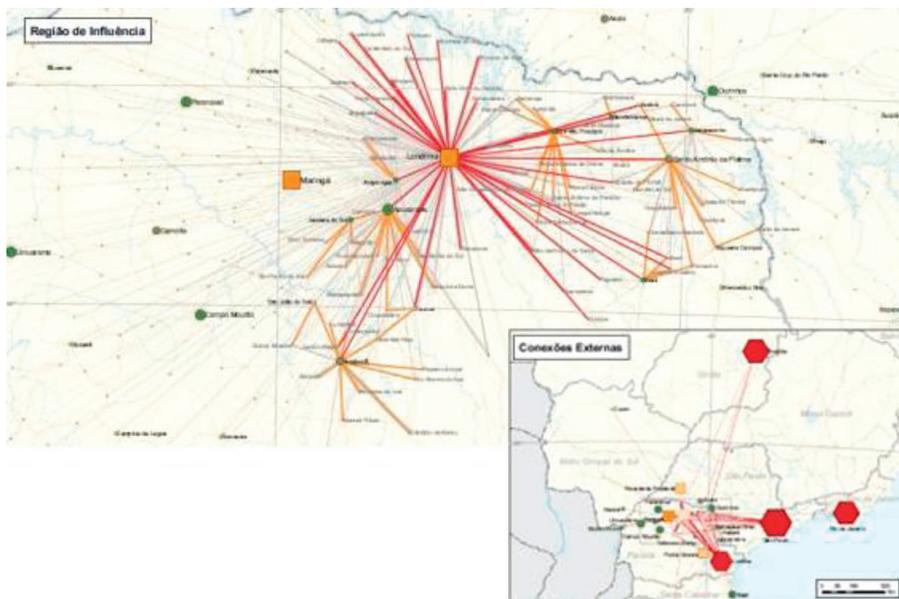
Para analisar a posição da região metropolitana de Maringá na hierarquia da rede urbana brasileira, utiliza-se como base o estudo das Regiões de Influência das Cidades em 2007, REGIC-2007⁴, do IBGE (2008), que identifica os níveis de centralidade na rede urbana. Ribeiro (2010) afirma que os centros urbanos podem ser tratados, no conjunto, como funcionalmente articulados entre si, possibilitando a interpretação de como ocorre a divisão regional do trabalho e de como a cidade comanda o território em sua inserção no estadual, no nacional e no internacional. Na classificação do estudo REGIC-2007, das capitais regionais e dos centros sub-regionais, em cidades constituintes das grandes aglomerações urbanas, o IBGE (2008) utilizou o município como referência metodológica e considerou como a unidade básica de análise o conjunto de Áreas de Concentração de População, as ACPs, ou de suas sub-áreas⁵. Dentre as 40 ACPs, constituídas por agregação de 336 municípios brasileiros, encontram-se Curitiba, Londrina e Maringá, no Paraná. No caso de RMM, a ACP é composta por 5 cidades, conforme se verá mais adiante, em processo de conurbação com Maringá sendo que esta conurbação incipiente serviu para a classificação de Maringá como Capital Regional B na rede urbana brasileira.

⁴ Segundo o IBGE (2008), o objetivo do REGIC foi estabelecer a hierarquia dos centros urbanos e delimitar as regiões de influência a eles associadas, a partir dos aspectos das gestões federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. Na edição do REGIC 2007 (IBGE 2008), as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis de centralidade (Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-regionais, Centros de Zona e centros locais).

⁵ As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo.

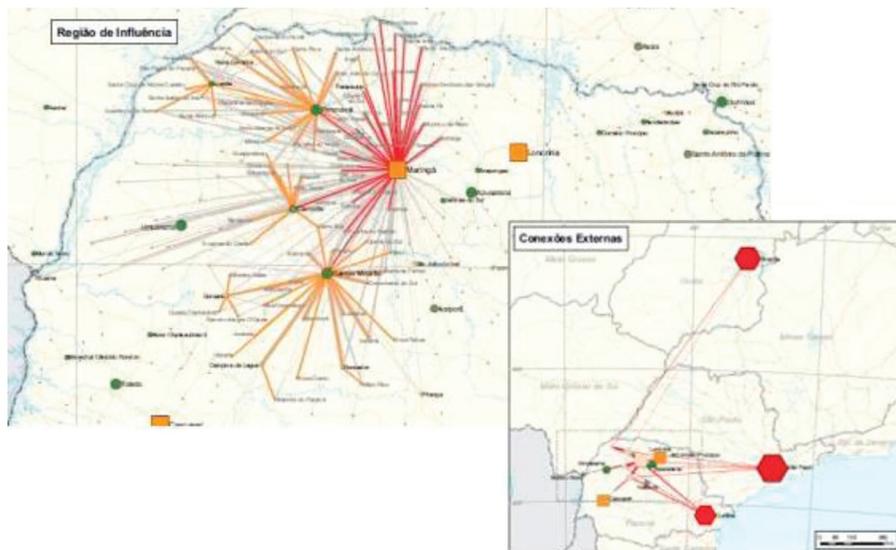
O levantamento das conexões entre as cidades permite delinear suas regiões de influência e fazer um diagrama da articulação das redes no território. Essas regiões são constituídas por núcleos de aglomerações metropolitanas e de algumas não metropolitanas; e reúnem conjuntos de municípios com ocupação em continuidade, elevada densidade populacional, ocupação em atividades urbanas e expressivos fluxos de deslocamentos pendulares para o trabalho e/ou para o estudo em outro município que não o de residência (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012, p.11). Abaixo, vemos os diagramas das centralidades e das conexões existentes entre Londrina (Figura 1.1), Maringá (figura 02) e algumas regiões do Estado do Paraná, assim como especifica as suas principais conexões externas.

Figura 1.1 – Regiões de Influência e Conexões Externas – Londrina – Capital Regional B – 2007



Fonte – REGIC, 2007 (IBGE, 2008).

Figura 1.2 – Regiões de Influência e Conexões Externas – Maringá – Capital Regional B – 2007

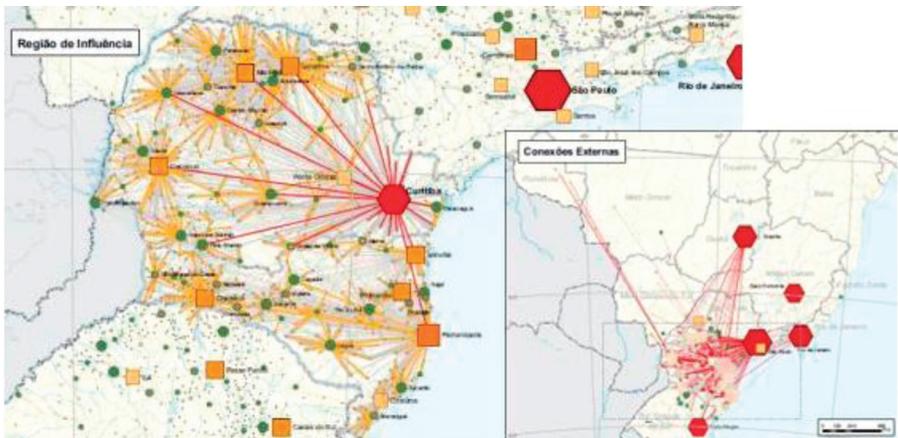


Fonte – REGIC, 2007 (IBGE, 2008).

Como se pode visualizar, a rede de influência de Maringá, classificada pelo IBGE em 2008 como capital regional B, descreve um arco desde o oeste do Norte-Central (onde situa-se a RMM), passando pelo Noroeste (Paranavaí, Umuarama, Cianorte) até o Centro-Occidental do Paraná (Goioerê e Campo Mourão), em grande parte onde se localizam os câmpus regionais da Universidade Estadual de Maringá e o chamado corredor da moda paranaense, entre outros motivos. As conexões externas de Maringá, por sua vez, ocorrem, basicamente, com os grandes centros brasileiros (São Paulo, relação econômica, e a capital Curitiba, relações econômicas e políticas), além do litoral, espaço de exportação da produção regional, e da capital brasileira, o grande centro político. Apesar de Maringá fazer parte de um arranjo espacial da região norte do Paraná, observa-se que a sua vizinha Londrina, outra capital regional B paranaense, possui uma rede de influência que descreve um arco complementar: desde o Norte-Central (parte da RML e ainda Lupionópolis e Porecatu), chegando até o Norte Pioneiro (RML mais Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Abaiti e Curiúva); mas alcança um município da RMM, Jandaia do Sul, também no Norte-Central. Externamente, Londrina está conectada às mesmas

idades que Maringá, mas já apresenta notável conexão também com Rio de Janeiro. Dos três municípios aqui abordados, Curitiba, Londrina e Maringá, apenas a capital do estado, a única metrópole, tem uma rede de influência na totalidade de municípios paranaenses, mas os diagramas seguintes (figura 1.3) mostram que esta rede se faz com expressivo destaque para as capitais regionais B (incluindo Cascavel) e C (Ponta Grossa), e dos centros sub-regionais A e B (Paranaguá, Pato Branco, União da Vitória, Guarapuava, Umuarama). Nota-se a importância destes municípios, e das duas RMs da região norte, no papel de centros de administração regional.

Figura 1.3 – Regiões de Influência e Conexões Externas – Curitiba – Capital do Estado – 2007



Fonte – REGIC, 2007 (IBGE, 2008).

Como se pode observar, as conexões externas de Curitiba vão muito além de São Paulo e Brasília, atingindo toda a Região Sul através das capitais Porto Alegre e Florianópolis, além do Rio de Janeiro e Belo Horizonte na Região Sudeste do Brasil. O fato é que Curitiba possui um arranjo urbano-regional com muito mais relevância econômica do que quaisquer outros municípios paranaenses; os municípios mais distantes da metrópole raramente sobressaíram para além da função de suporte às atividades rurais de suas regiões.

Neste sentido, o território hoje constituído pela RMM é resultado de um processo histórico marcado por políticas regionais, locais e nacionais; está, pois, alicerçado por uma economia cujo desenvolvimento, a partir da década de 1930, se vinculou à expansão do co-

mércio internacional brasileiro, ligado às lavouras cafeeiras paulistas, vivenciando um intenso processo de ocupação capitalista, no âmbito do qual se fundou toda a região Norte do Paraná. Considerada pelos poderes executivos, federal e estadual, e por agentes sociais associados a esses poderes como “vazios demográficos”, essa fração do território paranaense se incorporou ao sistema nacional de produção de café e, posteriormente, ao de outros grãos, o que possibilitou uma rápida delimitação dos contornos dos novos municípios de toda essa região do Paraná. Consequentemente, pela via do processo de ocupação organizada por companhia privada, estabelecem-se relações e papéis diferenciados dos núcleos populacionais que surgem no caminho da expansão cafeeira. Maringá nasce como cidade polo regional com funções especializadas em torno de serviços, comércio e indústria, mas voltadas ao setor agropecuário, extrapolando o espaço físico da cidade e cumprindo o papel definido na divisão nacional do trabalho.

O estudo realizado no âmbito do projeto Institutos do Milênio-INCT/CNPq-Observatório das Metrôpoles (INCT/CNPq, 2005-2009), mostrou que Maringá se transformou ao longo da segunda metade do século XX, passou de região rural a urbana, com algumas características de metropolização; esta urbanização tem sua gênese associada ao intenso êxodo rural, ocorrido em todo o Norte do Paraná, ocasionado, principalmente, mas não apenas, pela grande geadas de 1975, que levou à erradicação das lavouras cafeeiras e à consolidação da revolução verde, impulsionada por políticas federais com grandes incentivos e subsídios. Desse modo, pode-se observar que houve o fortalecimento da histórica função de polo regional que Maringá desempenha desde a formação inicial dessa região, incorporando a si outras cidades que vão consolidando sua ACP, cumprindo um papel importante no processo de desenvolvimento urbano brasileiro. A institucionalidade da RMM, após 1998, incorporou o papel funcional desse território da região; mas, após 2010 (cf. quadro 1.8 abaixo), extrapolou os limites funcionais e incorporou um conjunto de municipalidades que passaram a ter em comum apenas isso: fazer parte da mesma região metropolitana. O mesmo estudo evidenciou que “mesmo numa aglomeração urbana polarizada por uma cidade de porte médio, como é o caso da Região Metropolitana de Maringá, veem-se replicados os processos de urbanização das grandes metrôpoles nacionais”. Naquele momento já era possível conjecturar que as características do seu processo de metropolização estavam em consonância com os movimentos

das economias nacional e internacional, principalmente porque tais caracteres não significavam que a cidade crescia por ser tendência o crescimento das cidades de porte médio; mas sim por estarem, Maringá tanto quanto Londrina, formando em seus entornos duas fortes aglomerações urbanas baseadas na oferta de serviços especializados, assim como ocorreu com os outros grandes centros.⁶

Na sequência serão apresentadas características internas desse conjunto formalizado em lei estadual, desde 1998.

2. A Região Metropolitana de Maringá: uma análise de alguns aspectos intrarregionais por nível de integração na dinâmica metropolitana brasileira

Conforme estudo do Observatório das Metrôpoles (2012, p. 20), dada a centralidade dos polos brasileiros os mesmos são estudados segundo unidades institucionalizadas e classificados, juntamente com os demais municípios de suas regiões, em 6 níveis de integração com o processo de metropolização nacional, ou seja, além do polo todos os municípios anexados foram classificados. Os níveis variam desde muito alta até muito baixa integração, como se observa a seguir para cada município da região metropolitana maringaense, onde se verifica a presença de 5 níveis de integração (Quadro 1.1).

⁶ A respeito da “retórica sobre as cidades de médio porte como novos focos de crescimento populacional”, cf. MOURA, BARION, CARDOSO e VACCARI; in: PEREIRA e FURTADO. IPEA, p. 317.

Quadro 1.1 – Municípios integrantes, centralidade, nível de integração e data de inclusão na Região Metropolitana de Maringá – 2012.

Municípios	Centralidade - REGIC (IBGE2007)	Nível de Integração na metropolização nacional	Lei Complementar e data de Inclusão na RMM
Maringá	Capital Regional B	Polo (P)	LC 83-17/07/1998
Sarandi	ACP	Muito Alto (MA)	LC 83-17/07/1998
Paiçandu	ACP	Médio (M)	LC 83-17/07/1998
Mandaguari	ACP	Médio (M)	LC 83-17/07/1998
Marialva	ACP	Médio (M)	LC 83-17/07/1998
Ângulo	Centro local	Muito Baixo (MB)	LC 83-17/07/1998
Iguaraçu	Centro local	Baixo (B)	LC 83-17/07/1998
Mandaguaçu	Centro Local	Médio (M)	LC 83-17/07/1998
Floresta	ACP	Baixo (B)	Lei 13565-16/05/2002
Astorga	Centro Local	Médio (M)	LC 110 -10/08/2005
Doutor Camargo	Centro local	Baixo (B)	LC 110 -10/08/2005
Itambé	Centro local	Baixo (B)	LC 110 -10/08/2005
Ivatuba	Centro local	Baixo (B)	LC 110 -10/08/2005
Bom Sucesso	Centro local	Muito Baixo (MB)	LC 127-17/02/2010
Floraí	Centro local	Muito Baixo (MB)	LC 127-17/02/2010
São Jorge do Ivaí	Centro local	Muito Baixo (MB)	LC 127-17/02/2010
Atalaia	Centro local	Baixo (B)	LC 127-17/02/2010
Cambira	Centro local	Baixo (B)	LC 127-17/02/2010
Florida	Centro local	Baixo (B)	LC 127-17/02/2010
Lobato	Centro local	Baixo (B)	LC 127-17/02/2010
Santa Fé	Centro local	Baixo (B)	LC 127-17/02/2010
Munhoz de Melo	Centro local	Baixo (B)	LC 127-17/02/2010
Ourizona	Centro local	Baixo (B)	LC 127-17/02/2010
Presidente Castelo Branco	Centro local	Baixo (B)	LC 127-17/02/2010
Jandaia do Sul	Centro de Zona A	Médio (M)	LC 127-17/02/2010
Nova Esperança	Centro local	Médio (M)	LC 145-24/04/2012

Fonte: REGIC-2007 (IBGE-2008), Casa Civil do Paraná, Leis Estaduais e Complementares (vários anos). OBS.: Não há, na RMM, municípios classificados com nível Alto de integração.

Vê-se pelo quadro que a Região Metropolitana de Maringá (RMM) foi criada em 1998 pela Lei Complementar nº 83/98, abarcando apenas 8 municípios. Com o tempo, teve seu espaço territorial reconfigurado, primeiro pela inclusão de 1 município, totalizando 9, a partir da Lei nº 13.565, de 2002; depois passou a 13 municípios, pela Lei Complementar nº 110, de 2005; posteriormente chegou a 25 municípios

pela Lei Complementar nº 127 de 2010; e, finalmente, a 26 municípios com a Lei Complementar nº 145 de 2012. Hoje, a RMM abrange uma área de 5.577 km², o que equivale a 2,8% do Paraná (IBGE, 2010). O processo de anexação reuniu tanto os municípios que têm maior integração econômico-social com o processo de metropolização brasileira quanto aqueles que apresentam dinâmicas díspares relativas às metrópolitanas; além disso, em pelo menos um município, Jandaia do Sul, a hierarquia urbana londrinense parece exercer mais influência do que a cidade polo da RMM. Estes fatos confirmam o que disse Ribeiro (2009, p. 3), embora possuam formação histórica comum e sejam resultantes do mesmo empreendimento imobiliário, algumas das diferenças entre eles são os efeitos da maneira como um município impacta no outro na dinâmica das suas relações. Na RMM, Maringá é o município que mantém relações mais abrangentes; mas Londrina possui uma externalidade mais forte que pode impactar desfavoravelmente e reprimir algumas dessas relações.

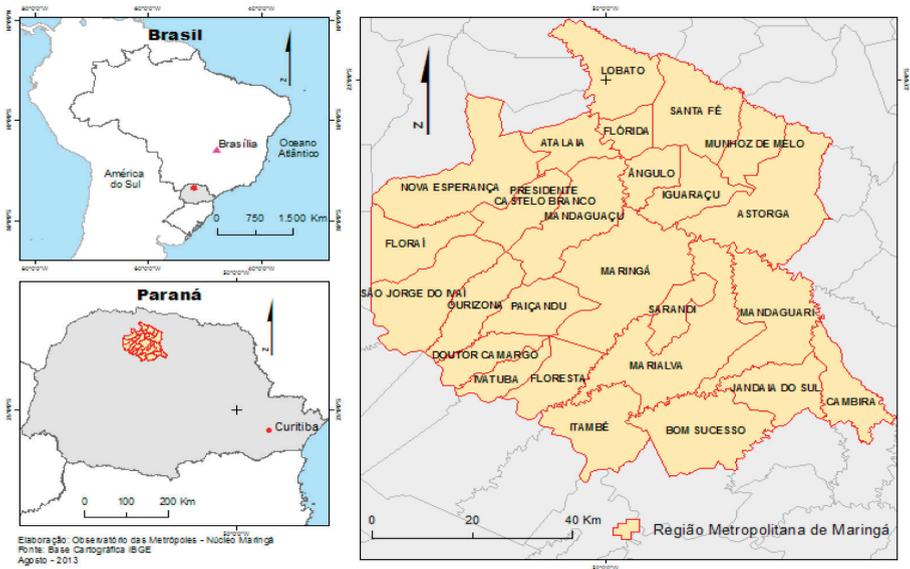
Segundo o IBGE (2008), 70 centros brasileiros são classificados como Capital Regional, eles são assim definidos por possuírem área de influência de âmbito regional, sendo referidos como destino para um conjunto de atividades por um grande número de municípios, e ainda por se relacionarem com o estrato superior da rede urbana. Maringá é considerada *Capital Regional B*, juntamente com mais 20 cidades em todo o país com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos; e mantém uma relativa relação com São Paulo, Curitiba e Brasília, parte do estrato superior da rede urbana brasileira. É preciso frisar: o que o IBGE chama de *Maringá* e classifica como *Capital Regional B* não se refere apenas ao município de Maringá, mas sim à *Área de Concentração de População (ACP)*, composta pela cidade polo da região e por mais cinco cidades: Sarandi, Paiçandu, Mandaguari, Marialva e Floresta. Como vimos em nota acima, a ACP é assim chamada porque, em geral, se caracteriza como área urbana com alguma contiguidade de ocupação, agregando diversas municipalidades, dados o tamanho e a densidade da população, o grau de urbanização, a coesão interna da área, resultando em deslocamentos da população para trabalho ou estudo; características presentes no caso das 5 municipalidades da ACP de Maringá.

A classificação de *Centro de Zona* está presente em 556 cidades brasileiras de menor porte, pode ser definida por sua atuação restrita às suas áreas imediatas e por exercer funções de gestão elementares.

No caso em estudo, tem-se Jandaia do Sul, como um *Centro de Zona A*, juntamente com outras 192 cidades brasileiras com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Por último, a classificação de *Centro Local* é o nível que caracteriza as demais 4.473 cidades brasileiras com população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes), nas quais a centralidade e a atuação não extrapolam os limites dos próprios municípios, servindo apenas aos seus habitantes.

A região metropolitana de Maringá se localiza no país e no Estado do Paraná, conforme se apresenta no Mapa 1.1.

Mapa 1.1 – Região Metropolitana de Maringá – 2013



Fonte: Base Cartográfica do IBGE e organização do Observatório das Metrôpoles Núcleo Maringá, 2013.

A evolução do crescimento demográfico, no período 2000-2010, para o conjunto dos municípios da RMM, segundo seu nível de integração na dinâmica de metropolização, pode ser verificada a seguir (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 – População total e participação percentual na RMM, por nível de integração – 2000-2010

Nível de integração	2000		2010		Tx de crescimento
	População	Part. relat.*	População	Part. relat.	
Muito Baixo	19.888	3,22	19.987	2,79	0,05
Baixo	60.422	9,79	65.091	9,08	0,72
Médio	176.731	28,64	191.916	26,77	0,79
Muito Alto	71.422	11,57	82.847	11,56	1,38
Polo	288.653	46,77	357.077	49,81	1,92
Total	617.116	100,00	716.918	100,00	1,39

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012; *Participação relativa

A população da RMM⁷ aumentou no período analisado, passou de 617.116 habitantes, em 2000, para 716.918 habitantes, em 2010, ou seja, uma variação de 16,17%. Contudo esse aumento populacional foi extremamente desigual. Em termos puramente quantitativos, todos os níveis tiveram aumento significativo de sua população, mesmo no nível Muito Baixo de integração houve um aumento, ainda que de apenas 99 pessoas (variação de 0,5%). Entretanto, o Polo mostra uma variação de 23,7% na população, ou seja, 68.424 pessoas, repercutindo o fato de que somente o Polo teve sua participação relativa aumentada (passando de 46,77% para 49,81%); enquanto todos os demais níveis diminuíram, tendo o nível Médio a maior queda na participação relativa, que foi 1,87% (28,64% - 26,77%), enquanto no nível Muito Baixo de integração a queda foi de 0,43% (3,22% - 2,79%).

Um fator ligado ao exposto é a taxa de crescimento populacional do período 2000-2010. Pela mesma tabela pode-se apontar que a taxa de crescimento relativa da RMM foi de 1,39%. No entanto, ao se verificarem os níveis de integração na dinâmica nacional de metropolização constata-se que somente o polo superou a média da região com 1,92%, enquanto o nível muito Baixo de integração, por exemplo, a média foi bem inferior, de apenas 0,05%. As perdas populacionais ocorrem, principalmente, nos níveis de Muito Baixa e Baixa Integração, mas seria necessário um estudo mais aprofundado para mostrar se permanecem na região as crianças, os idosos e as pessoas com vínculo trabalhista, confirmando, assim, a hipótese da provável migração das pessoas em idade ativa que não conseguem emprego.

⁷ Para efeito de cálculo do ano 2000, consideram-se todos os municípios, inclusive os que não haviam sido ainda anexados à RMM.

Em síntese, além de ocorrer concentração populacional no polo (quase 50% da população da RMM), os demais níveis crescem a taxas equivalentes à metade das do polo, mostrando a dificuldade existente na reprodução social, com uma forte periferação na RMM. Esta comparação se refere à média de cada nível de integração; contudo, na análise dos municípios integrantes, percebe-se que existem crescimentos muito desiguais. Por exemplo, os municípios do entorno de Maringá possuem crescimento bem mais alto do que os demais, sejam quais forem os níveis. Comparem-nos por nível: no nível médio, Paçandu tem taxa de crescimento de 2,47%, Mandaguaiçu 2,40%, enquanto Mandaguari (mais distante do polo) tem 0,98% de taxa de crescimento. No nível baixo, Floresta (perto de Maringá) cresce a 2,11%, enquanto Ourizona cresce 0,33%.

A análise do incremento populacional só pode ser completa com o estudo da taxa de urbanização de um município, pois esta permite estimar a dimensão que o *habitat* urbano representa para seu território total, ou, em outras palavras, permite saber em que medida há predomínio da população urbana sobre a rural. A distribuição percentual da população urbana na RMM e o grau de urbanização segundo cada nível de integração podem ser observados na Tabela 1.2.

Tabela 1.2 – População residente em áreas urbanas, grau de urbanização e participação percentual na RMM – 2010

Nível de integração	Numero municípios	População urbana	Partic.%	Grau de urbanização
Muito Baixo	4	16.835	2,47	83,81
Baixo	13	56.802	8,34	87,19
Médio	7	174.969	25,68	90,87
Muito Alto	1	82.146	12,06	99,15
Polo	1	350.653	51,46	98,20
Total	26	681.405	100,00	88,54

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012

Pelos dados acima, vê-se que no polo da RMM e nos municípios com alta integração na metropolização nacional o grau de urbanização é maior, ou seja, mais moradores residem na área urbana nestes níveis; enquanto, em sentido contrário, nos de baixa e de muito baixa integração há menos moradores nas áreas urbanas, na relação com os

de suas respectivas áreas rurais. Analisando os processos histórico e econômico pelos quais passa o Brasil, pode-se observar que a tendência de urbanização, em todos os níveis, é cada vez mais determinante. Na RMM, particularmente, o Polo (Maringá) e o nível Muito Alto de integração (Sarandi) estão próximos de 100% em taxa de urbanização, fato explicado pela trajetória histórica da modernização no campo, uma característica nacional. Estes dois municípios concentram 63,52% da população urbana; enquanto os demais concentram 36,48%, sendo que o Nível Médio, constituído por 7 municípios, participa com 25,68%; os outros 17 municípios concentram 10,81% da população urbana da RMM.

Ao se levar em conta os municípios após a apresentação dos dados populacionais e de urbanização, alguns aspectos chamam a atenção:

- 1º.) Independente do tamanho do município, todos passaram por um processo de urbanização, no período 2000-2010, o que varia é a sua magnitude (se, por um lado, Maringá-Polo, Paiçandu-Média e Sarandi-Muito Alta integração possuem, respectivamente, 98,2%, 98,6% e 99,2% de sua população no setor urbano; por outro lado, Ivatuba-Baixa possui 76,2% e Ângulo-Muito Baixa, 78,8%);
- 2º.) Alguns municípios, além de se urbanizarem, cresceram em número de habitantes de maneira mais acentuada, no período 2000-2010, como Maringá-Polo (população de 288.653 para 357.077 habitantes) e Mandaguaçu-Média (passa de 16.828 para 19.781 habitantes);
- 3º.) Outros municípios, apesar da urbanização, perderam população (Atalaia-Baixa integração, -2,54%; Florai-Muito Baixa, -4,45%, Ourizona-Baixa, -0,47% e São Jorge do Ivaí-Muito Baixa, -1,47%); ou então o crescimento populacional foi pequeno (Ângulo-Muito Baixa, com 0,67%; Dr. Camargo-Baixa, com 0,88%; e Itambé-Baixa Integração, com 0,39%).

A análise das receitas e transferências correntes⁸ é um indica-

⁸ Recursos destinados aos municípios, as transferências correntes são de origem federal (Fundo de Participação Municipal-FPM; o FUNDEB e outras) e estadual (cota-parte ICMS, a do IPVA, transferências do FUNDEB, e outras). Nota: A partir de 2007, o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério) passou a ser denominado FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

dor importante, pois, as receitas, particularmente as tributárias⁹, indicam: o peso e o nível de atividade econômica local; a gestão dos recursos; o grau de dependência do município (Fundo de Participação Municipal); e o grau de atividade do município (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Isto é mostrado na Tabela 1.3.

Tabela 1.3 – Número de municípios na RMM, percentual da população, receitas correntes, tributárias e de transferência por nível de integração – 2000 e 2010 (em mil reais)

2000	Nº. Mun.	% pop	Receitas Correntes	%	Receita Tributária	%	Rec Transf Correntes	%
MB*	4	3,22	9.674,11	3,76	307,27	0,57	8.016,56	4,82
B	13	9,79	39.056,75	15,18	2.017,13	3,72	34.548,82	20,76
M	7	28,64	66.200,23	25,73	6.548,13	12,07	53.955,96	32,42
MA	1	11,57	21.234,16	8,25	2.208,03	4,07	12.915,23	7,76
POLO	1	46,77	121.162,13	47,08	43.161,20	79,57	57.010,45	34,25
TOTAL	26	100,00	257.327,38	100,00	54.241,76	100,00	166.447,02	100,00
2010	Nº mun.	% pop.	Receitas Correntes		Receita Tributária		Rec Transf Correntes	
MB	4	2,79	28.742,74	2,66	1.049,01	0,49	26.799,92	3,74
B	13	9,08	134.395,00	12,42	8.002,26	3,73	117.878,63	16,44
M	7	26,77	247.591,96	22,89	28.106,23	13,10	192.236,99	26,81
MA	1	11,56	64.594,47	5,97	8.668,10	4,04	46.629,32	6,50
POLO	1	49,81	606.474,89	56,06	168.704,54	78,64	333.428,92	46,51
TOTAL	26	100,00	1.081.799,46	100,00	214.530,14	100,00	716.973,79	100,00

Fonte: FINBRA (2000 e 2010) e Observatório das Metrôpoles, 2012.

OBS: 1) os dados referem-se a receitas correntes em termos nominais; 2) dentre os municípios da Integração Muito Baixa, não foram disponibilizados os dados de São Jorge do Ivaí para o ano 2000 (*).

Pela tabela acima, observa-se que existe uma relação direta entre a população e as receitas tributárias, ou seja, quanto maior a população, maior a receita tributária, pois, a quantidade de habitantes em um local pode indicar a ocorrência das possibilidades de trabalho e de consumo. Com efeito, onde há maior população, existem maiores número, diversidade e complexidade de estabelecimentos; e então, maiores atividade econômica e capacidade de atração de consumidores, gerando, portanto, mais receitas próprias (tributárias) para cada localidade.

O primeiro aspecto que chama a atenção nesse processo é a concentração populacional no Polo e em Sarandi-MA. Como resultado,

⁹ São o IPI, ICMS, IPVA, entre outros, que são recolhidos para os níveis federal e estadual e voltam ao município, sob regras e sob a forma de fundos, assim como os tributos municipais, tais quais o ISS, ITBI e outros.

os demais níveis de integração perdem população relativa e esse fenômeno se reflete nas receitas. Embora as receitas correntes tenham, nominalmente, aumentado 320,4% (de 257.327,38, em 2000, para 1.081.799,46 em 2010) esse aumento não foi homogêneo: por um lado, o nível Muito Baixo (com 4 municípios) aumentou a receita em 197,11% (de 9.674,11 para 28.724,74) , o Baixo (com 13 municípios) em 244,10% (de 39.056,75 para 134.395,00), o Médio (com 7 municípios) em 274,00% (de 66.200,23 para 247.591,96); por outro lado, Sarandi-MA aumentou em 204,2% (de 21.234,16 para 64.594,47) e Maringá-Polo aumentou em 400,5% (de 121.162,13 para 606.474,89). Em Sarandi, ocorre ainda o agravante de também perder participação na receita corrente total. Estes números mostram que o fenômeno de concentração/atração das receitas tem impactos sérios nas gestões desses locais.

Outro aspecto importante é a origem dessas receitas (próprias ou de transferências correntes). Pela mesma tabela pode-se verificar que, apesar de ter perdido participação no período, o Polo ainda acumula 78,64% da arrecadação tributária da RMM, decorrente inclusive da forte urbanização e concentração populacional, uma vez que os principais tributos (ISS, IPTU) têm como sua base de tributação o espaço urbano, onde ocorre maior autonomia financeira.

Como grande parte das transferências (SUS, FUNDEB etc.) está associada à quantidade de habitantes, a participação das mesmas diminui em quase todos os níveis, com exceção do Polo que passa de 34,25% de participação, em 2000, para 46,51%, em 2010. Isso é decorrente do fato de o Polo ter maior poder de arrecadação tributária e, portanto, maior independência (ou menor dependência) das transferências e maior poder decisório sobre os seus recursos; além de as transferências serem altas. Isto resulta em um efeito perverso, pois os municípios pertencentes aos níveis de menor integração nas dinâmicas metropolitanas nacionais perdem população e reduzem atividade econômica, que passa a se concentrar no polo; e, inclusive, resulta numa via de mão dupla, pois, também por isso, não estão incluídos nos processos de metropolização brasileira.

Os dados sobre o tipo de transferência também chamam a atenção (Tabela 1.4).

Tabela 1.4 – Proporção de transferências correntes, Fundo de Participação Municipal e ICMS em relação às Receitas totais, período 2000-2010.

Níveis Integr.	% TC/RT		%FPM/RT		%ICMS/RT	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
MB	82,87	93,24	44,66	50,77	18,01	20,07
B	88,46	87,71	46,47	48,32	19,86	17,93
M	81,5	77,64	31,4	32,07	21,3	16,9
MA	60,82	72,19	22,56	27,71	7,49	7,93
POLO	47,05	54,98	10,46	7,17	21,55	12,25
SOMA	64,68	66,28	23,6	20,37	19,94	13,97

Fonte: FINBRA, 2000, 2010 (Dados trabalhados) e Observatório das Metrôpoles, 2012

Segundo estes dados sobre a proporcionalidade de cada tipo de transferência, a dependência das transferências correntes aumentou (com exceção dos níveis Baixo e Médio) e é muito alta na RMM: ela chegou a atingir 93,24% das Receitas Correntes no nível de Muito Baixa integração, no ano de 2010; enquanto que o de Muito Alta integração ainda depende de 72,19% das transferências. Se, por um lado, as transferências beneficiam os níveis de menor integração, por outro lado, estes mesmos municípios são os maiores dependentes desses recursos. Outro aspecto importante das transferências é sua composição, com destaque para o FPM e o ICMS. O ICMS está ligado estreitamente à atividade econômica existente, uma vez que incide sobre a circulação de mercadorias e serviços; enquanto que o FPM tem como princípio o caráter redistributivo.

Ao se comparar os anos de 2000 e 2010, a participação das transferências correntes aumentou e passou de 64,68% para 66,28%, ou seja, um aumento percentual de 1,60%. No entanto, a participação das transferências foi diferenciada: enquanto nos municípios com níveis de integração Baixo e Médio diminuiu a participação nas receitas correntes; nos níveis Muito Baixo, Muito Alto e no Polo, ela aumentou, indicando maior presença dos governos federal e estadual nestes municípios, por motivos diferentes.

Ao se analisar a transferência via Fundo de Participação Municipal observa-se que, em quase todos os níveis, houve aumento; com a única exceção do Polo (de 10,46% para 7,17%). Contudo, os aumentos são inversamente proporcionais aos níveis de integração: quanto maior

é o nível de integração na dinâmica metropolitana nacional, menor é o percentual de dependência das transferências correntes. Ou seja: se o percentual referente ao FPM diminui conforme aumenta o nível de integração; o ICMS aumenta conforme o nível de integração diminui.

No referente ao Valor Adicionado Bruto (VAB), ou seja, à produção de bens e serviços expressos em valores monetários realizada em cada município, por nível de integração, em 2011, tem-se a Tabela 1.5.

Tabela 1.5 – Valor Adicionado Bruto do somatório dos setores primário, secundário e terciário, por nível de integração, em valores correntes, 2011

MUN. INTEG.	VAB total 2011	%	% VAB primário	% VAB secundário	% VAB terciário
TOTAL MB	369.476.281	3,88	75,79	5,65	18,14
TOTAL B	976.561.241	10,25	67,08	15,31	16,38
TOTAL M	2.030.815.393	21,31	29,28	40,23	30,12
Sarandi MA	421.372.127	4,42	6,74	51,37	41,86
Maringá POLO	5.730.640.870	60,14	1,97	35,38	62,49
TOTAL GERAL	9.528.865.912	100,00	17,54	33,91	48,23

Fonte: IPARDES, 2012 (Dados trabalhados)

Por estes dados, percebem-se as características diferenciadas dos níveis de integração. Enquanto os níveis Muito Baixo e Baixo têm sua riqueza gerada no setor primário, seguido do terciário (MB-total, 75,79% no primário; 18,14% no terciário); os níveis Médio e Muito Alto têm sua base na indústria, seguida do setor terciário (Sarandi-MA, 51,37% no secundário; 41,86% no terciário). O Polo se destaca por sua base estar no setor terciário (62,49%), seguido da indústria (35,38%).

Além desse comportamento diferenciado, chama a atenção o valor adicionado total, pois todos os demais municípios integrantes da RMM não produzem nem dois terços do que Maringá (Polo) produz (60,14% de Maringá contra 39,86% da somatória dos demais), afirmando seu alto poder de concentração de atividades, riqueza, emprego, população, entre outras.

Ligado a essas observações está o percentual de trabalhadores não agrícolas, que é apresentado na Tabela 1.6.

Tabela 1.6 – Percentual de trabalhadores em ocupações não agrícolas da RMM, por nível de integração – 2010

Nível de integração	Percentual
Polo	97,8
Muito Alto	97,6
Médio	85 ,3
Baixo	77,8
Muito Baixo	69,1
Total	80,0

Fonte: IBGE, 2010; Observatório das Metrópoles, 2012

Pelos números das tabelas acima, nota-se que há uma relação direta entre o nível de integração dos respectivos municípios, o pessoal ocupado em atividades não agrícolas e a fonte de riqueza baseada no valor adicionado.

Se existe uma relação direta entre a população urbana e os trabalhos urbanos nos níveis de integração Muito Alto, Médio e o Polo; o mesmo não ocorre nos níveis Baixo e Muito Baixo, que não possuem alto grau de urbanização (cf. Tabela 1.2), mas sim ocorre um maior percentual de trabalhos agrícolas (30,9% no MB; 22,2% no B), apontando para dois aspectos que merecem aprofundamento: ou são trabalhadores diaristas (moram no urbano e trabalham no campo); e/ou proprietários na mesma condição.

A atividade agroindustrial tem sua importância mantida e tem uma baixa demanda por mão de obra. As cidades menores da RMM caracterizam-se por ser, em grande parte, moradia da força de trabalho no campo e pela menor oferta de empregos urbanos, pois a atividade econômica, o trabalho e a disponibilidade de serviços estão concentrados na cidade-polo. O resultado da situação exposta é um intenso processo de movimento pendular, ou seja, de pessoas que todos os dias saem desses municípios onde residem, dirigem-se a outro e retornam, ao fim da jornada, para o município de origem.

Com esses indicadores de deslocamento domicílio-trabalho ou estudo, é possível inferir o processo de efetiva metropolização de cada municipalidade – em consonância com seu nível de integração na dinâmica metropolitana nacional – e indiretamente observar o desenvolvimento urbano dessa região. Segundo o estudo do Observatório das

Metrópoles (2012), os movimentos da população num determinado território intensificam-se com a ocorrência da realocação de atividades econômicas simultaneamente a ações do capital imobiliário, pois tal ocorrência resulta em novos deslocamentos de populações no espaço. A análise do movimento pendular permite conhecer esse processo (Tabela 1.7).

Tabela 1.7 – Movimento de saída e entrada de pessoas nos municípios para trabalhar e/ou estudar, por nível de integração – RMM, 2010.

Nível de integração	Saída		Entrada		Soma	
	Total	%	Total	%	Total	%
MB	3.091	3,71	649	0,84	3.739	2,3
B	10.179	12,21	2.906	3,78	13.085	8,2
M	30.036	36,04	9.987	12,98	40.023	25
MA	25.053	30,06	3.057	3,97	28.110	17,5
Polo	14.974	17,97	60.333	78,42	75.307	47
Total	83.331	100	76.933	100	160.264	100

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico, 2010; Observatório das Metrôpoles-2012

OBS: (quem faz os dois movimentos, foi contado uma vez)

Os movimentos pendulares são bons indicadores do grau de integração entre os municípios da RM de Maringá e, pelos dados acima, notam-se alguns aspectos importantes: a) é relativamente baixo o percentual de pessoas que saem do Polo para trabalhar e/ou estudar, consolidando o fato de que existe relativa autonomia do município no atendimento das necessidades da população moradora; e b) é baixo o movimento de pessoas nos municípios de níveis Baixo e Muito Baixo, mostrando também que eles não estão integrados em qualquer dinâmica metropolitana; c) por último, aqueles de níveis Muito Alto e Médio têm relações com o Polo (nesse caso para as atividades de estudo ou de trabalho). Particularmente, Sarandi (nível Muito Alto) e Paiçandu (nível Médio), que fazem parte da ACP e mantêm explícito processo de conurbação com o polo, são os municípios onde está o maior contingente de pessoas que realizam movimento pendular, demonstrando que a estruturação dessa RM está fortemente vinculada a esse movimento.

De maneira geral, observa-se que existe forte ligação entre Maringá e as cidades de entorno: Paiçandu, Sarandi e Marialva. Entre essas,

quase metade das pessoas que trabalham ou estudam (43%) sai de seu município de origem, e desses, mais de 90% dirigem-se a Maringá.

Como informação adicional, somando trabalho, estudo e consumo, segundo os números do Censo 2010, pode-se seguramente afirmar que hoje a cidade de Maringá recebe cerca de 40 mil pessoas todos os dias.

Conclusões

Com a consolidação das territorialidades das regiões metropolitanas brasileiras, ocorreram acirramentos na competição entre municípios, expressos nas guerras fiscais. Uma vez que o município-polo tem a sua situação privilegiada, por possuir melhores condições econômicas, intelectuais e sociais, é ele que reforça os recursos próprios para os investimentos em infraestrutura, objetivando atrair o capital externo e o estrangeiro. A centralidade do município-polo impõe aos demais municípios das RMs uma hierarquização do poder, neles reproduzindo os negativos efeitos geográficos, sociais e econômicos experimentados historicamente pelos países latino-americanos por conta de sua “inserção periférica na economia-mundo capitalista”. Este liberalismo periférico foi gerado “pela aliança entre os donos do poder e os donos do dinheiro”, aliança determinante para a “competição interestatal” baseada na “constituição de sucessivos núcleos, semiperiferias e periferias” (RIBEIRO, 2013, p. 30 e p. 23).

Em trabalho dedicado aos temas da ingovernabilidade metropolitana e da segregação socioespacial, Rodrigues (2013) mostra como pode ser constatada a “hierarquização dos grandes espaços brasileiros”, observando um fato, uma presença comum para todas as categorias de RM: “existe a imagem do centro que se move pelos espaços, transpondo-os, por implantes de extensões centrais administrativas, econômicas e coercitivas. Estes centros móveis superiores clivam, assim, os territórios menores, desenvolvendo em sua periferia as áreas médias e empurrando a pobreza para longe destas, constituindo-se em um perverso devir” (RODRIGUES, 2013, p. 61).

A partir dessa linha de análise, é possível entender porque, ao invés de fomentar o diálogo intermunicipal, a instituição das regiões metropolitanas fortaleceu ainda mais o isolamento dos seus municípios componentes. Se o Brasil aparece na periferia da economia-mun-

do; Maringá está na periferia de São Paulo, Curitiba ou Brasília; enquanto Sarandi move-se primeiro na periferia de Maringá, para depois ser periferia de São Paulo, Curitiba ou Brasília, funcionando, então, como deseja o liberalismo periférico. Desde o começo da expansão do comércio internacional brasileiro, já vinha ocorrendo o processo de ocupação capitalista dos vazios demográficos: e Maringá nasceu nesse contexto, incorporando-se de imediato ao sistema nacional de produção de café, via São Paulo e Brasília.

Vale a pena lembrar que a delimitação dos contornos dos municípios desta região do Paraná aconteceu durante ocupação organizada por uma companhia privada. Esta origem influenciou no surgimento de Maringá e Londrina como núcleos populacionais voltados à expansão cafeeira; transformando-se em polos com funções especializadas em serviços, comércio e indústria, cumprindo, assim, o seu papel definido na divisão nacional, e mundial, do trabalho. Neste sentido, as Regiões Metropolitanas de Maringá e Londrina constituem-se como réplicas dos “processos de urbanização das grandes metrópoles nacionais” (CNPq/INCT-Observatório das Metrópoles, 2005-2009), determinados por movimentos das economias nacional e internacional, pois tanto Maringá quanto Londrina formam em seus entornos fortes aglomerações urbanas baseadas na oferta de serviços especializados.

Hoje, a presença de Maringá, como centro irradiador de desenvolvimento, consolidou a sua região metropolitana, impulsionada por políticas federais de incentivo e subsídio; desfrutando de uma realidade muito diferente da dos demais municípios incluídos neste mesmo território. Levando-se em conta a análise intrarregional realizada acima, fica evidente o processo concentrador de população no município-polo da região. Esse movimento ocorre em função de: maior arrecadação tributária, decorrente dessa concentração populacional; gerando maior diversidade do comércio e dos serviços; o que, por sua vez, repercute na maior autonomia municipal das transferências governamentais. Com isso, o polo amplia a sua capacidade de investimentos e atrai novos investimentos ainda mais vultosos, em razão de em um efeito multiplicador e concentrador.

Os municípios integrantes da RMM possuem características diferenciadas conforme os níveis de sua integração na dinâmica metropolitana brasileira. Enquanto os de níveis Muito Baixo e Baixo têm sua riqueza gerada no setor primário, seguido do terciário; os níveis Médio e Muito Alto têm sua base na indústria, seguido do terciário; e

o polo se destaca, com sua base no terciário e na indústria. Por outro lado, é evidente que os municípios de entorno, particularmente Sarandi, sofrem as consequências do crescimento populacional, pois é fato que a população mais pobre migra para a área de entorno, por falta de possibilidades de morar onde está o posto de trabalho, na cidade sede regional.

Os números analisados aqui instigam a observar esses fatos a partir da comparação entre os dados de 2010 de Sarandi-Muito Alta integração; e Maringá-Polo. Sarandi, um município de 82.847 habitantes (11,56% da população da RMM), tem alto grau de urbanização (99,15% de sua população, ou seja, 82.146 habitantes urbanizados); Maringá tem uma população de 357.077 habitantes (44,81 da população da RMM) e também um alto grau de urbanização (98,20% de sua população, ou 350.653 habitantes em situação de urbanidade). Fica, assim, bem visível a situação de periferia imposta a Sarandi, município cuja classificação no REGIC é de Área de Concentração de População (ACP) junto a Maringá (ver Quadro 1.1), o que não lhe aporta qualquer benefício, mas, ao contrário.

As anexações ocorridas na Região Metropolitana de Maringá tiveram sua lógica alicerçada em diretrizes políticas, visando obter recursos eleitorais em nome da promessa de recursos federais e estaduais. Tais anexações ocorreram com municípios cada vez mais afastados do Polo, com pouca ou nenhuma integração na dinâmica de metropolização brasileira, gerando resultados, no mínimo, pífios sob o ponto de vista de melhorias econômica e social. Tudo acontece como se fosse necessário reproduzir, na forma de inserção periférica de tais municípios, a apressada inserção periférica do Brasil na economia-mundo capitalista; reproduzindo, por consequência, os efeitos negativos sobre as territorialidades geográfica, econômica e social da região metropolitana. Efeitos como o clivo malicioso da periferia próxima à cidade polo, quando esta exerce soberana as funções das centrais administrativa, econômica e coercitiva; alicerçada, sem dúvida, no movimento pendular realizado por importantes contingentes populacionais que moram em municípios onde não se encontram os postos de trabalho, nem as vagas nas escolas.

Referências

AZEVEDO, Sérgio de; GUIA, Virgínia Rennó dos M. (2000). Governança metropolitana e reforma do Estado: o caso de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro, n.3, nov.2000, p. 131-144. ANPUR. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/download/.../35.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

CARDOSO DA SILVA, Alexsandro; F. e FERREIRA, Angela L. (2005). A metrópole indócil: dinâmicas de crescimento na região metropolitana de Natal. Disponível em: http://cchla.ufrn.br/eventos/XIII_Humanidades/relacao_gts/GT%2034.htm. Acessado em: setembro de 2013.

CASTRO, Henrique R. (2006). A região metropolitana na federação brasileira: estudo de caso de Londrina, Paraná. Mestrado Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro, UFRJ. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/atlasrml/publicacoes/henrique_rezende_RML_UFRJ.pdf.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves (2011). Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: IPEA.

ESTADO DO PARANÁ. Casa Civil do Governo do Estado do Paraná. Legislação. Consulta ao site www.casacivil.pr.gov.br, em novembro de 2013.

FINBRA- Finanças do Brasil. Dados contábeis dos municípios: 2000 e 2010. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). REGIC: Região de Influência das Cidades. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf.

MOURA, Rosa; BARION, Maria Isabel; CARDOSO, Nelson Ari; e VACCARI, Lorreine Santos (2011). "Paraná: dinâmica urbano-regional do estado" In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves. Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: IPEA.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2012). Níveis de Integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. Relatório de pesquisa INCT/CNPq Observatório das Metrópoles - 2012. Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net/download/relatorio_integracao.pdf

_____. Núcleo Maringá. IDH confirma desigualdade na Região Metropolitana de Maringá. Julho de 2013. Disponível em: http://www.cch.uem.br/observatorio/index.php?option=com_content&view=article&id=312:idh.

PNUD. Ranking IDHM municípios 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>

PNUD (2013). Atlas do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/destaques/destaque1>.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. *et al.* Regiões metropolitanas no Brasil: um paradoxo de desafios e oportunidades. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36045064>.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. (2013). Transformações da Ordem Urbana na MetrÓpole Liberal-Periférica: 1980; 2010 – Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro, Observatório das MetrÓpoles – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, FAPERJ, CAPES, CNPq.

_____ (org) (2009). Volume 1-Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos, Coleção Conjuntura Urbana, Rio de Janeiro, Letra Capital.

RODRIGUES, Ana Lúcia (2013). “Ingovernabilidade metropolitana e segregação socioespacial: receita para a explosão da violência”. In: FURTADO, B. Alves *et. al.* TerritÓrio metropolitano, polÍticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília, IPEA.

SANTOS JR. Orlando A. (2000). Democracia e governo local: dilemas da reforma municipal no Brasil. Tese Planejamento Urbano e regional. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/12494.pdf>.

SILVA, Alexsandro F.C da; FERREIRA, Angela Lúcia de A. (2005). A formação das Regiões Metropolitanas e as deformações do processo urbano: o contexto nordestino. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – 20 a 26 de março de 2005, pp. 14.244 – 14.266 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo02.pdf>

Dinâmica demográfica da região metropolitana de maringá

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra
Wesley Oliveira Furriel

Resumo: O capítulo analisa a dinâmica demográfica (fecundidade, mortalidade e migração) comparando a Região Metropolitana de Maringá (RMM) com os indicadores do Brasil e do Estado do Paraná. São abordadas as mudanças ocorridas nas duas últimas décadas em termos da fecundidade, das probabilidades de morte, dos processos migratórios e da estrutura populacional, com ênfase na análise do comportamento dos indicadores na dinâmica de integração dos municípios ao processo de metropolização. A análise permite inferir que o crescimento demográfico na RMM se dá de forma desigual entre os municípios que compõem a Área de Concentração de População (ACP) e os demais. Com diminuição das taxas de fecundidade e envelhecimento da estrutura populacional, o crescimento populacional positivo se dá principalmente através da migração, cuja influência positiva tem sido observada nos municípios dotados de um mínimo patamar populacional e que estejam servidos de infraestrutura diferenciada, como a rede de transportes existente no âmbito da ACP.

Palavras-chave: fecundidade, mortalidade, migração, região metropolitana.

Abstract: The chapter analyzes the demographic dynamics (fertility, mortality and migration) comparing the Metropolitan Region of Maringá with Brazil and the State of Paraná. Changes occurred in the last two decades in terms of fertility, the probability of death, the migratory processes and population structure, with emphasis on analysis of the dynamic behavior of indicators of integration of municipalities to the metropolis process are addressed. The analysis allows us to infer that the population growth in the MRM occurs unevenly, among the municipalities that make up the Concentration Area of Population – CAP and others. With decreased fertility rates and an aging population structure, positive population growth is mainly through migration, whose positive influence has been observed in the municipalities provided with a minimum population level and are served in a differentiated network infrastructure as the existing transport within the CAP.

Keywords: fertility, mortality, migration, metropolitan region.

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar o crescimento populacional dos municípios da Região Metropolitana de Maringá, tendo como pano de fundo alguns aspectos da dinâmica demográfica brasileira e da paranaense, as transformações ocorridas nas últimas décadas em seus três componentes (fecundidade, mortalidade e migração), em especial, o declínio da fecundidade que atingiu níveis abaixo da reposição. Como escolhas precisaram ser feitas, algumas questões não serão tratadas neste texto como, por exemplo, a relação entre população e desenvolvimento, cujos modelos podem ser encontrados em Rios-Neto (2009).

O enfoque analítico dará ênfase às diferenças nos padrões de crescimento e das componentes demográficas entre os municípios da RMM a fim de demonstrar que, embora façam parte de uma Região Metropolitana Institucionalizada (Capítulo 1), apresentam dinâmicas distintas entre si. A esse respeito, podemos adiantar aqui, que apenas os municípios pertencentes à área de concentração de população (cinco) destacam-se entre os 26 municípios em análise, onde podemos encontrar tanto áreas de acréscimo quanto de decréscimo populacional.

Como já observado em Moura *et. al.* (2012), o Estado do Paraná, refletindo a tendência nacional, no ano de 2010, já apresenta uma estrutura etária mais envelhecida e mais urbana. No presente capítulo, o enfoque será o comportamento de cada um dos municípios da RMM nesse cenário brasileiro e paranaense.

Dois pontos precisam ser destacados inicialmente: do ponto de vista dos indicadores analisados, o comportamento dos municípios aqui analisados difere daqueles presentes nas principais áreas metropolitanas brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro; e os municípios da RMM apresentam uma heterogeneidade em seus tamanhos populacionais e diferentes estágios de envelhecimento.

1 – Dinâmica demográfica

As variações nos efetivos populacionais, na ausência de migrações, são resultantes da soma algébrica entre os nascimentos e mortes, e sua taxa de crescimento é igual à diferença entre as taxas brutas de natalidade e de mortalidade. Nestes casos, a população, considerada fechada à migração, se renova, então, através dos componentes fecun-

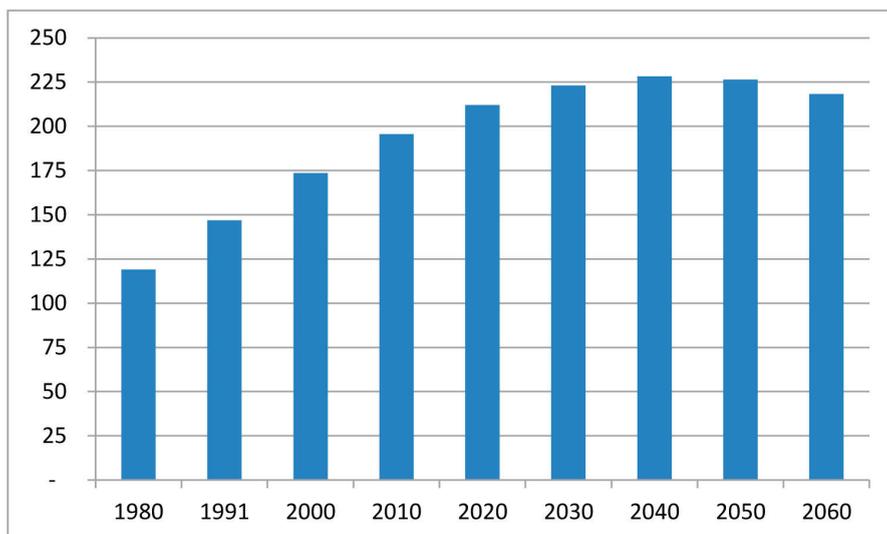
didade e mortalidade (crescimento natural). Estes são indicadores da propensão populacional de gerar novos indivíduos e perder outros, sendo que estes dois fenômenos, que determinam a evolução de uma população fechada, são resultantes de um complexo comportamento ligado à idade e ao sexo dos indivíduos. Os nascimentos e mortes, por um lado, dependem da composição por idade e sexo da população; e inversamente, a evolução das mudanças nos nascimentos e mortes vai provocar mudanças nesta composição (VALLIN E CASELLI, 2001, p. 35-36).

A cada instante, a evolução de uma população fechada é determinada por um processo contínuo de interação entre os três elementos-chaves de sua dinâmica natural: sua propensão a procriar, sua mortalidade e sua estrutura por sexo e idade. O padrão é, naturalmente, mais complicado com as entradas e saídas pela migração, mas o princípio permanece o mesmo: migração também afeta a estrutura de idade e sexo, que por sua vez age sobre migração (VALLIN E CASELLI, 2001, p. 36).

Com base na interação destes elementos-chaves, a população altera sua tendência de crescimento e modifica sua estrutura etária alterando as proporções de jovens, idosos e a população em idade ativa.

Em relação à dinâmica demográfica brasileira, segundo o IBGE (2013), sua população atualmente está estimada em 201 milhões de habitantes, apresentando na última década um aumento de 22 milhões de habitantes. Segundo a revisão de 2013 das projeções elaboradas pelo IBGE, a população atingirá o seu máximo por volta do ano 2042, com aproximadamente 228,35 milhões de habitantes, quando começará a diminuir em termos absolutos. Tudo indica que na década de 2040 o Brasil alcançará taxa de crescimento zero.

Gráfico 2.1 – População total – Brasil, 1980-2060 (milhões)



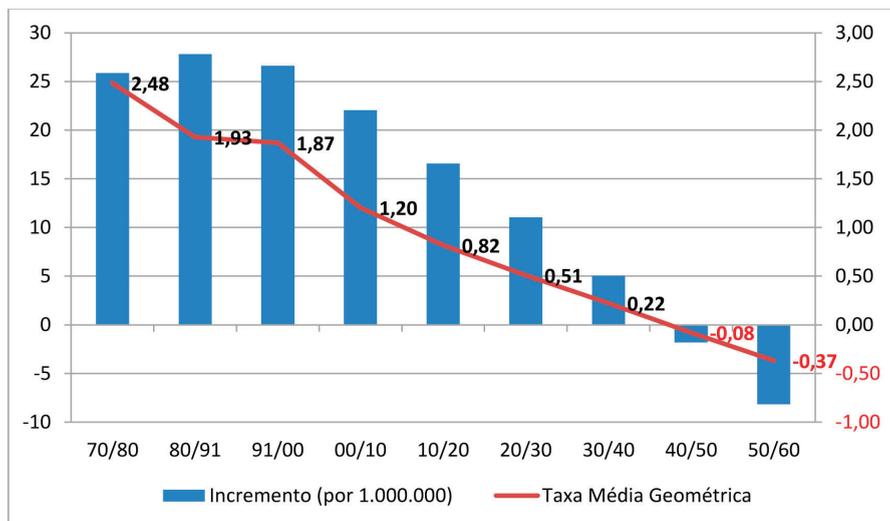
FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1980 e 1991; IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

A evolução da população do Brasil, seguindo as tendências mundiais, apresentou o maior incremento populacional no período 1980/1991, conforme já exposto por Brito *et. al.* (2008). Nesse período, a variação percentual da população foi de 28%, ao passo que, nas décadas seguintes, as variações foram diminuindo relativamente, atingindo 22% na última década (2000/2010).

Desde a década de 1970 a taxa de crescimento da população brasileira vem apresentando declínios sucessivos. No período 1970/1980 a taxa de crescimento era de 2,48% ao ano, na última década esse valor foi de 1,20% ao ano, declínio esse ocasionado principalmente pela redução das taxas de fecundidade, como será retomado mais adiante, mas ainda revelando crescimento populacional.

Entretanto, segundo os dados divulgados recentemente acerca das Projeções do Brasil para os próximos anos (IBGE, 2013), na década de 2040/2050, pela primeira vez na história, a taxa de crescimento será negativa, de -0,08% ao ano, momento em que a população brasileira começará a reverter o processo de crescimento (Gráfico 2.2).

Gráfico 2.2 – Variação absoluta e taxa média geométrica de crescimento da população – Brasil, 1970-2060

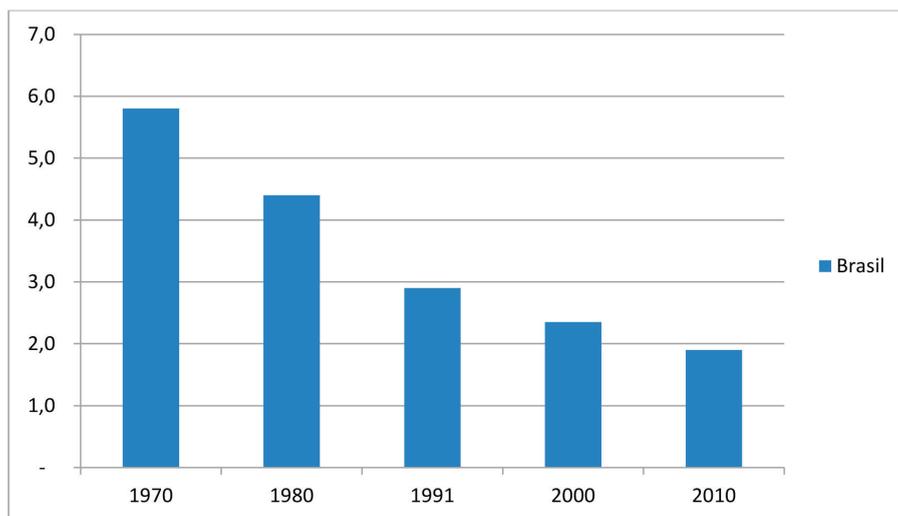


FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1970, 1980 e 1991; IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Segundo Brito *et. al.* (2008), a principal causa das reduções, tanto das taxas anuais de crescimento da população mundial, quanto do incremento absoluto, foi, sem dúvida, o rápido e acentuado declínio dos níveis de fecundidade.

No período de 1960 a 1970, a taxa de fecundidade total (TFT), ou seja, o número médio de filhos por mulher ao final do período reprodutivo estava próxima de 6,0 (Gráfico 2.3). Após o período 1970/1980, esta taxa iniciou forte tendência de queda. A taxa de fecundidade total no país, que era de 2,38 filhos por mulher em 2000, ao final do período, em 2010, chegou a 1,9 filho por mulher, apresentando uma queda de 20,1% na última década. Esta taxa encontra-se pela primeira vez abaixo do nível de reposição da população, que corresponde a 2,1 filho por mulher, valor que garante a substituição das gerações.

Gráfico 2.3 – Taxa de Fecundidade Total – Brasil 1970/2010



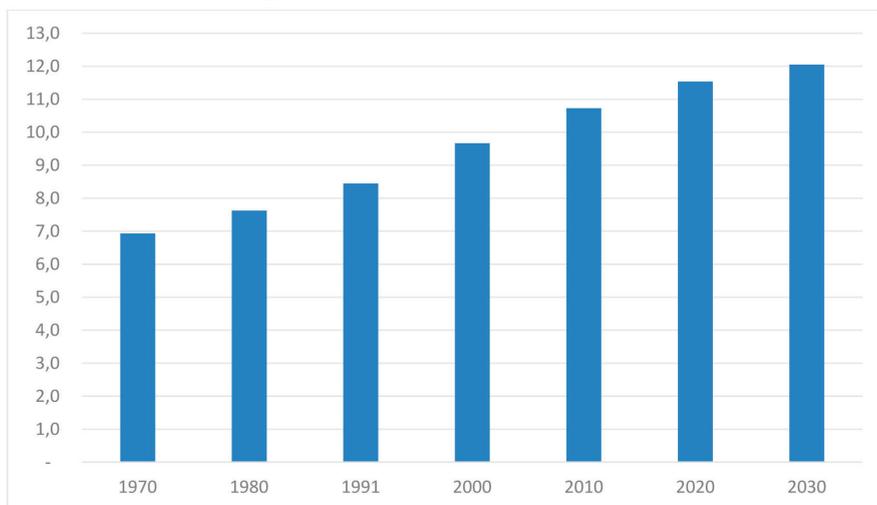
FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados da amostra); Elaboração: Autor

No que tange à dinâmica demográfica brasileira, para Rios-Neto (2005) a fecundidade é o componente mais importante em termos de implicações futuras imediatas na estrutura etária da população brasileira, tanto em termos de sua trajetória passada, quanto da sua tendência nas próximas décadas.

Como já abordado por Magalhães e Cintra (2012) e Moura *et. al.* (2010), a população do Paraná vem acompanhando as tendências observadas para a população brasileira, encontrando-se mais envelhecida e com forte redução da população jovem.

Com base nas Projeções Populacionais do IBGE (2013), podemos observar que o Paraná apresentará por volta de 2030, uma população de, aproximadamente, 12 milhões de habitantes atingindo sua população máxima por volta do ano 2035. Estima-se que na década atual (2010/2020) o crescimento populacional seja de 0,8 milhões de habitantes, ao passo que na década seguinte (2020/2030) esse crescimento reduza para 0,5 milhões. Com base ainda na Projeção do IBGE é possível inferir que o crescimento nulo no Paraná ocorra por volta do período 2035/2045.

Gráfico 2.4 – População total Paraná – 1970/2030 (em milhões)



FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1970, 1980 e 1991; IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Nesse cenário de redução dos ritmos de crescimento populacional, em decorrência das alterações das componentes demográficas (fecundidade, mortalidade e migrações), percebe-se uma nítida diminuição dos grupos etários de crianças e jovens, e um aumento paulatino do grupo dos idosos.

Salienta-se que, embora os municípios estejam influenciados pelos padrões e tendências de crescimento *macro* (Paraná/Brasil), cada um deles apresenta um determinado estágio nessa dinâmica, principalmente pela influência que teve a migração na conformação das populações das diversas regiões paranaenses, fenômeno já explorado por Magalhães (1997, 2003), cujo impacto na população dos municípios tem sido o aceleração do processo de envelhecimento, dada a contínua saída dos jovens para outras regiões. Por outro lado, como veremos a seguir, nas principais cidades da RMM, as tendências de crescimento positivo são resultantes dos saldos migratórios positivos decorrentes de fatores políticos, econômicos e sociais que atraem novos habitantes para essas localidades; e também, não podemos deixar de mencionar as influências dos arranjos metropolitanos nessa dinâmica da migração como a principal componente da dinâmica demográfica capaz de assegurar um aumento populacional para grande parte dos municípios, sejam eles metropolitanos ou não. É o que veremos nos tópicos a seguir.

Diante disso, analisemos as diferenças demográficas entre os municípios da RMM no contexto das mudanças observadas no Paraná e no Brasil.

2 – Dinâmica demográfica – RMM

A Região Metropolitana de Maringá, ao contrário dos principais aglomerados urbanos brasileiros, que são formados em sua maioria por municípios que concentram parcela significativa das populações urbanas estaduais¹, é constituída por um núcleo, cujo entorno é formado predominantemente por pequenos municípios de até 20 mil habitantes. No Estado do Paraná, em 2010, a Região Metropolitana de Curitiba, era a que concentrava maior parcela da população paranaense, 31% da população (3.223.836 hab.), enquanto que as Regiões Metropolitanas de Londrina (848.363 hab.) e Maringá (716.918 hab.) representavam 8% e 7% respectivamente.

A RMM é constituída pelo terceiro maior município do Estado – Maringá (Polo), mais 7 municípios entre 20 mil a 100 mil habitantes e 18 municípios com até 20 mil habitantes, sendo que 16 deles possuem menos de 10 mil habitantes.

De 2000 até 2010, a RMM teve uma taxa média de crescimento populacional de 1,56% ao ano, acima da média nacional (1,17%) e estadual (0,88%) (Tabela 2.1).

Contudo, a RMM vem apresentando um crescimento menor do que o observado na década 1991/2000 acompanhando as reduções observadas no Estado do Paraná e no Brasil para o mesmo período (Tabela 2.1). De modo geral, as maiores taxas de crescimento no período 2000/2010 são encontradas nos municípios de Maringá (2,15%), Santa Fé (1,64%), Mandaguaçu (1,63%), Paiçandu (1,57%), Sarandi (1,49%) e Floresta (1,48%), sendo que, exceto os municípios de Paiçandu e Sarandi que apresentaram diminuição no crescimento, os demais apresentam taxas maiores do que aquelas observadas no período anterior (Tabela A2.1, em *Anexos*).

¹ Em 2010, a Região Metropolitana de São Paulo concentrava 48% da população do Estado de São Paulo, enquanto a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentrava 74% da população do seu Estado, ao passo que, as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre concentravam 28% e 38% da população total de seus Estados.

Tabela 2.1 – População e taxa média geométrica de crescimento – Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010

UNIDADE TERRITORIAL	POPULAÇÃO			TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO	
	1991	2000	2010	91/00	00/10
Brasil	146.825.475	169.872.856	190.755.799	1,65	1,17
Paraná	8.448.713	9.564.643	10.444.526	1,40	0,88
RMM	524.138	617.116	716.918	1,85	1,51

FONTE: IBGE – Censo demográfico (resultados da amostra)

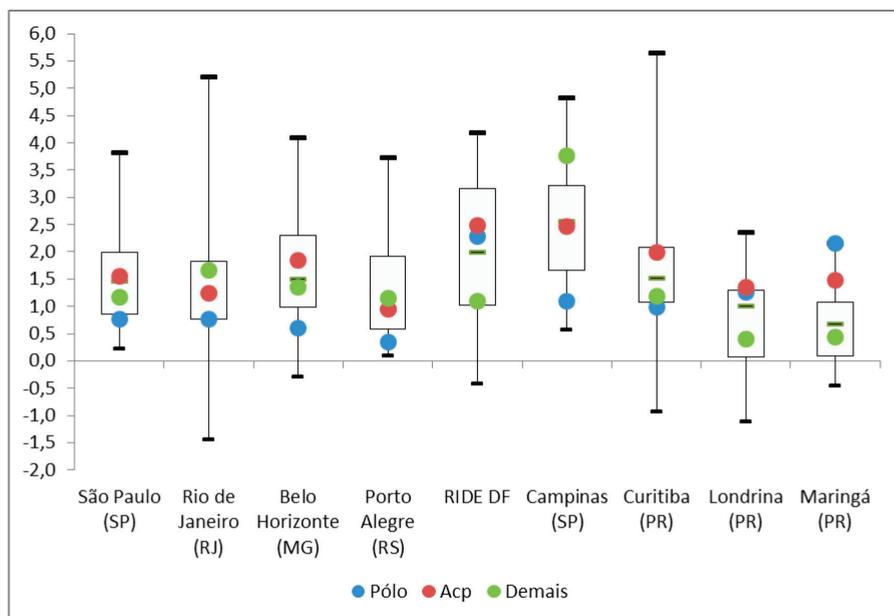
É notável a diminuição das taxas de crescimento negativas de alguns municípios da RMM pela redução do saldo negativo da migração, e também a redução das taxas de crescimento positivas de determinados municípios cujas taxas se encontram abaixo de 0,50% e vêm se aproximando do crescimento nulo, influenciado principalmente pela redução das taxas de fecundidade.

As menores taxas de crescimento observadas no período anterior (1991/2000) dos municípios de Iguaraçu e Cambira, pelo que observamos, são devidas ao processo de desmembramento de seus territórios, que deram origem aos municípios de Ângulo e de Novo Itacolomi.

Ao se comparar as taxas de crescimento dos municípios da RMM com outras Regiões Metropolitanas selecionadas (Paraná/Brasil), observa-se que os municípios da RMM apresentam as menores taxas de crescimento, destacando-se que o município-polo – Maringá, ao contrário, apresenta uma das maiores taxas em relação aos demais polos, sendo superado apenas por Brasília (RIDE-DF)², como pode ser observado no Gráfico 2.5 abaixo.

² Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, constituída pelo Distrito Federal e por alguns municípios de Goiás e Minas Gerais.

Gráfico 2.5 – Taxa média geométrica de crescimento – Regiões Metropolitanas selecionadas, 2000/2010



FONTE: IBGE – Censo demográfico (resultados da amostra); Elaboração: Autor.³

NOTA: No diagrama de caixa é possível observar a mediana e os quartis do indicador analisado. A base da caixa representa o quartil inferior (25% dos menores valores), e o topo da caixa o quartil superior (75% dos valores observados). A caixa representa 50% dos valores observados. Um segmento de reta vertical conecta o topo da caixa ao maior valor observado e outro segmento conecta a base da caixa ao menor valor observado. Os valores referentes à ‘ACP’ e ‘Demais’ se referem à mediana dos municípios analisados.

No gráfico anterior, é possível observar também que a mediana das taxas de crescimento dos municípios que compõem a ACP é superior à mediana dos Demais municípios da RMM, mostrando que o efetivo crescimento populacional dessa Região se dá nos municípios mais populosos⁴. Ao analisarmos as taxas de crescimento dos Polos

³ O autor agradece a contribuição do pesquisador Paulo Roberto Delgado – IPARDES na solução para a representação gráfica dos dados.

⁴ A taxa de crescimento dos municípios que compõem a ACP, de um modo geral, são superiores às taxas de crescimento dos Demais municípios. Entretanto, na Região Metropolitana de Porto Alegre, ocorre o inverso: a taxa de crescimento dos Demais municípios é superior à da ACP. Já no caso das RM’s de Campinas e Rio de Janeiro há poucos municípios fora da ACP (4 e 1, respectivamente), sendo que, nestes casos, o indicador reflete um número reduzido de observações, o mesmo ocorre para a RM

(em azul), ficam evidentes as diferenças entre Maringá e os outros Polos, pois, enquanto parte dos Polos tem apresentado taxas abaixo de 1%, Maringá apresentou taxa de 2,15% influenciada pelo efeito positivo da migração, como veremos mais a frente.

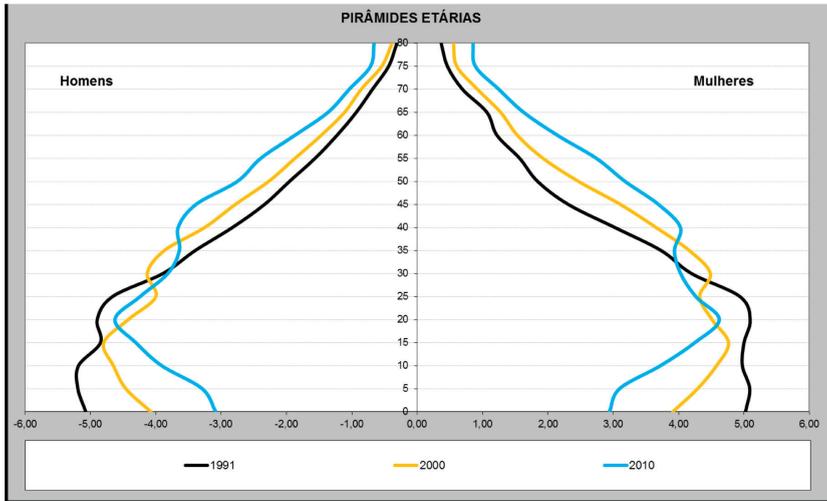
Os diferentes processos de crescimento entre os municípios, advindos da dinâmica demográfica, são interpretados a partir das mudanças observadas nos parâmetros demográficos (fecundidade, mortalidade e migração) e podem ser acompanhados a partir da análise das estruturas demográficas por sexo e por idade, através da sua representação gráfica em pirâmide etária.

2.1 – Análise da estrutura populacional

A análise da estrutura populacional por sexo e por idade da RMM permite observar os impactos da queda da fecundidade nas duas últimas décadas e o consequente processo de envelhecimento da estrutura populacional, acompanhando a dinâmica demográfica paranaense e brasileira. Em 1991, a base da pirâmide (0-4 anos) era composta de 5% de homens e mulheres respectivamente, ao passo que em 2010 essa participação sofre considerável redução, passando para 3%. As reduções nas proporções dos diversos grupos etários são consideráveis até o grupo de 10-14 anos, sendo que, na última década, as diferenças entre as faixas de 15-19 e 20-24 são menores, em função dos deslocamentos migratórios. Por outro lado, a partir do grupo etário de 44-45 anos, houve aumento na participação desses grupos etários na estrutura populacional, em virtude da redução da participação dos grupos mais jovens e do aumento da população idosa (Gráfico 2.6).

de São Paulo onde há apenas um município no grupo dos Demais.

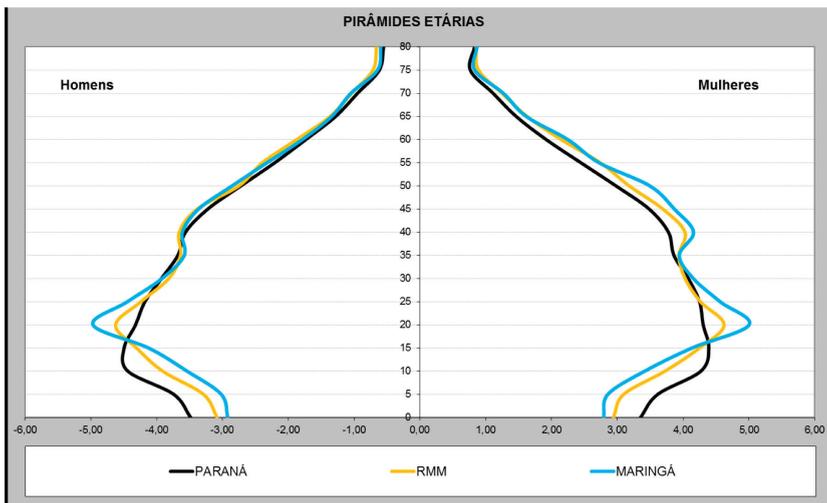
Gráfico 2.6 – Pirâmides etárias – RMM – 1991, 2000 e 2010.



FONTE: IBGE – Censo demográfico (resultados da amostra); Elaboração: Autor.

A estrutura etária da RMM em 2010, quando comparada com o Paraná e seu município-polo – Maringá (Gráfico 2.7), evidencia as diferenças entre as dinâmicas demográficas desses três níveis territoriais. Maringá apresenta a menor proporção do grupo etário de 0-4 anos, seguido pela RMM e Paraná.

Gráfico 2.7 – Pirâmides etárias – Paraná, RMM e Maringá –2010.



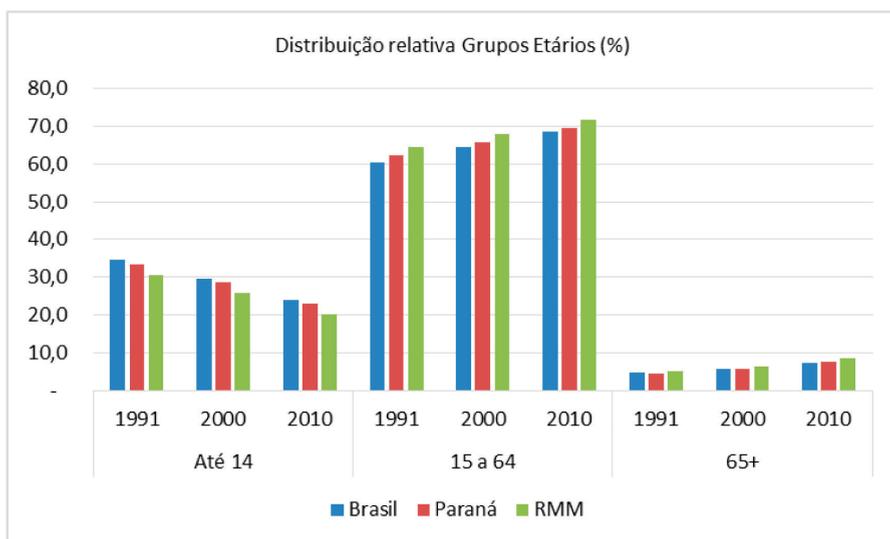
FONTE: IBGE – Censo demográfico (resultados da amostra); Elaboração: Autor.

Pela presença de instituições educacionais, como a Universidade Estadual de Maringá (UEM), que atraem os grupos populacionais mais jovens através dos processos migratórios, Maringá apresenta a maior proporção de adultos dos grupos etários de 20-24 anos e de 25-29 anos, em relação ao Paraná, influenciando, por sua vez, os indicadores do total da RMM.

Considerando a distribuição da estrutura etária segundo os grandes grupos etários – como jovens (0-14 anos), adultos (15-64 anos) e idosos (65 anos e mais) – podemos notar a redução da participação dos jovens e o aumento da participação de adultos e idosos nas duas últimas décadas.

Em 1991, a base da pirâmide (0-14 anos) da RMM representava em torno de 31% da população, ao passo que em 2010 essa participação sofre considerável redução, diminuindo para 20%. Nesse grupo etário, a população de 0-4 anos reduziu sua participação de 5%, em 1991, para 4% e 3% nos anos de 2000 e 2010 respectivamente. A diminuição da população jovem resulta no aumento da participação da população adulta (15-64 anos) de 65%, em 1991, para 72% em 2010; e da população idosa de 5%, em 1991, para 8% em 2010 (Gráfico 2.8; Tabela A2.2, em *Anexos*).

Gráfico 2.8 – Distribuição relativa dos grandes grupos etários na estrutura populacional – Brasil, Paraná e RMM – 1991, 2000 e 2010.



FONTE: IBGE – Censo demográfico (resultados da amostra); Elaboração: Autor.

De modo geral, na RMM observam-se aproximações com o Brasil e o Paraná, no que diz respeito à diminuição do percentual de crianças e ao discreto aumento da população potencialmente produtiva, e de idosos. A tendência para a próxima década é a de que a faixa da população potencialmente produtiva amplie notadamente o grupo etário dos idosos, enquanto ela mesma (a população produtiva) incorpore parte discreta da faixa de jovens. Afinal, as projeções populacionais para a década de 2020 (IBGE, 2013) apontam o refluxo da *janela de oportunidade* demográfica no país. Porém, como afirma José Eustáquio Alves, no momento:

O mundo está passando por um dos melhores momentos demográficos de toda a história da humanidade. Isso se deve a um dos mais inopinados fenômenos sociais ocorridos na história da racionalidade humana: a transição demográfica. A transição demográfica, de modo geral, começa com a queda das taxas de mortalidade e, depois de um certo tempo, prossegue com a queda das taxas de natalidade, o que provoca uma forte mudança na estrutura etária da pirâmide populacional. [...] O Brasil e a América Latina encontram-se em uma fase intermediária da transição demográfica (ALVES, 2008, p. 3-4).

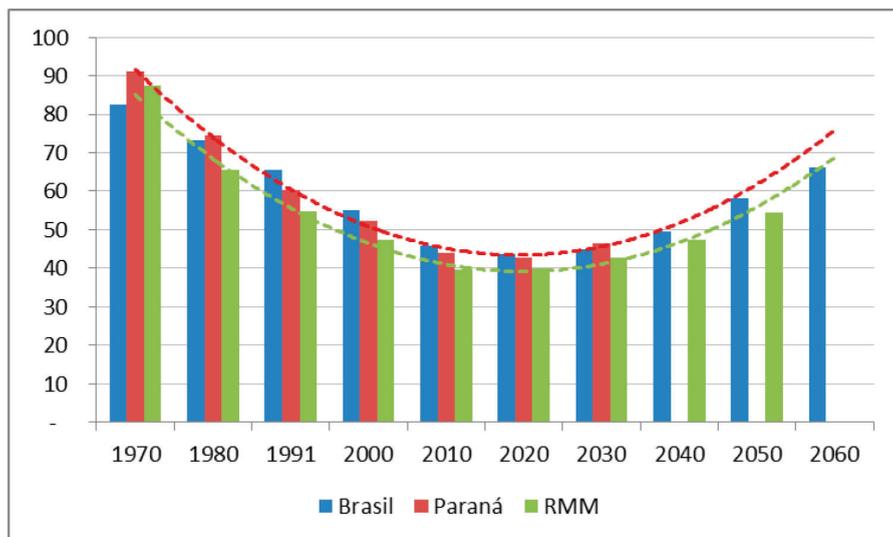
Para entender essa questão é preciso fazer uma pontual operação demográfica: o grupo etário mais jovem (0-14 anos) e a população de 65 anos e mais, compõem juntos a chamada *população economicamente dependente*, enquanto o grupo etário de 15-64 anos é considerado *população potencialmente produtiva*. A relação entre esses dois grandes grupos populacionais têm potencializado o chamado “bônus demográfico” ou “janela de oportunidade demográfica”. Esses termos, embora tradicionais no âmbito do planejamento público, apoiado em indicadores demográficos, tornaram-se mais presentes nos meios de comunicação de massa com a veiculação do Censo Demográfico 2010.

O bônus demográfico é resultante da relação de dependência entre a população economicamente dependente e a população potencialmente produtiva, denominada *razão de dependência*. O seu comportamento ao longo do tempo vai definir os momentos de abertura e fechamento da janela de oportunidade demográfica, fenômeno que acontece apenas uma vez na história de uma dada população, e que pode ser traduzido como o período em que o número de pessoas dependentes diminui para cada pessoa potencialmente produtiva. A abertura da

janela se dá com a diminuição da população economicamente dependente, influenciada pela diminuição da população dos grupos etários mais jovens, e o fechamento acontece com a inversão do fenômeno, quando o crescimento da população economicamente dependente é afetado pela ampliação da população mais idosa.

Nas últimas décadas, de modo geral, a razão de dependência tem decrescido paulatinamente com a diminuição da taxa de fecundidade. Em meados da última década, a razão de dependência ficou abaixo de 50%, o que significa que, para cada 100 pessoas em idade potencialmente produtiva, havia algo menos de 50 pessoas dependentes. Nessa perspectiva, pode-se entender que a janela de oportunidade para o estado do Paraná já teria sido aberta, e que a oportunidade do bônus demográfico, tomando como referência as projeções populacionais disponíveis, dirige-se gradualmente ao seu ápice, que acontecerá ao final deste decênio. Como pode ser observado no Gráfico 2.9 a seguir, esta tendência e periodização valem, também, para a RMM.

Gráfico 2.9 – Razão de Dependência – Brasil, Paraná e RMM – 1970/2060.



FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2010; IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IPARDES; Elaboração: Autor.

Segundo Alves (2008, p. 4-8), a janela de oportunidade demográfica é temporária, ou seja, nas próximas décadas, com o aumento da população idosa, serão necessárias políticas públicas específicas para

a terceira idade. Da mesma forma, os custos previdenciários serão maiores, demandando alterações na legislação previdenciária vigente. Novas políticas educacionais e de qualificação do trabalhador já são necessárias, e, muito embora possam reduzir, a médio prazo, a distorção entre a demanda ocupacional e a população em idade ativa, elas não permitirão, em tempo, aproveitar a *janela de oportunidades* em sua totalidade⁵.

2.2 – Fecundidade e mortalidade

Em 1991, a TFT (taxa de fecundidade total) no Brasil foi de 3,0 filhos por mulher; em 2000, já diminuiu para 2,4 filhos por mulher; e em 2010 a TFT alcançou 1,9 filhos por mulher – o que está abaixo do nível de reposição (TFT = 2,1). Em 2010, a TFT do Paraná era a mesma para o Brasil; ao passo que na RMM, as taxas já se mostravam abaixo das do Brasil e do Paraná desde 1991, apresentando em 2010 uma taxa de fecundidade de 1,6 filhos por mulher. A maior parte dos municípios da RMM já apresenta níveis de fecundidade abaixo do nível de reposição, com uma queda mais acentuada do indicador na última década (2000/2010), com taxas de fecundidade inferiores à do Paraná, enquanto o município-polo detém uma das menores taxas nos três períodos, com uma TFT de 1,4 em 2010 (Tabela 2.2; e também Tabela A2.3, em *Anexos*).

Tabela 2.2 – Taxa de fecundidade total - Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010.

UNIDADE TERRITORIAL	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL		
	1991	2000	2010
Brasil	2,9	2,4	1,9
Paraná	2,6	2,3	1,9
RMM	2,1	1,9	1,6

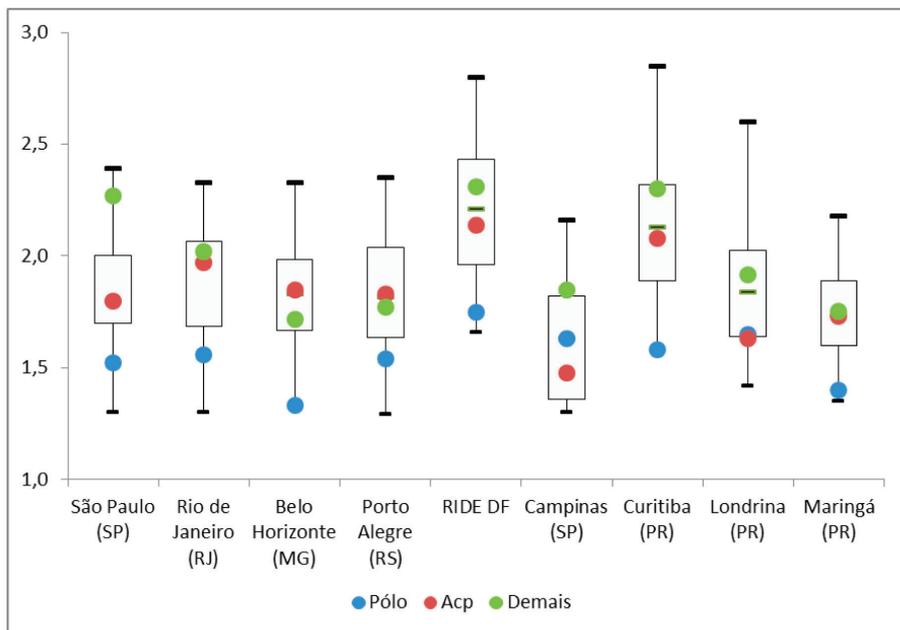
FONTE: IBGE – Censo demográfico (resultados da amostra); Elaboração: Autor.

Ao se comparar as taxas de fecundidade dos municípios da RMM com os municípios de Regiões Metropolitanas selecionadas (Gráfico

⁵ A respeito da percepção mais prática da janela de oportunidades, veja CINTRA, 2011.

10), observa-se, em 2010, que a RMM é a segunda dentre as RMs com as menores taxas observadas, sendo que a RM de Campinas apresentava municípios com taxas mais baixas ainda. Verifica-se também que Maringá apresentava a segunda menor taxa de fecundidade (1,4) no período, enquanto que Belo Horizonte apresenta a menor taxa entre os Polos analisados (1,3). No caso da RMM, tanto os municípios da ACP quanto os Demais, apresentam taxas de fecundidade próximas da mediana (1,7), mas ainda assim abaixo do Paraná e Brasil (Tabela 2.2), conforme destaca o Gráfico 2.10.

Gráfico 2.10 – Taxa de fecundidade total – Regiões Metropolitanas selecionadas - 2010



FONTE: PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano; Elaboração: Autor.

Em relação aos indicadores de mortalidade dos municípios da RMM, observa-se considerável redução da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida, o que pode ser explicado pela melhoria nas condições de saúde e no acesso aos serviços públicos. Em 1991, a esperança de vida ao nascer para o Paraná era de 65,7 anos, e em apenas 19 anos houve um incremento de 9,1 anos nesse indicador, chegando, em 2010, aos 74,8 anos. Entre os municípios da RMM, a

esperança de vida aumentou consideravelmente de 1991 a 2010, apresentando maior indicador em 2010, o município de Presidente Castelo Branco, com 76,4 anos, o que ultrapassa em 1,6 anos a esperança de vida do Paraná. O município de Maringá apresentou também uma esperança de vida elevada, com 76,1 anos em 2010. Entre os 26 municípios da RMM, 14 deles apresentaram em 2010 valores da esperança de vida ao nascer superiores as do Paraná, enquanto 12 apresentaram valores inferiores (Tabela 2.3; e Tabela A2.4, em *Anexos*).

Tabela 2.3 – Esperança de vida ao nascer – Brasil e Paraná – 1991, 2000 e 2010.

UNIDADE TERRITORIAL	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER		
	1991	2000	2010
Brasil	64,7	68,6	73,9
Paraná	65,7	69,8	74,8

FONTE: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano.

O que se observa nos indicadores é que dentre os municípios com as menores esperanças de vida, observam-se também as maiores taxas de mortalidade infantil da Região, por exemplo, o município de Jandaia do Sul (PR), apresenta, em 2010, uma expectativa de 73 anos de esperança de vida ao nascer e 15,5 óbitos de crianças menores de um ano de idade para cada mil nascidos vivos.

Em 1991, ocorriam no Paraná 38,7 óbitos de crianças menores de um ano de idade para cada mil nascidos vivos; chegando a 13,08 óbitos, 19 anos depois (2010). Nesse período, deixaram de morrer 26 crianças menores de um ano de idade para cada mil nascidos vivos (%). No caso dos municípios da RMM, em média, essa diminuição foi de aproximadamente 20 %, sendo que a menor taxa de mortalidade infantil em 2010 se encontra no município de Presidente Castelo Branco 10,9 %, e a maior em Santa Fé 15,8 % (Tabela A2.4, em *Anexos*).

2.3 – Migração

Acompanhando as tendências nacionais de redução dos fluxos migratórios, os municípios da RMM apresentaram redução na última década, tanto no número de imigrantes quanto de emigrantes. A exceção tem sido o considerável ganho populacional do Polo Maringá, que tem

influenciado os indicadores da Região. Com exceção de Nova Esperança, Florai, Bom Sucesso, Itambé, Doutor Camargo e Presidente Castelo Branco, os demais municípios apresentaram ganho populacional através da migração. Entre os municípios com saldo migratório negativo, Nova Esperança e Presidente Castelo Branco apresentaram um aumento da *taxa líquida migratória*⁶ (perdendo mais população via migração), enquanto que os demais apresentaram redução nas taxas (reduziram as perdas populacionais via migração). Entre os demais com saldo positivo, com exceção de Maringá, Lobato, Mandaguaçu e Ivatuba (que aumentaram sua taxa líquida de migração no período 2000-2010), os municípios apresentaram uma diminuição da taxa líquida de migração ou passaram de uma taxa líquida negativa para positiva. A dinâmica migratória dessa Região é capitaneada pelos municípios de Maringá, Sarandi, Paçandu e Mandaguaçu que contribuíram com mais de 85% do saldo migratório positivo (Tabela 2.4; e Tabela A2.5, em *Anexos*).

Tabela 2.4 – Saldo migratório e taxa líquida migratória – Paraná, RMM e Maringá – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

UNIDADE TERRITORIAL	Saldo Migratório			Taxa Líquida Migratória		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
PR	-187.358	-36.653	-20.098	-2,5	-0,4	-0,2
RMM	20.791	19.644	20.438	4,4	3,5	3,0
Maringá	12.059	8.035	10.726	5,6	3,0	3,2

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados da amostra)

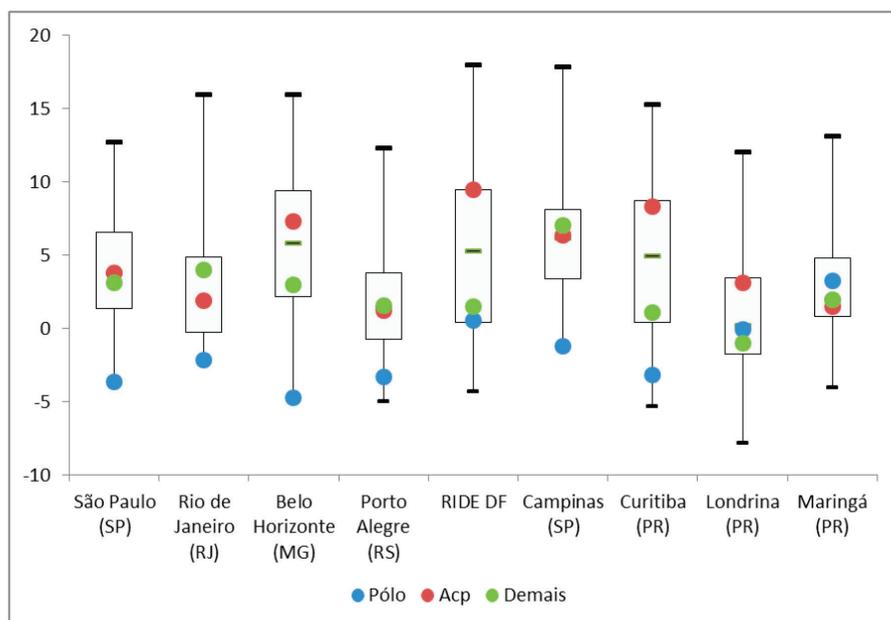
Considerando a imigração segundo o destino na RMM, segundo IBGE (2012, 2003, 1996), verifica-se o aumento da participação de Maringá no destino dos imigrantes que chegam à Região, passando de 47,1% em 1986/1991 para 54,1% em 2005/2010. Além de Maringá, os principais destinos dos imigrantes são os municípios de Sarandi, Paçandu, Marialva e Mandaguari, que juntos respondem por 78% do destino na RMM em 2005/2010. Os fluxos com destino a Maringá em 2005/2010 e oriundos do Estado do Paraná (exceto periferia da RMM) representam 48,9%; enquanto que os fluxos interestaduais re-

⁶ É o resultado da divisão do saldo migratório (imigrantes menos emigrantes) e a população de 5 anos e mais multiplicado por mil.

presentam 37,9%; e os fluxos oriundos da periferia são da ordem de 13,2%. No período em análise é possível observar uma diminuição dos fluxos intraestaduais e um aumento dos fluxos interestaduais. Em relação aos fluxos com destino à periferia da RMM em 2005/2010, observamos que uma parte considerável destes é proveniente do município de Maringá, que representava 31,9% dos fluxos; sendo o restante proveniente de 33,6% de fluxos intraestaduais (exceto periferia da RMM); 26,6% de fluxos interestaduais; e 7,9% de outros municípios da periferia da RMM. Os principais destinos, oriundos de Maringá com destino a periferia, são os municípios de Sarandi (48,8%) e Paçandu (16,7%) que juntos representam 65,5% dos fluxos núcleo-periferia.

Chama a atenção nos indicadores de migração, o fato de Maringá ser um dos dois Polos analisados com taxa líquida migratória positiva (3,2%), seguido por Brasília (0,5%). Todos os demais Polos apresentam perdas populacionais no período 2005/2010 (Gráfico 2.11).

Gráfico 2.11 – Taxa líquida migratória – Regiões Metropolitanas selecionadas – 2005/2010



FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados da amostra); Elaboração: Autor

No período 2005/2010 observa-se que a mediana da taxa líquida migratória dos municípios das ACPs é maior que o seu respectivo

município-polo (exceto na RMM, onde ocorre o inverso, pois Maringá é mais dinâmica que seu entorno), mostrando que nessas Regiões, os municípios do entorno apresentam maiores capacidades de reter população através dos processos migratórios.

Considerações finais

Como exposto ao longo do capítulo, os municípios da Região Metropolitana de Maringá acompanham as tendências demográficas manifestadas no Paraná e no Brasil, sobretudo em direção à diminuição da taxa de crescimento populacional ocasionada pela queda da fecundidade, e dos movimentos migratórios. Do ponto de vista dos componentes da dinâmica demográfica, já no ano 2000 a taxa de fecundidade da Região estava abaixo do nível de reposição populacional, o que foi reduzido ainda mais na última década.

Quanto à migração, embora a RMM ainda apresente saldos migratórios positivos, indicativo de ganho populacional, a situação entre os municípios é diferenciada. Alguns municípios da RMM, principalmente os pequenos, pelas características econômico-sociais da Região, há décadas vêm apresentando saldos migratórios negativos, em especial da população em idade ativa, o que resultou numa estrutura populacional mais envelhecida em relação aos demais municípios do Paraná. Os principais processos migratórios que têm influenciado o crescimento da Região estão localizados nos municípios de Maringá, Sarandi e Paíçandu. É nítida também uma dinâmica demográfica mais consolidada no espaço de influência da ACP de Maringá, principalmente nos municípios que são servidos por rodovias duplicadas.

No âmbito das RMs selecionadas, observa-se, de um modo geral, na última década, que os municípios Polos apresentam valores de taxa de crescimento, taxa de fecundidade e taxa líquida migratória inferiores aos municípios que compõem a ACP e os Demais, além da maioria apresentar taxa líquida migratória negativa. Nesse cenário, por outro lado, o município de Maringá se destaca dos demais Polos por apresentar a maior taxa de crescimento de sua RM, apresentando um crescimento próximo ao de Brasília, e também por apresentar a maior taxa líquida migratória entre os Polos.

Num cenário em que os principais centros urbanos vêm reduzindo sistematicamente suas taxas de crescimento, com tendência a

apresentarem crescimento nulo ou negativo na próxima década, decorrente da queda da fecundidade e das migrações, a RMM se destaca no cenário metropolitano por manter em sua ACP, em especial no município-polo, condições socioeconômicas que permitem a atração e a retenção de população resultando em taxas líquidas migratórias positivas.

Nesse sentido, a RMM se configura e se mantém com uma dinâmica demográfica fortemente influenciada por seu Polo e pelos municípios mais populosos da ACP. É essa singularidade que a diferencia das demais RMs, onde se observa atualmente um maior dinamismo populacional fora do polo, e até mesmo em municípios fora das ACPs.

Anexos

Tabela A2.1 – População e taxa média geométrica de crescimento, segundo níveis territoriais - Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010

NÍVEIS TERRITORIAIS	POPULAÇÃO			TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO	
	1991	2000	2010	91/00	00/10
Brasil	146.825.475	169.872.856	190.755.799	1,65	1,17
Paraná	8.448.713	9.564.643	10.444.526	1,40	0,88
RMM	524.138	617.116	716.918	1,85	1,51
Maringá	240.292	288.653	357.077	2,08	2,15
Sarandi	47.981	71.422	82.847	4,56	1,49
Paçandu	22.197	30.764	35.936	3,73	1,57
Mandaguari	28.086	31.395	32.658	1,26	0,40
Marialva	22.625	28.702	31.959	2,70	1,08
Nova Esperança	24.189	25.729	26.615	0,69	0,34
Astorga	22.458	23.637	24.698	0,58	0,44
Jandaia do Sul	18.574	19.676	20.269	0,65	0,30
Mandaguaçu	14.697	16.828	19.781	1,53	1,63
Santa Fé	8.708	8.870	10.432	0,21	1,64
Cambira	9.793	6.688	7.236	-4,19	0,79
Bom Sucesso	7.116	6.173	6.561	-1,58	0,61
Itambé	6.169	5.956	5.979	-0,39	0,04
Floresta	4.527	5.122	5.931	1,39	1,48
Doutor Camargo	5.942	5.777	5.828	-0,32	0,09
São Jorge do Ivaí	6.087	5.590	5.517	-0,95	-0,13
Floraí	5.500	5.285	5.050	-0,45	-0,45
Presidente Castelo	3.633	4.305	4.784	1,92	1,06
Lobato	3.762	4.064	4.401	0,87	0,80
Iguaraçu	5.691	3.598	3.982	-5,01	1,02
Atalaia	4.129	4.015	3.913	-0,31	-0,26
Munhoz de Melo	3.628	3.401	3.672	-0,72	0,77
Ourizona	3.750	3.396	3.380	-1,11	-0,05
Ivatuba	2.508	2.796	3.010	1,23	0,74
Ângulo		2.840	2.859	-	0,07
Flórida	2.096	2.434	2.543	1,69	0,44

FONTE: IBGE – Censo demográfico (resultados da amostra)

Tabela A2.2 – População por grupos etários, segundo níveis territoriais - Brasil, Paraná e municípios da RMM - 1991, 2000 e 2010

NÍVEIS TERRITORIAIS	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL		
	1991	2000	2010
Brasil	2,9	2,4	1,9
Paraná	2,6	2,3	1,9
RMM	2,1	1,9	1,6
Maringá	2,2	2,1	1,4
Sarandi	2,4	2,3	1,9
Paiçandu	2,7	2,1	1,7
Mandaguari	2,4	2,3	1,7
Marialva	2,2	2,1	1,5
Nova Esperança	2,3	2,2	1,7
Astorga	2,3	2,2	1,8
Jandaia do Sul	2,2	2,0	1,9
Mandaguaçu	2,4	2,3	1,8
Santa Fé	2,3	2,3	1,7
Cambira	2,4	2,0	1,7
Bom Sucesso	2,6	2,3	2,1
Itambé	2,8	2,8	1,5
Floresta	2,8	2,8	1,6
Doutor Camargo	2,8	2,7	1,5
São Jorge do Ivaí	2,8	2,7	1,8
Floraí	2,4	2,4	1,4
Presidente Castelo Branco	2,7	2,3	2,2
Lobato	2,6	2,2	1,8
Iguaraçu	2,5	2,2	1,9
Atalaia	2,4	2,3	1,4
Munhoz de Melo	2,5	2,1	1,7
Ourizona	3,3	2,7	1,7
Ivatuba	3,3	2,8	1,8
Ângulo	2,6	2,5	2,1
Flórida	2,3	2,2	2,1

FONTES: Municípios - PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano; Brasil, Paraná; RMM - Elaboração do autor.

Tabela A2.3 – Taxa de fecundidade total - Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010

NÍVEIS TERRITORIAIS	POPULAÇÃO (DISTRIBUIÇÃO RELATIVA) %								
	1991			2000			2010		
	Grupos Etários			Grupos etários			Grupos etários		
	Até 14	15 a 64	65+	Até 14	15 a 64	65+	Até 14	15 a 64	65+
Brasil	34,7	60,4	4,8	29,6	64,5	5,8	24,1	68,5	7,4
Paraná	33,3	62,3	4,4	28,7	65,6	5,6	22,9	69,5	7,6
RMM	30,5	64,5	5,0	26,0	67,8	6,3	20,0	71,6	8,4
Maringá	29,7	65,7	4,6	24,5	69,5	5,9	18,5	73,3	8,2
Sarandi	33,7	62,5	3,9	29,6	65,9	4,5	24,0	69,7	6,2
Paçandu	33,4	62,3	4,3	29,3	65,8	4,9	22,7	70,7	6,6
Mandaguari	29,6	65,1	5,3	26,3	66,6	7,1	20,3	69,7	10,0
Marialva	30,5	64,2	5,3	26,1	67,4	6,5	20,5	70,8	8,6
Nova Esperança	30,3	63,6	6,1	26,8	65,3	7,9	20,9	69,1	10,0
Astorga	30,5	63,5	6,0	25,6	66,5	7,9	20,1	70,0	9,9
Jandaia do Sul	29,8	63,9	6,3	25,6	66,4	8,0	19,9	69,1	11,0
Mandaguaçu	31,4	63,6	5,0	28,1	65,7	6,2	22,2	69,9	8,0
Santa Fé	30,6	63,3	6,1	25,5	66,5	8,0	20,1	70,4	9,5
Cambira	31,2	63,1	5,7	26,3	66,3	7,4	20,5	70,2	9,3
Bom Sucesso	33,6	61,6	4,7	29,5	62,8	7,7	23,5	67,3	9,2
Itambé	31,0	63,0	6,0	25,4	66,4	8,2	20,4	71,0	8,7
Floresta	30,7	63,1	6,1	25,9	67,0	7,1	20,0	71,0	9,0
Doutor Camargo	27,0	66,0	7,0	23,6	67,9	8,4	17,9	69,4	12,7
São Jorge do Ivaí	28,5	66,2	5,3	24,6	67,4	8,0	19,5	68,9	11,5
Floraí	27,9	65,8	6,3	23,3	67,7	9,1	16,1	70,7	13,3
Presidente Castelo	32,5	62,7	4,9	29,2	65,4	5,4	23,3	68,9	7,8
Lobato	32,2	62,8	5,0	26,7	67,7	5,7	21,3	70,1	8,6
Iguaraçu	32,5	62,1	5,4	28,2	65,4	6,4	21,1	70,7	8,2
Atalaia	30,8	65,3	3,9	24,9	66,9	8,2	19,2	70,8	10,0
Munhoz de Melo	30,3	64,2	5,5	28,1	64,6	7,2	20,2	67,2	12,6
Ourizona	30,8	63,8	5,4	24,9	66,4	8,7	19,0	69,8	11,2
Ivatuba	30,2	63,9	5,9	24,2	69,2	6,5	18,4	72,8	8,8
Ângulo	-	-	-	27,4	65,7	6,9	21,9	69,1	9,1
Flórida	29,9	64,8	5,2	23,8	68,6	7,6	21,3	67,9	10,8

FONTE: IBGE – Censo demográfico (resultados da amostra)

Tabela A2.4 – Mortalidade até um ano de idade, mortalidade até cinco anos de idade, esperança de vida ao nascer - Brasil, Paraná e RMM - 1991, 2000 e 2010

MUNICÍPIO	Mortalidade até um ano de idade			Mortalidade até cinco anos de idade			Esperança de vida ao nascer		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	44,7	30,6	16,7	55,7	37,0	18,8	64,7	68,6	73,9
Paraná	38,7	20,3	13,1	44,5	23,5	15,1	65,7	69,8	74,8
Maringá	28,8	12,6	11,1	33,1	14,7	13,0	68,5	73,2	76,1
Sarandi	28,2	13,0	12,2	32,5	15,1	14,3	68,7	72,9	76,0
Paiçandu	40,4	19,3	12,7	46,5	22,3	14,8	65,0	69,7	75,0
Mandaguari	32,5	13,0	12,2	37,5	15,1	14,2	67,3	72,9	75,4
Marialva	40,4	19,3	14,3	46,5	22,3	16,7	65,0	69,7	73,8
Nova Esperança	32,6	16,4	13,1	37,6	19,0	15,3	67,2	71,1	74,7
Astorga	36,6	19,8	14,0	42,1	23,0	16,3	66,0	69,5	74,1
Jandaia do Sul	30,9	18,3	15,5	35,6	21,2	18,0	67,8	70,2	73,0
Mandaguaçu	39,2	19,6	13,4	45,1	22,7	15,7	65,3	69,6	74,5
Santa Fé	39,2	19,4	15,8	45,1	22,5	18,5	65,3	69,7	73,5
Cambira	29,1	12,9	12,6	33,5	15,0	14,7	68,4	73,0	75,1
Bom Sucesso	39,9	18,8	13,8	45,8	21,8	16,1	65,1	70,0	74,2
Itambé	29,6	12,7	11,1	34,1	14,7	13,0	68,2	73,2	76,3
Floresta	29,8	20,5	14,2	34,3	23,7	16,5	68,2	69,2	73,9
Doutor Camargo	29,6	17,8	12,3	34,1	20,7	14,3	68,2	70,4	75,3
São Jorge do Ivaí	29,6	16,5	15,6	34,1	19,1	18,3	68,2	71,1	73,6
Floraí	29,1	11,4	11,2	33,6	13,2	13,1	68,4	73,9	76,2
Presidente Castelo	31,8	12,7	10,9	36,7	14,7	12,8	67,5	73,2	76,4
Lobato	24,5	16,5	12,1	28,2	19,1	14,1	70,0	71,1	75,5
Iguaraçu	35,7	16,9	12,8	41,1	19,6	14,9	66,3	70,9	75,0
Atalaia	32,6	12,9	11,1	37,6	15,0	13,0	67,2	73,0	76,2
Munhoz de Melo	32,5	13,5	11,0	37,5	15,7	12,8	67,3	72,7	76,3
Ourizona	29,6	20,1	15,2	34,1	23,3	17,8	68,2	69,3	73,2
Ivatuba	37,8	16,9	12,4	43,5	19,6	14,5	65,7	70,9	75,2
Ângulo	33,1	19,4	13,2	38,1	22,5	15,4	67,1	69,7	74,6
Flórida	33,9	19,5	15,1	39,1	22,6	17,7	66,8	69,6	74,0

FONTE: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano.

**Tabela A2.5 – Saldo migratório e taxa líquida migratória – municípios
RMM – 1991, 2000 e 2010**

MUNICÍPIO	Saldo Migratório			Taxa Líquida Migratória		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Ângulo	-	-175	78	-	-6,7	2,9
Astorga	-471	-345	178	-2,3	-1,6	0,8
Atalaia	-163	-91	38	-4,4	-2,5	1,0
Bom Sucesso	-776	-827	-112	-12,2	-14,9	-1,8
Cambira	-348	269	183	-3,9	4,4	2,7
Doutor Camargo	-611	-436	-97	-11,3	-8,3	-1,7
Floraí	-465	-311	-198	-9,3	-6,4	-4,1
Floresta	-193	212	72	-4,8	4,5	1,3
Flórida	-98	-29	217	-5,2	-1,3	9,1
Iguaraçu	-522	-195	277	-10,3	-5,9	7,4
Itambé	-895	-200	-110	-16,0	-3,7	-2,0
Ivatuba	-182	279	377	-8,0	10,7	13,1
Jandaia do Sul	-1.504	-346	189	-9,0	-1,9	1,0
Lobato	-50	93	161	-1,5	2,5	3,9
Mandaguaçu	-35	91	884	-0,3	0,6	4,8
Mandaguari	-580	-760	449	-2,3	-2,7	1,5
Marialva	-313	1.633	337	-1,5	6,3	1,1
Maringá	12.059	8.035	10.726	5,6	3,0	3,2
Munhoz de Melo	-341	-134	219	-10,4	-4,3	6,3
Nova Esperança	-860	-119	-710	-3,9	-0,5	-2,8
Ourizona	-134	-437	48	-4,0	-14,0	1,5
Paiçandu	4.616	3.393	2.077	23,5	12,3	6,2
Presidente Castelo Branco	-100	-10	-61	-3,1	-0,3	-1,4
Santa Fé	-864	-147	229	-11,0	-1,8	2,3
São Jorge do Ivaí	-664	-221	161	-12,0	-4,3	3,1
Sarandi	14.283	10.423	4.825	33,6	16,3	6,3
RMM	20.791	19.644	20.438	4,4	3,5	3,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados da amostra)

Referências

ALVES, José Eustáquio D. (2008). A transição demográfica e a janela de oportunidade. São Paulo, Instituto Fernand Braudel.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto Magno de; TURRA, Cássio Maldonato; QUEIRÓZ, Bernardo Lanza (2008). “A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade”.

In: CGEE. Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

CASELLI, Graziella; VALLIN, Jacques (2004). «Dynamique de la population: mouvement et structure», Chapitre 4 dans : Caselli G., J.Vallin et G.Wunsch, Démographie: analyse et synthèse. Volume I. La dynamique des populations, édition de l'INED, Paris, pp.35-59.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa (2011). População e planejamento – o bônus demográfico. Curitiba, IPARDES (Comunicados para o Planejamento, n. 10). Disponível em: < http://www.IPARDES.pr.gov.br/pdf/comunicados_planejamento/Comunicado_Planejamento_10.pdf > Acesso em 10 ago 2013.

IBGE. Censo Demográfico 2010: microdados da amostra - Paraná (Banco de Dados), Rio de Janeiro, IBGE, 2012. In: IBGE: Resultados do Censo Demográfico 2010, 2012. Disponível em <<ftp.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2013.

_____. Censo Demográfico 2000: Microdados da amostra - PR. Rio de Janeiro, IBGE, 2003. (CD-ROM)

_____. Censo Demográfico 1991: Microdados da amostra - PR. Rio de Janeiro, IBGE, 1996. (CD-ROM)

MOURA, Rosa *et al.* (2010). “Primeiras impressões sobre o Censo 2010 no Paraná”. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, IPARDES, n.118, jan./jun., p.113-138.

MAGALHÃES, Marisa Valle; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa (2010). Dinâmica Demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. Curitiba, IPARDES (Nota Técnica, n.14).

MOURA, Rosa; CINTRA, Anael (2012). População e território: processos recentes de transformação urbana e metropolitana no Brasil. XII SEMINÁRIO DA RED IBEROAMERICANA DE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO - Anais. Minas Gerais, UFMG.

RIOS NETO, E. L. G.; PAIVA, P. T. A. (2009). A relação entre população e desenvolvimento 15 anos após a Conferência do Cairo. Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo. 1ªed. Campinas - São Paulo ABEP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, pp. 13-66.

Estrutura econômico-produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Maringá: período 2000 e 2010

*Amália Maria Goldberg Godoy
Luci Nychai*

Resumo: Este capítulo caracteriza a estrutura econômico-produtiva em relação ao mercado de trabalho da Região Metropolitana de Maringá; evidencia os parâmetros para a compreensão de sua atuação no movimento de sua inserção na economia neoliberal periférica; e considera a evolução histórico-econômica dessa região. A análise foi por meio de comparações entre os níveis de integração dos municípios da RMM no processo de metropolização nacional, por meio de indicador construído pelo Observatório das Metrôpoles com variáveis indicativas desse processo. Localmente fizeram-se análises, para 2000-2010, sobre o Produto Interno Bruto (PIB), a Renda, o Valor Adicionado na agropecuária, na indústria e nos serviços; que foram processados por funções da estatística descritiva e regressões. Resultado: a RMM concentra suas atividades econômicas na cidade polo.

Palavras-chave: mercado de trabalho, metropolização nacional, estrutura econômico-produtiva, Região Metropolitana de Maringá.

Abstract: This chapter aims to characterize the economic and productive structure in relation to the labour market in the Metropolitan Region of Maringa (MRM), featuring the parameters used to comprehend the metropolitan process as part of a peripheral neoliberal economy insertion. It also considers the historical and economic evolution of the area. This economic and productive structure has been analyzed by comparing the MRM municipalities' different levels of integration to the national metropolization system. For that, it was used an index constructed by the Observatory of the Metropolises. Regarding the area, it is also analyzed its respective Gross Domestic Product (GDP), its income, and its industry, services and agriculture's dimensions added value. The study was conducted concerning the time gap between 2000 and 2010, and for the local data processing it was used descriptive statistics and regressions. As the results reveal MRM concentrates its economical activities in its main city.

Keywords: Labour market; National metropolization; Economic and productive structure; Metropolitan Region of Maringa.

Introdução

Sack (1986) afirmou que uma região metropolitana é resultado de construção social, condicionada por fatores espaciais, econômicos e institucionais, os quais influenciam as relações sociais formatadas espacialmente. Com base nisso, parte-se do pressuposto de que é preciso considerar as diversas singularidades que influenciam na caracterização de um município como espaço metropolitano, tais como as heranças histórica e cultural, o ambiente institucional legal, o movimento do capital, a dinâmica do mercado e, portanto, o processo de inserção dos municípios na dinâmica metropolitana nacional. Com base nisso, vamos começar verificando as características da estrutura econômico-produtiva e do mercado de trabalho, com a criação institucional da Região Metropolitana de Maringá, a partir de um recorte temporal, no período 2000 e 2010.

A inserção da Região Metropolitana de Maringá na dinâmica da economia brasileira

A trajetória histórica da Região Metropolitana de Maringá – RMM – está ligada à Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa inglesa que adquiriu terras do Governo do Estado do Paraná e passou a vendê-las na região entre 1925 e 1927. No entanto, em 1939, devido à II Guerra, a Companhia foi vendida a um grupo nacional e passou a ser chamada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Conforme CMNP (1975, p.76), ela adotou diretrizes bem definidas de colonização, ou seja: “As cidades destinadas a serem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de dez a quinze quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários”.

Maringá foi criado nesse processo, em 10 de maio de 1947, como um distrito de Mandaguari; e foi elevado a Município pela Lei nº 790 de 14 de fevereiro de 1951, envolvendo os distritos de Iguatemi, Floriano e Ivatuba e com o papel específico de ser um polo econômico regional. Devido às suas terras férteis, ele fez parte do caminho de expansão do plantio de café para garantir o mercado exportador.

Esse mercado se modificou nos anos 1970, durante a substituição

do café pelo binômio soja/trigo, em um ambiente marcado pelo milagre brasileiro (1968-1973) e pelo processo de modernização agrícola, incentivado e financiado pelo Governo Federal.

Nesse período de ditadura militar, caracterizado pela centralização político-administrativa do Governo Federal, surgiram as primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil, localizadas nas capitais dos Estados¹. Particularmente, a Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, no artigo 164, criou oito Regiões Metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza); e a Lei Complementar nº 20, de 01 de julho de 1974, estabeleceu a RM do Rio de Janeiro.

Maringá e os municípios de entorno, com características interiores, ficaram fora dessas determinações, mas não das políticas de desenvolvimento do governo federal. A mais relevante foi o que se denominou *Revolução Verde*, constituída de fortes incentivos e subsídios para a modernização agrícola intensiva em capital. Os proprietários dos estabelecimentos tornaram-se dependentes de financiamentos, pelos bancos e cooperativas, assim como do comércio de produtos e passaram a morar na cidade. Segundo Leão (1989), a propriedade rural passou a ser considerada uma empresa, administrada a partir do setor urbano. Surgiram os boias-frias, que realizavam as tarefas esporádicas.

A Região Metropolitana de Maringá espelha o processo ocorrido tanto no nível nacional² quanto no local (explora-se esse aspecto no item a seguir). Ela é o resultado de ações históricas que visavam integrar a região Norte do Paraná com as áreas de entorno, sendo Maringá o centro irradiador de desenvolvimento.

Em termos quantitativos, o número de municípios inseridos em regiões metropolitanas em 2010 no Brasil era de 617, ou seja, 11,9% dos municípios brasileiros estavam distribuídos em 36 RMs (IBGE, 2010). O Estado de Santa Catarina possuía o maior número de RMs, abrangendo 158 Municípios; seguido de Minas Gerais com 74; São Paulo com 67; e Paraná, com 62 municípios inseridos em RMs.

¹ No regime militar, a questão metropolitana foi incluída na Constituição Federal de 1967 e mantida na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, assegurando que o planejamento fosse de competência exclusiva da União.

² Em 1998 a Região Metropolitana de Maringá foi criada pela LCE 83/98, juntamente com outras oito RMs (Brasília – LCE94/98; Florianópolis – LCE162/98; Londrina – LCE 81/98; Maceió – LCE18/98; Joinville – LCE 162/98; São Luís – LCE 38/98; Blumenau LCE 162/98 e Ipatinga – LCE51/98).

As regiões metropolitanas do Paraná eram três: a RM de Curitiba compreendia 26 municípios; a RM de Londrina, 11 municípios; e a RM de Maringá, 26 municípios; as três representavam 1,11% dos municípios brasileiros e 15,5% dos municípios paranaenses. Conforme Tabela 3.1, em 2000 elas abrangiam 2,08% da população brasileira; e 2,38% em 2010. Em relação à população do Estado do Paraná, houve crescimento: em 2000, residia nas respectivas RMs 37,97% da população paranaense; e em 2010 esse número aumentou para 43,54%.

Tabela 3.1: Evolução da população das RMs paranaenses em comparação com o Brasil e o Paraná: 2000 e 2010.

Regiões Metropolitanas do Paraná	População 2000	Posição 2000*	% Part. RM 2000	População 2010	Posição em 2010	% RM 2010	Dif. % Part. 2000-2010	Tx Cres 2000-2010
Curitiba	2.768.394	8	3.74	3.168.980	8	3,78	0,04	14,47
Londrina	678.032	22	0.92	764.258	23	0,91	0,00	12,72
Maringá	624.722	28	0.70	722.926	27	0,73	0,03	18,38
Total	4.071.148			4.656.164				
% RM/PARANÁ	42,56			44,58			2,02	

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme IBGE (2010) – Nota: * Calculado a partir da mesma base territorial das RMs em 2010; apesar de algumas RMs não existirem em 2000; e outras terem composição diferente da atual.

No caso das RMs paranaenses observou-se que, em 2010, enquanto 44,58% ou 4,65 milhões de pessoas viviam em 63 Municípios inseridos nestas três regiões, as demais, 55,42% ou 5,79 milhões pessoas, viviam nos 336 Municípios não pertencentes a RMs, apontando para o alto poder de concentração das mesmas. Soma-se que, conforme os dados do IBGE (2010), Maringá concentrava 3,4%, Londrina 4,9% e Curitiba 16,8% da população do estado. Considerando a área total de 5.629,59 km² dos Municípios inseridos nas RMs paranaenses, a densidade era de 827,09 hab./km², o que supera muito a média do estado paranaense que era de 52,40 hab./km². Nos demais Municípios, os não inseridos em regiões metropolitanas, a densidade era de 51,84 hab./Km², em uma área geográfica total de 113.685,41 Km².

População, mercado de trabalho e estrutura ocupacional da RMM

A análise da estrutura ocupacional dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Maringá, realizada com base nos dados disponibilizados pelo IBGE e sistematizados pelo Observatório das Metrôpoles, reflete os processos de ocupação e de concentração. Ou melhor, o movimento populacional da RMM reflete as condições pelas quais passam os diversos municípios.

Nos anos 1950, o município de Maringá foi desmembrado de Mandaguari, que tinha, na época, a maior concentração populacional, com 101.657 pessoas. Esses dois municípios, Mandaguari e Maringá, somavam 140.245 pessoas, que viviam predominantemente (mais de 81%) no setor rural. Quanto a Maringá, devido ao seu papel de polo regional, centro de abastecimento e prestação de serviços regionais, três anos após a sua criação já concentrava 7.000 pessoas no setor urbano, dentre os seus quase 40.000 habitantes.

Em 1960, dez anos depois de sua criação e em processo de consolidação, a população total de Maringá quase triplicou, passou para 104.131 habitantes, dos quais 54,3% estavam no setor rural, ligados à expansão da cultura cafeeira. Multiplicaram-se os investidores e trabalhadores rurais originários de São Paulo, Minas Gerais e Norte Velho, incentivados pelas facilidades oferecidas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; e, com eles, cresceram o comércio e os serviços, configurando o perfil da região dependente do “centro” comercial e financeiro maringaense. Em outras palavras, conforme o planejado pela companhia loteadora, Maringá se diversificou e adquiriu um perfil populacional com 45,7% da população vivendo no setor urbano; enquanto isso, o vizinho município de Sarandi permanecia 100% rural.

No período 1970-1980, devido à grande geada, ocorrida em 1975, e sob a influência das políticas federais de modernização agrícola e de incentivo às culturas temporárias (soja e trigo), ocorreu uma significativa mudança: concomitante à erradicação do café, houve o esvaziamento do campo e o fortalecimento da urbanização. Contudo, enquanto as demais regiões começaram a diminuir em população total, Maringá cresceu de maneira peculiar. Ao se observar a participação de Maringá, percebe-se um processo contínuo de crescimento e de atração do polo.

Com a intensificação do uso de equipamentos e insumos intensivos em capital, houve menor demanda de mão de obra e o estabelecimento agrícola deixou de ser o lugar de moradia dos trabalhadores e dos proprietários. Como um dos resultados, em Maringá, além de aumentar a população total, o percentual da população rural despençou primeiro para 17,5% e depois ainda caiu para 4,5%; enquanto a urbana adensou-se nos anos 1970 para 82,5% e atingiu os 95,5% no final dos anos 1980. Nas décadas seguintes, esse processo continuou e, em 2010, a população urbana representava 98,2%, ou seja, somente 1,8% permaneceu rural.

Também no período 1970-80, segundo Vercesi (2001, p.110), houve, a partir de Maringá, o início do processo de *periferização* de Sarandi, na época um distrito do Município de Marialva, que se tornou destino da população de baixa renda, a qual passou a ocupar os fundos de vale de solo pouco valorizado, em condições urbanas precárias.

Em 1991, os 25 Municípios da RMM, com exceção de Maringá, concentravam 54,8% da população total da RMM; enquanto, em 2010, essa participação caiu para 50,6%, devido à atração contínua exercida pelo polo. Com o tempo, houve um processo de conurbação e transbordamento urbano, acentuando tanto a periferia intraurbana quanto a área de entorno, a qual absorveu a parte negativa da atração do polo³.

O crescimento e a concentração urbana consolidaram o papel de polo e a maior representatividade de Maringá, em relação aos demais municípios da região. Embora ainda mantivesse sua função original de grande fornecedor de insumos para a agropecuária e de bens de consumo para a sua área polarizada, Maringá tornou-se importante polo agroindustrial (em especial, de carne, de fiação da seda e de processamento de soja) e setor atacadista. Como comenta Vercesi (2001, p. 97) o crescimento do aglomerado veio acompanhado de um forte movimento de *periferização*, principalmente para as parcelas menos favorecidas da população.

³ Maringá, por exemplo, não tem favelas em virtude das constantes intervenções públicas visando a sua concentração em municípios limítrofes, como Sarandi e Paiçandu. Outros exemplos: a Penitenciária de Maringá localiza-se num braço do perímetro municipal de Maringá que se localiza dentro de um bairro residencial de Paiçandu; enquanto o aterro sanitário foi instalado próximo a Gleba Ribeirão Pinguim, no Contorno Sul de Maringá, nos seus limites com Marialva e Sarandi. Além do mais, os municípios periféricos têm indicadores sociais e econômicos muito diversos dos do central polo.

Maringá deveria se caracterizar pela centralização e pela irradiação da modernidade; mas, por uma série de problemas, estas características não se concretizaram⁴. Com efeito, o processo histórico reforçou a hierarquia, pois Maringá revelou-se polarizadora e excludente, como se poderá averiguar na apresentação dos dados.

Constatou-se que nenhum município da RMM aumentou, proporcionalmente, sua população acima da taxa alcançada por Maringá; e que apenas dois municípios (Paiçandu e Mandaguacu) cresceram percentualmente acima de Sarandi. Além disso, a concentração da população em Maringá e Sarandi passou de 52,34% para 61,26%, no período 2000-2010; quer dizer, o somatório dos demais 24 Municípios não alcançou a população desses dois.

Neste mesmo período, a População Economicamente Ativa (PEA)⁵ da RMM passou de 317.343 para 399.330 pessoas, ou seja, crescimento de 25,8%, conforme mostra a Tabela 3.2, que foi organizada segundo os níveis de integração dos entes municipais na metropolização nacional, os quais são: *Polo*; *Muito Alta* integração (MA); *Média* (M); *Baixa* (B); e *Muito Baixa* (MB) integração. Assim como ocorreu com a população, o crescimento do PEA foi diferenciado, ou seja, enquanto nos Municípios MB ele variou em 7,1% (de 9.970 para 10.677) e no MA variou 21,4% (de 35.180 para 42.712); o Polo cresceu 34,7% (de 151.652 para 204.301). Essa situação acentua-se quando se analisa a população ocupada na RMM, que passou de 278.062 para 381.274 pessoas no período 2000-2010, e se verifica na taxa de ocupação⁶ um incremento de 37,1%.

Enquanto nos MB a taxa de ocupação variou 12,7% (de 9.079 para 10.231); no MA representou 38,5% (de 29.464 para 40.797); e no polo 46,1% (de 133.567 para 195.136), num processo altamente concentrador, particularmente da população ocupada (Tabela 3.2).⁷

⁴ Tivemos que ampliar nosso olhar para descobrir que a pobreza de Maringá mora ali, ao lado da “cidade canção” (Rodrigues, 2004, p.232).

⁵ A População Economicamente Ativa (PEA) corresponde à população de 10 anos ou mais que tinha ou estava procurando trabalho, na semana de coleta dos dados do IBGE.

⁶ Taxa de ocupação = proporção das pessoas ocupadas na PEA.

⁷ Sempre que aparecerem, neste trabalho, níveis de integração (Polo ou P; Muito Alto ou MA; Médio ou M; Baixo ou B; e Muito Baixo ou MB), subentenda-se que são níveis de integração na relação com o processo de metropolização nacional, com as regiões metropolitanas brasileiras, pois a metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles faz referência ao contexto do país; e não ao do interior isolado das regiões metropolitanas. OBS.: Não consta na RMM município com nível integração Alto.

**Tabela 3.2 – População Economicamente Ativa, população ocupada:
2000 e 2010.**

Nível de integração	PEA 2000		PEA 2010		PEA OCUPADA 2000		PEA OCUPADA 2010	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
MB	9.970	3,1	10.677	2,7	9.079	3,3	10.231	2,7
B	30.587	9,6	35.045	8,8	27.235	9,8	33.376	8,8
M	89.954	28,3	106.595	26,7	78.717	28,3	101.734	26,6
MA	35.180	11,1	42.712	10,7	29.464	10,6	40.797	10,7
POLO	151.652	47,8	204.301	51,2	133.567	48,0	195.136	51,2
TOTAL GERAL	317.343	100,0	399.330	100,0	278.062	100,0	381.274	100,0

Fonte: Dados trabalhados do IBGE (2000, 2010)

Pela tendência geral, é possível confirmar o predominante processo de concentração da população, da PEA e da PEA ocupada, no período 2000-2010. O Município-polo (Maringá) e o de muito alta integração (Sarandi) passaram de 58,9% (47,8% + 11,1%) para 61,9% (51,2% + 10,7%) da PEA; e 58,6% (48,0% + 10,6%) para 61,9% (51,2% + 10,7%) da PEA ocupada; com destaque para Maringá (polo) que concentrou, em 2010, mais de 50%. Como outro resultado, no período, apenas o polo (Maringá) e o município de muito alta integração aumentaram percentualmente a sua participação na PEA; enquanto os demais municípios perderam.

Clemente (1994) destacou que o espaço polarizado exerce duas forças contrárias: i) força centrípeta de atração; ii) força centrífuga de repulsão. Exemplificando essas duas forças, toma-se Maringá, que polariza as atividades econômicas de indústria e serviços, bem como as oportunidades de trabalho na RM. Com isso, atrai (força centrípeta) a população da circunvizinhança. Contudo, também expulsa (força centrífuga) as pessoas das camadas mais baixas da população para a sua periferia, longe do polo, em consequência da elevação dos preços dos imóveis e do custo de vida nas áreas centrais do polo.

Outro indicador importante é a proporção da PEA ocupada e da não ocupada, em cada Município, por nível de integração. Para isso, apresentam-se os dados da Tabela 3.3.

Tabela 3.3 – Proporção PEA total, ocupada e não ocupada: 2000 e 2010

Município	% PEA Total		% PEA Ocupada		% PEA Não ocupada	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ângulo MB	61,0	66,1	93,4	95,1	6,6	4,9
Bom Sucesso MB	55,3	58,7	89,9	95,5	10,1	4,5
Floraí MB	63,4	60,9	91,2	98,1	8,8	1,9
S.Jorge do Ivaí MB	62,4	60,7	90,9	94,5	9,1	5,5
Média do nível MB	60,5	61,6	91,3	95,8	8,7	4,2
Atalaia B	61,2	63,1	89,0	92,9	11,0	7,1
Cambira B	63,4	63,9	93,6	96,4	6,4	3,6
Dr Camargo B	55,8	57,0	85,2	94,9	14,8	5,1
Floresta B	61,2	63,1	86,4	93,9	13,6	6,1
Flórida B	68,1	64,4	91,6	95,5	8,4	4,5
Iguaraçu B	59,1	63,7	83,6	94,7	16,4	5,3
Itambé B	55,7	54,5	90,6	95,9	9,4	4,0
Ivatuba B	63,4	47,4	89,1	96,8	10,9	3,2
Lobato B	65,1	65,8	83,6	93,1	16,4	6,9
Munhoz de Melo B	61,2	62,6	90,9	96,6	9,1	3,4
Ourizona B	53,7	62,9	90,3	95,4	9,7	4,6
Pres.Cast.Branco B	58,3	59,2	90,6	96,5	9,4	3,5
Santa Fé B	64,4	65,3	90,4	95,6	9,6	4,4
Média do nível B	60,8	61,0	88,8	95,2	11,2	4,8
Astorga M	64,1	65,5	88,2	95,4	11,8	4,6
Jandaia do Sul M	61,7	64,1	89,8	96,3	10,2	3,7
Mandaguacu M	56,2	62,1	90,0	94,7	10,0	5,3
Mandaguari M	62,3	63,8	85,4	95,6	14,6	4,4
Marialva M	63,5	64,1	89,9	96,7	10,1	3,3
Nova Esperança M	60,8	62,5	88,2	95,0	11,8	5,0
Paiçandu M	60,7	64,0	83,4	94,5	16,6	5,5
Média do nível M	61,3	63,7	87,8	95,4	12,2	4,6
Sarandi MA	61,5	60,5	83,8	95,5	16,2	4,5
Maringá POLO	62,2	64,7	88,1	95,5	11,9	4,5
MÉDIA GERAL	61,0	62,0	88,7	95,4	11,3	4,6

Fonte: IBGE (2000, 2010) e Observatório das Metrôpoles (2012)

Na média, a PEA da RMM passou de 61,0% para 62,0% da população. De forma geral, de 2000 para 2010 a PEA aumentou, na média, em todos os níveis de integração, com exceção do nível Muito Alto (Sarandi) que diminuiu de 61,5% para 60,5%; além dos Municípios de Floraí-MB (de 63,4% para 60,9%); São Jorge do Ivaí-MB (de 62,4% para 60,7%); Flórida-B (de 68,1 para 64,4%); Itambé-B (de 55,7% para 54,5%); e Ivatuba-B (de 63,4% para 47,4%). O expressivo aumento da PEA na RMM indica melhoria na oferta de emprego. A PEA ocupada aumentou em todos os níveis de integração. Quanto à PEA não ocupada, a qual representou em média 4,6% da PEA total, os maiores percentuais estão no nível Baixo de integração, no qual se encontram os três Municípios com alta taxa de não ocupados: Atalaia (7,1%), Lobato (6,9%) e Floresta (6,1%).

Soma-se a este cenário o fato de que, apesar de alguns Municípios se destacarem em termos da diminuição da PEA não ocupada,

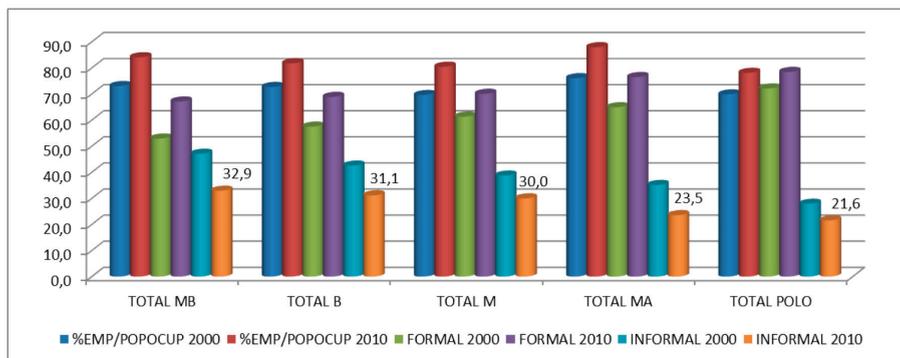
esses percentuais são preocupantes, sobretudo quando se os compara com a taxa média para a Região Metropolitana de Curitiba, igual a 3,8% (PARANÁ, 2013), ou com a taxa média nacional, que é de 5,8% (IBGE, 2013). Os Municípios destaques na diminuição da PEA na RMM foram Sarandi-MA, com 11,7% de queda no índice (de 16,2% para 4,5%); Iguaraçu-B com 11,1% de queda (de 16,4% para 5,3%); Paiçandu-M com 11,1% de queda (de 16,6% para 5,5%); e Mandaguari-M com 10,2% de queda (de 14,6% para 4,4%). No entanto, por mais que os índices apresentem queda na PEA destes municípios, eles ficaram com taxas superiores à média da RMC (4,5%; 5,3%; 5,5%; e 4,4% respectivamente); enquanto outros estacionaram em taxas superiores à média nacional, como Atalaia-B (7,1%); Lobato (6,9%); e Floresta (6,1%). Poucos são os Municípios da RMM que tiveram taxas abaixo da média da RMC, entre eles destacam-se: Floraí-MB (1,9%); Ivatuba-B (3,2%); e Marialva-M (3,3%).

Com relação à forma de inserção no mercado de trabalho, a Figura 3.1 ilustra em gráfico o percentual da população empregada em relação à ocupada⁸, os percentuais de trabalhadores formais e informais, por nível de integração no período 2000 e 2010.

Este gráfico mostra um importante crescimento percentual da população empregada em todos os níveis de integração, mas com comportamentos diferenciados, ou seja, quanto maior é o nível de integração no contexto metropolitano nacional, maior é a dinâmica econômica com geração de emprego, e maior é a proporção de empresários e autônomos no mercado de trabalho.

⁸ A população ocupada engloba a população empregada, os autônomos e empresários.

Figura 3.1 – População empregada/ocupada, trabalhadores formais e informais, por nível de integração no período 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados IBGE (2000, 2010) e Observatório das Metrôpoles (2012)

Outro aspecto relevante no período é o aumento proporcional da formalização do trabalho, com a conseqüente diminuição do trabalho informal, em todos os níveis de integração. Nesse aspecto também encontra-se ainda a tendência: quanto maior o nível de integração, maior é o grau de formalização do trabalho, embora os níveis de informalidade sejam muito altos⁹. Ressalta-se a situação de Sarandi que, ao aumentar a proporção de população ocupada, o faz com a maior participação percentual de empregados.

A participação dos trabalhadores domésticos na população empregada, frente às demais categorias de trabalho, diminuiu em todos os níveis de integração, o que pode indicar novas oportunidades no mercado de trabalho, como se pode observar nos dados da Tabela 3.4.

⁹ Para efeito comparativo, a Taxa de informalidade em Regiões Metropolitanas brasileiras, no ano de 2009 foi de 29,7% enquanto que em não metropolitanas foi de 41,6%, segundo Barbosa Filho e Moura (2012).

Tabela 3.4 – População ocupada, empregada nas categorias doméstica e outros para 2000 e 2010

Nível de integração	2000				2010			
	Pop. Ocup.	Total Empreg.	Empreg. Domést.	Empreg. Outros	Pop. Ocup.	Total Empreg.	Empreg. Domést.	Empreg. Outros
MB	9.079	6.630	836	5.794	10.231	8.601	701	7.900
B	27.235	19.794	2.356	17.438	33.376	27.286	2.106	25.180
M	78.717	54.776	7.124	47.652	101.734	81.831	6.432	75.399
MA	29.464	22.407	3.520	18.887	40.797	35.866	3.613	32.253
POLO	133.567	93.259	8.998	84.261	195.136	152.400	9.917	142.483
TOTAL	278.062	196.866	22.834	174.032	381.274	305.984	22.769	283.215

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados do IBGE (2000, 2010) e Observatório das Metrôpoles (2012)

Com base nos dados oferecidos até aqui, analisam-se os números da Tabela 3.4, tendo em vista identificar uma configuração territorial das atividades econômicas, através das mudanças estruturais ocorridas nas relações entre as populações ocupada, empregada doméstica e empregada em outras atividades.

A população ocupada da RMM, que correspondia em 2000 a 45% da população total (a qual era, então, de 617.116 habitantes), passou de 278.062 para 381.274 em 2010, ou seja, 53,2% de toda a população da RMM (que era, aqui, de 716.918 habitantes); representando, assim, um aumento de 8,2% no índice de população ocupada na RMM. No entanto, este incremento de 8,2% em população ocupada não foi distribuído igualmente entre os municípios da RMM, tendo ocorrido aumento de apenas 1,7 pp (de 115.031 em 2000, para 145.341 em 2010) nos municípios de integração *MB*, *B* e *M* somados; enquanto os demais 6,5pp (de 163.031, para 235.933) dirigiram-se para o *Polo* e ao município de integração *MA* somados. Nota-se, portanto, a ocorrência dos processos de concentração das ocupações no centro da região metropolitana. Em termos absolutos, a população ocupada de *MB-B-M* subiu de 115.031 em 2000, para 145.341 em 2010; enquanto Maringá e Sarandi, os municípios Polo e de Muito Alta integração, a população ocupada passou de 163.031 em 2000, para 235.933 em 2010.

Os valores correntes nominais da massa salarial em 2010, bem como sua taxa de crescimento na comparação de 2000 com 2010 e a taxa de crescimento do salário médio mensal no mesmo período, apresenta-se a Tabela 3.5 para análise.

Tabela 3.5 – Valores correntes da massa salarial anual, taxa de crescimento da massa salarial e variação do salário mínimo período 2000-2010

Municípios segundo o nível de integração	Total Ocupados 2010	Massa Salarial 2010 (R\$ 1000)	Part. % na RMM	Tx. Cresc. % da Massa Salarial 2000-2010	Tx. Cresc. % do SM 2000-2010
Ângulo MB	412	4.028	0,1	396,1	-1,6
Bom Sucesso MB	859	6.485	0,2	512,9	18,9
Floraí MB	1.197	10.224	0,3	460,8	-5,7
São J.do Ivaí MB	859	9.043	0,3	320,4	21,0
TOTAL MB	3.327	29.780	1,0	409,6	7,1
Atalaia B	736	7.381	0,2	436,4	-1,9
Cambira B	1.621	14.185	0,5	1.201,4	32,7
Doutor Camargo B	851	7.707	0,3	223,1	-14,5
Floresta B	916	8.641	0,3	444,5	3,2
Flórida B	488	4.508	0,2	385,3	-0,3
Iguaraçu B	876	8.385	0,3	-12,7	-31,8
Itambé B	767	8.309	0,3	247,9	-8,7
Ivatuba B	500	6.819	0,2	369,6	-27,4
Lobato B	1.040	15.003	0,5	275,3	-21,9
Munhoz de Melo B	647	5.453	0,2	516,9	8,9
Ourizona B	344	3.615	0,1	369,5	25,2
Pres. Cast.Branco B	769	6.512	0,2	73,4	-62,7
Santa Fé B	2.836	23.505	0,8	434,7	23,3
TOTAL B	12.391	120.023	4,1	409,6	-15,5
Astorga M	6.164	67.425	2,3	343,7	-13,8
Jandaia do Sul M	7.026	76.669	2,6	526,0	-3,8
Mandaguacu M	4.051	39.530	1,3	628,0	31,3
Mandaguari M	8.920	103.427	3,5	292,7	-3,1
Marialva M	8.171	83.216	2,8	514,1	23,4
Nova Esperança M	5.867	56.235	1,9	502,9	21,1
Paíandu M	5.007	43.677	1,5	441,8	-6,3
TOTAL M	45.206	470.179	15,9	421,5	4,9
Sarandi MA	13.826	141.596	4,8	496,5	12,9
Maringá POLO	172.997	2.199.894	74,3	384,3	-7,6
TOTAL GERAL	247.747	2.961.472	100,0	386,6	-6,3

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados CEMPRE (2000 e 2010)

A partir dessa análise da massa salarial da RMM em 2010, constatou-se que só 25,7% dela foi gerada fora de Maringá, que concentra a expressiva fatia de 74,3%. Apesar de todos os municípios do nível de integração Muito Baixo terem aumentado a massa salarial, entre 2000 e 2010, a sua representatividade na RMM foi inferior, apenas 1,0% em 2010. Além disso, há uma disparidade entre eles: enquanto em Floraí a massa salarial anual chegou a R\$ 10,2 milhões; em Ângulo o valor foi de R\$ 4,02 milhões; em grande parte a disparidade é explicada pelo número de ocupados (1.197 contra 412). Em termos de salário mínimo médio mensal, apresentaram queda tanto Floraí (-5,7%) quanto Ângulo (-1,6%); enquanto Bom Sucesso e São Jorge do Ivaí cresceram acima dos 18%, o que influenciou na média, que foi de 7,1%.

Quanto aos municípios de Baixa integração, a sua participação na

massa salarial da RM passou de 5,69% em 2000 para 4,1% em 2010, o que resultou em variação negativa (-5,84%). Apesar da queda na participação metropolitana da massa salarial, o único Município que diminuiu a massa salarial no período foi o de Iguaçu, cuja participação metropolitana era de 1,58% em 2000 e passou para 0,3% em 2010. Em termos de salário médio mensal medido em salários mínimos, dos 13 Municípios de Baixa integração, 8 apresentaram taxas negativas de crescimento entre 2000 e 2010, destacando-se Presidente Castelo Branco com -62,7% (a maior contração) e Flórida com -0,3% (a menor), quer dizer, na média, os que trabalham recebem relativamente menos que nos anos anteriores. Os municípios com maior crescimento foram o de Cambira (32,7%) e Ourizona (25,2%), o que aponta tanto para o aumento dos salários médios medidos em salários mínimos quanto para a atração diferenciada de empresas e/ou de expansão da economia, o que merece maiores pesquisas sobre o tema.

Na categoria de Média integração, a representatividade metropolitana dos 7 Municípios passou de 14,8% em 2000 para 15,9% em 2010. No referente ao crescimento do salário médio medido em salários mínimos, apenas Astorga e Mandaguari diminuíram essa taxa na região metropolitana (-13,8% e -3,1%, respectivamente); enquanto Mandaguçu (31,3%), Marialva (23,4%) e Nova Esperança (21,1%) aumentaram seu salário médio mensal. Novamente, o crescimento acentuado de alguns municípios resulta em valores positivos da média salarial da categoria.

A participação em massa salarial do município de Muito Alta integração (Sarandi) na RMM passou de 3,9% em 2000 e 4,8% em 2010 (a segunda maior na RMM) e a taxa de crescimento do salário médio mensal foi de 12,9%. A participação do Polo foi de 74,6% em 2000 e caiu para 74,3% em 2010, mas, ainda assim, manteve a alta concentração da massa de valor monetário em 2010, assim como crescimento de 384,3% da massa salarial. Além destes, somente os Municípios de integração Média possuíam, em 2010, participação acima de 1,3%, variando até 2,8%; os demais municípios (MB e B) ficaram entre 0,1% e 0,8% de participação na RMM.

No geral evidenciou-se que a massa salarial em valores absolutos nominais passou de R\$ 608.631,0 mil, em 2000 para R\$ 2.961.472 mil em 2010, portanto um crescimento de 386,6%. Entretanto, observou-se que, dos 26 Municípios que inseridos na RMM, 15 diminuíram o salarial médio mensal, enquanto 11 cresceram: Bom Sucesso e São Jorge

do Ivaí – MB; Cambira, Floresta, Munhoz de Melo, Ourizona e Santa Fé – B; Mandaguaçu, Marialva e Nova Esperança – M; e Sarandi-MA.

Da mesma forma que a massa salarial representa o montante monetário pago aos trabalhadores, refletindo a qualidade da participação do fator trabalho na economia municipal e metropolitana; assim também a média salarial representa, em número de salários mínimos, o nível da qualidade da remuneração individual do trabalho. Ao se observar uma depreciação neste indicador, vê-se que as unidades produtivas estão pagando menos pelo trabalho no processo produtivo, considerando a política salarial vigente. Vários fatores podem estar influenciando este cenário: a oferta abundante de mão de obra em relação à demanda, a necessidade de cortes de custos pelas empresas ou a demanda de força de trabalho de baixa qualificação e/ou especialização.

Outro indicador relevante na análise da estrutura de trabalho da RMM é a distribuição *per capita* do salário médio mensal. A Tabela 3.6 apresenta os percentuais da população ocupada assalariada por quantidade de salário mensal (SM).

Tabela 3.6 – Percentual do rendimento *per capita* e sem rendimento por quantidade de salário mensal de acordo com o nível de integração para 2010

Nível de integração	Até 1/4	+ ¼ e – de 1/2	+ de ½ e - de 1	De + 1 a 2	+ de 2 a 3	Entre 3 a 4	+ de 5	Sem rendimentos	Total
Total MB	2,70	13,00	41,60	30,00	6,50	3,20	1,70	1,30	100,0
Total B	2,60	12,60	40,20	31,20	6,70	3,20	1,60	1,81	100,0
Total M	2,60	13,00	38,20	31,30	7,20	3,80	1,90	2,00	100
Total MA	3,10	15,10	38,80	32,10	5,30	1,80	0,60	3,20	100
Polo	0,90	5,90	23,80	35,40	13,60	10,50	8,10	1,80	100
Total RMM	1,80	9,70	31,30	33,40	10,10	6,80	4,80	2,01	100,0
Média RMM	2,38	11,92	36,52	32,06	7,86	4,50	2,78	2,02	100,04

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados CEMPRE (2010)

Ao se observar a tabela 3.6, alguns fatos chamam a atenção: 11,5% da população tinham até ½ SM (1,8% + 9,7%) e só 4,8% receberam mais de 5 SM, apontando aos disparates de renda ao nível regional e refletindo o que ocorre na escala nacional. Cerca de 42,8% da população tinha rendimento menor do que 1 SM (1,8% + 9,7% + 31,3%). De maneira geral, pode-se dizer que 64,7% das pessoas dos Municípios em todos os níveis de integração sobreviviam com rendimentos de meio a 2 salários mínimos (31,3% + 33,4%). Ressalta-se que o salário mínimo praticado em 2010 era de R\$ 510,00.

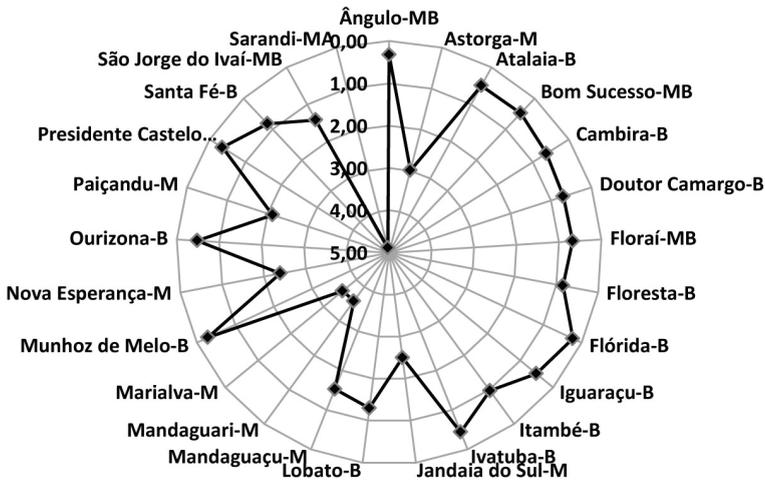
Ao se analisarem os dados por nível de integração, a situação apresenta-se crítica, pois em todos os níveis observa-se que cerca de 15,0% da população tem renda de até $\frac{1}{2}$ SM; sendo que Sarandi-MA atinge 18,2%; no *Polo*, por sua vez, esse percentual atinge 6,8%. Para casos com mais de $\frac{1}{2}$ a 1 SM, pode-se apontar que quanto maior o nível de integração, menor é a proporção de população com essa renda, seus percentuais somando os níveis são muito próximos de 40%. Por outro lado, entre os que recebem mais de 5 SM, quanto maior o nível de integração maior é o percentual, assim, enquanto o nível *MB* (em 4 municípios) tem 1,7% da população que recebe acima de 5 SM (média de 0,4% por município); no *Polo* esse percentual atinge 8,0%, muito maior que os demais. Os Municípios *MB*, *M* e *B* apresentaram os piores indicadores médios de rendimento *per capita* acima de 5 SM: *MB* com 0,4%, conforme visto acima; *M* com 0,3% para cada um dos 7 municípios; e *B* com 0,1% em média para cada um dos 13 municípios. Mas, entre os níveis de integração, é o nível *MA* (Sarandi) que tem o pior indicador médio de rendimento *per capita* acima de 5 SM, 0,60%. Esta situação é provocada pelo deslocamento da força de trabalho qualificada para o *Polo*, fato que está em conformidade com as características socioeconômicas da RMM. Pessoas sem rendimento representaram, em média, 2,02% com maior incidência no Município de Sarandi-MA, com 3,2%.

Em conformidade com o indicador do total da RMM, constatou-se que prevaleceu, de forma geral, o baixo rendimento. Em síntese, o mercado de trabalho da RMM é caracterizado por oferta e demanda de mão de obra centralizadas no Município-polo de Maringá, cuja renda salarial média em salários mínimos predominante é baixa; contudo, é nele que também ocorre maior presença de rendimento acima de 2 salários mínimos (mais de 10,5%).

1. Participação da economia dos municípios na RMM por nível de integração

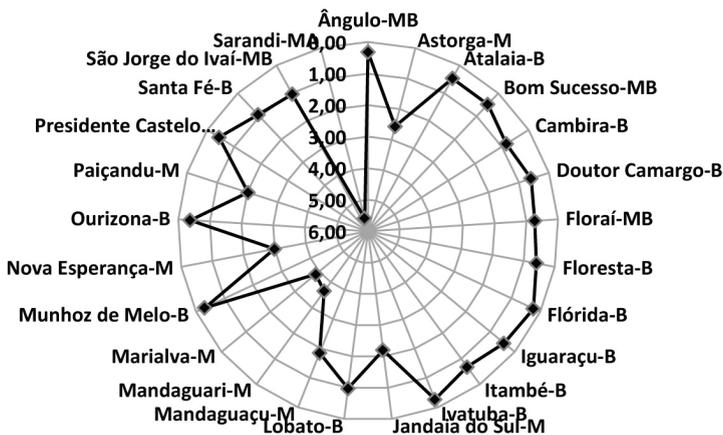
Para a análise econômica da RM de Maringá, considerou-se a classificação conforme IBGE (2010). A primeira visão da economia da Região Metropolitana de Maringá é observada por meio do radar da participação do PIB municipal no PIB metropolitano. As Figuras 3.2 e 3.3 mostram esse panorama para o ano de 2000 e 2010.

Figura 3.2 – Radar da participação relativa do PIB municipal no PIB metropolitano, por município e sem o polo, referente a 2000.



Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados do IBGE (2012).

Figura 3.3: Radar da participação relativa do PIB municipal no PIB metropolitano, por município e sem o polo, referente a 2010.



Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados do IBGE (2012).

Observando os radares de 2000 e 2010, constatou-se que, nos dois momentos, foram os mesmos Municípios a se destacarem na participação do PIB da região metropolitana. Neste caso, apontam-se Sarandi, Marialva, Mandaguari, Astorga, Paçandu, Nova Esperança e Jandaia

do Sul, os quais pertencem aos níveis de Muito Alta e de Média integração. Entretanto, a participação desses Municípios não chegou a 6% individualmente, visto que há uma grande concentração da atividade econômica no Polo.

Para melhor visualizar esta situação, trabalhou-se com a análise agregada por nível de integração, na qual se considerou a razão percentual entre o fator econômico agregado do conjunto de Municípios pertencentes a um determinado nível de integração e o agregado metropolitano. Sua finalidade é estimar a participação relativa das economias municipais na economia metropolitana, por nível de integração, sendo que os valores relativos desses parâmetros constam da Tabela 3.7.

Tabela 3.7 – Participação dos níveis de integração no PIB da região metropolitana de Maringá, para 2000 e 2010

Nível de Integração	Número de Munic.	Participação (%)	
		2000	2010
Muito Baixa (MB)	4	2,90	2,55
Baixa (B)	13	8,04	7,45
Média (M)	7	18,70	19,09
Muito Alta (MA)	1	4,88	5,56
Polo (Polo)	1	65,47	65,36
Total	26	100	100

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Enquanto mais de 65% do PIB foi produzido pelo Polo, menos de 35% foi gerado nos demais níveis de integração. De forma geral, não houve grande alteração nas participações dos níveis, na comparação entre 2000 e 2010. Os níveis que apresentaram variação positiva foram os de integração Média e Muito Alta. Em 2010, enquanto os níveis de Muito Baixa e Baixa integração, formados por 17 Municípios, foram responsáveis pela geração de 10% do PIB; o nível de Média integração, com 7 Municípios, respondeu por 19,09% do PIB; e o de Muito Alta (Sarandi) por 5,56%, chegando, sozinho, a mais da metade da participação alcançada pelo conjunto dos níveis *MB* e *B*.

Para o nível de integração, foi estimado seu efeito sobre a participação do PIB municipal no PIB metropolitano, aplicando o Método dos Mínimos Quadrados Robusto (MQO), para a seguinte função:

$$\text{Ln}(\text{PIB}_t) = \alpha + \beta_1 \text{Integração} + \mu$$

Legendas: t = 2000 e 2010; α = termo constante⁹; β_1 = coeficiente explicativo; μ = termo de erro²; $\text{Ln}(\text{PIB}_t)$ = Logaritmo Natural de base 2,71828 da participação do PIB municipal no PIB metropolitano no tempo t; **Integração** = Escala crescente do código de integração de 1 a 6.

O MQO é um método de regressão estatística utilizado em estudos econométricos¹² para estimar magnitudes dos efeitos das relações entre variáveis econômicas. Basicamente, seu resultado apresenta: i) o *coeficiente* que traduz a magnitude quantitativa do efeito da relação e o sinal resultante (positivo ou negativo); ii) o *p-valor* que identifica a significância estatística, sendo que quanto mais próximo de zero, mais significativo ao nível de 95% de confiabilidade; iii) o *coeficiente de determinação* ($R^2 = \text{Variação explicada} / \text{Variação total} \times 100$) o qual identifica quanto as variáveis exógenas conseguiram explicar o modelo; e iv) a *correlação* que mostra que se as variáveis estão evoluindo na mesma direção, sendo que a correção varia entre -1 e 1: quanto mais próximo de -1 e 1 mais correlacionadas estão as variáveis, de forma inversa ou direta. A Tabela 3.8 mostra os resultados da estimação da relação entre PIB e integração.

Tabela 3.8 – Resultados da estimação do efeito da integração sobre a participação no PIB metropolitano para 2000 e 2010

Variável Exógena ¹³	Variável Endógena ¹⁴ : Ln PIB			
	Coeficiente	P-valor	R ²	Correlação
Integração 2000	0,8996	0,0000	0,722	0,8497
Integração 2010	0,9428	0,0000	0,744	0,8626

Fonte: Elaborado pelas autoras por meio do Stata.

Por meio dos coeficientes da regressão (Tabela 3.8) constatou-se uma gradativa melhora no impacto da integração, ao nível de metropolização nacional, sobre a economia da região, na comparação entre 2000 e 2010. Observou-se que, nos dois momentos, o nível de integração apresentou efeito estatístico positivo (coeficientes 0,8996 e 0,9428)

¹⁰ Outras variáveis não incorporadas podem interferir no modelo, as quais são representadas pelo *termo constante*.

¹¹ Representa os erros aleatórios ou residuais que podem interferir no modelo.

¹² Método quantitativo usado em Economia para mensurar relações de variáveis econômicas que envolvem a aplicação de Estatística e Matemática.

¹³ Variável Exógena é caracterizada como independente ou explicativa, por meio da qual se determina a explicação da variável endógena.

¹⁴ Variável Endógena é caracterizada como dependente ou explicada por meio da estimação do modelo.

sobre a participação do PIB municipal no PIB metropolitano. Assim, à medida que se observa aumento do nível de integração, verifica-se, também a tendência do aumento da participação do Município na economia metropolitana. No ano de 2000 para cada aumento de 1 nível de integração, o impacto no PIB foi de 89,96%; e em 2010 esse efeito passou para 94,28%. Outros indicadores, como a correlação e o coeficiente de determinação (R^2) ratificam o alto poder do efeito da integração sobre a economia da RMM. No ano de 2000 o poder de determinação da integração era de 72,2% e em 2010 foi de 74,4%, ou seja, o nível maior ou menor de integração no âmbito da metropolização nacional é um fator importante para o crescimento do Produto Interno Bruto dos municípios da RMM. Da mesma forma, a correlação de 0,8497 para 2000 e de 0,8626 para 2010 evidenciou que quando o nível de integração evolui, o PIB, também cresce, ou seja, há uma alta correlação entre ambos, em virtude dos coeficientes próximos de 1.

2. A participação do valor adicionado por nível de integração

A análise da participação do valor adicionado foi realizada considerando as categorias da agropecuária, indústria, serviços e impostos, e a sua participação na RM de Maringá por nível de integração. A Tabela 3.9 apresenta a participação percentual de cada agregado do valor adicionado da estrutura econômico-produtiva.

Tabela 3.9 – Participação relativa (%) do Valor Adicionado (VA) dos Municípios na RMM por nível de integração, para 2000 e 2010

Variável/nível de integração	Muito Baixa MB (%)	Baixa B (%)	Média M (%)	Muito Alta MA (%)	Polo (%)	Total	Demais Municípios S/ Polo (%)
Nº de municípios	4	13	7	1	1	26	25
VA Total 2000	3,08	8,60	19,59	5,11	63,63	100,00	36,37
VA Total 2010	2,74	7,59	20,04	5,76	63,87	100,00	36,13
VA Agropecuária 2000	15,59	35,00	38,72	2,57	8,12	100,00	91,88
VA Agropecuária 2010	16,89	32,58	42,05	1,87	6,60	100,00	93,40
VA Indústria 2000	0,90	6,59	17,83	5,33	69,36	100,00	30,64
VA Indústria 2010	1,01	6,13	22,03	6,52	64,31	100,00	35,69
VA Serviço - Geral 2000	2,33	6,19	17,94	5,33	68,21	100,00	31,79
VA Serviço - Geral 2010	2,03	5,88	17,61	5,87	68,61	100,00	31,39
• VA Serviço - Público 2000	3,44	11,14	27,20	10,54	47,67	100,00	52,33
• VA Serviço - Público 2010	3,19	10,44	26,42	10,05	49,90	100,00	50,10
Imposto 2000	1,49	3,72	11,86	3,15	79,77	100,00	20,23
Imposto 2010	1,20	3,63	12,48	4,20	78,49	100,00	21,51

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados do IBGE (2012). Nota: VA: Valor Adicionado.

Conforme percentuais da Tabela 3.9, o município-polo participou com quase 64% do valor adicional total produzido na RM de Maringá; e pouco mais de 36% foi produzido pelos demais 25 Municípios da RM de Maringá, de acordo com seu nível de integração.

Os dados mostram que a geração de riqueza municipal, representada pelo Valor Adicionado Total, apresentou queda nos Municípios de integração Muito Baixa (MB) e Baixa (B); e aumento nos de Média (M) e Muito Alta (MA) integração, na comparação entre 2000 e 2010. Somente os fatores agregados relacionados ao VA da agropecuária e da indústria apresentaram pequeno aumento da participação dos Municípios de MB e B, no âmbito metropolitano. Em 2010, no caso da agropecuária, o Polo participou com apenas 6,6% e gerou um valor adicionado de R\$ 45,5 milhões; os demais 25 Municípios participaram com 93,4%, para um valor adicionado gerado de R\$ 643,6 milhões, caracterizando uma participação média destes em 3,7%, para um valor adicionado médio por Município de R\$ 25,7 milhões. Quando se analisa o setor de serviços, no geral, por nível de integração, observa-se uma pequena queda da MB até a M-integração; e um pequeno aumento relativo na MA e no Polo. Na cidade polo o setor de serviços foi impulsionado pelo aumento no valor adicionado do setor público que cresceu sua participação de 47,67% para 49,90%.

O indicador da participação relativa dos demais Municípios, excluído o Polo, refletiu as consequências da divisão do trabalho e da estrutura produtiva: enquanto os Municípios de Muito Baixa, Baixa e Média integração concentraram e/ou tiveram maior participação no setor agropecuário e no setor público; o setor industrial e o de serviços especializados ficaram concentrados no Polo, com relativa descontração ocorrida no Município de Muito Alta concentração (Sarandi). A evolução da variação da participação do valor adicionado municipal na RM de Maringá foi processada por nível de integração, considerando 2010 em relação a 2000, conforme dados da Tabela 3.10.

Tabela 3.10 – Variação da taxa de participação dos indicadores do valor adicionado por nível de integração: 2010/2000

Dimensões	Muito Baixa (%)	Baixa (%)	Média (%)	Muito Alta (%)	Polo (%)	Total (%)
Número de Municípios	4	13	7	1	1	26
PIB	-22,45	-102,86	25,14	14,20	0,18	-85,80
PIB/Município	-5,61	-7,91	3,59	14,20	0,18	-3,30
Impostos	-49,06	-14,86	82,08	33,11	-1,61	49,66
Impostos/ Município	-12,27	-1,14	11,73	33,11	-1,61	1,91
VA Bruto	-19,98	-105,03	23,05	12,80	0,38	-88,77
VA Bruto / Município	-4,99	-8,08	3,29	12,80	0,38	-3,41
VA Agropecuária	82,61	28,03	114,02	-27,15	-18,63	178,88
VA Agrop / Município	20,65	2,16	16,29	-27,15	-18,63	6,88
VA Indústria	38,40	178,23	179,14	22,38	-7,29	410,86
VA Indústria / Município	9,60	13,71	25,59	22,38	-7,29	15,80
VA Serviços	-33,65	-50,88	2,18	10,23	0,58	-71,55
VA Serviços / Município	-8,41	-3,91	0,31	10,23	0,58	-2,75
VA Setor Público	-25,51	-66,13	-18,12	-4,67	4,67	-109,76
VA Setor Público/Munic	-6,38	-5,09	-2,59	-4,67	4,67	-4,22
VA Comércio e Serviços	-8,14	15,24	20,30	14,90	-4,09	38,21
VA Com Serv / Munic	-2,03	1,17	2,90	14,90	-4,09	1,47

De forma geral, os níveis de Muito Baixa e Baixa integração foram os que mais apresentaram variações negativas na participação dos valores adicionados na economia metropolitana, na comparação entre 2000 e 2010. Nestes níveis as exceções foram o valor adicionado da agropecuária e da indústria. Os Municípios de Média integração só diminuíram sua participação no caso do valor adicionado do setor público. O mesmo aconteceu na integração Muito Alta onde, também se observou variação negativa na participação do VA da agropecuária. No caso do Município-polo observou-se, de 2000 para 2010, um desaquecimento da sua participação no valor adicionado da agropecuária, da indústria, do comércio e dos impostos. A queda da participação do Polo em alguns setores do valor adicionado refletiu-se no aumento da participação em outros níveis de integração.

3. Participação da renda dos municípios na Região Metropolitana de Maringá

Analisemos o comportamento da renda, medida por meio do rendimento familiar domiciliar e do PIB *per capita*, e sua configuração na RM de Maringá. A apreciação da participação da renda dos Municípios da RMM foi realizada por meio da ótica do rendimento domiciliar mensal médio nominal individual e total, bem como pela ótica do PIB *per capita*. A Tabela 3.11 apresenta os dados do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes, a participa-

ção econômica municipal (PEM) da renda domiciliar média mensal total dos domicílios particulares permanentes e a taxa de variação da participação econômica municipal da renda domiciliar média mensal total dos domicílios particulares permanentes na RMM por nível de integração.

Tabela 3.11 – Rendimento domiciliar médio mensal por nível de integração / 2000 e 2010

Nível de integração	Rendimento nominal médio mensal dos domicílios* (R\$ 1.00) (A)		Participação na RMM por nível de integração (B) (%)		Taxa de Variação B Var %
	2000	2010	2000	2010	2010/2000
Muito Baixa (MB)	787,51	1.794,74	2,18	2,08	-4,17
Baixa (B)	803,73	1.817,64	6,65	6,71	0,67
Média (M)	881,72	1.884,49	21,14	20,25	-2,47
Muito Alta (MA)	665,11	1.584,03	6,37	7,25	13,82
Polo	1.580,94	3.093,94	63,66	63,71	0,08
RMM	846,79	1.872,22	100	100	7,93

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados do IBGE (2012). Nota: *Média por nível de integração

Enquanto o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios da RMM em 2000 era de R\$ 846,79, em 2010 passou para R\$ 1.872,22, representando uma variação de 121,1% com destaque para o Polo onde essa renda passou de R\$ 1.580,94 para R\$ 3.093,94. A menor média foi observada, nos dois momentos, para a integração MA (Sarandi) no valor de R\$ 665,11 e 1.584,03, respectivamente. A participação econômica municipal (PEM) da renda domiciliar mensal na RMM projeta em primeiro lugar o Polo com incidência de mais de 60% nos dois momentos, seguida da integração Média como 21,14% e 20,25%, respectivamente; os demais 16% foram distribuídos entre as participações da Muito Baixa, da Baixa e Muito Alta integração.

No caso da renda domiciliar, na comparação entre 2000 e 2010, a participação dos Municípios na RMM, por nível de integração, foi baixa, na ordem de 7,93%. Portanto, não se constatou grande alteração na participação metropolitana da renda entre os dois momentos analisados. Enquanto a maior variação foi observada no nível de integração Muito Alto, nos níveis Muito Baixo e Médio constatou-se uma variação negativa nestes momentos. Contudo, a maior variação no caso de Sarandi-MA não apresentou uma melhoria no valor da renda domiciliar, permanecendo com a menor média.

Apesar do crescimento da renda domiciliar, evidenciou-se que enquanto Maringá (Polo) e Sarandi (MA) aumentam as suas partici-

pações na RMM, os demais Municípios diminuíram, com exceção dos municípios que foram inseridos em 1998 e, portanto, estão próximos do Polo, tais como Iguaraçu, Mandaguaçu, Mandaguari e Paiçandu ou aqueles que foram anexados recentemente tais como Bom Sucesso, Cambira, Floresta e Flórida. Portanto, existem fatores associados a disparidades socioeconômicas que vão além do fato de pertencer à RMM.

A renda, também foi analisada pela ótica do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* a preços correntes. A Tabela 3.12 apresenta os resultados desse indicador por nível de integração no contexto metropolitano nacional para os anos de 2000 e 2010.

Tabela 3.12 – Renda sob a ótica do PIB *per capita* da RMM por nível de integração: 2000/2010

Variáveis/nível de integração	Muito Baixa	Baixa	Média	Muito Alta	Polo	Média Geral
Nº de Municípios	4	13	7	1	1	26
PIB <i>per capita</i> médio 2000	5804,82	5539,13	4316,39	2769,79	9191,08	5284,75
PIB <i>per capita</i> médio 2010	16198,68	13914,01	12739,80	8478,91	23142,43	14095,26
Coefficiente de Variação – CV 2000	46,36 %	43,88 %	19,61 %	-	-	44,04 %
Coefficiente de Variação – CV 2010	33,04 %	30,90 %	19,64 %	-	-	32,43 %
Taxa Variação 2000/2010	179,06 %	151,19 %	195,15 %	206,12 %	151,79 %	169,63 %
PEM _{RMM} 2000	21,02 %	20,05 %	15,63 %	10,03 %	33,28 %	100 %
PEM _{RMM} 2010	21,75 %	18,68 %	17,11 %	11,39 %	31,07 %	100 %

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados do IBGE (2012). Nota: PIB per capita em R\$ 1,00; CV = Coeficiente de Variação; PEMRMM = Participação Econômica Municipal na RMM.

O indicador da renda pela ótica do PIB *per capita* identificou que houve uma variação positiva em termos de valores nominais para todos os Municípios da RMM na comparação entre 2000 e 2010. Neste período o PIB *per capita* nominal triplicou seu valor. Entretanto, em 2010 observou-se uma disparidade acentuada entre o Polo e os demais níveis. Enquanto o PIB *per capita* nominal do Polo foi de R\$ 23.142,43; a média da RM de Maringá foi de R\$ 14.095,26, sendo que em Sarandi (MA) esse valor foi de R\$ 8.478,91.

Nos níveis de integração com mais de um Município, o coeficiente de variação (CV) refletiu uma grande disparidade da renda *per capita* entre as Unidades Metropolitanas (UMs), a exemplo das integrações Muito Baixa e Baixa, cujo CV ficou acima de 30%, representando que os Municípios são desiguais em termos de PIB *per capita*. Dos 26 Municípios que constitui a RM de Maringá, 15 deles apresentaram uma renda *per capita* abaixo da média da RMM para 2010. Inserem-

-se na RMM com representatividade fragilizada em termos de PIB *per capita* de 2010, principalmente a Unidade Metropolitana de Paçandu-M (R\$ 7094,56), Sarandi-MA (R\$ 8478,91) e Bom Sucesso-MB (R\$ 9233,81). A Tabela 3.13 mostra o comportamento individualizado do PIB *per capita* dos Municípios da RMM por nível de integração para os anos de 2000 e 2010.

Tabela 3.13 – PIB *per capita* dos Municípios da RMM por nível de integração: 2000 e 2010

Municípios/Nível de integração	PIB <i>per capita</i> : 2000 (R\$ 1,00)	PIB <i>per capita</i> : 2010 (R\$ 1,00)
Ângulo MB	4610,21	13704,44
Bom Sucesso MB	3146,44	9233,81
Floraí MB	5177,11	18182,18
São Jorge do Ivaí MB	10285,51	23674,28
Média do nível MB	5804,82	16198,68
CV (%)	46,36	33,04
Atalaia B	5002,49	15109,38
Cambira B	3761,96	14438,78
Doutor Camargo B	4885,75	12821,38
Floresta B	6657,17	12551,17
Flórida B	3814,30	11611,48
Iguaraçu B	5757,92	13653,69
Itambé B	6592,18	14374,64
Ivatuba B	6371,24	11047,84
Lobato B	12913,14	27945,69
Munhoz de Melo B	3442,81	10481,48
Ourizona B	5725,85	14132,25
Pres.Castelo Branco B	3339,37	11473,66
Santa Fé B	3744,53	11240,70
Média do nível B	5539,13	13914,01
CV (%)	43,88	30,90
Astorga M	5130,01	13096,97
Jandaia do Sul M	5148,81	13670,38
Mandaguaçu M	3694,50	11810,83
Mandaguari M	4627,33	14087,08
Marialva M	5055,40	15223,76
Nova Esperança M	3769,75	14195,00
Paçandu M	2788,94	7094,56
Média do nível M	4316,39	12739,80
CV (%)	19,61	19,64
Sarandi MA	2769,79	8478,91
Maringá POLO	9191,08	23142,43
MÉDIA RMM	5284,75	14095,26
CV RMM (%)	44,04	32,43

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados do IBGE (2012).

A exceção do Município-Polo, cujo PIB *per capita* foi de R\$ 23.142,43, muito superior à média de R\$ 14.095,26 da RMM, o único

patamar, por integração, que ficou acima da média foi o nível Muito Baixo, cujo valor foi de R\$ 16.198,68, alavancado, principalmente, pela influência das magnitudes de São Jorge do Ivaí (R\$ 23.674,28) e de Florai (R\$ 18.182,18).

Ressalta-se que há limitações na utilização do indicador PIB *per capita* sem complemento de outra dimensão de renda, a exemplo, do rendimento domiciliar. O PIB *per capita*, reflete um valor médio e tende a ocultar a desigualdade na repartição da riqueza no âmbito da população e dos Municípios, bem como, não contabiliza o setor informal da economia, que, no caso dos pequenos Entes Federativos, apresenta valores significativos. Contudo, a sua utilização, neste caso, é apropriada para evidenciar a relação entre a riqueza gerada e a dimensão populacional. O PIB deve crescer, pelo menos, tão depressa quanto a produção *per capita*, para atender às necessidades produtivas de qualidade do nível de vida e desenvolvimento. É certo, que um aumento no PIB *per capita* não significa, necessariamente, um desenvolvimento alto. Alguns Municípios tem um PIB *per capita* superior à média regional, do Estado ou do Brasil, todavia, isso é resultado, segundo Mateus (2007), de uma fraca densidade populacional e da acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria da população desses Municípios. O que não significa, de modo algum, um nível de desenvolvimento de primeiro mundo. Portanto, o PIB *per capita* deve ser tomado como um parâmetro complementar cuja finalidade é avaliar a capacidade da estrutura econômico-produtiva em relação a dimensão populacional.

Considerações finais

A Região Metropolitana de Maringá segue a característica da territorialidade metropolitana em nível nacional, ou seja, a de configurar um espaço polarizado por força da concentração da população, processo produtivo e massa salarial. O espaço polarizado da RMM concentra-se na dinâmica da estrutura econômico-produtiva e do trabalho do Município de Maringá (polo) onde se estabelecem as atividades econômicas, principalmente, da indústria, do comércio e do setor de serviços. A cidade de Maringá polariza as atividades econômicas de indústria e serviços, bem como as oportunidades de trabalho. Com isso, ela atrai a população da região e de fora, mas, ao mesmo tem-

po, fragiliza economicamente os demais municípios componentes da RMM, sobretudo os mais periféricos.

Assim, embora Sarandi concentre maior população, empresas, PEA, PEA ocupada (relativamente aos níveis mais baixos de integração) a sua renda está muito abaixo dos demais; e, além do mais, Sarandi apresenta maior percentual de pessoas sem rendimento. Existe uma divisão do trabalho e da estrutura produtiva: enquanto os municípios de Muito Baixa, Baixa e Média integração concentram e/ou têm maior participação no setor agropecuário e no setor público; o setor industrial e o de serviços especializados ficaram concentrados no polo, com a relativa descontração ocorrida no Município de Muito Alta concentração (Sarandi).

O uso pelo Polo da mão de obra das cidades periféricas mais próximas em ocupações menos qualificadas somadas a ausência de uma estrutura econômico-produtiva periférica leva a deterioração da renda. De outro lado, no Polo acontece uma acumulação predatória que influencia no aumento da renda domiciliar dos residentes que preenchem as ocupações de maior especialização, com maior qualificação e remuneração.

Esta situação, também subsidia a constatação do impacto interno negativo que as cidades vizinhas ao Polo sofrem por se caracterizar como depósitos de força de trabalho menos qualificada, via reflexo na produção econômica local.

Neste sentido, há que se diferenciar a simples vizinhança e por consequência a atuação das Unidades Metropolitanas municipais como dormitórios do Polo, da importância em termos de nível de integração. O nível de integração incorpora a dinâmica das relações econômicas, sociais e institucionais com impactos efetivos sentidos no ambiente socioeconômico de cada Município metropolitano e na RM como um todo. Desta forma, na RM de Maringá o maior nível de integração impactou diretamente no aumento da participação municipal na estrutura econômico-produtiva metropolitana. No caso do PIB constatou-se uma sensibilidade inelástica, isto é, fraca, contudo, nos casos do valor adicionado da indústria, do serviço e dos impostos a sensibilidade foi elástica. De acordo com metodologia própria, aplicada na dimensão da participação municipal por nível de integração em relação ao PIB, estimou-se que o nível de integração real da Região Metropolitana de Maringá é de magnitude 2, ou seja, baixa. Este fato ratifica a própria ausên-

cia dos reflexos econômicos, sociais e institucionais nos Municípios periféricos da RMM.

Concluimos que a RM de Maringá segue a característica da territorialidade metropolitana a exemplo do que acontece em nível nacional, ou seja, configura um espaço polarizado por força da concentração da população e da geração de riqueza. O espaço polarizado da RMM concentra-se na dinâmica da estrutura econômico-produtiva do Município de Maringá (Polo) onde se estabelecem as atividades econômicas, principalmente, da indústria, do comércio e do setor de serviços. Essa polarização exerce duas forças contrárias: i) força centrípeta de atração; ii) força centrífuga de repulsão. A cidade de Maringá polariza as atividades econômicas de indústria e serviços, bem como as oportunidades de trabalho. Com isso, atrai a população da circunvizinhança. Contudo, também fragilizam economicamente os Municípios da sua periferia. Estes precisam implantar ações proativas endógenas para possibilitar incrementos na estrutura econômico-produtiva, visto que não há uma coordenação econômica, social e institucional metropolitana voltada a um projeto negociado de crescimento e desenvolvimento metropolitano.

Os aspectos econômicos abordados neste capítulo deixaram claro que as regiões metropolitanas atualmente constituídas são compostas por Municípios bastante diferenciados e desiguais, em termos de demanda por serviços públicos e potenciais para enfrentar os desafios para a solução de problemas econômicos comuns. Esta situação vai ao encontro da constatação de que à desigualdade intrarregional, somam-se diferenças acentuadas entre as territorialidades regionais constituídas, indicando que uma política metropolitana de caráter nacional não pode ignorar a multiplicidade de situações que prevalecem nesses territórios. Além disso, a falta de legitimidade dos estados para usar mecanismos de coordenação, por meio de leis estaduais e outros instrumentos que levem a ações articuladas e integradas, reforça a necessidade de buscar incentivos que estimulem as cooperações verticais e horizontais.

Referências

- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- CEMPRE- Cadastro Central de empresas. Número de empresas e salários. 2000 e 2010. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=1&i=P&c=993>
- CEMPRE – Cadastro Central de empresas. Pessoal ocupado e assalariado. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=1&i=P&c=1685>
- CLEMENTE, A. (1994). Economia regional e urbana. São Paulo, Atlas.
- CMNP- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (1975). Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná: depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada. São Paulo: EDANEE, OPES (2006)
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Base de Dados: municípios. Brasília: IBGE. Disponível no endereço: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Base de dados: censo agropecuário. Disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=1&no=1
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). População por situação do domicílio. Disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=32&no=10
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Regiões Metropolitanas. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_rm_zip.shtm
- LEÃO, I. Z. C. C. (1989). O Paraná nos anos setenta . Curitiba: IPARDES.
- PARANA (2013) – <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=74731&tit=Taxa-de-desemprego-na-RMC-e-a-menor-do-Brasil-com-38-em-abril-&ordem=1>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ (2010). PLHIS_M – Plano Local de Habitação de interesse social do município de Maringá – Caderno de Diagnostico Habitacional. Disponível em <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/9d672a333a21.pdf>
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Q (coord) (2009). Relatório Final do projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. et al. Regiões metropolitanas no Brasil: um

paradoxo de desafios e oportunidades. Disponível em <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36045064>.

RODRIGUES, Ana Lucia (2004). A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. Tese de doutorado defendida no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SACK, R. D. (1986). Human territoriality: its theory and history. Cambridge, Cambridge University Press.

VERCESI, Jaqueline (2001). Gênese e evolução da Região Metropolitana de Maringá. Dissertação de mestrado, pós-graduação em Geografia, UNESP- Presidente Prudente.

PARTE II

Dimensão socioespacial da integração/exclusão na Região Metropolitana de Maringá

Estrutura e organização social do território da Região Metropolitana de Maringá

*Ana Lúcia Rodrigues
Cledina Regina Lonardon Accorsi
Paulo Roberto de Souza*

Resumo: Este capítulo trata das mudanças ocorridas na estrutura social da Região Metropolitana de Maringá nas duas últimas décadas, por meio da identificação e análise do padrão de organização social do território metropolitano. Os pressupostos do debate partem do atual modelo nacional de desenvolvimento econômico para identificar qual a inserção desta região nesse padrão de desenvolvimento, relativamente à sua estrutura social e à sua organização territorial dadas pela localização residencial dos trabalhadores. Assim, identificam-se, através da construção de uma tipologia socioespacial, as mudanças ou permanências no padrão de organização social do território metropolitano, com a finalidade de compor uma análise da estrutura social brasileira.

Palavras-chave: estrutura social; segregação socioespacial; categorias sócio-ocupacionais; Região Metropolitana de Maringá.

Abstract: This chapter discusses the changes in the social structure of the Metropolitan Region of Maringá in the last two decades through the identification and analysis of the pattern of social organization of the metropolitan territory. The assumptions of the debate run of the current national economic development to identify which insertion of this region in this pattern of development with regard to its social structure and its territorial organization given by the residential location of workers. Thus, it is identified through the construction of a socio-spatial typology, changes or continuities in the pattern of social organization of the metropolitan territory, in order to compose an analysis of Brazilian social structure.

Keywords: social structure, socio-spatial segregation, socio-occupational categories; metropolitan region of Maringá.

Introdução

A estrutura social do território da Região Metropolitana de Maringá (RMM) resulta do modelo de urbanização centro-periferia que decresce neste sentido em qualidade de infraestrutura urbanística e renda dos moradores. Esse padrão caracterizou o desenvolvimento urbano brasileiro ao longo do século XX, quando as cidades surgiram e cresceram formando periferias intra e intermunicipais marcadas por precária infraestrutura, por menor preço imobiliário e, por isso, destinadas aos moradores de baixa renda, para os quais esses espaços restavam como as únicas opções de habitação. Esse é o modelo brasileiro de desenvolvimento da cidade capitalista e nele a segregação da moradia, segundo as condições de renda dos adquirentes, é condição *sine qua non*, pois tal processo replica no território urbano a segmentação social própria de uma sociedade estratificada e desigual.

Os pressupostos adotados aqui admitem que o território reproduz a diferenciação social predominante no capitalismo ou, com mais exatidão, que o território é um fator fundamental para a reprodução desse sistema. Os dados censitários do IBGE analisados adiante poderão confirmar ou não se há, na periferia da RMM, tendências à concentração daquele trabalhador sem especialização e com baixos salários, refletindo, assim, a ideologia capitalista brasileira, que, por sua vez, vive na dependência e na periferia da economia-mundo. A organização socioespacial da dinâmica metropolitana no país resulta de três processos distintos: primeiramente, da própria *diferenciação* entre pobres e ricos, inerente à estrutura capitalista; em segundo lugar, da *segmentação* pelo critério do acesso a bens e serviços conforme a condição econômica; e, por fim, da *segregação*, o perverso processo que consolida espaços distintivos no território com a única finalidade de operacionalizar a produção da mais-valia imobiliária. Ou seja, a segregação socioespacial é o mecanismo que assegura a mercantilização do solo urbano, pois outorga legitimidade para o alto valor imobiliário de uma área na cidade, dotada de componentes infraestruturais sociais e urbanos completos, em relação a outras áreas carentes dos mesmos elementos.

Neste capítulo será estabelecida a concepção de estrutura social do território da região metropolitana maringaense relativamente aos períodos 1991, 2000 e 2010. A análise inclui dados censitários recentes (IBGE, 2010) tendo por objetivos: a sistematização do perfil social do

território metropolitano maringaense para as duas últimas décadas; a identificação e a interpretação do padrão de organização social deste território; e a relação deste padrão com os processos de diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais, componentes da sociedade capitalista.

A descrição das características sócio-ocupacionais da região em cada um desses momentos busca identificar mudanças ou permanências na estrutura socioespacial regional, nas duas décadas analisadas, com relação ao surgimento da região como empreendimento imobiliário. Serão empregadas algumas hipóteses explicativas para compreender a lógica do desenvolvimento da região metropolitana de Maringá, cujos pressupostos admitem que a organização da sociedade capitalista ancora-se em estruturas sociais e produtivas hierárquicas e que essa organização se expressa no território. Até o final deste capítulo, visaremos atualizar e analisar a estrutura, a dinâmica e os padrões de organização social do território metropolitano maringaense, neste período, por meio da tipologia socioespacial, com o objetivo de identificar mudanças ou permanências no padrão de organização social da RMM, que serão interpretadas no contexto do padrão atual de desenvolvimento econômico brasileiro, buscando, enfim, relacionar a organização social regional ao processo de desenvolvimento local historicamente ancorado em diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais.

Essa perspectiva metodológica adotada pelo Observatório das Metrópoles sustenta-se teórica e analiticamente na concepção de espaço social e *habitus*, segundo Pierre Bourdieu (1983 e 1997). Admite-se, então, que a posição ocupada pelos indivíduos na estrutura produtiva determina o acesso, que os mesmos terão, aos recursos materiais (renda e salário) e simbólicos (*status* e prestígio); e que isso define a organização social do território como posições em espaços respectivos aos princípios hierárquicos, nos quais a divisão e a segregação socioespaciais são consideradas naturais. A leitura e a compreensão da organização socioespacial dessa região sustentam-se no pressuposto conceitual da diferenciação social, fundamentado nas noções de classe social marxista (relações de produção) e weberiana (*status* social). Tanto as relações de produção como também o *status* social atribuído à posição ocupada pelos indivíduos na estrutura produtiva são consideradas construções sociais. Esses princípios teóricos orientadores engendraram a concepção de uma estratificação social ancorada nos

seguintes critérios: i) Relação capital x trabalho; ii) Trabalho manual x trabalho não-manual; iii) Trabalho de comando x trabalho subordinado; iv) Trabalho público x trabalho privado.

1. O método das categorias sócio-ocupacionais na Tipologia socioespacial elaborada para a RMM

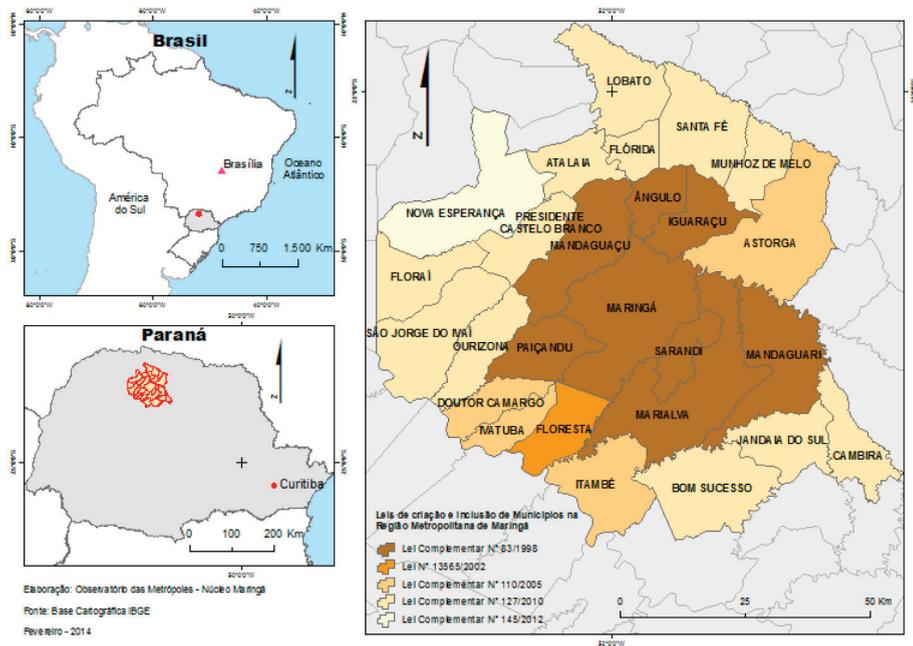
Com base nesses critérios, a metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles¹, constituída pela análise social do território, utiliza a categoria ocupação – ocupação principal do indivíduo – cruzando-a com outras variáveis (renda, escolaridade, situação na ocupação, setor de atividade econômica e setor institucional) para definir uma estratificação social composta por vinte e quatro categorias, denominadas Categorias sócio-ocupacionais (CATs), agrupadas em 8 (oito) grandes grupos, assim classificados: 1) Dirigentes; 2) Profissionais de nível superior; 3) Pequenos empregadores; 4) Ocupações médias; 5) Trabalhadores do terciário especializado; 6) Trabalhadores do Secundário; 7) Trabalhadores do terciário não especializado e 8) Trabalhadores.

As pesquisas desenvolvidas nesse viés metodológico têm como ponto de partida uma concepção multidimensional da estrutura social “... entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias” (RIBEIRO & LAGO, 2000, p.12). A incorporação desse esquema à pesquisa sobre as metrôpoles brasileiras, afirmam os autores, está pautada no pressuposto metodológico da centralidade do trabalho enquanto categoria estruturadora das relações sociais.

A base territorial do estudo é a Região Metropolitana de Maringá, localizada no Norte Central do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil. A região metropolitana foi institucionalizada pela Assembleia Legislativa do Paraná, conforme Lei Complementar (LC) n. 83/98; era inicialmente composta por oito municípios e foi acrescida, por outras leis complementares, de outros dezoito, desde então, como se observa na Figura 4.1.

¹ Sobre os procedimentos metodológicos e softwares envolvidos na metodologia de análise social do território proposta pelo Observatório das Metrôpoles, ver: RIBEIRO e RIBEIRO, 2013, pp. 34-35.

Figura 4.1 – Localização da Região Metropolitana de Maringá no Estado do Paraná-Brasil conforme legislação estadual - 2013



A espacialização das ocupações (agrupadas nas CATs) reflete as características socioespaciais do lugar de moradia dos ocupados, representada espacialmente por 52 Áreas de Ponderação dos Dados da Amostra (APONDS) construídas pelo IBGE², a partir dos seguintes critérios: i) a princípio, cada município é uma área de ponderação; ii) municípios maiores foram subdivididos automaticamente respeitando os critérios de vizinhança entre setores censitários e tamanho mínimo da área de ponderação e; iii) para alguns municípios foram definidas frações amostrais distintas visando garantir a qualidade das estimativas para algumas áreas de interesse e, portanto, cada uma dessas áreas foi definida como uma área de ponderação (IBGE, 2010).

² APOND: Definida pelo IBGE (2010) como unidade geográfica formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo, sendo sistematizadas 6.241 áreas para todo o Brasil. O tamanho mínimo definido para uma área de ponderação foi estabelecido em 400 domicílios particulares ocupados (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf).

Em 2000, os municípios de Maringá e Sarandi estavam subdivididos em 14 e 4 APONDS respectivamente, enquanto os demais 11 municípios correspondiam cada qual a uma única Área, perfazendo um total de 29 Áreas de Ponderação. Em 2010, o total de APONDS passou para 52, resultado das seguintes transformações: subdivisão de Maringá em 20 áreas; de Sarandi em 5; de Mandaguari, Marialva e Paiçandu em 2 áreas cada município; acréscimo de mais 13 municípios na RMM e da manutenção dos demais 08 municípios. Sendo um dos propósitos dessa análise evidenciar a evolução dos tipos definidos nas décadas de 1991, 2000 e 2010, o primeiro passo foi o de organizar os bancos de dados, agregando-se todos os municípios que compõem a RMM de 2010 à base de dados de 1991 e 2000. Para tal, conservou-se a estrutura das Áreas de Ponderação de 2000 para a análise de 1991. Como os demais municípios que gradativamente foram adicionados à RMM são compostos por uma única APOND, eles foram agregados aos dados por meio do software SAS (*Statistical Analysis Software*). Tal procedimento foi semelhante com relação aos dados de 2000. Após estas adequações a RMM passou a ser composta por 42 áreas de ponderação em 1991 e 2000, e por 52 áreas em 2010. Este processo exigiu algumas adaptações nas sintaxes que classificam os indivíduos nas respectivas categorias sócio-ocupacionais³. A classificação dos indivíduos numa categoria sócio-ocupacional só é permitida a indivíduos cuja idade seja igual ou superior a dez anos, que possuam uma ocupação definida e, em geral, considerando-se aqueles para os quais se identifique sua renda e grau de instrução. Para identificar correlações entre as CATs (Categorias sócio-ocupacionais) e as APONDS são utilizadas a *Análise de Correspondência Binária* (ACB) e a *Classificação Hierárquica Ascendente* (CHA). Neste estudo, os dados são considerados binários, isto é, as observações sobre as variáveis podem tomar apenas duas possibilidades: pertencem ou não pertencem a uma determinada categoria sócio-ocupacional. Neste caso, a análise de correspondência e a técnica da análise multivariada permitem estabelecer relações, as quais, em geral, não seriam detectadas em comparações aos pares destas mesmas variáveis, por outras técnicas da estatística descritiva.

³ Houve a inclusão de filtro de renda nas CAT 23 (Dirigentes do Setor Privado) e CAT 52 (Ocupações de Supervisão) e filtro de escolaridade nas CAT 44 (Professores de Nível Superior) e CAT 54 (Ocupações Médias da Saúde e Educação).

A análise das mudanças do perfil social da região nas duas últimas décadas resultou na elaboração da tipologia socioespacial para a Região Metropolitana de Maringá (RMM), com a qual se evidencia a evolução da composição da estrutura socioespacial regional (quadro 4.1). Construída por meio de processos de agrupamentos multivariados, a tipologia tem o fim de preservar algumas propriedades básicas entre os grupos identificados, classificados como um determinado *tipo* relativo a: 1 - homogeneidade (condição de que os elementos de um mesmo grupo assemelhem-se entre si, ou seja, que qualquer elemento de um grupo ou *tipo* deve apresentar semelhança com qualquer outro elemento do mesmo grupo - intraclasse); 2 - isolamento (elementos de classes diferentes devem ser dessemelhantes, assim, dois grupos diferentes devem ser constituídos por elementos bem distintos - interclasse); 3 - estabilidade (as classes obtidas por um dado método devem ser robustas).

Quadro 4.1 – Áreas de Ponderação da RMM, segundo total de moradores e tipologia sócio-ocupacional/socioespacial – 1991, 2000 e 2010

ÁREA DE PONDERAÇÃO DA RMM SEGUNDO A TIPOLOGIA SÓCIO-OCUPACIONAL - 1991-2000-2010

TIPOLOGIA	APOND - 1991 - Total de moradores	APOND - 2000 - Total de moradores	APOND - 2010 - Total de moradores
Superior Médio	20-Mgá3-Moreschi-Jd.Universitário-Zona7-Armazem 22-Mgá5-Zona 05-Zona6-Jd Cerro Azul 23-Mgá6-Zona 04-Zona 02-Centro-Vila Operária	20-Mgá3-Moreschi -Jd.Universitário-Zona7- 23-Mgá6-Zona2-Zona4-Centro-Vila Operária	24-Mgá5-Vila Emília-Aclimação-Parque da 28-Mgá9-Jardim Universitário-Zona Armazém 29-Mgá10-Zona 2-Magnatas-Santa Felicidade 31-Mgá12-Zona 4-Horto Floresta-Jardim 32-Mgá13-Centro-Vila Operária 33-Mgá14-Vila Santo Antônio-Acema-Zona 34-Mgá15-Zona 7-Vila Esperança-Cidade
TOTAL	58.442 (11,2%)	42.369 (6,9%)	110.042 (15,3%)
Médio	21-Mgá4-Vila S. Antonio-Condomínios Aeroporto 24-Mgá7-Jd. São Jorge-Monte Carlo 27-Mgá10-Floriano-Jd Universo-Cidade Monções 28-Mgá11-Morangueira-Liberdade-Bertioga-P.Seguro 30-Mgá13-Jd.Montreal-Pq Itaipu-Pq Industrial Sul	21-Mgá4-Vila S. Antonio-Condomínios Aeroporto 22-Mgá5-Zona5-Zona6-Jd Cerro Azul 24-Mgá7-Jd.São Jorge Monte Carlo 27-Mgá10-Floriano-Jd.Universo-Cidade Monções 30-Mgá13-Jd.Montreal-Pq Itaipu-Pq.Industrial	20-Mgá1-Jardim Paris-Imperial 21-Mgá2-Parque das Greveilas-Cidade Nova 23-Mgá4-Cond. Mont Hermom-Ipanema Cidade 26-Mgá7-Liberdade-Parque Industrial-Porto 27-Mgá8-Vila Morangueira-Pq.Exposição- 30-Mgá11-Floriano-Jardim NiZa-Tarumã 35-Mgá16-Ney Braga-Real-Rebouças 36-Mgá17-Ouro Cola-Jardim Monte Carlo 38-Mgá19-Jardim Alvorada-Pinheiros
TOTAL	85.814 (16,4%)	96.517 (15,6%)	166.305 (23,2%)
Popular Operário	18-Mgá1-Vila Morangueira 19-Mgá2-Jardim Alvorada-Tóquio 25-Mgá8-Ney Braga-Paris-Chácaras Alvorada 26-Mgá9-Jd Oásis-Requião-Guaiapó 29-Mgá12-Vila Esperança-Imperial-Copacabana	18-Mgá1-Vila Morangueira 19-Mgá2-Jd.Alvorada-Tóquio 25-Mgá8-Ney Braga-Paris-Chácaras Alvorada 26-Mgá9-Jd Oásis-Requião-Guaiapó 28-Mgá11-Morangueira-Liberdade-Bertioga- 29-Mgá12-Vila Esperança-Imperial-Copacabana 40-Sarandi02-Jd.Independência 41-Sarandi03-Pq. Alvarnar 42-Sarandi04-Cj.Floresta-Esperança	08-Floresta 14-Lobato 15-Mandaguacu 16-Mandaguari-1 22-Mgá3-Jardim Novo Oásis-Requião-Guaiapó 25-Mgá6-Jardim Lince-Grajaú 37-Mgá18-Thais-São Domingos-Iguatemi 39-Mgá20-Jardim Diamante-Alvorada II 43-Paigandu-Região Oeste 44-Paigandu-Região Leste 51-Sarandi-Jd. Independência 52-Sarandi-Centro-Jd Universal-Norte
TOTAL	84.869 (16,2%)	187.073 (30,3%)	199.712 (27,9%)
Operário Popular	35-Paigandu 39-Sarandi01-Centro-Jd Universal-Norte-Jd Monterey 40-Sarandi02-Jd Independência 41-Sarandi03-Pq Alvarnar 42-Sarandi04-Conj.Floresta-Esperança	35-Paigandu 39-Sarandi01-Centro-Jd.Universal-Norte-	48-Sarandi-Pq Alvarnar 49-Sarandi-Jd Monterey-Condomínios-Sul 50-Sarandi-Conj. Floresta-Esperança
TOTAL	70.178 (13,4%)	49.263 (8,0%)	42.599 (5,9%)
Agrícola	01-Ângulo 02-Astorga 03-Atalaia 04-Bom Sucesso 05-Cambira 06-Doutor Camargo 07-Floraí 08-Floresta 09-Flórida 10-Iguaraçu 11-Itambé 12-Ivatuba 13-Jandaia do Sul 14-Lobato 15-Mandaguacu 16-Mandaguari 17-Mariaíba 31-Mgá14-Iguatemi-S.Domingos-Condomínios Rurais 32-Munhoz de Melo 33-Nova Esperança 34-Ourizona 36-Presidente Castelo Branco 37-Santa Fé 38-São Jorge do Ivaí	01-Ângulo 02-Astorga 03-Atalaia 04-Bom Sucesso 05-Cambira 06-Doutor Camargo 07-Floraí 08-Floresta 09-Flórida 10-Iguaraçu 11-Itambé 12-Ivatuba 13-Jandaia do Sul 14-Lobato 15-Mandaguacu 16-Mandaguari 17-Mariaíba 31-Mgá14-Iguatemi-S.Domingos-Condomínios Rurais 32-Munhoz de Melo 33-Nova Esperança 34-Ourizona 36-Presidente Castelo Bran 37-Santa Fé 38-São Jorge do Ivaí	01-Ângulo 02-Astorga 03-Atalaia 04-Bom Sucesso 05-Cambira 06-Doutor Camargo 07-Floraí 09-Flórida 10-Iguaraçu 11-Itambé 12-Ivatuba 13-Jandaia do Sul 17-Mandaguari-2 18-Mariaíba-1 19-Mariaíba-2 40-Munhoz de Melo 41-Nova Esperança 42-Ourizona 45-Presidente Castelo Branco 46-Santa Fé 47-São Jorge do Ivaí
TOTAL	224.835 (42,9%)	241.894 (39,2%)	198.26 (27,7%)
TOTAL GERAL	524.138	617.116	716.918

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Observatório das Metrópoles

2. Categorias sócio-ocupacionais na estrutura no perfil social da RMM

As características do perfil social da região metropolitana de Maringá nas duas últimas décadas são analisadas tendo em vista as categorias sócio-ocupacionais (CATs), construídas como *proxy* da estrutura social deste território. Compreender a estrutura da sociedade a partir de sua expressão espacial inclui princípios diretamente vinculados à desigualdade que caracteriza essa mesma sociedade. Todavia, é preciso observar que “as evidências as mais impressionantes e as experiências as mais dramáticas encontram seus princípios completamente em outro lugar” (BOURDIEU, 1997, pp. 159-160). Esse cuidado que o autor aponta vincula-se – na sua leitura, adotada por nós – à possibilidade de romper com as falsas evidências dos contatos superficiais e de senso comum. Isso vem ao encontro dos pressupostos adotados nesse livro sobre os modos como a desigualdade se expressa no território, tanto como produto da estrutura produtiva da sociedade, quanto como reprodução do território desigual que a constitui. Isso significa que o rompimento com as falsas evidências dar-se-á apenas pela realização de “uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico” (Id. p. 160). Bourdieu destaca que, assim como as coisas, os seres humanos se situam em lugares, em pontos do território e que estes agem sobre os ocupantes seja enquanto localização mesma seja pela posição do próprio ocupante, graduada numa ordem hierárquica.

Numa sociedade hierarquizada não há espaço que não seja medido e hierarquizado, e que não exprima distâncias sociais, mesmo quando existe uma hierarquia dissimulada sob o efeito da “naturalização” das manifestações do poder, este tornado invisível na forma daquelas, reproduzidas como *habitus* que, para Bourdieu (1983), é “a história que se tornou natureza”, ou seja, o costume ou a *doxa* que asseguram o poder por meio da equiparação entre o subjetivo e o objetivo. Assim, as inculcações produzidas por ideologias históricas com suas disposições cristalizadas aparecem como que surgidas da natureza das coisas, gerando atitudes e práticas específicas. Neste sentido, nota-se na prática da ocupação hierarquizada do espaço urbano um *habitus* do poder econômico no campo imobiliário, o qual é, igualmente a outros campos, um sistema competitivo com lógica própria e lutando por interesses parecidos. A diferença está na predominância de “capital

simbólico” de cada grupo imobiliário e de seus clientes; assim, conforme o seu capital simbólico, além do capital em todos os sentidos, predomina ou não, também varia o seu poder de compra e venda de um território: entre o poder de adquirir ou vender muitos terrenos em espaços privilegiados e centrais; até o de, quando muito, adquirir um pequeno e abandonado terreno na periferia.

Essa perspectiva teórico-analítica pressupõe a existência de classes sociais, diferenciadas de acordo com a posição que ocupam na hierarquia do espaço social em grupos socioespaciais distintos. Neste sentido, a compreensão das classes sociais ou das frações de classe sistematizada neste capítulo se constitui a partir da análise da posição que elas ocupam na estrutura social construída com as categorias sócio-ocupacionais. A operacionalização dessas categorias permitiu identificar classes sociais e estratos de classes em relação a posições de proximidade que ocupam e, da mesma forma, de aspectos que as distanciam no espaço ou na estrutura sociais. A construção da tipologia pressupõe que a estratificação social num modelo capitalista contém outros determinantes além do produtivo; e, num sentido devido a Bourdieu, pode-se ver outro determinante no capital simbólico envolvido na posição sócio-ocupacional dos indivíduos que se autoestratificam, conforme mais se distanciam das ocupações agrícolas e populares e mais se aproximam das ocupações intelectuais e dirigentes. É assim que se compreende como as características individuais, como a cor, a raça ou o gênero, podem repercutir na posição ocupada por uma pessoa em sistemas simbólicos de distribuição desigual de *status* e prestígio: ao menos enquanto o capital simbólico do homem branco europeu valer muito mais do que o da mulher, o do indígena brasileiro autóctone e que o do negro traficado da África.

No entanto, antes de generalizar até chegar a essas conclusões, vamos começar por observar os dados locais do IBGE adequados à estrutura sócio-ocupacional para a RMM, características de uma estrutura social muito hierarquizada, resultante de processos de segregação que vincularam o poder público diretamente à reprodução dos interesses do capital imobiliário (RODRIGUES & CORDOVIL, 2012). Isso se evidenciou na tipologia socioespacial relativa aos dados do IBGE de 1991 e 2000 (RODRIGUES, 2004, 2009; INSTITUTOS DO MILÊNIO, 2008). O perfil social da região metropolitana e as suas mudanças ou permanências podem ser observados a partir da estrutura sócio-ocu-

pacional apresentada pela região nas duas últimas décadas (Tabelas 4.1 e 4.2), na qual se nota a preponderância das atividades do secundário.

Tabela 4.1 – Estrutura social da Região Metropolitana de Maringá - 1991, 2000 e 2010

Categorias Sócio- ocupacionais (Sub- classes)	1991		2000		2010		dif.2000 e 1991		dif.2010 e 2000		dif.2010 e 1991	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	N	%	N	%	N	%
1-Dirigentes	3592	1,6	5055	1,8	6740	1,9	1463	40,7	1685	33,3	3148	87,7
2-Profissionais nível superior	8187	3,6	13762	5,0	31435	8,6	5575	68,1	17674	128,4	23248	284,0
3-Pequenos Empregadores	12044	5,3	9246	3,3	8568	2,4	-2798	-23,2	-678	-7,3	-3476	-28,9
4-Ocupações médias	44241	19,5	54682	19,8	85538	23,5	10441	23,6	30856	56,4	41297	93,3
5-Trab.Terc.Espec	28827	12,7	44945	16,3	52941	14,5	16118	55,9	7996	17,8	24114	83,7
6-Trab.do Secundário	52383	23,1	71506	25,9	101713	28,0	19123	36,5	30207	42,2	49330	94,2
7-Trab.Terc.NãoEspec	37211	16,4	44644	16,2	51261	14,1	7433	20,0	6617	14,8	14050	37,8
8-Trabalhadores agrícolas	40214	17,7	32467	11,8	25707	7,1	-7747	-19,3	-6761	-20,8	-14508	-36,1
Total	226699	100,0	276307	100,0	363903	100,0	49607	21,9	87596	31,7	137204	60,5

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Observatório das Metrôpoles.

Pela Tabela 4.1, simplificada, vê-se que a indústria foi a maior empregadora, tendo incorporado 23% dos ocupados em 1991, 26% em 2000 e 28% em 2010. Pela Tabela 4.2 mais completa, adiante, vê-se que, dentre estas ocupações, predominaram as dos operários da construção civil, a qual empregou 7,7% em 1991, 8,2% em 2000 e 8,7% em 2010, do total dos ocupados da região. Em sentido contrário, a categoria que menos empregou e apresentou a maior queda de ocupados é representada pelos empregos agrícolas que em 1991 agregavam 17,7% dos ocupados; e em 2010 apenas 7,1% da totalidade dos postos de trabalho. O segundo lugar em número de ocupados na estrutura sócio-ocupacional metropolitana são os empregos das categorias médias, que, dos 19,5% em 1991, passaram para 19,8% em 2000 e, em 2010, agregaram 23,5% dos ocupados, prevalecendo sempre as ocupações de escritório, que empregam, ao fim deste período, 7% a 8,5% destes ocupados. No extremo oposto, as categorias com o menor contingente de ocupados são de dirigentes, as quais, apesar de apresentarem pequeno incremento no período, agregavam apenas 1,6% de ocupados em 1991; 1,8% em 2000 e, 1,9% em 2010. Os profissionais de nível superior foram os que mais ampliaram par-

ticipação no mercado de trabalho, representando 3,6% dos ocupados em 1991 e 8,6% em 2010.

Como podemos observar pelos dados, a distribuição das categorias sócio-ocupacionais na RMM, em 1991, estava concentrada nos trabalhadores do secundário, seguido das ocupações médias, dos trabalhadores agrícolas, e dos trabalhadores do terciário não especializado. As categorias dos dirigentes e dos profissionais de nível superior, que em 2010 ocupam o topo da hierarquia sócio-ocupacional, apresentavam baixa concentração, e, juntas, somavam pouco mais de 5%, cuja proporção assemelhava à dos pequenos empregadores. O perfil sócio-ocupacional expressava as características da estrutura produtiva em 1991, na qual a categoria dos trabalhadores agrícolas possuía participação significativa, embora essa categoria já estivesse em franca redução, tanto na RMM quanto nas demais metrópoles do país.

No ano de 2000, a distribuição das categorias sócio-ocupacionais continuava concentrada nos trabalhadores do secundário, seguidos das ocupações médias, dos trabalhadores do terciário não especializado e dos trabalhadores do terciário especializado, com a inversão das posições destas duas últimas categorias, em relação a 1991. No final da década de 2000, a categoria dos trabalhadores agrícolas viu sua participação reduzir ainda mais, embora sua participação proporcional permanecesse acima de 10%. A categoria dos trabalhadores do secundário aumentou sua participação, enquanto as categorias das ocupações médias e dos trabalhadores do terciário não especializado mantiveram sua participação assemelhada à que possuía no início da década de 1990. As categorias que ocupavam o topo da hierarquia social, no ano de 2000, mantinha sua baixa concentração, a exemplo do que ocorria no início da década de 1990. No entanto, o aumento da categoria dos profissionais de nível superior indicava tendência relativa ao fenômeno da profissionalização com o aumento significativo da sua participação proporcional. A categoria dos trabalhadores agrícolas apresentou forte redução no ano de 2000, consolidando a tendência de redução dessa categoria. A categoria dos pequenos empregadores também sofreu redução de sua participação na década de 1990.

Em 2010, a distribuição das categorias sócio-ocupacionais apresentava concentração nas mesmas categorias cuja concentração era verificada no início da década, mantendo-se concentrada nas cate-

gorias dos trabalhadores do secundário, seguidos das ocupações médias, dos trabalhadores do terciário especializado e dos trabalhadores do terciário não especializado. No entanto, é significativo o aumento da participação dos trabalhadores do secundário e das ocupações médias, mantendo-se as tendências verificadas no início da década de 2000, com o fortalecimento da participação dessas categorias na distribuição das categorias sócio-ocupacionais na RMM. Da mesma forma, é também significativa a redução da participação das categorias dos trabalhadores do terciário especializado e dos trabalhadores do terciário não especializado. Essa redução poderia sugerir uma possível mobilidade social ascendente, em direção à categoria dos trabalhadores do secundário e das ocupações médias. A categoria dos trabalhadores agrícolas também apresentou redução em 2010, com participação de pouco mais de 7%. Nas categorias que ocupam o topo da hierarquia na estrutura social da RMM, constatou-se, em 2010, significativo aumento de sua participação, cuja soma das categorias dos dirigentes e dos profissionais de nível superior ultrapassou, pela primeira vez, 10% da população ocupada na RMM; somente a categoria dos profissionais de nível superior concentrava 8,6% dessa população ocupada; e, assim, a região metropolitana maringaense viu consolidada a tendência de profissionalização, indicada no início da década.

Tabela 4.2 – Estrutura social da Região Metropolitana de Maringá - 1991, 2000 e 2010

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	1991		2000		2010		Diferença		2010-2000		2010-1991	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
DIRIGENTES	3592	1,6	5055	1,8	6740	1,9	1463	40,7	1685	33,3	3148	87,6
Cat21 Grandes empregadores	3310	1,5	3961	1,4	5664	1,6	651	19,7	1703	43,0	2354	71,1
Cat22 Dirigentes do setor público	136	0,1	585	0,2	617	0,2	449	330,1	32	5,5	481	353,7
Cat23 Dirigentes do setor privado	146	0,1	509	0,2	459	0,1	363	248,6	-50	-9,8	313	214,4
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	8187	3,6	31435	8,6	5575	1,6	17673	68,1	17673	128,4	23248	284,0
Cat41 Profissionais autônomos de nível superior	789	0,4	2783	1	7613	2,1	1904	242,7	4830	173,6	6824	864,9
Cat42 Profiss. empregados de nível superior	1734	0,8	4316	1,6	11462	3,2	2582	148,9	7146	165,6	9728	561,0
Cat43 Profissionais estatutários de nível superior	1043	0,5	837	0,3	1530	0,4	-206	-19,8	693	82,8	487	46,7
Cat44 Profissionais de nível superior	4621	2	5825	2,1	10832	3	1204	26,1	5007	86,0	6211	134,4
PEQUENOS EMPREGADORES	12044	5,3	9246	3,4	8568	2,4	-2798	-23,2	-678	-7,3	-3476	-28,9
Cat31 Pequenos empregadores	12044	5,3	9246	3,4	8568	2,4	-2798	-23,2	-678	-7,3	-3476	-28,9
OCUPAÇÕES MÉDIAS	44241	19,5	54682	19,8	85538	23,5	10441	23,6	30856	56,4	41297	93,3
Cat51 Ocupações de escritório	19081	8,4	20293	7,3	30781	8,5	1212	6,4	10488	51,7	11700	61,3
Cat52 Ocupações de supervisão	7741	3,4	8463	3,1	19421	5,3	722	9,3	10958	129,5	11680	150,9
Cat53 Ocupações técnicas	8853	3,9	12553	4,5	18549	5,1	3700	41,8	5996	47,8	9696	109,5
Cat54 Ocupações da saúde e educação	4548	2	8018	2,9	10484	2,9	3470	76,3	2466	30,8	5936	130,5
Cat55 Ocupações de segurança, justiça e correios	1869	0,8	2379	0,9	2049	0,6	510	27,3	-330	-13,9	180	9,6
Cat52 Ocupações artísticas e similares	2151	1	2977	1,1	4253	1,2	826	38,4	1276	42,9	2102	97,7
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	28827	12,7	44945	16,3	52941	14,6	16118	55,9	7996	17,8	24114	83,7
Cat61 Trabalhadores do comércio	16975	7,5	23292	8,4	32652	9	6317	37,2	9360	40,2	15677	92,4
Cat62 Prestadores de serviços especializados	11851	5,2	21653	7,8	20288	5,6	9802	82,7	-1365	-6,3	8437	71,2
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	52383	23,1	71506	25,9	101713	28	19123	36,5	30207	42,2	49330	94,2
Cat71 Trabalhadores da indústria moderna	9688	4,3	13080	4,7	19207	5,3	3392	35,0	6127	46,8	9519	98,3
Cat72 Trabalhadores da indústria tradicional	17554	7,7	20063	7,3	24620	6,8	2509	14,3	4357	22,7	7066	40,3
Cat73 Trabalhadores dos serviços auxiliares	7689	3,4	15658	5,7	26192	7,2	7969	103,6	10534	67,3	18503	240,6
Cat74 Operários da construção civil	17452	7,7	22706	8,2	31695	8,7	5254	30,1	8989	39,6	14243	81,6
TRABALHADOR TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	37211	16,4	44644	16,2	51261	14,1	7433	20,0	6617	14,8	14050	37,8
Cat63 Prestadores de serviços não especializados	13368	5,9	11208	4,1	23814	6,5	-2160	-16,2	12606	112,5	10446	78,1
Cat81 Empregados domésticos	17939	7,9	22792	8,3	22770	6,3	4853	27,1	-22	-0,1	4831	26,9
Cat82 Ambulantes e biscateiros	5903	2,6	10644	3,9	4676	1,3	4741	80,3	-5968	-56,1	-1227	-20,8
TRABALHADORES AGRÍCOLAS	40214	17,7	32467	11,8	25707	7,1	-7747	-19,3	-6760	-20,8	-14507	-36,1
Cat10 Agricultores	40214	17,7	32467	11,8	25707	7,1	-7747	-19,3	-6760	-20,8	-14507	-36,1
TOTAL	226699	100	276307	100	363903	100	49607	21,9	87596	31,7	137204	60,5

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Observatório das Metrópoles.

Depreende-se dessa descrição que a composição sócio-ocupacional na região maringaense sofreu alterações significativas relacionadas a algumas áreas da economia e algumas mudanças na estrutura social da RMM se destacaram nas duas décadas analisadas, de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010:

- i) A pouca variação do número de dirigentes favorece os grandes empregadores, com maior aumento dos dirigentes do setor público, que eram menos do que os do setor privado, em 1991, e passaram a um número bem maior em 2010;
- ii) o crescimento contínuo dos profissionais autônomos e dos empregados (exceto os estatutários), além de professores, de nível superior;
- iii) a queda contínua do número de pequenos empregadores;
- iv) o aumento das ocupações médias em dois tempos: até 2000 só as ocupações técnicas e da saúde e educação cresceram; até 2010, as ocupações de escritório e de supervisão também cresceram;
- v) a oscilação do número de prestadores de serviços especializados, crescendo e voltando a diminuir respectivamente nas duas décadas, mas fechando 2010 acima de 1991;
- vi) menos trabalhadores estão na indústria tradicional enquanto a moderna indústria absorve cada vez mais trabalhadores, sendo a construção civil e os serviços auxiliares as categorias que mais aumentam em número de ocupados na RMM;
- vii) o número de prestadores de serviços não especializados, que diminuiu até 2000, voltou a crescer até 2010, fechando superior a 1991; fenômeno oposto ao ocorrido com o aumento, na primeira década, e a queda, na segunda, no número de empregados domésticos, de ambulantes e de biscateiros;
- viii) a queda vertiginosa no número de ocupados na agricultura apenas continuou na duas décadas analisadas.

Ou seja, a região metropolitana de Maringá compõe-se de uma estrutura ocupacional que reflete uma economia regional forte, igual-

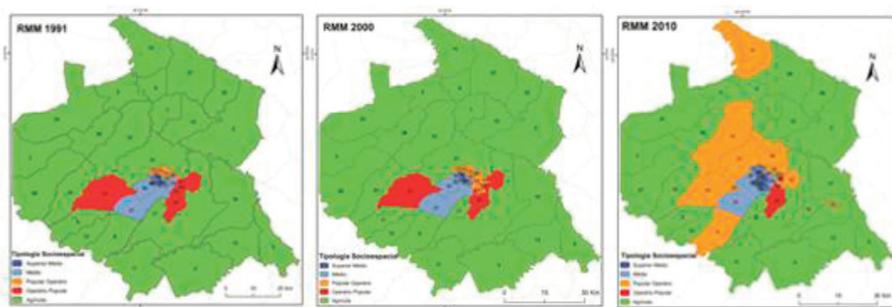
mente atrelada ao terciário e ao secundário, mas quase insignificamente às atividades primárias.

3. Organização social do território da Região Metropolitana de Maringá: 1991 a 2010

A tipologia socioespacial é o instrumento a ser utilizado para representar a organização social do território metropolitano e representar o padrão de organização social do mesmo, segundo cinco tipos socioespaciais hierarquicamente dispostos como já indicados anteriormente: superior médio, médio, popular operário, operário popular e agrícola (cf. Tabela 4.1). Após a análise da evolução da segmentação socioespacial da Região Metropolitana nas últimas décadas, neste item analisaremos, por meio da comparação entre as tipologias construídas por Área de Ponderação (APOND), quais são as mudanças e permanências no perfil socioespacial da RMM e, ainda, quais as características específicas desse perfil, relativas a cor, escolaridade e rendimento dos moradores.

Como observamos na Figura 4.2 a seguir, que representa os três momentos estudados, as APONDs foram classificadas segundo os cinco diferentes tipos socioespaciais (e cores respectivas): agrícola (verde), operário popular (vermelho), popular operário (laranja), médio (azul claro) e superior médio (azul escuro).

Figura 4.2 – Tipologia socioespacial da região metropolitana de Maringá –1991, 2000 e 2010

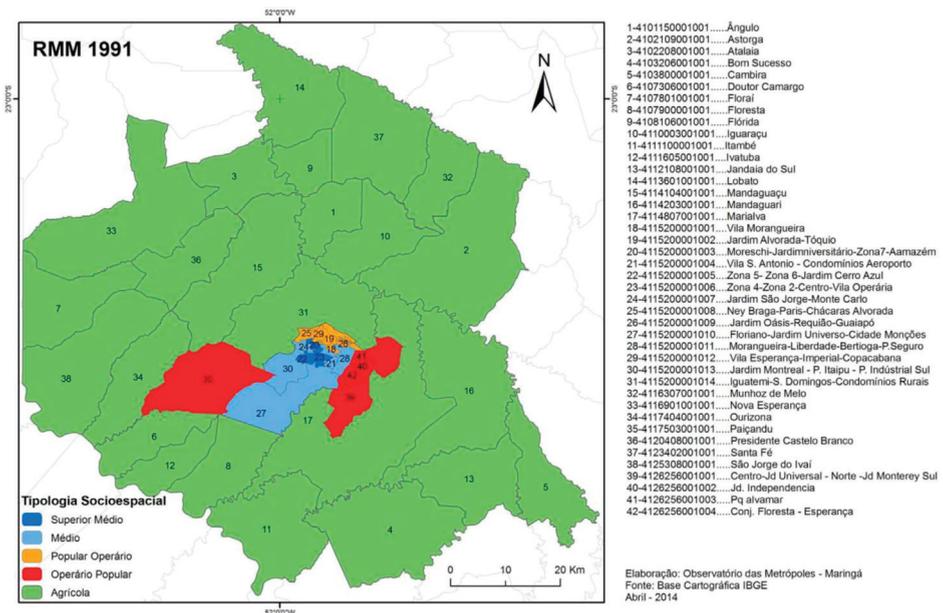


Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles.

Para maior detalhamento, vamos analisar cada período. No ano de 1991 (Figura 4.3), se observa um perfil social das áreas do território metropolitano que descende da área central do município de Maringá, onde temos uma concentração de áreas do tipo *Superior médio e Médio*, em direção à periferia metropolitana, onde predominam áreas do tipo *Agrícola*. Entre esses dois tipos, temos a região conurbada com o polo metropolitano concentrando áreas de tipo *Popular operário e Operário popular*.

As áreas do tipo *Superior médio* concentram-se na pequena área central de Maringá e adjacências. As áreas de tipo *Médio*, por sua vez, localizam-se em áreas próximas às superiores em direção ao sul de Maringá, não ocorrendo em nenhuma outra área da região. Já as áreas do tipo *Popular operário* concentram-se basicamente na região norte do município sede e o tipo *Operário popular* caracteriza todas as áreas dos municípios de Sarandi e Paçandu, conurbados com Maringá. Por fim, as áreas de tipo *Agrícola* se concentram em todos os municípios da periferia mais distante em relação ao núcleo-sede.

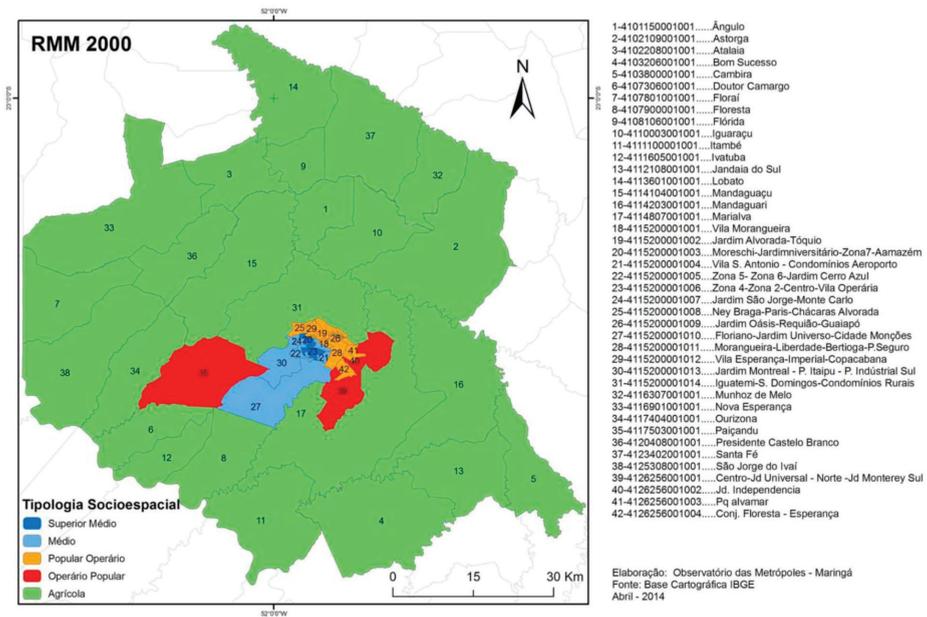
Figura 4.3 - Tipologia Socioespacial da Região Metropolitana de Maringá - 1991



Fonte: Censo 1991 (IBGE) / Elaboração: Observatório das Metrôpoles

O mapeamento dos dados de 2000 (Figura 4.4) mostra que o padrão encontrado em 1991 se mantém inalterado, ou seja, o tipo *Superior médio* e *Médio* se mantém concentrados em Maringá, de onde descendem para a periferia metropolitana os tipos populares e agrícolas. Todavia, observa-se uma alteração relacionada ao espriamento do tipo *Popular operário*, que transborda do norte do município-polo em direção a três áreas de ponderação de Sarandi, as quais, na década anterior, eram totalmente do *Operário popular*; significando que ocupações do terciário especializado e do não especializado ganharam maior presença na estrutura ocupacional deste município. A região conurbada com o polo metropolitano concentra áreas de tipo *Popular operário* e *Operário popular*. Destaca-se que o mesmo conjunto de municípios de tipo *Agrícola* se mantém caracterizado em 2000 como em 1991.

Figura 4.4 - Tipologia Socioespacial da Região Metropolitana de Maringá – 2000



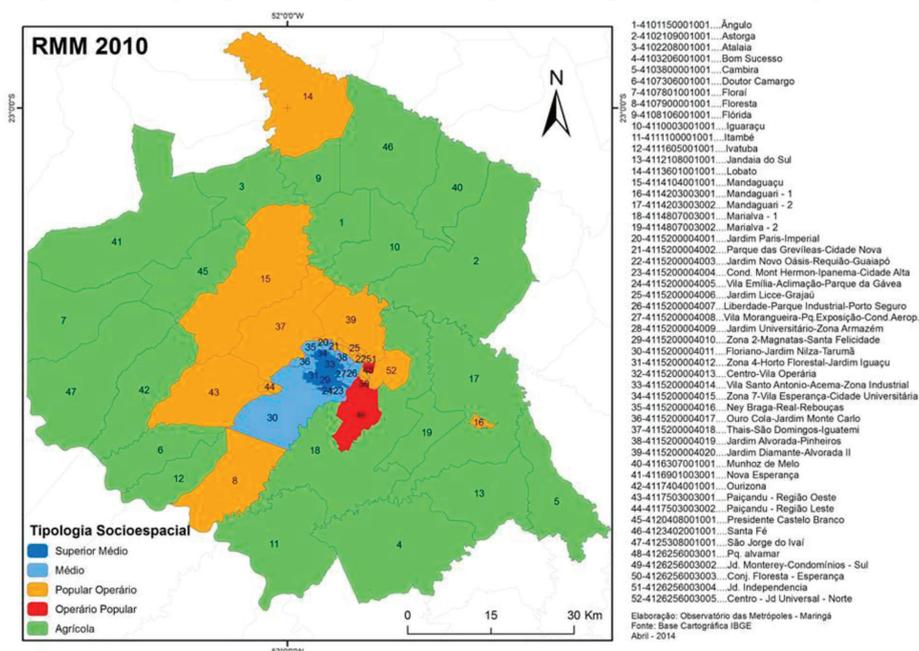
Fonte: IBGE, Censo 2000 (IBGE) / Elaboração: Observatório das Metrôpoles

Podemos observar que o mapa abaixo com a representação dos dados de 2010 (Figura 4.5), apresenta uma mudança visível explícita mesmo considerando que as APONDS se alteraram em relação a 1991 e 2000 que podiam ser comparadas termo a termo.

O primeiro destaque diz respeito à ampliação das áreas de tipo *Superior médio* que aumentam de duas no período anterior para sete em 2010. As áreas de tipo *Médio* circunscrevem um anel que abraça totalmente o tipo *Superior médio* e, juntos, esses dois tipos caracterizam a quase totalidade das áreas do município sede; completadas por quatro APONDS de tipo *Operário popular*, nas áreas da periferia urbana e da zona rural norte de Maringá. O tipo *Operário popular* está presente também em duas áreas de Sarandi (diminuindo em relação às duas décadas anteriores), na totalidade dos municípios de Paiçandu, Mandaguacu, Floresta e Lobato, assim como na área urbana de Mandaguari.

Ou seja, o perfil socioespacial do território em 2010 se firma com ocupações vinculadas ao terciário e arrefece as do secundário. Isso significa a confirmação da tendência dada no planejamento regional inicial onde se previa que a cidade polo não agregaria a população de rendas baixas, o que se confirmou por meio de um processo no qual a legislação urbanística definiu parâmetros rigorosos à ocupação urbana (RODRIGUES, 2004). O atual perfil social do território metropolitano, estabelecido a partir da associação entre a ocupação e a área onde mora o indivíduo, confirma a reprodução da lógica inicial; ou seja, mesmo com o espraiamento das áreas do superior médio, elas se concentram no entorno da área anterior, mantendo o padrão centro-periferia do desenvolvimento urbano regional.

Figura 4.5 - Tipologia Socioespacial da Região Metropolitana de Maringá - 2010



Fonte: Censo 2010 (IBGE) / Elaboração: Observatório das Metrôpoles

Como vimos, a tipologia de 2010 e a respectiva distribuição demográfica no território maringáense que ela evidencia demonstram que:

- i) o tipo *Superior médio* concentra-se nos mesmos bairros inicialmente previstos no planejamento da companhia colonizadora da região como *zonas residenciais principais*, com centralidade de serviços e comércio na cidade polo; apenas a última década apresentou algum espraiamento para novos bairros adjacentes, locais onde os recentes investimentos do mercado imobiliário passaram a ser realizados, inclusive por empresas nacionais, como a MRV;
- ii) o tipo *Médio* aproxima-se do centro da cidade polo regional, configurando um anel que se fecha completamente em torno deste; constitui-se numa zona em profunda transformação, é por onde o mercado imobiliário se expande, confirmando a tendência desde 1991, com a implantação de condomínios verticais e, também, horizontais;

- iii) o tipo *Popular operário* que se concentrava em áreas ao Norte do município-polo se expandiu em 2000 para Sarandi mas, em 2010, se espalha de forma significativa para outras áreas do município-polo, de Sarandi, mas, também caracteriza a totalidade de Paiçandu e alcança também os municípios de Floresta, Lobato e Mandaguaçu. A ampliação na última década, que incorporou todo o município de Paiçandu, também consolidou a integração entre espaços ao norte da cidade polo, evidenciando um movimento que homogeneiza as áreas ao norte de Maringá e de Sarandi, o que pode ser o resultado da implantação do Contorno Norte, que se constitui numa barreira integradora de todos os moradores além do Contorno não importando em qual município se encontrem, pois o que os identifica é o fato de estarem todos fora da grande barreira viária que se implantou;
- iv) as áreas de tipo *Operário popular* retiram-se do município de Paiçandu e do polo metropolitano, distanciando-se dos tipos *Superior médio* e *Médio*, e restringem-se agora ao município de Sarandi, que remanesce como o território supridor de serviços e de mão de obra a baixos salários, o território de pobreza desde a formação inicial desse território metropolitano;
- v) os tipos com presença de ocupações agrícolas se mantêm inexistentes no território do município-polo, mesmo nos seus distritos rurais, onde predominavam nos períodos anteriores. Em geral, houve na última década uma redução das áreas de tipo *Agrícola*, principalmente pela transformação das áreas de tipo *Popular operário*.

A análise socioespacial de 1991 até 2010 expressa pela tipologia atual (Figura 4.5) explicita uma área metropolitana em transição no período analisado, em que todos os tipos sofreram transformações. Dentre as principais transformações territoriais, relativas aos tipos socioespaciais nas duas últimas décadas, está a expansão do centro da cidade polo, espraiando-se como tipo *Superior médio* (antes mais restrito) e como tipo *Médio* em todas as direções adjacentes a este centro. Esse processo é capitaneado pela incorporação de novos eixos de expansão do mercado imobiliário, inclusive com novos espaços de verticalização, movimentos que consolidam novas dinâmicas de valorização

imobiliária. As mudanças mais significativas dizem respeito ao encolhimento do tipo *Agrícola*, dada à diminuição dos postos de trabalho agrícola, com redução de cerca de 60% daquilo que representava em 1991, e também considerável diminuição do tipo *Operário popular*. Por outro lado, há expansão do tipo *Popular operário*, cuja participação aumentou em cerca de 70% nas duas últimas décadas e do tipo *Superior médio* que ampliou mais de 100% entre 2000 e 2010 e do Médio com incremento de quase 70% (Tabela 4.3). Devemos, no entanto, evitar fazer comparações e generalizações apressadas entre os três recortes dessas duas décadas, pois, como vimos nos mapas e no Quadro 4.1, acima, os desenhos das áreas de ponderação são diferentes entre eles e, além do mais, eles têm história. As tabelas que analisamos a seguir são apenas o que são, desenhos em baixa resolução de um início necessário da história da RMM, numa espécie de imagem analógica em movimento: desde o período pré-RMM, ou seja, anterior ao surgimento da região metropolitana de 8 municípios em 1998; até 2010, ano em que ampliou para 25 o número de municípios; diferente, portanto, dos 26 municípios que compõem, desde 2012, a RMM hoje.⁴ Esperamos que a resolução dos pontos dessa imagem venha a adquirir qualidade, digamos não apenas metafóricamente, digital conforme avançamos no tempo e no aprimoramento das análises.

Tabela 4.3 – Comparativo dos tipos segundo a população total da RMM - 1991, 2000 e 2010

Tipos	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-Superior Médio	58.442	11.2	42.369	6.9	110.042	15.3
2-Médio	85.814	16.4	96.517	15.6	166.305	23.2
3-Popular Operário	84.869	16.2	187.073	30.3	199.712	27.9
4-Operário Popular	70.178	13.4	49.263	8.0	42.599	5.9
5-Agrícola	224.835	42.9	241.894	39.2	198.260	27.7
Total	524.138	100	617.116	100	716.918	100

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Organização do Observatório das Metrôpoles.

Observa-se pela Tabela 4.3 que os territórios de tipo *Popular Operário* reúnem o maior número de residentes da região, são 199.712, ou

⁴ Sobre a data de inclusão dos municípios na RMM, ver Quadro 1.1 do Capítulo 1.

27,9% do total de moradores da RMM, seguidos de perto pelas áreas de tipo *Agrícola* onde estão 198.260 residentes, perfazendo 27,7% da população metropolitana, localizada em 20 municípios da região, sendo quase a totalidade de pequeno porte. O terceiro maior contingente demográfico metropolitano está na área de expansão imobiliária da cidade polo, no tipo socioespacial *Médio* que agrega 166.305, ou 23,2% dos moradores metropolitanos. Os demais tipos socioespaciais que incorporaram os maiores contingentes populacionais são as áreas de tipo *Superior médio*, que reúnem 110.042 moradores, com 15,3% do total dos residentes na região; e o tipo socioespacial *Operário Popular* onde está o menor contingente de moradores, com apenas 42.599 moradores, 5,9% da população metropolitana.

O mesmo movimento de aumento ou retração das ocupações que configuram os tipos socioespaciais da RMM reproduz-se quando a análise se refere apenas aos ocupados, como se evidencia na apresentação a seguir (Tabela 4.4), na qual se observa que as alterações se estabelecem nos mesmos patamares da Tabela anterior.

Tabela 4.4 – Comparativo dos tipos segundo a população ocupada da RMM – 1991, 2000 e 2010

Tipos	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-Superior Médio	26.762	11.8	20.025	7.2	57.093	15.7
2-Médio	37.309	16.5	44.289	16.0	87.469	24.0
3-Popular Operário	37.467	16.5	82.430	29.8	99.427	27.3
4-Operário Popular	28.369	12.5	20.209	7.3	19.669	5.4
5-Agrícola	96.792	42.7	109.353	39.6	100.245	27.5
Total	226.699	100	276.307	100	363.903	100

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Organização do Observatório das Metrôpoles.

Além de usar os dados das áreas de ponderação para observar a tipologia socioespacial da região, é preciso ainda observar em cada tipo a sua composição sócio-ocupacional, para compreender como ocorre a relação do padrão de organização social do território metropolitano com os processos de diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais.

3.1. Relação entre o padrão de organização social do território metropolitano e os processos de diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais – 1991, 2000 e 2010.

O planejamento regional inicial realizado pela Companhia colonizadora já previa que a cidade polo não agregaria população de rendas baixas, o que se consolidou no processo de definição de parâmetros urbanísticos rigorosos para a ocupação urbana do polo metropolitano e de inexistência de quaisquer parâmetros para os demais municípios metropolitanos, que foram implantados ao sabor da atuação do mercado imobiliário (RODRIGUES, 2004). O atual perfil social do território metropolitano, estabelecido pela associação entre a ocupação dos residentes e a área onde moram, demonstra os resultados dessa dinâmica do desenvolvimento urbano regional.

Nesse sentido, os dados apresentados nas Tabelas 4.5 e 4.6, que se referem à análise do perfil social das áreas do território metropolitano maringaense, explicitam o processo de segregação como componente da ocupação do território da RMM, o que pode ser evidenciado nos resultados da distribuição percentual das Categorias sócio-ocupacionais (CATs) em cada um dos tipos socioespaciais.

Como já observado antes nesse capítulo (Tabela 4.1), a distribuição das CATs para a RMM se concentra atualmente (2010) nas ocupações do Secundário (28%), seguida pelas ocupações médias (23,5%). As categorias superiores da hierarquia social (dirigentes e profissionais de nível superior) somam 11% do total dos ocupados na região, sendo os dirigentes apenas 1,9% do total dos ocupados. Quando esses arranjos sócio-ocupacionais são fixados no território, percebemos a expressão da estrutura social no perfil socioespacial do território metropolitano. Ao comparar a distribuição das CATs entre os tipos socioespaciais (Tabela 4.5), constatamos para as duas décadas analisadas que o tipo *Superior médio* se compõe por uma grande concentração das categorias de dirigentes e de profissionais de nível superior ambas constituindo atualmente mais de 40% deste tipo. Quase 1/3 das ocupações médias reside no tipo socioespacial *Médio* e essa mesma proporção se repete para a composição do tipo *Popular operário* que agrega a maioria dos trabalhadores do secundário e do terciário. A maior proporção de ocupações agrícolas, ou 75% dos trabalhadores, residem nas áreas de tipo socioespacial *Agrícola*.

Esse perfil dos tipos socioespaciais da RMM, segundo a presença das categorias sócio-ocupacionais em cada um, permite observar

a estrutura social metropolitana, na medida em que admitimos a priori que a distribuição das pessoas ocupadas no espaço metropolitano reflete essa estrutura. O que se observa nessa territorialidade metropolitana é a maior concentração das categorias do topo da hierarquia social no tipo *Superior médio*; das categorias de ocupações médias no tipo socioespacial *Médio* e dos ocupados em categorias da base da estrutura social, residentes nos tipos populares, operários e agrícolas.

Observa-se em 2010 um aumento do número de áreas do tipo *Superior médio*, o que pode estar vinculado à concentração dos serviços, do comércio, da indústria e, assim, do conjunto das atividades econômicas no município polo da região, na mesma lógica em que a aproximação do tipo *Agrícola* significa o afastamento deste meio abastecido pelos ativos e bens urbanos. Na RMM, onde prevalecem áreas de tipo *Agrícola*, é fácil observar a dependência que os tipos mais periféricos têm dos tipos *Superior médio* e *Médio* o que pode ser observado no movimento pendular dos trabalhadores para as áreas centrais da região (ver capítulo 9). A centralização metropolitana dos ativos concentra não apenas as oportunidades de trabalho mais valorizadas (fato que explica o movimento pendular); mas também os espaços territoriais mais caros (fato que assegura a própria centralização), mantendo assim, o histórico protagonismo dos interesses e das ações do mercado imobiliário. Paralelamente a isso, os detentores do espaço urbano mais valorizado, no tipo *Superior médio* ou no *Médio*, encaram-no, sobretudo, como valor de troca, e não apenas como valor de uso, tal como fazem os trabalhadores assalariados, os quais utilizam a residência para o fim específico que ela efetivamente tem, como moradia.

Tabela 4.5 – Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais na Região Metropolitana de Maringá – 1991, 2000 e 2010

(em %)

Categorias Sócio-Ocupacionais 1991	Tipologia Socioespacial					
	1-Superior Médio	2-Médio	3-Popular Operário	4-Operário Popular	5-Agrícola	Total
1-Dirigentes	48.0	15.6	6.5	2.8	27.0	100.0
2-Profissionais de nível superior	36.9	23.4	8.7	2.1	28.9	100.0
3-Pequenos empregadores	28.4	17.0	7.5	4.3	42.9	100.0
4-Ocupações médias	19.7	25.0	20.1	7.9	27.4	100.0
5-Trabalhadores do terciário especializado	12.3	19.5	25.1	12.5	30.6	100.0
6-Trabalhadores do secundário	5.9	16.5	21.7	21.4	34.4	100.0
7-Trabalhadores do terciário não Especializado	7.7	16.8	20.7	18.1	36.8	100.0
8-Trabalhadores agrícolas	1.0	3.0	1.1	6.3	88.7	100.0
Total	11.8	16.5	16.5	12.5	42.7	100.0
<hr/>						
Categorias Sócio-Ocupacionais 2000	Tipologia Socioespacial					
	1-Superior Médio	2-Médio	3-Popular Operário	4-Operário Popular	5-Agrícola	Total
1-Dirigentes	29.0	28.1	17.3	2.0	23.6	100.0
2-Profissionais de nível superior	28.2	24.6	16.6	2.3	28.3	100.0
3-Pequenos empregadores	21.7	22.6	18.6	4.1	33.0	100.0
4-Ocupações médias	12.7	23.6	31.6	5.1	27.0	100.0
5-Trabalhadores do terciário especializado	6.1	18.9	35.6	8.0	31.4	100.0
6-Trabalhadores do secundário	1.9	12.2	37.8	9.7	38.3	100.0
7-Trabalhadores do terciário não Especializado	3.0	14.0	35.9	9.8	37.3	100.0
8-Trabalhadores agrícolas	0.8	3.3	3.7	5.2	87.0	100.0
Total	7.2	16.0	29.8	7.3	39.6	100.0
<hr/>						
Categorias Sócio-Ocupacionais 2010	Tipologia Socioespacial					
	1-Superior Médio	2-Médio	3-Popular Operário	4-Operário Popular	5-Agrícola	Total
1-Dirigentes	42.7	28.1	11.7	1.0	16.5	100.0
2-Profissionais de nível superior	40.4	24.7	14.1	1.1	19.8	100.0
3-Pequenos empregadores	33.1	33.7	11.4	0.8	21.0	100.0
4-Ocupações médias	23.7	29.7	23.9	3.3	19.5	100.0
5-Trabalhadores do terciário especializado	13.2	28.1	31.4	5.3	22.0	100.0
6-Trabalhadores do secundário	6.1	21.4	34.7	8.5	29.4	100.0
7-Trabalhadores do terciário não Especializado	8.7	23.3	32.9	8.6	26.4	100.0
8-Trabalhadores agrícolas	2.9	3.8	16.0	1.9	75.3	100.0
Total	15.7	24.0	27.3	5.4	27.5	100.0

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 1991, 2000 e 2010.
Organização do Observatório das Metrôpoles.

Quanto à composição dos tipos socioespaciais, observa-se na Tabela 4.6, para o período analisado, um incremento dos profissionais de nível superior que significava 3,6% do total das ocupações, em 1991, e atualmente é de 8,6% do total, esses ocupados residem majoritariamente no território de tipo *Superior médio*. Também ocorreu o aumento das ocupações médias (de 19,5% em 1991 para 23,5% em 2010) e estas residem também no mesmo tipo. As ocupações do secundário também aumentaram: eram 23% em 1991 e foi para 28% em 2010, mas, diferentemente das anteriores estes ocupados residem no tipo *Operário popular*, constituindo quase a metade dos ocupados aí residentes. As categorias dirigentes mantêm os mesmos índices no período e também os mesmos endereços, pois a maioria destes ocupados reside no tipo *Superior médio*. Igualmente as categorias terciárias não alteram muito os índices de participação no perfil sócio-ocupacional da região, mas, diferente das dirigentes, mantêm moradia nos espaços populares e operários. Os pequenos empregadores diminuem no período (5,3% em 1991 e 2,4% em 2010), mas sua residência é majoritariamente no tipo *Superior médio*. Um registro importante deve ser feito em relação à significativa perda de ocupações agrícolas no período, que, em 1991 incorporava 17,7% dos ocupados e em 2010 incorpora apenas 7%. O que se mantém é o seu local de moradia nos territórios de tipo *Agrícola*.

Pode-se afirmar que existem mudanças específicas internas em cada tipo, mas também se pode dizer que a segmentação e a fragmentação social do território metropolitano se mantém inalterada como a tipologia socioespacial demonstra. A maior parte dos moradores nos tipos classificados como *Superior médio* e *Médio*, portanto nas áreas superiores da RMM, pertencem às categorias dirigentes e profissionais de nível superior e, em oposição, no tipo *Operário popular* estas mesmas categorias têm baixa presença. O tipo *Superior médio* se compõe de 22,2% de profissionais de nível superior e de 35,6% de moradores da categoria das ocupações médias. É o inverso do que vimos em relação aos tipos de perfil sócio-ocupacional popular ou operário onde a presença das categorias superiores é baixa: os profissionais de nível superior representam 4,4% de moradores no tipo *Popular operário* e 1,7%, no *Operário popular*.

Tabela 4.6 – Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais da Região Metropolitana de Maringá – 1991, 2000 e 2010

(em %)

Categorias Sócio-Ocupacionais 1991	Tipologia Socioespacial					Total
	1-Superior Médio	2-Médio	3-Popular Operário	4-Operário Popular	5-Agrícola	
1-Dirigentes	6.4	1.5	0.6	0.4	1.0	1.6
2-Profissionais de nível superior	11.3	5.1	1.9	0.6	2.4	3.6
3-Pequenos empregadores	12.8	5.5	2.4	1.8	5.3	5.3
4-Ocupações médias	32.5	29.6	23.7	12.3	12.5	19.5
5-Trabalhadores do terciário especializado	13.2	15.1	19.3	12.7	9.1	12.7
6-Trabalhadores do secundário	11.6	23.2	30.4	39.6	18.6	23.1
7-Trabalhadores do terciário não Especializado	10.7	16.7	20.5	23.7	14.2	16.4
8-Trabalhadores agrícolas	1.4	3.2	1.2	8.9	36.8	17.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Categorias Sócio-Ocupacionais 2000	Tipologia Socioespacial					Total
	1-Superior Médio	2-Médio	3-Popular Operário	4-Operário Popular	5-Agrícola	
1-Dirigentes	7.3	3.2	1.1	0.5	1.1	1.8
2-Profissionais de nível superior	19.4	7.6	2.8	1.6	3.6	5.0
3-Pequenos empregadores	10.0	4.7	2.1	1.9	2.8	3.3
4-Ocupações médias	34.7	29.2	20.9	13.7	13.5	19.8
5-Trabalhadores do terciário especializado	13.7	19.2	19.4	17.8	12.9	16.3
6-Trabalhadores do secundário	6.9	19.6	32.8	34.4	25.1	25.9
7-Trabalhadores do terciário não Especializado	6.7	14.1	19.4	21.7	15.2	16.2
8-Trabalhadores agrícolas	1.4	2.4	1.5	8.3	25.8	11.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Categorias Sócio-Ocupacionais 2010	Tipologia Socioespacial					Total
	1-Superior Médio	2-Médio	3-Popular Operário	4-Operário Popular	5-Agrícola	
1-Dirigentes	5.0	2.2	0.8	0.3	1.1	1.9
2-Profissionais de nível superior	22.2	8.9	4.4	1.7	6.2	8.6
3-Pequenos empregadores	5.0	3.3	1.0	0.4	1.8	2.4
4-Ocupações médias	35.6	29.0	20.5	14.2	16.6	23.5
5-Trabalhadores do terciário especializado	12.3	17.0	16.7	14.2	11.6	14.5
6-Trabalhadores do secundário	10.8	24.8	35.5	44.2	29.8	28.0
7-Trabalhadores do terciário não Especializado	7.8	13.7	17.0	22.5	13.5	14.1
8-Trabalhadores agrícolas	1.3	1.1	4.1	2.5	19.3	7.1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE, Microdados dos Censos demográficos 1991, 2000 e 2010.

Organização do Observatório das Metrôpoles.

O quadro de polarização socioespacial da riqueza e da pobreza na RMM também pode ser identificado quando se analisa especificamente as condições salariais dos moradores no território metropolitano maringaense (Tabela 4.7).

Tabela 4.7 – Total de moradores por faixa de renda mensal em salários mínimos, segundo a tipologia socioespacial do local do domicílio da RMM-2010

Tipo	Rendimento em função do salário mínimo									Total
	Menos 1	1 ---2	2 ---3	3 ---4	4 ---5	5 ---10	10 --20	Mais 20	Branco	
1-Superior Médio	29622	25870	11785	8167	3946	11985	5635	2793	10240	110042
2-Médio	46153	53495	19038	9846	5134	9003	2387	973	20277	166305
3-Popular Operário	60215	75782	20490	7775	3154	4295	688	176	27136	199712
4-Operário Popular	13842	16858	3343	1137	332	281	21	12	6775	42599
5-Agrícola	60554	77203	18095	6753	3039	5965	1497	641	24514	198260
Total	210385	249208	72751	33677	15606	31528	10228	4594	88942	716918
Percentual	29.3	34.8	10.1	4.7	2.2	4.4	1.4	0.6	12.4	100.0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Observatório das Metrôpoles.

A análise da distribuição das faixas de renda nos tipos socioespaciais mostra onde está a maior concentração da população com menores salários: no *Agrícola* (60.554 moradores com até 1 SM e 77.203 com até 2SM); no *Popular operário* (60.215 moradores com menos de 1 SM e 75.782 com até 2 SM); e no *Médio* (46.153 moradores com até 1 SM e 53.495 com até 2 SM); mas também em Sarandi, se observarmos, em seus 42.599 moradores do *Operário popular* que ocorre somente nesse município, 13.842 com até 1 SM e 16.858 com até 2 SM. Por outro lado, as maiores concentrações de moradores com altos salários estão assim distribuídas: o *Superior médio* acolhe os moradores com salários acima de 5 até 20 ou mais SM (de 5 a 10 SM: 11.985 moradores; de 10 a 20 SM: 5.635 moradores; mais de 20 SM: 2.793 moradores); o *Médio* vem em segundo lugar (de 5 a 10 SM: 9.003 moradores; de 10 a 20 SM: 2.387 moradores; mais de 20 SM: 973 moradores); em seguida aparece o tipo *Agrícola* (de 5 a 10 SM: 5.965 moradores; de 10 a 20 SM: 1.497 moradores; mais de 20 SM: 641 moradores); e só por último aparecem o *Popular operário* e o *Operário popular*, com números menos expressivos.

No percurso da apresentação destes números, vemos a predominância dos baixos salários tanto no tipo *Agrícola* quanto no *Popular operário*; e, ao mesmo tempo, a predominância dos salários mais elevados tanto no *Superior médio* quanto no *Médio*, mas também no tipo *Agrícola*. A imagem socioespacial do primeiro predomínio é a dos trabalhado-

res do campo mecanizado e da indústria rural ou urbana; a imagem do segundo predomínio é a dos grandes empregador urbano e proprietário de terras rurais; todas as duas imagens são de tendências muito presentes na região.

3.2. Categorias sócio-ocupacionais em relação aos tipos socioespaciais em 2010.

Observemos a Tabela 4.8 para a análise do banco de dados obtido a partir dos resultados dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010. A análise de correspondência binária (ACB) para a RMM foi desenvolvida considerando o número de indivíduos classificados em cada uma das 24 categorias sócio-ocupacionais dentro de cada uma das 52 APONDS da RMM.

Tabela 4.8 – Densidade relativa dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais da Região Metropolitana de Maringá-2010

NOME	Superior Médio	Médio	Popular Operário	Operário Popular	Agrícola
	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 5
CAT10	0.2	0.2	0.6	0.4	2.7
CAT21	2.8	1.2	0.4	0.1	0.6
CAT22	1.7	0.7	0.9	1.0	1.0
CAT23	3.4	1.5	0.2	0.0	0.2
CAT31	2.1	1.4	0.4	0.2	0.8
CAT32	1.3	1.2	0.8	0.7	0.9
CAT41	3.4	0.9	0.4	0.1	0.5
CAT42	2.4	1.1	0.6	0.3	0.6
CAT43	3.3	0.6	0.4	0.0	0.8
CAT44	2.1	1.0	0.5	0.3	1.0
CAT51	1.4	1.2	1.0	0.6	0.7
CAT52	1.6	1.2	0.8	0.5	0.7
CAT53	1.6	1.3	0.8	0.8	0.7
CAT54	1.3	1.2	0.9	0.5	0.9
CAT55	2.6	1.0	0.6	0.3	0.6
CAT61	0.9	1.2	1.1	1.0	0.8
CAT62	0.8	1.2	1.2	0.9	0.8
CAT63	0.6	1.1	1.3	1.4	0.9
CAT71	0.4	1.0	1.3	1.7	1.0
CAT72	0.4	0.9	1.2	1.1	1.3
CAT73	0.4	0.9	1.3	1.1	1.1
CAT74	0.4	0.9	1.3	2.3	0.9
CAT81	0.5	0.9	1.2	1.9	1.0
CAT82	0.8	0.9	1.1	1.1	1.1

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010. Observatório das Metrôpoles.

Portanto, a análise fatorial associada à classificação hierárquica foi concluída e foram classificados cinco grupos (tipos sócio-ocupacionais) para a Região Metropolitana de Maringá, representando sua estrutura socioespacial em 2010, nomeados de acordo com suas especifi-

idades da seguinte forma: Tipo1: *Superior médio*, Tipo2: *Médio*, Tipo3: *Popular operário*, Tipo4: *Operário popular*, Tipo5: *Agrícola*. A Tabela 4.8 apresenta esta classificação, considerando as densidades relativas de cada uma das categorias com relação à população ocupada da região, com apresentação do perfil dos tipos socioespaciais considerando as categorias sócio-ocupacionais. A densidade básica é 1 e qualquer índice abaixo ou acima indica menor ou maior presença relativa de uma certa categoria (CAT) naquele tipo.

O que caracteriza cada um dos tipos sócio-ocupacionais poderia ser resumido com as seguintes explicações: no tipo *Superior médio* preponderam moradores das classes altas, e médias altas, dotadas de grande capital econômico e cultural, exercendo atividades como dirigentes, intelectuais, empregadores e, ainda, ocupações médias; no tipo *Médio*, residem as classes médias, possuidoras de menos capital econômico e cultural que as classes altas, mas também atuando em ocupações dirigentes e empregadoras; por fim, as categorias populares, operárias e agrícolas conformam a classe popular, composta pelo tipo *Popular operário*, onde predominam trabalhadores ocupados no terciário incluindo o comércio, portanto o especializado, mas, também, o não especializado; pelo *Operário popular*, com predominância de moradores trabalhadores nas atividades do secundário em especial os operários da indústria da construção civil e também do terciário não especializado, principalmente os trabalhadores domésticos; por fim esse estrato social se compõe ainda do tipo *Agrícola*, onde moram ocupados em atividades agrícolas.

A seguir apresenta-se um quadro resumo com os nomes das áreas espaciais, também já classificadas segundo a tipologia socioespacial que as caracteriza para o período 1991 a 2010 bem como com o total dos moradores em cada área (Quadro 4.1). Observa-se que o tipo *Superior médio* e o *Médio* ampliam sua área territorial abrangendo, em 2010, um número maior de áreas de ponderação que no período anterior. Ao contrário, os territórios de tipo *Operário popular* e *Agrícola*, que ainda são caracterizados como tal em função de sua estrutura sócio-ocupacional, sofreram perda relativa de participação demográfica regional. Ou seja, há um número menor de moradores nestas áreas atuando em ocupações que as caracterizam: em 1991 as ocupações agrícolas significavam 43% das ocupações dos aí residentes, mas, em 2010, alcançam apenas 28% do total. O mesmo em relação ao tipo *Operário popular* que agregava 13% dos moradores nesse tipo e, em 2010, são apenas 6%.

Isso se explica pelas características da estrutura ocupacional da região metropolitana de Maringá e das recentes transformações nela ocorridas, indicando a permanência do modelo histórico de organização social neste território. A atual RMM coincide com tal modelo, esse padrão de desenvolvimento econômico também evidenciado no nível do país, no qual se destaca o incremento das categorias médias em detrimento do aumento da base da pirâmide social.

A análise da ordem urbana brasileira e do desenvolvimento urbano-regional, sob a ótica da mudança, relaciona-se aos pressupostos teóricos que explicam as transformações urbanas como resultado do impacto da economia. A literatura econômica e a política nacional apontam para mudanças positivas ocorridas nas condições econômicas e sociais do país a partir de 2000, ainda que alicerçadas num capitalismo periférico que incorpora as condições para a reprodução do capital. Uma das transformações refere-se ao arrefecimento da heterogeneidade do perfil social brasileiro (SANTOS, 2011). Busca-se saber se essas mudanças provocaram algum impacto na estrutura social brasileira, para identificar como elas repercutiram na região de Maringá; por isso, é preciso, quando se analisa essa estrutura social, não apenas partir de uma estratificação de renda, como vários estudos tendem a fazer, mas, acima de tudo, partir de uma estratificação sócio-ocupacional.

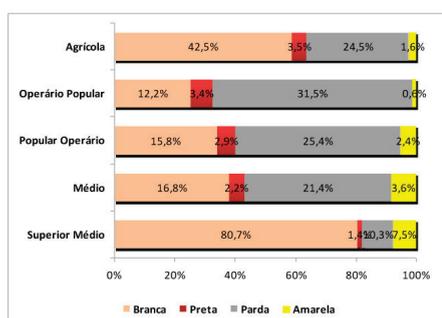
4. Organização social do território segundo cor, escolaridade e rendimento - 1991 a 2010

4.1 Organização social do território e estratificação social segundo cor

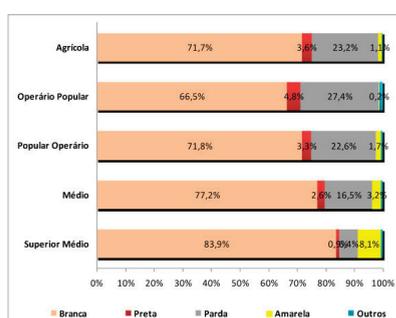
A organização social do território da região segundo a cor da população indica, de um modo geral, que pessoas de cor de pele parda ou preta estão menos presentes nos estratos médios e superiores da região; por outro lado, nos estratos mais baixos ocupam o maior número das posições, como se observa a seguir, há mudanças importantes em relação à composição dos tipos socioespaciais segundo a cor dos moradores, mas os de cor branca continuam sendo maioria no tipo superior: em 1991 eram 80,7%, em 2000, 84% e, em 2010, são 77,5% dos moradores. Por outro lado, os moradores de cor preta são minoria nesse tipo constituindo apenas 1,4% em 1991, 0,9% em 2000 e 2,1% em 2010. Destaca-se que aumentou no período entre 1991 e 2010 a

participação de moradores de cor preta (de 3% para 3,6%) e parda (de 23,5% para 27%) no conjunto da RMM e caiu a dos moradores de cor branca (de 71% para 66%). No tipo operário popular é onde reside o maior contingente de moradores de cor preta (6% do total em 2010) e também de cor parda (43,5% em 2010). Os territórios de tipo agrícola absorvem maioria de população branca, destacando que, nas duas décadas essa presença aumentou, passando de 42,5% para 66,6%, assim como também a população de cor parda que passou de 24,5% em 1991 para 29% em 2010. Confira os gráficos abaixo.

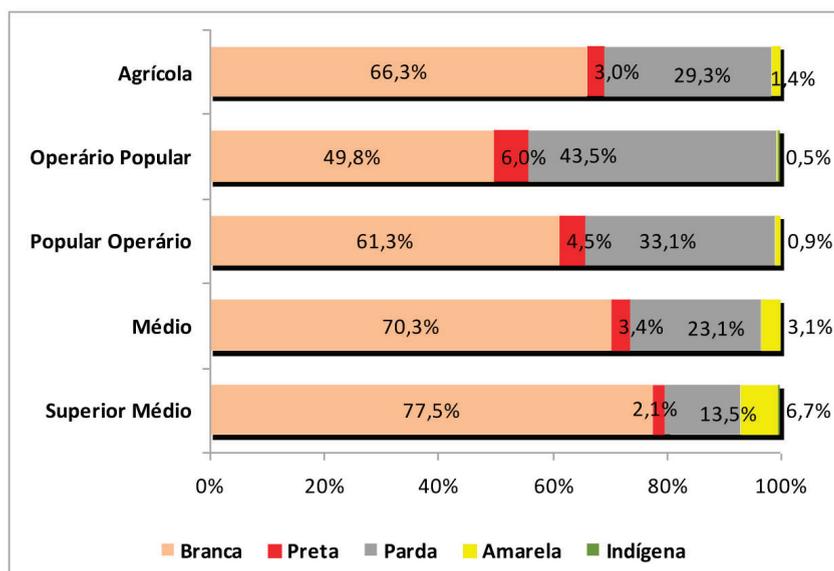
1991



2000



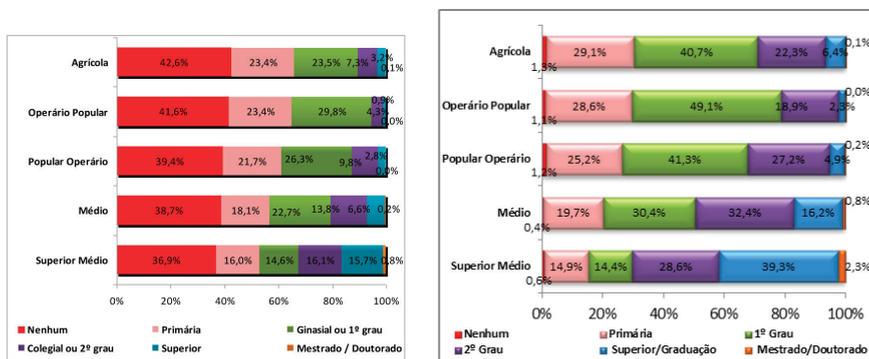
2010



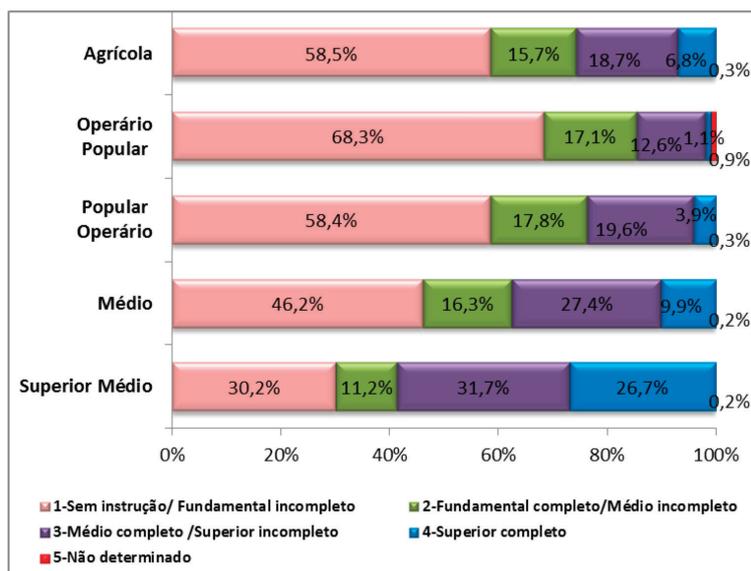
Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Observatório das Metrôpoles.

4.2 Organização social do território e nível de escolarização

A estrutura social da região segundo a escolaridade da população repercute a e na desigualdade socioespacial que caracteriza essa região. O espaço do tipo *Superior médio* é adquirido pela maioria dos moradores de nível escolar superior: dentre os que têm nível superior de escolaridade, a maioria reside neste território: em 1991, 37,2%; em 2000, 29,5%; e, em 2010, foi 43,5% do total de moradores nesse tipo socioespacial. Nos espaços agrícolas a maioria dos moradores tinha, em 2010, fundamental incompleto ou nenhuma instrução (31,2%), assim como também os que tinham no máximo fundamental completo com residência no território de tipo *Popular operário* (31,4% do total). Confira nos gráficos abaixo,



2010



Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Observatório das Metrôpoles.

Considerações finais

A atual organização socioespacial da RMM evidencia a manutenção do histórico processo de segregação que caracteriza esta região. Compreender a gênese e o desenvolvimento desta área metropolitana significa identificar os mecanismos de reprodução do capital que engendraram seu crescimento. Foi a partir de 1980 que o urbano regional se consolidou no âmbito de um intenso processo local de êxodo rural e da crise nacional do modelo de substituição de importação. As configurações recentes indicam a manutenção da histórica coalizão urbana em torno de um projeto de cidade polo que comanda o desenvolvimento do território no sentido de manter o histórico processo de mercantilização da cidade. Tal processo reverbera para toda a região, dado ao alto grau de concentração demográfica, econômica e política no polo metropolitano garantindo que a fecunda aliança entre o poder público e os agentes do mercado imobiliário mantenha o processo de segregação socioespacial como um eficaz componente de produção do território urbano.

A dinâmica regional explicita a permanência do processo de segregação no desenvolvimento urbano-metropolitano desta região, mantido por meio da histórica concentração dos investimentos em áreas de expansão para as elites econômicas, em práticas invariavelmente subordinadas aos interesses mercantis.

A manutenção deste processo se associa à escaramuça da institucionalização da região metropolitana, pois ela não se constitui numa autoridade pública sobre o território metropolitano, inclusive porque, não pode existir autoridade metropolitana sem que haja uma comunidade política capaz de legitimar demandas metropolitanas que se mantenham invisíveis, fora da agenda pública. Deste modo a desigualdade regional é a baliza para o desenvolvimento de cada urbanidade que, não associadas de fato, não constituem força suficiente para buscar a provisão de bens públicos básicos, aqueles que interessam a todos sem beneficiar a ninguém de forma exclusiva, como por exemplo, projetos que distribuam espacialmente os empreendimentos econômicos e rompem a competição entre os municípios, que lidem com a gestão de resíduos sólidos, que viabilizem mobilidade intermunicipal etc.

Os dados apresentados evidenciam o crescimento das classes dominantes e este se associa à incorporação de população solvável, notadamente, profissionais de nível superior e a localização residencial

desses segmentos de moradores nas áreas de tipo Superior Médio e Médio, no município-polo da região, conforme demonstrado pela tipologia socioespacial. A manutenção do processo de segregação na RMM evidencia, portanto, que as mudanças ocorridas não foram capazes de transformar a histórica lógica de desenvolvimento urbano da região sustentada historicamente numa ocupação do espaço voltada à valorização imobiliária do solo e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da cidade no circuito capitalista de reprodução da riqueza. Portanto, na impossibilidade de reverter a desigualdade socioespacial - a expressão concreta da desigualdade que estrutura o espaço urbano - presente no desenvolvimento capitalista que gera o atual urbano-metropolitano brasileiro.

A dinâmica metropolitana dessa região não apresenta singularidades que a distingua das demais RMs brasileiras, pois assim como no conjunto dos municípios metropolitanos do país, essa dinâmica possui vinculações muito estreitas com o seu território, com a sua trajetória urbana e regional e com a subordinação dessa trajetória à mesma agenda neoliberal de desenvolvimento nacional periférico.

Referências

- ARANTES, Otilia *eti ali*. (2000). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ, Vozes.
- BOURDIEU, Pierre (1997). “Efeitos do Lugar”, In A miséria do mundo. Petrópolis, RJ, Vozes.
- _____ (1983). Sociologia. In ORTIZ Renato (organizador); MONTERO, Paula e Alicia AUZMENDI (tradutoras), São Paulo, Ática.
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza y; RODRIGUES, Ana Lúcia (2010). Da tecnocracia à participação popular: A institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto, vol. XIV, nº 331 (40). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-40.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. [20 de fevereiro de 2012].
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza y; RODRIGUES, Ana Lúcia (2012). Segregação socioespacial e a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá – PR (Brasil), Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona, Universidad de Barcelona,

- DIAS, Reginaldo e GONÇALVES, J.H. Rollo (coords.) (1999). Maringá e o Norte do Paraná. Maringá, EDUEM. p. 88-121.
- ESTRADA, Jorge Duque (1961). Terra Crua, [s.n.].
- HARVEY, D. (2004). O novo imperialismo. São Paulo, Loyola.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BRASIL (2012). Base de Dados: Produto Interno Bruto dos Municípios – 1999 a 2010. Brasília, IBGE. Disponível no endereço: <http://www.ibge.gov.br>.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BRASIL (2012). Base de Dados: Domicílios particulares permanentes total e com rendimento domiciliar– 1999 a 2010. Brasília, IBGE. Disponível no endereço: <http://www.ibge.gov.br>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010). Censo Demográfico 2010 Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, IBGE.
- INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – INCT - 2009-2013 (2010). FAPERJ–CAPES–CNPq. Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Rio de Janeiro.
- LESSA, C. & DAIN, S. (1984). “Capitalismo associado algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento”. In: Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, São Paulo, UNICAMP-IE, v. 1.
- LUZ, France (1980). O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. Maringá, A Prefeitura.
- MATEUS, Ana (2007). Indicadores econômicos e sua interpretação. Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra.
- POLANYI, Karl (1980). A grande transformação: as origens da nossa época, Rio de Janeiro, Campus.
- REFUNDINI, Henry Maurici. Análise Fatorial de Correspondência Binária para a construção de uma tipologia social da Região Metropolitana de Maringá – Censo 1980, 1991 e 2000. Monografia de Especialização, Departamento de Estatística-UEM, Maringá, 2011.
- RIBEIRO, Luiz César de Q (2013). Transformações da Ordem Urbana na Metrôpole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles/INCT/FAPERJ- CAPES- CNPq.
- RODRIGUES, Ana Lúcia (2004). A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. São Paulo, PUC (Tese de Doutorado).

SACK, R. D. (1986). Human territoriality: its theory and history. Cambridge, Cambridge University Press.

ZIZEK, Slavoj (org.) (1996). Um mapa da ideologia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf.

Dinâmicas demográficas na região metropolitana de maringá: mobilidade espacial e migração

Sueli de Castro Gomes

Resumo: Este capítulo trata da mobilidade espacial e da migração, a partir do histórico nacional e seus reflexos em Maringá e nos arredores que hoje compõem a Região Metropolitana de Maringá. É dado um destaque especial para o dinamismo econômico da RMM para explicar a atração dos fluxos migratórios e também para realizar a leitura de suas características, especificidades e do seu comportamento socioespacial.

Palavras chave: Mobilidade espacial; Migração; Dinamismo econômico; Região metropolitana de Maringá.

Abstract: The chapter's first part deals with the national history and its effects in the spatial mobility and migration of the municipalities which would come to be the Metropolitan Area of Maringa. The area's economic dynamism is especially highlighted in order to explain its appeal to the migratory flows, as well as to understand its socio-spatial behavior, characteristics and specificities.

Keywords: Spacial Mobility; Migration, metropolitan region of Maringa.

Introdução

Este estudo tem por objetivo compreender o fenômeno do processo de metropolização em curso na RMM. Esta análise considera o fenômeno da migração em seu contexto econômico; ou seja, a análise da migração tem como ponto de partida as condições de produção e das estruturas das relações de trabalho nas sociedades capitalistas no contexto da metrópole liberal periférica. Para alcançar o objetivo proposto, recorreremos ao aporte teórico de Jean Paul Gaudemar (1976), em relação ao conceito de Mobilidade do Trabalho, sob a égide do capitalismo, o qual está fundado nas leituras de Karl Marx e de Michel Foucault.

Foi na década de 1940 que surgiu o município de Maringá no mapa, cartografado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). O empreendimento imobiliário atraiu uma leva de migrantes que tinham o sonho de adquirir seu “pedaço de terra”, ou seja, havia uma busca pela autonomia a partir da propriedade da terra que, portanto, os levavam a adquirir um lote de terra da Companhia. Em *O Cativeiro da Terra* (1979), obra baseada nos imigrantes colonos italianos, os estudos de José de Souza Martins identificam um processo similar, em que, por meio da compra da pequena propriedade, os imigrantes buscavam a almejada autonomia: “... o avanço sobre as novas terras da fronteira agrícola foi conduzido pelos especuladores imobiliários de forma a atender uma aguda demanda de pequenas propriedades agrícolas que já vinha dos anos vinte” (MARTINS, 1979, p.132). A esses primeiros migrantes costumaram-se denominar de pioneiros, associando-os assim a uma imagem heroica e desbravadora, eles traziam consigo um ideário de empreendedores que se mantém até os dias atuais. Assim configura-se o início da história de mobilidade nos municípios que constituem a Região Metropolitana de Maringá (RMM).

1 - Histórico dos movimentos de migração na Região Metropolitana de Maringá

O primeiro grande fluxo migratório foi, portanto, devido aos pioneiros que vinham ocupar o Norte e o Noroeste do Paraná. Os núcleos urbanos eram formados a partir do processo de colonização, seduzidos pela expansão da economia cafeeira. Os migrantes eram paulistas,

mineiros e também nordestinos, além de grupos asiáticos, europeus e seus descendentes, esses adquiriam as pequenas propriedades, tanto urbanas como rurais.

Nesse contexto, a presença maciça dos japoneses e europeus (portugueses, alemães e ucranianos) pode ser compreendida pelo contexto da escala global, pois esses migrantes vinham de países que se envolveram diretamente na II Guerra Mundial. Países que estavam passando por um momento de destruição econômica e reconstrução. Fato que trouxe vários grupos de migrantes diferenciados para Maringá e toda a região. Uma parcela desses migrantes veio diretamente para Maringá, outros tentaram se estabelecer primeiramente em território paulista e depois fizeram uma segunda migração. Essa migração, como no caso dos japoneses e europeus, instituiu uma rede social que permitiu que outras gerações, constituídas pelos filhos ou netos de migrantes, se estabelecessem em Maringá e nos seus arredores. Essa presença de japoneses e seus descendentes é muito marcante na cidade-núcleo, haja vista alguns equipamentos urbanos como praças, clubes, restaurantes, atividades esportivas, muito visíveis na paisagem urbana.

Na década de 1950, o fluxo de migrantes nacionais para trabalhar na lavoura foi expressivo e resultou, em 1959, na instalação de um albergue na cidade de Maringá, para acolher levas de famílias inteiras que eram atraídas pela economia da cafeicultura.

As transformações no campo modificaram o espaço urbano do polo de atração de Maringá, a cafeicultura sofreu declínio nas décadas de 1960 e 1970. A modernização do campo provocou um grande êxodo rural. O processo de modernização subordinou os pequenos agricultores ao padrão das grandes corporações internacionais, das quais eles adquiriam um pacote tecnológico (maquinário e fertilizantes) para produzir no sistema de monocultura, senão eles arrendavam as terras às grandes empresas do agronegócio (Cargill, Cutralle, Bunge etc.). Reforçado pelo modelo modernizador da agricultura, houve um processo de concentração fundiária, no qual pequenos agricultores, endividados pelo sistema creditício instaurado, perderam suas propriedades para os bancos. Dessa forma, assistiu-se à emigração da população da área rural para os maiores centros urbanos, como Maringá, mas com mais intensidade para cidades do interior paulista e, especialmente, para a Metrópole da Grande São Paulo, conforme registra os estudos de MORO e ENDLICH (2003) e BAENINGER (2000).

A policultura e a economia do café foram substituídas pela mono-

cultura da soja e de outros grãos, substituição gerenciada pela agroindústria e pelas cooperativas. A substituição de mão de obra humana por tratores e todo aparato tecnológico empregado no processo de modernização do campo, reduziu o número de trabalhadores do campo, o que implicou na redução do número de habitantes em muitos municípios periféricos predominantemente rurais, pois os trabalhadores mudaram suas residências para as cidades, iniciando a constituição da população urbana (MORO e ENDLICH, 2003).

A compreensão desse processo avassalador contribui para entender o crescimento acelerado da população do aglomerado urbano de Maringá, Sarandi e Paçandu. Assim, a grande leva migratória vinda das mesorregiões norte, oeste e sudoeste paranaense, por conta dos efeitos da modernização da agricultura, deu os primeiros contornos e configurações nas regiões do entorno de Maringá, Londrina e Curitiba. Esse fluxo migratório ampliou-se com a Grande Geada (1975) que destruiu a lavoura cafeeira. Os homens do campo mobilizados em direção ao aglomerado urbano maringaense venderam os seus estabelecimentos para as grandes empresas e cooperativas, passaram a assumir atividades urbanas, especialmente nos setores de serviços e do comércio, como pequenos comerciantes, ou então, como trabalhadores assalariados, tendo somente a sua força de trabalho, e tornaram-se móveis para os agentes do capital.

Rocha (1998) aponta o esvaziamento da população na maioria dos municípios e a concentração populacional no eixo Maringá-Londrina, intermediado por Apucarana, Cambé e Araçongas. Os núcleos urbanos maiores, que possuíam maior diversidade de serviços, apresentaram um expressivo crescimento populacional. Esses aglomerados urbanos são classificados pelo IBGE como capitais regionais¹, como é o caso de Maringá, e se tornaram polos de atração e concentração, recebendo a população oriunda dos núcleos menores.

Para a região de Maringá, a mecanização agrícola desencadeou, entre outros fatores, o processo de industrialização. Pois, parte das in-

¹ A Rede Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) organizou uma análise do processo de metropolização no Brasil num projeto desenvolvido para o Ministério das Cidades em que classifica os espaços metropolitanos da rede urbana brasileira. A RMM foi classificada no grupo 6, de categoria “não-metropolitana” considerando as variáveis: número de habitantes, movimento pendular, total de empresas, empregos, agências bancárias, operações financeiras (2007). Em 1998 foi instituída por uma Lei Estadual a Região Metropolitana de Maringá, posteriormente, ampliada por leis complementares (ver primeiro capítulo deste livro).

dústrias que se instalavam nessa região em estudo era para abastecer as necessidades do campo, como por exemplo, fertilizantes e maquinários, ou então, para as atividades relacionadas a produção de alimentos, madeireira, ou bens de consumo primários com pouca diversidade de gêneros, conforme apontam os estudos de Moro (2003). Tanto em São Paulo como no Paraná, o impulso ao processo de industrialização para o financiamento da infraestrutura foi proveniente da economia cafeeira (TRINTIN, 2006). Vejamos os dados de 1970 em que havia 3.499 postos de trabalho na indústria, havendo um crescimento para 15.091 postos em 1985 (DINIZ apud BORGES e ROCHA, 2009 p.121).

Nesse período, a migração do campo para cidade foi intensa, engrossando as periferias, acelerando o processo de conurbação e a formação metropolitana de Maringá. De acordo com Rocha (1998), o núcleo de Maringá polariza capital e força de trabalho, enquanto que nas adjacências estão as cidades satélites, reservatórios de mão de obra, ou seja, homens “móveis” que sem qualificação procuram no centro hegemônico um emprego sazonal e precário. Assim, as cidades de Sarandi e Paiçandu apresentam maior índice de crescimento demográfico em razão do número de migrantes que veem nesses municípios a possibilidade de habitar, pois, como cidades-dormitório, oferecem menor custo de moradia (BORGES, 2009).

Dessa maneira realizou-se a inserção precária da mobilidade dos homens expulsos do campo, formando um proletariado rural residente nas periferias, adaptando-se ao rearranjo espacial das atividades econômicas, orientadas aos investimentos nas cidades e exprimindo a “racionalidade macro-econômica do processo técnico” da industrialização (SINGER, 1990, p.33).

A partir de 1970, iniciaram-se ações no planejamento nacional, no sentido de estimular a desconcentração industrial. Ampliavam-se investimentos em setores complementares a estrutura produtiva e desse modo implantavam-se indústrias fora do eixo dinâmico (São Paulo-Rio de Janeiro) com o propósito de integrar as regiões brasileiras e desconcentrar a economia. Ao longo da década de 80 do século XX houve uma estagnação econômica, o que explica a redução das migrações inter-regionais e a multiplicação de deslocamentos de curta distância (MARTINE, 1992, p.61). As grandes metrópoles deixaram de ser o principal destino dos fluxos migratórios e, em contrapartida, as chamadas “cidades médias” das áreas mais prósperas do Centro-Sul tiveram um índice de ritmo de crescimento demográfico e econômico

acima da média nacional. No Governo Collor, houve uma abertura comercial que afetou as cadeias produtivas tanto no ramo industrial como agrícolas, a redução das exportações de manufaturados, a debilidade fiscal dos governos estaduais e federal, levando à queda acentuada nos investimentos relacionados à infraestrutura econômica, conforme estudos de Wilson Cano (1998). O ideário neoliberal estimulou a concorrência entre as localidades para a atração de investimentos privados, levando à denominada “Guerra Fiscal”, e a lógica passou a ser a sobrevivência dessas localidades mais aptas a receber os investimentos. Nesse bojo, entendemos o crescimento da Região Metropolitana de Maringá e a nova dinâmica da mobilidade populacional em seu território.

Nesse período, a figura dos “trecheiros”, pardais ou itinerantes estudados por Vieira (2007, p. 155) surgiram na paisagem urbana das áreas metropolitanas com mais intensidade a partir desse momento. Os usuários do Albergue Santa Luiza de Marilac em Maringá foram se modificando, e cada vez mais os itinerantes ocupando o espaço que antes fora projetado para migrantes trabalhadores rurais expulsos do campo. Os migrantes, geralmente, sem nenhuma ou pouca qualificação e escolaridade, exigindo baixa remuneração, recorrem ao albergue que os acolhe por três dias, e em alguns casos esses homens quando empregados continuam hospedados até receber o primeiro salário. As políticas públicas nesses territórios metropolitanos são de “ações policiais, atuação de assistentes sociais das prefeituras, entrega de passagens de volta aos indesejáveis: generaliza-se uma política de ‘fossos’ contra os que buscam o trabalho agora visto como escasso” (PÓVOA NETO, 2007, p.55), ação conforme constatamos em nosso trabalho de campo no albergue de Maringá.

Os estudos têm demonstrado que o fenômeno da migração e suas dinâmicas estão relacionados com as ações políticas locais. A título de exemplo, constatam-se ações “assistenciais” desenvolvidas diariamente pela Prefeitura, que consistem em disponibilizar um veículo para levar os migrantes do albergue (itinerantes, trabalhadores temporários ou dependentes químicos) para a Rodoviária, a fim de retornarem para suas cidades ou outros destinos que queiram; política esta que conta com a colaboração do empresariado dos transportes doando a passagem. Essa prática da gestão pública de exclusão ajuda a maquiá os dados positivos do Índice de Desenvolvimento Humano do município-polo da RMM, para que este possa estar entre os melhores do Brasil.

Enfim, a essa população não há uma política pública de inserção e sim de acentuação da exclusão e segregação socioespacial.

Em meados de 1990 ganhou visibilidade outro movimento populacional, constatou-se que mais de dois milhões de brasileiros tinham deixado o país com destinos diversos, ou “para os países do Primeiro Mundo”; ou para o Japão, motivados pela “política migratória voltada aos descendentes de imigrantes japoneses”; ou mesmo “para territórios fronteiriços, particularmente Paraguai” (PATARRA, 2005, p. 358-359).

A nossa opção nessa pesquisa é dar visibilidade aos migrantes que partiram da Região Metropolitana de Maringá ou da escala estadual do Paraná, para entender um movimento mais recente do século XXI, que é a migração de retorno. Pois consideramos que o movimento de retorno atual contribui também para o contínuo crescimento da RMM e que sua contribuição não se caracteriza apenas pelo número de migrantes, mas também pelo pecúlio que trazem do seu trabalho investindo em imóveis e em atividades econômicas como restaurantes, no ramo do comércio, serviços, destacadamente. Todavia, no movimento de ida, houve uma significativa participação de migrantes paranaenses que saíram do Brasil, estes migrantes foram mobilizados pelo trabalho e por um salário que lhes geravam um pecúlio, situação não encontrada na área de origem. Eram migrantes de diversas rendas sociais, inclusive das classes médias urbanas, oriundos de Maringá, Londrina e Curitiba, conforme registra Dornelas (2008). Eles eram jovens que tinham como propósito migrar para manter o mesmo padrão de vida adquirido ao longo de gerações, encontravam dificuldades para se inserir socialmente e economicamente, “sem incorrer numa desclassificação social”. Eles eram remanescentes da imigração europeia e japonesa, e alguns tinham dupla cidadania.

Essa mobilidade humana foi delineada por uma política neoliberal nacional, como a da gestão dos Governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso (1990-2003), que trouxe para o país muitos produtos importados, desestimulando as empresas nacionais e os investimentos que pudessem gerar empregos. Essa onda de evasão da população brasileira atingiu também a RMM, quando seus jovens foram mobilizados para se inserir no mercado de trabalho nas fábricas do Japão, na Espanha, Portugal, Itália e nos Estados Unidos, geralmente em empregos informais e precários. No entanto, mesmo nesse período de grande emigração, as regiões metropolitanas, incluindo

a RMM, não deixaram de ter saldo migratório positivo, alimentado principalmente pelos fluxos nacionais. A tendência nesse momento continuava a ser a migração a curtas distâncias conforme apontavam os dados do IBGE. Segundo o Censo Demográfico, a população da RMM em 1991 era de 524.138 habitantes e uma década depois, em 2000, estava em 617.116. Ou seja, a taxa de crescimento populacional na década foi em média de 2,9% ao ano. Enquanto isso, a região metropolitana ganhava a sua institucionalidade por intermédio da Lei Estadual nº 83/98.

Algumas novas indústrias surgiram na Região Metropolitana de Maringá e começaram estimular e atrair migrantes, absorver os primeiros retornos de paranaenses, bem como de outros grupos migratórios. Os paranaenses mobilizados para São Paulo em décadas anteriores viram-se diante de elevados índices de desemprego, o qual chegou próximo dos 20% do PEA na Grande São Paulo², somado a esse fato os problemas urbanos se ampliaram, como o elevado nível de violência e as dificuldades na mobilidade urbana. Desta forma, os paranaenses decidiram migrar novamente para o seu Estado de origem, conforme apontam as entrevistas e os dados de migração de retorno. A RMM foi o terceiro maior aglomerado regional metropolitano a receber esses migrantes.

Essa região foi, desde a sua formação, marcada por intensos fluxos migratórios, mais especificamente, o polo metropolitano absorveu os migrantes, pois esses viam nesse espaço uma possibilidade para se reproduzirem. A última década vivenciou alterações significativas na política e na economia brasileira, o que implicou mudanças no território nas escalas nacional e local. Essa transformação reorientou os fluxos migratórios no território nacional e, também, nas novas dinâmicas da formação metropolitana maringaense.

Diante das demandas e dos constrangimentos impostos pelo movimento liberal de internacionalização, o quadro histórico iniciado na Gestão Lula designou o Estado atender às necessidades pragmáticas de governabilidade, para produzir uma política de novos arranjos de forças e interesses (RIBEIRO, 2013). Nesse cenário, buscamos entender os novos movimentos populacionais que ocorrem na região metropolitana. O ritmo de crescimento populacional foi diminuindo ao

² SEADE-DIEESE, Boletim Anual de 2003. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. In *site* www.seade.org.br

longo do tempo; enquanto no período de 1990 a 2000 a RMM crescia 1,9%, já de 2000 até 2010 cresceu 1,56%, mas, apesar disso, esse índice está acima da média estadual e de cidades como Londrina e Curitiba (MAGALHÃES; CINTRA, 2012). O dinamismo econômico da região metropolitana maringaense é o nosso ponto de partida para explicar a atração dos atuais fluxos migratórios, também para realizar a leitura de suas características, especificidades e do seu comportamento socioespacial.

1.1 Caracterizando as migrações na Região Metropolitana de Maringá

A dinâmica da economia da região metropolitana maringaense é registrada pelos dados do PIB de 2000 a 2010 em que seu valor triplicou. A riqueza da RMM representa 0,32% da riqueza brasileira e 5,42% da economia do Estado do Paraná. A cidade núcleo ou polo dessa região concentra as atividades econômicas de serviços e indústrias gerando um maior número de empregos.

Maringá tem uma economia calcada principalmente no setor de serviços, como na área da saúde, entre outros e um comércio expressivo para atender ao noroeste paranaense e a parte do Norte do Paraná. O ramo da indústria da RMM vem crescendo principalmente na indústria de confecções, na construção civil e no setor alimentício, como os grandes frigoríficos. Essas atividades econômicas são apoiadas por rotas em direção aos importantes centros do país, por rodovias e por aeroporto, estrutura que viabiliza a circulação de mercadorias e de pessoas. Essas atividades econômicas mobilizam uma mão de obra de diversas origens e qualificações.

Em 2011, Maringá foi a terceira cidade do Paraná que mais gerou empregos e a 43^o no *ranking* nacional. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que, somente em 2010, foram 87.047 contratações, sendo que 8.419 foram novas vagas,³ demonstrando uma ampliação do mercado de trabalho, o que mobiliza o trabalhador. Em 2013, o saldo de empregos ainda se manteve positivo, o setor que mais se destacou foi o da construção civil na cidade polo de Maringá. Assim, o mercado de trabalho é um fator de atração significativo para a ampliação de migrantes nas áreas metropolitanas, como é o caso em

³ CAGED – Cadastro Geral de Empregos e Desempregados do Ministério do Trabalho in: portal.mte.gov.br

estudo. Nossas pesquisas identificam alguns movimentos populacionais mais expressivos na RMM, entre eles destacam-se alguns grupos migratórios, conforme distinguimos.

O fato de a RMM ser um polo universitário também acaba desenvolvendo e estimulando a migração, pois parte dos estudantes universitários oriundos de outras regiões do Paraná e Estados brasileiros são universitários que se mantêm na cidade, mesmo com o término da graduação. Eles decidem se fixar e participar do mercado de trabalho de Maringá, pois esses indivíduos, desde que qualificados, muitas vezes não conseguem emprego em sua área de origem, outros querem continuar se especializando, então se estabelecem na cidade polo. Os estudos de Mota (2009) apontam as transformações que o Ensino Superior imprime na economia de Maringá. Ao todo são dez instituições de Ensino Superior – Universidade Estadual de Maringá (UEM) e mais nove instituições privadas (CESUMAR, UNIANDRADE, UNINGÁ, NOBEL, UNIFAMMA, CIDADE VERDE, INSEP, PUC MARINGÁ, FEITEP) que atraem estudantes de vários municípios do Paraná e de outros Estados. No recenseamento de 2010, os estudantes que declaravam autonomia financeira foram considerados parte da população do município e, portanto, foram classificados como migrantes.

Os migrantes paranaenses que retornam, tanto das metrópoles nacionais como de países chamados desenvolvidos, formam o segundo agrupamento. Na primeira década do século XXI, a crise internacional que envolveu os mercados econômicos dos países da Europa diminuiu o potencial de atração de migrantes, estimulando, também, o retorno dos brasileiros para seu território de origem. Nesse contexto houve uma grande leva de paranaenses que retornaram principalmente da Espanha, do Japão, Estados Unidos, seguidos de outros países. No entanto, o seu retorno nem sempre ocorreu para a cidade de origem, mas para os aglomerados, onde a possibilidade de reinserção é maior, como é o caso da RMM⁴.

Outros grupos identificados são os migrantes que vieram para a região de Maringá, oriundos de metrópoles nacionais – Rio de Janeiro e São Paulo. As grandes metrópoles vêm afugentando e gerando uma emigração, por apresentarem custo de vida maior, violência urbana mais elevada, grandes congestionamentos, péssima qualidade de vida e

⁴ Conforme Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC-AF) desenvolvida por Jakeline Mayara Dias da Silva (2013) orientada pela Profa. Dra. Sueli de Castro Gomes.

um menor índice de absorção dessa mão de obra, conforme apontam os últimos índices. Nos anos 70, o saldo migratório da Região Metropolitana de São Paulo atingiu mais de 2,2 milhões de pessoas, enquanto que na década de 80 o saldo migratório negativo foi de 275 mil pessoas, e no período de 1991 e 1996 essa cifra ‘despencou’ para valor negativo próximo a 36 mil pessoas, sendo que o Estado do Paraná é o segundo maior receptor dos paulistanos. Depois disso, esses números foram crescendo e acentuando-se. O censo de 2010 registrou a emigração da RMSP para o Estado do Paraná na ordem de 46.177 migrantes.

Ao considerarmos o migrante para além da migração recente e por origem de nascimento, conseguimos obter outras informações que os caracterizam na cidade núcleo do aglomerado de Maringá. A participação da população migrante se sobrepõe à população natural, pois mostram que 58,3% (208,2 mil habitantes) da população são compostas por migrantes, no município de Maringá. Obtivemos dados, também, segundo a origem dos migrantes por região brasileira para caracterizar o migrante nacional. A cidade núcleo apresentou a maior parte dos migrantes brasileiros oriundos da região Sul (279.178), composto pelos gaúchos, catarinenses e principalmente, os paranaenses, o que aponta para a tendência das migrações de curta distância.

O segundo grupo de migrantes que compõem os habitantes do município de Maringá é o de paulistas, cariocas, mineiros e capixabas, ou seja, eles são oriundos do Sudeste (56.437), em terceiro estão os migrantes nordestinos (10.515 indivíduos), do Centro-Oeste temos 5.163 pessoas e por fim, do Norte brasileiro são 1.760 pessoas.

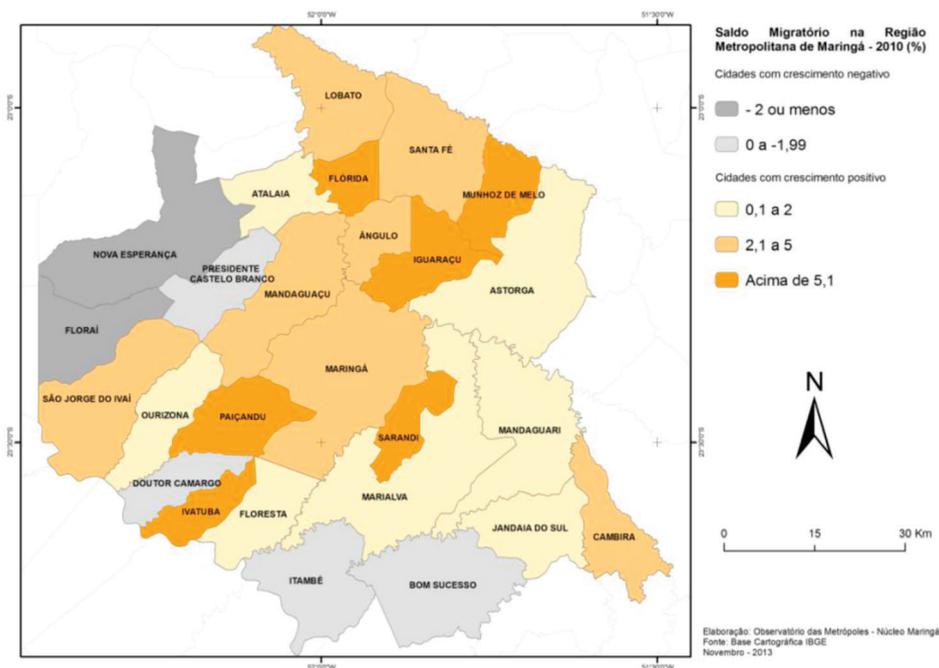
Há, também, uma tendência, constatada pelo IBGE, ao predomínio de uma migração urbano-urbano, especialmente das cidades periféricas para as mais dinâmicas, como estudaram Costa (2010) e Magalhães (2011), fato que gera um esvaziamento de muitos municípios do Paraná. Esses migrantes procuram os aglomerados de Curitiba, Londrina e Maringá, por causa da maior oferta e qualidade nos serviços de saúde, educacionais e equipamentos urbanos que oferecem. Mas, sobretudo, a mobilidade dos paranaenses está na possibilidade de eles se reproduzirem enquanto trabalhadores atraídos por melhores salários, ocupações formais e pela viabilização de melhores empregos.

Os dados quantitativos do censo demográfico de 2010 (IBGE), em relação à dinâmica das migrações, na escala da Região Metropolitana de Maringá, auxiliam na compreensão das novas mobilidades e processos, no desenvolvimento urbano e no crescimento populacional

deste espaço. Os migrantes que residem na Região Metropolitana de Maringá somam um total de 74.302 habitantes, isso representa 10,34% da população total. Vê-se que um décimo da população dessa região é composto por migrantes recentes, conforme apontam os dados do último censo demográfico. Em 2010, o município-polo apresentou um saldo migratório de 10.726 habitantes, o que contribuiu para um crescimento populacional de 2,15% (taxa média geométrica de crescimento) acima do crescimento da RMM de 1,15% e do Paraná 0,88%. Os migrantes recentes representam, na população total em Maringá, 11,95% (40.230 habitantes), seguem os municípios de Sarandi com 11,39% de sua população considerada migrante, Paçandu com 12,33% e Mandaguauçu com 6,29%, considerando-se apenas aqueles que migraram após 2005. Esses quatro municípios participam com 85% do saldo migratório, o que reforça a atração sobre o aglomerado metropolitano.

Ao olharmos os dados sobre o saldo migratório, verificamos que nem todos os municípios da Região Metropolitana tiveram uma taxa de saldo migratório significativa. Vejamos o mapa a seguir:

Figura 5.1 – Mapeamento do saldo migratório na Região Metropolitana de Maringá – 2010



Fonte: Microdados da Amostra, Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Nem todos os municípios da Região Metropolitana de Maringá apresentaram uma taxa migratória positiva no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010). Esse é o caso dos municípios de Nova Esperança (-2,36%), Doutor Camargo (-1,75%), Presidente Castelo Branco (-1,36%), Itambé (-1,96%), Bom Sucesso (-1,83%) e Florai (-4,10%). Esses municípios tiveram esvaziamento populacional, em que o processo de emigração se sobrepôs ao processo de imigração. Esses dados nos despertam a alguns questionamentos sobre a caracterização e a institucionalidade da RMM, pois, por esse indicador de movimento populacional, observa-se que há uma desigualdade entre os municípios da região em relação ao crescimento populacional e suas polaridades: “(...) registram-se profundas discrepâncias no nível metropolitano já que as desigualdades entre os municípios de uma região são brutais” (RODRIGUES, TONELLA, 2010). Outra observação dessa informação é o adensamento intrametropolitano, em que se destacam, notadamente, os municípios de Maringá, que recebeu 40.230 pessoas, Sarandi que recebeu 8.757 e Paiçandu que atraiu 4.132 migrantes, depois seguem os outros municípios que tiveram uma menor participação dos migrantes no seu crescimento populacional.

Existem alguns casos, como o do município de Flórida com uma participação de migrantes de 9,13% da população, explicada pela atividade econômica da indústria alimentícia, como os frigoríficos que foram levados a importar mão de obra de fora da cidade, como aprofundaremos adiante.

Assim, grosso modo, outros municípios como os de Ângulo (2,9%), Cambira (2,71%), Iguaçu (7,44%), Ivatuba (13,07%), Lobato (3,9%), Munhoz de Melo (6,29%) e São Jorge do Ivaí (3,09%), que no passado tiveram um maior número de habitantes, foram marcados por uma intensa evasão de migrantes e atualmente apresentam uma pequena elevação no número de habitantes. Hoje com uma reativação econômica atraem um grupo de migrantes pequeno em número, mas que tem um peso significativo, atuando na dinâmica desses municípios periféricos. Vejamos o caso do município de Ângulo que possui 2.859 habitantes, com a taxa média de crescimento de 0,07% e que atraiu nos últimos cinco anos 255 pessoas, ele apresentou uma taxa migratória de 2,9%, essa situação é exemplar para entender o processo migratório desses municípios menores.

Outro aspecto identificado na caracterização dos migrantes na Região Metropolitana de Maringá e que ajuda a qualificar esse movi-

mento é o destino de residência segundo a tipologia socioespacial da região (RODRIGUES, ACCORSI E SOUZA, 2014). Ao classificarmos o local de moradia dos migrantes na RMM, constatamos que uma parcela, 24,55% dos migrantes, reside na área de tipo *Superior Médio*; seguida da área de tipo *Médio* que concentra 20,86% dos migrantes. A somatória desses dois tipos de áreas corresponde a 45,41% dos migrantes que residem em áreas mais adensadas e de características sociais mais superiores da região metropolitana. Veja a tabela:

Tabela 5.1 – Local de residência dos migrantes na RMM segundo a tipologia socioespacial – 2010

Tipo socioespacial	Número de Imigrantes	%
Superior médio	18239	24,55
Médio	15500	20,86
Popular Operário	18.554	24,97
Operário popular	4820	6,49
Agrícola	17.189	23,13
Total:	74302	100

Fonte: Microdados da Amostra do IBGE, Censo Demográfico de 2010.
Organização: Observatório das Metrôpoles, 2014.

Na área de Tipo *Superior médio* residiam 8,67% da população ocupada, em 2010 e havia, portanto, maior participação da população ocupada consistindo em 15,83% dos trabalhadores. Essa área é constituída pelo centro da cidade polo da região, formado por bairros como as Zonas 2, 3, 4 e as proximidades ao campus da Universidade estadual de Maringá – UEM (Zona 07 e adjacências). Há uma verticalização acentuada nessa área e um intenso adensamento demográfico. A grande presença desses migrantes nessas áreas pode ser explicada por algumas variáveis. Primeiro fator, a busca por residir em áreas centrais está relacionada, em geral, à proximidade com o local de seu trabalho e ao fácil acesso aos equipamentos urbanos e aos serviços disponíveis. Segundo fator, muitos estudantes universitários tornam-se migrantes na região, como já discutimos anteriormente. Na composição de seus moradores, encontramos categorias como os profissionais de nível superior, dirigentes e pequenos empregadores em destaque. Uma parte dos migrantes de retorno é oriunda da classe média, e são qualificados e escolarizados, quando esses retornam das grandes metrôpoles e de países industrializados, trazem um pecúlio e buscam investir em em-

preendimentos como restaurantes, lojas, outras formas de comércio e imóveis, assim, podemos entender a grande participação dos migrantes residindo nessas áreas. Nesses migrantes que residem no *Superior médio* encontram-se mão de obra qualificada.

Alguns vieram transferidos por empresas, outros estão realizando novos investimentos na cidade-polo, outros são concursados em serviços públicos (bancos, universidade, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário etc.). Há na área de tipo *Superior médio* um grande número de moradores que trabalham com ocupações médias, intelectuais, empregadores e dirigentes, são distritos como as Zonas 5, 6, 8, Vila Santo Antonio, áreas próximas da Av. Mandacaru, Cidade Alta Condomínios e Zona Industrial. Os migrantes de menores rendas se estabelecem nas áreas centrais, também: em torno da UEM há uma série de edificações voltadas para atender a moradia estudantil da universidade, no entanto, encontramos nessas residências também migrantes que vieram para trabalhar na construção civil, e outras atividades de menor remuneração e alugam essas moradias mais baratas. Enfim, o crescimento econômico da RMM mobiliza pessoas para o trabalho e essas se estabelecem nos espaços centrais da região, o que dinamiza e valoriza o espaço urbano.

Em áreas de tipo *Agrícola*, onde residem 23,13 % dos migrantes, e nas áreas de tipo *Popular Operário e Operário Popular*, onde moram mais de 31%, encontram-se os migrantes que foram mobilizados para trabalhos com menos qualificação. Essas áreas correspondem a municípios como Marialva e Astorga, Sarandi e Paiçandu, os quais mobilizam um migrante voltado para trabalho de menor remuneração, menos escolarizado, que possui menor renda e que, portanto, não consegue residir nas áreas mais centrais, por essa significar um maior custo. Dessa maneira, identificamos que os migrantes de Maringá revelam um espaço social segregado, quando observamos seu local de residência de modo geral. A Tabela 5.1 mostra os tipos socioespaciais que menos receberam migrantes na região metropolitana, pois esses apresentam uma dinâmica econômica diferenciada. Os que apresentam menor presença de migrantes são: *Operário popular* com apenas 6,49% dos migrantes, que corresponde à Área de Ponderação (APOND) da parte norte de Sarandi (Parque Alvamar); e algumas áreas agrícolas como em Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu e no noroeste de Maringá (Olímpico). Essas áreas pouco absorvem a mão de obra, nelas há trabalhadores que exercem atividades agrícola-

las que não geram empregos, ou há pequenas propriedades em que trabalham famílias inteiras.

Identificamos na cidade polo maringãense o número de 2.263 estrangeiros, sendo que 1.149 são estrangeiros naturalizados, segundo o censo de 2010 (IBGE). No início da década de 20 do século XXI, temos assistido a chegada de um novo fluxo nessa região de Maringá, que são os haitianos. Essa dinâmica recente o censo demográfico de 2010 não conseguiu registrar, pois esse movimento ocorreu posterior à coleta de dados. Os haitianos são trazidos e agenciados principalmente pelas empresas frigoríficas (como a GT Foods), seguidos de outras grandes empresas (Noma, Romagnoli etc) da região, que estão com falta de mão de obra para essa atividade. Eles entram na RMM por meio dessas empresas e uma parte deles é mobilizada para outros empregos nos setores de serviços, da construção civil ou do agronegócio (Usina Santa Teresinha e outros). A função que esses migrantes exercem é considerada insalubre, uma vez que se exige que esses homens trabalhem em câmaras frigoríficas, em baixas temperaturas; logo esses trabalhadores móveis submetem-se a todo tipo de intensidade e ritmo diferente dos trabalhadores locais, que conseguem se inserir em atividades menos precárias.

A presença dos haitianos é explicada por uma política em escala federal de acolhimento aos migrantes, determinada na gestão do atual Governo Federal (2010-2014), e conciliada a uma necessidade do empresariado local para o desenvolvimento econômico das grandes empresas e, portanto, da reprodução ampliada do capital, o que leva à aceleração da economia regional. Esses empresários da indústria alimentícia recrutam os haitianos e os alojam para atender às necessidades de suas empresas. Esse é o caso dos municípios de Flórida e de Sarandi, que têm, respectivamente, 15,24% e 11,39% da população composta por imigrantes recentes. Existem outros estrangeiros inserindo-se na RMM, como os portugueses, oriundos de um país que sofre profunda crise econômica, palestinos, latinos (principalmente chilenos e peruanos), africanos ou até mesmo filhos de paranaenses nascidos fora do país e que retornam com seus pais⁵. Também encontramos recente fluxo de Senegaleses e de uma comunidade da

⁵ Dados encontrados no cadastro da Igreja Católica, disponibilizados pela ARAS Associação de Reflexão e Ação Social, apoio da *Cáritas* em Maringá e pesquisa de Iniciação Científica de Jakeline Mayara Dias da Silva, sob orientação da Profa. Dra. Sueli de Castro Gomes.

República Dominicana em Sarandi, inseridos no mesmo processo de mobilidade na RMM, conforme observações realizadas em Trabalho de Campo em junho de 2014, por meio de entrevistas concedidas por liderança da Pró-Associação de Haitianos de Maringá. Desse, modo entendemos que os dados demográficos do censo, nesse contexto e momento nos ajudam pouco, pois esse fluxo migratório está sendo intenso, diário e significativo. Esses migrantes vêm enfrentando as mais diversas barreiras no espaço metropolitano de Maringá, como a exigência de um fiador para alugar uma casa, sendo que as imobiliárias exigem que esse fiador seja residente na cidade ou nas proximidades. As empresas que agenciam e trazem esses migrantes não se comprometem com essa situação da demanda por moradia, de modo geral. Ao caracterizar os migrantes na Região Metropolitana de Maringá por sua renda descobrimos o nível de pobreza que esses migrantes estão sujeitos. Vejamos a tabela de rendimento mensal dos migrantes por município (Tabela 5.2), conforme registrou o censo de 2010. Os dados revelam que, no município de Ivatuba (renda de R\$ 406,00), o migrante não ganha sequer 1 (um) salário mínimo em média ao mês (cujo valor era 510 reais, em julho de 2010), município que tem um dos maiores crescimentos urbanos e registra um grande porcentual de saldo migratório (5,1%). Encontramos os municípios como, Atalaia (R\$ 512,47), Ângulo (R\$ 527,09), Lobato (R\$ 532,32) e Flórida (R\$574,00) compondo com Ivatuba, as menores rendas mensais. Na maior parcela dos municípios, o migrante recebe em média, a importância de 1 a 2 salários mínimos. Apenas em dois municípios o migrante recebe mais que dois salários mínimos: Jandaia do Sul com R\$ 1.035,00 e Maringá com a importância de R\$ 1.269,57, em média. Assim, constatamos que no município-polo situam-se os migrantes com maior renda, mas por outro lado é o município com o maior custo de moradia.

Tabela 5.2 – Renda Média Mensal dos Migrantes nos Municípios da Região Metropolitana de Maringá (em R\$) – 2010

Municípios	Rendimento médio mensal dos migrantes (jul. 2010)
Ângulo	527,09
Astorga	894,36
Atalaia	512,47
Bom Sucesso	674,47
Cambira	620,02
Doutor Camargo	715,53
Florai	684,30
Floresta	662,94
Florida	574,92
Iguaraçu	754,33
Itambé	620,51
Ivatuba	406,80
Jandaia do Sul	1035,76
Lobato	532,32
Mandaguaçu	804,36
Mandaguari	797,38
Marialva	754,43
Maringá	1269,57
Munhoz de Melo	637,80
Nova Esperança	786,60
Ourizona	711,78
Paçandu	688,80
Presidente Castelo Branco	668,85
Santa Fé	740,55
São Jorge do Ivaí	760,74
Sarandi	600,62

Fonte: Microdados da Amostra do IBGE, Censo Demográfico de 2010.
Organização: Observatório das Metrôpoles, 2014.

Os migrantes da cidade polo estão residindo nas áreas centrais e ganham em média 2 (dois) salários mínimos mensais no Município de Maringá, isto significa que, nas áreas de tipo *Superior médio* e *Médio*, encontramos tanto o migrante qualificado, como o migrante que assume os trabalhos mais precários e possuem as menores rendas.

Se pensarmos na escala da RMM, é importante destacar o que significam esses migrantes para a dinâmica urbana, como revela os estudos de Borges e Rocha (2009). Os autores registram que uma parcela dos migrantes ocupa as cidades periféricas e trabalha na cidade núcleo do aglomerado urbano, Maringá. Eles geram uma intensa mobilidade pendular, denominada por Rocha (1998) de micromobilidade. Os estudos atuais entendem que a migração intrametropolitana deve considerar as distintas escalas de compreensão, a dimensão socioeconômica (núcleo e periferia) e a dimensão referente à segregação socioespacial: “Estas três dimensões da mobilidade intrametropolitana expressam os deslocamentos das classes sociais no espaço metropolitano, independente da condição migratória” (JARDIM, 2005, p. 375). Ou seja, não se pode tratar os movimentos migratórios como homogêneos, mesmo em áreas segregadas, pelo fato de que a mobilidade intrametropolitana corresponde aos movimentos da economia e da sociedade.

Considerações Finais

Há novos movimentos migratórios constituindo-se no território nacional por conta do crescimento econômico que o Brasil obteve nos últimos anos. Encontramos uma mobilidade da população muito intensa no Norte do Paraná. Esses espaços têm uma história demarcada por novas polaridades. Enquanto muitos municípios do Norte do Paraná tiveram uma redução expressiva de habitantes, encontramos em outros uma polarização e um crescimento significativo, como observamos na Região Metropolitana de Maringá. Essa dinâmica está vinculada ao seu perfil econômico instalado: uma grande atividade comercial, novas empresas e atividades econômicas que se instalam nos municípios da RMM. Esse dinamismo econômico desencadeia outras atividades, como a da construção civil, elevando a todo vapor o setor imobiliário.

Essas atividades econômicas absorvem grande mão de obra e mobilizam a força de trabalho oriunda do território nacional, mas principalmente do Estado do Paraná. Muitos dos estrangeiros saem de países que não oferecem condições de permanência e, portanto, são forçados a migrar. Essas pessoas que foram mobilizadas recentemente buscam inserir-se na região, inserindo-se em um mercado de trabalho crescente. Apesar de encontrarmos diversos processos e especificidades de cada grupo migratório, em diferentes tempos e oriundos

de diferentes espaços, os migrantes continuam a ser mobilizados pelo desenvolvimento e ampliação do capital na Região Metropolitana de Maringá.

Há uma relação intrínseca entre a mobilidade espacial da população e a organização social do território da Região Metropolitana de Maringá, essa relação permite entender o processo social marcante na produção do espaço urbano. As transformações da sociedade, dos modelos econômicos e das atividades produtivas delineiam os novos fluxos migratórios para a região metropolitana. Esses novos contingentes populacionais no território, além de modificar a estrutura demográfica, demandam novas políticas públicas que devem permitir o acesso dos migrantes à educação, saúde, transporte, trabalho digno e a todos os equipamentos da cidade.

Nossos estudos constatam, pela absorção e atração dos novos fluxos migratórios, a inserção da Região Metropolitana de Maringá em uma nova dinâmica para a estrutura produtiva, o que constitui novas territorialidades. No âmbito de uma economia global, encontramos o território da RMM no que diz respeito aos fluxos migratórios, conectado a outros espaços, em que circulam homens e mercadorias. Esses homens móveis são a chave mestra do desenvolvimento econômico da RMM. Esse movimento humano vem dinamizar e acompanhar as transformações produtivas no território maringaense, no bojo da globalização.

Referências

- BAENINGER, Rosana (2000). *Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Perdedores nas Migrações Recentes Brasil, 1980-1996*. Unicamp- NEPO, Campinas.
- BORGES, Willian e ROCHA, M.A (2009). “Mobilidade centrada no trabalho e o processo de periferização no aglomerado urbano de Maringá”. In: *Geografia Urbana e Temas Transversais*. Maringá, UEM.
- CANO, Wilson (1998). *Desequilíbrios Regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 - 1995*. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 2ª ed..
- COSTA, Fabio Rodrigues (2013). *A Noção de Municípios Periféricos: contradição e desigualdade no Estado do Paraná*, Maringá, UEM.
- DINIZ, Clélio Campolina (1993). *Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização*. In: *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.3, n 1.

- DORNELAS, Sidnei Marco (2008). Famílias de Emigrantes no Norte do Paraná. In: Revista Travessia, São Paulo, CEM.
- JARDIM, Antonio Ponte (2005). “Mobilidade Intrametropolitana no Rio de Janeiro”. In: FERREIRA e PÓVOA-NETO (Org.). Cruzando Fronteiras Disciplinares, Rio de Janeiro, Revan FAPERJ.
- MAGALHÃES, M. V.; CINTRA, A. P. de U (2012). Dinâmica Demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios, In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 122, pp.263-291, jan/jun.
- MARTINI, George (1992). Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil, Determinantes e Implicações. Brasília, Instituto SPN.
- MARTINS, José de Souza (1979). O Cativo da Terra. São Paulo, Editora Ciências Humanas.
- MORO, D. A. e ENDLICH, Angela Marina (2003). “Maringá e a Produção do Espaço Regional”. In: MORO, Dalton Aureo (org.). Maringá Espaço e Tempo, Eduem, Maringá.
- MOTA, Adeir Archanjo (2010). “A Geografia do Ensino Superior: considerações teóricas e o estudo de caso da cidade média de Maringá – PR.”, In MENDES E TOWS (Orgs.), Geografia Urbana e Temas Transversais, Maringá, Eduem.
- PATARRA, Neide Lopes (2005). “Movimentos Migratórios Internacionais Recentes de/para o Brasil e Políticas Sociais – um debate necessário”. In SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.), Travessias na De\$ordem Global – Fórum Social das Migrações, São Paulo, Editora Paulinas.
- PÓVOA NETO, Helion (2007). “Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise”. In SILVA E HEIDEMANN (org.) SIMPÓSIO INTERNACIONAL MIGRAÇÃO: NAÇÃO, LUGAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS, São Paulo, Humanitas.
- RIBEIRO, Luiz César de Q. (2013). Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/INCT/FAPERJ- CAPES- CNPq.
- ROCHA, Marcio Mendes (1998). A especialidade da mobilidade humana: um olhar para o norte central paranaense. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Departamento de Geografia da FFLCH/USP.
- RODRIGUES, A.L.; TONELLA, C. (2010). Retratos da Região Metropolitana de Maringá. Maringá, EDUEM.
- SAYAD, Abdelmalek (1998). A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade, Edusp, São Paulo.
- SILVA, Erica Tavares (2012). Estrutura Urbana e Mobilidade Espacial nas Metrópoles. Tese de Doutorado. UFRJ.

- SILVA, Jakeline Mayara Dias (2014). A migração de retorno em Maringá. Relatório Final de Iniciação Científica, Universidade Estadual de Maringá.
- SINGER, Paul (1990). Economia Política da Urbanização, São Paulo, Editora Brasiliense.
- TRINTIN, Jaime Graciano (2006). A nova economia paranaense: 1970-2000. Maringá, Eduem.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa (2007). “Trecheiros e pardais”, In: SILVA E HEIDEMANN (org.), SIMPÓSIO INTERNACIONAL MIGRAÇÃO: NAÇÃO, LUGAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS, São Paulo, Humanitas.
- O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ (2013). *www.odiário.com.br* acesso em 01 de novembro de 2013.

Desigualdades educacionais e território na região metropolitana de maringá

Ana Carolina Torrente Pereira
Luiz Donadon Leal
Cristine Palma Zochio

Resumo: Os pressupostos dessa pesquisa apontam que as desigualdades escolares possam ser explicadas, entre outros fatores, a partir da configuração socioeconômica do território. Para tanto, realiza-se uma análise das estruturas sociais do território da Região Metropolitana de Maringá (RMM), a partir de dados do Censo 2010 do IBGE e da Prova Brasil para o ano de 2011; com o fim de traçar um paralelo entre a estrutura de desigualdade urbana, presente nesta região, e o desempenho escolar dos alunos do 5º e do 9º ano do ensino fundamental, no ensino público. Faz-se a demonstração em mapas dos níveis de proficiência dos alunos em Matemática e Português, aferidos pela Prova Brasil dos 26 municípios da RMM; e realiza-se uma regressão linear multivariada, com a finalidade de se observar a correlação entre informações referentes ao aluno, ao território da escola e os dados da nota de desempenho escolar.

Palavras-chave: desigualdades educacionais; efeito território; Prova Brasil.

Abstract: This research assumes that scholar inequality might be explained as a result to the socioeconomic setting of the territory. Thus, the territory's social structures of the Metropolitan Region of Maringa (MRM) are analyzed, based in the data of the IBGE 2010 Census, and in the 2011 "Brazil Test", in order to draw a parallel between the area's urban inequality structure and the elementary school's students educational performance in their last year in the public system. For that matter, a map of the levels of student proficiency in Math and Portuguese in all of the 23 municipalities of the MRM is created. In order to further the study, it is also performed a multivariate linear regression aiming to observe the correlation between information relating to the students, the school site and school performance data.

Keywords: Educational inequalities; Territory effect; Brazil Test.

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar o *efeito território* sobre as oportunidades escolares, explorando as associações entre as desigualdades escolares, a estrutura educacional e a configuração socioespacial do território da região metropolitana de Maringá, utilizando a descrição analítica e descritiva como metodologia¹.

Para esta pesquisa, foram utilizadas informações das escolas da rede pública do ensino fundamental dos 26 municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM), totalizando 203 escolas nos municípios de Ângulo, Astorga, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Ourizona, Paçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, São Jorge do Ivaí e Sarandi (PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação; Núcleo Regional de Educação)².

Para a construção da análise teórica, buscam-se explicações para as desigualdades educacionais observadas e entendidas a partir da vulnerabilidade criada pela segregação urbana, pelas desigualdades sociais, falta de políticas sociais e pela concentração das oportunidades, que, neste estudo, se mostrou na cidade polo da RMM. Objetiva-se, ainda verificar se a educação também está à mercê do mercado de trabalho extremamente competitivo, que reproduz a tendência ao isolamento de alguns grupos diante das oportunidades, não apenas no mercado de trabalho, mas também nas oportunidades oferecidas pelas escolas. Este processo aprofunda a segregação residencial (distância física, isolamento social, desorganização e estigmatização como forma de violência simbólica).

¹ A correlação entre os dados educacionais levantados nesse trabalho e a base territorial será pela utilização da Tipologia Sócio-ocupacional (ou Tipologia socioespacial) construída pelo Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá, apresentada nos seus aspectos conceituais e metodológicos no capítulo 4 deste livro (in: RODRIGUES, AC-CORSI E SOUZA).

² São utilizadas duas bases territoriais neste capítulo, sendo: 1^a.) composta pela representação dos 26 municípios da Região Metropolitana de Maringá, onde consta o mapeamento de dados apresentados nas figuras 6.3, 6.4 e 6.5 e; 2^a.) a base constituída pelas Áreas de ponderação (APONDs), construída pelo IBGE (2010) a partir da agregação de setores censitários, utilizada para descrever a análise de correlação multivariada entre a Tipologia sócio-ocupacional e os dados educacionais e dos alunos. Destaca-se que a maioria dos municípios da RMM, de pequeno porte, se constitui por apenas uma APOND que corresponde ao próprio território do município (Quadro 6.1).

Em relação à distribuição territorial das escolas estaduais e municipais de ensino na RMM, pôde-se perceber que, de forma geral, os municípios da RMM conseguem atender à maioria de suas demandas por Ensino Fundamental nas escolas públicas, não havendo a necessidade de deslocamento para outros municípios. Entretanto, o mesmo não ocorre quando se refere ao Ensino Médio, em especial aos alunos dos municípios conurbados ao polo, que recorrem a este na busca por vagas. Dos vinte e seis municípios da RMM, Maringá, cidade polo, Paçandu e Sarandi, respondem de forma significativa pela demanda de vagas no Ensino Fundamental; e por cerca de 80% no Ensino Médio; reproduzindo, para a educação, os outros índices que mostram aí também concentrações de renda, serviços, postos de trabalho, conforme demonstrado nos demais capítulos deste livro.

Bourdieu (2011) direciona esta discussão a partir do âmbito da hierarquização social. Para o autor, em uma sociedade na qual prevalece a hierarquia social não existe a possibilidade de representações diferenciadas. Assim, o próprio território será também uma forma de expressão da hierarquia e do distanciamento social, sendo este construído num processo tal que não deixa transparecer ser forjado, e sim como um efeito natural da sociedade. Portanto, há uma diferenciação social do território urbano que se baseia em questões materiais, formatadas a partir das diferenças de recursos, poder e *status*, sob a égide da estratificação social (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2010). Essas diferenças de recursos tornam-se objetivos para grupos circunscritos e específicos, que acabam por isolarem-se nos seus territórios; enquanto outras comunidades ficam frágeis socialmente perante a dinâmica do mercado de trabalho, da família e das condições de habitação.

Esse processo, segundo Ribeiro e Kaztman (2008), desencadeia outras ações de “reprodução da pobreza e das desigualdades sociais”, o que faz crer na dificuldade em desenvolver uma sociedade com princípios igualitários. Para Zucarelli (2009), crianças e adolescentes nas idades escolares sofrem sob estes mecanismos invisíveis de segregação devido à união de dois fatores: “famílias com frágeis laços com o mercado de trabalho; bairros com composição social homogênea e isolamento territorial, sociocultural e político com o restante da cidade” (ZUCARELLI, 2009, p. 21).

O isolamento social, em territórios segregados, das camadas sociais em situações de vulnerabilidade social resulta na anulação das possibilidades vinculadas aos processos do “efeito-escola”, que, segun-

do Willms (1992), diz respeito aos “efeitos de determinadas políticas ou práticas de uma escola, ou aos efeitos de uma intervenção”. A concentração de pobreza é um dos fatores gerados pelo chamado “efeito-vizinhança”, termo visto pelo estudioso Wilson (2012), que levantou a hipótese de que a pobreza do bairro afeta a pobreza de seus moradores.

A problemática pertinente à reflexão da conjuntura na qual estas comunidades estão expostas está intimamente ligada à segregação espacial. Para Wacquant (2005), o processo de segregação espacial torna ainda mais intensa as dificuldades, por aglomerar em localidades isoladas grupos economicamente frágeis da classe trabalhadora e com poucas habilidades ao uso do mercado de trabalho da nova economia.

Nestas localidades, percebem-se imposições diversas quanto aos limites territoriais, sociais, econômicos e políticos, tais como as dificuldades quanto a: oportunidades de emprego, acesso à escola pública e gratuita, à rede de saúde de qualidade, à segurança eficiente, entre outros serviços básicos. O estigma apresenta-se fortemente ligado a estas comunidades, que são afetadas bruscamente, de maneira a criar consequências negativas diante das oportunidades escolares e do mercado de trabalho. Os círculos sociais podem não se constituir de maneira a auxiliar, na geração das possibilidades de acarretarem as mudanças e melhorias socioeconômicas. Segundo Bourdieu (2011) em sua teoria do capital social, esta geração das possibilidades é um dos fatores das facilidades de acesso a contatos em redes sociais que estejam vinculados a geração de oportunidades sociais, econômicas, culturais, políticas, escolares, entre outras. Bourdieu (2012, pp. 67-69) apresenta tal teoria como as relações nas quais seus participantes são agentes que desfrutam dos benefícios resultantes dessas redes sociais.

O capital social aproxima o espaço físico do espaço social, ele se fixa e alastra-se também no território. A possibilidade do estabelecimento no território de populações socialmente e economicamente heterogêneas facilita, favorece encontros que estimulem o acúmulo deste capital social e que incidam no desenvolvimento dos capitais econômico e cultural. Mas assim como favorece encontros e acúmulos, essa possibilidade também justifica o distanciamento da população sem posses, pois, em uma população homogênea, os desprovidos de capital são mantidos isolados física ou simbolicamente, estando estes presos a locais precários e sem estrutura (BOURDIEU, 2011). Estes fatores interferem no capital social desses grupos que acabam

desprestigiados em relação à informação e aos contatos com diferentes classes sociais, as quais podem levar a eles as oportunidades escolares, de mercado de trabalho, culturais, sociais (KOSLINSKI; RIBEIRO, 2010).

A conjuntura exposta leva a percepções perniciosas quanto ao desenvolvimento de crianças e jovens nessas localidades. Seus moradores, além de perderem sua crença em melhoria futura, também se percebem desacreditados diante do futuro de seus filhos, vislumbrando a estes um destino não diferente do que o vivenciado por eles – situação precária de vida e de exclusão (WACQUANT, 2005). Para Pereira (2013), a falta de oportunidades à qual essas comunidades estão expostas vincula-se às inadequações sociais às quais são submetidas, o que as mantém em uma situação de reprodução das estruturas que as amarram à pobreza e à falta de perspectivas sociais e econômicas. Assim, evidencia-se a existência da reprodução da pobreza, fincada por toda a estrutura social alicerçada pela configuração socioeconômica do território urbano, no qual as oportunidades escolares também estão expostas. *Todos têm direito do acesso à educação*, está assegurado por lei; mas, de fato, esta instituição *educação* perpetua o formato excludente da sociedade. Ou seja, esta exclusão não é explicitada, mas sim passa a ideia de o sistema educacional ser um direito de todos, indicando à sociedade a aparência de que existe igualdade de oportunidades a partir da educação. Dos segregados, Bourdieu e Champagne (2011) falam: “se fracassaram, o que continua sendo o destino mais provável para eles, estarão destinados a uma exclusão sem dúvida mais estigmatizante e total do que no passado: mais estigmatizante na medida em que tiveram, na aparência, ‘suas chances’ [...]” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2011, p. 483). Assim, estes jovens expressam enfaticamente a sua situação de segregados e excluídos com o descaso, a descrença, a indiferença e até mesmo com reações violentas diante da escola e de toda sua estrutura. Aos que já se constituem de privilégios, tanto de capital econômico quanto de plena transmissão familiar do capital cultural e das facilidades de acesso ao capital social, é concedido, de forma velada por estes mecanismos, que sigam em suas posições privilegiadas, perpetrando o processo de reprodução naturalizada socialmente. Com a demonstração de todo este contexto, não se pode deixar de considerar a relação existente entre os mecanismos da segregação urbana, da reprodução da pobreza e das desigualdades educacionais; como resultados da correlação dos dois fatores de Zucarelli (2009):

frágeis laços com o mercado de trabalho; bairros isolados e de composição social homogênea.

A partir destas perspectivas teóricas, buscou-se investigar, nos municípios da região metropolitana de Maringá: o efeito das estruturas sociais, fincadas no território urbano, sobre o desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental público de anos iniciais e finais; e a distribuição das oportunidades escolares no território desta região.

Para isso foram desenvolvidos alguns instrumentos de análise para identificação das oportunidades escolares e de suas desigualdades, que darão subsídio a observação deste território a partir da perspectiva da educação e de suas estruturas urbanas metropolitanas. A princípio, foi apontado o clima educativo presente nesta área, que acaba por afetar na reprovação e no acúmulo de capital cultural e social de crianças e adolescentes em idade escolar. Posteriormente, para análise da distribuição das oportunidades escolares, é realizado o mapeamento, na RMM, do desempenho escolar dos alunos de 5º e 9º anos do ensino público, com base nas notas da Prova Brasil³ para proficiências de português e matemática. Para finalizar, é desenvolvido um modelo de regressão linear multivariada com base no efeito do território, perfil do aluno e características familiares sobre o desempenho escolar, dos alunos de 5º e 9º ano do ensino público, da Prova Brasil para a proficiência em matemática⁴.

Análise das desigualdades educacionais na relação com o território na RMM

Em se tratando de desigualdades escolares e sua relação com o território urbano, realizou-se uma análise de cada um dos tipos socioespaciais em relação ao nível de instrução de sua população residente⁵. Este fator aponta para o clima educacional ao qual crianças e adolescentes estão expostos e que contribui com a formação de capital

³ Instrumento avaliativo aplicado bianualmente desde 2005 de forma censitária aos alunos do ensino fundamental de anos iniciais (4ª. Série e 5º. ano) e de anos finais (8ª. Série e 9º. ano).

⁴ Em estudos como este é comum a utilização das médias entre proficiência em português e matemática. A escolha por apenas uma destas deve-se a identificação mais esmiuçada sobre a situação de desempenho escolar dos discentes da RMM.

⁵ A tipologia socioespacial utilizada se apresenta nos aspectos teóricos e metodológicos no capítulo 4 deste livro.

cultural e capital social dos mesmos, principalmente ao se considerar que 71,6% da população da RMM tem entre 14 a 65 anos.

Esta observação se dá pela forte tendência de que os jovens participantes dos 5º e 9º anos do ensino fundamental estão expostos à influência ocasionada pela população deste intervalo de idade, formando, portanto, o clima educacional deste grupo. O capital escolar inscrito em cada um dos tipos socioespaciais demonstra as restrições de oportunidades escolares que estão presentes nestes territórios, contribuindo para as desigualdades escolares, expostas no decorrer deste trabalho com as correlações realizadas entre o desempenho na Prova Brasil dos alunos dos municípios e os índices de reprovação escolar.

Destacamos que os tipos socioespaciais da Região Metropolitana de Maringá classificam-se em Superior Médio; Médio, Popular Operário; Operário Popular e Agrícola e caracterizam o território metropolitano constituído pelo conjunto de Áreas de Ponderação-APONDS sistematizadas pelo IBGE (2010), como pode ser observado na sequência (Quadro 6.1). O detalhamento da elaboração, os procedimentos metodológicos de construção da tipologia sócio-ocupacional e a análise pormenorizada dos dados podem ser verificados no quarto capítulo deste livro, que tem por objetivo principal realizar a leitura da estrutura social do território metropolitano de Maringá a partir desta tipologia socioespacial. Essa classificação representa o perfil social do território metropolitano por meio das características que se relacionam à ocupação da população no mercado de trabalho, utilizada como *proxy* da estrutura social da Região Metropolitana de Maringá, representando desta forma uma hierarquia social em que no topo estão as categorias superior e média, e na base estão as populares, operárias e agrícolas, descendendo no mesmo sentido em condições econômicas, simbólicas e infraestruturais urbanas.

Quadro 6.1 – Áreas de Ponderação da RMM, segundo total de moradores e tipo socioespacial – 2010

Áreas de Ponderação da RMM segundo a tipo sócio-ocupacional - 2010			
Tipo e total de população	APONDS 2010		
Superior Médio / 110.042 (15,3%)	24-Mgá5-Vila Emilia-Aclimação-Parque da Gávea	31-Mgá12-Zona 4-Horto Florestal-Jardim Iguazu	33-Mgá14-Vila Santo Antônio-Acema-Zona Industrial
	28-Mgá9-Jd Universitário-Zona Armazém	32-Mgá13-Centro-Vila Operária	34-Mgá15-Zona 7-VI. Esperança-Cidade Universitária
Médio/166.305 (23,2%)	20-Mgá1-Jardim Paris- Imperial	26-Mgá7-Liberdade-Parque Industrial-Porto Seguro	35-Mgá16-Ney Braga-Real-Rebouças
	21-Mgá2-Parque das Grevleas-Cidade Nova	27-Mgá8-Vila Moranguieira-Pq Exposição-Condom. Aerop	36-Mgá17-Curo Cola-Jd Monte Carlo
Popular Operário/199.712 (27,9%)	23-Mgá4-Cond.Monte Hermon-Ipanema-Cidade Alta	30-Mgá11-Floriano-Jd Nilza-Tarumã	38-Mgá19-Jardim Alvorada-Pinheiros
	08-Floresta	22-Mgá3-Jardim Novo Oásis-Requião-Guaiapó	43-Paiçandu-Região Oeste
Operário Popular /42.599 (5,9%)	14-Lobato	25-Mgá6-Jardim Licce-Grajau	44-Paiçandu-Região Leste
	15-Mandaguapu	37-Mgá18-Thais-São Domingos-Iguatemi	51-Sarandi-Jd. Independencia
Operário Popular /42.599 (5,9%)	16-Mandaguari-1	39-Mgá20-Jardim Diamante-Alvorada II	52-Sarandi-Centro-Jd Universal-Norte
	48-Sarandi-Pq alvamar		
Agrícola/198.260 (27,7%)	49-Sarandi-Jd Monterey-Condomínios-Sul		
	50-Sarandi-Conj. Floresta-Esperança		
Total da RMM - 716.918	01-Ângulo	09-Florida	19-Marialva-2
	02-Astorga	10-Iguaraçu	40-Munhoz de Melo
	03-Atalaia	11-Itambé	41-Nova Esperança
	04-Bom Sucesso	12-Itatuba	42-Ouzizona
	05-Cambira	13-Jandaia do Sul	45-Presidente Castelo Branco
	06-Doutor Camargo	17-Mandaguari-2	46-Santa Fé
	07-Floral	18-Marialva-1	47-São Jorge do Ivaí

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Observatório das Metrôpoles

Segundo Corrêa e Rodrigues (2010), a partir do pressuposto de que a escolaridade dos pais e outros adultos acabam por influenciar no nível de escolaridade das crianças e jovens, é possível, portanto, mensurar o capital escolar ao qual, crianças e jovens são expostos em suas áreas de residência, sendo este processo denominado clima educativo.

Neste trabalho apresentamos e analisamos, para cada tipo socioespacial, os dados percentuais sobre o conjunto da população e da população acima de 15 anos, a partir dos níveis de instrução: a) sem instrução ou com fundamental incompleto; b) com fundamental completo ou ensino médio incompleto; c) com ensino médio completo ou ensino superior incompleto; e d) com superior completo (IBGE, 2010).

Pelos dados da Tabela 6.1, buscamos demonstrar pela distribuição da população da faixa etária acima de 15 (quinze) da Região Metropolitana de Maringá para cada tipologia e nível de instrução, um recorte que permitiu a análise que cruza a distribuição territorial, segundo a tipologia socioespacial, e os níveis de escolaridade das pessoas que podem impactar diretamente nos indicadores do clima educacional.

Tabela 6.1 – Distribuição percentual da população da RMM acima de 15 anos a partir do nível de instrução, por Tipologia socioespacial da RMM- 2010

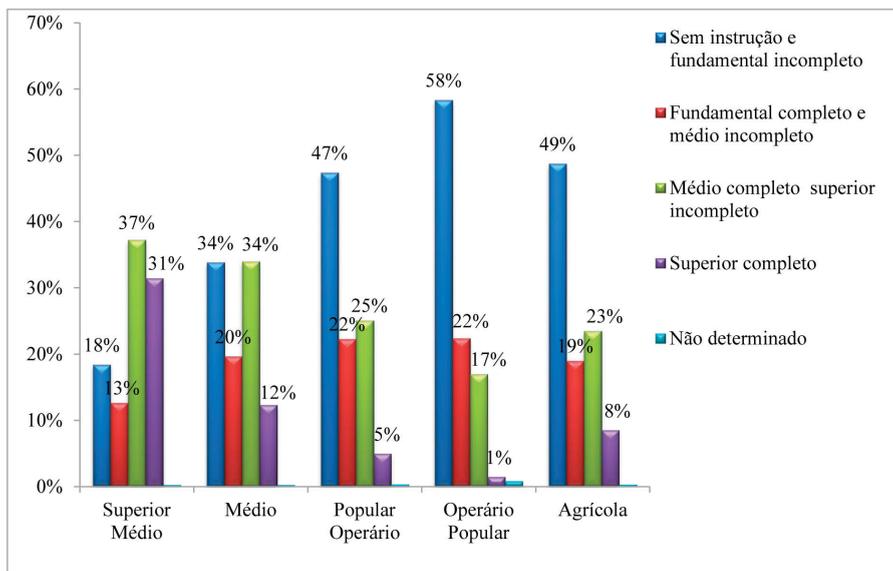
	Superior Médio	Médio	Popular Operário	Operário Popular	Agrícola
Sem instrução e fundamental incompleto	18%	34%	47%	58%	49%
Fundamental completo e médio incompleto	13%	20%	22%	22%	19%
Médio completo superior incompleto	37%	34%	25%	17%	23%
Superior completo	31%	12%	5%	1%	8%
Não determinado	0%	0%	0%	1%	0%

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010. Observatório das Metrôpoles

Assim podemos observar que o clima educacional mais alto, aquele que pode disponibilizar aos seus jovens maior contato com os capitais cultural e social, e vice-versa; e, conseqüentemente aumentar as oportunidades escolares, encontram-se no município de Maringá especificamente em áreas de ponderação (Superior Médio) da sua região central. Para os outros municípios da RMM pode-se inferir, pelos indicadores de escolarização, que clima educacional é baixo. Estes dados são apresentados abaixo, na forma de gráfico, e permite visualizar as discrepâncias da escolaridade da população acima de quinze anos e a sua distribuição entre os tipos Superior Médio; Médio; Popular Operário; Operário Popular e Agrícola.

A partir do Gráfico 6.1 pode-se identificar que o nível de instrução: “sem instrução e fundamental incompleto” predomina nos tipos socioespaciais Operário Popular (58%), Popular Operário (47%) e Agrícola (49%). Destaca-se que o nível “sem instrução/fundamental incompleto” contribui fortemente de maneira negativa para as constituições do clima educacional e do capital escolar dos territórios classificados por estes tipos socioespaciais (Quadro 6.1): o tipo Agrícola classifica áreas compostas pela maioria dos municípios da RMM, e o Popular operário, áreas de sete municípios, enquanto o tipo Operário popular, é exclusivo de Sarandi. Os menores índices para este nível educacional aparecem no tipo Superior Médio (18%), exclusivo de Maringá, interferindo pouco na constituição de um clima educacional.

Gráfico 6.1 – Distribuição percentual da população da RMM acima de 15 anos a partir do nível de instrução, por Tipologia socioespacial da RMM- 2010



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010. Observatório das Metrôpoles

O nível de instrução “fundamental completo/ensino médio incompleto” apresenta-se mais representativo nos tipos socioespaciais Popular operário, Operário popular e Agrícola, e a menor incidência é apresentada para o tipo Superior médio, com 13%, encontrado apenas na cidade polo.

Na RMM, a maior porcentagem da população com nível de instrução de “ensino médio completo/superior incompleto” encontra-se no tipo socioespacial Superior Médio (37%), seguido dos tipos Médio (34%). Entre estes quatro tipos apresentados, os percentuais demonstram variações de pouco significado, no entanto ao comparar qualquer um destes quatro tipos com o tipo Operário popular, que apresenta apenas 17% de sua população acima de 15 anos com este nível de escolaridade, a variação é extremamente significativa. Chama a atenção o fato de se encontrar esta variação no nível de instrução de ensino médio completo ou com superior incompleto em territórios muito próximos uns dos outros.

Segundo os dados demonstrados pela representação gráfica, no tipo socioespacial Superior médio 31% das pessoas tem ensino “superior completo” e segunda maior incidência deste nível de instrução

está no tipo Médio, com 12%. Deve-se ressaltar que estas classificações territoriais são verificadas apenas na cidade polo, Maringá. Por outro lado, o tipo Operário popular, exclusivo de Sarandi, apresenta o índice de apenas 1% do total das pessoas com o nível Superior completo.

Como demonstrado no Gráfico 6.1, estamos lidando explicitamente com dois extremos: de um lado, no território da cidade polo da RMM, os tipos socioespaciais de hierarquia social elevada os quais incidem as maiores porcentagens de população com nível Superior completo apresentando um alto clima educacional e, no outro extremo, nos demais municípios em que prevalecem, os tipos socioespaciais Agrícola, Operário popular e Popular agrícola que apresentam os índices percentuais de população com ensino “superior completo” baixos e as taxas de população “sem instrução e fundamental incompleto” são bastante altos, o que demonstram um baixo clima educativo. Outro levantamento de dados que possibilitou aprofundar a análise da distribuição das oportunidades escolares na RMM foi o mapeamento realizado, para os municípios da RMM, do desempenho escolar dos alunos. Esse mapeamento das oportunidades escolares foi elaborado a partir dos níveis de desempenho das notas de proficiências em português e matemática da Prova Brasil, de 5º ano e 9º ano do ensino fundamental, dos municípios da RMM. Para possibilitar uma avaliação das faixas de notas nas proficiências da Prova Brasil, foi utilizado a especificação destas em uma escala de nível avaliativo desenvolvido por Soares (2009). Assim as notas dos alunos foram verificadas a partir do padrão das faixas de desempenhos identificados nos quadros a seguir:

Quadro 6.2 – Pontuações nas faixas de desempenho em Língua Portuguesa

Nível	5º ano/ 4ª série	9º ano/ 8ª série
Abaixo do básico	Menor que 150	Menor que 200
Básico	Entre 150 e 200	Entre 200 e 275
Adequado	Entre 200 e 250	Entre 275 e 325
Avançado	Acima de 250	Acima de 325

Fonte: SOARES (2005)

Quadro 6.3 – Pontuações nas faixas de desempenho em Matemática

Nível	5º ano/ 4ª série	9º ano/ 8ª série
Abaixo do básico	Menor que 175	Menor que 225
Básico	Entre 175 e 225	Entre 225 e 300
Adequado	Entre 225 e 275	Entre 300 e 350
Avançado	Acima de 275	Acima de 350

Fonte: SOARES (2005)

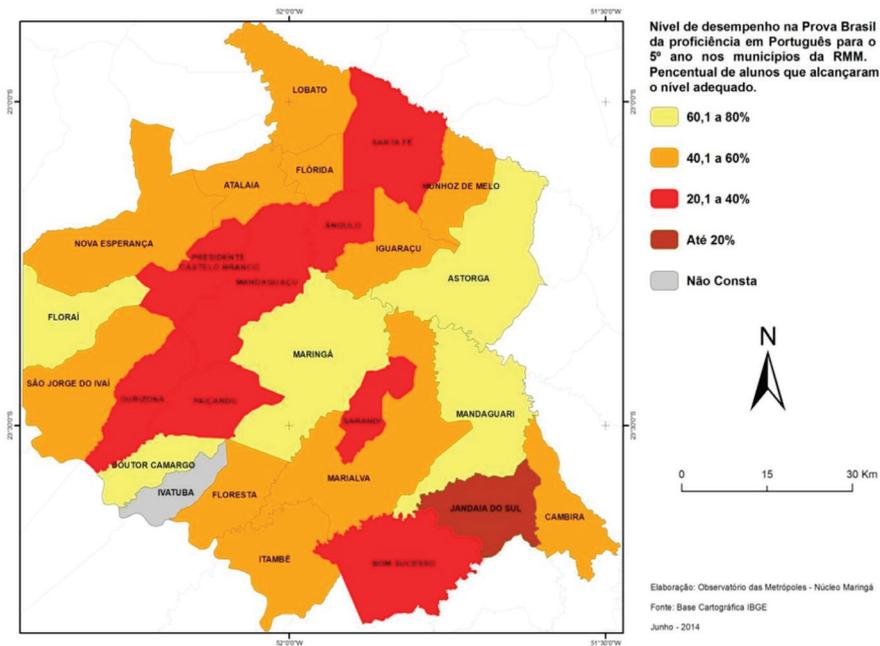
Para o desenvolvimento do mapeamento, tomou-se como referência, portanto, a representação que o autor apresenta do intervalo de notas que são consideradas adequadas para cada etapa de final de ciclo de ensino em cada uma das proficiências.

Os mapas identificam o percentual de alunos de cada município que apresentaram notas dentro do intervalo de proficiência indicadas por Soares (2005) como sendo adequada à etapa de ensino. Para ambas as disciplinas, o mapeamento a seguir mostra o percentual de alunos por município que alcançaram o nível adequado, por faixas que classificam de 20% de sua totalidade até 80% dos discentes que alcançaram o nível adequado.

Os níveis de desempenho dos alunos do 5º ano do ensino fundamental, na proficiência em Português da Prova Brasil, nos municípios da RMM, foram analisados e estão demonstrados na sua relação com a tipologia socioespacial da RMM. Na Figura 6.1 podemos observar que, para a avaliação de desempenho da disciplina de português, nenhum dos municípios da RMM tiveram mais de 80% dos seus alunos com notas adequadas na prova SAEB. Os municípios de Astorga, Doutor Camargo, Floráí indicaram que de 60,1% a 80% dos seus alunos alcançaram índices adequados de desempenho na Prova Brasil. Estes municípios pertencem ao grupo do tipo Agrícola. Mandaguari enquadra-se nessa faixa percentual de alunos, e esta se relaciona a dois tipos socioespaciais: Agrícola e Popular operário. Maringá, cidade polo da RMM, também demonstrou que seu alunado apresentou de 60,1% a 80% com nível adequado. Este município compõe-se de 3 tipos socioespaciais diferentes – Superior médio, Médio e Popular operário. Dos vinte e seis municípios estudados, estes cinco são os que apresentaram maior percentual de alunos com notas adequadas, ressaltando que faz parte deste grupo a cidade polo da RMM, a qual é a única a agregar

em seu território os tipos socioespaciais de hierarquia mais elevada (Superior médio e Médio).

Figura 6.1 – Mapeamento do nível de desempenho na Prova Brasil da proficiência em Português para o 5º ano do ensino fundamental, para nos municípios da RMM – 2010



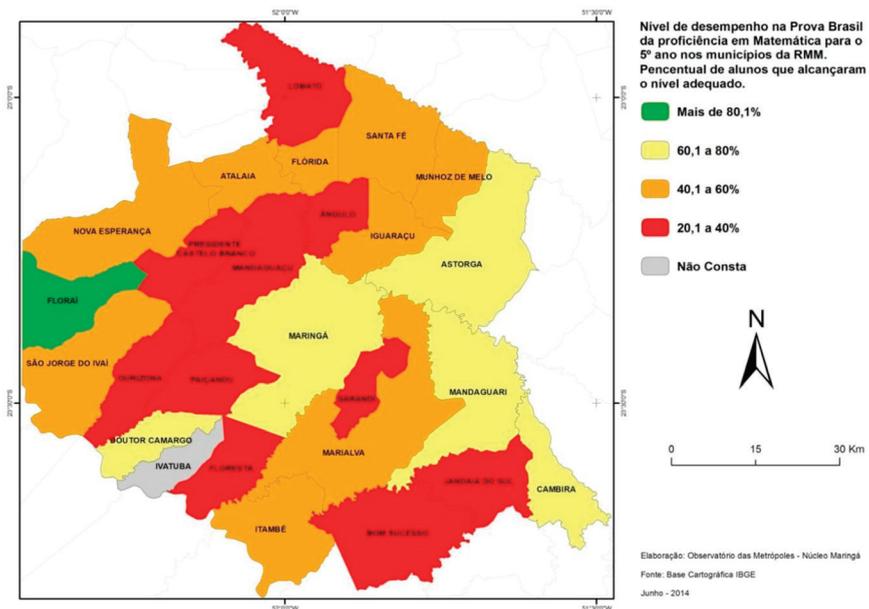
Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2013 Elaboração: Observatório das Metrópoles – Núcleo RMMMaringá.

Dentro da faixa de 40,1% a 60% de alunos com notas adequadas, podem-se identificar os seguintes municípios: Atalaia, Cambira, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itambé, Lobato, Marialva, Munhoz de Melo, Nova Esperança e São Jorge do Ivaí. Dentre estes, Floresta e Lobato se enquadram no tipo Popular operário, sendo que os outros são Agrícolas. Na faixa de desempenho que apresenta de 20,1% a 40% dos alunos com notas adequadas, menos de 50% do alunado destas localidades, estão os municípios de Ângulo, Bom Sucesso, Mandaguaçu, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé e Sarandi. Em Mandaguaçu e Paiçandu o tipo socioespacial encontrado foi o Popular operário; o território de Sarandi apresenta dois tipos, o Popular operário e o Operário popular. Os outros municípios que se identificam com esta faixa percentual são do tipo Agrícola. A localidade de menor porcen-

tagem de alunos a alcançar a categoria adequada de notas é Jandaia do Sul, para a qual é apontada que somente até 20% do seu alunado chegou a este nível. Este se enquadra no tipo socioespacial Agrícola. Ivatuba não consta porque a prova não havia sido aplicada no momento em que as informações deviam ser fornecidas pelas secretarias de educação de cada cidade para o IBGE.

Nota-se que apenas cinco municípios possuem seus alunos com nível adequado de 60,1% a 80%, sendo o melhor percentual encontrado para esta proficiência, e que entre eles está Maringá, único município a ter níveis hierárquicos altos da tipologia socioespacial. Todos os outros apresentam médios e baixos percentuais de alunos que obtiveram situação adequada para as notas de português, sendo estes municípios dispostos nos tipos Agrícola, Popular operário e Operário popular, este último aparecendo em um único município, dentre os 26 da RMM, em Sarandi.

Figura 6.2 – Mapeamento do nível de desempenho na Prova Brasil da proficiência em Matemática para o 5º ano do ensino fundamental, por município da RMM – 2010



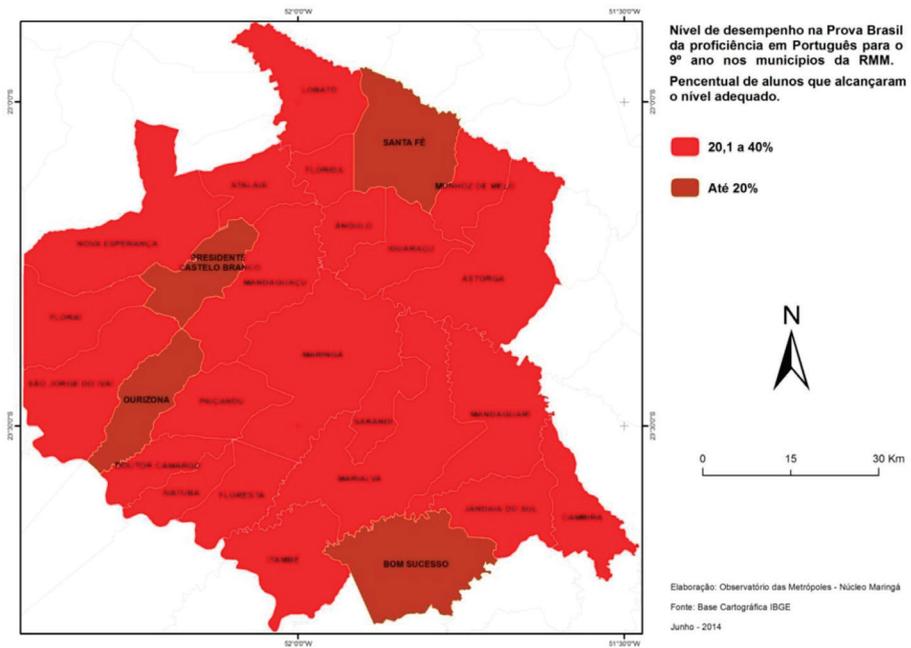
Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2013 Elaboração: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Região Metropolitana de Maringá

No mapeamento anterior (Figura 6.2), pode-se visualizar que, para as notas de matemática do 5º ano do ensino fundamental, houve um aumento de alunos no nível mais alto de adequação e, portanto um acréscimo na quantidade de municípios nos níveis mais elevados em relação à prova de português. Para esta proficiência o município de Florai, o qual agrega em seu território o tipo socioespacial Agrícola, demonstrou que mais de 80% de seus alunos de 5º ano alcançaram o nível adequado. Assim como para a proficiência em Português, Astorga, Doutor Camargo, Mandaguari e Maringá, tiveram de 60,1% a 80% de seu alunado dentro da categoria adequada de notas e Cambira também passa a fazer parte desta faixa percentual para essa disciplina.

Lembrando que, destes municípios, somente Maringá não se enquadra no tipo Agrícola, apresentando em seu território a classificação socioespacial de Superior médio, Médio e Popular operário; Mandaguari tem seu território classificado pelo tipo Agrícola e pelo Popular operário. Já os municípios de Atalaia, Flórida, Iguaçu, Itambé, Marialva, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Santa Fé e São Jorge do Ivaí indicaram que, da totalidade de seus alunos, de 40,1% a 60% alcançaram níveis de proficiência adequados. Nota-se que para esta categoria percentual houve o aumento de uma localidade, Santa Fé que para a disciplina de Português apresentou menos alunos com níveis adequados. Destes, apenas Floresta é descrita com o tipo socioespacial Popular operário, sendo os outros municípios considerados do tipo Agrícola. Para a faixa percentual de 20,1% a 40% de alunos que alcançaram notas adequadas, houve o acréscimo de 3 municípios, sendo que, destes, Lobato e Floresta diminuíram o número de alunos com proficiência adequada e Jandaia do Sul apresentou um aumento em relação à disciplina de Português. Ângulo, Bom Sucesso, Mandaguáçu, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco e Sarandi não apresentaram melhoras e nem piores, mantendo para a disciplina de matemática a mesma proporção de português, com 20,1% a 40% de seus alunos com notas adequadas. Vale acrescentar que, nesta proficiência, não houve municípios com alunos na faixa de até 20% apenas, ou seja, a menor nota de adequação foi de 20,1% acima. Ivatuba não consta porque a prova não havia sido aplicada no momento em que as informações deviam ser fornecidas pelas secretarias de educação de cada cidade para o IBGE. Neste caso, podemos destacar que os municípios cujos alunos apresentaram melhores notas continuam sendo os vinculados aos tipos Agrícola, Superior Médio e Médio, em sua maio-

ria; e os de menores notas são os territórios de tipos Popular operário, Agrícola e Operário popular.

Figura 6.3 – Mapeamento do nível de desempenho na Prova Brasil da proficiência em Português para o 9º ano do ensino fundamental, por município da RMM – 2010



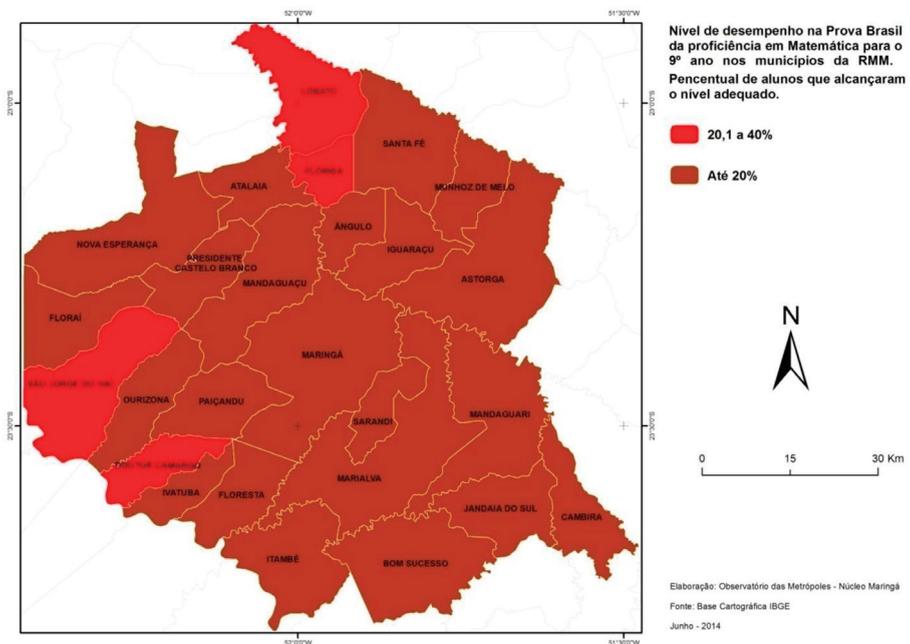
Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2013. Elaboração: Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMMaringá

Pode-se observar que, para esta etapa do ensino fundamental, a RMM acaba apresentando notas bastante baixas, de forma generalizada, porém esses índices não estão distantes dos resultados de outras regiões do país, nas quais os alunos do 9º ano apresentam proficiências menores que as encontradas nos alunos de 5º ano (INEP, 2011). Para avaliação de Português encontram-se municípios com no máximo 40% de alunos com notas adequadas; e, em toda RMM, menos de 50% dos alunos possuem notas adequadas.

Do total dos 26 municípios da RMM, em 4 deles (Bom Sucesso, Ourizona, Presidente Castelo Branco e Santa Fé) somente 20,1% de seu alunado conseguiu alcançar índices adequados a essa etapa de ensino nas avaliações da Prova Brasil. Estas localidades estão no tipo

socioespacial Agrícola. Os outros vinte e dois municípios da RMM indicaram que, da totalidade de seus alunos, apenas a faixa de 20,1% a 40% alcançou notas adequadas, incluindo Maringá, cidade polo com todas as características das APONDs dos tipos, Superior médio, Médio e Popular operário. No desempenho da proficiência em Matemática os índices são equivalentes ao de Português, conforme demonstrado no mapeamento a seguir.

Figura 6.4 – Mapeamento do nível de desempenho na Prova Brasil da proficiência em Matemática para o 9º ano do ensino fundamental, por município da RMM – 2010



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2013 Elaboração: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Região Metropolitana de Maringá

Fica claro no mapeamento dos dados que, em relação ao desempenho na proficiência em matemática – na avaliação da Prova Brasil para o 9º ano do ensino fundamental –, todos os municípios da RMM tiveram a maior proporção de seus alunos com notas abaixo do nível adequado; da mesma forma como na proficiência de português. Porém, com o agravante de que, na prova de matemática, em 22 muni-

cípios, somente 20,1% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental obtiveram médias adequadas para proficiência em matemática; e, nos demais 4 municípios, Doutor Camargo, Flórida, Lobato e São Jorge do Ivaí, os alunos conseguiram alcançar níveis adequados num intervalo que vai de 20,1% a 40% de sua totalidade.

No geral, tanto para a proficiência de português quanto para a de matemática, seja de 5º ou 9º ano do ensino fundamental, o desempenho dos alunos, e por consequência dos municípios da RMM, precisa ser compreendido e aprofundado. Por isso, buscamos avançar na análise e, assim, usamos um modelo estatístico de regressão linear multivariada, através do software SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*; objetivando estabelecer a correlação entre o desempenho escolar e as outras características do universo desses alunos, com o propósito de contribuir na busca do aprofundamento de outros possíveis fatores explicativos.

Esta etapa consiste, então, na utilização deste modelo estatístico de regressão linear multivariada. As variáveis escolhidas para observação da correlação entre desempenho escolar, características do aluno e da família, e da vizinhança da unidade educacional foram as notas de proficiência em Matemática da Prova Brasil 2011 dos alunos de 5º e 9º ano, como variável dependente. Como variáveis independentes foram utilizadas as seguintes: sexo do aluno, cor/etnia do aluno, reprovação do aluno, nível de instrução da mãe, posse de computador com acesso a internet e Tipologia Socioespacial. As variáveis independentes demonstram o perfil do aluno e o de sua família, que representam as características que aluno e família possuem de capital cultural, capital econômico e capital social, todos vinculados, segundo nossos pressupostos teóricos, a oportunidades escolares.

Há também a utilização da Tipologia Socioespacial como demonstrativo de hierarquia social do território onde as escolas estão localizadas. A partir deste modelo, pode-se observar o comportamento da nota de desempenho de matemática dos alunos perante as variáveis independentes apresentadas. Foi realizada uma regressão para cada uma das etapas do ensino fundamental. O Quadro 6.4 apresenta as variáveis utilizadas para a realização da regressão linear multivariada.

Quadro 6.4 – Variáveis utilizadas nos modelos de regressão

Variáveis	Tipo	Descrição
Variáveis Dependentes		
Proficiência em Matemática	Contínua	Indica a proficiência dos alunos de 5º e de 9º ano na Prova Brasil de Matemática, escala SAEB
Variáveis relacionadas à origem do aluno		
Sexo	Dicotômica	Indica o sexo do alunos (0 = menina, 1 = menino)
Cor	Dicotômica	Indica Cor/Etnia do aluno (0 = branco/amarelo, 1 = preto, pardo, indígena)
Reprovação	Dicotômica	Indica se aluno já repetiu de ano (0 = não, 1 = sim)
Nível de instrução da mãe ou mulher responsável	Dicotômica	Indica se a mãe ou mulher responsável tem fundamental completo (0 = sim, 1 = não)
Tipologia sócio-ocupacional da APOND em que a escola está localizada:		
Tipologia sócio-ocupacional	Dicotômica	Indica como a Área de ponderação foi classificada (Popular, Operário, Operário Popular, Agrícola = 0; Superior Médio, Médio = 1)

Através do modelo de regressão apresentado, pode-se constatar, na Tabela 6.1, que há variação no comportamento da nota da Prova Brasil de matemática diante das variáveis individuais vinculadas ao aluno, sua família e a vizinhança da escola. Aponta-se o efeito individual de cada uma das variáveis, sendo estas expressas pelos valores de B . Os valores demonstrados por B podem informar a existência de relação entre: as variáveis renda, escolaridade e tipologia; com a Prova Brasil. A observação do nível de significância menor que 0,1% permite, por sua vez, rejeitar a hipótese nula.

Tabela 6.2 – Regressão multivariada entre a variável dependente Prova Brasil/SAEB de Matemática do 5º ano e as variáveis independentes de Sexo, Cor, Repetência, Nível de instrução da mãe e Tipologia Sócio-Ocupacional

Model		Unstandardized Coefficients		Sig.
		B	Std. Error	
1	(Constant)	235,529	1,570	,000
	Sexo	6,705	1,440	,000
	Cor	-8,313	1,442	,000
	Nível de instrução da mãe da mulher responsável pelo aluno	-7,664	1,557	,000
	Reprovação	-32,108	1,663	,000
	Tipologia Socioespacial	17,067	1,461	,000

R2: ,165

As notas de matemática dos alunos do ensino fundamental de 5º ano, dos municípios da RMM, apresentaram um acréscimo de 6, 705 pontos quando os alunos são do sexo masculino, como já foi representado na literatura que trata sobre o assunto. Quanto à variável Cor/Etnia, observamos o decréscimo de 8,313 pontos na nota de matemática para incidência na variável Pardo/Preto. Em relação à interferência da escolaridade da mãe sobre a nota do aluno, pode-se apontar que há um decréscimo de 7,664 com o menor nível de instrução da mãe. A maior correlação encontrada está para a variável de reprovação escolar, sendo que a nota de matemática dos alunos de 5º ano diminui em 32,108 pontos para os que possuem atraso escolar por reprovação. Para o território de entorno da escola, este modelo de regressão demonstrou que para as unidades educacionais que se encontram em tipos superiores na hierarquia socioespacial da RMM há um acréscimo de 17,067 pontos na nota da proficiência em matemática de seus alunos.

A partir do conjunto das variáveis independentes, o modelo apresentado pode explicar a variável dependente em 16,5%; contudo a observação individual de cada uma das variáveis apresentou valores mais expressivos de inferência destas sobre a nota de matemática. Atenta-se principalmente para a questão da reprovação, que representou a maior diminuição de pontuação dentre as variáveis. Isso não subtrai a importância dos outros índices encontrados, demonstrando que a questão de gênero, cor/etnia, escolaridade da mãe e organização socioeconômica do território afetam, sim, nas desigualdades e oportunidades escolares.

Tabela 6.3 – Regressão multivariada entre a variável dependente Prova Brasil/SAEB de Matemática do 9º ano e as variáveis independentes de Sexo, Cor, Repetência, Nível de instrução da mãe e Tipologia Sócio-Ocupacional

Model		Unstandardized Coefficients		Sig.
		B	Std. Error	
1	(Constant)	255,541	,858	,000
	Sexo	11,737	,996	,000
	Cor	-,066	,026	,010
	Nível de instrução da mãe ou da mulher responsável pelo aluno	-,105	,014	,000
	Reprovação	-28,155	1,083	,000
	Tipologia Socioespacial	11,595	,997	,000

R²: ,116

Para esta etapa de ensino as notas de matemática da Prova Brasil dos alunos são explicadas em 11,6% do conjunto destas variáveis. Como se pode observar na Tabela 6.3, os alunos do Sexo masculino apresentam notas maiores, e este acréscimo é de 11,737 pontos. Para a variável Cor, os alunos pardos/pretos apresentam diminuição de 0,066 pontos na proficiência em matemática, ressaltando que, para a coleta deste dado, o próprio aluno se autodeclara. Vê-se que se trata de um coeficiente muito baixo. Quanto ao nível de instrução da mãe, se esta possui baixa escolaridade, a nota do discente diminui em 0,105 pontos, contrariando estudos de mesmo teor, os quais demonstram que a escolaridade da mãe tem significativa incidência sobre o desempenho escolar dos filhos. Esta questão pode estar vinculada a elevada incidência de dados faltantes para a escolaridade da mãe, que incorre na grande porcentagem de alunos que não responderam a esta questão ou então assinalaram a opção “não sei” para este questionamento. Assim como para os alunos de 5º ano a reprovação foi a variável mais relevante na variação dos pontos da proficiência em Matemática; para o 9º ano, há uma diminuição de 28,155 para as provas dos alunos que tem atraso em sua trajetória escolar devido a reprovação. Nos territórios do entorno das escolas, verificou-se que, para os tipos socioespaciais superiores, houve a incidência de acréscimo de 11,595 pontos na nota dos alunos.

Para o alunado de anos finais do ensino fundamental foi possível observar a partir do modelo estatístico utilizado uma relação entre a tipologia socioespacial e o desempenho escolar. Verificamos que há níveis de proficiência abaixo da nota adequada em todos os municípios da RMM (como visto na Figura 6.4), o que pode ser explicado pelo conjunto destas variáveis em 11,6%. Desta proporção, pode-se observar que as variáveis de reprovação escolar e tipologia socioespacial foram os fatores que mais afetaram o desempenho dos alunos estudados. Ou seja, essa análise apresenta uma relação que corrobora as hipóteses adotadas para o conjunto dos estudos do Observatório das Metrôpoles, as de que o território guarda relação com a estrutura social; e que as características territoriais incidem sobre as estruturas de oportunidades e, neste caso, de oportunidades educativas.

Considerações finais

As estruturas sociais estabelecidas no território da Região Metropolitana de Maringá são representadas por relações de desigualdade social e de segregação espacial, que se sobrepõem em vários aspectos. A partir do trabalho realizado verificou-se que as oportunidades educacionais, sofrem com a incidência destes fatores. A princípio, foi apontado o clima educacional, que acaba por afetar na reprovação e no acúmulo dos capitais cultural e social de crianças e adolescentes em idade escolar; fato comprovado pelos dados levantados sobre os níveis de instrução, apresentando percentuais de moradores: a) sem instrução ou com fundamental incompleto, b) com fundamental completo ou ensino médio incompleto, c) com ensino médio completo ou ensino superior incompleto e d) com superior completo (IBGE, 2010). No caso do nível de instrução superior completo, foi possível constatar a existência dos extremos convivendo em territórios muito próximos; as áreas em que esta compreendido o tipo socioespacial Superior médio, localizado apenas no município de Maringá, apresenta 31% de sua população com nível de instrução superior completo; enquanto no outro extremo, encontram-se os tipos Popular operário, Operário popular e Agrícola, que abrangem os demais municípios da RMM, com menos 8% de sua população com nível de instrução superior completo e com elevadas taxas de população sem instrução e fundamental incompleto. Na Prova Brasil os resultados das avaliações dos alunos do Ensino Fundamental, foram analisados na correlação com as tipologias dos municípios da RMM. Para o 5º ano do ensino fundamental, apresentou-se um percentual baixo de alunos com notas identificadas como adequadas para esta etapa de ensino, representadas no território para os municípios como tipos socioespaciais Agrícola, Superior médio e Médio. Observa-se que os territórios dos tipos Superior médio e Médio apresentam os maiores índices de pessoas com escolaridade superior completa e, portanto, com faixas de renda mais elevadas, por morarem nestes tipos socioespaciais.

No caso dos alunos de 9º ano, tanto para a proficiência em Matemática como para Português, nenhum dos municípios conseguiu alcançar níveis adequados, incluindo Maringá (polo da RMM), único município a apresentar hierarquias territoriais superiores e médias.

A outra metodologia aplicada, para o estabelecimento da correlação entre perfil socioeconômico do alunado e o entorno da escola com

o desempenho dos alunos, também acabou por apontar indícios da existência de ligações das notas dos alunos com suas estruturas sociais e com sua organização socioespacial. Mesmo apresentando algumas fragilidades devido a ausência de controle de variáveis relacionadas à escola (composição do alunado, clima escolar, infraestrutura das escolas) e a utilização de modelos de regressão linear e não modelos de regressão linear hierárquicos, o modelo estatístico utilizado pôde demonstrar uma relação entre a configuração socioeconômica do território e o desempenho escolar dos alunos de 5º e 9º do ensino fundamental das escolas estaduais da RMM.

Para o 5º ano, apresentam-se as problemáticas vinculadas com as estruturas socioeconômicas familiares: o perfil do aluno; e a configuração socioeconômica do território. A partir de características familiares identificadoras de baixo capital cultural, social e econômico verificou-se a possibilidade da correlação com o baixo desempenho dos alunos. Assim, como na questão territorial, aponta-se evidências de que a segregação residencial, indicada pela desigualdade social descrita no território urbano, afeta as oportunidades escolares.

O 9º ano apresentou uma situação bastante peculiar. Apenas as variáveis reprovação e tipologia sócio-ocupacional (ou socioespacial) tiveram efeito de grandes proporções nas notas da Prova Brasil. Pode ser que haja interferência da questão das diferentes instâncias de gestão para cada etapa de ensino. Mas não é possível indicar respostas precisas com este modelo de regressão, apenas levantar hipóteses. A questão é que em sua totalidade, a RMM apresenta, para os anos finais do ensino fundamental, notas baixas em todos os seus municípios e que estranhamente não foram identificadas possibilidades de explicação destas notas nas características “nível de instrução da mãe” e “cor/etnia”. É possível identificar que as desigualdades e a segregação estão presentes neste território metropolitano e, assim, inferir que afetam o desempenho dos alunos, como a correlação estatística entre a tipologia socioespacial e as notas da Prova Brasil comprova.

Essa análise entre a correlação de desempenho e o território do entorno da escola, precisa ser aprofundada, pois no Estado do Paraná, é imposta a condição da obrigatoriedade de matricular os alunos na escola mais próxima da residência. Este sistema que assegura a vaga no ensino público, tanto estadual quanto no município polo, controlado por processo de georreferenciamento, pode também reduzir as oportunidades dos estudantes dos bairros periféricos, de Maringá, Pai-

çandu e Sarandi, na busca por vagas nas escolas com melhor desempenho, localizadas na região central desses municípios. Estes alunos estão fortemente subordinados, então, às características que o território tenha e ao quanto estas afetam o desempenho da escola.

Estes resultados vislumbram, a partir da estrutura socioespacial do território da RMM e das características familiares dos alunos, como configurações vinculadas aos processos de desigualdade socioespacial e de segregação urbana interferem nas desigualdades educacionais presentes neste território. Assim, foram apresentados aspectos centrais e importantes, a partir das variáveis analisadas, que devem ser considerados no estabelecimento de parâmetros para o desenvolvimento de planos educacionais que visem o incremento das oportunidades escolares. Verificou-se que é de imprescindível importância adotar políticas sólidas referentes ao desempenho escolar, além de realizar outros estudos acerca da organização e da reprodução das estruturas sociais como reflexos das características do território.

Referências

- ALVES, F.; KOSLINSKI, M. C.; LASMAR, C.; RIBEIRO, L. C. de Q. (orgs) (2010). *Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ.
- ARAÚJO, M. C. (2005). O bairro Santa Felicidade por ele mesmo. Espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá, Paraná. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil.
- BARROS, R. P. *et alii*. (2001). Determinantes do desempenho educacional no Brasil. IPEA: textos para discussão 834. IPEA, Rio de Janeiro.
- BONAMINO, A.; FRANCO, C. (1999). Avaliação e Política Educacional: o processo de institucionalização do SAEB. *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, pp. 101-132.
- BONAMINO, A; FRANCO, C; ALVES, F. (2007). Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100, out.
- BOURDIEU, P. (2011). Efeitos do Lugar. *In*: BOURDIEU, P. (org). *A Miséria do Mundo*. 8ª. Ed. Petrópolis, Vozes, pp. 159-166.
- BOURDIEU, P; CHAMPAGNE, P. (2011). “Os excluídos do interior!”. *In*: BOURDIEU, Pierre (org). *A Miséria do Mundo*. 8ª. Ed, Petrópolis, Vozes, p. 481-486.

_____ (2012). A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org). Escritos de Educação. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes. p. 39-64.

_____ (2012). “O capital social: notas provisórias”. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org). Escritos de Educação. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, p. 65-69.

_____ (2012). “Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org). Escritos de Educação. 9ª. ed. Petrópolis, Vozes, pp. 71-79.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. (2012). A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5 ed. Petrópolis, RJ, Vozes.

BRASIL, Ministério da Educação (2008). PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília, MEC, SEB, Inep.

CORREIA, Filipe Souza; RODRIGUES, Juciano Martins. (2010). “O clima educativo domiciliar e sua distribuição territorial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. In: ALVES, F; KOLINSKI, M. C; LASMAR. C; RIBEIRO, L. C. de Q. (orgs). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, IPPUR/UFRJ.

KAZTMAN, R; RETAMOSO, A. (2008). “Aprendendo Juntos”. Desafios na Educação a partir dos Processos de Segregação Urbana. In: RIBEIRO, L. C; KAZTMAN, R. (orgs.). A Cidade contra a Escola? Segregação Urbana e Desigualdades Educacionais em Grandes Cidades da América Latina. Rio de Janeiro, Letra Capital, FAPERJ; Montevidéu, Uruguai, IPPES, pp. 245-279.

KAZTMAN, R; RIBEIRO, L. C. de Q. (orgs) (2008). A Cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro, Letra Capital, FAPERJ; Montevidéu, Uruguai, IPPES.

KOLINSKI, M. C; RIBEIRO, L. C. de Q. (2010). “A Metropolização da Questão Social e as Desigualdades de Oportunidades Educacionais no Brasil”. In: ALVES, F; KOLINSKI, M. C; LASMAR. C; RIBEIRO, L. C. de Q. (orgs). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, IPPUR/UFRJ.

RIBEIRO, L. C. de Q; KOLINSKI, M. C. (2010). “Fronteiras Urbanas da Democratização das Oportunidades Educacionais: o caso do Rio de Janeiro”. In: ALVES, F; KOLINSKI, M. C; LASMAR. C; RIBEIRO, L. C. de Q. (orgs). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, IPPUR/UFRJ.

- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org) (2009). Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Letra Capital/Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; ALVES, Fátima; KOLINSKI, Mariane C; LASMAR, Cristiane; (orgs) (2010). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro, Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ.
- RODRIGUES, A. L., ACORSI C. R. L; Souza (2014). P. R. Estrutura e Organização Social do Território da Região Metropolitana de Maringá na RMM, cap. 4. In: Transformações na ordem urbana da Região Metropolitana de Maringá (no prelo).
- RODRIGUES, Ana Lúcia (2004). A pobreza mora ao lado: Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
- RODRIGUES, Ana Lúcia; TONELLA, Celene (orgs) (2010). Retratos da Região Metropolitana de Maringá. Eduem, Maringá.
- SOARES, T. (2005). Modelos de três níveis hierárquicos para a proficiência dos alunos de 4^a. série avaliados no teste de língua portuguesa. SIMAVE/PROEB, 2002, in revista Brasileira de Educação, n. 29.
- WACQUANT, Loic (2004). Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. In: Revista Sociol. Política, 23, pp. 155-164.
- _____ (2005). Os condenados da cidade. 2 ed. Rio de Janeiro, Ed. Revan/FASE.
- _____ . As duas faces do gueto (2008). São Paulo, Boitempo.
- WILLMS, J. Douglas (2008). “A estimacão do efeito escola”. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (org). Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Ed. UFMG, Belo Horizonte, pp. 261-272.
- WILSON, William J. (2012). The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy. 2 ed. Chicago, The University of Chicago Press.
- ZUCARELLI, Carolina (2009). Segregação Urbana, Geografia das Oportunidades e Desigualdades Educacionais no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ.

Sites:

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <<http://provabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. <http://www.educacao.pr.gov.br>. Acesso em: 02 de março de 2012.

PARANÁ. Núcleo Regional de Educação – Maringá. <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/maringa/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia. <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 06 de março de 2012.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 06 de março de 2012.

Organização social do território e desigualdades sociais: oportunidades do mercado de trabalho

*Paulo Roberto de Souza
Cledina Regina Lonardon Acorsi*

Resumo: Este capítulo contribui na compreensão da estrutura social da Região Metropolitana de Maringá mediante a reflexão sobre a relação entre a *organização social do território* da Região Metropolitana de Maringá e as *desigualdades de oportunidades do mercado de trabalho*. Com base na tipologia socioespacial, desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles, e dos indicadores de desemprego, fragilidade ocupacional e renda, foi demonstrado que a dinâmica das desigualdades no mercado de trabalho na ACP Maringá, no período 2000-2010, segue o padrão da organização social do território, qual seja: o padrão núcleo-periferia. No núcleo, onde se encontra a população com maior volume de capital, as taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional são menores, e as rendas são maiores. Na periferia, onde se encontra a população com mais baixo ou nenhum volume de capital, as taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional são mais elevadas, e as rendas são muito baixas. As desigualdades são maiores para as mulheres, a população mais jovem e para a população negra, composta por pretos e pardos. A população desprovida de capital sofre com os efeitos da segregação e da segmentação, agravados pelo isolamento social elevado nesse território. Essa população se encontra nas áreas com os piores Índices de Bem-Estar Urbano, além de um elevado número de pessoas desprovidas de moradia própria e sujeitas ao padrão rentista imposto pela vergonhosa especulação imobiliária, a qual, somada à ausência de política habitacional de interesse social, impõe o fardo do aluguel para mais de um terço da população de baixa renda.

Palavras-chave: Região Metropolitana; Mercado de trabalho; Desigualdades; Efeito território.

Abstract: This chapter contributes to the understanding of the social structure of Maringa Metropolitan Region through reflection on the relationship between the social organization of the territory of the metropolitan region of Maringa and unequal opportunities in the labor market. Based on

the socio-spatial typology, developed by the Observatory of the Metropolis, and unemployment indicators, occupational and income fragility, it was shown that the dynamics of inequality in the labor market in Maringá ACP, in the period 2000-2010, follows the pattern of organization social planning, which is: the standard nucleus-periphery. In the nucleus, where populations with more capital, unemployment rates and occupational fragility are lower, and incomes are higher. In the periphery, where populations with lower or no amount of capital, unemployment rates and occupational fragility are higher, and rents are very low. Inequalities are higher for women, the younger population and the black population, consisting of black and brown. The population devoid of capital suffers from the effects of segregation and segmentation, aggravated by high social isolation that territory. This population is in areas with the worst Wellness Urban Indices, plus a large number of people without their own housing and subject to the standard tax rentier the shameful property speculation, which, added to the absence of housing policy of social interest imposes the burden of rent for more than a third of low-income population.

Keywords: Metropolitan Region; Labor market; inequalities; Territory effect.

Introdução

Este capítulo se insere na etapa da análise das transformações na ordem urbana da Região Metropolitana de Maringá-RMM e tem por objetivo a compreensão da relação entre a organização social do espaço e suas dinâmicas de segmentação e segregação e as tendências da reprodução das desigualdades referentes ao mercado de trabalho, no período 2000-2010. No entanto, para atender aos limites do fenômeno consistente no mercado de trabalho, a análise restringiu-se ao território da Área de Concentração de População-ACP Maringá, que é constituída pelo Município Polo - Maringá, e mais 5 Municípios: Floresta, Mandaguari, Marialva, Paiçandu e Sarandi.

A análise parte do pressuposto de que, nas sociedades capitalistas, o bem-estar está relacionado ao trabalho no sentido da centralidade, enquanto forma de integração econômica, ao lado do Estado (redistribuição de renda) e da família (reciprocidade pessoal). Assim, a questão das desigualdades se localiza tanto na estrutura de oportunidades no mercado de trabalho quanto nas condições de acesso a essas estruturas; isso porque, em situações de baixo volume de capital e de

isolamento social, o acesso às estruturas de oportunidades pode ser limitado, possibilitando a reprodução das condições de vulnerabilidade social ou mesmo impedindo sua superação.

Nesse sentido, o estudo procura analisar um dos aspectos das transformações ocorridas na ACP Maringá a partir das desigualdades no mercado de trabalho, na medida em que há relação entre a estrutura de oportunidades e as condições de acesso que decorrem do volume e estrutura do capital que os agentes sociais possuem. É mais: o acesso às estruturas de oportunidades terá como consequência a maneira como se manifestará as desigualdades sociais; e, o modo como se apresenta a organização social do território pode favorecer ou inibir os grupos sociais ao acesso a essas estruturas de oportunidades. A análise compreende a população entre 15 a 64 anos de idade.

As desigualdades nas oportunidades relativas ao mercado de trabalho serão analisadas a partir de três estruturas: as oportunidades de acesso direto a partir da análise do desemprego; a qualidade do vínculo ocupacional, a partir da análise da fragilidade ocupacional, assim considerada a situação dos trabalhadores domésticos, com ou sem carteira assinada, os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social; e, por fim, as oportunidades relativas ao rendimento principal dos indivíduos. Para a consecução desse objetivo foram construídos indicadores para cada uma das estruturas de oportunidades analisadas, a partir dos Microdados das Amostras dos censos demográficos de 2000 e de 2010, fornecidos pelo IBGE.

As três estruturas de oportunidades no mercado de trabalho são analisadas a partir da estratificação sócio-ocupacional e da tipologia socioespacial, desenvolvidas pelo Observatório das Metrópoles, especialmente elaborada para a ACP Maringá, no período 2000-2010. Através do referidos indicadores das ferramentas consistentes na estratificação sócio-ocupacional e na tipologia socioespacial se busca demonstrar a dinâmica das desigualdades nas oportunidades do mercado de trabalho na ACP e suas transformações ocorridas no período 2000-2010. Em seguida, se busca demonstrar como a organização social da CP Maringá se expressa nas desigualdades nas oportunidades no mercado de trabalho a partir do sexo, da composição da cor/raça, do nível de escolaridade e da idade; e, assim, contribui para a compreen-

são da relação entre a organização social do território da ACP Maringá e as desigualdades nas oportunidades no mercado de trabalho desse território.

Este capítulo é composto por 4 seções, além da introdução e da conclusão. Na Seção 1, são apresentadas as considerações sobre a organização social da ACP Maringá, no período 2000-2010. Na Seção 2, é apresentada a análise das desigualdades no mercado de trabalho da ACP Maringá, segundo as estruturas de desemprego, fragilidade ocupacional e renda. A Seção 3 apresenta a análise da dimensão das desigualdades, considerados o sexo, a composição da cor/raça, o nível de escolaridade e a idade. Na Seção 4, é apresentada a questão social urbana na ACP Maringá, à luz das consequências da organização social do território nas desigualdades nas oportunidades de trabalho para a população com baixo ou nenhum volume de capital.

Seção 1: Considerações sobre a organização social do território da ACP Maringá, no período 2000-2010

A análise da relação entre a organização social do território e as desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho, neste estudo, está restrita a unidade espacial correspondente à Área de Concentração de População ACP Maringá. Conforme exposto no Capítulo 1 deste Livro, a Área de Concentração de População ACP Maringá se caracteriza pelo seu aspecto funcional. A ACP Maringá encontra-se inserida na Região Metropolitana de Maringá, que se caracteriza pelo seu aspecto institucional e que é constituída por 26 Municípios. Já a ACP Maringá é constituída pelo Município Polo – Maringá, e mais 5 Municípios: Floresta, Mandaguari, Marialva, Paiçandu e Sarandi. A opção pela restrição da análise à unidade espacial correspondente à ACP Maringá se justifica pelo fato de que é nesse espaço geográfico que se institui o fenômeno consistente no mercado de trabalho; e o sentido do termo mercado de trabalho, adotado neste estudo, segue o viés teórico do conceito apresentado por Bourdieu (2001).

A faixa etária abrangida na análise corresponde à população economicamente ativa de 15 a 64 anos. Esse recorte se justifica por duas razões: tanto a população ocupada na faixa etária de 15 a 24 anos quanto de 60 a 64 anos apresentam pesos relevantes na composição

da população ocupada; e, o objetivo deste estudo não é o mercado de trabalho da ACP Maringá, em si, mas a compreensão dos efeitos da organização social do território nas desigualdades no mercado de trabalho nesse aglomerado urbano, o que reforça a relevância da inclusão das duas faixas etárias mencionadas.

A estrutura social analisada é compreendida a partir de uma estratificação sócio-ocupacional, correspondente aos grupos sócio-ocupacionais construídos pelo Observatório das Metrôpoles em que define um conjunto de oito grupos que estão organizados de modo hierárquico: dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações médias, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado e trabalhadores agrícolas.

A dimensão espacial dessa estrutura social é obtida através da metodologia da tipologia socioespacial desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles; essa tipologia expressa a estrutura social no território, na medida em que corresponde à diferenciação socioespacial (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013). Por essa razão, foi construída uma tipologia socioespacial especificamente para a ACP Maringá, no período 2000-2010, seguindo a metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles, apresentada no Capítulo 1 deste Livro, ao qual se remete a leitura para a sua compreensão. A tipologia socioespacial da ACP Maringá para 2000 e 2010 apresenta os seguintes tipos: Superior médio, Médio, Operário popular, Operário popular agrícola e Agrícola.

As Tabelas 7.1 e 7.2 apresentam a estrutura social da ACP Maringá, nos anos 2000 e 2010, sob dois aspectos: a Tabela 7.1 apresenta o “Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais”; a Tabela 7.2 apresenta a “Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais da ACP Maringá, no período 2000-2010”.

Tabela 7.1 – Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais da ACP Maringá, no período 2000-2010

Geat	2000						2010					
	1- Superior Médio	2-Médio	3- Operário Popular	4- Operário Popular Agrícola	5-Agrícola	Total	1- Superior Médio	2-Médio	3- Operário Popular	4-OpPop Agrícola	5-Agrícola	Total
1- Dirigentes	7.1	2.6	0.4	0.8	0.6	2.0	5.3	2.1	0.5	0.8	1.4	2.1
2- Profissionais nível superior	19.7	6.2	1.2	2.6	4.0	5.6	21.8	9.8	3.6	3.5	6.7	9.5
3- Pequenos Empregadores	9.9	4.0	1.1	1.9	3.2	3.5	5.0	3.2	0.7	0.7	2.6	2.6
4- Ocupações médias	35.0	27.9	16.4	14.9	11.7	22.3	35.5	29.4	17.6	20.1	16.8	25.8
5- Trab.Terc.Espec	13.5	19.5	19.0	15.9	13.1	17.6	12.4	17.0	15.2	17.4	11.8	15.6
6- Trab.do Secundário	6.8	23.2	38.1	33.1	24.6	26.8	10.9	24.0	38.2	38.5	28.3	26.9
7- Trab.Terc.NãoEspec	6.7	15.0	22.1	19.6	13.9	16.5	7.9	13.6	18.2	17.9	14.5	14.1
8- Trabalhadores agrícolas	1.2	1.7	1.7	11.2	28.9	5.6	1.2	1.0	6.0	1.0	17.8	3.3
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

Tabela 7.2 – Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais da ACP Maringá, no período 2000-2010

Geat	2000						2010					
	1-Superior Médio	2-Médio	3- Operário Popular	4- Operário Popular Agrícola	5-Agrícola	Total	1-Superior Médio	2-Médio	3- Operário Popular	4-OpPop Agrícola	5-Agrícola	Total
1- Dirigentes	34.3	51.6	4.5	7.5	2.1	100.0	43.9	38.6	2.4	8.1	7.0	100.0
2- Profissionais nível superior	34.5	46.0	4.6	9.5	5.4	100.0	40.4	40.0	3.9	8.4	7.3	100.0
3- Pequenos Empregadores	28.1	47.5	6.6	10.8	7.0	100.0	33.3	47.3	2.9	6.2	10.3	100.0
4- Ocupações médias	15.4	51.6	15.5	13.5	4.0	100.0	24.2	44.3	7.0	17.7	6.8	100.0
5- Trab.Terc.Espec	7.5	45.7	22.9	18.3	5.7	100.0	14.0	42.7	10.0	25.5	7.9	100.0
6- Trab.do Secundário	2.5	35.6	30.0	24.9	7.0	100.0	7.2	34.8	14.5	32.5	11.0	100.0
7- Trab.Terc.NãoEspec	4.0	37.4	28.3	23.9	6.4	100.0	9.9	37.4	13.2	28.8	10.7	100.0
8- Trabalhadores agrícolas	2.1	12.2	6.4	40.1	39.2	100.0	6.6	12.0	18.4	7.1	55.9	100.0
Total	9.8	41.2	21.2	20.2	7.6	100.0	17.6	39.0	10.2	22.7	10.4	100.0

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

Dessa forma, se permite observar o perfil social das áreas do território da ACP Maringá, nos anos 2000 e 2010, e, com isso, se permite

compreender melhor a questão das desigualdades relativas às oportunidades do mercado de trabalho em sua relação com a organização social do território.

Seção 2: Análise das desigualdades no mercado de trabalho da ACP Maringá, segundo as estruturas de desemprego, fragilidade ocupacional e renda

Conforme demonstrado neste Livro, as transformações ocorridas na estrutura produtiva, a partir dos anos 1990, promoveram transformações na estrutura social da RMM; e, a exemplo do que ocorreu em outros grandes espaços urbanos brasileiros, os temas consistentes na informalidade, subproletarização e, principalmente, do desemprego, se tornaram problemas agudos e entraram na pauta das pesquisas relativas às desigualdades sociais. Nesse sentido, um dos aspectos das transformações ocorridas na ACP Maringá pode ser analisado a partir das desigualdades no mercado de trabalho, já que se pode observar a relação entre a estrutura de oportunidades e as condições de acesso que decorrem do volume e estrutura do capital que os agentes sociais possuem; e mais: o acesso às estruturas de oportunidades terá como consequência a maneira como se manifestará as desigualdades sociais. Portanto, o modo como se apresenta a organização social do território, ou seja, o modo como se apresenta a diferenciação e segmentação residencial na organização social do território pode favorecer ou inibir os grupos sociais ao acesso a essas estruturas de oportunidades, possibilitando a reprodução das condições de vulnerabilidade social ou mesmo impedindo sua superação.

As desigualdades nas oportunidades relativas ao mercado de trabalho já foram objeto de várias abordagens; neste estudo, essa análise será realizada a partir de três estruturas: as oportunidades de acesso direto a partir da análise do desemprego; a qualidade do vínculo ocupacional, a partir da análise da fragilidade ocupacional, assim considerada qualidade do vínculo ocupacional; e, por fim, as oportunidades relativas ao rendimento principal dos indivíduos. Para a consecução desse objetivo foram construídos indicadores para cada uma das estruturas de oportunidades analisadas, a partir dos Microdados das Amostras dos censos demográficos de 2000 e de 2010, fornecidos pelo IBGE.

A Tabela 7.3 apresenta os indicadores que permitem a análise das

desigualdades no mercado de trabalho na ACP Maringá, no período 2000-2010: desemprego, fragilidade ocupacional e rendimento médio do trabalho principal. A taxa de desemprego é definida pela razão entre o número de desocupados e a população economicamente ativa. O rendimento médio é definido pela razão entre o rendimento proveniente da ocupação principal e o número de ocupados. Já o indicador de fragilidade ocupacional expressa a condição desfavorável do vínculo dos indivíduos no mercado de trabalho. Esse indicador é construído a partir das situações de vínculo com o mercado de trabalho, sejam elas: (i) conta-própria que não contribui para o sistema de previdência, (ii) empregado doméstico com e sem carteira de trabalho assinada; e (iii) empregados sem carteira de trabalho assinada e não contribuinte para o sistema previdenciário oficial (RIBEIRO, RODRIGUES & CORREA, 2008).

Tabela 7.3 – Taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional e de rendimento médio do trabalho principal da Área de Concentração de População-Maringá, na faixa de 15 a 64 anos, no período 2000-2010, segundo os tipos socioespaciais

Tipos socioespaciais	Taxa de Desemprego		Fragilidade Ocupacional		Rendimento Médio*	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Superior Médio	8,6	4,2	23,6	23,6	1.642,00	2.455,00
Médio	11,6	4,7	35,7	26,4	723,00	1.454,00
Operário Popular	15,8	5,1	44,4	32,4	401,00	908,00
Operário Popular Agrícola	13,8	4,6	42,6	29,2	395,00	962,00
Agrícola	10,2	3,6	45,0	35,6	518,00	1.094,00
Média	12,6	4,5	38,5	28,1	735,00	1.374,00

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

*Valores nominais; moeda: real.

Na análise da tipologia socioespacial da ACP Maringá, no período 2000-2010, constata-se que os fenômenos verificados no Brasil se reproduziram nesse aglomerado urbano, consideradas as mudanças que ocorreram nas estruturas da renda, na taxa de fragilidade ocupacional e na taxa de desemprego. Alguns aspectos dessas mudanças ocorridas na ACP Maringá, no período 2000-2010, são tratados a seguir.

a) Análise das desigualdades relativas ao desemprego, conforme a tipologia socioespacial

A Tabela 7.3 mostra que a taxa média do desemprego verificada no início da década (2000) era muito elevada (12,6%), refletindo-se os efeitos da política macroeconômica adotada no esforço de inserção do país na seara da globalização, sob o viés do neoliberalismo. No entanto, na perspectiva intrametropolitana, a tipologia socioespacial se traduz numa importante ferramenta para a compreensão da dinâmica da diferenciação na distribuição da taxa de desemprego, a partir da análise dos tipos socioespaciais; com isso, se torna possível analisar as desigualdades relativas às oportunidades de acesso direto ao trabalho e sua relação com a organização social do território da ACP Maringá. Com base na tipologia socioespacial, constata-se que as taxas de desemprego mais elevadas foram verificadas no tipo *Operário popular* (15,8%) e no tipo *Operário popular agrícola* (13,8%), onde está concentrada a população em situação de baixo volume de capital e de isolamento social. A menor taxa de desemprego foi verificada para as pessoas que residem nos tipos superiores, onde se concentra a população que detém alto volume de capital econômico ou intelectual. No tipo *Superior médio*, a taxa de desemprego foi de 8,6%, muito abaixo da taxa média da ACP Maringá (12,6%) e quase metade da taxa verificada no tipo *Operário popular* (15,8%). No tipo *Agrícola*, a taxa de desemprego é de 10,2%; embora muito elevada, essa taxa chama a atenção porque é menor do que a taxa média da ACP Maringá, e menor, também, do que a taxa do tipo *Médio* (11,6%); além disso, essa taxa é a que mais se aproxima da taxa do tipo *Superior médio* (8,6%).

Na comparação da taxa média de desemprego entre os anos 2000 e 2010, constata-se que na primeira década do século XXI ocorreu diminuição do desemprego na ACP, a exemplo do que ocorreu no Brasil; assim, a taxa média de desemprego que, em 2000, era de 12,6%, em 2010 caiu para 4,5%. No entanto, assim como havia ocorrido em 2000, a distribuição da taxa média de desemprego entre os tipos socioespaciais demonstra a situação de desigualdade entre as pessoas residentes nos tipos superiores e as que residem nos tipos inferiores. No entanto, as desigualdades constatadas no ano 2010 apresentaram alguns aspectos diferenciados em relação à dinâmica verificada em 2000. Em geral, constatou-se a redução da taxa de desemprego para todos os tipos socioespaciais. A exemplo do que ocorreu em 2000, o tipo *Operário popular* voltou a apresentar a taxa de desemprego mais

elevada dentre todos os tipos (5,1%). Em segundo lugar, o tipo que apresentou a taxa mais elevada foi o tipo *Médio* (4,7%). O tipo *Operário popular agrícola* apresentou a terceira taxa mais elevada: 4,6%. Já a menor taxa de desemprego dentre os tipos da ACP Maringá, em 2010, foi constatada no tipo *Agrícola* (3,6%), inferior à taxa média de desemprego do tipo *Superior* (4,2%).

b) Análise relativa à fragilidade ocupacional

No que diz respeito à qualidade do *vínculo ocupacional*, a Tabela 7.1 demonstra que também ocorreram mudanças na situação de *fragilidade ocupacional* na ACP Maringá, no período 2000-2010. Em 2000, a taxa média de fragilidade ocupacional era de 38,5%. Essa taxa elevada reflete a condição de precarização a que foram submetidos os trabalhadores enquanto reflexos das mudanças ocorridas na estrutura econômica e na estrutura produtiva, a partir da adoção do regime neoliberal na economia brasileira. Na análise da tipologia socioespacial constata-se que, assim como ocorreu com o desemprego, a distribuição da taxa de fragilidade entre os ocupados revela o modo pelo qual as desigualdades se expressam. No ano 2000, a maior taxa média de fragilidade ocupacional ocorreu no tipo socioespacial *Agrícola* (45%), seguido do tipo *Operário popular* (44,4%) e *Operário popular agrícola* (42,6%). Nesses três tipos está concentrada a população detentora do menor volume de capital. Nos tipos superiores, onde está concentrada a população detentora do maior volume de capital, a taxa média de fragilidade ocupacional é menor do que nos tipos inferiores; no tipo *Médio*, a taxa média foi de 35,7%; já no tipo *Superior Médio* a taxa média foi de 23,6%. Bem se vê que a taxa média de fragilidade ocupacional no tipo *Operário popular agrícola* é praticamente o dobro dessa taxa no tipo *Superior médio*. E essa pode ser considerada a dimensão do fosso que separa os trabalhadores residentes nos tipos inferiores dos que residem nos tipos superiores. Portanto, há relação entre a organização social do território e a desigualdade no mercado de trabalho relativo à fragilidade ocupacional, na ACP Maringá, no ano 2000.

Em 2010, a taxa média de fragilidade ocupacional caiu para 28,1%. Isso significa que, assim como ocorreu no Brasil neste período, houve expansão da formalização do emprego na ACP Maringá. Ainda assim, é muito importante o fato da baixa taxa de desemprego da população, no ano 2010 (4,5%) quando comparada com a elevada taxa de fragilidade (28,1%); o que significa que mais indivíduos estão

empregados. Porém, quase um terço da população ocupada mantém vínculos ocupacionais de baixa qualidade (28,1%). E isso indica que há muito a ser feito no que tange à proteção social dos trabalhadores; e que o fenômeno da *precarização* demonstra resistência significativa a essa necessidade na ACP Maringá. A importância do fenômeno da *precarização* nesse território pode ser aferida nas elevadas taxas de fragilidade ocupacional constatadas tanto no início da década (2000) quanto no final (2010) em todos os tipos socioespaciais. Na análise da distribuição da taxa média de fragilidade, no ano 2010, constata-se que se reproduziu o fenômeno da desigualdade verificado no ano 2000. Nesse sentido, as taxas de fragilidade ocupacional, mais elevadas, ocorreram nos tipos socioespaciais onde reside a população detentora de menor ou nenhum volume de capital: no tipo *Agrícola* (35,6%) ocorreu a maior taxa média de fragilidade ocupacional, seguido do tipo *Operário Popular* (32,4%) e *Operário popular agrícola* (29,2%). Nesses três tipos está concentrada a população com menor capital. Nos tipos superiores, a taxa média de fragilidade ocupacional é menor do que nos tipos inferiores; no tipo *Médio*, a taxa média foi de (26,4%); já no tipo *Superior Médio*, a taxa média foi de 23,6%, repetindo a mesma taxa verificada em 2000. Isso sugere que a expansão do emprego não é acompanhada da formalização do emprego, significando expansão da situação de precariedade da relação de trabalho.

Por outro lado, quando se analisa as desigualdades no mercado de trabalho com base na distribuição da taxa de fragilidade ocupacional nos grupos sócio-ocupacionais, tem-se outra dimensão da condição de qualidade do vínculo ocupacional. Nesse sentido, a Tabela 7.4 demonstra o impressionante contraste entre o grupo dos *Trabalhadores do terciário não especializado*, onde a taxa de fragilidade ocupacional, em 2000, foi de 72,2%, e o grupo dos *Profissionais de nível superior*, onde a taxa verificada foi de 18,9%; ou, ainda, o grupo das *Ocupações médias*, onde a taxa foi de 22%. Ao mesmo tempo, expressa a extrema condição de vulnerabilidade dos indivíduos que ocupavam os postos de trabalho do terciário não especializado: mais de dois terços desses trabalhadores se encontravam em situação de vulnerabilidade decorrente da fragilidade ocupacional; este grupo era seguido pelo grupo dos *Trabalhadores agrícolas*, onde mais da metade (52,9%) dos trabalhadores deste grupo se encontravam em situação de fragilidade ocupacional, em 2000. Ao considerar a elevada taxa de desemprego para esses grupos de trabalhadores, se pode constatar a tragédia social

decorrentes dos ajustes no mercado de trabalho na ACP Maringá em função das mudanças na estrutura produtiva no processo de globalização efetivada sob o viés neoliberal.

Tabela 7.4 – Fragilidade ocupacional segundo os grupos sócio-ocupacionais na ACP Maringá, no período 2000-2010

Gcat	Fragilidade Ocupacional	
	2000	2010
1-Dirigentes	1.7	2.2
2-Profissionais nível superior	18.9	19.1
3-Pequenos Empregadores	0.0	0.0
4-Ocupações médias	22.2	17.4
5-Trab.Terc.Espec	32.8	24.0
6-Trab.do Secundário	43.5	32.5
7-Trab.Terc.NãoEspec	72.2	53.9
8-Trabalhadores agrícolas	52.9	52.7
Total	38.4	28.2

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

c) Análise relativa ao rendimento do trabalho principal

A análise do rendimento médio do trabalho principal na ACP Maringá, segundo a tipologia socioespacial, permite compreender a dinâmica das desigualdades nesse aglomerado urbano em relação à estrutura da renda. No entanto, a associação da tipologia socioespacial com as categorias sócio-ocupacionais aumentam a capacidade de análise e de compreensão da dimensão relativa à organização social do território. Em todo caso, essa análise deve ser recebida com cautelas, haja vista a questão da credibilidade da resposta às perguntas nas pesquisas relativas ao rendimento: tanto as pessoas que ocupam as posições superiores na hierarquia da estrutura social, quanto as que ocupam as posições inferiores, têm suas razões para declarar valores que não correspondam à realidade dos seus rendimentos. Ainda assim, os dados obtidos nessas pesquisas se tornam ferramentas importantes

nas análises referentes à estrutura social e às desigualdades relativas ao rendimento e às dinâmicas das desigualdades nas estruturas de oportunidades no mercado de trabalho.

Ainda com base na Tabela 7.3, a análise da tipologia socioespacial da ACP Maringá, no período 2000-2010, permite compreender as desigualdades relativas ao rendimento médio, tanto no ano 2000 quanto no ano 2010; e, ainda, as transformações ocorridas na organização do território relativas às desigualdades no mercado de trabalho. De acordo com a tipologia socioespacial, constata-se que as pessoas que residem no tipo *Superior médio* são as que obtiveram o rendimento médio do trabalho principal mais elevado (R\$ 1.642,00). Essas pessoas ganharam 2,23 vezes mais do que a média do rendimento do trabalho principal na ACP Maringá; e 4,1 vezes mais do que as pessoas que residem no tipo *Operário popular agrícola* (R\$ 401,00) e *Operário popular* (R\$ 395,00). Em 2010, houve redução na diferença entre o rendimento médio das pessoas que residem no tipo *Superior médio* e a média do rendimento do trabalho principal na ACP Maringá para 1,7 vezes. Já em relação ao rendimento médio do trabalho principal das pessoas que residem no tipo *Operário popular*, essa diferença caiu para 2,7 vezes.

No entanto, quando se associa a tipologia socioespacial aos grupos sócio-ocupacionais, se estabelece uma situação semelhante ao aumento importante das lentes para a observação. Nesse sentido, considerem-se os dados contidos na Tabela A7.5 do Anexo 1. Nela se verificam não só as desigualdades relativas ao rendimento médio das categorias superiores em relação às categorias inferiores, como, também, permite verificar as desigualdades entre as categorias superiores, ou as inferiores, em si. Assim, em relação ao grupo dos *Dirigentes*, constata-se que as pessoas desse grupo que residem no tipo *Superior* declararam rendimento médio do trabalho principal 7,3 vezes superior às pessoas desse mesmo grupo que residem no tipo *Operário popular agrícola*. Essa diferença aumenta para 26,9 vezes, quando comparado o rendimento médio do trabalho principal das pessoas do grupo de *Dirigentes*, que residem no tipo *Superior* (R\$ 6.217,00), com o rendimento das pessoas do grupo de *Trabalhadores do terciário não especializado*, que residem no tipo *Operário popular agrícola* (R\$ 231,00) e no tipo *Agrícola* (R\$ 231,00). Esse distanciamento econômico, em 2000, assim gigantesco, era acompanhado do distanciamento social, já que, no ano 2000, a RMM apresentava o maior índice de isolamento social dos trabalhadores com baixa qualificação, quando comparada com os demais

espaços urbanos metropolitanos (RIBEIRO, 2013). Por outro lado, a comparação entre os tipos socioespaciais, nos anos 2000 e 2010, permite verificar que o maior aumento do rendimento médio, em 2010, ocorreu no grupo dos *Dirigentes* que residem no tipo *Operário popular agrícola*: a média do rendimento desse grupo no tipo *Operário popular agrícola* era de R\$ 1.797,00, em 2000; em 2010, essa média foi elevada para R\$ 6.284,00. O fenômeno do aumento do rendimento médio dos *Dirigentes* no tipo *Operário popular agrícola* altera, em parte, o padrão de organização do território no modelo núcleo-periferia. No entanto, o aumento significativo dessa taxa está relacionado às transformações ocorridas na organização social do território, relativas ao fenômeno da autossegregação, já que os ocupados dos grupos superiores procuram ocupar os espaços urbanos onde antes eram reservados às pessoas que ocupam as posições inferiores da hierarquia social.

De um modo geral, assim como ocorreu em relação ao desemprego e à fragilidade ocupacional, estrutura da renda repete o padrão de organização social do território, com a concentração das rendas mais elevadas nos tipos superiores e a concentração das rendas mais baixas nos tipos inferiores da hierarquia social.

Seção 3. A dimensão das desigualdades, considerados o sexo, a composição da cor/raça, o nível de escolaridade e a idade

Essa análise tem por objetivo compreender o modo pelo qual a organização social do território da ACP Maringá se expressa nas desigualdades relativas ao mercado de trabalho, a partir da análise da relação entre as taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional, quando considerados o sexo, a cor/raça, o nível de escolaridade e a idade, a partir da tipologia socioespacial. Para a consecução desse objetivo foram elaboradas tabelas, contidas no Anexo 1, com a distribuição das taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional, nos tipos socioespaciais, segundo o sexo, cor/raça, idade e grau de instrução.

a) A dimensão das desigualdades no mercado de trabalho quando considerado o sexo

As Tabelas A7.1 e A7.2 do Anexo 1 permitem a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres na ACP Maringá, a partir da

análise da distribuição da taxa de fragilidade ocupacional quanto ao sexo. Assim, em 2000, enquanto a taxa média de fragilidade ocupacional para a ACP Maringá era de 38,5%; essa taxa, para os homens, era de 30,8%; para as mulheres, era de 40,4%. Constata-se, portanto, uma desigualdade em desfavor das mulheres, as quais estavam mais expostas à situação de fragilidade ocupacional do que os homens. Já em 2010, ocorreu redução da taxa de fragilidade ocupacional, tanto para homens quanto para mulheres; mas, ainda assim, permanece a desigualdade entre eles, ocorrendo aumento dessa desigualdade em desfavor à mulher: em 2000, a diferença entre homens e mulheres era de 9%; em 2010, essa diferença sobe para 23,5%. Por outro lado, embora houvesse redução da taxa de fragilidade, tanto para homens quanto para mulheres, essa redução foi diferenciada: a redução foi maior para os homens e menor para as mulheres. Assim, a taxa média de fragilidade ocupacional da ACP Maringá para os homens que, em 2000, era de 36,8%, caiu para 26,7%, em 2010; ou seja, a redução, no caso dos homens, foi de 35%. Já para as mulheres, a taxa média de fragilidade ocupacional que, em 2000, era de 40,4%, em 2010 caiu para 33,0%; logo, uma redução de 19%. Com isso, pode-se afirmar que a condição da trabalhadora, quanto à qualidade do vínculo ocupacional, é desigual em relação aos trabalhadores; e, embora tenha ocorrido a redução da taxa de fragilidade ocupacional para homens e para mulheres, a desigualdade para as mulheres aumentou na década de 2000; isso significa que, proporcionalmente aos homens, as mulheres ocupam mais postos de trabalho em situação de menor proteção social e de qualidade do vínculo ocupacional mais baixa em relação aos homens.

Por outro lado, na análise da condição de fragilidade ocupacional segundo os tipos socioespaciais, constata-se que, em 2000, o único tipo que apresentava taxa de fragilidade ocupacional da mulher inferior à do homem era o tipo *Agrícola*. Nos demais, as taxas de fragilidade ocupacional das mulheres é superior à dos homens. Já em 2010, a mulher apresentou maior taxa de fragilidade ocupacional em todos os tipos; mesmo no tipo *Agrícola* foi constatada a condição de desigualdade da mulher, ao contrário do que ocorrera em 2000. E mais: no tipo *Agrícola*, a taxa de fragilidade ocupacional da mulher, em 2000, se equiparou à taxa do tipo *Popular operário* (38,5% e 38,6%, respectivamente); ou seja, no tipo onde foi constatada a maior taxa de fragilidade ocupacional da mulher. Dessa forma, em relação a taxa de fragilidade ocupacional, as mulheres residentes no tipo agrícola

foram as que mais sofreram com a desigualdade relativa à condição de vulnerabilidade decorrente da qualidade do vínculo ocupacional na década de 2000.

A análise da distribuição das taxas de fragilidade ocupacional entre homens e mulheres, segundo os tipos socioespaciais, permite a captura do fenômeno de desigualdade entre os homens e a desigualdade entre as mulheres, em si, em relação ao local de residência. Em 2000, a taxa de fragilidade ocupacional os homens que residiam nos tipos superiores era menor em comparação aos homens que residem nos tipos inferiores. A taxa de fragilidade dos homens que residem no tipo *Agrícola* (46,5%) é mais que o dobro da taxa dos que residem no tipo *Superior* (22,9%). No tipo *Operário popular*, a taxa é de 41,3%; e, no tipo *Operário popular agrícola*, essa taxa é de 39%. A mesma situação ocorre com as mulheres: a taxa de fragilidade ocupacional das mulheres que residem no tipo *Popular operário* (49,1%) é mais do que o dobro da taxa que apresentada pelas mulheres que residem no tipo *Superior Médio* (24,4%). Já a taxa de fragilidade ocupacional das mulheres que residem no tipo *Operário popular agrícola* (48,2%) e no tipo *Agrícola* (42,5%) é praticamente o dobro da taxa que apresentada pelas mulheres que residem no tipo *Superior Médio*.

Em relação ao fenômeno da redução da taxa de fragilidade ocupacional, entre as mulheres, ocorrida na década de 2000, chama a atenção o fato de que, embora tenha ocorrido redução dessa taxa, em relação às mulheres, em todos os tipos socioespaciais, essa redução também foi diferenciada: a maior redução ocorreu no tipo operário *Popular agrícola* (32,5%). No entanto, em 2010, a taxa de fragilidade ocupacional para as mulheres residentes no tipo *Superior médio* aumentou, em 2000, de 24,4%, em 2000, 25,1%, em 2010; ou seja, ocorreu, aí, um movimento contrário ao que foi constatado em relação aos homens, em todos os tipos, e às mulheres, nos demais tipos; ainda assim, a condição das mulheres que residem no tipo *Superior médio* é melhor, em relação à condição de fragilidade ocupacional, do que a condição das mulheres que residem nos demais tipos socioespaciais da ACP Maringá.

Dessa forma, constata-se que há relação entre a organização social do território e a taxa de fragilidade ocupacional relativa aos homens: a taxa de fragilidade ocupacional dos homens nos tipos superiores é inferior à taxa dos homens que residem nos tipos inferiores, onde se concentra a população com menores recursos; o mesmo ocorre com

as mulheres: a menor taxa de fragilidade ocupacional é constatada no tipo *Superior* (22,4%), já a maior taxa é encontrada no tipo operário popular (49,1%) seguida do tipo operário popular agrícola (48,2%).

De um modo geral, o que se observa é que o padrão de organização social do território da ACP Maringá se reproduz nas desigualdades relativas ao mercado de trabalho quando considerado sexo, já que em ambos os casos segue o padrão núcleo periferia; assim, além da desigualdade entre a população masculina e a população feminina, constata-se que há desigualdade entre a população que reside nos tipos superiores e nos tipos inferiores da hierarquia social.

b) A dimensão das desigualdades no mercado de trabalho quando considerada a composição da cor

Esta análise tem por objetivo observar a dinâmica da desigualdade na organização social do território da ACP Maringá com base na dinâmica da fragilidade ocupacional da população segundo a composição da cor/raça. Em relação à composição da cor/raça, a análise considera dois grupos: branco e negro. O grupo dos negros é composto da cor preta e da cor parda.

As Tabelas A7.3 e A7.4 do Anexo 1 demonstram que há desigualdade entre a população branca e a população negra, em relação à fragilidade ocupacional, tanto no ano 2000 quanto no ano 2010. Em 2000, a taxa média de fragilidade da ACP Maringá era de 38,5%; para a população branca essa taxa era de 36,5%, enquanto que, para a população negra, a taxa era de 44,2%. Já em 2010, a taxa média da fragilidade ocupacional para a ACP Maringá era de 28,1%, enquanto que, para os brancos, era de 27,5%; e, para os negros, 33,7%. De um modo geral, tanto em 2000 quanto em 2010, a taxa de fragilidade ocupacional da população negra na ACP Maringá é de 1,2 vezes maior do que a taxa de fragilidade ocupacional da população branca.

Na análise dos tipos socioespaciais, constata-se que a condição de fragilidade ocupacional é desfavorável para a população negra em todos os tipos. Além disso, o padrão de distribuição dessa desigualdade é o mesmo padrão de organização social do território da ACP Maringá: a desigualdade se expressa no padrão núcleo-periferia.

Na análise dos tipos, em si, constata-se que no tipo *Superior médio* ocorre a menor taxa de fragilidade, tanto para os brancos (23,1%) quanto para os negros (28,8%). A maior taxa ocorre no tipo *Agrícola*, onde a taxa para os brancos foi de 43,1% e, para os negros, foi de

51,6%. A taxa da fragilidade ocupacional para a população negra que reside no tipo *Agrícola* é 1,9 vezes maior do que a taxa de fragilidade ocupacional para a população negra que reside no tipo *Superior médio*. Essa diferença, para os brancos, é de 1,8 vezes, o que demonstra que influência do padrão de organização territorial de modo assemelhado tanto para a população branca quanto a população negra.

Em 2010, houve redução da taxa média de fragilidade da ACP Maringá: em 2000, a taxa era de 38,5%; em 2010, essa taxa caiu para 28,1%. Da mesma forma, ocorreu a redução da taxa média da fragilidade ocupacional tanto para os brancos quanto para os negros: para os brancos, a taxa de fragilidade ocupacional que, em 2000, era de 21%, caiu para 22,4%, em 2010; para os negros, caiu de 44,2% para 33,7%. No entanto, a análise dos tipos socioespaciais demonstra que a dinâmica da redução da desigualdade foi diferenciada entre os tipos; e, além disso, no tipo superior, a taxa de desigualdade aumentou para a população negra: em 2000, essa taxa era de 28,8%; em 2010, aumentou para 29,7%. Já a redução da taxa de fragilidade para os brancos no tipo *Superior médio* foi de apenas 3%. Para os negros, a maior redução taxa da de fragilidade para os negros ocorreu no tipo *Médio* (queda de 35,2%); para os brancos, a maior redução ocorreu no tipo *Operário popular agrícola* (queda de 31%).

A desigualdade entre brancos e negros, quanto à fragilidade ocupacional, tanto em 2000 quanto em 2010, pode ser expressa da seguinte maneira: a fragilidade ocupacional para a população negra é 1,2 vezes maior do que a fragilidade ocupacional para a população branca. Entre os tipos socioespaciais, essa dinâmica ocorre de modo diferenciado: No tipo *Superior médio*, a fragilidade ocupacional da população negra, em 2000, era 1,3 vezes maior em relação à população branca; em 2010, houve redução para 1,2 vezes. No tipo *Médio*, a fragilidade ocupacional da população negra, em 2000, era 1,1 vezes maior em relação à população branca; em 2010, houve redução para 1,4 vezes.

Na ACP Maringá, em relação à condição de fragilidade ocupacional, a pior condição é reservada para a população que reside no tipo *Agrícola*, tanto branca quanto negra: mas, a condição mais desfavorável é para a população negra, já que a fragilidade ocupacional dessa população é 1,3 vezes maior do que para população negra que reside no tipo *Superior médio*.

No que se refere ao desemprego, as Tabelas A7.1 e A7.2 do Anexo 1 demonstram que também há desigualdades entre a população

branca e a população negra, tanto em 2000 quanto em 2010. Em 2000, enquanto a taxa média para a ACP Maringá era de 12,6%, para a população desempregada de cor branca essa taxa era de 11,3%; já a população negra, a taxa média de desemprego era de 13,5%. Desse modo já se pode constatar a desigualdade em que se encontra a população nesse aglomerado urbano. No entanto, na análise dos tipos sociais, em si, constata-se que a distribuição da taxa de desemprego entre a população branca e a negra se mostra ainda mais desigual; porém a dinâmica dessa desigualdade é diferenciada: em 2000, a taxa de desemprego da população negra que residia no tipo *Superior médio* (7%) é menor do que a taxa da população branca que residia nesse tipo (8,8%). Nos demais tipos, a taxa de desemprego da população negra é maior, em relação à população branca. Por outro lado, a maior taxa de desemprego ocorreu para a população negra no tipo *Popular operário* (18,7%), seguida do tipo *operário popular agrícola* (14,6%). Chama a atenção o fato de que a população negra que reside no tipo *Agrícola* apresenta a segunda menor taxa de desemprego na ACP Maringá, quando comparados todos os tipos, e, ainda, quando comparados à população branca. Vale mencionar que é nesse tipo socioespacial que ocorrem as maiores taxas de fragilidade ocupacional para a população negra, tanto em 2000 quanto em 2010. Nesse sentido, constata-se que o desemprego atinge mais fortemente a população negra que reside nos tipos inferiores; mas, vale registrar, também, que a população negra que reside no tipo *Médio* também é fortemente atingida pelo desemprego, no ano 2000. Quanto ao padrão de desigualdade relativa ao desemprego em função da composição da cor/raça, a dinâmica de distribuição segue o padrão de organização social do território da ACP, em 2000: núcleo-periferia.

A Tabela A7.2 do Anexo 1 demonstra que no ano 2010 houve transformações relativas ao desemprego quando considerada a composição da cor/raça. Em primeiro lugar, a taxa média de desemprego da ACP caiu de 12,6% para 4,5%. Já a taxa de desemprego para a população negra, em 2010, foi de 4,9%, ficando acima da taxa média da ACP Maringá. Para a população branca, essa taxa foi menor: 4,1%. A exemplo do que ocorreu em 2000, a situação de desemprego para a população negra é maior para os residentes nos tipos *Operário popular* (5,7%) e *Operário popular agrícola* (5,2%). Assim como ocorreu em 2000, a taxa de fragilidade para a população negra que reside no tipo *médio*, em 2010, também é elevada (4,5%). No entanto, a dinâmica da desigualdade relativa ao desemprego segundo a composição da cor/

raça no tipo *Superior* sofreu significativa alteração, quando comparada à dinâmica constatada nesse tipo para 2010: a taxa de desemprego para a população negra residente no tipo *Superior* (4,7%) foi maior que a taxa de desemprego para a população branca, invertendo, assim, a situação verificada em 2000.

Da mesma forma que ocorreu em 2000, a dinâmica da desigualdade relativa ao desemprego em função da composição da cor/raça, segue o padrão de organização social do território da ACP, em 2000: núcleo-periferia; exceto em relação ao tipo *Agrícola*, onde são encontradas taxas de desempregos inferiores às taxas encontradas nos demais tipos.

c) A dimensão das desigualdades no mercado de trabalho quando considerado o nível de escolaridade

Esta análise tem por objetivo observar a dinâmica da desigualdade na organização social do território da ACP Maringá com base na dinâmica da fragilidade ocupacional da população segundo o nível de escolaridade. A partir da tipologia socioespacial, é possível observar dinâmica das desigualdades no mercado de trabalho e sua forma de expressão na organização social do território, conforme o nível de escolaridade. Para realizar a análise, o nível de escolaridade das pessoas ocupadas foi estabelecido da seguinte forma: (i) sem instrução ou fundamental incompleto (SI/FI); (ii) fundamental (F); (iii) médio (M); (iv) Superior; e, (v) indeterminado¹ (I).

A Tabela A7.1 do Anexo 1 demonstram a taxa de fragilidade ocupacional das pessoas ocupadas segundo o grau de escolaridade, conforme a tipologia socioespacial.

¹ O nível de escolaridade indeterminado expressa a situação em que a resposta à pesquisa foi uma declaração de que estuda e não estuda; portanto, sem possibilidade de classificação. Um aspecto importante em relação ao nível de escolaridade “indeterminado” consiste no fato de que para esse grupo ocorreu a maior taxa de desemprego e de fragilidade ocupacional, tanto em 2000 quanto em 2010. Chama atenção o fato de a taxa de desemprego para esse grupo chegar a 12%, em 2010, enquanto que, para as pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto, essa taxa era de 4,2%; e, para as pessoas com fundamental, essa taxa foi 5,9%. A taxa de fragilidade ocupacional, em 2000, era maior para o grupo de nível de escolaridade indeterminado (59,16%) em relação ao grupo de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto (49,8%); em 2010, essa taxa ficou em 43% para os dois grupos. Isso significa que, em termos de desigualdades no mercado de trabalho, o grupo de pessoas cujo nível de escolaridade é ignorado merece uma atenção especial, a ser dispensada em trabalhos futuros.

Num primeiro momento, constata-se que, enquanto a taxa fragilidade ocupacional na ACP Maringá, em 2000, era de 36,8%, para as pessoas ocupadas sem instrução ou com o fundamental incompleto essa taxa era ainda mais elevada: 49,8%; isso significa que metade da população ocupada sem instrução ou com o fundamental incompleto, em 2000, se encontrava em situação de fragilidade ocupacional na ACP Maringá. Na análise da distribuição da taxa de fragilidade, segundo o nível de escolaridade, outros dois aspectos chamam a atenção: elevação de um nível de escolaridade implica na redução da taxa de fragilidade ocupacional; e, em todos os tipos socioespaciais, a maior taxa de fragilidade ocorre para população ocupada sem instrução ou com o fundamental incompleto.

No ano 2000, a taxa de fragilidade para as pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto que residiam no tipo *Superior* era de (41,4%); para as pessoas que residiam no tipo *Agrícola* a taxa era de 54,7%. Para os que residiam nos demais tipos, a taxa era de 50%; Isso significa que metade da população ocupada sem instrução ou com o fundamental incompleto, em 2000, se encontrava em situação de fragilidade ocupacional na ACP Maringá. Já a menor taxa de fragilidade ocupacional é apresentada pelas pessoas com nível superior em todos os tipos socioespaciais (15%).

Em 2010, houve redução da taxa de fragilidade ocupacional na ACP em todos os níveis de escolaridade. No entanto, assim como ocorreu em 2000, a maior taxa de fragilidade ocupacional ocorreu para a população ocupada sem instrução ou com o fundamental incompleto; e isso ocorreu em todos os tipos socioespaciais, reproduzindo a situação verificada em 2000. Da mesma forma, a elevação de um nível de escolaridade implica na redução da taxa de fragilidade em todos os tipos socioespaciais; isso significa que as pessoas com esse nível de escolaridade estão em situação de maior vulnerabilidade social em relação à qualidade do vínculo ocupacional, independente do seu local de residência. No entanto, na análise da distribuição da taxa de fragilidade entre essas pessoas, constata-se que há desigualdades expressas na organização social do território.

No que tange ao desemprego, a análise do nível de escolaridade segundo a tipologia socioespacial, permite observar as desigualdades e as suas dinâmicas na organização social do território da ACP Maringá. O grupo de pessoas com nível de escolaridade fundamental é o mais afetado pelo desemprego; em 2000, a taxa de desemprego para

as pessoas com nível de escolaridade fundamental era de 16,2%; em seguida, o grupo mais afetado foi o das pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto (12,3%). A forma como o desemprego afetou as pessoas com ensino fundamental também foi desigual, segundo os tipos socioespaciais; em 2000, para as pessoas com nível fundamental que residiam no tipo *Agrícola*, a taxa de desemprego foi de 11,11; para as pessoas que residiam no tipo *Operário popular* e *Operário popular agrícola*, a taxa foi de 18%; já para as que residiam no tipo *Superior*, a taxa foi de 17,4%.

d) A dimensão das desigualdades no mercado de trabalho quando considerada a idade

Para analisar as desigualdades no mercado de trabalho segundo a idade, a população economicamente ativa da ACP foi classificada em 5 faixas etárias: de 15 a 24 anos; de 25 a 34 anos; de 35 a 44 anos; de 44 a 54 anos; e de 55 a 64 anos, conforme as Tabelas A7.1 a A7.4 do Anexo 1.

No ano 2000, enquanto a taxa de desemprego da ACP Maringá era de 12,5%, a taxa de desemprego para a faixa etária de 15-24 anos era de 21%. Nas demais faixas etárias, a taxa de desemprego variou entre a mínima de 7,9% e a máxima de 10,5%. Embora nessa faixa etária de 15-24 anos possa ocorrer a concorrência com outras ocupações institucionais (educativas), chama a atenção o fato de a taxa de desemprego ser tão elevada. Por outro lado, nessa faixa etária, as taxas de desemprego são elevadas em todos os tipos socioespaciais: as menores taxas ocorrem nos tipos *Agrícola* (17,3%) e *Superior* (17,8%); as maiores taxas ocorrem nos tipos *Operário popular agrícola* e *Médio*, com taxas de desemprego de 17%.

De um modo geral, ocorre a redução a taxa de desemprego a cada elevação do nível de faixa etária, até os 44 anos, em todos os tipos socioespaciais; a partir dos 45 anos, a taxa de desemprego volta a aumentar, em todos os tipos socioespaciais. As menores taxas de desemprego ocorrem para a faixa de 35-44 anos; e isso para todos os tipos socioespaciais. No entanto, há desigualdades entre as pessoas ocupadas nessa faixa de idade: enquanto a taxa de desemprego para as pessoas entre 35-44 anos de idade que residem no tipo *Superior* é de 5,4%, a taxa para as pessoas nessa faixa etária que residem no tipo *Operário popular* é de 10,8%, ou seja, o dobro. Considere-se é que no tipo *Operário popular* que ocorrem as maiores taxas de desemprego em

todas as faixas etárias analisadas; e é no tipo *Superior* que ocorrem as menores taxas, em todos os tipos, exceto na faixa de 15-24 anos, que é levemente superior à taxa do tipo *Agrícola*.

Outro fato que chama a atenção é a taxa de desemprego para a faixa etária de 55 a 64 anos: a taxa de desemprego nessa faixa etária (10,5%) é superior às taxas verificadas nas faixas etárias de 45-54 anos (8,3%), 35-44 anos (7,9%), e 25-34 anos (9,7%). Assim, a taxa de desemprego na faixa etária de 55 a 64 anos somente é menor do que a taxa de desemprego da faixa etária de 15-24 anos.

No ano de 2010, a taxa de desemprego da CP Maringá caiu de 12,5% para 4,5%. A menor taxa de desemprego ocorreu na faixa etária de 55-64 anos; a maior ocorreu na faixa etária de 15-24 anos. Chama a atenção, novamente, o fato de ser tão elevada a taxa de desemprego na faixa etária de 15-24 anos: é mais do que o dobro da taxa de desemprego da ACP Maringá. E, assim como ocorreu em 2000, a taxa de desemprego dessa faixa etária foi elevada em todos os tipos socioespaciais. No entanto, o tipo socioespacial que apresentou a maior taxa de desemprego na faixa etária de 15-24 anos foi o tipo *Médio* (11,9%); a segunda maior taxa ocorreu no tipo *Superior* (10,2%). O tipo *Operário popular* ficou com a terceira menor taxa de desemprego em 2010 (10,0%); ainda assim, esse tipo socioespacial, onde se concentra a população com baixo volume de capital, mantém elevada taxa de desemprego, comparada a taxa da ACP Maringá (4,5%).

Chama a atenção, também, o fato da taxa de desemprego “0,0” para a faixa etária de 55-64 anos, em 2010, no tipo *Agrícola*. E, também chama a atenção o fato de que as menores taxas de desemprego foram registradas nessa faixa etária de 55-64 anos, em todos os tipos socioespaciais, em 2010; exceto em relação à faixa etária de 45-54 anos, que apresentou a menor taxa (0,6%); e, esta menor taxa ocorreu no tipo *Agrícola*. Com isso, constatou-se a tendência de diminuição da taxa de desemprego em todos os tipos socioespaciais na medida em que ocorre o avanço das faixas etárias. Fica realçada a condição de maior vulnerabilidade da faixa etária de 15-24 anos quando se trata de acessar o mercado de trabalho através do emprego.

Em relação à fragilidade ocupacional, a análise da idade revela situação mais desfavorável para a população ocupada na faixa etária de 55-64 anos de idade. As maiores taxas foram apresentadas nos tipos *Popular operário agrícola* (56,3%) e *Popular operário* (52,6%). A segunda maior taxa foi apresentada pela faixa etária de 45-54 anos (51,5%), se-

guida da faixa etária de 35-44 anos (43,3%). Assim, o avanço na idade se apresenta como condição desfavorável em relação à qualidade do vínculo ocupacional. No entanto, há desigualdade entre as pessoas, quando consideradas as faixas etárias, em si; o padrão de desigualdade é o mesmo padrão da organização territorial da ACP: as pessoas que residem nos tipos superiores apresentam as menores taxas de fragilidade ocupacional; as que residem nos tipos inferiores apresentam as maiores taxas.

Em 2010 constataram-se transformações na condição de fragilidade ocupacional. No entanto, manteve-se o padrão de desigualdade núcleo-periferia. Assim como ocorreu em 2000, as maiores taxas de fragilidade ocupacional foram apresentadas pelas pessoas que residem nos tipos inferiores; as menores taxas foram apresentadas pelas pessoas que residem nos tipos superiores. Em 2000, chama a atenção o fato de que a faixa etária de 55-64 anos apresentou a maior taxa de fragilidade dentre todas as faixas etárias (43%); e, ainda, o fato de que praticamente não houve redução da taxa de fragilidade nessa faixa etária: em 2000, a taxa era de 44,8%, e, em 2010, a taxa foi de 43,0%. Além disso, as maiores taxas de fragilidade correram na faixa de idade de 55-64 anos para todos os tipos socioespaciais; exceto para os residentes no tipo *Médio*. Outro fato que chama a atenção é o de que a maior taxa de fragilidade ocupacional apresentada pelas pessoas ocupadas na faixa de 55-64 anos ocorreu no tipo *Agrícola* (50,4%). O contraste, aqui, é gritante: não há desemprego, ali, em 2010, para essa faixa etária. A segunda maior taxa de fragilidade ocupacional, nessa faixa etária, ocorreu no tipo *Operário popular agrícola* (49%); a terceira, ocorreu no tipo *Operário popular* (46,3%). O que equivale a dizer que as pessoas da faixa etária de 55-64 anos que residem nos tipos socioespaciais caracterizados pelo baixo volume de capital são os mais afetados pela vulnerabilidade decorrente da baixa qualidade do vínculo ocupacional. Em 2010 chama a atenção, também, o que ocorreu com a faixa etária de 15-24 anos porque, embora tenha ocorrido redução na taxa de fragilidade, quando comparado com o ano 2000, ainda assim essa taxa é elevada.

Seção 4 – A questão social urbana na ACP Maringá: consequências da organização social do território nas desigualdades nas oportunidades de trabalho para a população com baixo ou nenhum volume de capital

Neste Capítulo restou demonstrada a relação entre a organização social do território e as desigualdades nas oportunidades do mercado de trabalho, nas três estruturas de oportunidades analisadas: acesso ao emprego, fragilidade ocupacional e rendimento médio do trabalho principal. Nas três estruturas restou demonstrada a relação entre o padrão de organização social do território, consistente no padrão núcleo-periferia e as expressões de desigualdades no mercado de trabalho: no núcleo é constituído pelo tipo *Superior* e onde se concentra a população que detém o maior volume de capital econômico ou cultural e onde ocorre a menor taxa de desemprego e de fragilidade ocupacional; na periferia, se concentra a população com baixo ou nenhum capital econômico ou cultural, e onde ocorrem as maiores taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional e os menores rendimentos.

Nesta Seção, o que se busca é tecer breves considerações sobre o modo como se apresenta a organização social do território na ACP Maringá e a sua consequência consistente na inibição do acesso ao bem-estar social pela população que ocupa as posições inferiores da hierarquia social, a partir de um diálogo com os resultados apresentados neste Livro em outros Capítulos.

Nesse sentido, impõe-se considerar que, no Capítulo 4 deste Livro, restou demonstrada a relação entre o padrão de organização social do território metropolitano e os processos de diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais – 1991, 2000 e 2010; e, foi ressaltado, também, o fato de que a relação observada nos períodos analisados são reproduções do planejamento regional inicial realizado pela Companhia colonizadora: a cidade polo foi planejada para não agregar população de rendas baixas. Como bem sintetiza Rodrigues (2004), Maringá, a cidade polo, é um caso pensado para que a pobreza morasse ao lado. Ao desvendar essa política intencionalmente segregadora, constata-se que foi estabelecida e consolidada no processo de definição de parâmetros urbanísticos rigorosos para a ocupação urbana do polo metropolitano e de inexistência de quaisquer parâmetros para os demais municípios metropolitanos, que foram implantados ao sa-

bor da atuação do mercado imobiliário (RODRIGUES, 2004). Assim, a organização social do território da RMM demonstra a associação entre a ocupação dos residentes e a área onde moram como resultados da dinâmica do desenvolvimento urbano regional. Nesse caso, não se está apenas diante de um fenômeno de diferenciação, quando se considera o fenômeno da concentração de grupos nesse espaço urbano: o que se tem, simultaneamente, é a segregação e a segmentação, já que o isolamento dos grupos em situação de baixo volume de capital é acompanhado de mecanismos que impedem o acesso desses indivíduos aos espaços urbanos reservados para os grupos detentores de volumes elevados de capital, quer seja econômico quer intelectual.

Essa mesma situação pode ser constatada na análise da estrutura produtiva, conforme restou ressaltado no Capítulo 3 deste Livro; ali é possível compreender o papel da companhia privada na organização do processo de ocupação, mediante o estabelecimento de relações e papéis diferenciados dos núcleos populacionais que surgem no caminho da expansão cafeeira: Maringá nasce como cidade polo regional com funções especializadas em torno de serviços, comércio e indústria, mas voltadas ao setor agropecuário, extrapolando o espaço físico da cidade e cumprindo o papel definido na divisão nacional do trabalho. Os Municípios em torno do polo caracterizam-se por ser, em grande parte, moradia da força de trabalho e pela menor oferta de empregos urbanos, pois, a atividade econômica, o trabalho e a disponibilidade de serviços estão concentrados na cidade-polo. O resultado perverso da situação exposta é um intenso processo de movimento pendular, ou seja, de pessoas que todos os dias saem dos municípios onde residem e se dirigem ao Município polo; depois, retornam para o município de origem, conforme análise cuidadosa apresentada no Capítulo 9 deste Livro.

Já o efeito perverso do processo de segregação socioespacial, consistente na periferização da moradia das classes de rendimentos baixos, restou demonstrado no Capítulo 8: a demanda por moradias em Sarandi e Paiçandu é fortemente influenciada pela atração da cidade polo, que possui maiores oportunidades de emprego; mas, a cidade polo possui os maiores valores de solo da RMM e índices restritivos à instalação para população de baixa renda. Esse efeito perverso pode ser percebido no Censo de 2000 que contabilizou em Maringá 29% de famílias com faixa de renda *per capita* acima de 3 s.m., contra 7% e 6% em Sarandi e Paiçandu, respectivamente. Como se não bastasse

essa política perversa de produção de desigualdade, acrescente-se, ainda, que essa desigualdade se reproduz na medida em que prepondera o protagonismo do viés do mercado, que se aproveita do fenômeno da periferização produzida para introduzir um padrão rentista para o acesso à moradia no aglomerado Maringá-Paiçandu-Sarandi: em Paiçandu e Sarandi, 38% e 35% dos domicílios alugados, respectivamente, o são por famílias com renda de 1 e de 2 salários mínimos (s.m.) respectivamente; em Maringá, do total dos imóveis alugados, 32% o são por famílias cujo rendimento é de 1 a 2 s.m. Logo, não há provisão habitacional para baixa renda, e o viés rentista estabelecido implica no comprometimento com aluguel de cerca de 30% do rendimento das classes de baixa renda.

Por fim, constata-se que as áreas onde está concentrada a população desprovida de capital econômico e cultural, e onde foram constatadas as maiores taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional, são as mesmas áreas que apresentam os piores índices de bem-estar social. Nesse sentido, no Capítulo 10 a questão social da RMM, assim entendidas as desigualdades sociais, foi analisada mediante o conjunto das expressões dessas desigualdades a partir do Índice de Bem-Estar Urbano Local – IBEU Local, elaborado pelo Observatório das Metrôpoles (2013); o Bem-Estar Urbano, neste caso, é considerado como aquilo “que a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas e utilizadas de forma coletiva” (IBEU, 2013, p. 06). A construção do IBEU foi baseada em cinco dimensões, cada uma foi constituída a partir de um conjunto de indicadores do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010: D1) mobilidade urbana; D2) condições ambientais urbanas; D3) condições habitacionais urbanas; D4) atendimentos de serviços coletivos urbanos; D5) infraestrutura urbana. Para melhor compreensão, considere-se que o IBEU tem amplitude de variação entre zero e um, ou seja, quanto mais próximo de 1 (um), melhor é o bem-estar urbano; quanto mais próximo de 0 (zero), pior é o bem-estar urbano. Além do IBEU, a interpretação dos espaços urbanos contou com a tipologia socioespacial, especialmente elaborada para a RMM e pelas unidades espaciais correspondentes áreas de Áreas de Ponderação (APONDS) da RMM. Embora a análise tenha considerado a RMM Região Metropolitana de Maringá, em sua feição institucional, ou seja, constituída por 26 municípios e composta por 52 Áreas de Ponderação (APONDS).

Portanto resta demonstrada, também dessa forma, a relação entre a organização social do território, nas suas expressões de desigualdades no mercado de trabalho, e a condição da que se concentra nas Áreas de Ponderação (APONDS), já que nessas áreas se concentra a população que se encontra em maior risco de desemprego, de fragilidade ocupacional e de menor rendimento do trabalho principal; e nelas se constata os piores Índices de Bem-Estar Urbano. Já as áreas onde se constata os melhores Índices de Bem-Estar Urbano são as áreas onde se concentram a população com baixo risco de desemprego e de fragilidade ocupacional e com maiores rendimentos.

Conclusão

Este capítulo contribuiu na demonstração da relação entre a organização social do território na ACP Maringá e suas dinâmicas de segmentação e segregação e as tendências da reprodução das desigualdades relativas às estruturas de oportunidades do mercado de trabalho, no período 2000-2010, para as pessoas ocupadas na faixa etária de 15 a 64 anos, nas três estruturas de oportunidades analisadas: desemprego, fragilidade ocupacional e rendimento do trabalho principal.

Um resultado relevante do estudo foi confirmar a importância da tipologia socioespacial, construída pelo Observatório das Metrópoles, na análise das desigualdades nas oportunidades relativas ao mercado de trabalho, nas três estruturas analisadas. Essa importância foi confirmada pela possibilidade de se capturar as dinâmicas de desigualdades, no início da década (2000), e as mudanças ocorridas no final da década (2010).

Com base na tipologia socioespacial, desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles, e dos indicadores de desemprego, fragilidade ocupacional e renda, este estudo contribuiu para a compreensão da dinâmica das desigualdades no mercado de trabalho na ACP Maringá, no período 2000-2010. Em 2000, sob o impacto dos ajustes decorrentes da globalização, no viés neoliberal, esse espaço urbano apresentou altas taxas de desemprego (12,6%) e de fragilidade ocupacional (38,5%). Em 2010, houve redução das taxas de desemprego (4,5) e de fragilidade ocupacional (28,1%). No entanto, a elevada taxa de fragilidade ocupacional verificada em 2010 indica a persistência da continuidade do modelo de precarização da relação de trabalho, com a manutenção de número elevado de vínculos ocupacionais de baixa qualidade.

O estudo demonstrou, também, a relação entre a organização social do território e as desigualdades no mercado de trabalho, a partir da análise na distribuição das taxas de desemprego e de fragilidade e do rendimento médio da ocupação principal. Nesse sentido, o estudo demonstra que as dinâmicas de produção e reprodução de desigualdades no mercado de trabalho segue o padrão de organização social do território, de acordo com modelo núcleo-periferia: o núcleo da ACP Maringá, representado pelos tipos socioespaciais *Superior Médio* e *Médio*, localizados no Município Polo, onde se concentra a população que se encontra no topo da hierarquia social, apresenta as menores taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional e as maiores rendas; na periferia da ACP Maringá, composta por parte do Município Polo e pelos Municípios de Floresta, Mandaguari, Marialva, Paiçandu e Sarandi; onde estão situados os tipos *Operário popular*, *Operário popular agrícola* e *Agrícola*, e onde se concentra a população que se encontra nas posições inferiores da hierarquia social, apresenta as maiores taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional e as menores rendas. Essa situação de desigualdade resta agravada pelo fato de que os estudos sobre a Região Metropolitana de Maringá demonstram a elevada condição de isolamento social das pessoas com baixa qualificação. E, quando examinada a situação de desigualdade, à luz da qualificação da população economicamente ativa na ACP Maringá, constata-se que as taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional são mais elevadas para as pessoas com nível baixo de escolaridade (sem instrução ou fundamental incompleto e fundamental); além disso, essas são as pessoas com mais baixa renda. Quando se associa as condições dessas pessoas com as políticas de acesso à moradia, por exemplo, constata-se que o baixo volume de capital e de isolamento social limita o acesso às estruturas de oportunidades no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que reproduz as condições de vulnerabilidade social, impedindo sua superação.

Em relação aos fatores individuais, mesmo diante da diminuição geral do desemprego na comparação entre 2000-2010, na perspectiva intrametropolitana, a dinâmica da desigualdade apresentou aumento. Fatores como a condição feminina, a composição de cor/raça, a idade mais jovem e o nível de escolaridade atuaram como focos das desigualdades de oportunidades do mercado de trabalho; o mesmo acontece com a população mais jovem e com a população com baixo nível de escolaridade.

Por outro lado, a tendência de maior desemprego restou caracterizada nos tipos socioespaciais superiores, o que significa que nesses tipos se reproduzem as tendências de precariedade da relação de trabalho, principalmente nos grupos evidenciados (mulheres, negros e jovens). Nos tipos socioespaciais inferiores a tendência de desemprego é de diminuição; no entanto, nesses tipos socioespaciais constatou-se a tendência para os índices elevados de fragilidade ocupacional e ao rendimento baixo.

Com base nos resultados decorrentes da análise da relação da organização social do território e as desigualdades nas oportunidades no mercado de trabalho, foi possível estabelecer a dimensão das suas consequências a população que detém o mais baixo volume de capital. Esta população é a que mais sofre o viés da desigualdade nas estruturas de oportunidades no mercado de trabalho, em relação ao desemprego, à fragilidade ocupacional e ao rendimento do trabalho principal. Além disso, essa população ocupa as áreas da periferia urbana, onde são verificados os piores índices de bem-estar urbanos da ACP Maringá. E é a mesma população desprovida de política de moradia que, em sua grande moradia, se submete ao padrão rentista estabelecido pela especulação imobiliária, e acabam por destinar um terço de sua renda para o pagamento de aluguel.

Referências

- BOURDIEU, Pierre (2001). *As estruturas sociais da economia*. Lisboa, Instituto Piaget.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (2013). *Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos*. 1. ed. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins; CORRÊA, Filipe Souza (2010). Segregação residencial e emprego nos grandes espaços urbanos brasileiros. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, EDUC, v. 12, n. 23, pp. 15-41, jan/jun.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (2013). *Transformações da Ordem Urbana na Metrôpole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo*. Rio de Janeiro, OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/FAPERJ – CAPES – CNPq.

RIBEIRO, Marcelo Gomes (2013). “Desigualdades de renda e estrutura social no Brasil metropolitano”. In: COSTA, Lygia Gonçalves; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Orgs.). Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro, Letra Capital, pp. 65-83.

RODRIGUES, Ana Lúcia (2004). A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. São Paulo, PUC (Tese de Doutorado).

Anexo 1

Tabela A7.1. Taxa de desemprego na ACP de Maringá no ano de 2000, segundo gênero, cor, grau de instrução e idade, conforme a tipologia socioespacial

TIPOS	SEXO		COR/RAÇA		GRAU INSTRUÇÃO					IDADE				
	H=Homem	M=Mulher	B=Branca		SI=Sem Instrução; FI= Fundamental incompleto									
	H (%)	M	N=Negra (preta e parda)		F=Fundamental; M=Médio; S=Superior; I=Indeterminado									
	H (%)	M	B	N	SI/FI	F	M	S	I	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Superior Médio	7,4	9,9	8,8	7,0	10,1	17,4	9,1	4,2	5,5	17,8	7,4	5,4	4,6	9,1
Médio	9,7	14,0	10,9	14,5	11,5	16,3	10,1	4,0	18,7	22,2	8,6	7,3	7,8	9,9
Popular Operário	12,5	20,5	14,3	18,7	15,7	18,4	11,7	10,9	19,9	25,3	12,2	10,8	12,8	13,6
Operário Popular Agrícola	11,3	17,7	13,5	14,6	13,5	18,0	10,4	8,0	13,4	22,5	11,1	9,7	9,9	12,1
Agrícola	8,7	12,6	9,4	13,0	11,0	11,7	8,2	2,7	11,1	17,3	9,5	6,5	6,4	7,9
Total	9,9	15,0	11,3	13,5	12,3	16,3	9,9	5,9	13,7	21,0	9,7	7,9	8,3	10,5

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

Tabela A7.2 – Taxa de desemprego na ACP de Maringá no ano de 2010, segundo gênero, cor/raça, grau de instrução e idade, conforme a tipologia socioespacial

TIPOS	SEXO		COR/RAÇA		GRAU INSTRUÇÃO					IDADE				
	H=Homem	M=Mulher	B=Branca		SI=Sem Instrução; FI= Fundamental incompleto									
	H	M	N=Negra (preta e parda)		F=Fundamental; M=Médio; S=Superior; I=Indeterminado									
	H	M	B	N	SI/FI	F	M	S	I	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Superior Médio	3,3	5,2	4,1	4,7	5,1	6,4	4,7	2,9	0,0	10,7	4,1	2,0	2,4	2,0
Médio	3,7	5,8	4,7	4,5	3,9	5,8	5,1	3,4	20,0	11,9	3,7	2,3	2,2	2,4
Popular Operário	2,9	8,0	4,6	5,7	4,8	7,0	4,1	3,4	13,0	10,0	4,8	2,8	3,2	2,3
Operário Popular Agrícola	3,2	6,3	4,2	5,2	4,4	6,0	4,0	2,0	16,2	9,1	3,7	2,6	3,0	3,0
Agrícola	1,8	5,8	3,2	4,4	2,8	4,3	5,1	1,0	11,1	9,3	3,8	2,4	0,6	0,0
Total	3,0	6,2	4,1	4,9	4,2	5,9	4,6	2,5	11,1	10,2	4,0	2,4	2,2	2,1

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

Tabela A7.3 – Taxa de fragilidade ocupacional na ACP de Maringá no ano de 2000, segundo gênero, cor/raça, grau de instrução e idade, conforme a tipologia socioespacial

TIPOS	SEXO		COR/RAÇA		GRAU INSTRUÇÃO					IDADE				
	H=Homem	M= Mulher	B=Branca	N=Negra (preta e parda)	SI=Sem Instrução; FI= Fundamental incompleto F=Fundamental; M=Médio; S=Superior; I=Indeterminado					15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
	H	M	B	N	SI/FI	F	M	S	I					
Superior Médio	22,9	24,4	23,1	28,8	41,4	33,3	24,9	13,1	51,8	31,4	22,6	19,4	22,6	26,7
Médio	34,2	37,8	33,1	46,5	50,5	39,5	23,5	13,5	73,7	35,3	32,1	35,8	38,5	45,8
Popular Operário	41,3	49,1	42,8	47,7	52,4	39,8	26,2	16,0	66,6	40,7	41,2	46,0	51,5	52,6
Operário Popular Agrícola	39,2	48,2	40,8	46,7	50,4	40,3	25,5	10,5	58,2	40,8	37,3	43,3	49,7	56,3
Agrícola	46,5	42,5	43,1	51,6	54,7	43,5	28,3	22,5	45,5	43,1	45,0	46,5	46,2	42,8
Total	36,8	40,4	36,5	44,2	49,8	39,2	25,6	15,1	59,16	38,2	35,6	38,2	41,3	44,8

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

Tabela A7.4 – Taxa de fragilidade ocupacional na ACP de Maringá no ano de 2010, segundo gênero, cor/raça, grau de instrução e idade, conforme a tipologia socioespacial

TIPOS	SEXO		COR/RAÇA		GRAU INSTRUÇÃO					IDADE				
	H=Homem	M= Mulher	B=Branca	N=Negra (preta e parda)	SI=Sem Instrução; FI= Fundamental incompleto F=Fundamental; M=Médio; S=Superior; I=Indeterminado					15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
	H	M	B	N	SI/FI	F	M	S	I					
Superior Médio	22,0	25,4	22,4	29,7	43,9	29,2	24,4	15,5	41,4	28,8	20,4	20,4	23,2	31,6
Médio	23,9	29,9	25,1	30,1	40,3	29,0	21,9	13,4	23,9	25,6	21,1	26,3	29,4	37,7
Popular Operário	28,0	38,6	30,0	35,6	43,7	34,0	18,8	9,4	47,4	29,3	25,1	30,9	44,1	46,3
Operário Popular Agrícola	26,5	32,5	27,0	32,2	39,5	27,4	18,6	9,6	34,4	25,1	23,5	31,7	33,4	49,3
Agrícola	33,4	38,5	33,3	40,9	50,7	38,1	23,0	12,2	68,7	35,5	28,0	34,7	34,7	50,4
Total	26,7	33,0	27,5	33,7	43,6	31,5	21,3	12,0	43,1	28,8	23,6	28,8	32,9	43,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

Tabela A7.5 – Rendimento médio do trabalho principal* dos grupos sócio-ocupacionais segundo os tipos socioespaciais na ACP Maringá, no período 2000-2010

TIPOS	Dirigentes		Profissionais de Nível Superior		Pequenos Empregadores		Ocupações Médias		Trabalhadores do Terciário Especializado		Trabalhadores do Secundário		Trabalhadores do Terciário Não Especializado		Agricultas	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Superior Médio	6.217	6.769	1.884	2.577	2.723	3.603	991	1.470	817	991	681	1.057	454	662	1.079	970
Médio	3.194	6.242	1.522	2.343	2.077	3.426	717	1.461	503	1.060	502	1.162	299	698	659	879
Popular Operário	3.331	3.926	756	1.609	1.146	1.878	489	1.108	378	812	394	932	255	600	247	686
Operário Popular Agrícola	1.797	6.384	843	1.334	1.795	1.942	446	1.053	383	868	375	972	231	630	254	665
Agrícola	2.445	5.609	921	2.033	3.149	2.992	537	1.322	399	800	511	956	231	568	324	781
Total	3.396	5.786	1.185	1.979	2.178	2.768	636	1.282	496	906	492	1.015	294	631	512	796

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

*Valores nominais. Moeda: Real.

A produção de moradia entre 2000 e 2013
e o impacto na organização socioespacial
do aglomerado metropolitano Sarandi-
Maringá-Paiçandu

Beatriz Fleury e Silva
Ricardo Dias Silva

Resumo: Este texto avalia os impactos da produção habitacional da década de 2000 no padrão socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu e apresenta as tendências de alteração deste padrão frente à recente produção de habitação social de mercado do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, entre os anos de 2010 e 2013. Constata a manutenção de efeitos nocivos no espaço metropolitano, sobretudo entre 1990 e meados dos anos 2000, como processo de elitização dos espaços, periferização da pobreza e segregação socioespacial. Entretanto, também verifica alterações positivas no nível intraurbano.

Palavras-chave: Produção habitacional; Programa Minha Casa Minha Vida; impactos socioespaciais; aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu.

Abstract: This paper assesses the impacts of housing production in the 2000s socio-spatial pattern in the metropolitan agglomerate Sarandi-Maringá-Paiçandu. It shows the trends of change in this pattern across the recent production of social housing market Minha Casa Minha Vida – PMCMV, between the years 2010 and 2013. Notes maintaining harmful effects on metropolitan space, especially between 1990 and the mid 2000s, as a process of gentrification of spaces, peripherization poverty and socio-spatial segregation. However, it also notes positive changes in the intra-urban level.

Keywords: housing production, Minha Casa Minha Vida, socio-spatial impacts, metropolitan agglomerate Sarandi-Maringá-Paiçandu

Introdução

De fins da década de 1980 até início de 2000, o Brasil viveu uma longa lacuna em relação à política habitacional voltada para população de baixa renda, o que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013), contribuiu para o déficit habitacional de 5,4 milhões de domicílios, do qual 83,5% localizam-se nas áreas urbanas.

Este quadro começou a mudar com a definição de uma nova política de desenvolvimento urbano, preparada no primeiro governo FHC (1995-1998) quando foi aprovado o Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, que atuou de maneira complementar ao Sistema Financeiro de Habitação – SFH, vigente desde a década de 1960. Para Rufino (2010), o SFI foi beneficiado pelo crescimento econômico do país, passando a apresentar expressiva valorização a partir de 2005. Esta estabilidade macroeconômica, iniciada em fins da década de 1990, no Governo Lula se fortificou, trazendo taxas de juros mais baixas, investidores e agentes financeiros interessados no mercado imobiliário, em clara demonstração do que aponta Ribeiro (2013) quando menciona que o país hoje está recriando o tripé capital internacional/Estado/capital nacional com a hegemonia do capital financeiro e sua lógica.

A concessão de crédito tornou-se então promissora proporcionando, por exemplo, via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, o incremento de 28.905 unidades construídas em 2002, para 187.641 em 2008, ano em que estourou a crise hipotecária dos EUA que, somada à falta de experiência na atuação com faixas de renda mais baixas, gerando estoques numerosos de terra e excesso de produção, levou ao fechamento e venda de empresas. Neste cenário, surgiu o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

Toda esta frenética produção imobiliária, impulsionada pelo aumento de crédito e financiamento habitacional, tem provocado desde meados dos anos 2000, mudanças na configuração socioespacial de muitas cidades brasileiras. Analisa-se aqui o caso do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu em dois momentos: na década de 2000; e nos anos 2010 a 2013. A provisão habitacional da década de 2000 é analisada à luz dos indicadores de moradia e da tipologia sócio-ocupacional construída para 2010, metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles a partir de dados do Censo (IBGE, 2010), identificando, comparativamente à produção da década de 1990. Para o período 2010-2012, pautando-se pelo pressuposto de

que o mercado se organiza a partir de uma estrutura socioespacial posta, verifica-se a correlação entre esta mesma tipologia e a produção do PMCMV, observando possíveis tendências de alteração do padrão atual.

1. O aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu: arranjos de um território de mercado

Os municípios de Sarandi-Maringá-Paiçandu, fazem parte da Região Metropolitana de Maringá – RMM localizada na porção norte do Estado do Paraná e institucionalizada conforme Lei Complementar (LC) n. 83/98. Esta região metropolitana é composta atualmente de 26 municípios, os quais foram anexados pouco a pouco de forma indiscriminada, com a particularidade de terem sido fruto do mesmo projeto privado de colonização, iniciada na década de 1930. Formada por distintas realidades demográficas, socioespaciais e econômicas, a RMM encontra no aglomerado em estudo uma maior integração verificada através do movimento pendular, das relações socioeconômicas por eles realizadas e por compor uma única mancha urbana, razão de sua conurbação ocorrida em meados da década de 1990. Estas características fazem com que estes três municípios se enquadrem em Área de Concentração da População (ACPs), unidades de pesquisa em uso pelo IBGE e que correspondem às principais aglomerações urbanas identificadas em território nacional, (MOURA & CINTRA, 2013).

Esta integração se traduz em dependência dos municípios de menor porte Sarandi e Paiçandu em relação ao polo e em maiores impactos na produção do espaço destes municípios, sobretudo no que diz respeito à moradia, a qual vem acompanhada há décadas, por processos marcantes de segregação socioespacial.

Maringá foi criada em 1947 para ser polo de extensa região, seguindo os planos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, originalmente de capital inglês e posteriormente nacionalizada e renomeada como Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. A colonizadora, exercendo monopólio por muitos anos sobre as áreas adquiridas impulsionou pressões e especulação sobre os preços do solo, sobretudo em Maringá, dando condições para que seu território metropolitano fosse pautado pela desigualdade. Mesmo após a saída da CTNP do comando das cidades com as primeiras eleições, esta

manteve influências no legislativo e junto a vários gestores municipais e estaduais, norteou a expansão das cidades e seus lucros. Desta forma, plantou desde a gênese uma urbanização moldada de acordo com necessidades de acumulação capitalista, em clara coalizão Estado e agentes privados, em especial, o mercado imobiliário.

A partir da década de 1960, Maringá atraiu grande número de moradores, sendo os de menor renda instalados em conjuntos habitacionais implantados nas bordas da cidade, por conta de leis urbanas restritivas que expulsaram a população de mais baixa renda para os municípios próximos. Esse processo explícito de segregação socioespacial foi se acentuando a partir de 1975, com a vinda de grande contingente populacional para as áreas urbanas, motivada pela forte queda ocorrida na região e do êxodo rural presente em quase todo país. Para absorver esta população, diversos empreendedores, encontrando liberdade de ação sobre o solo nas cidades menores, executaram loteamentos sem a mínima infraestrutura urbana.

A partir desta mesma década, sucessivas ampliações do perímetro urbano foram realizadas, deixando grandes vazios urbanos para especulação, elevando a fragmentação urbana e valorizando de forma desigual o solo urbano. Assim em 1974 através da lei 1063/74, o perímetro urbano de Maringá foi ampliado em duas vezes e cinco anos mais tarde, em 1979, sofreu aumento de 50% em relação ao anterior. Estas sucessivas e expressivas expansões do perímetro, em flagrante articulação do poder público com o mercado, desestruturaram espacialmente a cidade e contribuiu para o processo de segregação, supervalorizando terrenos existentes nos vazios entre a área consolidada e a expandida, criando nova oportunidade de acumulação do capital.

Rodrigues (2004, p. 74) afirma haver uma parcela da população sem acesso ao mercado legal, dando origem a ocupações irregulares em terrenos públicos espalhados pela cidade, formando núcleos de favelas. O processo de favelização foi assistido nesta época na maioria das grandes cidades do país, mas a forma como ele foi erradicado em Maringá foi peculiar. Entre 1973 e 1988 foram eliminadas todas as habitações subnormais, a maior parte transferida para os municípios vizinhos.

No período do Banco Nacional de Habitação – BNH, foram usadas estratégias para obtenção de infraestrutura de redes e pavimentação, instalando-se alguns conjuntos em áreas ainda não urbanizadas, marcando visivelmente a condição periférica da classe de baixa renda.

No município de Sarandi, em 1975 ocorreu o maior crescimento demográfico, quando uma forte geada atingiu o Paraná e contribuiu com a transferência para a cidade da população rural, que ocupava ou invadia áreas sem planejamento ou infraestrutura. A malha urbana se expandiu de forma desconexa, sendo retalhada por agentes imobiliários que viram em Sarandi um território à livre exploração, ao encontro do que explica Gottdiener (1997, p.32) “se as necessidades do capital se manifestam no espaço, as mudanças se manifestam nas necessidades do capital”.

Paiçandu, também colonizada pela CMNP, de igual forma assistiu a partir da década de 1970, o início de sua expansão urbana pautada na livre ocupação de seu solo por parte dos agentes imobiliários, que atraídos pela explosão demográfica da década, retalharam a cidade em loteamentos em sua maioria nulos de áreas para uso institucional e de lazer, já obrigatório pela lei 6766/79, que no município foi exigida legalmente na década de 1980, com a publicação da lei nº 3.248/81.

Tanto em Paiçandu como Sarandi, verifica-se principalmente a atuação do incorporador imobiliário na produção do espaço urbano, definido por RIBEIRO (1982) como aquele que exerce: a escolha e aquisição do terreno; a análise de mercado; a concepção e o desenvolvimento do projeto, compreendendo aspectos técnicos, legais, fiscais, financeiros e operacionais; e a mobilização do capital necessário à operação, compreendendo financiamento para a construção e para o consumidor final.

Em fins da década de 1980 e início de 1990, viu-se em Maringá uma mudança de estratégia, por parte do capital, na direção continuada de valorização imobiliária seguida de especulação imobiliária, promovendo, por meio do discurso da renovação urbana, uma alta valorização do solo na área central. Nasceu o projeto urbano Novo Centro para onde se dirigiu forte capital imobiliário.

Mesmo com um plano urbanístico moderno, rico em qualidade paisagística e urbanística, Maringá assiste à produção de um espaço semelhante ao do resto do país, conforme os ditames do mercado imobiliário, guiada por um olhar especulativo que vê, em seu poder público, a permissividade adequada para a expansão desarticulada com o referido plano, e sob os princípios do capital imobiliário.

2. Histórico recente da política habitacional: do Brasil à realidade local

A compreensão da problemática e das atuais formas de enfrentamento do déficit habitacional no aglomerado Sarandi-Maringá-Paiçandu, evoca inicialmente o entendimento do contexto em que se implanta e se desenvolvem as políticas habitacionais vigentes no país. Políticas no plural porque de fato existe uma sobreposição de programas que se desenvolvem simultaneamente, sem ter necessariamente alguma integração. O ponto de partida para este estudo é o governo Itamar Franco (1993-1994), quando se concebeu a idéia de que o recebimento de recursos nos municípios para construção de habitação popular deveria estar vinculado à criação de fundos e conselhos gestores. Em consonância com o que posteriormente iria propor o Projeto Moradia (1999-2000), base do programa habitacional do primeiro governo Lula (2003-2006).

No entanto foi no primeiro governo FHC (1995-1998) que a questão do déficit habitacional deixou de ser encarada como um problema de mal-estar social e foi incorporada como política de planejamento e desenvolvimento urbano, o que não garantiu crescimento na oferta de novas moradias, houve apenas o pífio emprego, na primeira metade da década de 1990, de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE. A incorporação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, ocorreu a partir de 1996.

Estes recursos, empregados com outros de origem fiscal, alimentaram o Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado e implantado em 1999, já no segundo mandato de FHC. Às ações deste período, somou-se o Programa Carta de Crédito que financiava aquisição de materiais e imóveis usados e novos, o Programa de Subsídios Habitacionais - PSH e o Programa Habitar Brasil, este com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para os municípios urbanizarem favelas.

Neste período, de acordo com IPEA (2011, p. 377), cerca de 85% dos recursos administrados pela União destinados à habitação foram aplicados diretamente nas famílias e não na produção, sendo 42% destinados à aquisição de imóvel usado, 78,84% destinados a famílias com renda superior a 5 s.m. e apenas 8,47% destinados para a baixíssima renda, até 3 s.m., onde se concentrava 83,2% do déficit quantitativo. Com a crise de 1998, impediu-se a utilização do FGTS, pelo acordo com Fundo Monetário Internacional - FMI, o que provocou um vazio

institucional e uma incapacidade financeira dos governos estaduais. De 1995 a 1999, de acordo com IPEA (2010, p.374), 3,7 milhões de habitações foram feitas em condições precárias pelas famílias excluídas e sem qualquer financiamento.

No ano de 2001 aprovou-se o Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257/01, passo importante na formatação de uma política urbana participativa com controle social. A proposição que permeia a lei é a garantia a todos do direito de acesso à cidade; no entanto, a sua implementação depende dos municípios e a realidade mostra extrema resistência na aceitação de seus instrumentos.

Na primeira gestão de Lula (2003-2006), continuaram os programas da gestão FHC, porém com recursos escassos, ampliando-se apenas o apoio à baixa renda através da melhoria de assentamentos precários. Em 2005, estabelecendo as bases do desenho institucional da nova Política Nacional de Habitação – PNH, foi aprovada a lei nº 11.124/2005 que criou o Sistema Nacional de Habitação – SNH, o Conselho e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, este começando operar em 2006. O quadro que se colocou foi da retomada do papel do Estado na definição de uma política capaz de enfrentar as dinâmicas do chamado “capital imobiliário”, por meio de políticas e instrumentos que pudessem recuperar e redistribuir as mais-valias urbanas.

A partir de 2005, foram iniciadas mudanças de estratégia de cunho desenvolvimentista. Segundo Cardoso e Aragão (2011), o período de crescimento econômico iniciado neste momento possibilitou ampliação do acesso aos recursos do FGTS para moradia e saneamento, aumentando o crédito habitacional. O reflexo no setor imobiliário foi de maior segurança, incentivando inclusive, empresas a captar recursos na Bolsa de Valores. Em 2009 já se somavam 22 empresas com ações em oferta.

Outras medidas foram tomadas para intensificar o aquecimento da economia e levar ao *boom* imobiliário no país, sendo uma delas a permissão para que o FGTS fosse sacado em intervalos de 4 em 4 anos, para fins de aquisição de imóvel residencial ou amortização de um já adquirido. Na segunda gestão de Lula (2007-2010), somou-se aos programas já existentes o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, implantado com objetivo de acelerar as obras necessárias para sustentar o *crescimento econômico* brasileiro: obras de *infraestrutura*, saneamento e *transporte*, mas também habitação.

Em 2008, porém, ocorreu a crise mundial que forçou o governo a criar mecanismos para seu enfrentamento, geração de emprego e aquecimento do mercado interno. Conforme Cardoso e Aragão (2011), o Governo Federal rapidamente adotou medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos, para compensar a retração do setor privado.

Dentro desta estratégia, foi lançado em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, com objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional, atendendo as famílias com renda de até 10 salários mínimos. Este programa se tornou o centro da política habitacional, reduzindo com o tempo o papel do FNHIS, que viu seus recursos sendo diminuídos.

Na esfera paranaense, a provisão de moradia para famílias de baixa renda está a cargo de uma parceria entre a Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR, Caixa Econômica e os municípios, com programas como Casa da Família, responsável pela construção de quase 60 mil unidades habitacionais; e as Vilas Rurais, programa do governo Lerner implantado em 1995 com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Na gestão de 2007 a 2010, governo Requião, o déficit habitacional, segundo a Fundação João Pinheiro, era de 260.648 domicílios (229.069 urbanos e 31.579 rurais), período em que a produção de habitação social se tornou prioridade nas regiões metropolitanas, viabilizada pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano e pelo PMCMV.

Atualmente, gestão Beto Richa, apesar de já terem sido entregues e contratadas um total de 58 mil moradias, o déficit cresceu atingindo 279.591 moradias, de acordo com IPEA (2013), estando 84% concentrado na renda até 3 s. m. A meta é atender 100 mil famílias na área urbana e 10 mil na rural, destas já foram atendidas 9.660 no campo e 49 mil na cidade, sendo o PMCMV responsável até 2012 por 35.117 unidades.

3. A provisão de moradia no aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu na década de 1990 e os impactos na organização socioespacial

Contrariando o quadro restrito de produção habitacional do país, os municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi tiveram na década de 1990 uma expressiva produção de moradias, graças à forte atuação em conjunto de Estado, COHAPAR e municípios; sendo computada, de

acordo com o Censo 2000, uma taxa de crescimento anual de 2,06% para Maringá, 4,52% para Sarandi e 3,69% para Paiçandu, superiores a taxa de 1,4% do Estado.

Desta forma, Maringá terminou a década de 1990 com 288.653 habitantes e, mesmo com poucos recursos federais e maior controle sobre o solo, a produção habitacional totalizou 6.640 unidades, porém de localização periférica. Em relação à década de 1980, a produção de moradia foi 21% superior. A maioria instalada na porção leste e divisa com município de Sarandi, acentuando o processo de conurbação iniciado na década anterior, sendo as franjas dos municípios predominadas por moradia popular.

A demanda por moradias em Sarandi e Paiçandu é fortemente influenciada pela atração da cidade polo, que possui maiores oportunidades de emprego; mas que, ao mesmo tempo, possui os maiores valores de solo da RMM e índices restritivos à instalação para população de baixa renda. Isso pode ser percebido no Censo de 2000 que contabilizou em Maringá 29% de famílias com faixa de renda *per capita* acima de 3 s.m., contra 7% e 6% em Sarandi e Paiçandu, respectivamente.

A produção habitacional da década de 1990 em Sarandi, em termos quantitativos, obteve o mesmo volume de Maringá, procurando oportunizar moradia para absorver, segundo IBGE 2000, o maior crescimento demográfico do Estado com uma taxa de 4,5% ao ano, mais que o dobro de Maringá, 2,08%, acima da média das demais municipalidades da RMM e ainda da capital do Estado Curitiba com 3,13%. Assim finalizou a década com 71.422 habitantes e com uma produção 85% superior a década de 1980, perfazendo um total de 1.356 unidades habitacionais, segundo o PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de 2008. Deste total, 61,5% foi distribuído em dois grandes conjuntos, no entanto, com a menor área por unidade, 27,04m², e a menor qualidade construtiva já feita no município. Estes conjuntos encontram-se na parte sudoeste da malha urbana, distantes dos principais equipamentos públicos e do centro da cidade e que somente em 2006, 15 anos após a sua ocupação, receberam dois equipamentos públicos – escola e creche. Os demais conjuntos da década foram instalados na porção periférica noroeste.

Paiçandu iniciou a década com 30.764 habitantes, conforme IBGE 1991, vindo de uma década na qual a produção tanto de moradias como de loteamentos populares havia sido reduzida. Neste período foram colocados à venda 2.000 lotes populares, instalados no extremo leste do

perímetro urbano, divisa com Maringá, o que promoveu a conurbação com esta. Já a provisão de unidades habitacionais de interesse social recebeu pouco investimento público, o qual contribuiu para que em 2008 fosse contabilizado 23,4% das famílias sem moradia própria, 64% na faixa de renda de até 3 s.m., conforme PLHIS do município.

Diante do quadro habitacional descrito para a década, são aqui analisados os impactos desta produção sobre a estrutura social do território, à luz da tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano em estudo para o período, observando-se a relação direta entre esta estrutura, reflexo dos quadros de instrução e de renda; e as ações dos agentes empresariais e públicos. O trabalho se apoia na metodologia das Categorias Sócio-ocupacionais, CAT's, construídas a partir de dados de ocupação do Censo, sobre os quais a rede de pesquisadores Observatório das Metrôpoles vem trabalhando desde a década de 1990, com objetivo de identificar as principais CATs que marcam as configurações social e espacial metropolitanas, dentro das tipologias socioespaciais, explicando a estratificação social da população. Agrupadas e espacializadas nas CATs, estão as ocupações que refletem as condições socioespaciais do lugar de moradia, representada espacialmente em Áreas de Ponderação, APONDS.

Em 2000, a RMM era composta por 13 municípios, totalizando 29 áreas de ponderação. Destas, Maringá e Sarandi estavam subdivididas em 14 e 4 APONDS respectivamente e os demais possuíam cada qual, uma única área, sendo uma delas, o município de Paiçandu (fig. 8.1).

Nesta década, apenas Maringá apresentava concentração de atividades de mais alto rendimento, com duas APONDS do tipo *Superior médio*, sendo uma localizada no plano urbano (zonas 1, 2, 3 e 4) e a outra na zona 7-UEM, ou seja, concentração, na ordem da maior à menor predominância, das categorias sócio-ocupacionais de dirigentes, empregadores, profissionais de nível superior e de ocupações médias (veja lista das 24 CATs no capítulo 4), profissionais moradores destas porções territoriais, refletindo o processo histórico de ocupação destas áreas, as quais se apresentavam, desde a década de 1980, com infraestrutura completa e fácil acesso a bens e serviços, elevando assim o valor do solo das mesmas. Na zona 1, particularmente, e na zona 7, indiretamente, houve impulso a esta valorização através da reurbanização do antigo pátio de manobras da ferrovia e a criação do Novo Centro, o qual se tornou, na década, principal espaço do capital imobiliário, cujo público-alvo era o de média e alta renda.

O tipo socioespacial *Médio*, onde residem as classes de menor capital que as classes altas, mas atuando em ocupações dirigentes e empregadoras, há predomínio das ocupações médias, trabalhadores do terciário, especializado ou não, e do secundário, em 2000 também se restringia a Maringá, ocupando quase o restante do território (5 APONDS) e concentrando rendas médias e altas. Na porção sul, pequenos condomínios e loteamentos fechados foram instalados; entretanto, este tipo socioespacial não possui padrão homogêneo, ocorrendo, assim, a presença de vários conjuntos habitacionais, seis deles instalados de 1990 a 2000, localizados entre o contorno rodoviário sul e a divisa com Sarandi, buscando as regiões de menor valor do solo mas, ao mesmo tempo, de condição urbana desfavorável.

Já o tipo *Popular Operário*, com predomínio de trabalhadores do secundário ou terciário como comércio, especializado ou não, aparecia, em 2000, na porção norte e leste de Maringá onde foi instalada, desde década de 1980, a maioria dos conjuntos habitacionais, sendo na década de 1990 inaugurados dois dos maiores em número de unidades: o Requião, com 1.166 lotes; e o Guaiapó, com 770 lotes. No município de Sarandi, este tipo socioespacial aparecia na sua porção noroeste e oeste, onde se localizam vários loteamentos populares, como Floresta, Jardim Independência e Alvamar, os quais, diferente da porção central da cidade, possuíam piores condições de infraestrutura e equipamentos públicos e onde estavam, de acordo com o PLHIS do município, os valores médios do solo da cidade. O tipo *Operário popular*, em ordem decrescente de predomínio possui moradores ocupados no setor secundário, em especial os operários da indústria da construção civil e no terciário não especializado, ocupações que requerem mão de obra não qualificada e levam a baixos salários como trabalhadores domésticos. Este tipo, em 2000, apareceu em grande parte em Sarandi e na totalidade de Paiçandu, confirmando o quanto estas cidades concentram população de mais baixa renda. Nesta tipologia estão diversos bairros populares, afastados do centro e menos populosos no caso de Sarandi, com acesso mais restrito aos principais equipamentos públicos e à infraestrutura e em todo município no caso de Paiçandu.

Dentre os municípios analisados, o tipo *agrícola* em 2000 aparece somente em Maringá, onde se situam os condomínios rurais e distritos formados por pessoas ocupadas em atividades agrícolas (mesmo contando com algum conjunto habitacional instalado). Embora de 1991

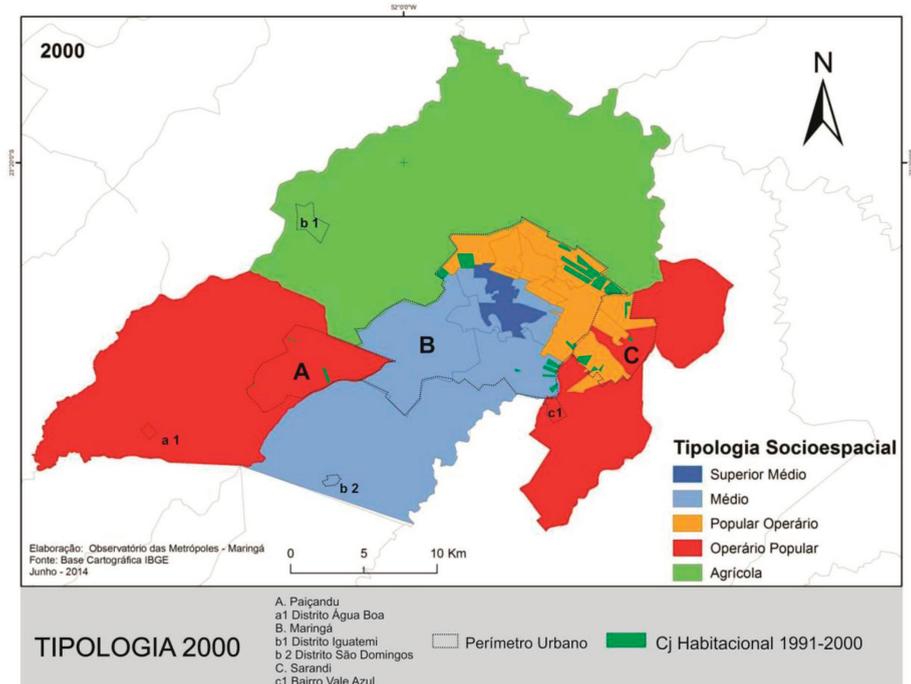
a 2000 o número de ocupados nesta atividade tenha se reduzido em 15% na RMM, este tipo ainda perfaz a totalidade dos 23 municípios restantes da RMM, em face da ainda intensa relação destes com o meio rural.

A leitura da organização socioespacial do aglomerado neste período mostra clara diferenciação social entre a cidade polo e os municípios menores a ela conurbados, diferenciação determinada por padrões de moradia nas tipologias socioespaciais, aparecendo com predominância o tipo *Superior* e *Médio* em Maringá, o tipo *Operário Popular* em Paiçandu e Sarandi e o tipo *Operário Popular* em grande parte de Sarandi.

Observando-se a espacialização das categorias sócio-ocupacionais no aglomerado Sarandi-Maringá-Paiçandu para 2000, tem-se que esta estratificação acompanha a localização dos conjuntos habitacionais realizados pelo Estado. Induzidas pelo valor do solo e pela ação do capital imobiliário deram forma aos tipos *Popular Operário* e *Operário Popular*, verificados na cidade de Sarandi e de Paiçandu. Nesse período, com habitações de baixa renda instaladas na periferia norte de Maringá e nas cidades ao lado, o capital imobiliário buscou explorar outras localidades mais valorizadas, como a porção central de Maringá (que desde década de 1990 passa por renovação urbana), e partes do território de ocupações médias, por meio dos condomínios fechados permitidos após diversas alterações do Plano Diretor de 1991.

Assim, vê-se para década de 1990 um padrão socioespacial resultado da lógica empresarial em parceria com o Estado, onde, ao mesmo tempo, o território é também a base material para definição das estratégias espaciais dos diversos agentes com afirma Gottdiener (107, p.135): “O desenvolvimento espacial desigual e a desvalorização periódica do ambiente construído são importantes para o futuro investimento do capital”.

Figura 8.1 – Distribuição dos conjuntos habitacionais da década de 1990 no mapa de tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu para 2000



Fonte: IBGE 2000, elaborado por Observatório das Metrópoles - RMM, 2013 e modificado por SILVA e FLEURY E SILVA, 2013.

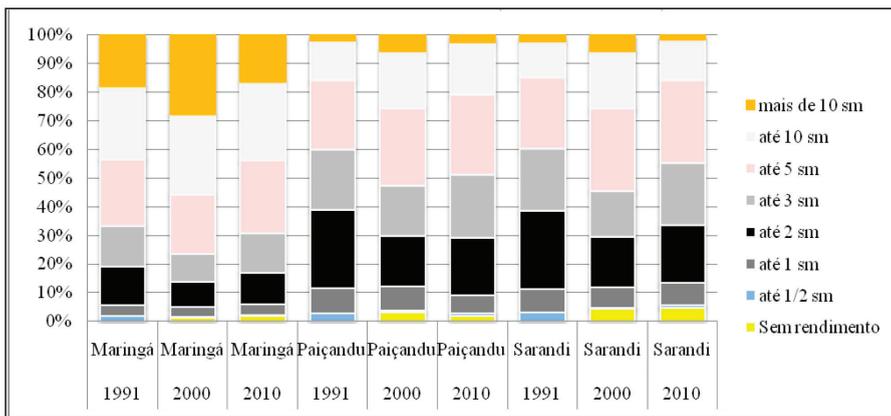
4. Organização socioespacial do aglomerado Sarandi-Maringá-Paiçandu no Censo de 2010

A partir de um recorte dos indicadores de domicílio dos Censos IBGE 1991, 2000 e 2010 – tipo e localização de domicílios, espécie e condição de ocupação, relação de propriedade, comprometimento do aluguel, acesso aos serviços e densidade moradores por dormitório – é possível identificar se vêm ocorrendo mudanças no perfil social dos moradores do aglomerado, os quais podem expressar impactos significativos nas organizações sociais e espaciais do território. Correlacionando este perfil com a tipologia socioespacial do aglomerado para 2010 (dados Censo 2010) e ainda com a produção de moradia neste território, será possível avaliar os impactos da mesma no padrão da organização socioespacial dos três municípios.

Em 2010, de acordo com o censo, a distribuição da população no território, observada através da verificação do nível de instrução no aglomerado, demonstrou com clareza que a cidade polo concentrava uma população de quase 70% dos indivíduos com no mínimo o ensino médio incompleto; e comparativamente, com Paiçandu e Sarandi, apresentava percentual significativamente menor de população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

A distribuição de renda domiciliar no aglomerado, no censo 2010 (gráfico 8.1), confirma a manutenção da população de menor renda tanto em Sarandi como em Paiçandu, onde predominam famílias com renda abaixo de 3 sm. Nos últimos 20 anos, conforme IBGE 1990, 2000 e 2010, embora em Sarandi e Paiçandu tenham diminuído, respectivamente em 9,7% e 10,3%, o número de famílias que recebem até 3 s.m, estas ainda representam 50% e 49 % do total dos respectivos municípios. Em Maringá esta faixa salarial diminuiu em 3,9%, totalizando em 2010 a marca de 28,8%. No outro extremo tem-se, para Maringá, 16,5% das famílias cuja renda domiciliar é superior a 10 s.m., contra 2,84% em Paiçandu e 1,9% em Sarandi, sendo possível verificar que entre os três municípios, de fato, existe uma concentração da população de maior renda na cidade polo.

Gráfico 8.1 – Rendimento domiciliar 1991 a 2010



Fonte: IBGE 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles - RMM, 2013

Em 10 anos, o número de domicílios cresceu substancialmente no aglomerado, acompanhando o ritmo do crescimento populacio-

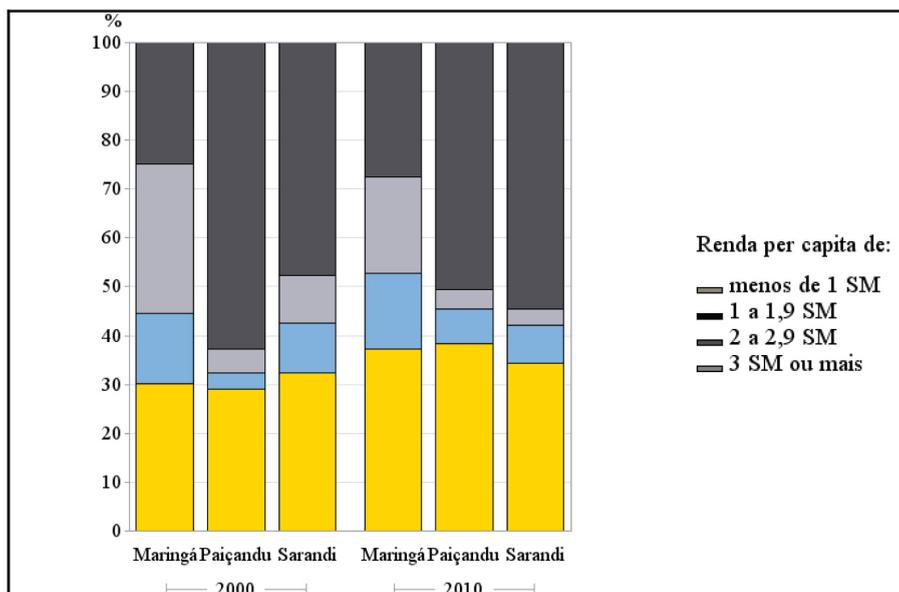
nal anual de 2,15%. Isso ocorreu, sobretudo, pela formação de novos loteamentos ou pelo adensamento populacional de bairros existentes, em sua maioria por unidades habitacionais do PAC. Em Maringá houve aumento domiciliar de 26,92% verificado principalmente nas porções noroeste, norte e sudoeste de Maringá (tipos *Superior médio* e *Médio*), em situação oposta à vivida até 2000. Parte destes loteamentos e edificações residenciais foi atraída pela instalação de grandes equipamentos, como o *Shopping Center* situado a noroeste ou mesmo pela expansão da área industrial a sudoeste, regiões procuradas pelas classes média e média-baixa. Pouca foi a participação de conjuntos habitacionais, podendo destacar apenas 1 empreendimento do PAC ao sul.

Em Paçandu, houve aumento de 23,5% no número de domicílios, parte advinda da migração campo-cidade, quando 43% da população da área rural migrou para a urbana e outras regiões do país, atraindo instalação de novos loteamentos urbanos. Finalmente Sarandi foi o município que embora significativo, obteve menor aumento domiciliar dentre os três em estudo – 22,4% – concentrados nas porções centro e norte e fazendo parte dos tipos *Operário Popular* e, sobretudo, *Popular Operário*, onde estão os moradores de ocupações de baixos salários. Estes domicílios surgiram com a abertura de novos loteamentos, como ocorrido em Maringá e com pouca participação de conjuntos habitacionais.

Em Maringá, de acordo com IBGE 2010, existem 32% de imóveis alugados por famílias cujo rendimento é de 1 a 2 s.m. o que demonstra grande comprometimento da renda com a habitação; em Paçandu e Sarandi, este ônus é ainda maior, pois, dos domicílios alugados, 38% e 35% o são por famílias com renda de 1 e de 2 s.m respectivamente. Importante destacar que este índice aumentou em todos os três municípios, demonstrando, como apresentado pelo PLHIS dos municípios, a necessidade da provisão habitacional para baixa renda (gráfico 8.2).

Este aluguel, segundo IPEA 2013, tem representado para 2,1 milhões de famílias brasileiras com renda de até 3 s.m., 30% ou mais do seu orçamento e, assim como no aglomerado, representa ônus excessivo com o aluguel fazendo parte do déficit habitacional nacional.

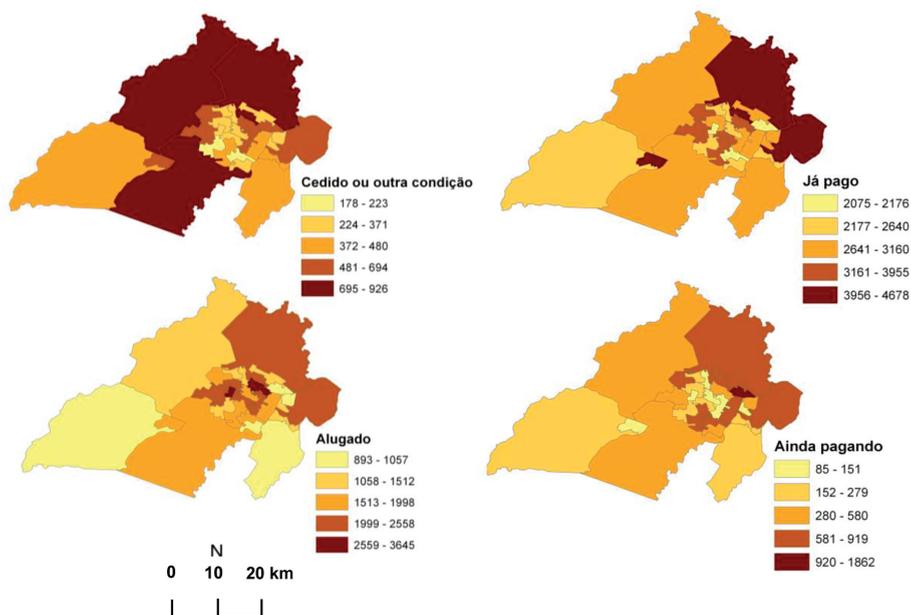
Gráfico 8.2 – Domicílios alugados por faixa de renda



Fonte: IBGE 2000 e 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles RMM, 2013.

Percebe-se também que a atividade rentista é a segunda em números em Maringá, destacando-se a Zona 7, em função da proximidade com a Universidade, e ao norte de Sarandi, onde ocorre produção empresarial. Em Maringá também apareceram domicílios financiados, tipo de ocupação que ganhou expressivo aumento partir de 2006 com a chegada na cidade de construtora de porte nacional, oferecendo empreendimentos para classe média (fig. 8.2).

Figura 8.2 – Tipo de ocupação do domicílio, 2010, por APONDS



Fonte: IBGE 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles RMM, 2013.

Em Maringá, ao longo dos últimos 20 anos, o número de domicílios do tipo apartamento seguiu entre 19,2% em 2000 e 19,6% em 2010, predominou na tipologia *Superior médio*, correspondente ao centro da cidade, a gênese da verticalização; e também no entorno. Esta verticalização ampliou-se no quadrante central ano após ano, possuindo até hoje os maiores gabaritos e os maiores valores, os quais alcançaram seu limite através do instrumento da outorga onerosa aprovada em 2008, primeiramente aplicado na região conhecida como Novo Centro.

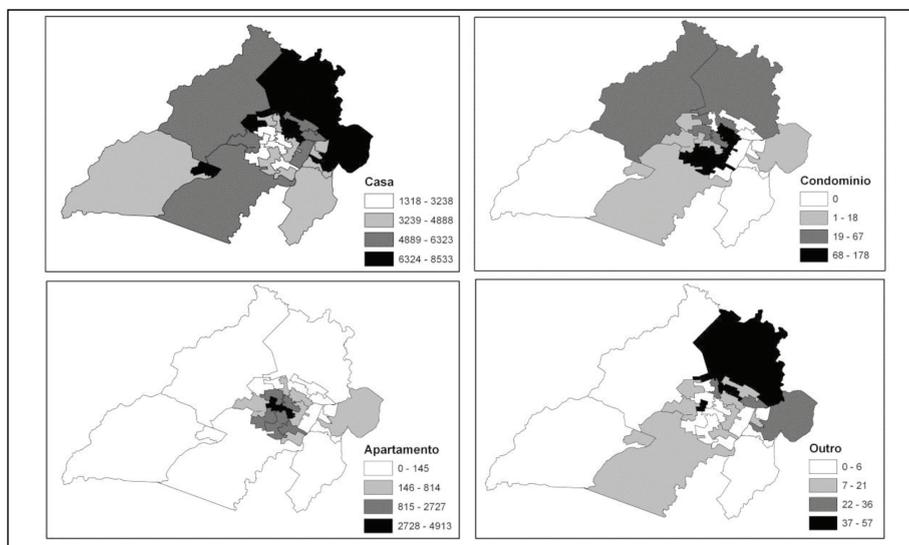
Ocupando também o tipo socioespacial *Médio*, o domicílio do tipo apartamento, conforme avança para as bordas do município, diminui a densidade da forma isolada e aumenta para forma de condomínios verticais ou dá lugar ao tipo casa sob a forma de condomínios horizontais, unidades unifamiliares ou conjuntos habitacionais. O tipo *Popular Operário* é ocupado pelo domicílio tipo casa, característica dos conjuntos habitacionais, mas, sobretudo nesta década, pela ocupação dos loteamentos, configurando-se a horizontalidade.

No município de Paiçandu caracterizado em 2010 em sua totalidade pela tipologia *Popular Operário*, predomina domicílios do tipo casa. Esta homogeneidade será rompida com o primeiro conjunto residencial ver-

tical, recentemente aprovado, que se instalará na área norte da cidade.

Em Sarandi até o ano de 2009 a tipologia *Operário Popular* abrangia em sua maioria a porção sul da cidade e concentrava domicílios tipo casa, porém desde 2011, esta região tem recebido condomínios horizontais e verticais de médio e alto padrão, bem como bairros voltados à classe média, indicando futura alteração em sua feição para os próximos anos. Estes condomínios são fruto do movimento do capital imobiliário em busca de terrenos mais viáveis para investimento, sendo parte empresarial e parte promovido pelo MCMV. Por fim a tipologia *Popular Operário* apresenta predominância de domicílios tipo casa, tendo apenas 1 condomínio de chácaras ao norte e poucos edifícios verticais (fig. 8.3).

Figura 8.3 – Tipo de Espécie por domicílio



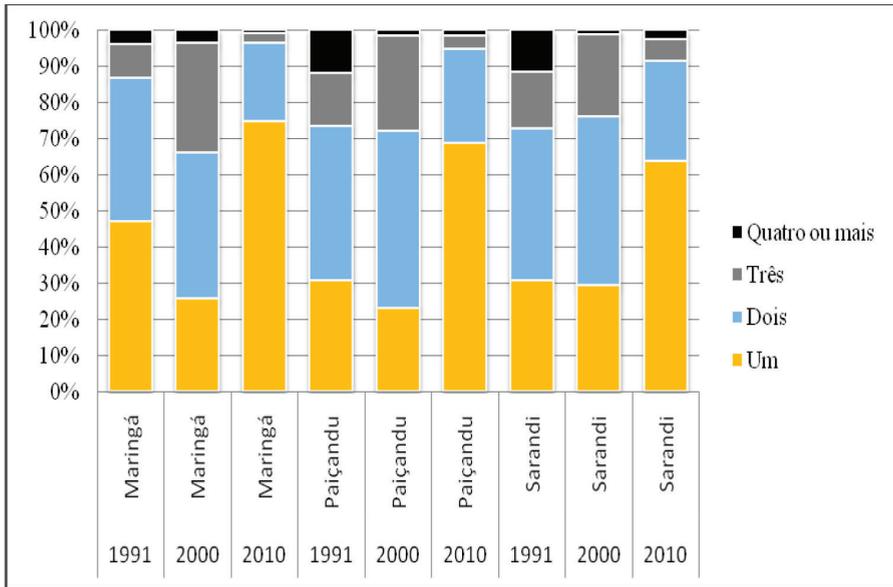
Fonte: IBGE 2010, elaborado pelo Observatório das Metrópoles RMM, 2013.

As unidades habitacionais no aglomerado, desde o censo de 1991, vêm apresentando uma densidade de 1 a 3 moradores por domicílio, não configurando adensamento excessivo. Em Maringá segundo IBGE 2010, 74,73% dos domicílios apresentam uma densidade de 1 morador por dormitório na maioria das residências, densidade que foi maior em 1991, reduziu em 2000, mas que predomina nesta última década, seguida de 2 moradores por dormitório.

O adensamento em Paçandu diminuiu em relação às décadas de 1990 e 2000, caindo para 1 morador por dormitório em 68,71% dos

domicílios. Em Sarandi, o adensamento nas décadas de 1990 e 2000 era maior predominando 2 moradores por cômodo, porém este número caiu para 1 morador apenas na última década, aparecendo em 63,86% dos domicílios (gráfico 8.3). Podemos afirmar que nos últimos 20 anos este indicador demonstra acréscimo de moradias ou ampliações nas residências, melhorado a sua condição.

Gráfico 8.3 – Densidade de moradores por cômodo (1991-2010)



Fonte: IBGE 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles RMM, 2013.

Se por um lado é preocupante o comprometimento do aluguel na renda das famílias dos três municípios, por outro lado houve maior aquisição de casa própria na última década, via programas habitacionais, sobretudo em Paiçandu. A redução do adensamento domiciliar é outro aspecto positivo a se destacar, apontando melhora nas condições de habitação. Finalmente, analisando a condição e a espécie do domicílio de Sarandi, vê-se que a porção norte possui maior dinâmica de produção e de tipologia habitacional, possuindo: imóveis alugados, pagos e financiados, em casas, apartamentos e condomínios, mesmo que predominem os primeiros.

Ampliando o quadro do perfil social do aglomerado para a década de 2000, a seguir é apresentada a provisão habitacional no período e por fim, os impactos no padrão socioespacial do aglomerado de estudo.

5.A provisão de moradia no aglomerado metropolitano de Sarandi-Maringá-Paiçandu de 2001 a 2009¹ e os impactos na organização socioespacial

Na década de 2000, a taxa de crescimento do Estado caiu para 0,89% ao ano e Maringá teve crescimento anual de 2,15%. Já Sarandi e Paiçandu desaceleraram e obtiveram menos da metade do crescimento anual da década anterior, respectivamente 1,49% e 1,57%. Segundo Rodrigues *apud* Mamarella (2010), dois processos concomitantes podem responder a este quadro: os novos parâmetros legais dos municípios menores, com as formulações de planos diretores e de instrumentos urbanísticos e jurídicos impeditivos à ocupação desordenada, que ocorria antes; e a atração populacional, advinda do incremento econômico, concentrada em Maringá.

De 2001 a 2009 Maringá viveu importantes momentos na gestão pública e na política urbana, interferindo substancialmente na produção habitacional. Em relação à política urbana, iniciou-se um processo democrático e legal com a aprovação, em fins de 2006, de seu atual Plano Diretor Participativo e com ele o Macrozoneamento, o qual tratava a cidade segundo suas características urbanas e ambientais. Aconteceram avanços, como a instalação do Conselho de Planejamento Urbano em 2007, durante quatro anos, porém, retardaram-se a definição e a implementação de suas leis específicas de ordenação e de instrumentos do Estatuto da Cidade. Com exceção da outorga onerosa que era de interesse do mercado para gravações das Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, iniciadas antes do Plano Diretor de 2006², sob as leis 565/2005, 697/2007 e 10.876/2008; os demais instrumentos, como IPTU progressivo que asseguraria o direito à cidade por meio do acesso à terra urbana, só foram implementados em 2011, contando apenas com o PMCMV para atendimento quantitativo de moradia a partir de 2010. As ZEIS, em lei específica, somente foram aprovadas após elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, PLHIS, do município de Maringá em 2010, sendo regulamentadas através da nova lei de zoneamento (lei 888/11).

A partir de 2008, foi realizada uma série de alterações no Plano

¹ Para este trabalho, a produção habitacional da década de 2000 é analisada até o ano de 2009, pois 2010 é agrupado aos anos de 2011 e 2013, em função da produção realizada pelo PMCMV, tratado em capítulo distinto.

² Conforme Luciano (2007).

Diretor feitas em conferências e audiências, sempre pautadas por calorosas discussões. Destaca-se a mudança de destino de área de contenção para área de ocupação imediata, diminuindo a área mínima de lotes com pretexto de aumento de oferta e redução do custo da terra, o que não ocorreu. Esta mudança estava atrelada à porcentagem que deveria ser destinada à habitação social, o que não é mais exigido.

No ambiente administrativo, Maringá finalizou o ano de 2000 de forma conturbada: primeiro sob a notícia da acusação do desvio de R\$ 169,7 milhões dos cofres públicos contra o prefeito que deixava a casa; na sequência, em 2001, o novo gestor viria a falecer na metade de seu mandato; assim, até 2004 o seu vice com pouca experiência de gestão esteve à frente da prefeitura. Durante os anos de 2005 a 2008, o prefeito que assumiu não ampliou as possibilidades de aquisição de terra para habitação social, dada as constantes mudanças no Plano Diretor, concluindo a década de 2000 com uma produção de apenas 2.043 habitações, 70% menor que a da década passada. Portanto, nem o crescimento populacional de Maringá, nem o novo Plano Diretor, tampouco as mudanças políticas e socioeconômicas implantadas no governo Lula alavancaram a produção de moradias até 2009, sob a gestão do mesmo prefeito em seu segundo mandato que se iniciava.

De 2001 a 2004 foram produzidas 166 unidades para famílias de até 5 s.m., por meio da COHAPAR/CAIXA. A partir de 2005 foi implantado o único empreendimento do PAR (Programa de Arrendamento Residencial) no município de Maringá, com 392 unidades em sistema condominial. Entre 2006 e 2009 houve a produção de moradia proveniente do PAC-Habitação, distribuídas em vários bairros; mas, de forma mais marcante, na região sul por meio de um único conjunto com 271 unidades.

Parte desta produção foi inserida na requalificação do bairro Santa Felicidade, formado na década de 1970 e que por muitas décadas, foi estigmatizado como o bolsão da pobreza e da violência na cidade. Em 2007 com investimento de R\$42.174.550,79 advindos do Programa de Requalificação Social das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o bairro começou a mudar. Todavia, cinco anos após, apesar do investimento do PAC estar proporcionando real melhoria nas condições de urbanização do bairro, pesquisa do Observatório das Metrôpoles-núcleo RMM (RODRIGUES, 2008) apontou irregularidades na condução do processo, pois neste bairro não foram gravadas ZEIS para que pudessem valer as normativas da mesma; e ainda as famílias

transferidas para dar lugar a lotes maiores, foram para novas ZEIS em áreas públicas desafetadas³.

No município de Sarandi, a produção habitacional, de 2001 a 2009, foi 51% menor em relação à década de 1990, isso se deveu à redução da demanda, visto que diminuiu o ritmo do crescimento populacional bem como o da criação, através do Plano Diretor de 2008, de leis urbanísticas rígidas, como mencionado. Pela COHAPAR, de acordo com a Secretaria de Urbanismo do Município, no ano de 2003 foram realizadas 118 unidades habitacionais distribuídas em três conjuntos, um deles absorveu antiga favela do município. As unidades possuíam dimensões extremamente reduzidas de 28 a 40 m². Através de parceria entre Governo Federal, Caixa Econômica e Prefeitura Municipal nos anos de 2004 a 2008, foram produzidas, em Sarandi, 67 moradias, 56 delas pelo PAC.

Os novos marcos legais – Planos Diretor e Plano de Habitação de Interesse Habitação aprovados em 2007 e 2008, respectivamente, apontaram déficit de 5,3 mil unidades, mas não incidiram em mudanças neste quadro até 2009. Os conjuntos localizaram-se no extremo sul e norte da cidade, distantes das porções de maior centralidade, como também ocorre em Maringá, reforçando o caráter periférico dessas moradias.

Em Paiçandu, que também diminuiu o ritmo de seu crescimento populacional, de igual forma a década de 1980 possuiu incipiente produção de moradias em relação à demanda, sendo executadas apenas 11 unidades nas porções extremo norte e oeste em bairros já ocupados de acordo com a prefeitura. Deste total, 9 unidades realizadas pela Carta de Crédito Associativo/COHAB, em 2005 e 2 unidades via Carta de Crédito Associativo Entidades, em 2009.

Nota-se pouca articulação das gestões para atendimento à demanda, uma vez que o PLHIS, elaborado em 2008, apontou para um déficit de 4.600 unidades habitacionais, não sendo este Plano regulamentado até hoje. O atual Plano Diretor indicou área de ZEIS, no entanto, não foi aprovada lei específica. Segundo o Secretário de Planejamento, em entrevista concedida dia 11/10/2013, minimamente a demanda de 0

³ Diversas unidades do PAC foram gravadas em ZEIS provenientes de terrenos públicos não afetados, os quais estavam à espera de equipamentos. Percebe-se que a decisão de pulverização das ZEIS na cidade impede a criação de bolsões de pobreza e as insere nos bairros já consolidados, próximos aos serviços e à infraestrutura, prerrogativas do próprio instrumento. No entanto, promoveram a anulação de futuras áreas de lazer nas comunidades onde tiveram seus terrenos públicos substituídos por habitações.

a 5 s.m. está sendo atendida por empreendedores privados e pela prefeitura, os quais têm realizado pequenos loteamentos populares para acomodar quem pode pagar pela terra. O que pode acenar mudanças é a atual revisão que vem ocorrendo em ambos planos diretores, na perspectiva de introduzir um planejamento a curto e médio prazos para as políticas habitacional e urbana.

A região metropolitana de Maringá atualmente está dividida em 26 municípios (foram acrescentados 13 na última década), desagregados em 52 Áreas de Ponderação (APONDS). No aglomerado de estudo, o município de Paiçandu está dividido em 2 APONDS, Sarandi em 5 APONDS e Maringá em 20 APONDS.

A tipologia socioespacial do aglomerado a partir do Censo 2010 (fig. 8.4) apresenta alguma continuidade em relação à tipologia de 2000, como o fato de somente em Maringá aparecer o tipo *Superior médio* e *Médio* com predomínio das categorias sócio-ocupacionais dos dirigentes, profissionais de nível superior, das ocupações médias e do terciário especializado, reunindo, respectivamente, 15,7% e 24% do total do mercado de trabalho da região metropolitana. Os profissionais destas categorias aderem-se às porções de alto valor do solo, aos lugares de lançamentos de empreendimentos residenciais verticais e aos novos bairros para classe média e alta. Todavia nesta década, houve valorização de outras áreas a partir do centro, fazendo com que o *Superior Médio* (9 APONDS) ocupe mais espaço. Neste tipo socioespacial em 2006 instalou-se um conjunto popular financiado pelo PAR em sistema condominial vertical e horizontal. A proximidade de um dos “braços” do tipo socioespacial *Superior médio* com o município de Sarandi a sudeste, na ausência de instrumentos de equilíbrio da valorização do solo, refletiu em valores de solo mais altos nesta porção limítrofe de ambos municípios, o que pode levar a médio prazo, à reorganização do padrão socioespacial deste entorno, restringindo a continuidade de futuras moradias populares e forçando-as para localidades ainda mais periféricas.

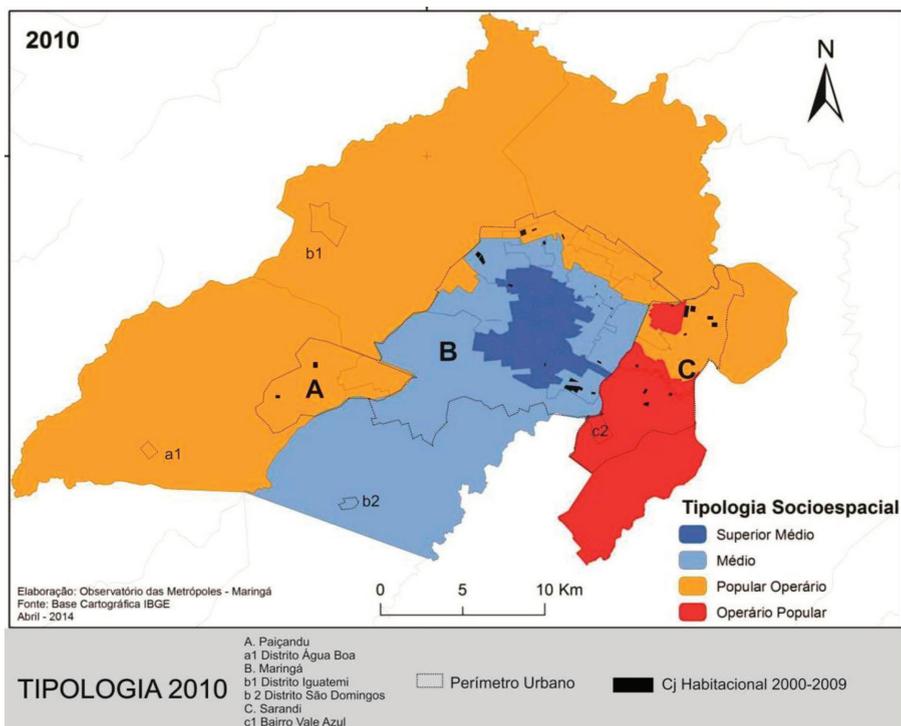
No tipo socioespacial *Médio* (5 APONDS) há presença de várias unidades habitacionais do PAC distribuídas em 18 bairros, ocupados por baixa e média rendas, sendo uma delas o PAC Santa Felicidade, além de cinco pequenos conjuntos distribuídos em porções periféricas, apontando a certa diminuição da segregação socioespacial em face da não formação de grandes núcleos populares.

Com a ampliação dos tipos *Superior Médio* e *Médio* em Maringá, o

tipo *Popular Operário* com predomínio de ocupações do terciário, diminuiu sua concentração na região nordeste da cidade-polo, espalhando-se para outras áreas, ocupadas por novos loteamentos de chácaras que encontraram nesta região, terrenos mais acessíveis. Este tipo também aparece em 2010, no município de Sarandi, ocupando metade dos conjuntos habitacionais; e em toda área urbana de Paçandu, que deixa de apresentar o tipo *Operário Popular*, dando lugar a este.

O tipo *Operário Popular*, predomínio de atividades do secundário industrial, ocorre somente em Sarandi, mas em número menor de APONDS que em 2000 (3 APONDS), concentrando-se em pequena área ao norte, sobretudo a partir da instalação do loteamento Alvarar II e em toda porção sul, único concentrador dentre o aglomerado, de serviços e mão de obra não qualificada de baixos salários.

Figura 8.4 – Distribuição dos conjuntos habitacionais da década de 2000 no mapa de tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paçandu para 2010.



Fonte: IBGE 2010, elaborado por Observatório das Metrópoles - RMM, 2013 e modificado por SILVA e FLEURY E SILVA, 2013.

A partir da análise da tipologia A produção habitacional da última década trouxe algumas continuidades e mudanças quanto ao padrão socioespacial historicamente verificado no aglomerado. Continuidades, porque na escala metropolitana, manteve-se o modelo histórico de segregação socioespacial, concentrando famílias de baixa renda em ocupações com os mais baixos salários nos municípios vizinhos, sobretudo na periferia de Sarandi e Paiçandu. As mudanças deveriam-se ao surgimento de novas tipologias de moradia, como em Maringá, através da verticalização promovida pela denominada habitação econômica (produção voltada, sobretudo, a classe média), da forma condominial através do PAR e da sensível redução da segregação socioespacial intraurbana com empreendimentos habitacionais do PAC inseridos em áreas consolidadas, apesar da produção de três conjuntos nos extremos da cidade.

6.Os anos 2010 a 2013: produção do PMCMV no aglomerado Sarandi-Maringá-Paiçandu

Oito anos após a aprovação do Estatuto da Cidade e quatro anos após a PNH, o governo federal lançou em 2009 o PMCMV (Lei n.º 11.977/09) que, formatado em conjunto com os principais empresários do setor da construção civil e apresentado como reação à crise econômica internacional, se colocou como política de grande alcance social, com objetivo de sanar o déficit habitacional, 5,4 milhões de moradias, segundo IPEA (2013). Após quatro anos de intensa produção, intensas também foram as críticas recebidas pelo programa. Diversas pesquisas, dentre elas Cardoso (2012), apontam para resultados pouco comemorativos, pois apesar de ter colaborado com a diminuição do déficit habitacional e a geração de empregos no setor da construção, o PMCMV confunde política de direito à moradia com política de mercado, resultando em conjuntos de áreas eleitas pelo capital imobiliário e segundo seus critérios. O programa, como afirma Maricato (2009), também não lida com a matéria urbanística, deixando a desejar, considerando-se tudo o que se avançou conceitualmente sobre esse tema no Brasil, e não toca na questão da geração de renda, que deixa famílias de menores rendas sem condições de assumir sequer as prestações de R\$25,00.

Quando do seu lançamento, previa a produção de 1 milhão de

moradias, com a aplicação de recursos da ordem de R\$ 34 bilhões, pretendendo reduzir em 14% o déficit habitacional do país. Conforme dados de base pessoa jurídica do Ministério do Planejamento, Coordenação e Gestão (agosto/2012), deste total, 954.000 unidades já haviam sido concluídas. Na segunda versão lançada em 2011, a meta é, até 2014, atingir 2,4 milhões de contratos. Embora o programa almeje destinar 60% dos recursos para a faixa de 0 a 3 s.m., até agosto de 2012 apenas 32% tinha sido destinado à mesma, encontrando como principal barreira o alto valor do solo e a disponibilidade de terrenos públicos, que ultrapassa o valor máximo para esta faixa de renda. Ocorre que instrumentos do Estatuto da Cidade poderiam ser utilizados para minimizar o impacto do valor do solo, como: IPTU progressivo, sobre-taxando imóveis que não estão cumprindo sua função social e diminuindo vazios urbanos; direito de preempção, preferência na aquisição de imóveis; e o estabelecimento de ZEIS – Zonas especiais de interesse social, prevendo habitação social em áreas com infraestrutura.

Em Maringá a produção do PMCMV vem seguindo em ritmo acelerado, acompanhando o grande volume de crédito disponibilizado na região. Em 2011, segundo a Superintendência Regional da Caixa Econômica – região Noroeste, foram disponibilizados R\$ 1.048 bilhões para o crédito imobiliário em Maringá e nos 120 municípios da região noroeste do Estado, sendo 25,2% a mais que 2010. Em 2012, de acordo com a Superintendência da Caixa, a média diária de contratações de crédito para compra de imóveis foi de R\$ 5,1 milhões.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo – SEPLAN em 2012 a área liberada para construção em Maringá foi 30% maior que em 2010; e o número de edifícios aprovados para construção cresceu seis vezes em 12 anos, mas foi nos últimos três anos que a verticalização começou a crescer a passos largos. Em 2011, a prefeitura aprovou o dobro de edifícios de 2010, de 36 para 70, o PMCMV contribuiu com oito deles. Maior disponibilidade de crédito imobiliário, demanda por imóvel e alto custo dos terrenos explicam esse fenômeno. Em apenas um ano, de maio de 2012 ao mesmo mês de 2013, os lotes tiveram valorização de 18,56%.

Em 2013, de acordo com dados da Caixa Econômica Federal – Superintendência Noroeste e do Banco do Brasil, foram contratados, até o mês de novembro, 2.842 unidades no município, modalidade FAR e FGTS. Em relação à segmentação do PMCMV, do total de 2.842 unidades, 55% foi para faixa 2 (R\$1.600,00 a R\$3.100,00); seguido de

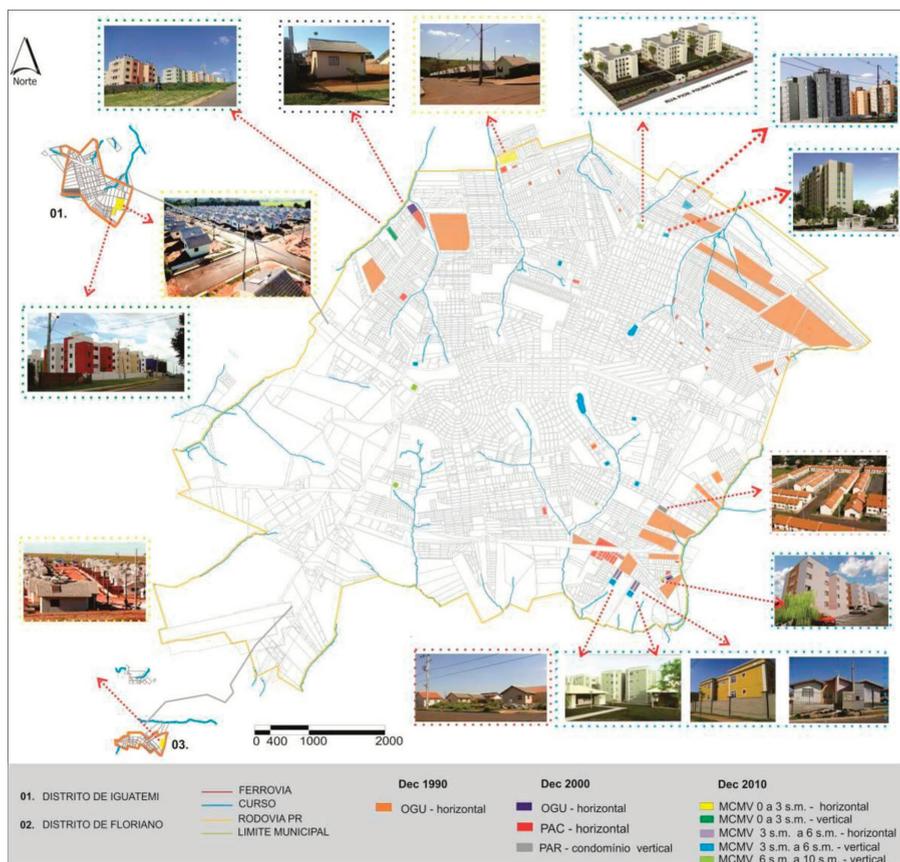
30% para faixa 1 (renda familiar até R\$1.600,00) e de 15% para faixa 3 (R\$3.100,00 a R\$5.000,00). Esta distribuição não acompanha a prioridade do déficit habitacional de 5.113 unidades para faixa 1, segundo apontado pelo PLHIS de 2010.

Todos os empreendimentos públicos das faixas 1 e 2 se localizam em áreas periféricas de Maringá, três deles em áreas da expansão do perímetro realizada para suas acomodações, ampliando as distâncias sem que todos recebam soluções de transporte, entretanto é preciso dizer que quase a totalidade têm sido assistida por infraestrutura e equipamentos públicos, o que não ocorria em décadas passadas.

A instalação de conjuntos habitacionais para faixa 1 (até 3 s.m e configurando classe baixa a média classe média) e faixa 2 (de 3 a 6s.m. e configurando média classe média)⁴ nas bordas do município, mais uma vez condicionados ao alto valor de solo nas áreas mais centrais, aponta para dois aspectos: por um lado a manutenção da pobreza em condições periféricas, e por outro lado sensível redução da segregação socioespacial ao verificar nestas áreas, a vinda de conjuntos habitacionais ocupados por classe média. Já a produção empresarial de unidades habitacionais *MCMV* faixa 3 (acima de 6 s.m.), tem instalado edifícios e condomínios no limite entre o centro e as bordas da cidade, espaço que vem se consolidando por bairros de classe média. (fig. 8.5)

⁴ Segundo sítio eletrônico da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE – www.sae.gov.br acessado em 10/10/13, enquadra-se no perfil de *classe baixa a média classe média* a renda familiar *per capita* de até R\$ 641,00; e no de *média a alta classe média* a renda familiar *per capita* de R\$441,00 a R\$ 1.1019.

Figura 8.5 – Distribuição dos conjuntos habitacionais MCMV em relação aos implantados entre 1990 a 2013 em Maringá



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá, 2013, elaborado por SILVA e FLEURY E SILVA, 2013.

Em Sarandi a produção do *MCMV* (fig. 8.6) foi substancial, totalizando 436 unidades já construídas para a faixa de renda de 0 a 3 s.m.; e 470 unidades em construção (estas em área não urbanizada), mas nenhum deles em área de ZEIS, apesar dos novos Planos Diretores e de Habitação aprovados em fins da década de 2000; foram, sim, instaladas em áreas periféricas eleitas pelos empreendedores. Para faixa de renda de 3 a 6 s.m. estão sendo concluídas 208 unidades nas porções sul e oeste, distribuídas em 2 empreendimentos, um vertical e outro misto em sistema condominial. Como nas décadas anteriores, mantém-se a periferação da pobreza bem como a forte presença de agentes imobiliários da cidade polo, todavia amplia-se a verticalização

e a urbanização das moradias (esta última exigência do PMCMV), contribuindo para densificação da cidade e melhor qualidade de vida.

Tabela 8.1 – Produção Habitacional MCMV anos 2010 a 2014 em Maringá

MODALIDADE	FAIXA	EMPREENHIMENTO	CONSTRUTORA	UNIDADE	TIPOLOGIA	TERMINO PREVISTO
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Atenas II	ERRERIAS	74	Casa/Loteamento	02/03/2011
FAR	0 a 3 sm	Conjunto Residencial Irajá (Distrito de Iguatemi)	BRASSUL	108	Apto	31/03/2011
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Christina Helena Barros I	WEGG-CCI	160	Apto	26/04/2011
FAR	0 a 3 sm	Conjunto Albino Meneguetti (Distrito de Iguatemi)	PROVECTUM	172	Casa/Loteamento	28/05/2011
FAR	0 a 3 sm	Conjunto Pioneiro Goncalo Vicira Dos Santos (Distrito de Florianoi)	CCP	132	Casa/Loteamento	28/05/2011
FGTS	6 a 10 sm	Residencial Spazio Madson	MRV	85	Apto	01/09/2011
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Montegui	MRV	52	Apto	17/09/2011
FGTS	6 a 10 sm	Residencial Spazio Modena	MRV	61	Apto	23/12/2011
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Christina Helena Barros II	WEGG-CCI	160	Apto	23/12/2011
FAR	0 a 3 sm	Condominio Residencial Santa Clara	CCP	112	Apto	27/12/2011
FAR	0 a 3 sm	Condominio Residencial Santa Júlia	PROVECTUM	144	Apto	27/12/2011
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Dolores Duran I	SIAL	72	Casa/Loteamento	29/12/2011
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Dolores Duran II	SIAL	76	Casa/Loteamento	29/12/2011
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Spazio Malvasia	MRV	64	Apto	11/02/2013
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Granvilla's	JOÃO GRANADO	48	Apto	25/03/2013
FGTS	3 a 6 sm	Conjunto Ataulfo Alves	SIAL	192	Apto	02/04/2013
FGTS	3 a 6 sm	Conjunto Dalva de Oliveira	SIAL	176	Apto	03/04/2013
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Spazio Minessotta	MRV	160	Apto	11/07/2013
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Spazio Madagascar	MRV	70	Apto	28/07/2013
FAR	0 a 3 sm	Conjunto Oriental	CCP	179	Casa/Loteamento	23/11/2013
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Malbec	MRV	64	Apto	16/12/2013
FGTS	6 a 10 sm	Residencial Diego Riviera	WASHI	99	Apto	10/09/2014
FGTS	3 a 6 sm	Residencial Spazio Montelo	MRV	192	Apto	21/06/2014
BBrasil/FGTS	6 a 10 sm	Residencial Mirante dos Maias	MRV	182	Apto	-
BBrasil/FGTS	6 a 10 sm	Residencial Macerati	MRV	72	Apto	-
TOTAL				2.906		

Fontes: Caixa Econômica Federal de Maringá – Superintendência Região Noroeste; e Banco do Brasil, nov/2013. Organizado por SILVA e FLEURY e SILVA, 2013.

Tabela 8.2 – Produção MCMV anos 2010 a 2013 em Sarandi

Modalidade	Faixa	Empreendimento	Construtora	Unidade	Tipologia	Início da obra
FAR	0-3 s.m.	Residencial Bom Pastor		93.	Casa	2010
FAR	0-3 s.m.	Cj. Hab Mauá	MONOLUX	343	Casa	2010
FGTS	3 a 6 s.m.	Bela Ville	CIA MARINGÁ	128 apto 16 casas	Condomínio misto	2012
FAR	0-3 s.m.	Cj. José Richa	MONOLUX	470	Casa	2013
FGTS	3 a 6 s.m.	Torres do Sol	GPR BORGES	64	Apto	2013
TOTAL			1114			

Fonte: Prefeitura Municipal de Sarandi. Secretaria de Urbanismo, 2013. Organizado por SILVA e FLEURY E SILVA, 2013

Figura 8.6 – Distribuição dos conjuntos habitacionais MCMV em relação aos implantados entre 1990 a 2013 em Sarandi



Fonte: Prefeitura Municipal de Sarandi, elaborado por SILVA e FLEURY E SILVA, 2013.

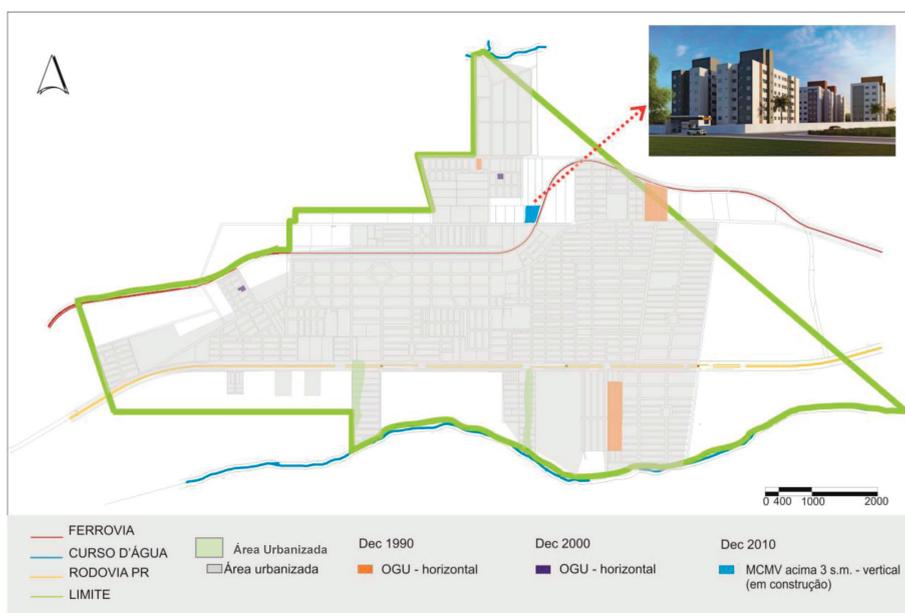
O município de Paçandu, segundo a Secretaria de Planejamento do Município, receberá em 2014 seu primeiro conjunto habitacional pelo PMCMV (fig. 8.7). Sob a forma condomínio vertical e enquadrado na faixa 2 e 3 do MCMV, o empreendimento será realizado com recursos do FGTS e financiado pelo Banco do Brasil. Entretanto o conjunto será instalado em área que tinha sido determinada como prioritária para ZEIS de acordo com PLHIS elaborado no ano de 2008, que embora ainda não aprovado em lei, havia acenado como local ideal para receber moradias de interesse social, o que não segue o total padrão do empreendimento. No final de 2011, entretanto, a área foi liberada para o empreendimento e não considerada ZEIS, demonstrando mais uma vez, soberania do mercado imobiliário sobre o processo participativo recém ocorrido.

Tabela 8.3- Produção do PMCMV anos 2010 a 2013 em Paiçandu.

Modalidade	Faixa	Empreendimento	Construtora	Unidade	Tipologia	Início da obra*
FGTS	3-6 s.m.	Golden Ville	Cantareira	192	Apto	2014

Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Paiçandu, 2013.
Elaborado por SILVA e FLEURY E SILVA, 2013

Figura 8.7 – Distribuição dos conjuntos habitacionais MCMV em relação aos implantados entre 1990 a 2013 em Paiçandu



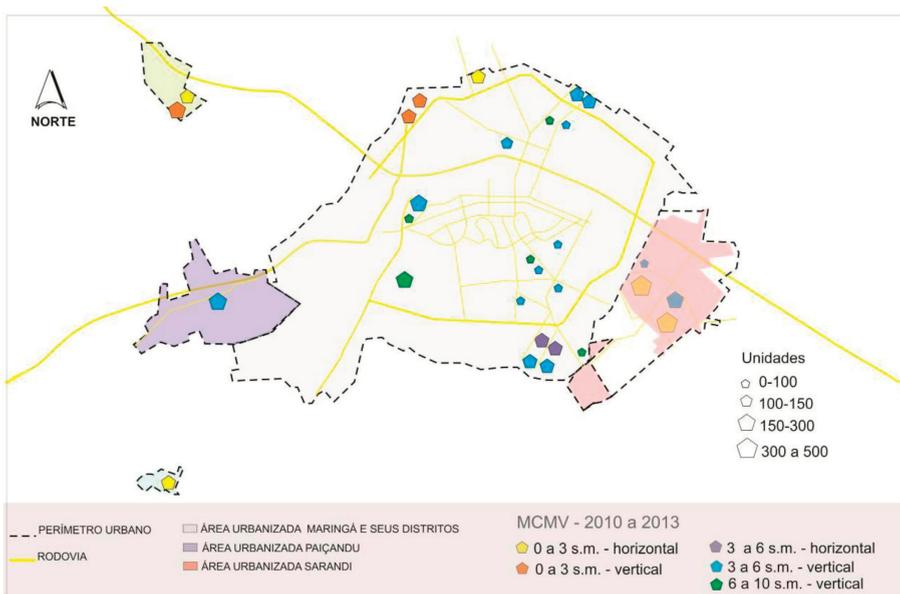
Fonte: Prefeitura Municipal de Paiçandu, elaborado por SILVA e FLEURY E SILVA, 2013.

Ao menos para Maringá e Sarandi, apesar da produção do PMCMV ter superado antigos programas federais e ter diminuído de fato o déficit habitacional no país e de igual forma nestes municípios, em relação à localização dos conjuntos habitacionais realizados de 2010 até 2013 (fig. 8.8), ainda persiste a localização periférica verificada em décadas passadas e com ela restrita mobilidade urbana. Todavia houve melhoria das condições urbanísticas destes conjuntos e maior densificação, e no caso de Maringá, redução dos processos de segregação

socioespacial historicamente instalados no nível intraurbano, pois está havendo proximidade de diferentes classes sociais, como observado com os conjuntos do PAC instalados na década de 2000 em Maringá.

É também possível afirmar que, ao contrário do realizado até 2011, segundo apontado por SILVA, R. D., FLEURY e SILVA, B. (2013, p.299), Maringá chega em fins de 2013 com predomínio da provisão habitacional na modalidade estatal (62%), entretanto somente 16% atende ao déficit habitacional para faixa 1. Em Sarandi, de 2011 até 2013, o domínio dos agentes privados diminuiu, com 81% das moradias populares empreendidas pelo Estado e com maior rigor urbanístico que no passado, mesmo que em áreas ainda de escolha dos construtores. Em Paçandu, de 2000 a 2013 foi quase nulo o atendimento ao déficit habitacional, onde apenas as famílias enquadradas nas faixas 2 e 3 do PMCMV aguardam pelo primeiro empreendimento, em área eleita como nos dois municípios, pelo construtor.

Figura 8.8 – Distribuição dos conjuntos habitacionais PMCMV 2010 a 2013 por renda, tipologia e número de unidades, no aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paçandu, 2013.



Fonte: Prefeituras Municipais de Maringá, Sarandi e Paçandu, 2013, elaborado por SILVA e FLEURY E SILVA, 2013.

7. A Produção habitacional do PMCMV e a estrutura socioespacial do Aglomerado Sarandi-Maringá-Paiçandu

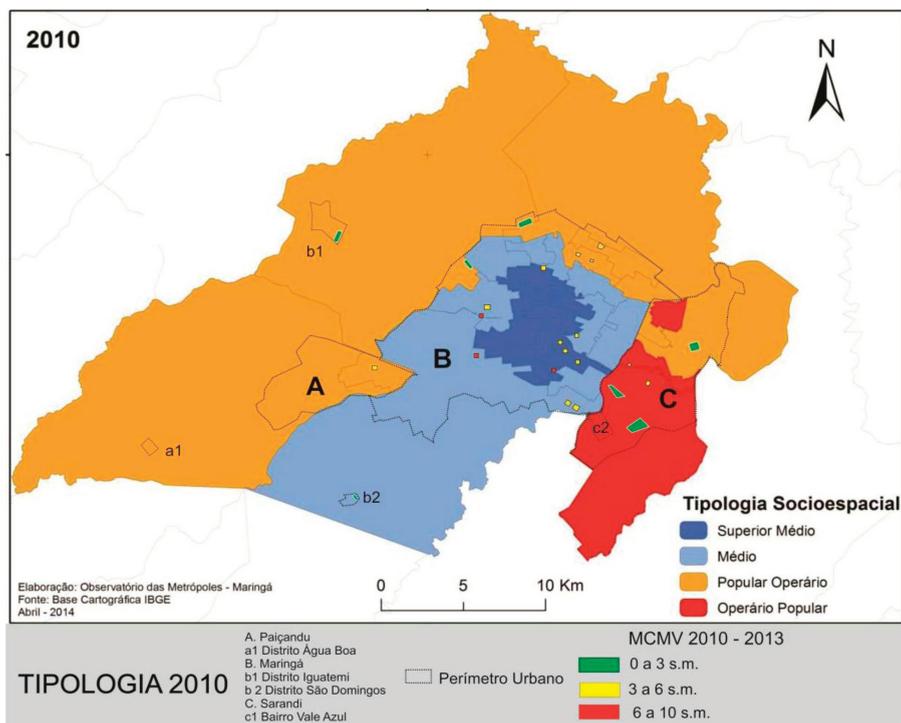
Tomando a tipologia socioespacial do aglomerado Sarandi-Maringá-Paiçandu a partir do Censo 2010 (fig. 8.9), como expressão dos distintos valores de solo, é possível avaliar estratégias de sobrevalorização do mercado imobiliário, por meio da localização da produção habitacional do PMCMV. Em Maringá, as unidades habitacionais de classe *baixa* e *baixa classe média* (faixa 1 do Programa) localizam-se nas APONDS do tipo *Popular Operário*, o que demonstra manutenção de ocupações pouco especializadas nas regiões periféricas. Já os conjuntos destinados às faixas 2 e 3 (*média classe média*) localizam-se em todos os tipos presentes: *Popular Operário*, *Médio e Superior Médio* e embora predominantes nos dois últimos tipos, a instalação de alguns no extremo norte da sede do município, acompanhadas de melhores condições de urbanização, indica possível redução de ocupações de baixa renda no atual tipo *Popular Operário* com passagem para o tipo *Médio*. Em Paiçandu, a vinda do primeiro conjunto do MCMV (localizado em terreno central antes previsto para ZEIS) voltado à *média classe média*, poderá promover alteração em sua tipologia atualmente homogênea, formada apenas pelo tipo *Popular Operário*, apresentando na próxima década uma APOND do tipo *Médio*, ditando a região central das melhores condições urbanas e conseqüente valorização, traçando o mesmo caminho de diversas cidades brasileiras.

Em Sarandi, a participação da moradia popular já apresenta tendências a algumas modificações. A vinda recente de moradias destinadas à faixa 2 do Programa (*média classe média*), podem fazer surgir o tipo *Médio* no território, o que acena para maior diversificação social, todavia a médio prazo pode causar supervalorização do solo, o que já pode ser percebido com a crescente instalação de empreendimentos empresariais residenciais que vem ocorrendo desde 2009, destinados a *média e alta classe* localizados na porção sul do município ocupada pelo tipo *Operário Popular*, ou seja, de baixos salários e menores rendas, o que demonstra estratégia locacional⁵.

⁵ Desde 2009 duas incorporadoras maringaenses veem lançando grandes empreendimentos ao sul de Sarandi em áreas limítrofes com Maringá, sendo um deles já concluído e parcialmente ocupado. Caracterizam-se como condomínios e bairros planejados para *classe média e alta*, em clara estratégia de expansão imobiliária em busca de solo mais barato.

Assim, o PMCMV tanto para Sarandi como Maringá, tem promovido a permanência da localização de moradias de baixa renda nas porções periféricas, porém acompanhadas em alguns casos, por conjuntos voltados a classes superiores, que não encontram mais lugar nas áreas mais centrais. Este quadro de maior diversificação social será positivo se a valorização e expansão do capital imobiliário para estas áreas, a qual vem recebendo melhores condições de urbanização, não vir acompanhado de especulação imobiliária e isso só ocorrerá se aplicados instrumentos urbanísticos que equilibrem a valorização do solo das mesmas. Caso contrário, assistiremos expulsão das camadas de mais baixa renda para áreas mais distantes acentuando, portanto, a fragmentação socioespacial intraurbana.

Figura 8.9 – Distribuição dos conjuntos habitacionais do PMCMV no mapa de tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu, 2010



Fonte: Observatório das Metrôpoles-núcleo RMM. Elaborado por SILVA e FLEURY E SILVA, 2013.

Considerações Finais

A produção habitacional da última década no aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu, incluída a promovida pelo PMCMV de 2010 a 2013, veem reforçando o pacto urbano da utilização da cidade como base da expansão capitalista, pois ainda prevalece um forte “Estado poroso” a diferentes interesses de mercado, deixando claro que quem produz a cidade ainda é o grande capital. Este quadro deixa explícito a não efetivação dos princípios e diretrizes traçados com a nova política habitacional, alocando recursos em outros marcos legais e não em conformidade com planejamento territorial.

Mesmo que para dois dos três municípios analisados, esteja havendo redução do déficit habitacional e redução mesmo que sensível, dos processos históricos de segregação socioespacial na escala intraurbana observados em Maringá e Sarandi, com baixas e médias rendas aproximadas e moradias instaladas em áreas urbanizadas, com maior acesso a equipamentos e serviços; ainda prevalece a produção habitacional em áreas eleitas pelo capital em clara estratégia de mercado.

Na escala metropolitana, a avaliação desta produção para o período 2001 a 2013, mostra que a segregação socioespacial ainda está fortemente presente, com os maiores conjuntos populares e empreendimentos *MCMV* para baixa renda, concentrando nos distritos de Maringá ou na periferia da sede e no município de Sarandi. Um cenário que pode se acentuar em função da chegada em Sarandi desde 2009, de grandes empreendimentos imobiliários voltados para média e alta renda, indicando possibilidade de expulsão paulatina dos residentes mais pobres, para localidades mais distantes da região metropolitana de Maringá. Para Paiçandu o quadro ainda não está claro, pois desde 2000 até início de 2014, momento em que escrevemos este texto, apenas 1 empreendimento *MCMV* voltado a classe média foi aprovado no município, entretanto, em função deste se localizar em área de *ZEIS* definida no *PLHIS* do município em 2008 para priorizar baixa renda, acena ao menos, para o descontrole na ocupação do espaço urbano. Em todos os casos, se faz necessária aplicação de instrumentos reguladores e monitoradores da valorização imobiliária,

Por fim, os moradores das faixas 1 e 2 do *MCMV* possuem ou

tra fragilidade na sua condição de moradia, pois segundo as Secretarias dos Municípios, são famílias em sua maioria sem renda fixa⁶ ou formadas pela nova classe C, esta, segundo a Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República-SAE, totaliza 52% das famílias brasileiras com alta rotatividade de emprego.⁷ Pode-se dizer que esta questão é uma das muitas falhas do atual programa habitacional federal, o qual foi baseado apenas em critério quantitativo, atender a demanda expressa no déficit habitacional do país, deixando de lado elementos cruciais para garantia da moradia, sendo um deles a geração de renda. Assim já é possível conhecer algumas notícias pelo país⁸ de moradores que alugaram ou venderam seus imóveis, antes dos dez anos de financiamento previsto pelo Programa, ou mesmo da dificuldade financeira de se manter na formalidade.

Referências

- BRASIL. Ministério do Planejamento (2012). Financiamento Pessoa Jurídica – Unidades contratadas, Coordenação e Gestão, Brasília.
- BRASIL. Lei nº 11.977/09 (2009). Brasília: Planalto. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm>. Acesso em: 8 de março de 2012.
- BRASIL. Lei nº 11.124/05 (2005). Brasília: Planalto. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional da Habitação.
- BRASIL (2004). Ministério das Cidades. Secretaria Nacional da Habitação. “Habitação: Política Nacional de Habitação”. Brasília: Caderno MCidades 4.
- CARDOSO, Adauto L. (org) (2013). O Programa Minha Casa Minha e seus Efeitos Territoriais, Rio de Janeiro, Letra Capital.

⁶ FLEURY e SILVA e SILVA. O Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida: O Caso Do Aglomerado Sarandi-Maringá – Brasil. “In”: Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, 2013, Lisboa, 2º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono Habitação, Cidade, Território e Desenvolvimento, LNEC, 2013, 107-108. Pesquisa demonstra para o primeiro conjunto habitacional do PMCMV de Sarandi, que 67% dos moradores não possuíam emprego formal.

⁷ ‘Nova classe média’ é de alta rotatividade. Caderno 4. Vozes na nova classe média. Classe média e emprego assalariado. Brasília, 2013. Disponível em <<http://www.sae.gov.br/site/?p=17674#ixzz2sS8DQ995>>. Acesso em 03/02/2013.

⁸ http://www.caues.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/MinhaCasaMinhaVida_AGazeta_23JAN2014.pdf

_____ (2013). Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. Rio de Janeiro, UFRJ. Disponível em: < www.observatoriodasmetroplites.ufrj.br/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf > Acesso em: 15 nov.

CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, T. A. (2011). “Reestruturação do Setor Imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida”. In: MENDONÇA, J.G. e COSTA H.S.M. (org). Estado e Capital Imobiliário – Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro, Belo Horizonte, C Arte.

ESTATUTO DA CIDADE (2001). Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 273 p. Série fonte.

GALVÃO, A.; ROCHA, M. (2010). Mobilidade social e questão territorial em Maringá – PR: O caso dos moradores do bairro Santa Felicidade. Revista Geografar. Curitiba, v.5, n.1, pp.132-154, jan./jun. 2010. Disponível em <http://www.nemo.uem.br/artigos/mobilidade_social_santa_felicidade_galvao_e_rocha.pdf> Acesso em: 10 dez.2013.

GOTTDIENER, Mark (1997). A Produção Social do Espaço. 2ª ed. São Paulo, Edusp.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA (2013). Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). Brasília, IPEA.

_____ (2010). Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, vol. 2, 912 p. Brasília, IPEA.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Censo Demográfico. Brasília: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.br>>. Acesso em: 12 ago DE 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Brasília, IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.br>> Acesso em 12 ago. 2012.

LUCIANO, José Antônio (2007). Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): Proposta de Produção de Habitações de Interesse Social (HIS) nas Áreas Institucionais na Cidade de Maringá-Paraná. Maringá. Monografia. Centro Universitário Cesumar.

MAMMARELLA, Rosetta (org.). O Estado do Paraná no Censo 2010. **Disponível em:** <web.observatoriodasmetroplites.net>. Acesso em: 29 nov. 2013.

MARICATO, Ermínia (2011). O Impasse da Política urbana no Brasil, Petrópolis, Vozes.

_____. O Minha Casa é um avanço, mas segregação urbana fica intocada (2009). Carta Maior, São Paulo. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16004> Acesso em 30 mai. 2009.

MOURA, R. et al. (2012). Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros

em RMs, RIDES e AUs à Dinâmica da Metropolização. Relatório de Pesquisa. Observatório das Metrôpoles e IPARDES, Rio de Janeiro.

MOURA, R; CINTRA, A. (2013). Dinâmicas Territoriais da População: Primeiros Resultados do Censo 2010. Nota Técnica IPARDES, n° 24, Curitiba.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/INCT/CNPq (2012). Formas de Provisão da Moradia e seus Impactos na Re-configuração Espacial das Metrôpoles. Relatório de Pesquisa. Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ (2010). PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social, Maringá. Caderno 2. Prefeitura Municipal de Maringá. 163 p.

_____ (2006). Plano Diretor Participativo de Maringá, Lei 632/2006. Maringá. Prefeitura Municipal de Maringá.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI (2009). Plano Diretor Participativo de Sarandi. Caderno 2. Sarandi. Prefeitura Municipal de Sarandi.

_____ (2008). PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Sarandi. Sarandi. Prefeitura Municipal de Sarandi.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU. (2008). PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Paiçandu. Paiçandu, Prefeitura Municipal de Paiçandu.

_____ (2007). Plano Diretor Participativo de Paiçandu. Paiçandu, Prefeitura Municipal de Paiçandu.

RIBEIRO, Luiz César de Q. (2013). Transformações da Ordem Urbana na Metrôpole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e Estratégias Teórico-Metodológica para Estudo Comparativo. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles/Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia/FAPERJ-CAPES-CNPq.

RODRIGUES, Ana L. (2010). Descrição, análise da dinâmica e evolução da organização social do território da Região Metropolitana de Maringá 1991 a 200, Relatório de Pesquisa Pós Doutorado – FAU/USP, São Paulo.

RODRIGUES, Ana L; MOURA, R. (org.) (2009). Como anda a Região Metropolitana de Maringá. Como andam Curitiba e Maringá, Conjuntura Urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital.

RODRIGUES, Ana L. (2009). Uma análise da apropriação de instrumentos do Estatuto da Cidade pelo mercado imobiliário: projeto PAC ZEIS Santa Felicidade – Maringá – Pr., III Seminário Nacional do Observatório das Metrôpoles, pp. 11-23, Maringá, EDUEM.

_____ (2004). A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá, Tese (Doutorado), 258, PUC, São Paulo.

SILVA, R. D.; FLEURY e SILVA B. (2013). "As novas formas de provisão de moradia e seus impactos na reconfiguração socioespacial do aglomerado Sarandi-Maringá entre 2009 e 2011". In: CARDOSO, Adauto (org). O Programa Minha Casa Minha e seus efeitos territoriais, Rio de Janeiro, Letra Capital.

SILVA, R. D.; FLEURY e SILVA B.; SAVI E. (2012). Configuração socioespacial do aglomerado Sarandi-Maringá-Paiçandu pós planos locais de Habitação de Interesse Social e Programa Minha Casa Minha Vida. In: ROMERO, M.; et al (orgs), PLURIS 2012- PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, Brasília, Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Organização social do território e mobilidade urbana em maringá

Elise Savi

Fabiola Castelo de Souza Cordovil

Resumo: Analisam-se as condições de deslocamento da população na Região Metropolitana de Maringá considerando o tempo gasto nas viagens entre casa-trabalho, pelo IBGE 2010; a frota de veículos, pelos dados do DENATRAN 2013; e o sistema público de transporte coletivo, pelos relatórios da LOGITRANS de 2007 e 2010. Dados dos movimentos pendulares de 2000 e 2010 permitiram identificar um maior fluxo de deslocamentos entre os municípios do aglomerado Maringá-Sarandi- Paiçandu-Marialva, onde também há as piores condições de deslocamento da RMM. A análise dos dados mostrou que os trabalhadores gastam mais tempo de deslocamento nas viagens pendulares e que existe uma relação entre a queda do uso do transporte coletivo e o aumento sistemático do número de veículos individuais nos municípios do aglomerado.

Palavras-chave: condições de deslocamento, Região Metropolitana de Maringá, aglomeração urbana, tempo de deslocamento.

Abstract: We analyze the displacement conditions of Metropolitan Region of Maringá population, considering the time spent traveling between home and work, by IBGE in 2010; the fleet of vehicles by DENATRAN 2013 data; and the public mass transit system by the 2007 and 2010 LOGITRANS reports. Data from the pendulum motion of 2000 and 2010 identified a greater flow of displacements between the municipalities of the cluster Maringá-Sarandi- Paiçandu-Marialva, where there is also the worst conditions of displacement of RMM. Data analysis showed that workers spend more travel time in commuting trips and that there is a relation between the fall in use of mass transit and the systematic increase in the number of individual vehicles in the municipalities of the cluster.

Keywords: conditions of displacement, Metropolitan Region of Maringá, urban agglomeration, displacement time

Introdução

A Região Metropolitana de Maringá se insere no contexto da crise da mobilidade urbana vivenciada atualmente no Brasil, resultante do modelo de planejamento de transportes adotado ao longo das décadas, estabelecido prioritariamente no transporte motorizado, rodoviário e individual.

Os indicadores de movimento pendular¹ dos censos demográficos 2000 e 2010 e os relatórios locais da LOGITRANS (Logística, Engenharia e Transportes Ltda), de 2007 e 2010, foram utilizados com o intuito de quantificar os deslocamentos diários realizados entre os municípios da Região Metropolitana de Maringá. Os resultados encontrados mostram uma demanda maior de deslocamentos entre os municípios da aglomeração urbana formada pelos municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva. Este aglomerado caracteriza uma estrutura urbana segregada que resulta não só em um fluxo cotidiano de pessoas entre os municípios, como também na ressonância das intervenções urbanas, sobretudo aquelas realizadas nos sistemas viários e de transporte do município polo.

As necessidades e a demanda por um sistema de mobilidade urbana na RMM, em especial no aglomerado formado por estes quatro municípios, foram apontadas com a sistematização dos dados das condições de deslocamento da população. Foram consideradas as variáveis: tempo de deslocamento entre casa-trabalho, disponibilizada pelo censo demográfico do IBGE 2010; dados do aumento da frota de veículos, disponibilizados pelo DENATRAN (2003 e 2013); e informações sobre o sistema de transporte público coletivo de passageiros que integra os municípios da aglomeração urbana de Maringá.

Os resultados mostram um sistemático aumento do número de veículos individuais nos municípios da Região Metropolitana de Maringá e uma eminente piora nas condições de deslocamento nos municípios da aglomeração urbana de Maringá, verificada com a diminuição do uso do transporte coletivo, como o aumento da frota de veículos, em especial da frota de motocicletas, e com o tempo gasto pelos trabalhadores em seus deslocamentos.

¹ O movimento pendular corresponde às pessoas que saem todos os dias de seu município de domicílio e se dirigem a outro município para trabalhar e/ou estudar, retornando no final do dia.

Movimento pendular na RMM

Quantificar os deslocamentos da população entre os municípios é fundamental para a compreensão do fenômeno da mobilidade urbana no território metropolitano e para a formulação de políticas públicas de transporte e de circulação nesta escala. Os dados de movimento pendular do IBGE (2010) apresentam um total de 83.331 pessoas que se deslocam diariamente entre os vinte e seis municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM) para trabalho e/ou estudo. Este valor demonstra que 13% da população em idade ativa² da RMM realizam esse tipo de movimento.

A maioria dos destinos dos deslocamentos pendulares é a cidade de Maringá. Mesmo os municípios da RMM cuja integração metropolitana é baixa ou muito baixa e cujos movimentos pendulares apresentam-se pouco significativos em termos de volume de pessoas envolvidas, têm como principal destino o município polo. Todavia, estes municípios também atraem e enviam fluxos a municípios vizinhos, para atividades agrícolas muitas vezes, “exigindo, mesmo assim, políticas adequadas para que as pessoas se desloquem em condições de segurança, conforto e curto espaço de tempo, e para que tanto os municípios evasores quanto os receptores possam atender às demandas específicas que resultam desses movimentos” (CINTRA, et. al., 2012, p.18).

O maior fluxo de movimento pendular ocorre na aglomeração urbana composta por Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva. Os três últimos promovem 30.660 deslocamentos diários para Maringá, somente no que se refere ao trabalho, correspondendo a 50% das viagens realizadas pelos municípios da RMM com destino à cidade polo. Sarandi, que apresenta mais trocas pendulares com o polo destina todos os dias 19.797 trabalhadores para Maringá. De Paiçandu partem 9.209 trabalhadores e de Marialva 1.654 trabalhadores para o município polo diariamente (IBGE, 2010). Importante destacar que quase 100% dos trabalhadores de Paiçandu e de Sarandi, que fazem movimento pendular, se dirigem à Maringá, conforme apresentado na tabela 9.1.

² Pessoas com 10 anos ou mais de idade. A população em idade ativa da RMM é 636.321.

Tabela 9.1. Município em que trabalha, que faz movimento pendular – Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi – 2010.

		Em que município trabalha							
		Marialva		Maringá		Paiçandu		Sarandi	
			%		%		%		%
Cidades	Marialva	0	0,0%	1654	78,6%	0	0,0%	449	21,4%
	Maringá	608	20,5%	0	0,0%	587	19,8%	1766	59,6%
	Paiçandu	0	0,0%	9209	99,4%	0	0,0%	54	,6%
	Sarandi	365	1,8%	19797	97,9%	66	,3%	0	0,0%
	Total	973	2,8%	30660	88,7%	653	1,9%	2269	6,6%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Organização: Observatório das Metrôpoles.

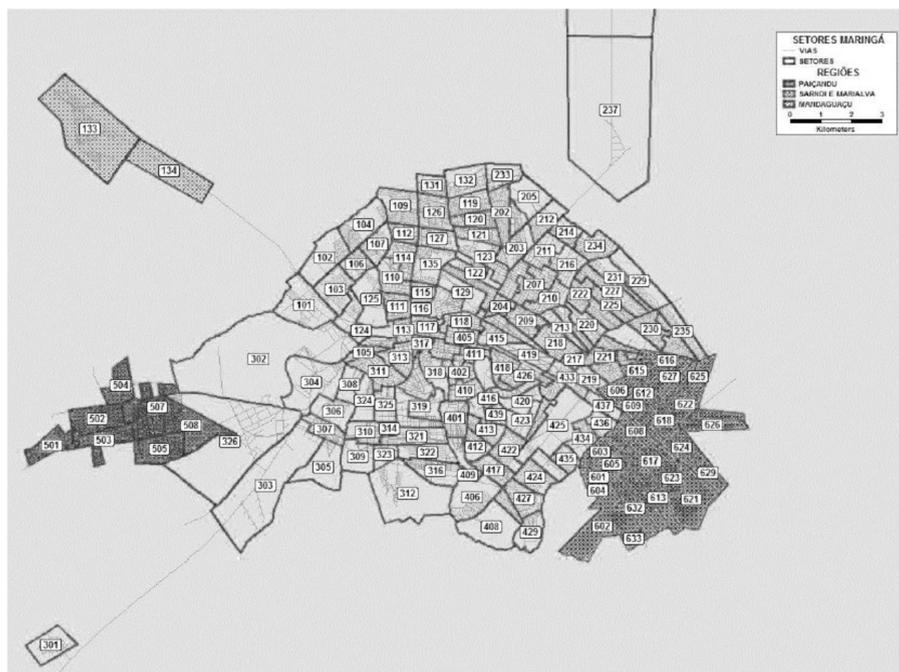
Como complemento dos dados de movimento pendular, as informações contidos nos *Estudos para a elaboração do Projeto Básico do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros de Maringá* realizado em 2010 pela empresa LOGITRANS – Logística, Engenharia e Transportes Ltda³ reforça os deslocamentos diários entre os municípios do aglomerado urbano que conforma a RM de Maringá. A pesquisa em questão foi contratada pela Prefeitura de Maringá para subsidiar o processo licitatório de concessão do serviço público de transporte coletivo. Embora contratado pelo município polo, o estudo incluiu os municípios do entorno Sarandi⁴, Paiçandu e Mandaguaçu devido ao volume expressivo de viagens realizadas por transporte coletivo entre eles.

O estudo da LOGITRANS propôs-se a realizar uma pesquisa Origem-Destino (O/D) do tipo embarcado, ou seja, com entrevistas realizadas em uma amostra de usuários a bordo das viagens do transporte coletivo. Para tanto, dividiu a região de estudo em 181 zonas (ver figura 9.1), tomando como referência os setores censitários do IBGE e incluindo os municípios de Sarandi, Marialva, Paiçandu e Mandaguaçu (LOGITRANS, 2010).

³ Material (*slides*) apresentado na audiência pública realizada em 13 de dezembro de 2010 e disponibilizado para consulta pública no *website* da prefeitura: www.maringa.pr.gov.br. Acesso em jun. 2012.

⁴ Os passageiros que moram em Marialva foram contabilizados nas zonas pertencentes à Sarandi, conforme legenda da figura 9.1.

Figura 9.1 – Setores censitários agregados em 181 zonas para pesquisa Origem-Destino



Fonte: LOGITRANS, 2010

O objetivo do estudo de O/D, segundo o relatório, é verificar a distribuição dos deslocamentos segundo as origens, os destinos, a quantidade de embarques realizados, os motivos e os horários de suas realizações (LOGITRANS, 2010). O mapeamento disponibilizado no relatório⁵ assinala os municípios de Paçandu, Sarandi (Marialva) e Mandaguaçu como origem das viagens de transporte coletivo com destino à Maringá, reforçando os dados de movimento pendular apresentados. Além dos municípios mencionados, a figura 9.2 apresenta como origens das viagens alguns dos bairros mais populares de Maringá, como: a nordeste, os Conjuntos Requião e Guaiapó e os Jardins Paulista, Oasis e Colina Verde; a norte, o Parque Residencial Quebec e o Conjunto Ney Braga; e a sul, o Conjunto Cidade Alta e o Jardim Paraíso.

⁵ Não tivemos acesso ao volume final que contemplaria a pesquisa O/D.

Figura 9.2 – Origem das viagens



Fonte: LOGITRANS, 2010

Verifica-se na figura 9.3 que a maioria dos destinos das viagens realizadas por transporte coletivo concentra-se na região central de Maringá e ao sul da Avenida Cerro Azul, onde há predominância de comércio e de serviços; na Zona 05, onde se concentram os serviços de saúde (clínicas e hospitais); e na zona 07 onde se localiza a Universidade Estadual de Maringá. O mapa também aponta o Parque Industrial Cidade Hannover, a sudoeste, como um polo de atração destas viagens.

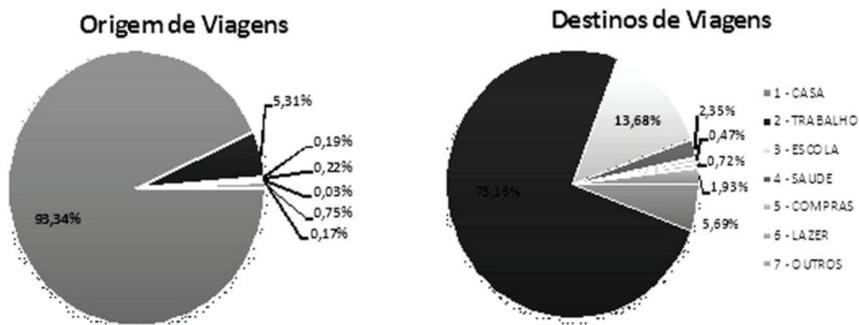
Figura 9.3 – Destino das viagens



Fonte: LOGITRANS, 2010

Os gráficos 9.1 e 9.2, retirados de Logitrans (2010), mostram que os principais destinos das viagens dos usuários entrevistados na pesquisa O/D de Maringá, no período da manhã (pico da manhã), são o trabalho (75,16%) e o estudo (13,68%). A principal origem das viagens é a residência, com mais de 93% dos entrevistados.

Gráfico 9.1 e 9.2 – Distribuição de motivos das viagens



Fonte: LOGITRANS, 2010

Apesar de quantificar os deslocamentos entre os municípios, os dados de movimento pendular são limitados quando comparados às pesquisas origem-destino, tradicionalmente utilizadas para estudos em transporte e mobilidade urbana. Nenhum município da RMM, além de Maringá, possui pesquisas O/D e a Secretaria de Trânsito da Prefeitura de Maringá não disponibilizou o relatório completo da pesquisa O/D. É importante destacar que, diferente de outros países, o Brasil não possui pesquisas domiciliares nacionais sobre transportes (PEREIRA e SCHWANEN, 2013) e o censo demográfico do IBGE ainda não incorporou questões básicas, como o modal utilizado e os gastos da família com deslocamento, apenas disponibilizou o tempo de deslocamento gasto entre casa-trabalho para o ano de 2010.

Entre 1992 e 2009 o tempo de deslocamento foi coletado pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)⁶ apenas em nível nacional e subnacional (estados e principais regiões metropolitanas). A PNAD não é uma pesquisa para fins de análise e planejamento de transportes, mas é a única pesquisa de larga escala no Brasil que disponibilizou o tempo de deslocamento entre casa-trabalho anualmente desde 1992 (PEREIRA e SCHWANEN, 2013). Analisa-se a seguir o tempo gasto nos deslocamentos entre casa-trabalho na Região Metropolitana de Maringá a partir dos dados do IBGE (2010).

⁶ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma pesquisa realizada pelo IBGE todos os anos. Diferente do censo, que atinge toda a população, é realizada em uma amostra de domicílios brasileiros. Destaca-se o recente estudo, elaborado por Pereira e Schwenen para o IPEA, que utilizou a base de dados da PNAD para analisar e comparar o tempo de deslocamento casa-trabalho entre as nove RM's do Brasil mais o Distrito Federal no período entre 1992 e 2009 (PEREIRA e SCHWANEN, 2013).

Condições de deslocamento nos municípios da RMM

1.1. Tempo de deslocamento

O tempo de deslocamento, por estar associado à qualidade de vida, está diretamente relacionado a uma série de condicionantes da mobilidade urbana, como a qualidade e a frequência do transporte público, a frota de veículos das cidades e o congestionamento. Para analisar o tempo de deslocamento entre casa-trabalho na RMM, devem-se considerar os municípios que a compõem tendo dimensões territoriais e características socioeconômicas e demográficas muito diferenciadas. Disso resultam situações específicas, abordadas ao longo do texto.

De modo geral, mais da metade da população da RMM (57%) gasta entre 6min e 30min nos deslocamentos entre casa-trabalho, o restante da população divide-se entre aqueles que gastam até 5min (23,3%) e os que gastam mais de 30min (19,6%) (tabela 9.2). Em toda a RMM, quem faz movimento pendular gasta mais tempo se deslocando. Os municípios da RMM cuja população gasta menos tempo nos deslocamentos são Atalaia, Florai, Ângulo e São Jorge do Ivaí, onde mais de 30% da população gasta menos de 5 minutos nas viagens entre casa-trabalho. Os municípios da RMM cuja população gasta mais tempo se deslocando são Ourizona, Paiçandu, Sarandi, Itambé e Floresta, onde mais de 25% da população gasta entre 30min e uma hora nos deslocamentos entre casa-trabalho.

É importante considerar que alguns municípios de pequeno porte, como Bom Sucesso e Itambé⁷, apresentam os maiores percentuais de trabalhadores que gastam mais de uma hora nos deslocamentos para o trabalho entre os municípios da RMM, conforme tabela 9.2. Este dado está relacionado com as viagens de trabalhadores para atividades agrícolas (como o corte de cana-de-açúcar) no próprio município ou em municípios vizinhos. Demandas que, além de serem sazonais, são realizadas, via de regra, pelas próprias empresas contratantes, exigindo políticas específicas para que as pessoas sejam transportadas em condições de segurança e conforto, mais do que uma política de transporte metropolitano.

⁷ Bom Sucesso tem população estimada de 6.866 para 2013 e Itambé 6.173 habitantes (IBGE, 2013).

Tabela 9.2 – Tempo de deslocamento entre casa e trabalho na RMM - 2010

	Tempo de deslocamento de até 5min	Tempo de deslocamento de 6min a 30min	Tempo de deslocamento de 30min a 1h	Tempo de deslocamento de 1h a 2h	Tempo de deslocamento de mais de 2h
Ângulo	30,7	54,7	12,3	2,2	0,0
Astorga	20,9	68,2	9,6	1,0	0,3
Atalaia	40,7	46,1	9,6	3,5	0,2
Bom Sucesso	18,8	55,4	15,3	9,0	1,4
Cambira	27,2	65,8	5,2	1,7	0,1
Doutor Camargo	26,5	56,3	12,8	4,1	0,4
Floraí	37,4	51,6	7,2	3,2	0,6
Floresta	14,4	58,0	26,3	1,1	0,1
Flórida	28,2	56,7	13,6	1,3	0,2
Iguaraçu	28,9	55,5	13,5	2,1	0,0
Itambé	16,5	47,3	27,3	8,6	0,2
Ivatuba	27,6	50,3	17,7	4,0	0,4
Jandaia do Sul	24,4	64,8	9,4	1,0	0,3
Lobato	24,3	67,8	7,2	0,5	0,1
Mandaguaçu	12,6	60,7	24,2	2,4	0,0
Mandaguari	16,2	64,6	13,9	5,1	0,2
Marialva	20,6	63,7	13,6	2,0	0,2
Maringá	11,1	69,7	16,6	2,3	0,3
Munhoz de Mello	29,0	51,4	17,4	1,9	0,2
Nova Esperança	23,0	61,1	10,9	4,7	0,2
Ourizona	31,8	30,5	35,0	2,7	0,0
Paiçandu	8,1	54,7	30,8	6,4	0,0
Presidente Castelo Branco	20,1	53,3	24,0	2,6	0,0
Santa Fé	24,0	67,5	7,3	1,0	0,2
São Jorge do Ivaí	33,4	51,2	10,4	4,8	0,1
Sarandi	8,0	58,2	29,4	4,0	0,3
	23,3	57,1	16,2	3,2	0,2

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Organização: Observatório das Metrôpoles.

Dentre os municípios da aglomeração urbana formada por Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva, que realizam os maiores fluxos de deslocamentos pendulares com a cidade polo, verifica-se que: em Paiçandu gasta-se mais tempo nos deslocamentos entre casa-trabalho; em Marialva gasta-se menos tempo. Em Paiçandu, 37,2% das pessoas consomem mais de meia hora se deslocando; em Sarandi, 33,4% gastam esta faixa de tempo. Em Maringá e Marialva apenas 19% e 16% da população, respectivamente, gasta mais de meia hora nas viagens casa-trabalho (tabela 9.3).

Tabela 9.3 – Tempo de deslocamento entre casa-trabalho na aglomeração urbana de Maringá - 2010.

Município	Tempo de deslocamento de até 5min (%)	Tempo de deslocamento de 6min a 30min (%)	Tempo de deslocamento de 30min a 1h (%)	Tempo de deslocamento de 1h a 2h (%)	Tempo de deslocamento de mais de 2h (%)
Marialva	20,6	63,7	13,6	2,0	0,2
Maringá	11,1	69,7	16,6	2,3	0,3
Paiçandu	8,1	54,7	30,8	6,4	0,0
Sarandi	8,0	58,2	29,4	4,0	0,3
	12,0	61,6	22,6	3,7	0,2

Fonte: IBGE, 2010. Organização: Observatório das Metrópoles.

Na aglomeração, os municípios que apresentaram maior gasto de tempo nos deslocamentos (Paiçandu e Sarandi) são também aqueles que possuem o maior volume de trabalhadores realizando viagens pendulares. Os trabalhadores de Paiçandu, que realizam movimento pendular, gastam mais tempo de deslocamento que os trabalhadores de Sarandi.

Quase a totalidade dos trabalhadores que realizam movimento pendular destes dois municípios tem como destino Maringá (tabela 9.1), daí podemos considerar que: de Paiçandu para Maringá, 45,7% dos trabalhadores gastam entre 30min e uma hora; e quase 10% gastam mais de uma hora nos deslocamentos. Já de Sarandi para Maringá, 41% destes trabalhadores gastam entre 30min e uma hora; e quase 6% gastam mais de uma hora nos deslocamentos entre casa-trabalho (tabela 9.4).

Tabela 9.4 – Tempo de deslocamento entre casa e trabalho que faz movimento

Nome do município		Tempo de deslocamento de até 5min		Tempo de deslocamento de 6min a 30min		Tempo de deslocamento de 30min a 1h		Tempo de deslocamento de 1h a 2h		Tempo de deslocamento de mais de 2h	
		não-pendular	pendular	não-pendular	pendular	não-pendular	pendular	não-pendular	pendular	não-pendular	pendular
		Marialva	24,2	1,9	68	41	6,9	48,4	0,8	8,7	0,2
Maringá	11,4	1,9	70,2	54,3	16	36,3	2,2	7,3	0,3	0,2	
Paiçandu	18,8	0,9	71,2	43,7	8,4	45,7	1,5	9,7	0	0	
Sarandi	18	0,7	67,3	52,6	12,4	41,1	1,9	5,4	0,4	0,3	
	18,1	1,4	69,2	47,9	10,9	42,9	1,6	7,8	0,2	0,5	

Fonte: IBGE, 2010. Organização: Observatório das Metrópoles.

1.2. Diferenças de tempo de deslocamento entre gêneros e entre cor ou raça

Com base nos dados do IBGE 2010, analisa-se também a diferença do tempo que homens e mulheres gastam em seus deslocamentos diários casa-trabalho. De acordo com Pereira e Schwanen (2013, p.23 e 24), “estas diferenças podem refletir desigualdades no acesso a diferentes meios de transporte, na inserção do mercado de trabalho e na divisão de responsabilidades domésticas dentro das famílias”. Ainda segundo os autores, o que se observa nos países mais desenvolvidos é que homens passam mais tempo no trânsito do que as mulheres (OECD, 2011 *apud* Pereira e Schwanen, 2013).

Na Região Metropolitana de Maringá os homens gastam mais tempo nos deslocamentos para o trabalho do que as mulheres. Enquanto 21,6% dos homens gastam mais de meia hora, 17,2% das mulheres gastam esta faixa de tempo se deslocando. Esta relação se inverte no aglomerado Maringá-Paiçandu-Sarandi-Marialva, onde as mulheres gastam mais tempo (29,4%) do que os homens (24,6%) nos deslocamentos que consomem mais de meia hora.

No Brasil, o tempo de deslocamento gasto pelos homens e pelas mulheres têm se aproximado nos últimos anos. No início dos anos 1990 os homens gastavam 8,6% de tempo a mais que as mulheres e em 2009 este valor caiu para 1,7% (PEREIRA e SCHWANEN, 2013). Podemos relacionar o aumento do tempo de viagens realizadas pelas mulheres na aglomeração urbana de Maringá com

(...) uma série de mudanças sociodemográficas que vem ocorrendo no Brasil, incluindo a redução das taxas de fecundidade, as mudanças na composição familiar – com aumento do número de domicílios chefiados por mulheres e com menor número de crianças – e o significativo aumento do nível educacional e das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho (Strambi e Van de Bilt, 2002; Crane, 2007; Nonato et al., 2012 *apud* Pereira e Schwanen, 2013, p. 24)

Quanto à diferença de tempo de deslocamento entre cor ou raça, constatou-se que as pessoas de cor preta gastam mais tempo nos deslocamentos para o trabalho – tanto na RMM quanto na aglomeração urbana – do que as pessoas de cor branca. Na RMM, existe uma diferença de mais de 10% entre pretos e brancos que realizam deslocamen-

tos de até meia hora. Esta diferença cai para cerca de 6% entre brancos e pardos, sendo que os brancos também gastam menos tempo que os pardos.

Enfim, uma análise mais aprofundada sobre o tempo dos deslocamentos poderia ser relacionando a variável tempo com o modal utilizado. O censo demográfico do IBGE não traz informação sobre o modal utilizado nas viagens, apenas contabiliza se existe ou não automóvel e/ou moto no domicílio, no entanto, esta informação não garante que o deslocamento obtido tenha sido feito por estes modais. Sobre este dado verifica-se que as pessoas que possuem motocicleta e/ou automóvel no domicílio gastam aproximadamente o mesmo tempo de deslocamento; e quem não possui automóvel e motocicleta no domicílio gasta mais tempo se deslocando, ou seja, há maior tempo gasto pelos usuários do transporte coletivo⁸ e dos meios não motorizados de transporte, como a bicicleta. É importante destacar que historicamente a bicicleta foi muito utilizada nos trajetos entre Sarandi-Maringá e Paiçandu-Maringá. Em 2002, 28,1% dos funcionários empregados nas indústrias do município de Maringá utilizavam a bicicleta nos deslocamentos para o trabalho, segundo o Censo Econômico de Maringá, realizado naquele ano⁹ (ACIM/PMM, 2002). Ainda hoje é possível observar, *in loco*, uma quantidade expressiva de trabalhadores utilizando a bicicleta como meio de locomoção entre estes municípios, mesmo que de forma precária.

É importante destacar que a maioria dos municípios da RMM é de pequeno porte (com população entre cinco a vinte mil habitantes), com pouca área urbanizada. Nesse sentido, as curtas distâncias percorridas permite que grande parte dos deslocamentos seja realizada a pé e por bicicleta¹⁰, contabilizando um tempo de deslocamento

⁸ De acordo com o relatório do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana, desenvolvido pela ANTP, em parceria com o BNDES, a maior parte do tempo gasto em deslocamento no Brasil se dá pelas viagens realizadas em transporte coletivo (48,9%), seguido pelas viagens a pé (25,7%), automóvel (20,1%), bicicleta (3,6%) e moto (1,9%) ANTP (2012).

⁹ A pesquisa também mostrou que quase 23% dos trabalhadores empregados nas indústrias de Maringá eram de Sarandi e de Paiçandu (ACIM/PMM, 2002).

¹⁰ De acordo com a ANTP (2002), nos municípios de menor porte os deslocamentos feitos a pé e, principalmente, de bicicleta aumentam significativamente. Nos municípios com população entre 60 e 100 mil habitantes, mais de 50% das viagens são feitas com transporte não motorizado (a pé e por bicicleta) (ANTP, 2012). Este número tende a aumentar para os municípios ainda menores já que é possível observar *in loco*, em vários municípios da RMM, uma quantidade expressiva de pessoas utilizando a

que se aproxima do tempo gasto por modais motorizados em viagens mais longas nos municípios de maior porte. Fica evidente que nestes municípios as políticas de mobilidade urbana devem ser direcionadas para o uso do transporte não motorizado, principalmente porque a expectativa de crescimento daqueles mais distantes do polo se mantém pequena e, em alguns casos, negativa.

Uma melhora nas condições de deslocamento para os modais não motorizados poderia reverter o quadro existente do crescimento da frota de veículos motorizados individuais em todos os municípios da RMM, conforme análise que segue.

1.3. O aumento da frota de veículos para transporte individual de passageiros

Os vinte e seis municípios da Região Metropolitana de Maringá – RMM – somam juntos uma frota de 491.245 veículos, segundo os dados do DENATRAN¹¹ (Departamento Nacional de Trânsito), de julho de 2013. Desse total, 436.451 são para transporte individual de passageiros, o que corresponde a quase 89% dos veículos existentes. Para este estudo consideram-se veículos de transporte individual de passageiros as seguintes classificações do DENATRAN: automóveis, caminhonete, camioneta, ciclomotor, motocicleta, motoneta, *side-car*, triciclo e utilitários¹².

Há apenas 1.988 ônibus e 960 micro-ônibus em toda a RMM. Esses veículos, cuja característica é o transporte coletivo de passageiros, correspondem a 0,67% do total da frota.

Da frota de transporte individual de passageiros de toda a região metropolitana em estudo, mais de 75% concentra-se na aglomeração urbana composta por Maringá, Sarandi, Marialva e Paiçandu; todavia, 58% dessa frota está no município de Maringá. Embora em todos os municípios o número de veículos de transporte individual de passageiros seja preponderante, diante dos veículos de transporte coletivo de passageiros; é na aglomeração em estudo, e mais no município polo,

bicicleta como meio de locomoção.

¹¹ O Denatran classifica os veículos em: automóvel, bonde, caminhão, caminhão trator, caminhonete, camioneta, chassi plataforma, ciclomotor, micro-ônibus, motocicleta, motoneta, ônibus, quadriciclo, reboque, semi-reboque, *side-car*, trator esteira, trator rodar, triciclo, utilitários, outros. Fonte: www.denatran.gov.br, acesso em 14 de outubro de 2013.

¹² Não há registros de veículos quadriciclo nos municípios que compõem a RMM.

que se evidencia a dependência de sua população em relação ao transporte individual, em detrimento do transporte coletivo.

Relacionando os dados da frota de veículos de transporte individual de passageiros, de julho de 2013, com a estimativa da população para o mesmo ano, verifica-se que o município cujo maior índice de veículo de transporte individual de passageiros por habitante é o de Maringá, atingindo 0,66 veículos de transporte individual por habitante, ou seja, a cada 1,52 habitante há um veículo de transporte individual. Já o menor índice relacionando veículo de transporte individual de passageiros por habitante foi verificado no município de Bom Sucesso, no valor de 0,32, significando que a cada 3,14 habitantes há um veículo de transporte individual (ver tabela 9.5).

Importante mencionar que Maringá possui um espaço viário que suporta esta frota, mas que apresenta sinais de saturação. A estrutura viária existente remonta ao seu traçado urbanístico inicial, elaborado com uma hierarquia viária definida e com avenidas largas. O espaço para o automóvel também foi privilegiado com os planos viários que o sucederam (SAVI, 2014).

Os municípios que mais concentram veículos de transporte individual de passageiros por habitante, depois de Maringá, são: Floresta (0,59), Marialva (0,53), Cambira (0,53), Mandaguari (0,53) e Nova Esperança (0,53). Os municípios com menor índice na relação veículos de transporte individual de passageiros por habitante são, além de Bom Sucesso (0,32), Ivatuba (0,34), Munhoz de Melo (0,39), Presidente Castelo Branco (0,40), Ângulo (0,41) e Mandaguaçu (0,42).

Tais dados demonstram que, apesar da aglomeração urbana de Maringá concentrar a maior frota de veículos da RMM, há maior número de veículos individuais por habitantes nos municípios que não compõem a aglomeração¹³. A distância em relação ao município polo e a dificuldade em relação ao transporte coletivo intermunicipal podem ser os fatores que explicam a situação verificada.

¹³ Nos demais municípios que compõem a aglomeração de Maringá, tem-se os seguintes índices: Paçandu (0,45) e Sarandi (0,47).

Tabela 9.5 – Relação veículos de transporte individual de passageiros e

Município	População	Veículos	Veic/Habitante	Habitante/Veic
Ângulo	2954	1210	0,41	2,44
Astorga	25745	12802	0,5	2,01
Atalaia	4010	1836	0,46	2,18
Bom Sucesso	6866	2189	0,32	3,14
Cambira	7603	4009	0,53	1,9
Doutor Camargo	6024	3147	0,52	1,91
Floraí	5149	2637	0,51	1,95
Floresta	6324	3731	0,59	1,69
Flórida	2650	1301	0,49	2,04
Iguaraçu	4205	1862	0,44	2,26
Itambé	6173	2978	0,48	2,07
Ivatuba	3159	1085	0,34	2,91
Jandaia do Sul	21057	11000	0,52	1,91
Lobato	4626	2003	0,43	2,31
Mandaguaçu	21156	8944	0,42	2,37
Mandaguari	34006	17897	0,53	1,9
Marialva	33794	17973	0,53	1,88
Maringá	385753	253124	0,66	1,52
Munhoz de Mello	3857	1503	0,39	2,57
Nova Esperança	27678	14807	0,53	1,87
Ourizona	3482	1519	0,44	2,29
Paçandu	38385	17211	0,45	2,23
Presidente Castelo Branco	5056	2040	0,4	2,48
Santa Fé	11158	5302	0,48	2,1
São Jorge do Ivaí	5671	2782	0,49	2,04
Sarandi	88365	41559	0,47	2,13
Total	764906	436451	0,57	1,75

Fonte: DENATRAN, dados da frota de veículos de julho de 2013 (www.denatran.gov.br), acessado em 14 de outubro de 2013. IBGE, População estimada para 2013 (www.ibge.gov.br), acessado em 14 de outubro de 2013. Organizado pelas autoras.

De acordo com Savi (2014) houve, entre 2003 e 2013, um aumento de mais de 196 mil veículos na aglomeração urbana de Maringá, o que equivale a um crescimento superior a 112%, ao passo que o crescimento populacional na aglomeração, entre os dois últimos censos demográficos (2000 e 2010) foi de 21%. Destaca-se o aumento expressivo da frota de Sarandi e de Paçandu nesse período, que corresponde a um aumento de 193,1% e 178%, respectivamente.

Savi (2014) destaca o expressivo aumento da frota de motocicletas nos municípios de Sarandi, Paçandu e Marialva nos últimos dez anos: Paçandu teve um aumento de 334,7%, Marialva e Sarandi tiveram aumento de 238,5% e 234,2% na frota de motocicletas, respectivamente (tabela 9.6). Este aumento na frota de motos evidencia que esta modalidade de transporte vem sendo utilizadas nos deslocamentos pendulares para a cidade polo.

Quanto ao incremento de automóveis na composição da frota de veículos, Savi (2014) destaca que Sarandi e Paçandu também registraram o maior crescimento percentual entre 2003 e 2013, corresponden-

do a 158,4% e 153,5%. Maringá e Marialva apresentaram um aumento de 93% e 99,6% respectivamente.

Tabela 9.6 – Frota de veículos por tipo na aglomeração urbana de Maringá - 2003 e 2013

	2003 (dezembro)		2013 (julho)		aumento da frota (2003 - 2013)	
	automóvel	motocicleta	automóvel	motocicleta	automóvel	motocicleta
Maringá	98214 (78,9%)	26235 (21,1%)	189600 (75,6%)	61064 (24,4%)	93,0%	132,8%
Marialva	6677 (83,3%)	1339 (16,7%)	13327 (74,6%)	4533 (25,4%)	99,6%	238,5%
Paíçandu	4364 (75,6%)	1407 (24,4%)	11061 (64,4%)	6116 (35,6%)	153,5%	334,7%
Sarandi	9855 (67,3%)	4781 (32,7%)	25464 (61,4%)	15979 (38,6%)	158,4%	234,2%
Aglomeração	119110 (77,9%)	33762 (22,1%)	239452 (73,2%)	87692 (26,8%)	101,0%	159,7%

Fonte: SAVI (2014) com dados do DENATRAN, 2003 - 2013.

Como já se destacou, o total da frota de ônibus e micro-ônibus da RMM corresponde a 0,67% do total da frota de veículos, totalizando 2.948 unidades, sendo 1.988 ônibus e 960 micro-ônibus. A relação é a de um veículo para cada 199 habitantes. O índice representa um valor muito baixo de unidades, se comparado com Curitiba, por exemplo, que possui um destes veículos para cada 162 habitantes.

Os piores índices de porcentagem entre esses veículos por habitante encontram-se em três municípios da RMM, justamente os que compõem a aglomeração urbana de Maringá. Paíçandu apresenta 0,49% veículo de transporte coletivo de passageiros por habitante; seguido de Maringá, 0,50%; e Sarandi, 0,51%. Mandaguari e Iguaraçu apresentam os índices de 0,54% e 0,57% respectivamente.

Tais dados mostram que, para cada 202 habitantes de Paíçandu há apenas um veículo de transporte coletivo de passageiros; em Maringá há 199 habitantes para cada veículo; e em Sarandi há 195 habitantes por veículo. A situação agrava-se se examinarmos que há 504 micro-ônibus em Maringá e 936 ônibus, ou seja, 35% da frota de veículos para transporte coletivo de passageiros é composta por micro-ônibus que, via de regra, tem capacidade para transportar menos pessoas do que o ônibus.

Já o município que apresenta o melhor índice é o de Bom Sucesso, cuja porcentagem é de 2,48% na relação ônibus e micro-ônibus por habitante, exprimindo que para cada 40 habitantes há um veículo dessas modalidades. Na sequência, aparecem: Atalaia com 1,86% veí-

culo por habitante; Flórida com 1,68%; e Doutor Camargo com 1,68%. Nesses municípios há, respectivamente, 54, 60 e 61 habitantes para cada veículo das modalidades micro-ônibus e ônibus (ver tabela 9.7).

Tabela 9.7 – Relação de ônibus e micro-ônibus (veículos) por habitante na RMM

Município	População	Micro-ônibus	Ônibus	micro+ônibus (veículos)	veic./hab.	hab./veic
Ângulo	1350	2	8	10	0,74%	135
Astorga	14960	42	94	136	0,91%	110
Atalaia	2095	12	27	39	1,86%	54
Bom Sucesso	2456	4	57	61	2,48%	40
Cambira	4438	6	24	30	0,68%	148
Doutor Camargo	3541	3	55	58	1,64%	61
Floraí	2974	6	24	30	1,01%	99
Floresta	4223	20	21	41	0,97%	103
Flórida	1430	7	17	24	1,68%	60
Iguaraçu	2119	6	6	12	0,57%	177
Itambé	3390	4	29	33	0,97%	103
Ivatuba	1200	5	6	11	0,92%	109
Jandaia do Sul	12243	35	95	130	1,06%	94
Lobato	2400	5	31	36	1,50%	67
Mandaguaçu	10541	21	46	67	0,64%	157
Mandaguari	19486	45	61	106	0,54%	184
Marialva	20521	50	79	129	0,63%	159
Maringá	286646	506	936	1442	0,50%	199
Munhoz de Mello	1653	6	9	15	0,91%	110
Nova Esperança	16784	42	67	109	0,65%	154
Ourizona	1692	4	17	21	1,24%	81
Paíçandu	18408	31	60	91	0,49%	202
Presidente Castelo Branco	2355	4	22	26	1,10%	91
Santa Fé	5802	9	29	38	0,65%	153
São Jorge do Ivaí	3381	5	16	21	0,62%	161
Sarandi	45157	80	152	232	0,51%	195
Total	491245	960	1988	2948	0,60%	167

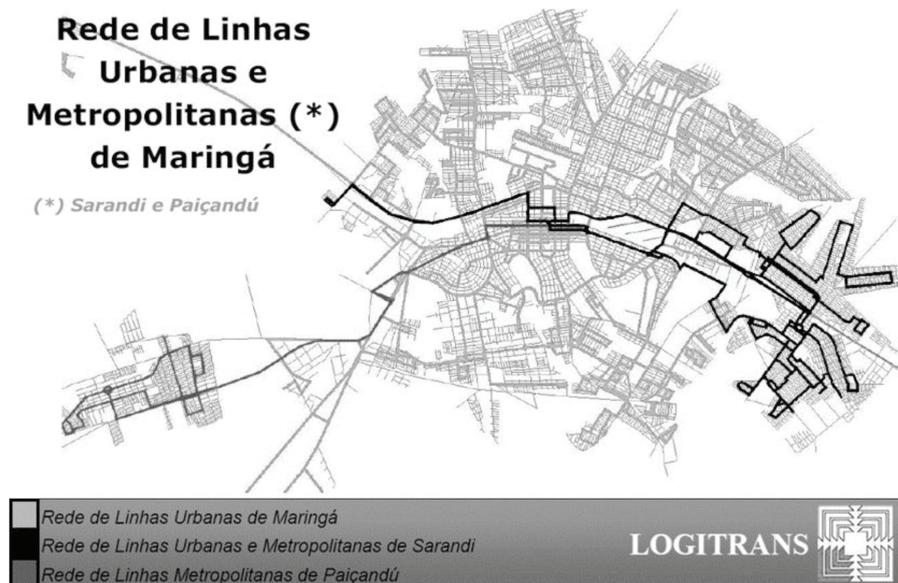
Fonte: DENATRAN, dados da frota de veículos de julho de 2013 (www.denatran.gov.br), acessado em 14 de outubro de 2013. IBGE, População estimada para 2013 (www.ibge.gov.br), acessado em 14 de outubro de 2013. Organizado pelas autoras.

1.4. Transporte público coletivo de passageiros na Aglomeração urbana de Maringá

Atualmente o ônibus é a única opção de transporte integrado na Região Metropolitana de Maringá. Em linhas gerais, o sistema de transportes coletivo de Maringá é gerenciado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança (SETRANS) e operado pela empresa Transporte Coletivo Cidade Canção (TCCC). A empresa é responsável pelas linhas urbanas e metropolitanas (que atendem Sarandi, Paíçandu, Doutor Camargo, Floresta, Ivatuba e Itambé), contudo, as linhas metropolitanas operam com a empresa Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda., que faz parte do mesmo grupo acionário. A sede da TCCC fica em Maringá. É possível observar as redes de linhas de

transporte coletivo e metropolitanas, no aglomerado em estudo, na figura 9.4.

Figura 9.4 – Rede linhas de transporte coletivo urbanas (Maringá) e metropolitanas (Sarandi e Paçandu) operadas pela empresa TCCC – 2007



Fonte: LOGITRANS, 2007.

A empresa “Cidade Verde” iniciou suas atividades em 1993 com transporte de cargas e em 1998 passou a operar o transporte metropolitano de passageiros. A sede da empresa é em Sarandi, mas possui duas filiais, em Maringá e em Paçandu. A empresa também opera com as linhas urbanas de Sarandi e de Paçandu. Já a linha metropolitana Maringá-Marialva é realizada pela empresa Viação Garcia e as linhas urbanas de Marialva são feitas pela empresa Viação Volpato.

A empresa TCCC, que detêm o monopólio dos serviços de transporte coletivo de Maringá desde 1978 (ANTUNES, 2009), venceu novamente a licitação dos serviços em 2011, com um prazo contratual de 20 anos, prorrogável pelo mesmo período. O sistema operava em 2010 com 70 linhas, 259 veículos¹⁴ e um único terminal de transporte

¹⁴ Dos quais 37 são micro-ônibus (capacidade de 35 lugares), correspondendo a 16,8% da frota; 82 são midi-ônibus (70 lugares), correspondendo a 37,2% da frota; e 140 são ônibus básicos (90 lugares), que corresponde a 63,6% da frota.

coletivo urbano localizado no centro da cidade (LOGITRANS, 2010). É possível verificar nas figuras 9.5 a 9.7 que o maior fluxo de linhas ocorre no sentido leste-oeste (na Avenidas Brasil), caracterizando-a como o mais importante eixo do transporte coletivo de Maringá. A demanda das viagens metropolitanas (Sarandi e Paçandu) são apontadas na Avenida Colombo/PR-376 à leste e na PR-317/PR323 a oeste (figuras 9.6 e 9.7). No sentido norte-sul as linhas se concentram mais nas Avenidas Morangueira e Tuiuti.

Figura 9.5 – Carregamento da rede de transporte coletivo de Maringá no pico da manhã - 2010



Fonte: LOGITRANS, 2010.

Figuras 9.6 e 9.7 – Corredores de transporte coletivo com carregamento de 500 a 1000 e de mais de 1000 passageiros, respectivamente, no pico da manhã - 2010

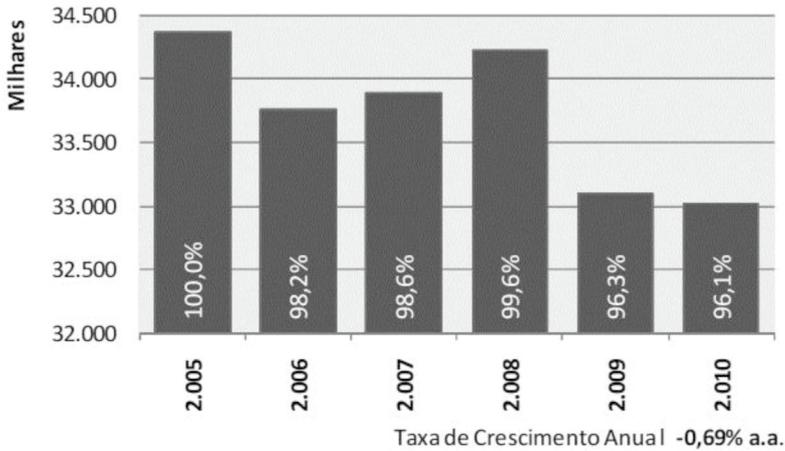


Fonte: LOGITRANS, 2010.

O diagnóstico apontado pelo estudo que subsidiou o processo licitatório do transporte coletivo de Maringá apontou que 56,9% das linhas tinham intervalo entre viagens superior a 30 minutos na hora de maior movimento (LOGITRANS, 2010). O sistema atendia 125 mil passageiros por dia útil em 2010, mas apresenta uma diminuição do número de usuários nos últimos anos, em termos absolutos. O gráfico 9.3 mostra que de 2005 a 2010 houve a redução do número total de passageiros em uma taxa anual média de -0,78% ao ano¹⁵.

¹⁵ A análise do gráfico pela Logitrans (2010) informou que a taxa média anual teve uma redução de 0,69% ao ano.

Gráfico 9.3 – Sazonalidade anual da demanda por transporte coletivo de passageiros de Maringá entre 2005 e 2010



Fonte: LOGITRANS, 2010.

Diante do diagnóstico, a proposta apresentada – em audiência pública realizada no dia 13 de dezembro de 2010 – para a melhoria do sistema foi a criação de uma rede de corredores exclusivos de transporte coletivo e a descentralização do embarque/desembarque dos passageiros, que como mencionado, ocorre em um único terminal central. A proposta ou o “Projeto Básico” considera três cenários: a curto, a médio e a longo prazo.

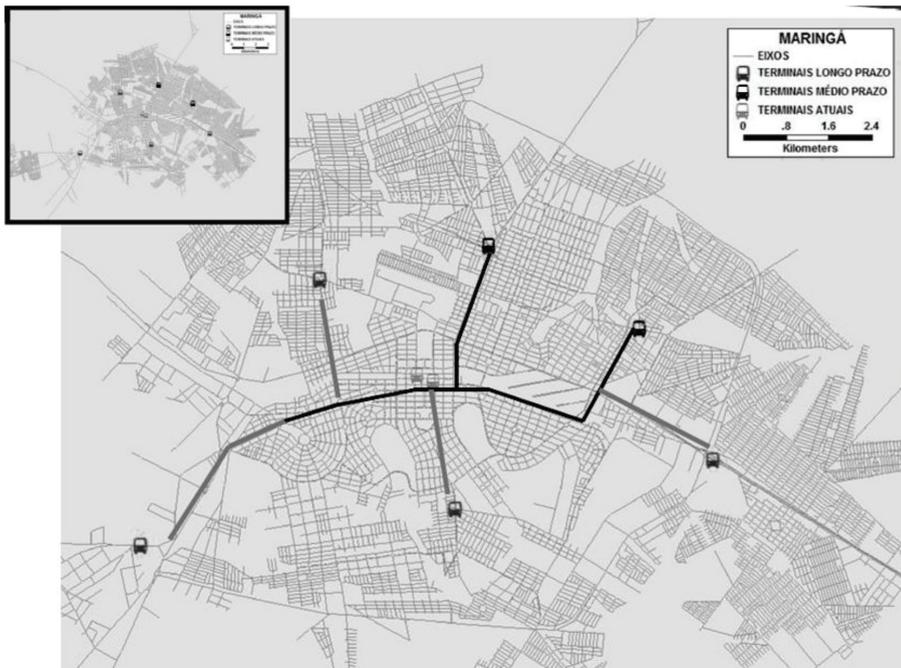
A curto prazo apresenta apenas o aumento da frota de 259 para 266 veículos e, como consequência, um aumento do número de viagens e uma redução no tempo de intervalo entre elas. O tempo médio de viagem cairia de 47,8 minutos para 44,8 minutos.

A médio prazo o estudo prevê a implantação de dois terminais de bairro na região norte cidade. Estes terminais são definidos como terminais urbanos, ao passo que o terminal central figura como terminal urbano e metropolitano. Três corredores exclusivos de ônibus: um na Avenida Brasil, um na Avenida Morangueira e outro na Avenida Tuiuti ligariam os terminais. A proposta também define os pontos de paradas ao longo do eixo e a inclusão de ônibus articulados na frota. Com estas intervenções o tempo médio da viagem reduziria para 35,6 minutos, ou seja, 12 minutos a menos.

A longo prazo o projeto básico considera a implantação de mais quatro terminais de bairro – além dos dois que já estariam executados

a médio prazo (figura 9.8). O sistema ficaria então com um terminal urbano/metropolitano central e seis terminais de bairro ligados por corredores exclusivos de transporte coletivo. O estudo da LOGITRANS não avançou no detalhamento desta proposta, todavia, embora não deixe explícito uma integração com os municípios de Sarandi e Paiçandu, prevê corredores nas principais ligações deles com Maringá.

Figura 9.8 – Propostas do Projeto Básico de Transporte Coletivo de Maringá a médio e a longo prazo



Fonte: LOGITRANS, 2010.

As propostas apresentadas não foram (até o início de 2014) executadas. Mesmo a proposta de ampliação da frota não foi exigida no processo licitatório do sistema. A exigência apresentada no edital de licitação foi, apenas, de que a empresa ganhadora tivesse uma frota igual à já existente.

Em termos de políticas públicas de transporte, em junho de 2013 houve a primeira integração de tarifa do transporte coletivo entre Maringá, Sarandi e Paiçandu, através da criação do cartão Passe Fácil. O usuário abastece o cartão com créditos urbanos e metropolitanos e a

tarifa passa a ser a mesma pra qualquer uma das viagens. Além disso, a segunda viagem na integração metropolitana ficará 50% mais barata. Por exemplo, quem for de Maringá a Sarandi pagará R\$ 2,55, já para circular dentro de Sarandi, pagará metade do valor da tarifa cobrada no município.

Considerações finais

A piora nas condições de deslocamento da população da Região Metropolitana de Maringá se reflete nos dados de tempo de deslocamento entre casa-trabalho e do aumento da frota de veículos motorizados. Nos municípios da aglomeração urbana formada pelos municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva evidenciam-se as piores condições de deslocamento da Região Metropolitana de Maringá. Entre as quatro cidades ocorre o maior fluxo pendular da região e quase a metade da população ocupada de Sarandi e de Paiçandu desloca-se diariamente para trabalhar em Maringá.

Destaca-se que o tempo gasto nas viagens pendulares é maior do que o tempo gasto nos deslocamentos realizados dentro dos municípios, caracterizando uma maior dificuldade de deslocamento para a população que trabalha fora de seu município de origem. De modo geral, mais da metade da população da RMM (57%) gasta entre 6min e 30min nos deslocamentos entre casa-trabalho, e quem faz movimento pendular gasta mais tempo se deslocando. Sarandi e Paiçandu estão entre os municípios cuja população gasta mais tempo, sendo que quase metade da população deles gasta entre 30min e uma hora. Constata-se que na RMM os homens gastam mais tempo nos deslocamentos para o trabalho do que as mulheres, e que esta relação se inverte no aglomerado Maringá-Sarandi-Paiçandu-Marialva. As pessoas de cor preta gastam mais tempo do que as pessoas de cor branca, tanto na RMM quanto na aglomeração urbana.

Portanto, nos municípios que fazem parte da Região Metropolina de Maringá percebe-se duas situações bem definidas: a que apresenta o tempo de deslocamento geralmente mais baixo, revelando a existência de mercados que absorvem a mão-de-obra local; e a que expressa movimentos pendulares, ocorrendo na aglomeração urbana consolidada.

Também na aglomeração urbana concentra-se a maior frota de veículos da RMM, bem como os maiores índices de motos e motonetas

por habitante e os menores índices de veículos de transporte coletivo por habitante. Os dados mostram que a prioridade de transporte dá-se nos modais motorizados individuais, em detrimento do transporte coletivo de passageiros. O fato reforça a importância de se estudar os municípios de Sarandi, Paiçandu e Marialva integrados à dinâmica da aglomeração urbana de Maringá, pois o crescimento da frota verificado nestes municípios certamente está relacionado com os deslocamentos pendulares para a cidade polo e evidencia a urgência de um transporte de massa.

Os dados sobre o transporte coletivo da aglomeração urbana de Maringá mostram que existe uma relação entre a queda do uso do transporte coletivo e o sistemático aumento do número de veículos individuais nos municípios da aglomeração urbana de Maringá, fato que envolve também a existência de um planejamento viário pautado prioritariamente no espaço para o transporte motorizado individual. À medida que o uso do transporte coletivo diminui na aglomeração, em uma taxa média de -0,78% ao ano – entre 2005 e 2010, houve um aumento de mais de 100% da frota total de veículos, entre os anos de 2003 e 2013. Comparativamente, o crescimento populacional na aglomeração entre os dois últimos censos demográficos (2000 e 2010) foi de 21%.

É importante considerar que os municípios da RMM possuem dimensões territoriais e características socioeconômicas e demográficas muito diferenciadas entre si. Daí resultam situações de deslocamentos específicas, que poderiam ser melhor exploradas se houvesse mais fontes de dados de mobilidade urbana, como as pesquisas Origem-Destino e os dados de modais utilizados nas viagens.

Observa-se, por exemplo, que o município de Bom Sucesso apresenta o menor índice na relação veículos de transporte individual de passageiros por habitante e, ao mesmo tempo, o melhor índice na relação ônibus e micro-ônibus por habitante. Por outro lado, apresenta o maior tempo de deslocamento entre casa-trabalho da RMM. Estes dados sugerem uma dinâmica específica nos deslocamentos deste município, que pode estar relacionada com as frequentes viagens de trabalhadores para atividades agrícolas, como o corte de cana-de-açúcar.

Verifica-se também que o pequeno porte da maioria dos municípios da RMM permite que grande parte dos deslocamentos sejam realizados a pé e por bicicleta, fenômeno que é observado *in loco*. É evidente que, nestes municípios, as políticas de mobilidade urbana

deveriam ser direcionadas para o uso do transporte não motorizado, no entanto, o que se observa é um expressivo e crescente número de veículos individuais motorizados por habitantes. A distância em relação ao município polo e a dificuldade em relação ao transporte coletivo intermunicipal, aliadas às políticas de barateamento do transporte individual adotadas nos últimos anos no Brasil, podem ser os fatores que explicam a situação verificada.

Portanto, o grande desafio para a mobilidade urbana na aglomeração urbana de Maringá são os deslocamentos pendulares evidenciados na desvantagem das condições de deslocamento, pois o tempo gasto pela população que se desloca diariamente entre o polo e os municípios que compõem a aglomeração é maior do que os realizados no interior desses municípios. Apesar de ser uma aglomeração de porte médio, o modelo centro-periferia manifesta-se, sendo agravado pela manutenção e reprodução do modelo de transporte urbano predominantemente rodoviarista e voltado para o transporte individual.

Na Região Metropolitana de Maringá há falta de políticas públicas voltadas para a mobilidade urbana que contemplem, principalmente, o transporte coletivo de massa. O esgotamento da estrutura do sistema viário nos municípios é iminente, ao passo que o crescimento da frota de veículos individuais é sistemático. Não existem ações voltadas para a integração metropolitana, nem tampouco entre os municípios que compõem a aglomeração urbana, onde se evidencia a dependência em relação ao município polo.

Referências

- ANTUNES, E. M. (2009). Avaliação da qualidade do transporte público por ônibus sob o ponto de vista do usuário em cidades médias paranaenses. Dissertação de Mestrado. Maringá, Universidade Estadual de Maringá.
- ACIM/PMM (2002). Censo Econômico de Maringá. Associação Comercial e Industrial de Maringá / Prefeitura do Município de Maringá.
- CINTRA, A. P.U. et. al. (2012). “Movimentos pendulares no Paraná”. Cadernos Ipardes. Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-31.
- DENATRAN (2013). “Dados da frota de veículos de julho de 2013”. Disponível em: www.denatran.gov.br/frota.htm. Acesso em outubro de 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2000). “Censo Demográfico 2000: Documentação dos Microdados da Amostra”. Rio de Janeiro, IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010). “Censo Demográfico 2010: Documentação dos Microdados da Amostra”. Rio de Janeiro, IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2013). “População Estimada 2013”. Disponível em www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em outubro de 2013.

IPEA/IBGE/UNICAMP (2002). “Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil - Configuração atual e tendências da Rede Urbana”. Brasília, IPEA.

LOGITRANS (2007). Estudo Técnico Preparatório de Mobilidade e Transporte do Município de Maringá. Programa PROCIDADES do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Maringá.

LOGITRANS (2010). Estudo para elaboração do Projeto Básico do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros de Maringá. Material disponibilizado para consulta pública em www.maringa.pr.gov.br. Acesso em junho 2012.

PEREIRA, R. H. M.; SCHWANEN, T. (2013). “Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo”. Texto para Discussão. Brasília: Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

SAVI, E. (2014). Do direito a cidade e a mobilidade urbana: o caso da aglomeração urbana de Maringá/PR. Dissertação de Mestrado. Maringá, Universidade Estadual de Maringá.

Condições de vida urbana no território metropolitano da Região de Maringá: uma análise do Ibeu

*Helena Maria Ramos dos Santos
Lucília Amaral Fontanari
Mario Donadon Leal*

Resumo: Este capítulo analisa o Índice de Bem-Estar Urbano, o IBEU-Local, a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Analisam-se os dados encontrados nas 52 Áreas de Ponderação (APOND) dos 26 municípios que compõem a RMM, em cada uma das cinco dimensões que compõem o citado índice (mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura). O estudo retrata vários aspectos de desigualdades apresentados no território, em relação às condições de vida urbana nessa região, concluindo que há um modelo de urbanização que privilegia o centro, com todos os recursos possíveis, em detrimento da periferia, a qual fica com um mínimo de estrutura.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Maringá, bem estar urbano, desigualdades territoriais, desigualdades sociais, indicadores urbanos.

Abstract: This study aims to analyze and comprehend the the Metropolitan Region of Maringa's (MRM) social reality, as its conditions of urban life, and the organization of the territory. For this analysis the Index of Urban Well-Being was used the as the methodology, the IBEU-site, a tool used to measure the data variables of the 2010 Census, released by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The IBEU was developed by researchers at Metropolis Observatory and provides a look at intra-metropolitan spatial scale, the quality of urban life in Brazilian metropolitan regions. Therefore, we reveal at first, the data found in 52 Weighting Areas (APOND) of the 26 municipalities that make up this region, regarding the performance of these urban spaces, as well as internal disparities in each of the five dimensions that make up the quoted rate (mobility, environmental conditions, housing conditions, collective care and infrastructure services) and following levels of urban well-being. The study portrays the various aspects of inequalities presented in the territory, in relation to urban living conditions in this region, which is considered one of the top in the State of Paraná and waves for a model of urbanization that favors the center, with all possible features and the periphery with a minimum structure.

Keyword: Metropolitan Area of Maringá, urban wellness, regional disparities, social inequalities, urban indicators.

Introdução

O Observatório das Metrôpoles elaborou o “Índice de Bem-estar Urbano – IBEU” com a finalidade de subsidiar a elaboração e implementação de políticas urbanas do Brasil para cumprir a função social da cidade, conforme estabelecem o Estatuto da Cidade e os planos diretores municipais. O IBEU também tem como objetivo difundir a produção de conhecimento e informações para universidades, movimentos sociais, veículos de comunicação e sociedade civil de modo geral. O índice foi calculado para as 15 principais regiões metropolitanas que se constituem efetivamente como metrôpoles e possibilita um comparativo entre elas. Mas o estudo contemplou também outras áreas metropolitanas brasileiras como a Região Metropolitana de Maringá, para as quais foi construído o IBEU local que permite uma análise intrametropolitana das condições de vida urbana interna de cada uma delas.

O IBEU contém cinco dimensões: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimentos de serviços coletivos urbanos; infraestrutura urbana. Cada uma dessas dimensões é formada por um conjunto de indicadores, construídos a partir do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Os indicadores do IBEU têm amplitude de variação entre zero e um; assim, quanto mais próximos de um forem os índices, melhores são as condições do bem-estar urbano; quanto mais próximos de zero, piores são as condições de bem-estar urbano da área ponderada.

Isso é muito importante, pois todas as regiões metropolitanas institucionalizadas carecem de informações para implementar mecanismos de governabilidade dos seus territórios, que se encontram órfãos de institucionalidade efetiva. Todavia, não bastam “boas intenções” para responder à problemática metropolitana e para construir políticas de enfrentamento aos problemas que afligem esta territorialidade. Daí vem a importância desse instrumento de avaliação e formulação de políticas urbanas para o país, construído pelo Observatório das Metrôpoles, a partir de pressupostos que admitem a vida social profundamente dependente dos substratos material e imaterial fornecido pela cidade, pelo seu papel na manutenção da qualidade das relações sociais realizadas por meio da experiência da sociabilidade urbana. Porquanto é através do meio urbano que os indivíduos e os grupos

sociais renovam a vivência de pertencimento a algo transcendente a sua existência imediata.

Este estudo pretende apresentar, de forma sistemática, informações que consideramos relevantes para a compreensão da realidade social dos municípios da RMM e para as quais foi construído o Índice de Bem Estar Urbano local, que permite uma interpretação das condições de vida urbana interna de cada uma delas.

Não se trata de uma análise apenas descritiva dos dados, mas de um ponto de partida para estimular o debate sobre os principais problemas sociais relacionados às condições urbanas que emergem dos municípios e suscitar ideias acerca do bem-estar social da população envolvida; vinculando, igualmente, uma reflexão sobre a participação da gestão pública nessa rede de prestação de serviços à comunidade, que incide diretamente sobre maior ou menor qualidade de vida urbana (FONTANARI, 2006, p. 17). Para fazermos este debate, temos que discutir um pouco mais sobre alguns conceitos que consideramos de extrema importância, como a questão social no Brasil e a do bem estar social, tais quais foram sendo construídas ao longo dos anos, e como isto reflete na vida das pessoas. De um modo geral podemos dizer que a questão social é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade, é sua face visível.

Os processos de urbanização e de industrialização no país, assim como no mundo capitalista industrial, dão origem ao empobrecimento da classe operária, culminando com os inchaços demográficos das cidades, as quais não estavam preparadas para abarcar toda a demanda social advinda da industrialização. As pessoas passaram a morar mal e a absorver trabalhos que não comportavam os seus gastos, conseqüentemente, foram expostas às condições de vulnerabilidade social e urbana, devidas às suas necessidades básicas insatisfeitas. Conforme afirma Rocha, “adotar a abordagem de necessidades básicas insatisfeitas significa ir além daquelas de alimentação para incorporar uma gama ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação etc” (ROCHA, 2006, p. 19).

A questão social está diretamente vinculada com a desigualdade social que, por sua vez, se estrutura na diferenciação socioespacial intrínseca ao capitalismo periférico (MARICATO, 2007). No Brasil, esta diferenciação origina vários problemas sociais como o desemprego e, principalmente, a violência urbana, causando desequilíbrio nos sistemas político e social brasileiros. É evidente, portanto, que a questão

social está relacionada com o sistema capitalista de produção e enraizada na contradição capital *versus* trabalho, determinando a forma como a riqueza em uma sociedade é produzida e repartida.

Ao analisarmos a sociedade pelas expressões da questão social, estamos realizando uma análise na perspectiva da situação em que se encontra a maioria da população, aquela que só tem na sua força de trabalho o meio para garantir sua sobrevivência. Estamos destacando as diferenças gritantes entre trabalhadores e capitalistas, especialmente no referente a acessos: aos direitos, aos fundos públicos, às condições adequadas de vida; estamos nos referindo às desigualdades urbanas na perspectiva de um pensar as formas para superá-las. Compreendemos as desigualdades, e o que elas produzem na sociedade e na subjetividade dos homens, quando as nossas reflexões nos fazem ver a reprodução dos modelos de execução de políticas sociais e urbanas voltadas aos históricos interesses econômicos dominantes.

O reflexo destas questões sociais na vida das pessoas, quando elas não são atendidas nas suas múltiplas necessidades com políticas públicas, é o aprofundamento da diferenciação social. Isso é característica de uma estrutura produtiva fragmentária, a qual lança grandes grupos de pessoas na situação de risco e de extrema vulnerabilidade social. No âmbito desse estudo, as contradições urbanas presentes na territorialidade da Região Metropolitana de Maringá (RMM) podem ser evidenciadas a partir dos dados sistematizados pelo Índice de Bem Estar Urbano (IBEU).

Geralmente se compreende a noção de bem-estar vinculada a uma concepção de satisfação das necessidades, concebidas no plano dos indivíduos e realizadas privadamente. Esse entendimento é fundamentado no suposto segundo o qual o bem-estar de uma pessoa depende apenas de seu próprio consumo mercantil e, ao mesmo tempo, pressupõe que todos os indivíduos são movidos naturalmente pelo autointeresse em maximizar a realização do seu bem-estar (SEN, 1999).

Partindo deste modo de compreensão do bem-estar, estamos tendo uma visão um tanto limitada, já que concebe a satisfação das necessidades dos indivíduos quanto aos bens e serviços, buscando unificar, assim, a função da utilidade ao campo da individualidade. A concepção adotada pelo Observatório das Metrôpoles (2013) na elaboração do Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU, contrapõe esse conceito comum, pois considera o Bem-Estar aquilo “que a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas

e utilizadas de forma coletiva” (IBEU, 2013, p. 06). Os autores procuraram considerar o bem-estar não apenas no aspecto individual e sim no plano coletivo, e partindo desta visão conceitual podemos entender o verdadeiro sentido do urbano na determinação do bem-estar. Para este trabalho, importa verificar em que medida o IBEU pode ajudar na interpretação dos espaços metropolitanos, mais especialmente, dos tipos socioespaciais relacionados à região metropolitana de Maringá.

A construção do IBEU foi baseada em cinco dimensões, cada uma é constituída por um conjunto de indicadores, construídos a partir do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, sendo elas: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimentos de serviços coletivos urbanos; infraestrutura urbana.

A partir destas dimensões torna-se possível a compreensão das condições urbanas no território concreto que favorece maior ou menor bem-estar para seus residentes. As dimensões apresentadas apontam para um retrato básico de compreensão do bem-estar urbano das regiões metropolitanas brasileiras. É apropriado passar por alguns conceitos e definições ao apresentar os principais resultados do IBEU para a região metropolitana de Maringá, e isso será realizado a seguir.

1. Resultados do IBEU na RMM

Calculado especificamente para cada metrópole, o *IBEU Local* permite avaliar as condições de vida urbana interna a cada uma delas e identificar os seus indicadores no território composto pelas áreas de ponderação do IBGE. Estas áreas foram construídas por meio de agregação dos setores censitários homogêneos. A Região Metropolitana de Maringá é constituída por 26 municípios e composta por 52 Áreas de Ponderação (APONDS). Vinte e uma APONDS são correspondentes a 21 municípios da região maringaense, cada qual constituindo uma área, pois apresentam populações pequenas e pouco heterogêneas em termos de suas características socioeconômicas. Maringá tem seu território municipal desagregado em 20 APONDS; Sarandi em 5 APONDS; e Paiçandu, Marialva e Mandaguari em 2 APONDS cada um.

Como já foi dito acima, IBEU tem amplitude de variação entre zero e um; quanto mais próximo de 1 (um) for o indicador, melhor é o bem-estar urbano; quanto mais próximo de 0 (zero), pior é o bem-estar urbano da área ponderada. O fato de a variação ter amplitude

tão restrita não restringe a escala, apenas exige atenção do observador para cada ponto que sofra variação no índice; esta distinção ponto a ponto torna-se tão importante por tratar-se da análise de um indicador das *condições básicas* do território urbano sem as quais não há bem-estar coletivo.

Considerem-se tais condições básicas como *um todo*, cujas *partes* são dependentes entre si, não podendo, portanto, ocorrer a falta de uma parte sem afetar a integridade do todo; estas condições básicas constituem-se em direito de qualquer cidadão que habite o espaço urbano; assim como todos têm o direito ao *bem-estar social*, que é composto pela seguridade e pelo orçamento público sociais garantindo as cidadanias política e social. A seguir, podemos observar quantos domicílios e pessoas se localizam em cada uma das áreas de ponderação da RMM e qual o índice médio das mesmas.

Na análise do IBEU local da RMM os resultados mostram que três áreas registram IBEU superior a 0,8, considerado um nível bom ou excelente de bem-estar urbano (0.901-1.000). No oposto da classificação uma área da RMM, referente ao município de Bom Sucesso, apresenta um índice de 0.349 com um nível de bem-estar urbano considerado ruim ou péssimo (0.000-0.500). Dentre as 52 áreas da região, 27 apresentam índice abaixo da média (0,748) do conjunto dos índices das áreas do território metropolitano (figura 10.1). Assim, o IBEU da região maringaense explicita uma profunda desigualdade entre os municípios e também intramunicipal, variando de 0,349 (Bom Sucesso) até 0,911, indicando uma área com alto nível de bem estar na área central de Maringá.

No ranking do IBEU local da Região Metropolitana de Maringá, as 12 áreas melhores posicionadas se localizam em Maringá, das quais destacamos as 5 primeiras: Zona 1 – Vila Operária (0,911), Zona 7 (0,906), Vila Santo Antonio – Colombo (0,901), Jardim Alvorada – Liberdade (0,897), Parque das Grevíleas – Jardim do Sol (0,894). No lado oposto da lista, entre as 5 últimas áreas posicionadas no ranking local, encontramos três APONDS de Sarandi: Bom Sucesso (0,349), Sarandi – Parque Alvamar (0,513), região oeste de Paçandu (0,542), Jardim Monterey-Condomínios (sul de Sarandi) (0,570) e centro-Jardim Universal (norte de Sarandi) (0,574).

Quadro 10.1 – Composição do IBEU por APOND e total de pessoas e de domicílios da RMM-2010

IBEU por Área de Ponderação e todas de pessoas e de domicílios da RMM - 2010			
MUNICÍPIO-ÁREA DE PONDERAÇÃO	Total de Pessoas	Total de Domicílios	IBEU
Área 013- Maringá-Zona 1-Vila Operária	18.541	6.904	0,911
Área 009- Maringá-Zona 7	15.577	6.307	0,906
Área 014- Maringá-Vila Santo Antônio-Colombo	13.720	4.835	0,901
Área 019- Maringá-Jardim Alvorada-Liberdade	24.288	7.946	0,897
Área 002- Maringá-Parque das Grevíleas-Jardim do	13.548	4.383	0,894
Área 001- Maringá-Jardim Imperial-Laranjeiras	13.330	4.252	0,887
Área 010- Maringá-Zona 2 - Santa Felicidade	20.636	6.728	0,886
Área 012- Maringá-Zona 4-Horto Iguaçú	12.916	4.319	0,880
Área 015- Maringá-UEM - Alto da Boa Vista	15.596	5.539	0,872
Área 008- Maringá-Vila Morangueira-Condomínios Aerop	17.509	5.982	0,870
Área 016- Maringá-Jardim Real-Hortência-Rebouças	22.131	7.019	0,858
Área 020- Maringá-Jardim Diamante-Zona NO	27.137	8.689	0,849
Município de Jandaia do Sul	20.269	6.683	0,843
Área 005- Maringá-Jardim Novo Horizonte-Porto Seguro	13.056	4.851	0,834
Área 007- Maringá-Conjunto Porto Seguro-Itaíra	19.385	6.075	0,834
Município de Lobato	4.401	1.454	0,832
Área 002- Marialva	17.944	5.748	0,816
Município de São Jorge do Ivaí	5.517	1.877	0,816
Área 017- Maringá-Zona 5-Santa Isabel-Ouro Cola	21.246	6.966	0,811
Área 004- Maringá-Jardim São Silvestre-Monte Her	13.908	4.398	0,811
Município de Florai	5.050	1.733	0,775
Município de Floresta	5.931	1.946	0,773
Município de Astorga	24.698	8.167	0,767
Município de Munhoz de Melo	3.672	1.205	0,755
Município de Santa Fé	10.432	3.342	0,751
Município de Doutor Camargo	5.828	2.017	0,744
Área 003- Maringá-Conjunto Requião-Guaiapó	19.224	5.699	0,742
Área 018- Maringá-Zona Rural Noroeste-São Domingos	17.293	5.342	0,739
Município de Atalaia	3.913	1.301	0,737
Área 006- Maringá-Jd Licce-Itaperica-Paulista	17.076	5.207	0,735
Área 004- Sarandí-Jd. Independencia	14.414	4.726	0,734
Município de Cambira	7.236	2.328	0,733
Município de Itambé	5.979	1.897	0,730
Área 002- Mandaguari	19.973	6.666	0,718
Município de Presidente Castelo Branco	4.784	1.490	0,717
Área 002 - Paicandu-Região Leste	22.783	7.089	0,713
Área 001- Mandaguari	12.685	4.161	0,707
Município de Fátima	2.543	823	0,702
Município de Iguaçu	3.982	1.269	0,680
Município de Ourizona	3.380	1.091	0,669
Área 003- Sarandí- Conj. Floresta-Esperança	13.623	4.267	0,668
Município de Mandaguçu	19.781	6.175	0,665
Área 001- Nova Esperança	26.615	8.689	0,654
Área 001- Marialva	14.015	4.390	0,653
Município de Ivatuba	3.010	1.308	0,630
Município de Ângulo	2.859	929	0,627
Área 011- Maringá-Zona Industrial Sul-Tarumã	20.962	7.196	0,617
Área 005- Sarandí-Centro-Jd Universal-NO	25.834	8.130	0,574
Área 002- Sarandí-Jd Monterey-Condomínios-Sul	14.999	4.536	0,570
Área 001- Paicandu-Região Oeste	13.153	4.149	0,542
Área 001- Sarandí-Pq Alvarar	13.977	4.380	0,513
Município de Bom Sucesso	6.561	2.120	0,349
TOTAL	716.918	234.721	

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles

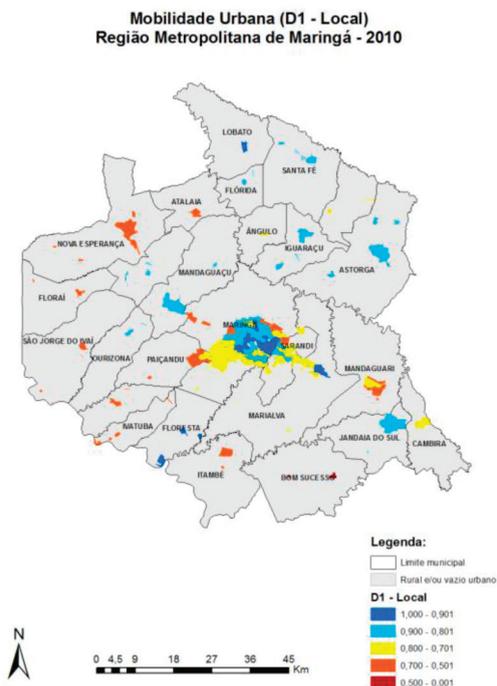
to das condições básicas para a compreensão do bem-estar urbano das regiões metropolitanas brasileiras; assim como da RMM.

2.1 Dimensão de Mobilidade Urbana (D1- Local)

A dimensão de *mobilidade urbana* (D1) foi concebida a partir do indicador de deslocamento casa-trabalho. A utilização apenas de um indicador na composição dessa dimensão decorre da não existência de outras variáveis que pudessem refletir as condições de mobilidade urbana no censo demográfico. Mas considera-se que esse indicador apresenta-se como boa *proxy* das condições de deslocamento, apesar de não se referir a outros elementos importantes da mobilidade urbana, a exemplo da sua qualidade, da segurança dos serviços prestados e da infraestrutura específica (IBEU, 2013, p.19). O indicador de *deslocamento casa-trabalho* é constituído a partir do tempo que as pessoas ocupadas trabalhando fora do domicílio, utilizam para ir e vir diariamente para suas casas. É considerado adequado quando as pessoas gastam até 1 hora por dia no trajeto casa-trabalho, utilizando-se da proporção de pessoas ocupadas que trabalham fora do domicílio e retornam para casa diariamente gastando até 1 hora no seu trajeto.

Na dimensão de *mobilidade urbana*, IBEU-D1, a área de Bom Sucesso, APOND 04, apresenta o pior índice (0,011); seguido de Itambé, APOND 11 (0,502); e da região oeste de Paiçandu, APOND 43 (0,526). No extremo oposto, as áreas que têm asseguradas as melhores condições de mobilidade urbana são: a APOND 34, Zona 7-Maringá (0,979); Lobato, APOND 14 (0,941) e Vila Morangueira, as APOND 32 (Zona 1) e 27 (V. Morangueira) (0,930 cada).

Figura 10.2 – Mapeamento da Dimensão de Mobilidade Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, 2013.

2.2 Dimensão de Condições Ambientais Urbanas (D2 - local)

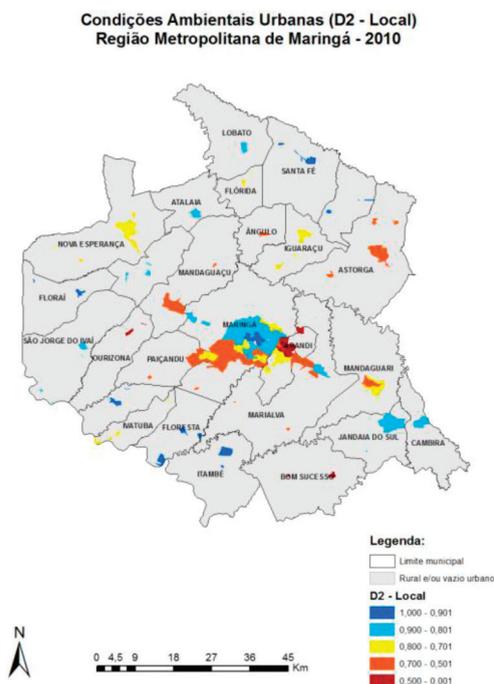
A dimensão das *condições ambientais urbanas* (D2) foi concebida a partir de três indicadores: arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios. Mesmo que existam apenas as possibilidades de utilização desses três indicadores de condições ambientais urbanas, considera-se que eles refletem, em grande medida, a dimensão ambiental referida à vida urbana (IBEU, 2013, p.19).

Os dados da arborização no entorno dos domicílios são obtidos a partir da proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui arborização (veja detalhes no capítulo seguinte). É considerada arborização quando ela é existente na face de quadra, tanto quanto na face confrontante ou no canteiro central do logradouro, onde os domicílios estão localizados. O indicador de esgoto a céu aberto é construído a partir da proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno não possui esgoto a céu aberto, sendo considerado

desta forma tanto na face onde se localizam os domicílios quanto na sua face confrontante. O indicador de lixo acumulado no entorno dos domicílios é obtido a partir da proporção de residentes morando em domicílios cujo entorno não possui lixo acumulado, sendo existente na face de quadra e na face de quadra confrontante onde se localizam os domicílios.

As áreas de ponderação que apresentam as piores condições ambientais urbanas, IBEU-D2, são: Bom Sucesso, APOND 04 (0,128); Sarandi centro – Jardim Universal, APOND 52 (0,477); Sarandi Parque Alvarar, APOND 48 (0,477); e as que têm as melhores condições ambientais são duas áreas em Maringá: Vila Santo Antonio– Colombo APOND 33 e Zona 7, APOND 34 (ambas com 1.000), seguidas por Doutor Camargo, APOND 06 (0,998) e Floraí, APOND 07 (0,996).

Figura 10.3 – Mapeamento da Dimensão das Condições Ambientais Urbanas do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, 2013.

2.3 Dimensão de Condições Habitacionais Urbanas (D3 - local)

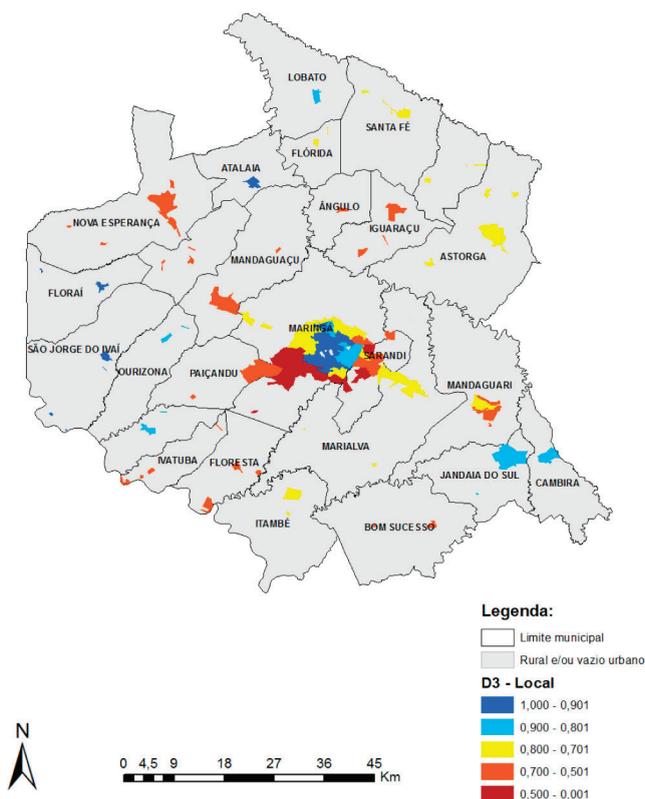
A dimensão das *condições habitacionais urbanas* (D3) foi compreendida por quatro indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador por banheiro e material das paredes dos domicílios. Os indicadores dessa dimensão foram selecionados a partir da compreensão das condições dos domicílios, bem como de suas características, que podem favorecer direta ou indiretamente o bem-estar urbano (IBEU, 2013, p. 20).

O indicador de Aglomerado subnormal caracteriza a proporção de pessoas da área de ponderação que não moram em aglomerado subnormal. Este indicador foi levantado a partir da base de setores censitários de aglomerado subnormal, divulgado pelo IBGE. O de densidade domiciliar é construído a partir da razão entre número de pessoas no domicílio e o número de dormitório: foi considerado adequado quando havia até 2 pessoas por dormitório. Quanto ao indicador de densidade domiciliar morador por banheiro, considerou-se como adequado o domicílio que possui até 4 pessoas por banheiro. Já no indicador de material das paredes dos domicílios, considerou-se como adequado o domicílio cujas paredes externas são do tipo alvenaria com revestimento ou madeira apropriada para construção (aparelhada), relevando também a proporção de pessoas que estão em domicílios com material das paredes adequado. Quanto ao indicador de espécie dos domicílios, considerou-se como adequado os domicílios do tipo casa, casa de vila, condomínio ou apartamento, correspondendo à proporção de pessoas que estão em domicílios de espécie adequada. Foram ainda considerados inadequados os domicílios do tipo habitação em casa de cômodo, cortiço ou cabeça de porco; tenda ou barraca; dentro de estabelecimento; outro (vagão, trailer, gruta, etc.).

Para dimensão de condições habitacionais, IBEU-D3, a área de mais baixa escala é maringaense, localizada na região compreendida pela entorno da Zona Industrial Sul e do Parque Tarumã, APOND 30 (0,384); seguida por duas áreas de Sarandi, Jardim Monterey-Condomínios, APOND 49 (0,434) e Parque Alvarado, APOND 48 (0,528). Do outro lado, os melhores índices também estão em Maringá, nas áreas Zona 4 - Horto-Iguaçu, APOND 31 (0,949); e no Jardim Novo Horizonte - Porto Seguro, APOND 24 (0,938); e ainda em São Jorge do Ivaí, APOND 47 (0,928).

Figura 10.4 – Mapeamento das Condições Habitacionais Urbanas do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010

**Condições Habitacionais Urbanas (D3 - Local)
Região Metropolitana de Maringá - 2010**



Fonte: Censo Demográfico, 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, 2013.

2.4 Dimensão de Atendimento de serviços coletivos urbanos (D4 - Local)

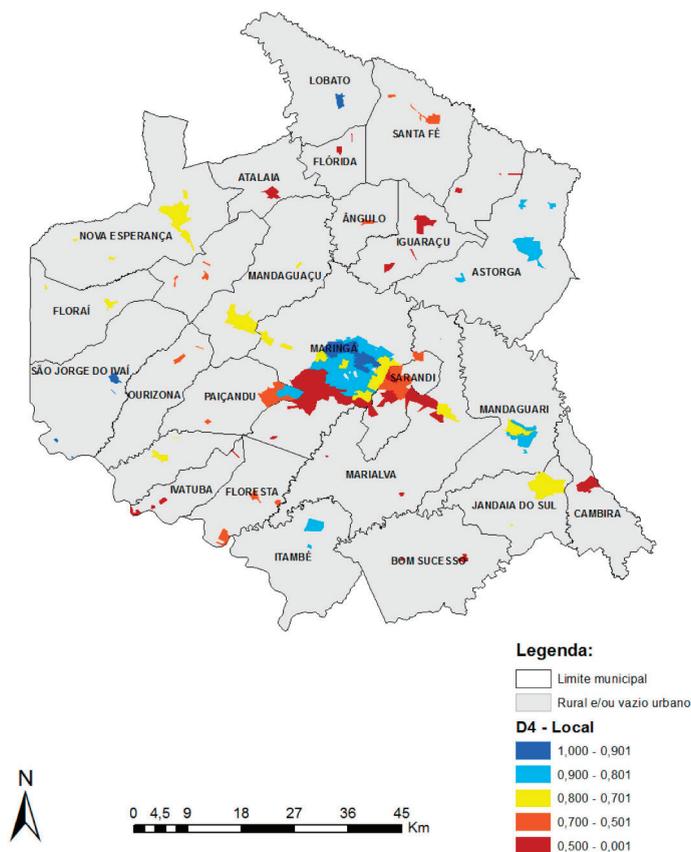
A dimensão de *atendimento de serviços coletivos urbanos* (D4) foi concebida a partir de quatro indicadores: atendimento adequado de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e adequada coleta de lixo. Esses são indicadores que expressam os serviços públicos essenciais para garantia de bem-estar urbano, independente de ser ofertado por empresas públicas ou por empresas privadas através de concessão pública (IBEU, 2013, p. 21).

É considerado adequado o atendimento de água e atendimento de esgoto quando feito por rede geral de água e de esgoto, e corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio com este atendimento adequado. O atendimento de energia é considerado adequado quando há energia elétrica de companhias distribuidoras ou de outras fontes, e sendo de companhia distribuidora quando houver existência de medidor e corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio com este atendimento adequado. Quanto à coleta de lixo, também é considerada adequada quando coletada diretamente por serviço de limpeza ou quando colocado em caçamba em serviço de limpeza. O seu indicador também corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio com coleta adequada de lixo.

Nesta dimensão do atendimento de serviços coletivos urbanos, IBEU-D4, as áreas da região metropolitana com os mais baixos índices são: Zona Industrial Sul e Parque Tarumã, Maringá, APOND 30 (0,404); seguido de Cambira, APOND 5 (0,423) e Marialva 1, APOND 18 (0,453). Na outra extremidade, as áreas com os melhores resultados estão localizadas em Maringá: Jardim Imperial – Laranjeiras, APOND 20 (0,972); Jardim Alvorada – Liberdade, APOND 38 (0,971); e Parque das Grevíleas – Jardim do Sol, APOND 21(0,955).

Figura 10.5 – Mapeamento da Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010

**Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos (D4 - Local)
Região Metropolitana de Maringá - 2010**



2.5 Dimensão de infraestrutura urbana (D5 – Local)

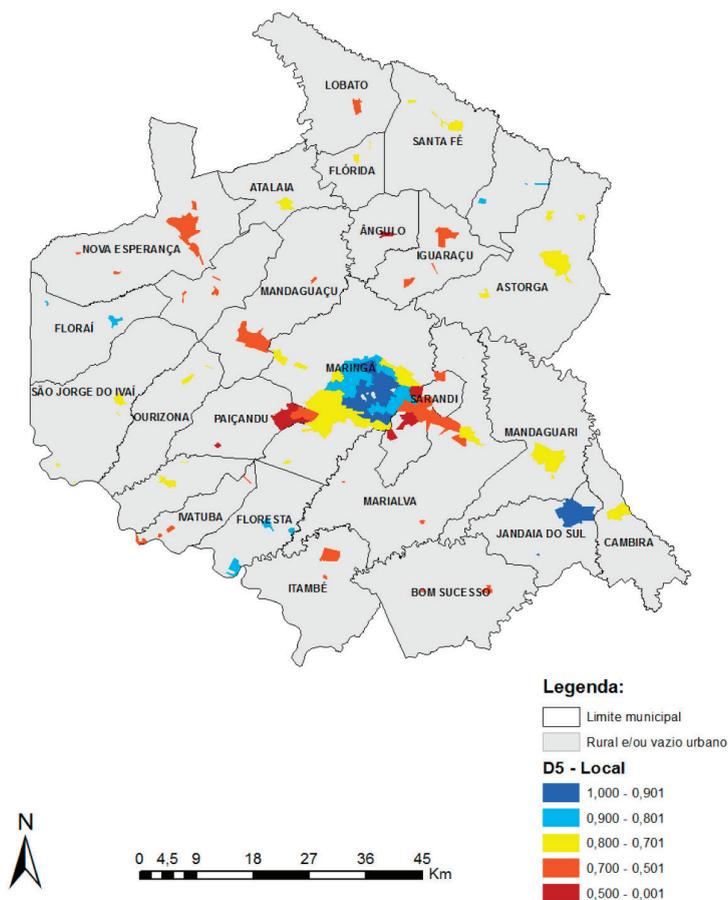
A dimensão de *infraestrutura urbana* (D5) foi compreendida por sete indicadores: Iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio ou guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros (passeios públicos). Esses indicadores expressam as condições de infraestrutura na cidade que podem possibilitar (quando da sua existência) melhor qualidade de vida para pessoas, estando relacionados com a acessibilidade, saúde e outras dimensões do bem-estar urbano. (IBEU, 2013, p. 22).

O indicador de iluminação pública mostra a proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui iluminação pública; sua identificação corresponde à face de quadra ou a face de quadra confrontante de onde se localizam os domicílios. A pavimentação corresponde à proporção de pessoas que mora em domicílio cujo logradouro possui pavimentação (asfalto, cimento, paralelepípedo etc.). Já o indicador calçada diz respeito à proporção de pessoas que mora em domicílio cuja face do logradouro onde se localiza o domicílio possui calçada. O indicador de meio-fio ou guia corresponde à proporção de pessoas que mora em domicílio cuja face do logradouro onde se localiza o domicílio possui meio-fio ou guia. O indicador bueiro ou boca de lobo corresponde à proporção de pessoas que mora em domicílios cujo entorno possui bueiro ou boca de lobo; sua identificação no entorno corresponde à face ou a face confrontante de onde se localizam os domicílios. O indicador de rampa para cadeirantes trata da proporção de pessoas que mora em domicílio cuja face do logradouro possui rampa para dar acesso às pessoas que utilizam cadeiras de rodas. O indicador de logradouros corresponde à proporção de pessoas que mora em domicílio onde o logradouro possui identificação.

Na dimensão de infraestrutura urbana, IBEU-D5, as áreas da região metropolitana com os mais baixos índices foram: região oeste de Paçandu, APOND 43 (0,252); seguida de Parque Alvamar em Sarandi, APOND 48 (0,333); e Jardim Monterey-Condomínios ao sul de Sarandi, APOND 49 (0,338). As áreas com melhor IBEU-D5 são: Maringá, Zona 1 - Vila Operária, APOND 32 (0,938); Jandaia do Sul, APOND 13 (0,896); e Zona 7 em Maringá, APOND34 (0,888).

Figura 10.6 – Mapeamento da Dimensão de Infraestrutura Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano por município da RMM - 2010

**Infraestrutura Urbana (D5 - Local)
Região Metropolitana de Maringá - 2010**

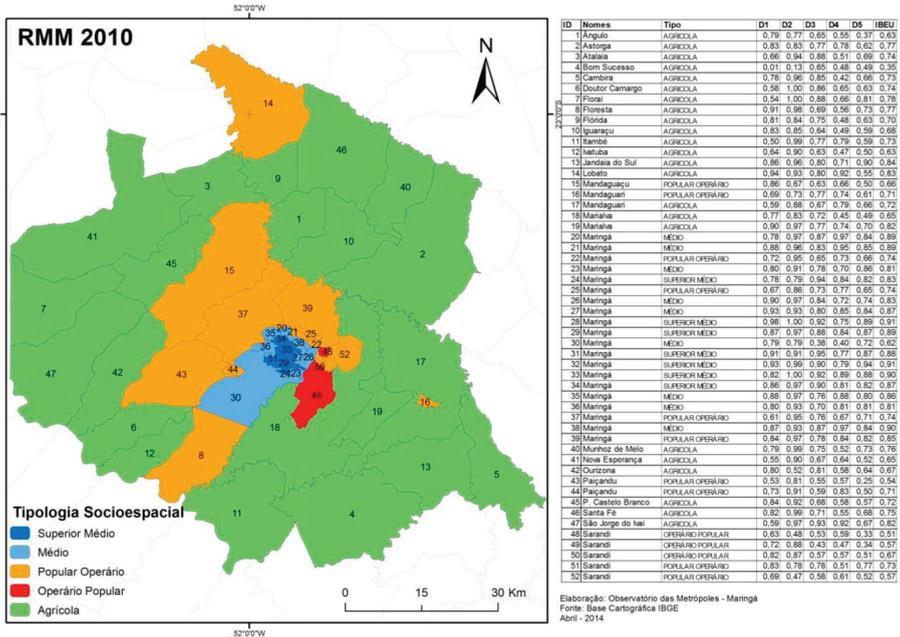


Fonte: Censo Demográfico, 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, 2013.

3. Os níveis de bem-estar urbano (IBEU – Local) e a tipologia socioespacial da RMM

Na sequência se apresenta o cruzamento entre a tipologia socioespacial (detalhes no capítulo 4) e o IBEU da RMM, o que permite refletir se condições de vida urbana menos ou mais favoráveis guardam alguma relação com o perfil socioespacial metropolitano (Figura 10.7).

Figura 10.7 – Mapeamento da tipologia socioespacial da RMM e quadro do IBEU por Área de Ponderação da RMM - 2010



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010; Elaboração do Observatório das Metrópoles, 2014.

Lembremos que a maioria dos municípios da região maringaense (21) se constitui de apenas 01 área de ponderação (APOND), pois apresenta uma população pequena e pouco heterogênea em termos de suas características socioeconômicas. Maringá tem seu território municipal desagregado em 20 APONDS, Sarandi em 5 APONDS e Paiçandu, Marialva e Mandaguari em 02 APONDS.

Observamos no mapa (Figura 10.7) que a área de mais baixo indicador médio do IBEU se localiza no município de Bom Sucesso, que possui uma configuração socioespacial de tipo Agrícola, ou seja, relacionada aos estratos sócio-ocupacionais inferiores. Nesse município, reúnem-se as mais baixas taxas em quase todas as dimensões, sendo destaque a dimensão relativa à mobilidade urbana, especialmente porque se trata de uma sede municipal de pequeno porte e, portanto, de curtas distâncias nos deslocamentos intramunicipais. Por outro lado, também no território municipal maringaense encontram-se índices precários de bem-estar urbano: na dimensão do atendimento de serviços coletivos urbanos, a área da região metropolitana com o

mais baixo índice é a Zona Industrial Sul e Parque Tarumã (0,384), em Maringá, classificada de tipo Médio. Ou seja, mesmo numa área de configuração socioespacial mais favorecida, a precariedade também se apresenta.

Observa-se que, a despeito de uma área da cidade-polo da região metropolitana apresentar um baixo índice quanto a uma das dimensões, o que prevalece no cruzamento no mapa entre o IBEU e a tipologia socioespacial é a reprodução da precariedade, também, das condições de bem-estar urbano nos territórios de tipologias inferiores quanto à classificação socioespacial.

A partir da explicitação de índices excelentes e péssimos, confirma-se que situações concretas de pobreza podem ser monitoradas de forma mais consistente por indicadores concebidos em função das condições específicas verificadas. Em cada país, e mesmo em sub-áreas de um mesmo país, a abordagem adequada depende essencialmente da feição que o fenômeno pobreza assume e das possibilidades concretas de política pública, o que envolve desde a disponibilidade de dados estatísticos que permitam entender e mensurar o problema até a disponibilidade de recursos financeiros e outros, para a intervenção (ROCHA, 2006, p.28).

Frente à complexidade da realidade social brasileira, tendo como foco Maringá e região metropolitana, pode-se dizer que: “onde os problemas se entrelaçam, as variáveis sociais em alguns momentos aparecem como causas, em outros como consequências das demandas da população junto ao setor governamental, conhecer a realidade se torna essencial para a superação de medidas pontuais, emergenciais e sem continuidade no trato da questão social no país” (FONTANARI et al, 2006, p. 12).

Trabalhar com a realidade socioespacial dos municípios constituintes da RMM, por meio do IBEU, permite-nos perceber que a desigualdade compõe o real urbano e metropolitano e que todo enfrentamento a esse processo desigual supõe ações que abarquem a heterogeneidade nas mais distintas dimensões:

Adotar a abordagem de necessidades básicas insatisfeitas significa ir além daquelas de alimentação para incorporar uma gama mais ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação etc. Diferentemente da abordagem centrada nas necessidades de alimentação, definir pobreza com base em patamares mí-

nimos de satisfação dessas necessidades abre diversas possibilidades. Por um lado, permite definir de forma mais ou menos estrita o que sejam as necessidades básicas, de acordo como a situação se apresenta em cada sociedade (ROCHA, 2006, p. 19).

O retrato social do território destas cidades mostra discrepâncias gritantes conviventes no mesmo espaço, donde se pode inferir que estas populações não estão tendo as suas necessidades básicas satisfeitas, não estão sendo vistas na integralidade, conforme suas condições de vida. Como é aceitável que a área central da cidade polo regional apresente o maior índice em todas as dimensões (0,91), enquanto a outra área dessa mesma configuração institucional metropolitana apresente índice tão precário (0,35)? Um indicador como o IBEU pode subsidiar efetivamente ações para diminuir tais desigualdades no âmbito da governabilidade metropolitana.

Conforme descreve Fontanari, “políticas públicas referem-se a ações coletivas que vão garantir os direitos dos cidadãos, previstos em lei. Elas são criadas de acordo com os interesses da sociedade, com a finalidade de melhorar as condições e a qualidade de vida da população” (FONTANARI et al, 2006, p. 17).

Nesta territorialidade metropolitana, destaca-se ainda, pelos índices baixos, a classificação dos dois municípios conurbados com Maringá, os municípios de Sarandi e Paiçandu. Sarandi tem seu território dividido em 5 Áreas de Ponderação (APONDs), aonde as disparidades no IBEU vão do índice de 0,51 a 0,73, todos baixos em relação aos da cidade de Maringá. Quanto ao município de Paiçandu, está dividido em duas áreas e aquela de tipo Popular Operário, tem um IBEU muito baixo, de apenas 0,54 na dimensão que classifica a infraestrutura urbana, apresenta o menor índice em relação às outras 51 áreas de ponderação. Ou seja, estas taxas coincidem com os demais indicadores que apontam as diversas vulnerabilidades presentes em Sarandi e em Paiçandu. O município de Jandaia do Sul, classificado como sede de pequeno porte na rede urbana brasileira, destaca-se pela 2ª posição no IBEU global da região, com 0,84, e é também a maior posição dentre os municípios localizados nas áreas de tipo Agrícola. Observa visualmente no mapa que as condições de bem-estar urbano se equivalem aos demais indicadores apresentados neste livro, os quais, quando territorializados, explicitam a estreita relação mantida com o perfil socioespacial da região, nas diversas formas que apresentam: “Assim,

o estabelecimento do que seja pobreza e necessidades básicas é necessariamente diferente em áreas rurais e urbanas, também o sendo entre áreas urbanas conforme o grau de urbanização” (ROCHA, 2006, p. 27).

Considerações Finais

O grande desafio para superar a carência urbana é ter clareza de que alguns problemas relacionados às desigualdades sociais e às injustiças urbanas são muitas vezes toleradas e ignoradas, mas não são invisíveis, e uma ferramenta como o IBEU é capaz de explicitar tais desigualdades; desvendando o conjunto das desigualdades sociais que expressam, ainda, outras desigualdades, políticas, econômicas, culturais etc.

A análise do IBEU-Local apontou que existem desigualdades nas condições de vida entre os espaços urbanos que constituem esta região metropolitana maringense, pois o que constatamos é que de um lado temos áreas que se destacam por altos índices de bem estar urbano: de 0,901 a 1,000 e 0,801 a 0,900 e, por outro lado, temos áreas que se destacam pelo contrário, pelos índices muito baixos: de 0,501 a 0,700 e 0,001 a 0,500. E estes últimos representam as condições de vida urbana de uma grande parcela da população metropolitana.

Ao analisarmos de forma isolada os índices alcançados pelos espaços urbanos da RMM nas cinco dimensões que compõem o IBEU, verificamos que a vulnerabilidade maior está relacionada às dimensões de atendimento de serviços coletivos urbanos e a infraestrutura urbana. Todavia as outras dimensões como mobilidade urbana, condições ambientais urbanas e condições habitacionais urbanas aparecem como mais avançadas, demonstrando desta forma uma maior capacidade de repercutir o bem-estar urbano existente.

No percurso da análise, ficou evidente que os espaços urbanos com os melhores índices nas cinco dimensões, e conseqüentemente com os mais elevados índices de bem-estar urbano, localizam-se na cidade de Maringá, principalmente na área central. Destacamos ainda o município de Jandaia do Sul apresentando bons resultados, com um IBEU de 0,84.

Reportamos ainda aos espaços que apresentam os piores resultados, localizados em áreas conurbadas como Paiçandu (área 43) e Sarandi (área 51), mas temos ainda que mencionar novamente Bom Sucesso, que fica a uma distância de aproximadamente 55 km do polo,

apresentando o IBEU mais baixo de todas as áreas (0,35). Esta distribuição espacial dos resultados do IBEU aponta à manutenção de um padrão desigual de urbanização, sendo o polo abastecido de recursos e as periferias metropolitanas com fortes evidências de carências, sobretudo nas áreas conurbadas com Maringá.

Não é conveniente interpretar o índice de bem-estar urbano em si mesmo, basta ser um caminhante das cidades para saber o quanto ele depende de decisões sociais, culturais, políticas e econômicas; assim, nesta análise, viu-se como ponderar, além das suas dimensões próprias, o índice de bem-estar urbano por meio de outros parâmetros.

Para o leitor atento à análise acima, ficará claro que os tipos socioespaciais inferiores na escala social parecem sofrer o efeito dos “fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação espaciais” advindos da “crise de integração com o mercado de trabalho” (RIBEIRO, 2013). Sabe-se disso não apenas pela observação das relações entre a tipologia socioespacial e os dados do IBEU no território (mostrando a concentração nessas regiões de moradores ocupados nos setores secundário, terciário, além dos ambulantes e desempregados); mas também pela observação, acessória aos péssimos índices de bem-estar urbano, de que há uma força de repulsão atuando contra os índices do Operário popular, visíveis, sobretudo por serem os dignos representantes de “hinterlands supridores de bens e serviços que atendem às necessidades (individuais e coletivas) de reprodução [mas que são] deixadas de fora da forma salário” (RIBEIRO, 2013). Esses desafiados expressam a sua vulnerabilidade socioespacial nos índices ruins refletindo sua repulsão do polo. Não se pode medir aqui o “ethos¹ individualista”, mas sabe-se que, junto com a livre concorrência, o individualismo também faz parte da receita básica para que os fenômenos listados acima ocorram num só maquinismo, nos níveis da pessoa em família, em comunidade e em sociedade. É possível observar nas bordas do tipo Superior médio e Médio os modos de inserção dos imensos espaços de condomínios fechados com cerca elétrica e toda infraestrutura; ao lado de bairros populares com moradores econômica e ocupacionalmente vulneráveis, prestes a serem expulsos pela especulação imobiliária. Estes moradores de Maringá e dos municípios de Sarandi e Paiçandu, do Operário popular, parecem fugir da vulnerabilidade ocupacional buscando formas de tornarem-se supridores de bens para o polo Supe-

¹ Ethos (grego): hábito, costume, uso.

rior médio e Médio; enquanto os empreendedores do Superior médio e do Médio estão construindo, no polo, aquilo que Harvey chama de “economia espacial” baseada na “proximidade espacial”:

A metrópole contemporânea em países capitalistas é uma verdadeira sobreposição de formas urbanas construídas à imagem de reciprocidade, redistribuição e mercado de troca. A mais-valia, como é socialmente definida na ordem capitalista, circula dentro da sociedade; move-se livremente ao longo de alguns canais, embora se manifeste em forma física, através do fluxo de bens, serviços e informação, a construção de medidas do movimento, etc., e na medida em que as formações sociais dependem em sua coerência da proximidade espacial, encontraremos, também, uma economia espacial intrinsecamente expressa, mas tangível (HARVEY, 1980).

Desta forma se não for formulada e implementada uma política urbana metropolitana que garanta a governabilidade desses territórios, estas áreas continuarão órfãs e fadadas à permanência desse mesmo padrão, ou seja, da manutenção da desigualdade social nos territórios metropolitanos brasileiros. Mas bom é repassar o olhar sobre um possível caminho para as hipóteses de soluções direcionadas a toda essa conjuntura, o caminho do Estado e, conseqüentemente, da política pública, força resultante da necessidade de contrapolarização através da participação, acima de tudo, dos prejudicados, na elaboração de projetos políticos. Que tais projetos resultem em mudanças socioespaciais no meio urbano, mudanças na direção de bons indicadores, não apenas os de bem-estar urbano, mas também os de bem-estar sociocultural.

Referências

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil - 05 de outubro de 1988.

CARNEIRO, Carla B. L. (2004). Intervenção com foco nos resultados: elementos para o desenho e avaliação de projetos sociais. In: Carneiro & Costa. (org) Gestão social: o que há de novo? vol . 2. Elementos para a ação. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

FONTANARI, Lucília Amaral [et al] (2006). Realidade social e territorialização da macro-região do noroeste do Paraná: diagnóstico participativo - Maringá, Clichetec.

- HARVEY, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul (1983). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2012). *Censo Demográfico – 2010*, Rio de Janeiro, IBGE.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, RIBEIRO, Marcelo Gomes (2013). *ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO – IBEU*. Observatório das Metrôpoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro.
- ROCHA, Sonia (2006). *Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?* 3.ed. – Rio de Janeiro, Editora FGV.
- SEN, Amarty Kumar (1999). *Sobre ética e economia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TELES, Vera da Silva (1996). *Questão Social: afinal do que se trata?* São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez, p. 85-95.

O Ibeu na Região Metropolitana de Maringá – uma análise da arborização e da vulnerabilidade socioambiental no marco da mudança climática

Jorge Ulises Guerra Villalobos

Resumo: Este capítulo trata da análise de uma das dimensões do IBEU (Índice de Bem-estar Urbano), especificamente das *condições ambientais urbanas* (D2), denominada aqui simplesmente de IBEU-D2, que foi construída a partir de 3 (três) indicadores a saber: arborização; esgoto a céu aberto e lixo acumulado, os quais foram medidos sempre no entorno dos domicílios da Região Metropolitana de Maringá – RMM. No entanto, privilegia-se o debate a respeito da arborização do passeio público.

Palavras-chave: Direito urbanístico, Região Metropolitana de Maringá, Arborização, Passeio público, Vulnerabilidade, Mudança climática.

Abstract: This Study is the analysis of the dimensions of IBEU (Index of Wellbeing Urban), specifically of urban environmental conditions (D2), called here simply IBEU-D2, which was constructed from three (3) indicators namely: afforestation, open sewage and garbage accumulated, which were always measured in the vicinity of the households in the metropolitan region of Maringá – RMM.

Keyword: Urban law, Metropolitan Area of Maringa, Afforestation, Public footpath, Vulnerability, Climate change.

Introdução

Este capítulo trata da análise de uma das dimensões do Índice de Bem-estar Urbano – IBEU, especificamente das *condições ambientais urbanas* (D2), denominada aqui simplesmente de IBEU-D2, que foi construída a partir de 3 (três) indicadores, a saber: arborização; esgoto a céu aberto e lixo acumulado, os quais foram medidos sempre no entorno dos domicílios da Região Metropolitana de Maringá – RMM. Porém, neste estudo privilegia-se o debate a respeito da arborização do passeio público, em razão do mesmo não estar discutido no tema da vulnerabilidade e mudança climática.

O valor a respeito do indicador arborização foi “obtido a partir da proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui arborização¹.” Assim, neste texto a discussão se desenvolve para além desse indicador: estabelece-se uma análise no marco do conceito de *vulnerabilidade socioambiental*²; passando pela retroalimentação em sistemas ambientais, os antecedentes que justificam os resultados do IBEU-D2; a arborização do passeio público; assim como o cenário de mudança climática previsto para a região³ e as alternativas possíveis.

¹ Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. (org.) (2013). Índice de Bem-estar Urbano. São Paulo: Letra Capital, p. 19.

² Para fins metodológicos e analíticos, a *vulnerabilidade socioambiental* está sendo definida como: a coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais muito pobres, com alta privação (vulnerabilidade social) e áreas de risco ou degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental). FONSECA, H. (2006). Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59.

³ No Relatório do IPCC para o Brasil está dito que: “Ondas de calor, chuvas intensas, secas, entre outros fenômenos climáticos têm afetado o território brasileiro em todas as estações e seus impactos variam regionalmente (Marengo, *et al.*, 2009). Estes eventos estão provocando impactos cada vez mais significativos no meio urbano e seus riscos vêm sendo potencializados pelo modo como as cidades têm se configurado. Em geral, significativas transformações no clima local são geradas pelo modo como essas áreas urbanas se desenvolvem, por meio de intervenções desconexas com intensa verticalização, compactação e impermeabilização do solo, supressão de vegetação e cursos d’água (Ross, 2004) “. PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (2013). *Primeiro relatório de avaliação nacional*. Volume 2 – Impactos, vulnerabilidades e adaptação. p. 11.

1 - A retroalimentação no meio ambiente urbanizado

A retroalimentação no sistema ambiental urbano pode ser exemplificada por um fato comum: quando a superfície dos edifícios se aquece, um grande número de mudanças ocorre na atmosfera, assim como na umidade do ar e na própria superfície do solo. Algumas destas alterações podem, por sua vez, afetar a temperatura local, modificando a sensação térmica das pessoas e incitando-as, em razão disso, a ligarem um ar condicionado; o qual, ainda que reduza a temperatura ambiente do local em que opera, emite externamente ar quente. Esse processo é denominado de *efeito de retroalimentação*, que pode ser valorado em termos de efeitos positivos ou negativos.

Associe-se a isto os materiais utilizados nas construções e os mobiliários urbanos, os quais em geral desempenham importante papel nas dinâmicas ambientais produzidas nas cidades. Nesse contexto, especialmente notórias são as *ilhas de calor*⁴, bem como os colapsos no sistema de drenagem.

Tal colapso é resultado da retroalimentação⁵ negativa proveniente da relação sistêmica entre a compactação, impermeabilização da superfície do sítio urbano e as precipitações que vem apresentando novos padrões. As águas de chuvas, em razão da não mais filtrarem no solo, deslocam-se cumulativamente na superfície, ao ponto de as vias de circulação se comportarem como canais de águas intermitentes, ou seja, ativados em razão das chuvas.

Nesse processo é possível estabelecer, dentro do paradigma da mudança climática, a relação entre retroalimentação, vulnerabilidade socioambiental e evolução do sistema urbano, particularmente na

⁴ A *ilha de calor* é certamente um dos principais problemas ambientais urbanos relacionados com a temperatura e o aquecimento das cidades, mas o consenso dos cientistas entende que tal *ilha* pode ser reduzida com os efeitos das brisas urbanas. Esses deslocamentos do ar, ou seja, os ventos urbanos, estão relacionados com o movimento do ar por efeito dos afinilamentos das laterais, dos recuos frontais dos edifícios e da arborização e das zonas verdes. Nesse sentido, os recuos, estão em direta relação com os espaços abertos existentes entre as edificações, influenciando nas “velocidades dos ventos” e melhorando a função destes em contribuir para o deslocamento do calor durante o dia. Cf. Lisa Gartland, *Ilhas de calor – Como mitigar zonas de calor em áreas urbanas* (2010). São Paulo. Editora Oficina de Textos, p. 34.

⁵ YANGFAN LI; YI LI, YAN ZHOU; YALOU SHI, XIAODONG ZHU (2012). “Investigation of a coupling model of coordination between urbanization and the environment”. *Journal of Environmental Management*. Nº 98, pp. 127e133.

RMM. Assim, para tal, optamos por entender que a vulnerabilidade⁶ está relacionada com o impacto de um evento que afeta as pessoas e seus bens, num determinado território.

Num cenário de mudanças climáticas, existem eventos, mesmo os já conhecidos, como as chuvas⁷, nos quais ventos e temperaturas apresentar-se-ão de modos diferenciados, nos aspectos quantitativos e nos qualitativos; O ambiente urbano, que fora concebido num processo evolutivo com intervenções nem sempre coerentes para os parâmetros ambientais aparentemente estáveis, passará, num futuro próximo, a ser impactado por eventos extremos que afetarão, principalmente, as pessoas, seus bens, os serviços e a infraestrutura urbana.

Nesse ínterim, é relevante considerar que a vulnerabilidade⁸ deve ser dimensionada pela pressão e pelas interações que a cidade, como um todo, exerce no sistema natural. Isto significa dizer que a retroalimentação não somente se relaciona com alguns dos elementos do ambiente natural e com os materiais utilizados na construção das cidades; mas também que existe um vínculo forte com o sistema ambiental, do qual as cidades retiram serviços ambientais, em escala local⁹, e sobre o qual se desenvolve a própria cidade. Esse processo pode ser traduzido em graus de vulnerabilidade ambiental do sistema urbano, com consequências mais amplas, que afetam transversalmente os diferentes grupos sociais que nela habitam.

Na medida em que há carência de árvores no passeio público, este fato diz respeito a uma situação de maior vulnerabilidade indicado no

⁶ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. (2006) Relatório de Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental de Marabá/PA-2006. Disponível em <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=117&Itemid=72> Acesso em 10.09.2013. Cf. também MENDONÇA, F. (2004) Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 10, p. 139-148.

⁷ CUNHA, G.; MONTEIRO, P. (2004). Clima e vulnerabilidade social. Uma retrospectiva de notícias veiculadas na imprensa do Rio Grande do Sul, durante o El Niño de 1997/98. In. CUNHA, G. Lidando com Riscos Climáticos. (org) (2004). Passo Fundo: Embrapa.

⁸ BAÑALES, J. (2012). De las agendas ambientales locales a la iniciativa ciudades y cambio climático. Lineamientos para una estrategia de cooperacion sur-sur en America latina y el caribe. p. 5. Disponível em <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=766&Itemid=72> Acessado em 10.09.2013.

⁹ O termo *escala local* não está restrito à unidade territorial municipal, pode perfeitamente ser aplicado para uma região metropolitana.

IBEU-D2; mas também essa falta assinala fortemente, nas latitudes intertropicais, a maior degradação do sistema urbano, ao mesmo tempo em que cobra uma ação governamental mais intensa para enfrentar os efeitos da mudança climática, centrados neste estudo no aumento da temperatura.

A hipótese de que o risco ambiental e a degradação ambiental estão associados à pobreza¹⁰ pode não ser aplicada plenamente ao ambiente urbano, em cenários de mudança climática, principalmente se o foco é a análise da retroalimentação num sistema complexo. Isto significa dizer que a vulnerabilidade socioambiental pode não ser específica da pobreza, mas de todos os que moram nas cidades, o que termina tocando, diretamente, na questão da qualidade da governança local¹¹.

Tome-se, por exemplo, o caso de Marabá, PA,¹² onde se constatou que “o destino das fezes e urinas é o lançamento a céu aberto”; e assim, “além de contaminar o solo, acabam por contaminar também as águas”; no entanto, essa análise linear de causa-efeito, que num primeiro momento pode parecer satisfatória, quando dentro de uma visão sistêmica do processo, em longo prazo, resulta ser negativa também para todo e qualquer cidadão de Marabá, não somente para uma população pobre, haja vista os processos de poluição das águas, os quais são cumulativos e se desdobram em novos processos, inclusive em incidentes na cadeia trófica. Ainda mais quando a ictiofauna¹³ da região está presente na alimentação cotidiana.

Esse processo termina por trazer consequências negativas às futuras gerações afetando, assim, o princípio constitucional de garantir um meio ambiente equilibrado e sadio a estas. Assim, ainda que seja complexo modelar a retroalimentação no ambiente urbano, é necessário aceitar esse desafio e incluir este no debate a respeito da vulnerabilidade.

¹⁰ As áreas de risco e de degradação ambiental também são, na maioria das vezes, áreas de pobreza e privação social. Assim, nossa hipótese é de que a vulnerabilidade ambiental é um fator relevante na configuração da distribuição espacial das situações de pobreza e da privação social na metrópole paulistana. Op. Cit., FONSECA, H. (2006).

¹¹ Cf. o conceito de governança local em BUSSATO, C. (2003). Governança Social Local. Porto Alegre. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/o_bservatorio/usudoe/gsl_desencadeando_o_processo.pdf> Acesso em 11.10.2013.

¹² PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. (2006), p. 65.

¹³ O conjunto de peixes próprios da região.

2 - Os antecedentes do resultado do IBEU-D2 na RMM e a questão da arborização urbana

A Região Metropolitana de Maringá, apesar de ter sido um território coberto por uma exuberante floresta de espécies do Bioma da Mata Atlântica, foi rapidamente desmatada, isso, durante a colonização do período moderno, deflagrado a partir da década de 1940, e em cujo processo de ocupação territorial foi utilizado intensamente a técnica da “limpeza das terras” que combinava o desmatamento com a queima da floresta.

No entanto, esse processo de devastação da mata, no intuito de implantar uma estrutura fundiária capitalista sustentada no comércio de terras rurais a fins urbanos e na cultura do café para comércio junto da madeira, teve como efeitos imediatos: a intensificação dos processos erosivos do solo; a perda de biodiversidade tanto da flora quanto da fauna; a erosão dos canais dos cursos de água; e as *nuvens de poeira* que frequentemente invadem as cidades.

Para fazer frente a essa questão específica, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, responsável pelo parcelamento do solo na RMM, desenvolveu como medida paliativa na cidade de Maringá o projeto do Horto Florestal, que serviria de viveiro base para implantar uma barreira verde, objetivando diminuir os efeitos negativos do desflorestamento percebidos na área urbana.

Destaquem-se as espécies escolhidas prioritariamente para esse viveiro: sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*) nativa da Mata Atlântica, jacarandá (*Jacaranda sp.*), ipê roxo (*Tabebuia avellanadae*) e tipuana (*Tipuana tipu*). São essas também as principais espécies encontradas no sistema viário da RMM, fato que denota baixa biodiversidade de espécies.

Nesse marco, o processo de arruamento da cidade foi associado ao plantio das árvores, passando o plantio a estar vinculado de forma quase *natural* aos elementos da paisagem urbana. Tal ação, de iniciativa privada, deixou para a cidade de Maringá um patrimônio ambiental estimado em aproximadamente noventa mil árvores. Haja vista cada quadra a dispor de 13 (treze) árvores por lateral do polígono, contabilizando o equivalente a 25,47 m² de área verde por habitante¹⁴.

¹⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. História de Maringá. Disponível em <<http://www.maringa.pr.gov.br/dados/dadoger.htm>> Acesso em 11.10.2013

No entanto, conforme demonstrou Zuleide de Paula¹⁵, somente a partir da década de 80, na administração do prefeito Said Felício Ferreira, foi que a Administração Municipal passou a manifestar seu interesse pelas árvores na paisagem urbana, tornando a questão um debate de interesse público, desde um eixo especificamente economicista.

O tema foi discutido, especialmente, em razão do fato de que durante décadas a cidade vinha sofrendo com a queda do sistema da rede elétrica, ocasionado pelos atritos dos fios elétricos com os galhos das árvores¹⁶, uma vez que a rede está instalada seguindo pelas calçadas o arruamento e, por isso, é interceptada pelas copas das árvores que seguem o mesmo percurso dos fios.

Assim, em razão dos ventos, chuvas intensas e temporais, a fiação da rede elétrica entra em contato com os galhos das árvores; ou então, quando da queda de árvores, estas terminam levando consigo a fiação, interrompendo a distribuição da energia elétrica.

Esse fato é comum a toda a região metropolitana, a arborização do passeio público apresenta o mesmo padrão, tanto as espécies arbóreas quanto a forma de plantio são as mesmas; e, por seu lado, o sistema de distribuição de energia elétrica da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, segue os mesmos parâmetros técnicos.

Na época, em 1985, como medida para resolver esse conflito, a administração municipal propôs realizar podas drásticas nas árvores de Maringá; no entanto, a população se mobilizou contra a proposta das podas e iniciou uma campanha em defesa das árvores, a qual terminou sendo incorporada pela administração municipal especificamente como valor agregado ao preço do solo urbano, o que também resultava em vantagem econômica ao proprietário.

No entanto, de acordo com os dois mais abrangentes estudos técnicos sobre a arborização de Maringá, realizados em 1988¹⁷ e 2006¹⁸, as árvores do passeio público estão seriamente comprometidas com

¹⁵ CASAGRANDE, P. (1999). Verde que te quero ver-te. In: DIAS, R. ROLLO, H. (org.) (1999). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM. p. 411.

¹⁶ Op. cit. p. 417.

¹⁷ MILANO, M. (1988). Avaliação quali-quantitativa e manejo da arborização urbana: exemplo de Maringá - PR. Tese de Doutorado. Curitiba. UFPR. Engenharia Florestal.

¹⁸ SAMPAIO, A. (2006). Projeto árvore. Relatório Final. Prefeitura municipal de Maringá: Maringá.

doenças e maus-tratos, sendo estes decorrentes, principalmente, de podas mal realizadas, tanto das raízes, quanto dos galhos.

A poda dos galhos da árvore, seja em formato circular ou em formato V, desestrutura a forma natural da espécie, provocando assim a fragilidade desta para resistir os ventos. Ao que deve ser somado a poda da raiz quando da passagem das redes de água potável e de esgoto, além das injúrias decorrentes do calçamento do passeio.

Todas estas ações, seja de modo individual ou no conjunto, terminam “prejudicando”¹⁹ as árvores e provocando nelas danos facilitadores de doenças e, diga-se de passagem, esse fenômeno é, infelizmente, comum em toda a região²⁰.

De modo geral na RMM, as primeiras áreas urbanas a serem florestadas foram as áreas centrais das cidades, zonas dominadas principalmente por grandes *Sibipirunas*. Porém, em Maringá, a situação é ainda mais crítica, uma vez que possui a maior área de cobertura vegetal de grande porte localizada em via pública.

Com efeito, além do processo natural de envelhecimento, as árvores recebem uma pressão e estresse também decorrente das obras das calçadas, da manutenção dos postes, da implantação de fiações e cabeamentos em geral, das canalizações subterrâneas, de novas edificações e, além disso, estão sujeitas à poluição própria das cidades e às menores ventilação e iluminação.

Isto significa que a perda de qualidade ambiental das árvores urbanas, em regra, é acelerada por condições não naturais de existência, bem como pelo processo de verticalização e de impermeabilização da cidade.

É importante destacar que a estética dominante desse processo de verticalização caracteriza-se, desde o ponto de vista da paisagem, numa ampla fachada com destaque e visibilidade para a área de acesso ao prédio. Há um confronto de interesses físicos e estéticos com a disposição e a presença das árvores frondosas no passeio, pelo fato de que estas cresceram *injuriadas*, apresentando muitas vezes troncos inclinados e galhos deformados, tudo em razão das sucessivas podas inadequadas.

¹⁹ Conforme os dados coletados junto ao Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Maringá, Observatório Ambiental, os maus-tratos, podas irregulares e mutiladoras, envenenamentos, além de atos de vandalismo, continuam assolando as árvores.

²⁰ Nos municípios da R.M.M, não há diretriz específica para o planejamento e gestão das arvores do passeio público.

De 1980 em diante, a área central da cidade de Maringá passou a apresentar o fenômeno de *desarborização*, o qual está associado de forma direta à dinâmica da verticalização, ou seja, quanto mais prédios, menos árvores no passeio público.

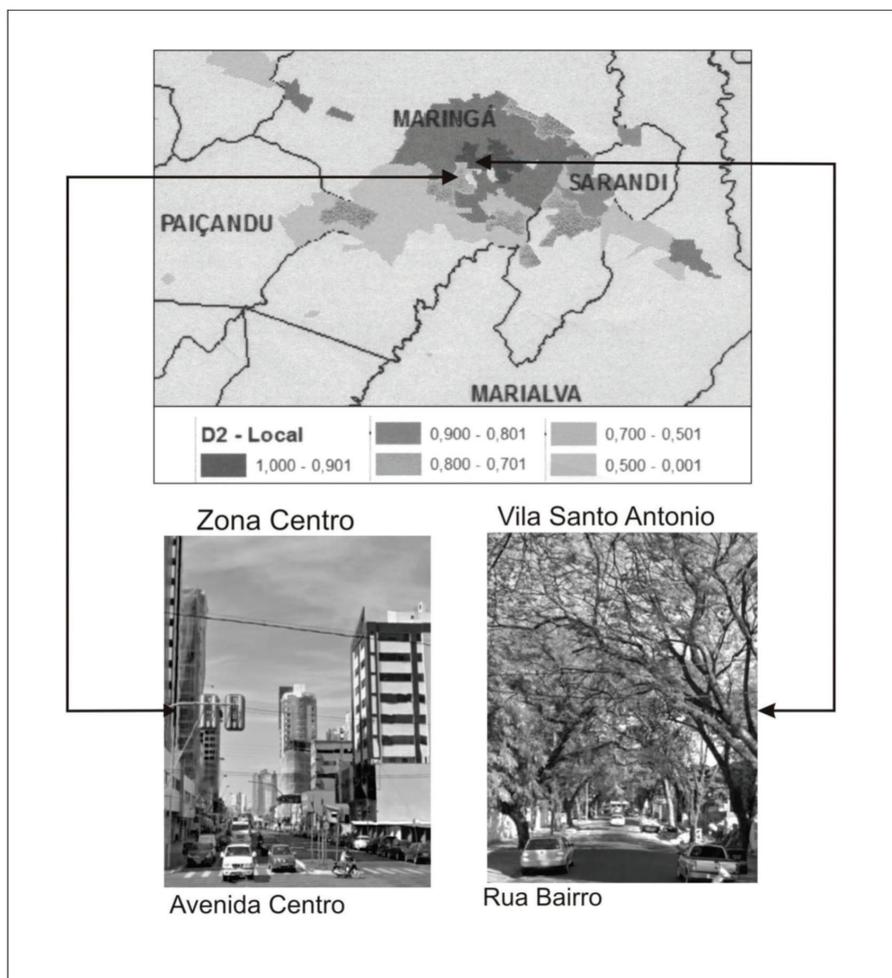
Nesse contexto, as árvores passaram a ser removidas, fossem por solicitação dirigida ao setor competente da prefeitura municipal, ou por ação direta dos proprietários, motivado pelo livre acesso à garagem, ou pela visibilidade do portão de entrada, ou ainda por conflito com a marquise. Que pese, no entanto, a existência de normas específicas obrigando ao replantio, mas raramente isso acontece.

Essa situação permite explicar porque, na Vila Santo Antônio, área de ocupação posterior ao do polígono central da cidade de Maringá, foi verificada maior presença de árvores. Tal fato está ilustrado a seguir, na Figura 11.1 denominada de *Verticalização da Zona Central e arborização na Vila Santo Antônio, 2013*.

Na elaboração dessa figura foram utilizadas duas imagens, uma da Zona Central de Maringá, Avenida João Paulino Vieira Filho; e outra de uma rua do bairro Santo Antônio, especificamente da Rua São Silvestre.

Ambas as imagens foram obtidas do *street view* do “Google Earth” e modificadas ao computador.

Figura 11.1 – Verticalização Zona Central e arborização na Vila Santo Antônio.



Fonte: Google Earth, *Street View*, 2014. Elaborada por Jorge U. G. Villalobos

A dinâmica da verticalização da área central teve uma importante mudança na sua intensidade, especialmente após a concretização do rebaixamento da linha ferroviária federal que cruzava em superfície a Zona 1, no sentido Leste-Oeste.

A construção do túnel para o sistema ferroviário foi viabilizado com recursos do Governo Federal, é através deste sistema que circulam os trens de carga da América Latina Logística (ALL), com combustível, açúcar e grãos. Tal fenômeno facilitou às incorporadoras, num período de expansão econômico, estabelecer um novo padrão de

crescimento urbano, com intensa verticalização no uso do solo nessa área, o qual se irradiou ao entorno, porém, ainda não alcançou a área do bairro Santo Antônio, distante aproximadamente mil metros.

3 - As árvores no sistema urbano

Uma análise dos remanescentes florestais do bioma da Mata Atlântica, os quais restaram do processo de modernização agrícola (1965- 1980) que influenciou diretamente os padrões de usos e ocupação do solo rural na RMM, mostra que a vegetação de grande porte remanescente no território do Município de Maringá apresentava, em 2004, uma cobertura de 2,39%; isso foi identificado através da imagem do satélite²¹ Landsat 7 – EMT +. A macha mais significativa estava localizada dentro do perímetro urbano, notadamente na arborização do passeio público e particularmente nos parques.

Nesse contexto de floresta urbana, os elementos climáticos, como a temperatura, a umidade relativa do ar e a circulação do ar, entre outros, são afetados pelas condições de artificialidade do meio urbano, tais como as características de sua superfície do solo, a ausência ou presença de vegetação e as características físico-químicas dos materiais das edificações.

O dado referente à temperatura é particularmente relevante quando se trata da RMM, localizada numa zona de valores máximos de temperatura do ar,²² nesse sentido, Berezuk²³ identificou para a região oito sistemas atmosféricos que atuam com frequência na caracterização climática da região, destacando-se o Sistema Tropical Continental (*STc*) que está presente no período de primavera-verão, quando se produzem os dias mais quentes e de umidade relativa mais baixa.

Realizado um estudo prospectivo²⁴ para a determinação de valores

²¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. (2004). Estudo apresentado pela Comissão de Assessoramento para Recuperação de Fundos de Vale da Prefeitura de Maringá – CARFV-2004.

²² ARBIRATO, G. M.; SOUZA, L. C. L.; TORRES, S. C. (2007). Clima e cidade: a abordagem climática como subsídio para os estudos urbanos. Maceio: EdUFAL.

²³ BEREZUK, A. (2007). Análise das adversidades climáticas no oeste paulista e no norte do Paraná. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Presidente Prudente.

²⁴ Para este capítulo foram coletados dados de *temperatura da superfície do solo* em diferentes pontos da cidade, com a finalidade de comparar os valores em relação aos materiais da superfície, tanto na condição de exposição quanto na de sombra proveniente de árvore. Tais dados foram coletados com um termômetro infravermelho da

da temperatura na superfície do solo, apresentam-se alguns resultados. Foram estimadas temperaturas das superfícies de asfalto; de cimento; diretamente exposta à radiação solar; e em condições de sombra de árvores. As estimativas foram feitas numa avenida da área central de Maringá, caracterizada pela predominância de edifícios e pela falta de árvores; e numa rua bem arborizada na Vila Santo Antônio.

Nessa coleta de dados, verificou-se que a temperatura em *superfície de asfalto* na avenida da área central alcançou valores de 62,5°C, isso num momento em que a temperatura ambiente era de 27°C, conforme dados da estação meteorológica automática de observação de superfície A.835, do Instituto Nacional de Meteorologia, na data de 31 de outubro de 2013 às 12h. Esse fenômeno está ilustrado na Figura 11.2, a seguir.

Figura 11.2 – Valor da temperatura na superfície do solo. Av. Centro



Fonte: Google Earth, *Street View*, 2014. Elaborado por Jorge Villalobos.

Na coleta de dados realizada na Rua arborizada da Vila Santo Antônio, verificou-se que a temperatura na superfície do asfalto, alcançou o valor de 26,5°C, isso no momento que a temperatura ambiente

incoterm; sempre a uma altura de 0,50 cm da superfície. Esta coleta foi necessária uma vez que a maioria dos estudos sobre o tema foi realizada em outras regiões climáticas e especificamente com os valores de *temperatura ambiente*, o que termina por não revelar exatamente o papel das superfícies nos fenômenos de *ilhas de calor*. Destaque-se que a *temperatura da superfície de carros* de pintura metálica cor preta expostos diretamente aos raios solares alcançou valores de 72,5°C. Observamos que nesse caso não foi determinado o tempo que o veículo se encontrava exposto.

era de 27°C, também conforme dados da estação meteorológica automática de observação de superfície A.835, em 31 de outubro de 2013 às 12h. Este fenômeno está ilustrado na Figura 11.3 com o valor coletado na Rua arborizada da Vila Santo Antônio, a seguir:

**Figura 11.3 – Valor da temperatura na superfície do solo.
Vila S. Antônio. 2013**



Elaborado por Jorge Villalobos.

Vale frisar, a partir desses dados, o que Miguel Milano²⁵ já havia afirmado em 1988: as árvores “*podem ser extremamente eficientes na melhora do microclima urbano.*”

Nesse sentido, os benefícios advindos da arborização do passeio público são amplos e podem ser exemplificados numa imagem da área Central da cidade de Maringá, na qual ilustramos o papel da arborização e seu serviço ambiental, relacionado com a radiação solar²⁶.

²⁵ MILANO, M. (1988). p. 5.

²⁶ AMORIM, M. (2002). Características do clima urbano de Presidente Prudente/SP, p. 165 - 196. In: *SANT'ANNA NETO, J. (org.) (2002). Os climas das cidades brasileiras. Presidente prudente, UNESP.*

Nessa Figura, ainda que de forma sintética, ilustra-se a situação de uma rua arborizada, na qual podem ser evidenciados os serviços ambientais da arborização para o ambiente urbano, dentre os quais destacam-se: regulação da temperatura local; da umidade relativa do ar; das brisas urbanas; e da biodiversidade; e também serve ao paisagismo e ao lazer²⁷. Veja a Figura 11.4:

Figura 11.4 – Serviços ambientais. Árvores do passeio público, 2013.



O infográfico indica o que muitos autores já disseram, “os raios solares provocam a evaporação da umidade das plantas e isso termina

²⁷ “As árvores no ambiente urbano, em função de suas características morfológicas, fisiológicas e genéticas, tem considerável potencial de remoção de partículas e absorção de gases e poluentes da atmosfera”. MILANO, M. p. 5.

resfriando a temperatura ambiente²⁸”, bem como potencializando o frescor, a brisa e a sombra. A estrutura da árvore possui um formato resultado de um longo processo de evolução de caráter adaptativo e seletivo, este é o caso da disposição da cobertura vegetal em relação à radiação, neste particular Larcher afirmou que a “cobertura vegetal funciona como um sistema de assimilação, no qual as camadas das folhas estão sobrepostas e se sombreiam mutuamente”.²⁹

As altas temperaturas e as baixas taxas de umidade relativa do ar na cidade estão associadas diretamente com as grandes áreas cimentadas, asfaltadas e compactadas, sendo somente atenuadas pela presença da arborização urbana³⁰, as quais desenvolvem um processo de filtragem dinâmica.³¹ Nesse mesmo sentido estão as conclusões do IPCC³².

Segundo Larcher³³ a flora representa “cerca de 99% de toda a massa viva sobre a Terra [...] por esse motivo, a vegetação constitui um fator estabilizador na circulação da matéria e influencia substancialmente o clima [...].” Ainda, no guia de planejamento e manejo da arborização urbana, se afirma que “uma árvore isolada pode transpirar, em média, 400 litros de água por dia, produzindo um efeito refrescante equivalente a cinco condicionadores de ar com capacidade de 2.500 Kcal”³⁴. Além de que somente 20% da radiação incidente sobre a árvore alcança o solo³⁵.

A partir do exposto, pode-se destacar outra função importante da arborização urbana: em razão da sua distribuição espacial, ela propor-

²⁸ NOBRE, C.; YOUNG, A. (2011). Vulnerabilidade das megacidades brasileiras às mudanças climáticas: regiões metropolitanas de São Paulo. Relatório final. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Centro de Ciência do Sistema Terrestre. Universidade Estadual de Campinas Núcleo de Estudos de População. Disponível em < http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/megacidades/megacidades_RMSP.pdf > Acesso em 11.10.2013, p. 57.

²⁹ LARCHER, W. (2000). *Ecofisiologia Vegetal*. São Carlos, RiMa Artes e Textos. p. 44.

³⁰ AMORIM, M. (2002).

³¹ *ARBIRATO*, G. M.; *SOUZA*, L. C. L.; *TORRES*, S. C. (2007). p. 111.

³² As partes mais densas da maioria das cidades, principalmente de médio e grande porte, costumam apresentar temperaturas mais elevadas, diminuindo à medida que a densidade urbana decresce. (PMSP, 1999a). *In*: PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. (2013). p. 16.

³³ LARCHER, W. (2000). p. 11.

³⁴ *SIRVISKAS*, P. (2003). *Manual de Direito Ambiental*. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª Ed.

³⁵ *ARBIRATO*, G. M.; *SOUZA*, L. C. L.; *TORRES*, S. C. (2007). p. 111.p. 112.

ciona corredores ecológicos para a fauna, principalmente para as espécies que ocupam os espaços públicos de calçadas acompanhando as ruas e avenidas, as quais facilitam a conexão de fragmentos de mata e participam ativamente da distribuição de tais espécies, sobretudo da avifauna, por toda a cidade. Segundo Milaré, “entre a *flora e fauna* existe uma cumplicidade, um nexó profundo de caráter simbiótico”³⁶, igual afirmação encontra-se em Larcher³⁷. Assim, a arborização do passeio público contribui diretamente para o incremento da diversidade da avifauna³⁸ nas cidades, uma vez que inúmeras espécies de aves utilizam as árvores do passeio público para seu hábitat, bem como, em vários casos, são dessas mesmas árvores que os pássaros retiram seu alimento.

Por essas razões, é fato que dentre as ações de tropismo negativo com maior impacto sobre a avifauna urbana está a remoção das espécies arbóreas de grande porte. O desmatamento da floresta nativa provocou um processo de retroalimentação, no qual as espécies nativas da avifauna migraram para as ruas e parques das cidades à procura de novo habitat.

No entanto, do ponto de vista sistêmico, a crise ambiental no hábitat da avifauna é proveniente do avanço da expansão intensificada dos usos do solo rural, bem como da alta especialização nas monoculturas, notadamente, na RMM, da cana-de-açúcar, soja e milho.

Disto decorrem, por um lado, a abundância de grãos e o esgotamento dos habitats naturais; e por outro a situação de desequilíbrio mensurado, justamente, pelos diferentes pontos de pernoite das aves, que se utilizam das árvores do passeio público e causam, em razão das fezes e urina, um conflito sanitário³⁹.

Assim, a árvore urbana do passeio público exerce funções espe-

³⁶ MILARÉ, E. (2000). *Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. p. 144.

³⁷ LARCHER, W. (2000). p. 11.

³⁸ SACCO, A.; BERGMANN, F.; RUI, A. (2013). Assembleia de aves na área urbana do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Biota Neotrop.*, Campinas, v. 13, n. 2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032013000200153&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02.11.2013.

³⁹ “A Secretaria de Ambiente de Londrina, no norte do Paraná, informou que deve efetuar o abate de pombos que habitam a região central da cidade. A notícia veio após a morte de um taxista por Criptococose – uma infecção causada por um fungo que é transportado, principalmente, pelos pombos” Publicado em 25.03.2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/03/prefeitura-de-londrina-anuncia-abate-de-ombos-apos-morte-de-taxista.html>> Acessado em 11.10.2013.

cíficas para o clima urbano, melhorando a qualidade do ar e o nível dos ruídos; para as aves urbanas; e age também “sobre o lado físico e mental do homem, atenuando o sentimento de opressão” frente ao espaço cimentado e asfaltado⁴⁰.

O manejo inadequado dessas árvores não somente é prejudicial a elas mesmas, mas é também prejudicial a outras espécies associada a elas. Nas últimas décadas, praticamente não existiram campanhas de educação ambiental efetivas, na RMM, no sentido da valorização dos serviços ambientais das árvores do passeio público, sendo as tentativas realizadas limitadas a fatos pontuais e com escassos resultados práticos⁴¹.

Nesse contexto, é importante resgatar, para compreensão da dinâmica da retroalimentação, a definição sistêmica de *meio ambiente* disposta pelo artigo 3º, inciso I da Lei 6.938/81, o qual é: “o conjunto de condições, leis, influências e interações, de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Dessa definição deduz-se que as árvores urbanas não podem ser tomadas como meros acessórios da paisagem urbana; mais do que isso, estas árvores compõem o ecossistema urbano e devem ser consideradas como os elementos essenciais à sadia qualidade de vida⁴². Em razão disso, elas devem ser sujeitas a proteção especial, sendo obrigação do Poder Público⁴³ proteger a flora vetando, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a função ecológica das árvores urbanas, principalmente quando o planeta passa pelo processo de mudança climática, o qual aponta para um cenário de incremento da temperatura.

4 - O cenário de mudança climática e as alternativas

O clima urbano está em direta relação com as latitudes, morfologia do sítio urbano, os elementos naturais da paisagem, no entanto, sendo a cidade resultado de um processo antrópico que se dinamiza

⁴⁰ ELETROPAULO (1995). Guia de planejamento e manejo da arborização urbana. Governo de São Paulo, Secretaria de Energia, Centrais Elétricas de São Paulo, Companhia Paulista de Força e Luz, p.4.

⁴¹ O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ (2005). Pesquisa cadastrou 90 mil árvores. 14 de outubro de 2005. Disponível em <<http://www.odiarioromaringa.com.br/noticia.php?not=5622802&foto=14-10-2005>> Acesso em: 20.10.2005.

⁴² A arborização age “sobre o lado físico e mental do homem, atenuando o sentimento de opressão”, frente ao espaço cimentado. ELETROPAULO. (1995), p.4.

⁴³ Artigo 225, § 1º, inciso VII, da CRFB.

através de permanentes ações humanas, dentre as quais a verticalização e impermeabilização⁴⁴, podemos sustentar que estas têm relevante papel no clima local e, assim, na qualidade de vida da população.

No marco de mudanças climáticas, elaborado pelo PBMC⁴⁵, o principal risco ao ambiente urbano deve provir de ocorrências extremas de chuva e de temperatura. Assim, a tendência ao incremento da *temperatura do ar* causado tanto por “fatores naturais quanto antropogênicos” no cenário até 2100 é a de que a temperatura média anual aumente “de 2 °C a 3 °C, podendo atingir 4 °C.”⁴⁶

A temperatura⁴⁷ está associada aos efeitos sobre a saúde nos “extremos da pirâmide etária (acima de 65 anos e abaixo dos 5 anos de idade)”, ou seja, o grupo mais vulnerável é integrado por crianças e idosos⁴⁸ os quais “têm a saúde mais comprometida quando a temperatura ambiente fica fora da chamada ‘zona de conforto térmico’”. Além disso, as alterações na temperatura e na umidade do ar podem contribuir com a proliferação de agentes infecciosos⁴⁹.

Para Saldiva⁵⁰ (2009), o aumento da temperatura está associado às alterações nos mecanismos de regulação endócrina, de arquitetura do sono, de pressão arterial; e no aumento da incidência do estresse, das

⁴⁴ Tanto numa quanto na outra os materiais utilizados desempenham um papel peculiar.

⁴⁵ PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (2013).

⁴⁶ *Ibidem*, pp. 13 - 14.

⁴⁷ INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (2010). Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas: Região Metropolitana de São Paulo. Sumário Executivo. Brasil. Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/publicacoes/2010/SumarioExecutivo_megacidades.pdf>, Acesso em 20.10.2013, p. 26.

⁴⁸ Cidade de Santos-SP, 08 - 09 de fevereiro de 2010: “Onda de calor, em fevereiro 2010, que causou a morte de mais de 30 (...) com temperaturas chegando a 40 °C.” Em São Vicente, no mesmo período foi registrado um aumento de 30% acima da média. Cf. também: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. (2010) p. 56. No mesmo sentido está o seguinte fato: “Morte de 32 idosos após forte onda de calor coloca em alerta autoridade de saúde de Santos. A maioria dos idosos chegou ao serviço médico apresentando sinais de desidratação”. R7 Notícias. Publicado em 10.02.2010. Disponível em <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/morte-de-32-idosos-apos-forte-onda-de-calorcoloca-em-alerta-autoridades-de-saude-de-santos-20100210.html>> Acesso em: 20.10.2013.

⁴⁹ “Para os mosquitos, o aquecimento impulsiona o número de refeições de sangue e prolonga sua estação de reprodução”. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. (2010). p. 26.

⁵⁰ OBSERVATÓRIO DO CLIMA (2009). Diretrizes para Formulação de Políticas Públicas em Mudanças Climáticas no Brasil. Organização: Mario Monzoni. São Paulo.

doenças cardíacas, da asma e de infecções. Nesse mesmo sentido vai a conclusão do estudo de SOARES, *et al.* (2012)⁵¹, o qual afirma haver uma relação entre o clima e a mortalidade de idosos em São Carlos. Some-se a isso o agravamento e a morte em pacientes com doenças cardiovasculares e cerebrovasculares⁵².

Assim, desde o ponto de vista do cenário de mudança climática, especificamente no contexto urbano da Região Metropolitana de Maringá (RMM), há razões para que seja possível falar em *vulnerabilidade ambiental*, aqui, concretamente relacionada com as condições ambientais urbanas e, portanto, com uma das dimensões do IBEU-D2, o indicador de *arborização no entorno dos domicílios*.

Para enfrentar esse cenário adverso, uma das estratégias disponíveis é o processo de planejamento e de gestão do território, o qual, desde longa data, é implementado por meio da elaboração de planos e normas que disciplinem tanto o uso e ocupação do solo, quanto os elementos da paisagem.

Principalmente, tem sido dada ênfase ao controle dos elementos identificados como limitadores à qualidade de vida, de modo a reduzir os graus de vulnerabilidade da população e do sistema.

Nesse sentido, após os anos de 1990, o debate da dimensão ambiental⁵³ não tomou conta somente dos organismos internacionais, como inclusive teve importante repercussão no Código Civil brasileiro. Assim, o artigo 1.228 § 1º, que trata da propriedade, destacou que

⁵¹ SOARES, F. *et al.* (2012). Relação entre alterações climáticas e fatores determinantes da mortalidade de idosos no município de São Carlos (SP) em um período de dez anos. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14131232012000100016&lng=en&nr-m=iso>. Acesso em: 11.10.2013.

⁵² OBSERVATÓRIO DO CLIMA, (2009). pp. 44-45.

⁵³ Consulte-se neste sentido a obra de MAGALHÃES, M. (2001) *Morfologia da Paisagem*. Lisboa: Editorial Estampa. p. 75, que diz: “Assim, em 1774 Priestley descobriu que o ar viciado por ratos voltava a ser respirável se deixassem nele, por algum tempo, plantas verdes. Em 1780 Ingenhouz provou que esta reacção só se dava à luz do sol. Em 1783 Senebier demonstrou que o que se passava era a transformação do anidrido carbônico em oxigênio. Em 1803, Sassure estudou quantitativamente a fotossíntese. Este fenômeno maravilhoso, segundo o qual as plantas verdes, na presença da luz, transformam o anidrido carbônico em oxigênio, toma-se uma das grandes esperanças de melhoria da qualidade da atmosfera urbana, deteriorada pelos produtos da combustão do carvão. Esta expectativa é traduzida em todos os modelos que integram a vegetação na cidade, a partir do século XIX, ou através de pulmões verdes (Parque Central), ou de sistema de parques (Olmsted), ou de faixas verdes, concêntricas e radiais (Cidade Jardim) ou de faixas verdes lineares (Cidade Linear)” Grifo nosso.

o seu exercício deve estar em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais, de modo que sejam preservadas a flora e a fauna, em conformidade com o estabelecido por lei especial.

Dentro desse contexto, a legislação municipal na cidade de Maringá não é omissa quanto à necessidade de cuidados com a flora urbana, assim, além de leis específicas sobre a proibição de podas a serem realizadas pela população e de sanções atribuídas aos causadores de danos à arborização, a Lei n°. 4.780/99 passou a tutelar a paisagem urbana de Maringá, e expressamente reconheceu a importância da arborização pública, mas limitou-se a proibir a afixação de anúncios e instrumentos de publicidade em árvores.

Destaque-se que no artigo 4° determinava a necessidade de estabelecer formas adequadas para a intensificação e preservação da arborização dos logradouros públicos, segundo critérios estabelecidos pelo órgão competente, no entanto, até a presente data nada foi regulamentado.

Vale salientar que o entendimento de que o Município, em regra geral, está obrigado a zelar pelas árvores do passeio público decorre do fato jurídico de que elas são entendidas como bens de “uso comum do povo”, uma vez que contribuem para transformar as cidades em espaços mais humanos.

Em razão disso, o Poder Público Municipal não poderia alienar, doar, emprestar, facilitar, permitir ou autorizar a particulares o uso das árvores do passeio público, mesmo que em caráter temporário,⁵⁴ uma vez que as mesmas, quando localizadas nele, não pertencem ao domínio privado, mas elas são, sim, um bem de uso comum do povo⁵⁵ sendo, por isso, de responsabilidade do município⁵⁶. Estando, assim,

⁵⁴ MACHADO, P. (2011). Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores. p. 381.

⁵⁵ JUSTEM, M. (2013). Curso de direito administrativo. São Paulo: RT, 9ª Ed.. No mesmo sentido CAVALCANTI, T. (1971) Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 9ª Ed., 1971. Veja-se também: CARVALHO, J. (2012) Manual de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 25ª Ed. item “1.3 Bens municipais. Como regra, as ruas, praças ...” p. 1128.

⁵⁶ Veja-se ao respeito TJSP - 3ª C. Dir. Público - Ap 36.397.5/7 _ Rel., Rui Stoco - j. 13.04.99. “No caso de queda de árvores plantadas na via pública, com causação de dano a terceiro, aplica-se a teoria da guarda de coisa, não em razão da omissão de sua conservação - hipótese em que incidiria a teoria da *faute du service*, que sempre empenha a responsabilidade por culpa -, mas só pelo fato de tê-la sob sua responsabilidade”. In: STOCO, R. (2011) Tratado de responsabilidade civil. São Paulo: RT. 8ª Ed., p. 1102.

protegidas das eventuais alterações que possam descaracterizar as finalidades primárias da sua existência, as quais permitem que nossa vida na cidade tenha conforto e sadia qualidade de vida.

Frise-se: a árvore exerce funções específicas quanto ao clima urbano, à qualidade do ar, o nível dos ruídos, bem como age “sobre o lado físico e mental do homem, atenuando o sentimento de opressão”, frente ao espaço cinzento e preto da cidade⁵⁷. Não se pode esquecer, porém, que as altas temperaturas e as baixas taxas de umidade relativa do ar na cidade estão associadas diretamente com as grandes áreas cimentadas e asfaltadas, sendo estas atenuadas pela função dos serviços ambientais decorrentes da arborização.

Considere-se ainda que a questão das árvores, suficientemente embasada no conhecimento científico, não tem sido objeto de debate nos municípios da RMM, tal fato se demonstra pela carência de planos de arborização municipal.

O plano de arborização municipal é um documento imprescindível para o correto planejamento e gestão das árvores urbanas e, no marco do processo de planejamento participativo, deveria contribuir efetivamente na redução dos efeitos do aumento de temperatura previstos no cenário de mudança climática.

Assim, nesse plano deviam constar: o diagnóstico atualizado da condição fitossanitária das árvores; os critérios de retirada e reposição com árvores de grande porte; a escolha das espécies e a biodiversidade adequada; as normas de cuidados; a orientação ambiental a respeito do papel dessas árvores no meio urbano; a construção de viveiros; dentre outras inúmeras questões.

Desde o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, a existência de um Plano de Arborização Municipal constitui verdadeiro complemento ou parte integrante do Plano Diretor Municipal. Isto porque, conforme dispõe o artigo 4º da referida norma, o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, devendo ser respeitada a diretriz prevista no art. 2º, da qual se destaca a preservação ambiental e paisagística.

⁵⁷ Guia de planejamento e manejo da arborização urbana. Governo de São Paulo, Secretaria de Energia, Centrais Elétricas de São Paulo, Companhia Paulista de Força e Luz, p.4

Considerações finais

Neste capítulo tratamos da análise de uma das dimensões do IBEU (Índice de Bem-estar Urbano), especificamente das *condições ambientais urbanas* (D2), que mesmo sendo construído a partir de 3 (três) indicadores a saber: *arborização*; *esgoto a céu aberto* e *lixo acumulado*, os quais foram medidos sempre no entorno dos domicílios da Região Metropolitana de Maringá – RMM, somente dedicamos a atenção para o indicador *arborização*. Isso em razão de este indicador urbano ter sido escassamente debatido, no tema da vulnerabilidade e no marco da mudança climática.

Destacamos no estudo o fato de que a arborização do passeio público forma parte do patrimônio público e ambiental municipal, bem de uso comum do povo. Sendo na cidade, ambiente construído, onde este bem desempenha importantes serviços ambientais, dentre os quais, além de exercer funções específicas quanto ao clima urbano, à qualidade do ar, ao nível dos ruídos, também age positivamente na dimensão psíquica das pessoas que habitam as cidades, e ainda desenvolve um importante papel na estruturação de corredores ecológicos em relação à avifauna urbana.

Destacamos que na RMM a perda das árvores urbanas, em regra, é acelerada por condições não naturais à existência destas, notadamente decorrentes do processo de verticalização e impermeabilização da cidade. Assim, desde o ponto de vista do cenário da mudança climática e especificamente no contexto urbano da Região, há razões para falar da vulnerabilidade ambiental em relação aos baixos valores do indicador arborização no entorno dos domicílios.

Para enfrentar esse cenário adverso, uma das estratégias disponíveis é o processo de planejamento e gestão do território participativo, que desde longa data é desenvolvido através da elaboração de planos e normas, os quais disciplinam tanto o uso e ocupação do solo urbano, quanto os elementos identificados como limitadores ou potencializadores da qualidade de vida.

Nesse sentido o estudo propõe o desenvolvimento de planos de manejo da arborização do passeio público, isso no marco do plano diretor, de modo a reduzir os graus de vulnerabilidade da população e do sistema.

Referências

- AMORIM, M. (2002). Características do clima urbano de Presidente Prudente/SP, pp. 165 – 196. *In*. SANT’ANNA NETO, J. (org.) (2002). Os climas das cidades brasileiras. Presidente Prudente, UNESP.
- ARBIRATO, G. M.; SOUZA, L. C. L.; TORRES, S. C. (2007). Clima e cidade: a abordagem climática como subsídio para os estudos urbanos. Maceio, EDUFAL.
- BAÑALES, J. (2012). De las agendas ambientales locales a la iniciativa ciudades y cambio climático. Lineamientos para uma estrategia de cooperacion sur-sur en America latina y el caribe. Disponível em <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=docdownload&gid=766&Itemid=72> Acessado em 10.09.2013.
- BEREZUK, A. (2007). Análise das adversidades climáticas no oeste paulista e no norte do Paraná. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Presidente Prudente.
- BUSSATO, C. (2003). Governança Social Local. Porto Alegre. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/o_bservatorio/usudoe/gsl_desencadeando_o_processo.pdf> Acesso em 11.10.2013.
- CARVALHO, J. (2012). Manual de direito administrativo. São Paulo, Atlas, 25ª Ed.
- CASAGRANDE, P. (1999). “Verde que te quero ver-te”. *In*: DIAS, R. ROLLO, H. (org.) (1999). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá, EDUEM. p. 411.
- CAVALCANTI, T. (1971). Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 9ª Ed.
- CUNHA, G.; MONTEIRO, P. (2004). “Clima e vulnerabilidade social. Uma retrospectiva de notícias veiculadas na imprensa do Rio Grande do Sul, durante o El Niño de 1997/98”. *In*. CUNHA, G. Lidando com Riscos Climáticos. (org) (2004). Passo Fundo, Embrapa.
- ELETROPAULO. (1995) Guia de planejamento e manejo da arborização urbana. Governo de São Paulo, Secretaria de Energia, Centrais Elétricas de São Paulo, Companhia Paulista de Força e Luz.
- FONSECA, H. (2006). Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, pp. 43- 59.
- GARTLAND, L. (2010). Ilhas de calor. Como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. São Paulo, Editora Oficina de Textos.
- INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. (org.) (2013). Índice de Bem-estar Urbano. Rio de Janeiro, Letra Capital.

- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. (2010). Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas: Região Metropolitana de São Paulo. Sumário Executivo. Brasil. Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/publicacoes/2010/SumarioExecutivo_megacidades.pdf>, Acesso em 20.10.2013.
- JUSTEM, M. (2013). Curso de direito administrativo. São Paulo, RT, 9ª Ed.
- LARCHER, W. (2000). Ecofisiologia Vegetal. São Carlos, RiMa Artes e Textos.
- MACHADO, P. (2011). Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores.
- MAGALHÃES, M. (2001). Morfologia da Paisagem. Lisboa, Editorial Estampa.
- MENDONÇA, F. (2004). Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 10, pp. 139-148.
- MILANO, M. (1988). Avaliação quali-quantitativa e manejo da arborização urbana: exemplo de Maringá – PR. Tese de Doutorado. Curitiba. UFPR. Engenharia Florestal.
- MILARÉ, E. (2000). Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- NOBRE, C; YOUNG, A. (2011). Vulnerabilidade das megacidade brasileiras às mudanças climáticas: regiões metropolitanas de São Paulo. Relatório final. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Centro de Ciência do Sistema Terrestre. Universidade Estadual de Campinas Núcleo de Estudos de População. Disponível em <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/megacidades/megacidades_RMSP.pdf> Acesso em 11.10.2013.
- O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ (2005). Pesquisa cadastrou 90 mil árvores. 14 de outubro de 2005. Disponível em <<http://www.odiariomaringa.com.br/noticia.php?not=5622802&foto=14-10-2005>> Acesso em: 20.10.2005.
- OBSERVATÓRIO DO CLIMA (2009). Diretrizes para Formulação de Políticas Públicas em Mudanças Climáticas no Brasil. Organização: Mario Monzoni, São Paulo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ (2004). Estudo apresentados pela Comissão de Assessoramento para Recuperação de Fundos de Vale da Prefeitura de Maringá – CARFV-2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. História de Maringá. Disponível em <<http://www.maringa.pr.gov.br/dados/dadoger.htm>> Acesso em 11.10.2013.

- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. (2006) Relatório de Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental de Marabá/PA-2006. Disponível em <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=117&Itemid=72> Acesso em 10.09.2013.
- SACCO, A.; BERGMANN, F.; RUI, A. (2013). Assembleia de aves na área urbana do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Biota Neotrop*, Campinas, v. 13, n. 2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032013000200153&lng=en&nrm=iso>. Acesso 02.11. 2013.
- SAMPAIO, A. (2006). Projeto árvore. Relatório Final. Prefeitura Municipal de Maringá, Maringá.
- SIRVISKAS, P. (2003). Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª Ed.
- SOARES, F. et al. (2012). Relação entre alterações climáticas e fatores determinantes da mortalidade de idosos no município de São Carlos (SP) em um período de dez anos. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14131232012000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11.10.2013.
- STOCO, R. (2011) Tratado de responsabilidade civil. São Paulo, RT. 8ª Ed.
- YANGFAN LI; YI LI, YAN ZHOU; YALOU SHI, XIAODONG ZHU (2012). Investigation of a coupling model of coordination between urbanization and the environment. *Journal of Environmental Management*. Nº 98, pp. 127 e 133.

PARTE III

O metropolitano nacional e a gestão metropolitana na região de Maringá

O metropolitano brasileiro: entre a nova dinâmica urbana e a velha prática política

*Ana Lúcia Rodrigues
Jeferson Soares Damascena*

Resumo: A Constituição Federal de 1988 que resultou do debate de maior relevância no período de redemocratização do País, assegurou o direito à cidade e a gestão democrática participativa como princípios e diretrizes para a política urbana nacional. A análise desenvolvida neste trabalho se compõe de reflexões suscitadas pelos estudos que o Observatório das Metrôpoles vem desenvolvendo visando oferecer subsídios para a efetividade da política metropolitana brasileira e da governabilidade destes territórios. São desenvolvidos argumentos a partir de uma dimensão analítica vinculada a referências da sociologia e da ciência política, para justificar o imperativo de construir mecanismos institucionais de governabilidade metropolitana, frente aos desafios sociais engendrados nestes territórios. Nesse sentido se sistematiza um conjunto de argumentos como justificativa para o planejamento e gestão compartilhados de políticas públicas que atendam aos interesses comuns a diversas municipalidades de uma aglomeração dessa natureza. Pressupõe-se para tal a configuração de arranjos institucionais que transformem o “fazer política” nas áreas metropolitanas brasileiras. Pois, a metrópole deve ser o lugar que agrega interesses em comum, onde forças sociais políticas se unificam em torno de objetivos coletivos.

Palavras-chave: metropolização no Brasil; governança metropolitana; segregação.

Abstract: The Federal Constitution of 1988 that resulted from the most relevant debate in the democratization period in the country, secured the right to the city and participatory democratic management as principles and guidelines for national urban policy. The analysis developed in this work consists of thinking generated by the studies that the Observatory of Metropolis has developed aiming provide support for the effectiveness of the Brazilian metropolitan politics and governance of these territories. Arguments are developed from an analytical dimension linked to references of sociology and political science, to justify the need to build institutional mechanisms of metropolitan governance, address social challenges brought

about in these territories. In that sense it systematizes a set of arguments to justify the joint planning and management of public policies that address the common interests to various municipalities of the agglomeration of this nature. It is assumed for this configuration of institutional arrangements that transform the “politics” in Brazilian metropolitan areas. For the metropolis should be the place that aggregates common interests, where political social forces unify around collective goals.

Keywords: metropolization in Brazil; metropolitan governance; segregation.

Introdução

Após experimentar um bom período de crescimento resultante da grande produção de café no século XX, a economia brasileira foi significativamente atingida pela crise e quebra da bolsa de 1929, que abalou a economia mundial. Como consequência das flutuações nos preços internacionais, a economia do Brasil, assentada na exportação de *commodities* agrícolas acumulou prejuízos e também uma considerável dívida externa por muitos anos.

Com dificuldades para exportar, o país começa a investir no seu mercado de consumo interno, fortalecendo e articulando mercados regionais que, por sua vez, demandavam reestruturação e muitas vezes a construção de sistemas de transportes e comunicações para fomentar um setor produtivo à época ainda incipiente. Assim, o governo central instituiu o Processo de Substituição de Importações (PSI), que durou de 1930 a 1961 cuja meta era desenvolver o setor manufatureiro e diminuir a dependência de capitais externos.

O processo de urbanização a partir dos anos 50, durante o período de substituição de importações, se deu em meio a uma articulação ocorrida entre os capitais nacional, estrangeiro e de Estado, a fim de promover a diversificação da economia nacional e estimular a industrialização, o que teve expressivo impacto na conformação do espaço urbano e na localização da população (RIBEIRO *et al*, 2011, p.175).

A partir desta década o país inicia um intenso processo de transformações sociais em virtude da mudança do modelo econômico, que deixava de ser eminentemente rural, com forte viés exportador de commodities, para se industrializar rapidamente. Este processo resul-

tou numa dinâmica acelerada e desordenada de urbanização no país cuja consequência direta foi o inchaço dos seus centros urbanos.

Em 1950, para dar a dimensão dessa transformação, 36,20% da população brasileira moravam nas cidades. Apenas uma década passada, em 1960, já havia se agregado ao conjunto da população urbana cerca de novos cinquenta milhões de habitantes, isto é, um número quase igual à população total do país em 1950 (SANTOS, 1993, p. 20). Os índices desta transformação são de tal magnitude que, considerando apenas o período entre 1960 e o final dos anos 70, representativo do ápice do fenômeno,

[...] estima-se que migraram do campo em direção às cidades mais de 40 milhões de pessoas – total que inclui o chamado “efeito indireto da migração”, ou seja, os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades. Trata-se de um deslocamento populacional gigantesco num breve espaço de tempo, o que bem qualifica a dimensão das grandes transformações pelas quais passava a sociedade brasileira (BRITO & SOUZA, *in* RIBEIRO *et al*, 2011, p.176-77).

Por serem centros polarizadores de várias atividades produtivas com empregos mais qualificados, as metrópoles tornam-se *locus* estratégicos, concentradoras da riqueza e do poder econômico e político. Por este motivo as metrópoles e os grandes aglomerados urbanos se constituíram em cenários de desigualdades sociais e de segregação, expressas principalmente na questão da ocupação e posse do espaço urbano:

Em 1970, São Paulo e Rio de Janeiro, que já conformavam amplas áreas metropolitanas, detinham, respectivamente, 15,63% e 13,23% da população urbana brasileira, enquanto outras metrópoles, que desempenhavam a função de capitais de estados – Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador – concentravam 16,7%, numa demonstração de que o fenômeno da metropolização se ampliava, sem, contudo romper o hiato que distingue esse conjunto de metrópoles (MOURA *et al*, 2012, p.1).

Com a rápida mudança do perfil socioespacial das cidades brasileiras, o resultado foi o grande conjunto de problemas gerados, principalmente, em consequência da ausência de infraestrutura para receber o contingente crescente de população. Diante disso, pode-se

afirmar que no Brasil “os processos de urbanização e metropolização foram muito próximos, tivemos uma urbanização rápida e uma metropolização precoce” (RIBEIRO *et al*, 2011, p.177). Assim, em virtude de uma urbanização caótica, os novos aglomerados urbanos vão consolidando, por sua vez, um processo de “conurbação” desordenado.

De acordo com Spink (2009), o termo “conurbação” foi criado com o objetivo de retratar o espaço urbano contíguo entre municípios, mas principalmente para ressaltar a necessidade do enfrentamento conjunto dos desafios da gestão das demandas crescentes por serviços públicos e planejamento urbano, que desde sua origem, transcendiam os limites locais:

Em geral, entende-se por conurbação uma agregação policêntrica na qual os diferentes espaços urbanos se juntam, em razão do crescimento de centros independentes e, como consequência, torna-se uma fonte geradora de novas questões trazidas por sua territorialidade complexa (SPINK *et al*, 2009, p.455).

Esse cenário preocupante suscitou muitos debates sobre a urbanização do país, em especial no decorrer das décadas de sessenta e setenta, não apenas dentro do governo, mas também em diversos segmentos da sociedade, como sindicatos, partidos políticos e o meio acadêmico, que se debruçaram sobre a questão para entender a dinâmica deste processo e propor projetos, planos e programas que auxiliassem no planejamento urbano.

Neste contexto se desenvolveu o processo de institucionalização de um marco jurídico-político das regiões metropolitanas no Brasil durante o regime autoritário, sendo a Constituição de 1967 a expressão oficial da preocupação do Estado brasileiro com a temática. Em parte, esta demonstração de “vontade política” se deu em função das pressões de diversos setores da sociedade civil que reivindicavam soluções para os problemas urbanos cada vez mais complexos e que exigiam uma ação pública mais eficaz no atendimento às novas demandas.

Com a Constituição Federal de 1988, iniciou-se a etapa que facultava aos estados federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais, encerrando um modelo por muitos considerado autoritário ao mesmo tempo em que possibilitava a inserção das regiões metropolitanas em processos próprios dentro de seus estados.

Outro avanço importante foi a admissão de outras categorias de organização regional, como as aglomerações urbanas e as microrregiões, respeitando a condição de que as unidades criadas necessariamente deveriam ser parte integrante da organização, do planejamento e execução de funções públicas que fossem de interesse comum. Por outro lado, a União estava eximida politicamente do estigma de autoritarismo e centralismo sem, no entanto, se eximir da competência sobre o tema:

A Constituição, ao remeter aos estados a competência de instituir mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. (Parágrafo 3º do art. 25), exime a União da crítica ao centralismo e permite maior flexibilidade na concepção das unidades. Inova ao introduzir novas categorias para a ação regional e por delegar livre arbítrio ao rol de “funções públicas de interesse comum”, que substituem os “serviços comuns de interesse metropolitano”. Mantém as unidades propostas como regiões voltadas à provisão de funções públicas de interesse comum, o que torna ainda mais imprescindível o planejamento do desenvolvimento, sob âmbito de competências da União (MOURA *et al.*, 2012, p.12).

Desta forma, centraremos nossas reflexões nos atuais desdobramentos da questão contextualizada até aqui, cujos obstáculos se assentam em práticas políticas componentes da forma de urbanismo que se desenvolveu no país e que, em última instância, reproduziu as desigualdades sociais características de um país de capitalismo periférico (MARICATO, 2007).

A questão metropolitana hoje: novo Brasil, velhos problemas

O Brasil ultrapassou a primeira década do século XXI com mais de 190 milhões de pessoas. Deste total, em torno de 36% estava em espaços considerados metropolitanos, onde residiam quase 70 milhões de brasileiros em pouco menos de 300 municípios, segundo defini-

ção utilizada pelo Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO *et al*, 2011, p.173).

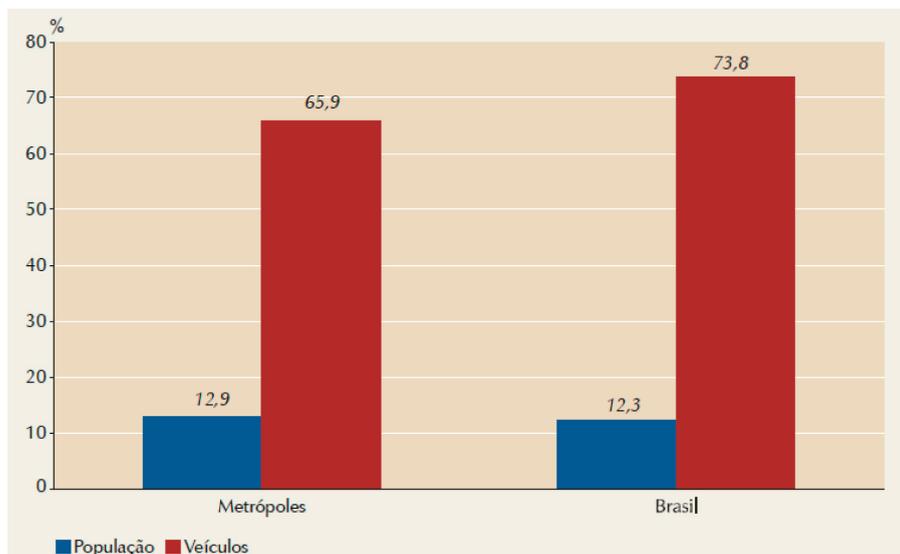
As mudanças na base produtiva e o crescimento econômico vivido pelo país resultaram no aumento das demandas por educação, lazer, cultura e, principalmente, por maior qualidade de vida nos espaços de maior concentração urbana. Obviamente, as consequências desse momento socioeconômico trazem em seu bojo os efeitos de um modelo de urbanização subdesenvolvida, expondo a dolorosa contradição entre uma sensível melhoria em termos de incremento e distribuição de renda da população em geral, concomitantemente a uma perceptível queda do bem-estar ofertado pela cidade:

Por trás do discurso eufórico sobre a emergência de uma nova classe média, suposto sinal do surgimento de uma nova sociedade brasileira, o que se vê é a reprodução de um velho urbano, no qual a precariedade dos serviços urbanos e a ausência de planejamento são duas de suas principais marcas: 18% dos domicílios brasileiro, por exemplo, não são atendidos ainda por rede coletora de esgoto; e um milhão e meio de domicílios nas regiões metropolitanas estão localizados em favelas (RIBEIRO, 2012, p.1).

Um dos aspectos mais visíveis deste crescimento econômico e que repercute diretamente nas questões urbanas e metropolitanas, refere-se à mobilidade urbana. O aumento do poder de compra da população, para citarmos um exemplo, refletiu no incremento da frota de veículos, que cresceu bem mais que o aumento da população e seus efeitos colaterais imediatos são a lentidão e engarrafamentos, uma vez que as estruturas viárias não foram projetadas para tamanho fluxo de deslocamentos, tanto intra como intermunicipais e regionais, instaurando o caos no trânsito, em especial em horários de pico, devido à negligência e ao descaso histórico, entre outras coisas, com o transporte público:

Enquanto a população cresceu por volta de 13%, o número de automóveis aumentou em 66% entre 2001 e 2010 (Gráfico 12.1). Isso significa um aumento em torno de 920 mil carros a cada ano. Com isso o Brasil terminou o ano de 2010 com um total de 42,6 milhões de automóveis, sendo que, destes, 20,8 milhões encontram-se nas metrôpoles (RIBEIRO *et al*, 2011, p.196).

Gráfico 12.1 - Crescimento da população x número de veículos no Brasil e nas metrópoles –2000/2010



Fonte: RIBEIRO *et al*, 2011, p.196.

Ainda segundo Ribeiro (2011), as metrópoles têm hoje 3,3 habitantes por automóvel, ou aproximadamente um veículo para cada domicílio, chegando ao absurdo de em Curitiba, por exemplo, o índice de habitantes/veículos ser de 2,2 hab./veículo; Campinas de 2,3 hab./veículo e Florianópolis e São Paulo, com 2,5 hab./veículo cada uma:

É nesse cenário, onde a população dos municípios periféricos cresce ainda de maneira acelerada, e o tempo de deslocamento e as condições de mobilidade pioram simultaneamente ao aumento da posse de automóvel, que se instaura a crise da mobilidade como uma questão que coloca em xeque o futuro de nossas metrópoles (RIBEIRO *et al*, 2011, p.196).

Como ressaltado por Ribeiro (2011), a característica fundamental e marcante na formação das cidades brasileiras é a perpetuação de um tão poderoso quanto antigo circuito de acumulação com o objetivo obter lucro por meio da exploração e ampliação das desigualdades. Assim, relegam-se os excluídos à segregação, os empurrando para áreas mais precárias e com dificuldades de acesso a diversos serviços:

Estes circuitos representam a versão urbana da aliança estrutural e histórica entre a propriedade da terra e o capital, base econômica do poder do atraso, responsável pela nossa lenta e seletiva modernização, manutenção das desigualdades sociais e subordinação política das camadas populares (RIBEIRO et al, 2011, p.179).

Os acertos na política econômica, em especial nas medidas contracíclicas que atenuaram os efeitos da forte crise internacional, trouxeram ganhos salariais reais e a conseqüente melhoria das condições de vida de uma grande parte da população. Somam-se a isso as políticas de inclusão social, os programas de transferências de renda e de financiamento de moradia (embora nem sempre para famílias de baixa renda).

Não obstante, a valorização do espaço urbano e sua conseqüente especulação imobiliária, aliadas amiúde à carência de políticas fundiárias bem definidas sobre o uso e ocupação do solo urbano, demonstram que as cidades, ao alijar parte da sua população de condições de vida digna, continuam reproduzindo um modelo que não apenas ratifica a segregação e mantém a desigualdade, mas as aprofunda:

A cidade ficou nas mãos destes interesses, gerando uma política de proteção e favorecimento dos setores imobiliários, de obras públicas, de concessão de serviços e dos segmentos das classes médias. O que decorre desse processo em termos de organização interna dos aglomerados urbanos assemelha-se ao ocorrido na escala nacional. De um lado, uma elevada concentração da riqueza nas áreas centrais desses aglomerados e, por outro, o contínuo deslocamento das fronteiras sobre as áreas periféricas (RIBEIRO, 1998, *in* RIBEIRO et al, 2011, p.179-180).

A rede Observatório das Metrópoles (CNPq/INSTITUTOS DO MILÊNIO, 2008; CNPq/INSTITUTOS NACIONAIS, 2011) vem realizando estudos que demonstram serem as regiões metropolitanas (RMs) brasileiras compostas por perfis territoriais caracterizados por fragmentação e segregação socioespaciais. As áreas metropolitanas concentram o ônus da estrutura desigual do país, ainda que a presença da desigualdade e da segregação social como componentes do processo de desenvolvimento urbano nacional não se restrinja apenas a estas regiões. Contudo é aí que a conseqüência da urbanização desigual é mais aguda, pois é onde está uma significativa concentração demográfica

fica expressa numa também significativa densidade de relações sociais, econômicas, culturais, ambientais entre outras.

Atualmente são 53 RMs no Brasil, onde residem 89,7 milhões de habitantes, ou 47% do total da população brasileira. Além disso, temos três Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) onde residem 5,5 milhões de habitantes, o equivalente a 3% da população do país (EMPLASA/VCP/UDI, 2012).

A hipótese principal adotada pelo conjunto dos estudos desenvolvidos é que os processos socioespaciais (compreendidos por meio dos conceitos de diferenciação, segmentação e segregação) em curso no país e, especialmente nas áreas metropolitanas, têm significativa importância para a compreensão dos mecanismos societários e seus efeitos sobre a estruturação da sociedade brasileira.

O debate sobre a questão das metrópoles e regiões metropolitanas se impõe e se faz presente, pois está no cotidiano da sociedade. Temas como habitação, segurança, educação, transporte, gestão dos recursos hídricos e redes de saneamento, coleta e destinação do lixo gerado e a integração dos serviços de saúde, entre outros fatores, exigem iniciativas administrativas, mas principalmente articulações políticas de planejamento de ações conjuntas de caráter intermunicipal e até mesmo regional. O resultado é um acúmulo de problemas e medidas paliativas, resultantes da incapacidade técnica-política-institucional do poder público em atender as demandas sempre crescentes das nossas áreas urbanas.

Em muitas regiões a conurbação desconsidera os limites intermunicipais, o que exige da sociedade e dos gestores públicos, estratégias e arcabouço jurídico para que se formulem planos de desenvolvimento para a questão metropolitana.

Neste sentido, urge somar esforços e competências na busca da formulação conjunta de um arcabouço jurídico-legal que defina e sistematize de forma clara e objetiva, uma política nacional para enfrentamento da questão da gestão metropolitana, determinando qual o papel e as respectivas responsabilidades da União, Estados e municípios.

Este debate é de suma importância para que o país se desenvolva de uma forma mais racional, justa e democrática, que engendre instrumentos aos gestores públicos, para que possam planejar de forma eficiente, embasados em políticas públicas consistentes. Temos por exemplo os Planos Diretores Participativos, a regulamentação e implementação de consórcios gestores intermunicipais e inter-regionais

diversos, de sorte que se possa aliar crescimento e desenvolvimento, com menos desigualdade e com condições de vida dignas para todos, mesmo sabendo das dificuldades que o modelo atual apresenta:

A complexidade e a dimensão transescalar da dinâmica das espacialidades de natureza urbano-regional exigem que se pense em um planejamento específico a essas categorias, evidentemente articulado, e que respeite as distintas escalas que interagem nesses espaços – local, regional, setorial, estadual, nacional, global –, bem como que se apresentem mecanismos que permitam a superação dos limites dos poderes municipais em questão de tal relevância (MOURA E FIRKOWSKI, 2012, p.4).

É neste cenário que a Câmara dos Deputados fomentou o debate sobre o Estatuto da Metrópole - Projeto de Lei no 3460/2004, de autoria do deputado Walter Feldman (PSDB-SP), que tem por intuito a construção de diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano (PNPRU), bem como criar o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas (SNPIRU). Embora já tenha sido uma conquista importante, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que teve o mérito de colocar o planejamento urbano e o uso social solo no centro dos debates, se faz mister ampliar estas discussões em face do atual momento econômico e seus desdobramentos cada vez mais complexos para a questão urbana:

[...] os dispositivos constitucionais voltados à articulação e cooperação das instâncias de governo para o planejamento e gestão de unidades supramunicipais não induziram aplicabilidade, e mesmo legislações que focam especificamente esse tema, ainda estão longe de serem incorporadas no cotidiano dos formuladores de políticas e gestores urbano-regionais (MOURA E FIRKOWSKI, 2012, p.3).

É, pois de suma importância dar centralidade à dimensão urbano-regional, haja vista ser o *locus* propriamente dito onde se desenvolvem as relações sociais, as trocas econômicas e espaço natural e legítimo da ação política indispensável ao exercício da cidadania, mas levando-se em conta o compromisso de aprofundar o debate sobre o entendimento que o Projeto de Lei Estatuto da Metrópole tem quanto às unidades que se configuram com natureza urbano-regional, para que não se incorram em erros que, em vez de facilitarem o planejamento e gestão

desses espaços, sejam inócuos ou dificultem ainda mais esses processos (MOURA E FIRKOWSKI, 2012).

A incorporação na agenda política de um debate amplo da problemática na busca de soluções para as questões que ocorrem nos grandes espaços metropolitanos e seus núcleos, dado seu considerável contingente populacional e importância econômica e política, seus conflitos e problemas, é cada vez mais premente para a viabilização de um projeto de crescimento sustentado, de uma cidade mais justa e com qualidade de vida para a maior parte da população, e não para alguns apenas.

Concomitantemente, é preciso ousar avançar para além das concepções até hoje utilizadas, que negligenciam a complexidade das cidades e aglomerados urbanos relegados a projetos fragmentados que prejudicam, por exemplo, o sistema de mobilidade urbana como fator estruturante do dia a dia da população:

Se hoje prevalecem modalidades de gestão por projetos do uso do solo urbano, considerando as cidades apenas como máquinas de crescimento a serviço dos novos e antigos interesses econômicos e políticos alimentados pela acumulação urbana, no caso da mobilidade, a falta de planejamento se traduz na inexistência de bases de dados confiáveis e atualizados sobre os fluxos de deslocamentos de pessoas e mercadorias- as chamadas pesquisas origem/destino, ferramenta fundamental de planejamento urbano -, bem como na melhor definição dos sistemas metropolitanos (RIBEIRO *et al.*, 2011, p.198).

Segundo Moura (2012), a organização da gestão apoiada nos conselhos consultivos e deliberativos das leis anteriores não logrou a operacionalidade necessária, e a estruturação de órgãos técnicos responsáveis por pensar e planejar a gestão metropolitana também se deparou com limitações.

Neste contexto, das RMs inicialmente constituídas, poucas se mantiveram efetivamente em funcionamento. Mesmo com o avanço da lei nº 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação e formação de consórcios públicos, se faz necessário um marco jurídico legal que possibilite outras formas mais democráticas da sociedade civil se participar e discutir os problemas básicos à condução da gestão metropolitana que ainda permanecem.

A realização de pactos social e territorial esbarra na fragilidade do complexo ambiente jurídico-institucional das regiões, sob pressão de hegemonias e poder político, e de disputas político-partidárias, que prejudicam a tomada de decisões de âmbito regional. A dispersão de agências e estruturas setoriais responsáveis pelo planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, a fragmentação governamental e a superposição de leis e decretos têm dificultado, se não inviabilizado, a eficácia do planejamento e gestão metropolitanos. A descentralização em curso, especialmente no que se refere às políticas de cunho social, não considera o âmbito regional inerente a elas, reforçando a visão estritamente local. Ademais, as soluções adotadas isoladamente por municípios são muitas vezes impróprias às exigências extramunicipais (MOU-RA *et al*, 2012, p.12).

Para Rolnik (1995), a cidade é um espaço coletivo no qual prepondera a necessidade de gestão, embora ela tenha se refeito e se auto-transformado no decorrer da história. Entre esses espaços de relações produtivas e políticas, destacam-se recortes urbanos que se estendem para além das fronteiras legalmente definidas para as jurisdições. Tomando o conceito de cidade, vinculado, no Brasil, ao de sede de município, “verifica-se que alguns espaços urbanos congregam mais de uma cidade, seja como espaço conurbado, seja como aglomeração urbana ou como região metropolitana” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p.9).

De acordo com a metodologia do Observatório das Metrôpoles, o processo de metropolização se configura pelo expressivo adensamento populacional em razão da dinâmica da economia, da produção técnica e do conhecimento, e da diversidade do trabalho, mas também com a expansão física dessas aglomerações em área contínuas de ocupação (Id.).

Um estudo elaborado pela rede Observatório das Metrôpoles para o Ministério das Cidades identificou e demarcou os aglomerados urbanos metropolitanos que existem no território nacional. Assim, os aglomerados urbanos foram caracterizados segundo o critério de alta densidade populacional e também pela concentração de atividades econômicas, cujos limites não coincidem com os das jurisdições que os constituem. Neles, circula diariamente um volumoso fluxo de pessoas, de mercadorias e de serviços (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p.10).

Este estudo evidenciou que no interior dos aglomerados urbanos estudados e identificados como metropolitanos, são encontradas diferenças bastante significativas, tanto no que se refere à natureza e qualidade da integração entre os municípios, como em relação à “dinâmica da aglomeração”, entendida como “o adensamento de fluxos econômicos e populacionais” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p.10).

Como resultado direto tem-se a constituição de unidades regionais singulares, com suas especificidades distintas no tocante ao efetivo processo de metropolização, o que dificulta a construção de sistemas de governança metropolitana. “Essa dificuldade se acirra quando se considera o distanciamento entre a condição legal de ser Região Metropolitana instituída por lei e a caracterização socioeconômica acima descrita” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p.10).

Ainda segundo o estudo referido, malgrado os vultosos investimentos municipais que as cidades metropolitanas e as RMs brasileiras recebem, é possível verificar que se mantém o a prática de um comportamento autárquico assumido pelos municípios, o que prejudica a resolução de problemas que se estendem para além das fronteiras de cada jurisdição.

Por outro lado, é de vital importância que se promova a cooperação entre as três esferas, municípios, estados e União, para que se assegurem os investimentos em políticas urbanas e projetos:

Dentre os problemas, é importante ressaltar que as unidades regionais não se ancoram em um arcabouço institucional que efetivamente estruture sua complexa dinâmica. Reconhecidamente, são espaços de expressão econômica e social, porém não de direito, pois não circunscrevem territórios aptos a normatizar, decidir, ou exercer o poder, situando-se num hiato entre a autonomia do município – reforçada na Constituição de 1988- e a competência da União quanto à gestão para o desenvolvimento. A simples instituição de unidades regionais cria apenas um recorte que nem sempre reflete uma configuração espacial, ou induz ao estreitamento de relações entre segmentos que consolidam uma dimensão política com efetivo poder regional – possível apenas se legitimamente articulada entre as forças que produzem o espaço, corporificando uma unidade de gestão (MOURA *et al.*, 2012, p.12).

Ao mesmo tempo em que a complexa configuração metropolita-

na se constitui em obstáculo também apresenta respostas ao desafio de construir sistemas de governança metropolitana, inclusive porque as áreas onde os processos de metropolização são mais frágeis, por não possuírem quaisquer arranjos compartilhados, demandariam ainda mais ações nesse sentido frente aos processos de segregação a que estão sujeitas.

A despeito das proporções distintas entre as regiões metropolitanas forais, os estudos evidenciam as semelhanças referentes aos problemas sociais deflagrados pelo processo de segregação socioespacial característico da urbanização do país.

Elementos que justificam o planejamento e gestão compartilhados e funções públicas de interesse comum

Entre os elementos que emperram e dificultam a estruturação de sistemas de governança metropolitana no país, é possível destacar fundamentalmente dois aspectos. O primeiro refere-se a um obstáculo jurídico-legal que “é a existência de uma delimitação muito clara na ordem política institucional, de escala municipal, que vem se impondo como barreira para uma gestão do território conurbado, cuja escala é a da intermunicipalidade” (MOURA, 2000).

O segundo, e vinculado ao primeiro, resulta da experiência de gestão metropolitana, instituída pela Constituição Federal de 1988, que determina a transferência, aos estados, da competência para criar regiões metropolitanas. Como a Constituição de 1988, praticamente outorgou aos municípios o *status* de ente federativo autônomo, a convivência entre estes e os estados, no que tange à autonomia municipal, em especial quando envolve recursos, não tem sido “das melhores”:

Sem legitimidade para coordenar as ações em seu território, restaria aos estados usar o *spending power* para incentivar ações concertadas. No entanto, à falta de tradição em desenvolver políticas setoriais junto a seus municípios, acresce-se a difícil situação financeira com que convive a maior parte dos estados, em particular no pós-Plano Real, quando passaram a exercer sua competência constitucional referente à criação de regiões metropolitanas (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p.11).

Caberia assim, ao governo federal, tomar a iniciativa de integrar, de forma planejada, a ação de estados e municípios nessas regiões. A percepção da importância econômica e política das áreas metropolitanas levaram à constitucionalização da matéria, que conferia antes à União a prerrogativa de instituir regiões metropolitanas, por meio de Lei Complementar (Idem).

Em virtude de os constituintes em 1988 terem decidido transferir as unidades subnacionais prerrogativa de instituir regiões metropolitanas, na prática, porém, o reconhecimento dos municípios como entes federados, no entanto esvazia, de certa forma, a legitimidade dos estados para coordenar as ações metropolitanas. A nova Constituição, segundo Gouvêa (2005), ao nivelar os municípios, ignoraria suas diferenças características e profundas, atribuindo-lhes as mesmas competências:

Ignora, assim, diferenças em dimensão territorial, função na hierarquia urbana, poder econômico, população, clima, cultura, história e também se a sede do município mantém uma integração socioeconômica com outras sedes municipais, ou seja, o aspecto da conurbação.[...]Esta realidade já fora criticada, anteriormente à nova Carta, pelo urbanista Jorge Wilhelm, quando este afirmou que “a síndrome da similitude que permeia toda a nossa legislação tornou iguais, em atribuições, cidades diversas em tamanho e função” (GOUVÊA, 2005, p 130).

Para Azevedo e Guia (2004a), “a concessão formal de poder de decisão aos novos arranjos institucionais das regiões metropolitanas brasileiras não foi acompanhada do necessário aporte de recursos financeiros”. De acordo com Garson (2007), a própria estruturação das fontes de recursos e financiamentos das ações, “quando prevista em lei, é um dos pontos frágeis dos sistemas de governança. Normalmente compromete os orçamentos do estado e dos municípios, sem necessariamente estabelecer regras para o rateio das despesas ou, então, onerando mais os maiores municípios”.

Por um lado, regras de rateio de recursos estabelecidas por lei estadual tendem a ser consideradas uma intromissão na autonomia municipal. Além disso, fundos financeiros levam longo tempo para, de fato, operarem (quando isso ocorre) (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p.15).

Ainda segundo Garson (2009), a ação coordenada em territórios metropolitanos é dificultada pelo próprio sistema federativo brasileiro, especialmente em função da falta de instâncias de cooperação que permitam reduzir as desigualdades inter e intrarregionais. Para Melo (apud OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009), ao dar mais autonomia aos municípios, a Constituição de 1988 complexificou a construção de sistemas de governança metropolitana, “ao estimular comportamentos não cooperativos: a competição fiscal e o neolocalismo, este fazendo crer que grande parte dos problemas pode ser resolvida localmente” (Idem).

De toda forma, é preciso reconhecer que a Constituição de 1988 institucionalizou e incentivou o estabelecimento de novos espaços democráticos para que a sociedade discuta a realidade metropolitana:

O conjunto, as estruturas de gestão amadurecem e se tornam mais democráticas. No período recente - 2005 e 2006 - tem-se assistido a um renovado interesse pela questão metropolitana: diversos estados reviram sua legislação, unificando o tratamento do problema no estado, sem desprezar as diferenças entre as unidades regionais (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p.13).

A maior novidade, de acordo com Azevedo e Guia (2004a, p. 17), frente aos novos atores, “é o envolvimento da sociedade organizada - associações civis de vários matizes e as organizações não governamentais - e a iniciativa privada *stricto sensu*”. A comunidade conta hoje com várias instâncias de participação, seja via Câmaras Técnicas Setoriais Metropolitanas, Conselhos de Políticas Públicas supramunicipais, entre outras. As estruturas e, em particular, a composição dos Conselhos Deliberativos, passaram por mudanças em direções nem sempre coincidentes (Idem).

O Observatório das Metrôpoles (2009) defende que a governança metropolitana não se reduz simplesmente à execução de algumas políticas setoriais. Os arranjos metropolitanos precisam ter um distanciamento seguro, na medida do possível, à oscilação das alianças políticas e eleitorais: “O desafio principal (da governança das grandes metrôpoles) é se colocar acima da fragmentação dos interesses e dos atores que operam no território metropolitano” (LEFEBVRE, 2004, apud OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p.15).

Neste sentido, a difícil tarefa de construir e buscar a governabilidade metropolitana em um país federativo, não pode negligenciar nem deve se imiscuir dos possíveis embates saudáveis e próprios da

democracia, no cenário das relações políticas, verticais e horizontais, dos diferentes níveis de governo. Para isso, são necessárias articulações institucionais com outros atores relevantes, em nível e internacional, associações civis e representações da sociedade.

A fim de se problematizar os gargalos e obstáculos que emperram uma política que contemple o atendimento das demandas sempre novas e crescentes que envolvem as metrópoles, aglomerados urbanos e regiões metropolitanas, de forma a esmiuçar suas causas e discutir as soluções necessárias, cabem os seguintes questionamentos:

Qual a abrangência desses arranjos no tratamento das questões metropolitanas – predomina uma visão “total” ou setorial?

Como é tratada a questão da autonomia municipal (ou seja, a relação entre os entes federativos) e em relação ao tamanho dos municípios – grandes, médios, pequenos, município capital?

Como está prevista e efetivada a relação com a sociedade?

Quais são os principais conflitos no processo de implementação, quanto a mudanças (ajustes) dos arranjos no decorrer desse processo?

As respostas a estas questões cruciais são um passo importante para um diagnóstico que aponte as práticas de gestão que estão ocorrendo hoje no Brasil, de sorte que não que é mais aceitável negligenciar a questão do planejamento e gestão compartilhados e funções públicas de interesse comum, deixando-os de fora da agenda política.

Considerações finais

A acelerada urbanização do Brasil gerou um passivo social circunscrito principalmente às grandes áreas metropolitanas cujas características centrais se vinculam diretamente aos processos de profunda fragmentação socioespacial, como se mostrou nesse trabalho. Concomitantemente ao desenvolvimento do conjunto das atividades econômicas e sociais nestas áreas emergiu a necessidade de construir governabilidade metropolitana.

O metropolitano contemporâneo tem como principal característica a capacidade para conduzir a organização da economia nos diversos níveis - regional, nacional e global - o que permite engendrar ações governamentais na escala metropolitana para resolver a problemática que se apresenta nessa mesma escala.

Em sentido contrário, as metrópoles e as aglomerações urbanas são novos arranjos espaciais que ganham protagonismo na realidade urbana brasileira, mas não têm organismos institucionais, instrumentos legais e de financiamento que contraponham em magnitude análoga, as sequelas dessa nova conformação.

Com estes pressupostos, tal questão foi caracterizada por meio de análise da discrepância entre a metrópole como território funcional e a metrópole como território institucional, ou seja, o território enquanto escala de governo. Em termos funcionais a metrópole é um território integrado como escala de produção, distribuição e acumulação de riqueza e de reprodução social. No entanto, enquanto território institucional é fragmentado em termos do papel das instâncias de governo que devem assegurar - juntamente com o mercado - as condições necessárias a que estas duas funções sejam plenamente realizadas.

Tal dissociação decorre das incompatibilidades entre a “geografia economia, a geografia social e a geografia institucional”. Diante das dificuldades de ajustar a geografia institucional, redesenhando as escalas e competências de governo, a saída é a busca de um sistema de cooperação entre os municípios, mas também entre os atores da economia e da sociedade. Inclusive porque contamos atualmente com a oportunidade de dar conta do problema metropolitano na medida em que essa conjuntura é favorecida pela chamada transição demográfica, momento em que as cidades continuam crescendo, mas não mais àquelas taxas explosivas que foram características das décadas de 50, 60, 70 e parte da de 80. Fenômeno este que guarda relação com a imigração já concluída e tem a ver, também, com as transições das taxas de fecundidade e fertilidade. Pode-se dizer que temos uma situação mais confortável do que tínhamos no passado para o atendimento às necessidades da população.

Esse cenário engendra desafios que tornam imperiosa a necessidade de colocar a política urbana e no seu bojo, a metropolitana, na agenda política brasileira. Mas, para isso é necessário a mobilização dos governos dos polos metropolitanos, sem os quais o movimento necessário para geração de dinâmicas de cooperação não se implementará.

Para tanto, essa ação deve mobilizar forças para uma cooperação que vise a gestão voltada à inclusão social para contrapor a histórica governabilidade baseada no “clientelismo político”. Os meios devem

ser diagnósticos que apontem a ação cooperada como a única capaz de enfrentar e responder satisfatoriamente aos problemas que não se restringem ao território municipal, mas consolidaram uma nova territorialidade para sua existência.

Referências

- AZEVEDO, S.; GUIA, V. R. M. (2004b). Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org). *Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro, FASE.
- GARSON, Sol (2009). *Regiões Metropolitanas: por que não cooperam?* Rio de Janeiro: Letra Capital, Editora; Belo Horizonte, PUC.
- GOUVÊA, R. G. (2005). *A questão metropolitana no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- MARICATO, Ermínia (2007). *Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo*, In RIBEIRO, L.C.Q. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro, Revan/Fase.
- MOURA, R., FIRKOWSKI, O. (2012). *Estatuto da Metrópole: contribuição ao debate*- Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/ESTATUTO-METROPOLE_Rosa_Olga.pdf, acessado em 04/04/2012.
- MOURA, R., DELGADO, P., DESCHAMPS, M., CARDOSO, N.A. (2012). *A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão*, in: www.pr.gov.br/ipardes/publicacoes, acessado em 09/04/2012.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2009). *Arranjos Institucionais para a Gestão Metropolitana-Território, coesão social e governança democrática*: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém, Natal, Goiânia, Maringá- Relatório de Pesquisa-CNPq-Instituto Milênio, Outubro.
- RIBEIRO, Luiz C. de Q. (org). (2012). *As metrópoles brasileiras no milênio: resultados de um programa de pesquisa*. São Paulo, Letra Capital.
- RIBEIRO, L.C.Q. (2012). *Novo Brasil, mas velho urbano*, disponível em http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=153%3Anovo-brasil-mas-velho-urbano&Itemid=165&lang=pt, acessado em 8/04/2012.
- RIBEIRO, L.C. Q., SILVA, E.T., RODRIGUES, J.M. (jan./jun. 2011). *Metrópoles Brasileiras: diversificação, concentração e dispersão*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.120, p.171-201.

RODRIGUES, Ana Lúcia (2012). Caracterização, desafios e relevância do planejamento e gestão metropolitanos compartilhados In: Projeto/IPEA, Estudo das Regiões Metropolitanas do Brasil, Brasília.

ROLNIK, R. (1995). O que é cidade. São Paulo, Brasiliense.

SANTOS, M. (1993). A urbanização brasileira, Ed. HUCITEC, São Paulo.

SPINK, P.K., TEIXEIRA, M.A., CLEMENTE, R. (jan./jun, 2009). Governança, governo ou gestão: o caminho das ações metropolitanas, Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 453-476.

Gestão metropolitana: a sua construção por meio de experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Maringá

William Antonio Borges

Resumo: Como há significativo desenvolvimento de práticas de associativismo territorial ocupando-se em coordenar diretrizes ao território metropolitano, objetiva-se neste capítulo responder as seguintes questões: Experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Maringá têm contribuído para a construção de práticas de gestão metropolitana? Como? Por quê? Compuseram os enredos as narrativas auferidas por meio de entrevistas abertas, de registros (disponibilizados pelo IBGE, pelo IPARDES e pelo Observatório das Metrôpoles), de documentos e da revisão de literatura sobre o tema. Ao construirmos os enredos sobre a Região Metropolitana de Maringá (RMM), constatamos que, embora não exista gestão metropolitana na RMM, as referidas experiências têm contribuído para a sua construção, ainda de modo incipiente, mesmo sem constituir políticas interseoriais e identidade metropolitana.

Palavras-chave: Gestão Metropolitana; Associativismo Territorial; Políticas Públicas; Região Metropolitana de Maringá; Construcionismo Social.

Abstract: That there is significant development territorial associations practices engaging in managing sectoral policies or guidelines for formulating and coordinating the metropolitan territory, we elected, as objective, answering the following question: Experiences of territorial associations in the Metropolitan Region of Maringá have contributed to the construction of metropolitan management practices? How? Why? Composed the plots in this chapter earned the narratives through open interviews, records (provided by IBGE, the IPARDES and the Metropolis Observatory) and came from documents and lit-

erature review on the topic. In building plots on the Metropolitan Region of Maringá (MRM), we found that, although there is no metropolitan management in MRM, these experiences have contributed to its construction, still incipient way, even without constituting intersectoral policies and metropolitan identity.

Keywords: Metropolitan Management; Territorial Associations, Public Policy Metropolitan Region of Maringá; Social Constructionism.

Introdução

O presente capítulo se ocupa do tema gestão metropolitana e tem como objetivo compreender se experiências de associativismo territorial, inscritas na Região Metropolitana de Maringá (RMM), têm contribuído para a construção de prática de gestão metropolitana e, por sua vez, saber como e por que.

É comum existirem diferentes sedes de municípios integradas econômica e demograficamente. Isso ocorre quando estas se revelam conurbadas ou quando se estabelecem como uma aglomeração urbana. Em decorrência disso, muitas cidades compartilham, na condição de aglomerações urbanas (AUs) ou de regiões metropolitanas (RMs), o problema da dicotomia entre território (na perspectiva da funcionalidade urbana) e política (no sentido de organização institucional).

A dicotomia entre território e política se estabelece devido à produção do espaço urbano se sobrepor aos limites político-administrativos, como expressão da integração sociocultural e econômica entre duas ou mais cidades. A maioria dos núcleos urbanos assim constituídos não é, porém, reconhecida, pelos poderes públicos envolvidos, como unidade urbano-territorial.

Por este motivo, Ribeiro (2004, p. 23) argumenta que as regiões metropolitanas “são ao mesmo tempo uma escala fundamental da questão social brasileira e órfãs do interesse político”. Nesse sentido, segundo Garson (2009), elas não têm se constituído como áreas de desenvolvimento de gestão de políticas públicas metropolitanas.

Em síntese, podemos nos ater aos argumentos de Lefèvre (2009). Para ele o “problema metropolitano” se localiza no âmbito do seu governo, o qual se estabelece de modo inadequado entre a sua organização institucional e o território funcional. Por este descompasso, há

um problema de legitimidade da prática de governança metropolitana no Brasil, por haver o desconhecimento do território funcional, bem como devido à inexistência de critérios mais precisos para sua definição.

Para compreender se as experiências de associativismo territorial inscritos na RMM integram um movimento de construção de práticas de gestão metropolitana, delimitamos outros objetivos, mais específicos, quais sejam: analisar a compatibilidade entre a metrópole funcional (identificada pelos graus de integração) e a metrópole institucional (identificada pelas práticas do arranjo institucional); compreender o atual formato da gestão da região metropolitana, identificando a existência e o funcionamento de aparatos institucionais de caráter mais abrangente (órgãos metropolitanos) como de caráter mais restrito (consórcios e/ou órgãos setoriais em torno dos transportes, saneamento ambiental, gestão dos resíduos sólidos etc.) e; configurar o quadro de cooperação intergovernamental, em especial entre governos estaduais e governos municipais.

Ao estruturar este trabalho, tivemos a preocupação de conseguir contar da melhor maneira a história sobre “como e por que as experiências em questão têm contribuído (ou não) com a construção de práticas de gestão metropolitana na RMM”.

Construímos as narrativas (textos que revelam a história central) sobre as experiências de associativismo territorial na RM de Maringá, a partir da vertente epistemológica do (Pós) Construcionismo Social (GERGEN, 1997, 2009, 2009a; GERGEN; GERGEN, 2007; IÑIGUEZ, 2002; SPINK, 2003), mais precisamente, por meio da promoção de diálogos entre as histórias, as quais se estabelecem como enredos contados por meio de entrevistas e documentos, bem como através de imagens e de registros que dão visibilidade às memórias, envolvendo a leitura daquilo que é dito e não dito, este último percebido como pano de fundo do texto narrado, pela pausa, pelo comportamento, pelo contexto, enfim, pelos aspectos subjetivos (ALVES; BLINKSTEIN, 2006).

Esta abordagem metodológica, para a pesquisa social, permitiu-nos perceber que a narrativa não contempla, necessariamente, todos os olhares e elementos que se inscreveram na construção das experiências lidas. No entanto, todas as narrativas auxiliam no processo de construção da história principal, sem exceção, a qual, neste trabalho, é a que responde diretamente o objetivo geral.

Compuseram os enredos deste capítulo as narrativas auferidas

por meio de diálogos envolvendo entrevistas, registros e documentos referentes às experiências do Consórcio Intermunicipal da Associação de Municípios do Setentrião Paranaense (CISAMUSEP), da Coordenadoria Metropolitana de Maringá (COMEM), do Parlamento Metropolitano e do APL de Confeccões, bem como a literatura sobre a questão da gestão metropolitana no Brasil e registros publicados por diferentes institutos e núcleo de pesquisa (IBGE, IPARDES e Observatório das Metrôpoles). Mais precisamente, foram considerados os seguintes documentos: Leis, Estatuto (CISAMUSEP); Plano de Gestão (APL) e Protocolo de intenções. E foram realizadas sete (7) entrevistas, sendo: uma (1) sobre o APL de confecção, duas (2) sobre a COMEM, três (4) sobre o CISAMUSEP.

O presente capítulo inicia-se com esta primeira seção introdutória. Em seguida, na segunda seção, promove-se uma discussão sobre a efetividade da gestão metropolitana no Brasil e a questão da governança neste contexto. A terceira seção abarca uma leitura das experiências de associativismo na Região Metropolitana de Maringá. Por fim, a última seção é composta pelas conclusões, por meio das quais travamos um diálogo sobre os limites e as possibilidades para a construção de uma gestão metropolitana efetiva na RMM.

1 - Gestão Metropolitana e sua efetividade no contexto brasileiro

Cidade metropolitana, para Borja e Castells (1997), refere-se a um espaço urbano contínuo, organizado como uma realidade econômica, cultural, social e funcional que polariza uma extensa porção territorial permeada por descontinuidades demarcadas por diferentes funções urbanas e que se constitui como uma organização territorial urbana dispersa.

Entendemos gestão metropolitana como a modalidade de administração interfederativa, concebida por meio de pacto territorial firmado entre municípios e estado(s), conduzida a partir de uma governança de múltiplos níveis, enquanto decisões e ações que compreendem planos urbano-regionais e políticas (de diferentes setores) nacionais ou estaduais, com o propósito de trabalhar soluções de problemas compartilhados por ao menos dois ou mais municípios integrantes de uma RM.

Avançando ao referido conceito, entendemos que uma prática de gestão metropolitana mantém interdependências com ações de governo e de governança. Para Spink (2005), o governo se constitui como um arranjo jurisdicional com representantes eleitos, dotado de autori-

dade sobre o território. O mesmo autor define governança, a partir de Schmitter (2002 *apud* SPINK, 2005), como mecanismos criados para lidar com uma variedade de problemas, questões e assuntos nos quais diferentes grupos e interesses regularmente decidem por meio de negociação e deliberação entre eles e cooperam por meio da implementação destas decisões (SPINK, 2005). Deste modo, em uma realidade democrática, a ação de governança pode se constituir em diálogo com o governo, pelo qual a gestão se estabelece enquanto decisão, execução e controle de ações desenhadas como políticas metropolitanas.

A Constituição de 1988, ao instituir um novo ente (o Município) desconsiderando diretrizes e competências para a viabilização e a condução de políticas em regiões metropolitanas, eximiu-se das questões intermunicipais e interfederativas, deixando vazios institucionais no campo da coordenação intergovernamental. Pelo valor estratégico que as RMs possuem no âmbito econômico e por concentrarem graves problemas sociais, urbanos e ambientais, elas têm sido objeto de debates e pesquisas nas últimas duas décadas. Algumas iniciativas como a criação do Ministério das Cidades, a aprovação da Lei n° 10.257 do Estatuto da Cidade, o projeto de Lei do Estatuto da MetrÓpole, a Conferência das Cidades, a Lei n° 11.107 que dispõe sobre normas gerais da contratação de consórcios públicos e o Fórum de Entidades Metropolitanas, além de terem colocado a questão metropolitana na agenda sistêmica (KINGDON, 2006) e instigado debates entre a burocracia técnica e a academia, contribuíram também para despertar um maior interesse da academia em realizar pesquisas sobre o tema.

Nesse campo, existe um relativo consenso relativo ao que mais dificulta a cooperação e a coordenação intergovernamentais, no Brasil, é a prática compartimentalizada¹, conduzida pelos três níveis de entes federativos (ABRUCIO; SANO; SYDOW, 2010). No entanto, estudiosos (SPINK; TEIXEIRA; CLEMENTE, 2009; ABRUCIO; SANO; SYDOW, 2010; KLINK, 2010, 2010a; LOSADA, 2010) apontam que algumas inovações revelam avanços no âmbito da cooperação intergovernamental. Tais avanços se estabelecem como novos associativismos territoriais, que se estruturam tanto no plano vertical (integrando os três níveis federativos) como no horizontal (intermunicipal). Nesta modalidade, o território se torna referência a partir da qual se esta-

¹ Cada nível de governo agindo apenas nas suas “tarefas”, sem entrelaçamento em problemas comuns (ABRUCIO; SANO; SYDOW, 2010, p. 25).

belece o processo de política pública plurimunicipal, em alguns casos por meio da governança de múltiplos níveis.

Neste contexto de mudança, identificamos, como maior novidade, o envolvimento da sociedade civil (associações civis de vários matizes e as organizações não governamentais) e da iniciativa privada, *stricto sensu*, nos arranjos gestores metropolitanos. A participação da sociedade civil no processo decisório tem acontecido por meio dos Conselhos Gestores (das RMs, dos Consórcios e das Associações), das Câmaras Técnicas Setoriais ou por meio de Conselhos de Políticas Públicas metropolitanos, como integrantes da governança metropolitana (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009).

No entanto, apesar da retomada da democracia e da reformulação da composição dos núcleos gestores (os quais passaram, em parte, a reconhecer a sociedade civil no processo de governança metropolitana e a dotar os municípios de maior poder nos processos decisórios), ainda muitos conselhos gestores de agências estaduais e de consórcios públicos têm se revelado como práticas pouco democráticas (SPINK; TEIXEIRA; CLEMENTE, 2009).

Impera uma completa ausência de transversalidade² e, por sua vez, de intersetorialidade³ da gestão de políticas estabelecidas em território metropolitano, bem como o não reconhecimento, por parte das lideranças locais, da existência de um território metropolitano.

Não nos resta dúvida de que em um universo de extremas desigualdades socioeconômica, política e urbana, inscritas em uma mesma região metropolitana, há de considerarem-se úteis as ações de cooperação intermunicipal ou interfederativa, com o intuito de superar

² Entendemos transversalidade conforme consta em um documento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: “Forma de articulação horizontal, não hierárquica, que busca influenciar o desenho, a implementação e a gestão das políticas públicas”. Esta prática pode ter como objetivos “os temas de caráter estratégico para o Governo, que requerem intervenção multissetorial e a coordenação de um conjunto de programas e ações”, o qual pode ocorrer por meio de um Comitê de Articulação e Monitoramento, para que possam garantir “democratização e fluidez das informações; mobilização de gestores governamentais de diferentes áreas setoriais para o alcance das metas; maior integração e comunicação entre os órgãos setoriais; identificação das complementaridades entre as ações” (BRASIL, 2003, p. 22).

³ CONCEIÇÃO (2013) entende que a partir dos princípios de transversalidade, a condução de uma política se estabelece por meio do “consolidar na administração pública, a **articulação intersetorial** entre órgãos e entidades governamentais, sociedade civil organizada e empresas privadas, na construção de um planejamento unificado que se expressem em ações conjuntas” (p. 9 – prelo).

a possibilidade da tragédia dos comuns. “As áreas conurbadas existem como tal e as ações necessárias dificilmente poderão permanecer restritas ao nível municipal. Mesmo que não calculados conjuntamente, os custos sociais e as deseconomias da situação atual são imensos” (SPINK; TEIXEIRA; CLEMENTE, 2009, pp. 471-472).

Apesar de a questão da gestão metropolitana no Brasil se encontrar ainda aberta, quando lemos a sua história, por meio da literatura publicada a partir da década de 1980, vemos que prevaleceu pouca efetividade das diferentes práticas construídas. Os principais argumentos apontam que isto se deve ao inadequado arcabouço institucional do federalismo brasileiro para lidar: com a desigualdade intermunicipal; com a rigidez orçamentária; com a falta de tradição no planejamento e na implementação de políticas regionais e de políticas urbanas; com o enfraquecimento do papel dos estados; com a falta de instrumentos fiscais e de coordenação; com as rivalidades políticas entre municípios ou entre município(s) e governo estadual; e com a ausência de identidade regional (SOUZA, 2003; KLINK, 2008, 2010; SPINK; TEIXEIRA; CLEMENTE, 2009; ABRUCIO; SANO; SYDOW, 2010; GARSON, 2009).

Na atualidade, no Brasil, não tem havido aporte de recursos financeiros, em nível federal, para políticas metropolitanas. Garson (2009) observa que a estrutura de financiamento de ações, quando prevista em lei, é um dos pontos frágeis dos sistemas de governança metropolitana. Por um lado, por não haver regras para o rateio das despesas e, por outro lado, considerando que muitos municípios não possuem capacidade de investimentos, para que ações metropolitanas sejam implementadas, os municípios mais ricos teriam que compartilhar com os mais pobres, políticas compensatórias. Além disso, sabe-se que investimentos em políticas urbanas requerem recursos assegurados ao longo da implantação dos projetos, ou seja, fontes de financiamento estáveis e instâncias de cooperação entre municípios, estados e União (AZEVEDO; GUIA, 2004).

1.1 - Governança metropolitana no Brasil: da visão compartimentalizada ao associativismo territorial

Para Lefèvre (1998), as experiências estruturadas no contexto de governos metropolitanos, principalmente na Europa, mas também no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, não se efetivaram em decorrência de problemas de legitimidade. É pertinente destacar que as experiên-

cias sinalizadas foram constituídas de cima para baixo, por meio de ações autoritárias (SPINK, 2011).

Embora a gestão metropolitana no Brasil tenha alcançado o limbo, a partir da Constituição de 1988 ocorreram avanços no campo da constituição dos espaços de decisão, na perspectiva de se instituírem conselhos diretores com melhor distribuição de poder entre os governos subnacionais e, em alguns casos, chegando a envolver a sociedade civil.

Novas práticas emergiram, configuradas como um arranjo institucional de múltiplos atores, de múltiplos níveis e, o que é mais interessante, dotado de legitimidade. Trata-se de ações que se estabelecem por meio de “sistemas complexos de atores, com bases de legitimidade diferentes, em formas de associação, parceria e negociação territorial, incluindo grupos de interesses distintos, governos locais, o setor privado, agências públicas e governos de outros níveis” (SPINK, 2011, pp. 17-18).

De acordo com Spink (2011), o termo governança passou a ser empregado para suprir uma lacuna de significado que existia entre governo e mercado, construído pelos campos de diálogos acadêmicos inscritos na Ciência Política. As discussões permearam arenas sobre novos mecanismos regulatórios, inovações no âmbito da participação e do controle social de serviços públicos etc.

Apesar de o termo governança ter conseguido envolver espaços de governo e de mercado, até então apartados no referente às construções de ações de interesses público e social, caiu em uma espécie de “promiscuidade conceitual” por ter sido significado de modo muito generoso para sintetizar todas as práticas de coordenação interjurisdicional de base territorial (SPINK, 2011).

Por este motivo, outros termos passaram a ser criados para dar maior especificidade conceitual às discussões no campo-tema sobre governança territorial, quais sejam: Novo Regionalismo⁴ e Governança de Múltiplos Níveis. Sobre o segundo termo, Spink (2011) destaca que se trata de uma dentre oito expressões⁵ encontradas por Van Waarden (2004, *apud* SPINK, 2011), constituídas a partir de governança.

⁴ O novo regionalismo emerge nos Estados Unidos e enfatiza a construção de governança inter-jurisdicional através de processos colaborativos com participantes públicos e privados, com compromisso de compartilhar a resolução de problemas metropolitanos (HARVARD LAW REVIEW NOTES, 2005).

⁵ Governança de múltiplas esferas, governança policêntrica, governança de múltiplas perspectivas, jurisdições funcionais sobrepostas e competitivas, condomínio, consórcio, federalismo em rede e fragmentação.

As contribuições do Novo Regionalismo se estabelecem no sentido de dar foco ao tema da governança. Sob este olhar, Savitch e Vogel (2000, apud SPINK, 2011, p. 19) definem a prática da governança, ela “sugere que instituições existentes podem ser engajadas em maneiras novas e que a cooperação pode acontecer de maneira fluida e voluntária entre localidades e que pessoas podem melhor se regular através de organizações vinculadas horizontalmente”.

No entanto, segundo Spink (2011), o Novo Regionalismo evidencia não só experiências de ações horizontais, como também ações com o propósito de auferir economias de escala por meio da transferência de serviços que podem ser compartilhados entre municipalidades para níveis mais altos de governo. Constata-se que prevalecem práticas de ordem econômica no âmbito da comunidade de negócios e não de equidade social (SPINK, 2011).

Já, o conceito de Governança de Múltiplos Níveis se construiu a partir de um esforço para avançar nas discussões a respeito da complexidade do termo governança, ao que se refere às ações multijurisdicionais envolvendo diferentes entes e níveis federativos. Tratou-se da construção de um signo que expressasse a inteligibilidade sobre os desenvolvimentos supranacionais e inter-territoriais no âmbito da União Europeia (E.U.).

De acordo com Payne (2000, *apud* SPINK, 2011, p. 20):

Over the last few years a number of scholars in different countries have started to conceptualize the EU as a multilevel structure of governance within which state and sub-state, public and private, transnational and supra-national actors all deal with each other in complex networks of varying horizontal and vertical density”.

Como se verifica, trata-se de um conceito criado para abarcar o movimento de ampliação do federalismo, no sentido de significar práticas que envolvem diferentes níveis de governo (local, regional, nacional e supranacional), bem como entre governos e mercado, em processos de políticas públicas. Grosso modo, Governança de Múltiplos Níveis envolve “trocas negociadas entre sistemas de governança em diferentes níveis institucionais, reduzindo ou abolindo comandos hierárquicos e de controle tradicionais”, estruturas compartimentalizadas (SOUZA, 2003, p. 148).

De acordo com Bache e Flinders (2004 apud STEIN; TURKEWITS-

CH, 2008), ainda não há consenso sobre a definição do conceito de Governança de Múltiplos Níveis. No entanto, este conceito tem se construído a partir de quatro vertentes, quais sejam: 1) ampliação da participação de atores não governamentais em espaços de governo; 2) sobreposição de redes de tomadas de decisões na esfera governamental; 3) mudanças do papel do Estado, das funções de comando e de controle para as de articulação e de coordenação e; 4) exercitar governança e *accountability* democrática (BACHE; FLINDERS, 2004 apud STEIN; TURKEWITSCH, 2008, p. 10).

As leituras realizadas sobre Governança de Múltiplos Níveis levaram à identificação, por parte de estudiosos, de duas dinâmicas, as de tipo I e as de tipo II (HOOGHE; MARKS, 2003). A dinâmica do tipo I⁶ remete a um movimento de governança que se estabelece de modo limitado em cada nível de governo, onde o municipal está contido no estadual que, por sua vez, está contido no Federal. Já o tipo II⁷ se expressa como uma prática de governança que se estabelece em um setor (restrita a uma especialidade), e envolve diferentes níveis federativos em uma relação de interdependência.

Por meio de um estudo que abarcou 22 regiões metropolitanas brasileiras (das então 26 existentes em 2005), no qual comparou os consórcios intermunicipais com regiões metropolitanas, Spink (2005) concluiu que apenas uma das RMs ultrapassou, no período pós 1988, a função de planejamento e articulação política, constituindo-se como espaço de gestão metropolitana, mas não de governo metropolitano. O que mais existe, argumenta o referido autor, no âmbito da questão metropolitana são ações de governança; já no referente aos consórcios, ele mostra que o simples fato de eles existirem denota uma prática de associativismo que deu certo.

Para Spink (2005), as agências metropolitanas, criadas pelos governos estaduais, chegam a planejar ações e formular políticas, porém encontram dificuldades para implementá-las, devido a limites orçamentários dos estados e dos municípios envolvidos, bem como às difi-

⁶ No Tipo I, as competências são agrupadas dentro de jurisdições em um número limitado de esferas territoriais. Cada jurisdição é mutuamente exclusiva em cada nível territorial e as unidades de cada nível são perfeitamente aninhadas dentro do nível hierárquico superior (BEST, 2011, p. 66).

⁷ Na governança de Tipo II, os bens públicos são agrupados em um número de jurisdições especializadas ou setoriais, desenhadas para lidar com uma série limitada de políticas públicas ou problemas relacionados (BEST, 2011, p. 66).

culdades de diálogo entre os atores governamentais (prefeituras entre si; entre prefeituras e governo; e entre o executivo e o legislativo, de ambas as esferas de governo, e o judiciário) e os não governamentais, com vistas à construção de ações conjuntas.

Em síntese, pode-se dizer que mudanças no âmbito da gestão intergovernamental devem-se ao campo da governança; ao envolvimento da sociedade civil no processo decisório e nos conselhos gestores; ao equilíbrio na distribuição de poder entre estados e municípios e aos próprios municípios entre si; e também aos novos formatos institucionais ou de associativismo territorial, tais como: Consórcios Públicos e Privados, Câmaras Técnicas Setoriais, Assembleias Metropolitanas, Fóruns de Desenvolvimento, Associações de Municípios, Arranjos Produtivos Locais e Novos Conselhos Gestores de regiões metropolitanas.

Apesar das limitações para a constituição de políticas metropolitanas no Brasil, o presente capítulo se ocupa de compreender se ações de associativismo territorial, inscritas na Região Metropolitana de Maringá (Coordenadoria Metropolitana de Maringá, Associação de Municípios do Setentrião Paranaense, Arranjo Produtivo de Confeção e Parlamento Metropolitano), têm contribuído para a construção de práticas de gestão metropolitana.

2 - Região Metropolitana de Maringá: o diálogo entre o território funcional e a organização institucional

A Região Metropolitana de Maringá (RMM) foi instituída pela Lei Estadual n° 83/98, compreendendo 8 municípios, os quais eram: Maringá, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Paçandu e Sarandi. Por meio de acordos políticos estabelecidos entre prefeitos e deputados regionais, dezoito (18) novos municípios pleitearam e conseguiram compor esse conjunto, por meio de Leis Complementares, são eles: Ângulo, Astorga, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Munhoz de Mello, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Fé e São Jorge do Ivaí. Atualmente, a RMM é composta de vinte e seis (26) municípios. Este recorte regional compreende uma população de 690 mil habitantes, segundo o IBGE (2010), conforme podemos observar no Quadro 13.1.

Quadro 13.1 – Municípios integrantes da Região Metropolitana de Maringá, população e PIB

Município	Área (km²)	População (2010)	PIB em R\$ (2008)^a
<i>Ângulo</i>	106,021	2.859	35.762.511
<i>Astorga</i>	434,791	24.704	249.846.676
<i>Atalaia</i>	137.663	3.913	44.183.673
<i>Bom Sucesso</i>	322.755	6.568	48.398.635
<i>Cambira</i>	162.635	7.236	89.054.011
<i>Doutor Camargo</i>	118,278	5.829	68.891.069
<i>Floraí</i>	191.133	5.050	76.958.076
<i>Flórida</i>	57.046	2.540	37.891.069
<i>Iguaraçu</i>	164,983	3.992	49.408.362
<i>Itambé</i>	243,821	5.977	81.712.163
<i>Ivatuba</i>	96,786	3.008	37.426.184
<i>Jandaia do Sul</i>	187.600	20.283	213.573.544
<i>Lobato</i>	240.904	4.392	98.607.520
<i>Mandaguaçu</i>	294,010	19.784	164.803.852
<i>Marialva</i>	475,467	31.972	376.060.616
<i>Maringá</i>	487,930	362.329	7.284.401.000
<i>Munhoz de Melo</i>	137.018	3.678	31.521.096
<i>Ourizona</i>	176.457	3.380	42.415.681
<i>Paiçandu</i>	170,837	35.941	219.401.244
<i>Presidente Castelo Branco</i>	155,734	4.775	33.383.181
<i>Santa Fé</i>	276.241	10.436	101.622.585
<i>Sarandi</i>	103,226	82.842	511.009.123
<i>São Jorge do Ivaí</i>	315.088	5.508	111.266.079
Total	5.754.056	689.665	10.379.801.421

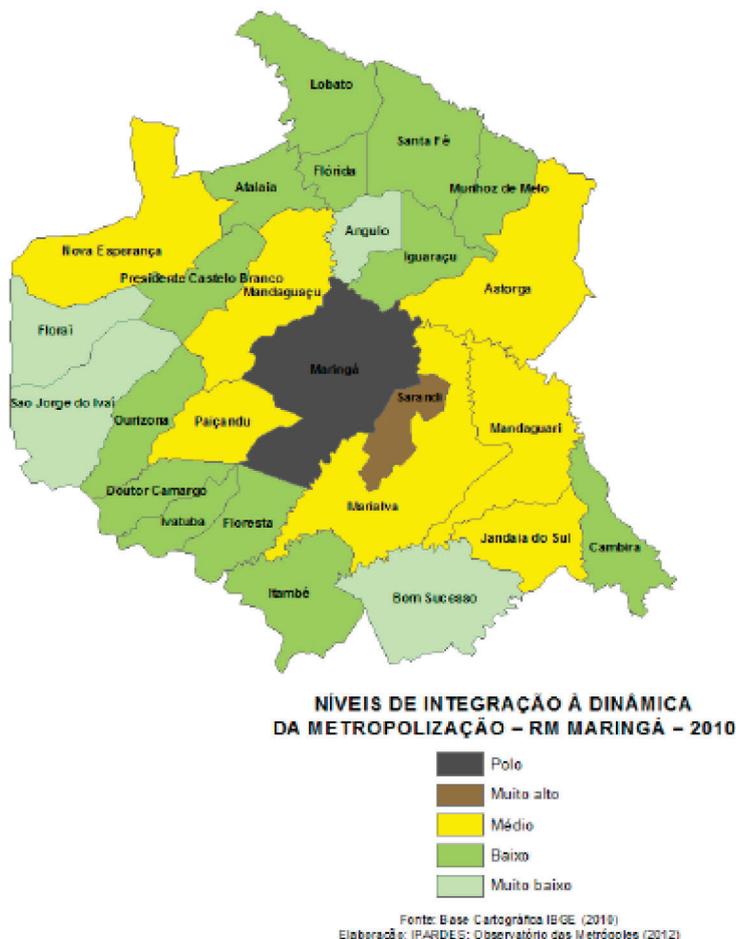
Fonte: IBGE (2008 e 2010)

3 - O território funcional inscrito na região metropolitana de Maringá

A RMM se enquadra na categoria seis (6) da hierarquização metropolitana brasileira, como um espaço de caráter não metropolitano. A maioria dos municípios, 17 ao todo, integrantes da RMM possui níveis baixo ou muito baixo de integração com Maringá (cidade polo). Segundo o Observatório das Metrôpoles (2012), apenas o município de Sarandi possui nível muito alto de integração com a cidade polo. Do universo de vinte e seis (26) municípios, sete (7) possuem nível médio de integração, são eles: Astorga, Jandaia do Sul, Marialva, Mandaguaçu, Mandaguari, Nova Esperança e Paiçandu (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

Ao observarmos a Figura 13.1, percebemos que a dinâmica urbana e econômica integrada se estabelece em apenas nove (9) dos vinte e seis (26) municípios da RM. Isto significa que, embora se trate de uma minoria, há relações de interdependência entre municípios da RMM, principalmente entre Maringá e Sarandi.

Figura 13.1 – Níveis de integração dos municípios da RMM à dinâmica metropolitana brasileira – 2010



Segundo Cintra (2012), os municípios que mais exportam trabalhadores e estudantes para Maringá são Sarandi e Paçandu. No estado do Paraná, o município de Maringá realizou 7,50% do total de mobilidade pendular no estado, é o segundo que mais recebe, diariamente, pessoas para estudar e trabalhar; ficando atrás apenas de Curitiba (35,42%); e na frente de Londrina (5,59%); e de Cascavel (1,91%), outros dois centros regionais de nível II (IBGE, 2010).

Apesar de Maringá se constituir como um polo, com forte centralidade econômica sobre a região, como vimos, não são todos os muni-

cípios da sua Região Metropolitana que possuem forte integração com esta cidade. Estabelece-se a funcionalidade da RM reproduzindo uma cidade metropolitana a partir do recorte que compreende o município de Sarandi, conurbado com Maringá. Em uma segunda perspectiva, esta dinâmica se expande (integração de nível médio) para os municípios que possuem mais de vinte mil habitantes, os quais compreendem cidades dotadas de dinâmicas também urbanas.

3.1 - Organização institucional da Região Metropolitana de Maringá

No âmbito da organização institucional, mais precisamente no que se refere à gestão metropolitana, pela Lei Estadual n° 83/98, a RMM teria um Conselho Deliberativo, formado por cinco membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles escolhido dentre os nomes que figuram em lista tríplice feita pelo Prefeito de Maringá e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana; e um Conselho Consultivo, composto pela representação de cada município integrante desse conjunto e três da sociedade civil. A primeira instância, o Conselho Deliberativo, ficaria, pela legislação, incumbida de elaborar as políticas integradas e de coordenar sua execução; enquanto a segunda, Conselho Consultivo, funcionaria como uma espécie de caixa de ressonância, um espaço mais amplo de debates sobre as propostas de políticas. No entanto, essas instâncias nunca saíram do papel e, em 2007, por ato administrativo do governador, foi criada a Coordenadoria da Região Metropolitana de Maringá (COMEM), hoje dirigida (por meio de Cargo Comissionado) por João Carvalho Pinto, um político pecuarista que já foi chefe da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em Maringá, e Secretário de Indústria e Comércio deste município, bem como presidente da Sociedade Rural.

A Coordenadoria da Região Metropolitana de Maringá tem por objetivo fomentar a integração das políticas públicas dos municípios que participam da RMM. Na atualidade, esta coordenadoria se localiza no prédio do Paraná Cidades, instituição vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU).

Observamos que a COMEM tem uma estrutura muito frágil. Não conta com dotação orçamentária própria nem com um quadro suficiente de técnicos e funcionários, diferentemente da Coordenadoria

Metropolitana de Curitiba (COMEC), constituída como uma autarquia. A COMEM é um departamento composto por um coordenador e pela Secretaria Executiva, os quais fazem, ao mesmo tempo, trabalhos burocráticos, técnicos e de articulação política. Trata-se de uma instância cujo respaldo jurídico e institucional não lhe possibilita atuar com a autoridade que requer a implementação de políticas metropolitanas, falta-lhe autonomia para tomar decisões e autoridade para promover a construção de um “interesse metropolitano”. Desse modo, são muitas as dificuldades em se concretizar as propostas elaboradas no âmbito da COMEM. Sua atuação na proposta de integração dos transportes entre Maringá, Sarandi e Paiçandu ilustra bem essa situação (ATOR 1 COMEM).

A despeito de a Coordenadoria ter em seu portfólio um conjunto de projetos⁸, desde sua criação em 2007, ela teve como pauta principal a integração da tarifa entre as linhas urbanas e metropolitanas, envolvendo os municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu. Esse projeto foi eleito como prioritário pelo seu então coordenador, João Ivo Caleffi, em função dos registros que demonstravam o grande fluxo de pessoas que já transitava entre essas cidades. As administrações de Sarandi e de Paiçandu, com a criação da COMEM, perceberam a oportunidade para colocarem a integração dos transportes na agenda sistêmica (KINGDON, 2006) e, desse modo, enviaram, ainda no início de 2007, comunicações oficiais à Coordenaria solicitando apoio para um projeto daquela natureza (ATORES 1 e 2 COMEM).

Para conduzir o processo de integração dos transportes, a COMEM buscou apoio de segmentos da sociedade civil e das lideranças políticas regionais. Recebeu resposta do Prefeito de Maringá manifestando apoio à proposta, desde que a mesma não onerasse o valor da tarifa urbana na cidade. No mesmo período, também recebeu apoio da AMUSEP; da Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM), que se manifestou em nome dos ganhos que os empresários teriam com a integração, já que arcam com a maior parte do vale transporte dos trabalhadores; da OAB/Maringá, que colocou como condição

⁸ Integração do transporte – Sarandi/Maringá/Paiçandu; Trem de Passageiros – Paiçandu/Ibiporã; Arco Sul – projeto de desenvolvimento econômico integrando Paiçandu/Maringá/Sarandi/Marialva; Poliduto, Infra-estrutura, Pró-cidade – Projeto de Desenvolvimento local; Economia Solidária, Meio Ambiente – Fórum Metropolitano Permanente do Meio Ambiente; Anatel – Integração por ligação local; Contorno de Mandaguari; Pavimentação da Rodovia PR 354; Duplicação de Paiçandu (PR 323) à Rodovia PR 317; “Cinturão Verde” – Hortifruticultura.

o não repasse dos custos do projeto aos usuários de transporte; do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Paraná, que fundamentou seu apoio no fato de que o projeto garantiria direitos inscritos na constituição de ir e vir e diminuiria acidentes de trânsito na região; da Arquidiocese de Maringá; da Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá; do Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Maringá; da Coordenação Sindical Trabalhista de Maringá e Região; e da Associação dos Funcionários da UEM. Em março de 2007, o coordenador da RMM reuniu-se com a Procuradora Regional do Trabalho a fim de buscar apoio. Como resultado, essa instituição ficou de abrir procedimento administrativo para cuidar do assunto (ATOR 1 COMEM).

A COMEM afirmou que a integração pretendida não demandaria nenhum tipo de investimento imediato em obras físicas, pois se buscava a integração via cartão eletrônico, já utilizado nas linhas municipais e intermunicipais em questão. A empresa operadora do serviço condicionou seu apoio ao projeto e ao desenvolvimento de estudos técnicos comprobatórios: que ela mesma não tivesse ônus com a integração. A SEDU ofereceu retaguarda política à proposta, reunindo-se com representantes dos municípios e da empresa, dispondo-se a fazer o estudo técnico do projeto (ATOR 1 COMEM).

A COMEM esperava que até o final de 2007 o projeto estivesse implementado. No entanto, isso não aconteceu porque o Prefeito de Maringá (Silvio Magalhães Barros – PP) não assinou o Termo de Anuência ao Convênio, que seria celebrado entre o Estado, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a Secretária de Estado dos Transportes e os municípios. Dentre os municípios, cabe pontuar que o documento foi assinado pelos então prefeitos de Sarandi (Aparecido Farias Funcionário Spada – PT) e de Paiçandu (Moacyr de Oliveira – PMDB), ambos aliados ao governo do estado e de partidos da oposição ao do então prefeito de Maringá (ATORES 1 e 2 COMEM).

Nesta época, Roberto Requião (PMDB) era o governador do estado do Paraná, oposição ao Prefeito do município de Maringá, Silvio Magalhães Barros (PP). Além de haver esse contexto, de divergência política, vale lembrar outro, a empresa que opera no município de Maringá e as que operam no contexto metropolitano constituem um monopólio, por pertencerem ao mesmo grupo.

Justificando sua posição, o Prefeito de Maringá alegou que o projeto oneraria os usuários desta cidade e, a partir desse argumento, barrou o andamento do mesmo, já que a prefeitura de Maringá tem o controle

sobre a prestadora do serviço público dentro do seu território. Os sujeitos que se mostraram mais interessados na integração foram a COMEM, as prefeituras de Sarandi e Paçandu e a Coordenação Sindical Trabalhista de Maringá e Região, entidade que reúne diversas categorias profissionais. As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Urbano e de Transportes deram aval ao processo. Os mais resistentes ao projeto, e que conseguiram bloquear sua implementação, foram a prefeitura de Maringá e a empresa privada que opera o serviço (ATOR 1 COMEM).

No entanto, em 2013 este projeto de integração enfim se estabeleceu. Há que se considerar o contexto político atual, o qual tem sido mais favorável. Temos, hoje, Beto Richa (PSDB), governador do estado, e Roberto Pupin (PP), prefeito de Maringá, como aliados políticos. Neste referido ano já havia sido aprovada uma política de subsídio de ICMS, por parte do estado, para o transporte público em regiões metropolitanas. Além disso, a sociedade brasileira vivenciou um momento de forte mobilização popular em todo o país, na direção de protestar contra os aumentos do preço dos bilhetes de transporte coletivo em várias cidades. Por conta dessa conjuntura, tivemos em Maringá o movimento que iniciou com o aumento de R\$ 2,50 para R\$ 2,65; seguido da redução para R\$ 2,55 (em decorrência do subsídio de ICMS); e, por fim, resultando na implementação da política de integração com o transporte metropolitano, que liga Maringá às cidades de Sarandi e Paçandu (em decorrência das manifestações) (PSTU, 2003).

É mais correto dizer que o transporte coletivo se encontra parcialmente integrado, haja vista o sujeito que se desloca entre Sarandi e um bairro de Maringá, precisa pagar a metade da passagem no terminal central da cidade polo, para efetivar a conexão. Isto, desde que ele tenha o cartão eletrônico, pois, do contrário, ele precisa pagar nova passagem.

Além das dificuldades de gerenciamento dos interesses municipais em “realidades metropolitanas”, outro conflito que se põe está entre o pensar metropolitano e o pensar a macrorregião. O Governo do Estado do Paraná vem, por meio das Coordenadorias metropolitanas de Maringá e de Londrina, bem como da Coordenadoria da Microrregião de Cascavel, ocupando-se de articular e elaborar, com as lideranças dos principais municípios, planos estratégicos macrorregionais, dotados de caráter e iniciativa empreendedores. O objetivo do governo, com estes planos, é o de promover o desenvolvimento de alguns eixos dinâmicos no interior do estado.

Na região norte/noroeste do Paraná, o Governo do Estado envolveu a COMEM e a COMEL na implementação de um plano de “desenvolvimento econômico macrorregional”. Este plano está expresso no documento “Termo de Pactuação”, o qual envolve o Estado do Paraná e os municípios de Apucarana, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Guaíra, Londrina, Maringá e Umuarama. O termo compromete o Governo de Estado e os municípios com a elaboração de políticas integradas de desenvolvimento para a região pertencente a esses municípios, nas áreas de uso e ocupação do solo, dos transportes e do meio ambiente. Esse termo trabalha com o horizonte de promover políticas de desenvolvimento das potencialidades que se acredita ter o denominado Eixo Norte/Noroeste do estado do Paraná, integrado pelos municípios em questão (ATOR 1 COMEM).

Dialogando com este plano macrorregional estão os seguintes projetos: 1) Trem de Passageiros – Paiçandu/Ibiporã; 2) Arco Sul – projeto de desenvolvimento econômico integrando Paiçandu/Maringá/Sarandi/Marialva; 3) Poliduto; 4) Contorno de Mandaguari; 5) Pavimentação da Rodovia PR 354 e; 6) Duplicação de Paiçandu (PR 323) à Rodovia PR 317 (COMEM, 2013).

Dentre todos os projetos, o Trem Pé Vermelho, um sistema de Veículos Leves sobre Trilho, encontra-se em processo de estudos para implantação no eixo constituído por treze (13) municípios, o qual se estende de Paiçandu, na RM de Maringá, a Ibiporã, na RM de Londrina. Um estudo de viabilidade deste projeto já foi realizado pelas Universidades de Londrina e de Maringá, com indicação favorável. É pertinente lembrar que este projeto retoma o Plano Metronor, o qual, ainda no final da década de 1970, vislumbrou o desenvolvimento de uma metrópole linear, integrando o eixo Maringá-Londrina (CUNHA, 2007).

Na atualidade, deparamo-nos com um eixo urbano (Maringá-Londrina) quase inteiramente conurbado e polarizado por duas (2) cidades e constituído por outras onze (11). Esta ocupação linear ocorreu por meio de processos de loteamentos (ocupação planejada, com vistas a constituir cidades equidistantes 10 quilômetros e também pequenas propriedades rurais no entorno) iniciados na década de 1920, e conduzidos, em um primeiro momento, pela Companhia de Terras Norte do Paraná (de capital inglês) e, após a Segunda Guerra Mundial, por meio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (capital nacional – paulista) (BORGES, 2004). Na década de 1970, com o advento

das criações de regiões metropolitanas no Brasil e por meio da elaboração de Planos de Desenvolvimento Regionais no estado do Paraná, criou-se o Metronor, um plano para constituir uma nova metrópole no Paraná, no norte do estado, integrando as cidades que compõem o referido eixo polarizado por Maringá e por Londrina. Por mais que o território norte central paranaense tenha se subdividido, em 1998, por meio da criação de duas regiões metropolitanas (RM de Londrina e RM de Maringá), os estudos para a construção do sistema de Veículo Leve sobre Trilho (VLT), conhecido como *Trem Pé Vermelho*, têm significado a retomada da perspectiva da leitura territorial anterior – metrópole *linear* –, sendo, esta, concorrente à perspectiva dos *polos* de desenvolvimento que prevalece no recorte de Maringá e Londrina em RMs.

Outros dois projetos, dentre aqueles que constam no site da COMEM, encontram-se em obras. O Contorno de Mandaguari é uma obra conduzida pela Concessionária VIAPAR. Trata-se de uma ação concedida, pelo governo estadual, a este consórcio. Já, a duplicação entre Maringá e Paiçandu está sendo realizada por meio de recursos do Governo do Estado do Paraná. As demais ações, não avançaram da etapa de projeto.

Apesar de estas obras constarem no rol de ações lideradas pela COMEM, não é bem isso que se encontra na prática. Pode-se dizer que a COMEM ainda não se institucionalizou. Estas iniciativas são construídas diretamente entre os governantes municipais, o governo do estado e o governo federal (sendo este o caso do Trem Pé Vermelho); ou em decorrência de legados (não necessariamente positivos, como se verifica com as concessões de rodovias realizadas no governo Jaime Lerner, entre 1995 e 2003); ou ainda como iniciativa do governo do estado, em função de um apelo regional (apoiado pela AMUSEP) constituído como uma narrativa sobre a violência no trânsito, sendo este o caso da duplicação da rodovia entre Maringá e Paiçandu.

Apesar de haver cooperação entre os municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu, no que se refere à integração do transporte público metropolitano, prevalecem os protagonismos do Estado (isenção de ICMS e obras viárias) e da União (recursos para projetos de mobilidade, por meio do PAC 2), nas ações até aqui consideradas, marcando práticas de relações interfederativas. Sobre a concessão de rodovias, não reconhecemos esta ação como política metropolitana, mas sim como uma política de terceirização da administração das obras e da

manutenção das rodovias que constituem o que o então governo Jaime Lerner, do PDT (1995-2003), denominou de Anel de Integração.

Além da COMEM, a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP) pode ser considerada outro espaço de associativismo territorial, inscrito na RMM. Esta associação foi fundada em 29 de março de 1972, com o objetivo de auxiliar no processo de desenvolvimento econômico em um momento de crise, estabelecido pela forte geada que devastou a cultura do café na região, no início da década de 1970 (ATOR 1 CISAMUSEP).

Desde 2001, a AMUSEP passou a atuar como um órgão de planejamento, com o intuito de prestar serviços às prefeituras, por meio de um trabalho desenvolvido em conjunto com a sociedade civil. Também, desde o referido ano, a entidade se ocupa de um recorte microrregional composto por trinta (30) municípios, extrapolando aqueles que integram a RMM. Seu Conselho Gestor é composto por todos os Prefeitos dos trinta (30) municípios integrantes desta microrregião, sendo presidido atualmente pelo Prefeito de Marialva, Edgar Silvestre (PSB). No entanto, ela acaba articulando políticas que envolvem municípios da RMM. Seus objetivos se voltam a ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios associados, promovendo a cooperação e integração entre eles. A AMUSEP tem representação apenas governamental, embora os seus programas (em especial o Pró-Amusep⁹) articulem organizações da sociedade, principalmente as empresariais (CODEM e ACIM) e as universidades da região.

O CISAMUSEP possui forte vínculo com a questão metropolitana. O primeiro consórcio foi criado em 1990, e se chamava Metroplan¹⁰. Na época, houve uma tentativa de criação da Região Metropolitana de Maringá, sem sucesso. O projeto de Lei não foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e a ação não contou com o apoio do governo do estado. Devido a isso, a alternativa encontrada para trabalhar em políticas regionais foi criar um consórcio intermu-

⁹ A criação do Programa de Desenvolvimento da Região da Amusep (Pró-Amusep), em 2003, concretizou o planejamento do desenvolvimento econômico regional, reunindo nestes dez anos, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), o Centro Universitário (Cesumar), a Faculdade Cidade Verde (FCV), Emater, Sebrae, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEM), a Coordenadoria da Região Metropolitana (COMEM), Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

¹⁰ Projeto para promover o desenvolvimento da aglomeração urbana de Maringá, o qual envolvia as cidades de Sarandi, Paçandu e Marialva.

nicipal, com o intuito de promover um plano de desenvolvimento regional (ATOR 2 CISAMUSEP).

Em 1993, ocorreu em Maringá a transição de governo municipal, o então prefeito Ricardo Magalhães Barros (PFL) deixava a prefeitura para Said Felício Ferreira (PMDB) assumi-la. Com a nova gestão, o Metroplan ficou inoperante, porém ainda formalmente constituído. Em 1997, na gestão de Jairo Gianoto (PSDB), houve uma iniciativa de resgatar o Metroplan. Na ocasião, sob a liderança da prefeitura de Maringá, foi criado o CIDERMA (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá), uma reconfiguração do Metroplan. Inicialmente, este consórcio compreendia oito (8) municípios, todos, na atualidade, integrantes da RMM e da AMUSEP, são eles: Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguaçu, Madaguari, Iguaraçu e Ângulo (ATOR 2 CISAMUSEP). Naquele momento, as instituições que lideraram a criação do CIDERMA foram: Prefeitura do Município de Maringá, CODEM e ACIM.

Ainda no início da década de 1990, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) passou a incentivar a criação de consórcios intermunicipais, por enxergar que assim o estado poderia dividir com os municípios o custo para estruturar e administrar o serviço de saúde nas regionais (CRES). O SES auxiliou no processo estruturação da prestação de serviços por meio de recursos monetários, humanos e equipamentos (ATORES 1 e 3 CISAMUSEP).

O Consórcio surgiu devido à necessidade de a população dos pequenos municípios terem acesso a serviços de saúde especializados (problema social). O estado ofertava os serviços para a região por meio do CRE (Centro Regional de Especialidade). Até a Constituição de 1988, a prestação dos serviços de saúde era de responsabilidade dos estados membros. Com o advento da nova Magna Carta, os prefeitos da região de Maringá acreditavam que, havendo uma administração no plano municipal ou regional, o serviço público de saúde poderia ser mais bem prestado (ATORES 1, 2 e 3 CISAMUSEP). Neste momento, a questão entrou na agenda sistêmica (KINGDON, 2006). Como o estado já havia demonstrado interesse de compartilhar a gestão dos CREs com os municípios, não existiu oposição. Pelo contrário, o processo de construção desta parceria estado-municípios se estabeleceu sem conflito. Na ocasião, o estado estava no comando de Jaime Lerner (PDT).

Com vistas à formulação de alternativas, o governo estadual, co-

locando o problema na agenda governamental, por meio do TCE¹¹, inicia o processo de convencer os municípios a criarem consórcios intermunicipais para gerenciar a saúde pública. Na região de Maringá, esta mesma alternativa (criar consórcio intermunicipal) se estabeleceu por meio da AMUSEP (ATORES 2 e 3 CISAMUSEP).

No entanto, antes de esta ação (alternativa) passar a ser trabalhada, em 1994 foi criado o primeiro consórcio de saúde no Paraná, o CISNORPI, na região de Jacarezinho. Com o início das atividades do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1996, o CISNORP passou a contar com o apoio do estado para manutenção dos serviços e disponibilização de materiais e agentes públicos. A partir do CISNORP e do incentivo por parte do estado e do TCE, em 1997, houve expansão do número de consórcios no Paraná. Para auxiliar a constituição dos consórcios intermunicipais no estado, em 1998 foi aprovada a Lei estadual n° 82, regulamentando o decreto 4514/98 sobre consórcios intermunicipais (ATORES 2 e 3 CISAMUSEP).

O Paraná foi o primeiro estado a ter norte jurídico. A partir daí, os consórcios já passaram a adotar o norte da administração pública (concurso público, prestação de contas ao TCE). No começo, era uma atividade comercial, a prestação de contas. No estado foi importante a criação da lei, porque deu o norte jurídico. Mesmo com a lei estadual, os consórcios eram administrativos (ATORES 2 e 3 CISAMUSEP).

Muitos prefeitos não compreendiam a proposta. Depois de um esforço regional, liderado pela AMUSEP, os municípios entraram em consenso. Há que se considerar que esta associação de municípios, naquela época, já se revelava atuante, congregava a participação efetiva da maioria das prefeituras, o que viabilizou a construção de uma ação

¹¹ A geração e a mobilização de conhecimento, estabelecidas junto ao Tribunal de Contas, tiveram como objetivo conhecer sobre como formalizar os gastos e prestar contas por meio da modalidade consórcio. O TCE incentivava a criação de consórcios ao trabalhar, com os municípios, a compreensão dessa modalidade de associativismo intermunicipal e de como se estabeleceria a gestão das contas públicas. Os municípios careciam de esclarecimentos sobre a função. Para trabalhar a alternativa de construir práticas de associativismos intermunicipais para gerenciar a saúde, o TCE promoveu discussões locais (nas regionais), com o intuito de melhor conhecer as condições locais, e também encontros em Curitiba. Com este processo, ocorreu um trabalho de educação compartilhada. O objetivo do TCE foi democratizar e agilizar o processo de prestação de contas (com a implantação do portal eletrônico), por meio da sua aproximação dos municípios e do envolvimento da sociedade no campo do controle externo. O Projeto PAF Social, desenvolvido em dezembro de 2011, é uma das ações que integra esse objetivo (ATORES 2, 3 e 4 CISAMUSEP).

cooperativa, coordenada primeiramente pela própria associação e, em um segundo momento, pelo TCE e pela Secretaria de Estado de Saúde (ATORES 1, 2 e 3 CISAMUSEP).

Foi em 2001, com a extinção do CIDERMA, que se constituiu outro consórcio, agora denominado CISAMUSEP (solução). O estatuto foi consolidado em dezembro de 2001. Em maio de 2002, seis (6) meses depois da constituição do consórcio, o estado firmou um termo de parceria com o consórcio. O CISAMUSEP se estruturava como um consórcio administrativo. A lei do SUS, n° 8080/1990, já sustentava um conceito da modalidade consórcio, mas não o regulamentou. Porém, no estado do Paraná a Lei Complementar 82/1998 orientou a constituição de dezenas de consórcios no início dos anos 2000. Antes, os consórcios eram apenas associações de direito privado.

Desde 2001, os prefeitos dos atuais trinta municípios que integram a AMUSEP enxergavam a possibilidade de se associarem ao consórcio já criado para estruturar um serviço de saúde regional mais amplo, compreendendo todos os municípios da AMUSEP. Além disso, os municípios vislumbravam também firmar parceria com o estado, por meio do consórcio (ATOR 2; ATOR 3).

Desde quando foi criado, o CISAMUSEP é administrado por meio dos Conselhos Diretor e Fiscal, pela Comissão Técnica Consultiva e pela Secretaria Executiva, conforme consta no Quadro 13.2. O Conselho Diretor é o órgão de deliberação do CISAMUSEP, ele é composto pelos prefeitos de todos os municípios integrantes e atualmente é presidido pelo Prefeito de Maringá. De acordo com o Estatuto, a Assembleia Geral é a instância máxima do consórcio, ela é convocada no final de cada ano fiscal com o objetivo de apreciar as contas da Associação e, a cada dois (2) anos, para eleger os Conselhos Diretor e Fiscal (CISAMUSEP, 2001).

Quadro 13.2. Órgãos Administrativos do CISAMUSEP

Órgão	Composição
Conselho Diretor	Todos os prefeitos
Conselho Fiscal	Três (3) membros efetivos e três (3) membros suplentes, todos integrantes do Conselho Diretor, eleitos pela Assembleia Geral.
Comissão Técnica Consultiva	Seis (6) membros indicados: 50% compostos por Secretários Municipais, indicados pelo Conselho Diretor e 50% compostos por representantes do estado, indicados pela Secretaria Estadual de Saúde.
Secretaria Executiva	Um (1) Secretário Executivo, um (1) controlador interno, dois (2) Assessores Executivos, 2 (dois) Assistentes Executivos e pelas Unidades Administrativas de Apoio Técnico (vide Estatuto anexo).

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Estatuto do CISAMUSEPE

Logo de início, as parcerias com o governo do estado e com a União se estabeleceram por meio dos recursos necessários para sustentar a prestação dos serviços públicos de saúde. O estado se comprometeu em sustentar a sede do consórcio, pagando água, luz, telefone e aluguel, e manter os servidores que já se encontravam trabalhando na Centro Regional de Especialidades (CRE), pagando seus salários. Além do CRE, o convênio firmado com o estado assegurou também ao consórcio o recebimento do ônibus saúde, o qual é, em parte, mantido pelo estado: quarenta (40) mil para consultas e cinco (5) mil para manutenção do ônibus (ATOR 2 CISAMUSEP).

A União auxiliou no processo, designando ao consórcio alguns servidores para compor o quadro administrativo, os quais também já estavam lotados no Centro Regional de Especialidades (CRE). No entanto, à medida que eles fossem se aposentando, a reposição caberia ao consórcio (ATORES 2 e 3 CISAMUSEP).

Além de recursos estaduais e federais, alguns servidores públicos municipais (dos municípios de Maringá e Marialva) integraram o consórcio. Porém, enquanto os servidores estaduais e federais recebiam seus salários por meio de suas bases, os salários dos servidores municipais passaram a ser pagos pelo CISAMUSEP. Hoje, no total, são trinta e cinco (35) servidores (6 de Maringá, 1 de Marialva, 11 do Ministério

da Saúde, 1 da FUNASA, 18 do estado do Paraná), dentre eles, alguns médicos (ATOR 3 CISAMUSEP).

Como o CISAMUSEP passou a administrar a regional de saúde, parte dos valores recebidos pelo estado e pela união (o preço público), por meio da Regional de Saúde, é repassada diretamente ao consórcio. O trânsito dos recursos estabelece-se diretamente da regional de saúde (localizada em Maringá) para o CISAMUSEP (também com sede em Maringá) (ATORES 2 e 3 CISAMUSEP).

Além dos recursos que chegam via transferência, o CISAMUSEP é mantido por meio de uma política de rateio (preço público), compartilhada pelos municípios que o integram, e possui um fundo de reserva criado com recursos auferidos com a adesão dos municípios ao Consórcio, haja vista, ao se associar, cada município ter de realizar um pagamento conhecido como “per capita”. Este fundo foi criado para manter o consórcio operante, quando da falta de dinheiro para honrar seus compromissos, como, por exemplo, o de folha de pagamento ou 13° (ATORES 1 e 4 CISAMUSEP).

O fundo é diferente do preço público. O preço público é para manter o consórcio. O fundo é uma espécie de poupança para os momentos críticos. O preço público é de quinze (15) centavos por habitante. Esse é o valor praticado para manter as despesas administrativas (SUS). Em relação ao serviço clínico, é pago o preço da consulta, o valor praticado pela tabela CISAMUSEP, mais uma taxa administrativa de 15%. Este custo é para quando o consórcio envia o paciente para uma clínica particular. Isso ocorre porque o CISAMUSEP, primeiro, paga a clínica e só depois cobra do município a taxa administrativa de 15%. Nesta lógica, o município só paga pelo que propriamente ele gasta.

Observamos que a principal ação da AMUSEP é o CISAMUSEP. Trata-se de um esforço de cooperação entre, principalmente, municípios, mas também entre estes e o estado do Paraná e a União. Sua operacionalização acontece por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Tem-se, com essa experiência, uma ação de cooperação setorial, envolvendo vinte e três (23) do total de vinte e seis (26) municípios integrantes da RMM. Porém, conforme relatado, o CISAMUSEP compreende trinta municípios, ou seja, sete (7) não inscritos na RMM.

Outra iniciativa da AMUSEP, que nos cabe destacar, é a referente à mobilização política na região, com vistas a acessar recursos jun-

to aos demais entes (estado e União). Esta esfera política favoreceu o fortalecimento político-regional. Como já destacado, foi também por meio das ações desta associação que se viabilizou a duplicação da rodovia entre Paiçandu e Maringá. Por meio das experiências lidas, consideramos que a AMUSEP é um núcleo potencial de articulação intersetorial.

Além da existência da COMEM e das ações que partem da AMUSEP, outras experiências de associativismo territorial se destacam na RMM, quais sejam: o Parlamento Metropolitano e dois APLs.

O Parlamento Metropolitano da RMM foi criado no final do ano de 2008, pela iniciativa da Câmara Municipal de Maringá, em resposta à criação da COMEM, mas, até 2012, esta experiência não teve vida ativa. A sua estrutura diretiva engloba todas as câmaras municipais que compõem a RMM. A ideia era que essa instância se tornasse interlocutora privilegiada e efetiva da COMEM, na discussão sobre políticas metropolitanas.

No entanto, desde 2013, a partir da liderança do Presidente da Câmara de Vereadores de Maringá (Ulisses Maia), o Parlamento tem buscado sustentar na agenda a questão da integração dos transportes urbano e metropolitano, para atender outros municípios da RMM, além de Maringá, Sarandi e Paiçandu. Trata-se de uma experiência reemergente, ainda não consolidada como um espaço de formulação de políticas e de fiscalização de ações metropolitanas.

No campo do desenvolvimento econômico, existem dois Arranjos Produtivos Locais (APLs), na RMM, funcionando como instâncias que agrupam setores específicos da economia, com a finalidade de defender interesses produtivos e comerciais. No entanto, o APL de *Software* se limita apenas ao município de Maringá. Já, o APL de Confecção extrapola os limites da Região Metropolitana, pois ele se estabelece na região de Maringá e de Cianorte, constituindo o circuito da moda no Paraná.

Os APLs foram constituídos a partir de políticas dos Governos Federal e Estadual, as quais promoveram apoio técnico e financeiro. Os APLs recebem apoio direto de organizações estaduais e regionais ligadas à Indústria, Comércio e Serviços, tanto federações e sistemas vinculados a empregadores, quanto sindicatos e outras organizações de trabalhadores, assim como de universidades e de alguns municípios da região. No caso do Conselho Gestor do APL de Confecções,

sua constituição integra dezenas de instituições¹², sociais e governamentais (ATOR 1 APL).

O APL de confecção dialoga com as ações de desenvolvimento regionais ou metropolitanas, a partir das políticas lotadas na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação; na Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul; bem como nas secretarias e conselhos de desenvolvimento econômico dos municípios de Maringá e Cianorte. Neste campo, a ACIM e o CODEM são entidades que promovem as ações metropolitanas, por se tratarem de agentes que transitam pela prefeitura de Maringá, pela AMUSEP, pela COMEM e pelos APLs.

Considerações Finais

Iniciando a seção final deste capítulo é pertinente destacar que não existe gestão metropolitana na RMM. No entanto, também é oportuno afirmar que há ações de cooperação intermunicipal e de cooperação interfederativa neste território, tais como as políticas de integração parcial do transporte urbano com o metropolitano, o consórcio público de saúde (CISAMUSEP) e iniciativas com o intuito de promover o desenvolvimento da economia local.

Por mais que as práticas de associativismo territorial não se constituam como ações intersetoriais, ou como políticas transversais, verificamos que o diálogo intergovernamental, quando não reprimido pelas disputas políticas entre a cidade polo e o governo do estado, estabelece-se em diferentes setores liderados pelas mesmas instituições, quais sejam: AMUSEP, CODEM e ACIM.

Constatamos que a instituição mais efetiva é a AMUSEP, principalmente por meio da atuação do CISAMUSEP. Esta experiência fez com que se constituísse uma prática de gestão intergovernamental, estruturada pelo setor de saúde, envolvendo a União, o estado do Pa-

¹² Serviço de apoio às micro e pequenas empresas no Paraná (SEBRAE/PR); Associação Comercial e Industrial de Cianorte (ACIC); Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM); Associação dos Shoppings Atacadistas de Moda de Cianorte (ASAMODA); Associação dos Shoppings Atacadistas de Moda de Maringá (MODAMIX); Prefeitura Municipal de Cianorte (PMC); Prefeitura Municipal de Maringá (PMM); Conselho do Desenvolvimento de Maringá (CODEM); Instituto para o Desenvolvimento Regional de Maringá (IDR); Sindicato da Indústria do Vestuário de Cianorte (SINVESTE); Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá (SINDVEST); Secretaria de Indústria e Comércio de Cianorte; Secretaria de Indústria e Comércio de Maringá; Serviço Social da Indústria, Departamento Regional do Estado do Paraná (SESI/PR); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Regional do Estado do Paraná (SENAI/PR) (PARANÁ, 2006).

raná (via o SUS) e os trinta (30) municípios integrantes do consórcio (membros do Conselho Gestor). Neste caso, a organização institucional se estabelece para além do território metropolitano, deixando apenas três municípios da RMM de fora. Se considerarmos o território funcional, quase todos os municípios que revelam integração de nível muito alto ou de nível médio com Maringá estão inseridos no arranjo institucional, com exceção de Jandaia do Sul.

Quanto a COMEM, verificamos que se trata de um departamento instituído formalmente pelo governo do estado, mas desprovido de institucionalidade de fato. O que se tem de concreto, enquanto ação metropolitana, é a integração parcial do transporte coletivo, envolvendo apenas os municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu. No entanto, este processo foi recentemente construído por meio do protagonismo do município de Maringá e do Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Fazenda, e não da COMEM. Há que se considerar que, entre estes três municípios, impera o monopólio no setor de transportes urbano e metropolitano, diferentemente quando consideramos os demais municípios da RMM, onde uma segunda empresa atua como prestadora do serviço de transporte metropolitano.

Fica evidente que a COMEM permanece no “não lugar” também por não ter consolidado os espaços de representação política e social, por meio da constituição dos Conselhos Consultivo e Deliberativo e também através das Câmaras Técnicas. Sua inserção política e social ocorreu como integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico do município de Maringá (CODEM); no entanto, a COMEM se encontra desprovida de recursos técnicos e políticos para auxiliar na construção de práticas de gestão metropolitana. É pertinente lembrar que a COMEM se constitui por apenas dois cargos comissionados: o de Coordenador e o de Secretaria Executiva.

Além da COMEM, o Parlamento Metropolitano tem buscado se institucionalizar e conquistar legitimidade metropolitana por meio da proposta de ampliação do número de municípios beneficiados pela integração do transporte público. Já, o APL de confecções sempre se ocupou de pensar o desenvolvimento econômico no âmbito macrorregional (liderado pelos sindicatos do setor, pelo CODEM e pela ACIM), envolvendo parte do território metropolitano, haja vista apenas três municípios da RMM deterem suas economias vinculadas à indústria de confecção, quais sejam: Maringá, Sarandi e Paiçandu (ATOR 1 APL).

Considerando as práticas que se inserem no campo das políticas

urbanas, apenas a política de integração parcial do transporte metropolitano foi a que se efetivou (em apenas três dos nove municípios que integram o território funcional). No entanto, na RMM, constatamos outras políticas, inscritas em outros setores, quais sejam: a de tarifa local entre municípios de uma mesma RM (ação nacional, ainda não citada), a qual envolve todos os municípios da RMM; e a de Saúde, operacionalizada por meio de consórcio público intermunicipal, a qual compreende vinte e três (23) dos vinte e seis (26) municípios da RMM.

Além dessas políticas, vinculadas a diferentes ações de associativismo territorial, é pertinente destacar que na RMM estão inscritas outras três na modalidade comitê de bacia hidrográfica. No entanto, apenas o Comitê de Bacia do Rio Pirapó (CBRP) possui sede nesta RM. Por mais que este comitê esteja legalmente constituído, ele se revela inoperante. Ainda não existe diálogo entre o Plano da referida bacia (o qual ainda não se encontra concluído) e o pensar sobre o uso e a ocupação do solo metropolitano, o que fica ainda mais distante ao considerarmos que a Bacia do Rio Pirapó compreende apenas a terça parte do território metropolitano (GAGG, no prelo).

Como se verifica, o território funcional é parcialmente gerido por meio do CISAMUSEP e da política de mobilidade urbana. As cidades que estão contempladas por todas as ações de associativismo territorial existentes na RMM são: Maringá, Sarandi e Paçandu. O município de Jandaia do Sul, por não se constituir como membro da AMUSEP, apenas compartilha com o polo o serviço de tarifa telefônica local.

Para encerrar, observamos que os setores empresariais mais organizados na RMM vêm monopolizando a legitimidade para falar em nome do interesse metropolitano. Eles estão representados por uma rede de organizações que mantêm vínculos variados entre si. Nessa rede, a ACIM e o CODEM têm funcionado como importantes “nós”, fomentando a criação de espaços – institucionalizados ou não – para a negociação e a representação dos interesses que envolvem as atividades comerciais, empresariais ou do agronegócio na região. E é por referência a tais interesses que o interesse metropolitano vem ganhando algum significado. Como exemplo, enquanto o Conselho dos Transportes, uma iniciativa liderada pela COMEM no momento de sua criação (ainda em 2007), não saiu do papel, o Conselho Metropolitano de Segurança, iniciativa da ACIM e do CODEM, é uma realidade na região. Esse Conselho foi formado na medida da constatação de que os crimes e a violência, com índices crescentes em Maringá, eram prati-

cados, na maioria das ocorrências, por moradores das cidades vizinhas (principalmente de Sarandi e de Paçandu).

Considerando os fatores que limitam as ações de gestão e de governança metropolitana, podemos afirmar que na RMM os que prevalecem são: 1) Segmentação de políticas e não há constituição de ações intersetoriais; 2) Ausência de legitimidade do órgão metropolitano (Governo do Estado); 3) Cooperação intergovernamental tímida; 4) Desconfiguração metropolitana (território funcional) devido ao excesso de municípios e aos Planos Macrorregionais; e, 5) Não há Planos Diretores integrados. No entanto, podemos sinalizar como avanços, no sentido da construção de práticas de gestão metropolitana, como as seguintes iniciativas: 1) Cooperação intergovernamental tímida – subsídio de ICMS para o transporte; 2) Cooperação intermunicipal e intergovernamental (via SUS), estabelecida em um setor (CISAMUSEP) e apenas parcial, no que se refere ao transporte; 3) Identidade e vantagem competitiva, por se tratar da constituição de um polo de moda por meio do APL de confecção; 4) Reconhecimento do território metropolitano por meio do Parlamento da RMM, o qual tem demandado a inclusão de mais municípios como beneficiários da integração do transporte metropolitano.

Referências

- ABRUCIO, Fernando Luiz; SANO, Hironobu.; SYDOW, Cristina., T. (Org.) (2010). “Radiografia do associativismo territorial brasileiro: tendências, desafios e impactos sobre as regiões metropolitanas.” *In*: KLINK, J. (Org.) Governança das metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas. São Paulo, Annablume, pp. 21-48.
- ALVES, M. A.; BLIKSTEIN, I. (2006). “Análise da narrativa.” *In*: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo, Saraiva.
- AZEVEDO, Sérgio de; GUIA, Virgínia Rennó dos M. (2004). Relatório de pesquisa eficácia da gestão metropolitana: Gestão Metropolitana e Consorciamentos Intermunicipais: Arranjos institucionais tradicionais e recentes.
- Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Lei Complementar n. 83/1998.
- BEST, Nina J. (2011). Cooperação e Multi-level Governance: o caso do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo.
- BORGES, W. A (2004). A periferia decorrente da mobilidade centrada

no trabalho: a questão no aglomerado urbano de Maringá. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

BORJA, J.; CASTELLS, M. (1997). Local e global: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid, Taurus.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (2003). Plano Plurianual 2004-2007: mensagem presidencial/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Brasília, MP.

BRASIL (1974). Constituição da República Federativa do Brasil.

CINTRA, A. P. de U.; DELGADO, P.; MOURA, R. (2012). Dossiê: população, mobilidade e arranjos espaciais no censo de 2010. Mobilidades pendulares no Paraná. Caderno IPARDES. Curitiba, PR, ISSN 2236-8248, v.2, n.2, pp. 15-31, jul./dez.

COMEM, (2008) Dossiê sobre o processo de integração do transporte público entre Maringá, Sarandi e Paiçandu. Maringá, COMEM.

CUNHA, Fábio C. A. da. (2007). Metronor – Metrôpole Linear Norte do Paraná: Um Resgate do Planejamento Regional no Norte do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. Geografia. v. 16, n. 1, jan./jun.

GAGG, Maíra (2013). A política de recursos hídricos no estado do Paraná: um estudo da implementação dos Comitês de Bacias hidrográficas. Dissertação em processo de defesa. Londrina, UEL.

GARSON, Sol (2009). Regiões Metropolitanas: por que não cooperam? Rio de Janeiro, Letra Capital; Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, PUC.

GERGEN, K. (1997). Realities and relationships! soundings in social construction. Cambridge, Harvard University Press.

GERGEN, K (2009). An invitation to social construction. 2. ed. Los Angeles, Sage Publications.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (2003). Termo de Anuência ao Convênio a ser Celebrado entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi. Curitiba, SEDU, 2008.

HOOGHE, Lisbet, MARKS, Gary (). Unravelling the Central State, but how? Types of Multi-level Governance. American Political Science Review, v. 97, no.2, p. 233-243, maio.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2007). Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro, IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro, IBGE.

KINGDON, John (2006). “Juntando as coisas”. *In*: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Org.) Políticas Públicas: coletânea. Brasília, DF: ENAP, v. 1.

KLINK, J. (2008). “Recent perspectives on metropolitan organization, functions, and governance”. *In*: ROJAS, E.; CUADRADO-ROURA, J. R. e FERNANDEZ GÜELL, J. M. Governing the Metropolis. Principles and Cases. IADB and Harvard University, Washington DC and Cambridge, Mass.

KLINK, J. (2010). “A construção de novas governanças para as áreas metropolitanas: o cenário brasileiro”. *In*: MAGALHÃES, F.. Regiões Metropolitanas no Brasil. New York, Fernanda Magalhães Ed, 2010.

KLINK, J. (2010a). A reestruturação produtiva-territorial e a emergência de uma nova agenda metropolitana: o panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro. *In*: KLINK, J. (Org.). Governança das metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas. São Paulo, Annablume.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Censo 2010. Rio de Janeiro, IBGE.

ÍÑIGUEZ, Lupicio (2002). “Construcionismo Social e Psicologia Social”. *In*: MARTINS, João B., HAMMOUTI, Nour-Din El, ÍÑIGUEZ, L. Temas em análise institucional e em construcionismo social. São Carlos, RIMA. pp. 127-156.

LEFÈVRE, C. (2004). Paris et les grandes agglomérations occidentales: comparaison des modèles de gouvernance – Barcelone, Berlin, Lisbonne, Londres, Madrid, Manchester, Milan, Montréal, Rome, Stuttgart, Toronto, Paris. Disponível em : <<http://www.paris.fr/portail/accueil/>>. Acesso em: 05 mar 2012.

LEFÈVRE, C. (2009). Governar as metrópoles: questões, desafios e limitações para a constituição de novos territórios políticos. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 299-317.

LOSADA, P. R. (2010). “Potencialidades da cooperação intergovernamental para a gestão das regiões metropolitanas do Brasil”. *In*: MAGALHÃES, F. Regiões Metropolitanas no Brasil. New York, Fernanda Magalhães Ed.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2009). Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias: relatório da atividade 1. S.I., 2004. Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Contrato Ministério das Cidades, FASE. Trabalho realizado por IPPUR, FASE, IPARDES. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf>. Acesso em: 20, março, 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2012). Níveis de integração dos municípios brasileiros e RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. Convênio entre INCT/CNPq/CAPES/FAPERJ. Rio de Janeiro.

- PARANÁ (1998). Lei Complementar Estadual nº 82/98. (Dispõe sobre a criação e implantação de Consórcio Intermunicipal relacionado com a prestação de serviços públicos de interesse comum, nas funções, áreas e setores que especifica).
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (2004). A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. *In: RIBEIRO, L. C. de Queiroz (Org.). Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro, FASE. pp. 17-40.
- SOUZA, Celina (2003). Regiões Metropolitanas: Condicionantes do regime político. *In: Lua Nova*, n. 53.
- SPINK, Peter K. (2003). Pesquisa de campo em Psicologia Social: Uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, pp. 18-42.
- SPINK, Peter K. (2009). The inter-municipal consortia in Brazil: an institutional introduction. *In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD ()*. Anais... Santiago. v. 1. pp. 1-13.
- SPINK, Peter K.; TEIXEIRA Marco Antônio e CLEMENTE, Roberta. (2009). Governança, governo ou gestão: o caminho das ações metropolitanas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 453-476, jul/dez.
- SPINK, Peter K. (2011). Cooperação e Governança Interjurisdicional: conceitos em discussão. *Cadernos ADENAUER*, São Paulo, v. 12, pp. 13-30.
- STEIN, Michael; TURKEWITSCH, Lisa (2008). The Concept of Multi-level Governance in Studies of Federalism. *In: INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION (IPSA) INTERNATIONAL CONFERENCE "INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE: New Theoretical and Regional Perspectives"*, 2 Maio, 2008, Montreal. Anais, Montreal, IPSA.

Conclusão

*Ana Lúcia Rodrigues
Paulo Roberto de Souza*

A fundação e a ocupação do território que hoje constitui a Região Metropolitana de Maringá por uma companhia privada determinaram, desde o início, o papel central do mercado sobrepondo-se ao do Estado. O reflexo principal dessa incompatibilidade está na não cooperação entre os agentes da economia e os da sociedade, sendo que esta depende da frágil redistribuição institucional e ainda sofre pela falta de coesão/integração e de reciprocidade interpessoal, a qual existe só na esfera das trocas mercantis. Este distanciamento planejado das dinâmicas de cooperação e dos modos de interação social traz consequências profundas na formação da territorialidade metropolitana, como se pôde evidenciar em todos os temas tratados neste livro, as quais vão além da visível espacialidade do tipo centro-periferia e chegam ao campo mais obscuro da especulação imobiliária e do clientelismo político.

Assim sendo, os estudos que compõem este livro buscaram demonstrar, implícita ou explicitamente, sob vários aspectos, como os interesses comuns dessa territorialidade metropolitana são substituídos por interesses particulares ditados principalmente por agentes econômicos, os quais alimentam processos de fragmentação do tecido social e também do território metropolitano, tornado, muitas vezes, ingovernável. O processo de mercantilização da cidade nas mãos do mercado imobiliário, um dos principais parceiros do poder liberal, aquele que implanta a agenda neoliberal, cria uma situação em que a territorialidade vai se polarizando, concentrando a população de baixa renda nas regiões periféricas mais afastadas das áreas centrais, enquanto estas são ocupadas principalmente pelas classes altas, circundadas pelas médias. Efetivamente, na sociedade capitalista, o acesso aos recursos é determinado pelo mercado, mas, no caso dos controles de preço de terras no espaço urbano, os grupos sociais dependentes de regime de bem-estar convivem com a fragilidade da redistribuição, o que os força a “optar” ou improvisar soluções de moradia longe da infraestrutura básica. Neste sentido, os arranjos metropolitanos na RMM mantêm a

hierarquia territorial dos demais aglomerados urbanos do capitalismo periférico, reproduzindo as mesmas desigualdades sociais observadas nestes; da mesma forma como as metrópoles liberais periféricas são sub-centros que reproduzem as desigualdades essenciais da economia mundial.

A primeira parte deste livro se insere na Linha 1 do projeto INC-T-Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia-Observatório das Metrópoles e aborda o eixo temático das dinâmicas de metropolização, relativas aos processos de inserção na rede urbana, demografia e economia. Pela análise empreendida vimos como a Região Metropolitana de Maringá privilegia o município-polo, em relação aos demais municípios periféricos que a compõem, referindo-se ao fato de que Maringá reúne as melhores condições econômicas, intelectuais e sociais. Este privilégio assegura para o polo recursos superiores nos investimentos em infraestrutura, além de atrair o capital nacional e estrangeiro. Este é um sinal de que há uma hierarquização do poder na RMM e, por consequência, reprodução de efeitos negativos na sua organização socioespacial, confirmando uma tendência do liberalismo periférico fundado na configuração da espacialidade em núcleos superiores, que centraliza a administração e a economia, e em periferias, para onde são empurrados os trabalhadores e a pobreza em geral. O liberalismo periférico da região foi definido desde a ocupação, realizada por companhia privada, no sentido de liberar os elementos que demandam a mercantilização como propulsora da economia. Nesse momento, os municípios aderiram ao sistema nacional de produção de café, e, com o tempo, a decadência dessa produção, consolida o perfil dos polos, como Maringá e Londrina, com funções especializadas nos serviços, no comércio e na indústria. Assim, o processo que conformou o território da Região Metropolitana de Maringá resultou na concentração da população e das políticas federais de incentivo e subsídio para o polo, mas não beneficiou da mesma forma os demais municípios incluídos neste mesmo território, que ficaram esvaziados e isolados politicamente. O efeito mais visível dessa política foi o contraste da autonomia municipal do polo, em transferências governamentais, na relação com os municípios vizinhos que passaram a depender dele.

Destaca-se que as características de cada município da RMM também se diferenciam de acordo com níveis de sua integração na dinâmica de metropolização brasileira, ou seja, enquanto o polo tem sua base de riqueza no setor terciário; os municípios do entorno de muito alta ou

média integração ao fenômeno metropolitano nacional têm base na indústria; ao passo que os de baixa ou muito baixa integração sobrevivem com base no setor primário. Neste contexto, a maioria dos municípios fundados no setor primário perde população por falta de emprego; o polo, pelo contrário, atrai população por concentrar os mais atrativos postos de trabalho; no entanto, é principalmente o município de Sarandi, de muito alta integração, que de fato recebe a maioria da população pobre que é atraída pelas chances de emprego no polo, pois o mercado imobiliário força o contingente de trabalhadores sem especialização a migrar para as áreas populares das periferias. Em síntese, esta situação converge para a conclusão principal, a de que a inserção na territorialidade metropolitana maringaense desses municípios de pouca integração à metropolização do país não traz vantagens para eles, pois esta manobra visa apenas obter recursos federais e estaduais para o polo, gerando resultados “pífios sob o ponto de vista de melhoria econômica e social”. Observa-se nas dinâmicas da região e no papel que este lugar cumpre na rede urbana brasileira, uma reprodução da lógica da neoliberalização que opera, desde seu nascedouro, na linha pró-mercado.

A análise da dinâmica demográfica mostra que as tendências demográficas manifestadas no Paraná e no Brasil são reproduzidas na Região Metropolitana de Maringá, na qual também ocorre a queda nos índices de fecundidade, que desde o ano 2000 está abaixo do nível de reposição, ocasionando a diminuição da taxa de crescimento populacional. Entretanto, na análise da migração, o aspecto da diminuição é relativo, uma vez que algumas cidades periféricas apresentam saldos migratórios negativos, perdendo principalmente a população em idade ativa e resultando no envelhecimento da estrutura populacional; mas nos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu os principais processos migratórios ainda influenciam o crescimento da Região e a queda na média de idade da população. Mesmo assim, na última década, ocorreu no município-polo o mesmo que em todos os demais polos das RMs brasileiras, ou seja, houve diminuição nas taxas de crescimento, de fecundidade e na taxa líquida migratória; ainda que Maringá tenha apresentado a maior taxa de crescimento e a maior taxa líquida migratória entre todos os polos. Dessa forma, o que diferencia a RMM das demais RMs é a manutenção da dinâmica demográfica fortemente influenciada por seu polo e pelos municípios mais populosos, principalmente aqueles localizados em sua Área de Concentração de População (ACP) que são servidos, inclusive por sistema viário complexo com

rodovias duplicadas, Sarandi e Paiçandu.

No estudo da estrutura econômico-produtiva e do mercado de trabalho, se apresentaram dados do processo produtivo e da massa salarial na RMM que confirmam a configuração de um espaço polarizado pela concentração de população, e das atividades econômicas, principalmente o comércio, os serviços e a indústria, nos municípios de Maringá e Sarandi. A diferença fundamental entre estes dois municípios é que Sarandi apresenta maior percentual de pessoas sem rendimento e sua renda *per capita* está muito abaixo dos demais municípios com níveis, também mais baixos de integração à metropolização nacional; característica não presente em Maringá na comparação com os demais municípios da RMM. Uma das explicações para isto é que os municípios de muito baixa, baixa e média integração à dinâmica metropolitana nacional têm maior participação do setor agropecuário e do setor público; enquanto Sarandi, tal como Paiçandu, caracteriza-se como da moradia força de trabalho menos qualificada utilizada como mão de obra no município-polo, que se prevalece de uma acumulação predatória para o aumento da renda domiciliar de pessoas com ocupações de maior qualificação e remuneração. Diante disso, percebe-se que a polarização maior na RMM está em sua área central, entre os três municípios da ACP, área na qual são exercidas duas forças contrárias, a força centrípeta de atração e a força centrífuga de repulsão; ou, em outras palavras, Maringá atrai a população trabalhadora da circunvizinhança ao polarizar as oportunidades de trabalho; mas, por outro lado, repele a população trabalhadora para as periferias por conta de sua histórica política socioespacial (ver capítulo 4) associada à especulação imobiliária. Esta conjuntura exige a implantação de ações dinâmicas que possibilitem incrementos na estrutura econômico-produtiva e que sejam originadas no interior dessa área analisada, visto que ainda não há uma coordenação econômica, social e institucional metropolitana voltada a projetos conjuntos de crescimento e desenvolvimento metropolitano. As autoras finalizam afirmando que existe uma multiplicidade de situações convivendo nesses territórios formados por municípios desiguais, em termos de demanda por serviço público, por isso mesmo são necessárias políticas metropolitanas locais – dependentes de inexistentes marcos regulatórios de caráter nacional – que levem em conta esse fato, e só assim poderá ser enfrentado o desafio de solucionar problemas econômicos comuns a todos eles.

Analisadas as dinâmicas de metropolização, a inserção da região

na rede urbana brasileira, sua população e sua economia, é possível afirmar que se mantém a hierarquia socioespacial observada nos aglomerados urbanos com funções metropolitanas, de maneira mais explícita nos três municípios centrais, Maringá, polo; Sarandi, de muito alta integração na dinâmica metropolitana nacional; e Paiçandu, de média integração. Os demais municípios têm relativa independência com o polo, pois a maioria é fundada no agronegócio e, portanto, não é área de moradia da mão de obra que se desloque ao polo para trabalhar. No entanto, nos últimos 20 anos houve, sim, deslocamento migratório das cidades agrícolas para o polo, e foi neste sentido que se verificou a diversificação do processo de metropolização da RMM, em função da nova etapa da integração da economia nacional. Ou seja, houve desconcentração das pequenas cidades agrícolas e não apenas as da RMM; e houve concentração do município-polo de pessoas vindas não apenas dessas pequenas cidades, mas também de outros estados e de outros países. Os arranjos metropolitanos são muito parecidos com os das grandes metrópoles brasileiras, ou seja, não há nada de novo, a concentração ocorre no núcleo, onde o mercado imobiliário reserva a vizinhança das atividades produtivas com os moradores das tipologias socioespaciais superior e média; e, conforme ocorre a dispersão espacial na direção das periferias vão aparecendo as tipologias populares, operárias e agrícolas.

A segunda parte deste livro pertence à linha de pesquisa 2 do referido projeto e aborda o eixo temático da integração/exclusão na Região Metropolitana de Maringá. A primeira análise é um referencial para alguns outros capítulos desta seção, pois descreve e explica a estrutura e a organização social do território da RMM procurando identificar os seus processos históricos que se consolidaram com a crise do modelo de substituição de importação vivida pelo país após a década de 1980. A manutenção do processo de mercantilização da cidade e da região, iniciada desde sua fundação, beneficiou-se da concordância com o modelo de uma cidade polo comandando o território, acirrando ainda mais o processo de segregação característica desta região. Observa-se a subordinação da territorialidade aos interesses mercantis pelo privilégio dado aos investimentos em áreas de expansão voltados às elites econômicas; tanto quanto pela desordem da institucionalização da região metropolitana, que não possui uma autoridade política capaz de legitimar as demandas do âmbito regional, as quais se mantêm fora da agenda pública. Da mesma forma, o desenvolvimento de

cada município fica prejudicado pela falta de associação na busca de soluções para os problemas de fornecimento de bens públicos básicos, como a gestão de resíduos sólidos e os projetos de mobilidade intermunicipal, serviços de interesse comum e que não podem ser realizados num regime de competição mercantilista entre municípios. Os autores concluem que o desenvolvimento da região está fundado no crescimento da população que tenha com que pagar, dos solváveis como os profissionais de nível superior, ou os segmentos das classes altas (dominantes) e os moradores das áreas de tipo Superior Médio e Médio, exclusivas do município-polo. Esse processo de segregação mantém-se e reproduz a histórica ocupação espacial voltada à especulação imobiliária do solo, própria de um desenvolvimento urbano capitalista que privilegia a acumulação privada da riqueza.

Pode-se dizer que a ordem urbana regional se mantém inalterada no que concerne à histórica orientação dada pela lógica patrimonialista e que, portanto, os elementos de integração econômica e social presentes não são robustos e duradouros, pois nessa região, protagonizados pelo mercado – sustentado pelo Estado – e sempre baseados na “pequena política”, um termo utilizado por Filgueiras (2007) para se referir às alianças e aos acordos, realizados nos gabinetes, fora das instâncias e dos debates públicos.

Na sequência para caracterizar mais especificamente a estrutura social da região por meio de diversos aspectos, são analisadas as dinâmicas demográficas por meio de dois componentes deste tema, o da mobilidade espacial e o da migração.

Procurou-se entender a organização social na relação com os processos de mobilidade espacial da população e com os fluxos migratórios delineados pelas transformações da sociedade, pelos modelos econômicos e pelas atividades produtivas na RMM. A inserção da Região Metropolitana de Maringá na dinâmica da economia brasileira, abordada historicamente desde a criação da cidade pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), em 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari, tendo o papel específico de ser polo econômico regional. Teve, no início base econômica no café; no entanto, a década seguinte presenciou a modernização do campo e novos fluxos migratórios, ampliados com a Grande Geada (1975) que destruiu a lavoura cafeeira, que foi substituída por plantações de soja e trigo. Esta modernização agrícola desencadeou, na região de Maringá, o processo de industrialização e colaborou com o crescimento acele-

rado da população do seu aglomerado urbano. O início da década de 1980 foi outro período de intensa migração do campo para cidade, engrossando agora as periferias, Sarandi e Paiçandu, reservatórios de mão de obra dos homens “móveis” que, sem qualificação, procuram no centro hegemônico um emprego sazonal e precário. Este movimento acelerou o processo de conurbação e a formação metropolitana de Maringá. E foi neste período que o ideário neoliberal estimulou, em nível nacional, a concorrência entre as localidades para a atração de investimentos privados, passando a vigorar a lógica da sobrevivência das localidades mais aptas a receber os investimentos. Esta mesma década experimentou uma estagnação econômica, provocando a redução das migrações inter-regionais e acelerando o crescimento demográfico e econômico das cidades médias do Centro-Sul, inclusive da Região Metropolitana de Maringá, que teve um ritmo de crescimento acima da média nacional.

A década de 1990 conheceu outro movimento populacional, mais de dois milhões de brasileiros deixaram o país com destinos diversos; e muitos maringaenses tiveram como destino o Japão, alguns eram jovens com dupla cidadania que desejavam migrar para trabalhar e ajudar suas famílias aqui. Nos anos 2000, ocorreram os primeiros retornos de paranaenses, bem como de outros grupos migratórios, atraídos pelas novas indústrias na RMM, que foi o terceiro maior aglomerado regional metropolitano a receber esses migrantes. Um dos fatores de atração de migrantes é a economia de Maringá, calcada principalmente no setor de serviços, na indústria de confecções, na construção civil e no setor alimentício, atividades dirigidas aos importantes centros do país, por rodovias e pelo aeroporto, mobilizando mão de obra de diversas origens e qualificações. O fato de RMM ser um polo universitário também estimula a migração de estudantes universitários, oriundos de outras regiões do Paraná e Estados brasileiros e que se mantêm na cidade, mesmo após o término da graduação. O retorno dos brasileiros para seu território de origem iniciou-se com a crise econômica internacional, quando os mercados econômicos da Europa deixaram de oferecer atrativos na primeira década do século XXI; além disso, outros migrantes vieram para a região de Maringá oriundos de metrópoles nacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo, afugentados pela violência urbana, congestionamentos, péssima qualidade de vida e um menor índice de absorção de mão de obra. Nem todos os municípios da RMM tiveram saldo migratório significativo e, quando se analisa

o destino de residência segundo a tipologia socioespacial da região, observa-se que boa parte dos migrantes, em Maringá, reside nas áreas do tipo *Superior Médio* e do *Médio*, são moradores que trabalham com ocupações médias, intelectuais, empregadores e dirigentes. Já os migrantes que se destinam para os municípios de Sarandi e Paçandu, ou de Marialva e Astorga, são os migrantes voltados para o trabalho de menor escolarização, pior remuneração e, portanto, de renda baixa. São estes migrantes que vão engrossar, na dinâmica urbana, a mobilidade pendular, pois eles ocupam as cidades periféricas e trabalham na cidade polo do aglomerado urbano, Maringá.

Por meio do estudo da relação entre a estrutura social do território da RMM e as desigualdades educacionais, ou seja, da identificação do chamado efeito território sobre as oportunidades escolares, buscou-se saber como a configuração socioeconômica territorial influencia nas desigualdades escolares e na estrutura educacional. É preciso entender as questões sociais a partir da vulnerabilidade criada pela falta de políticas sociais e pela concentração das oportunidades na cidade polo, para verificar se a educação também está à mercê do mercado de trabalho competitivo. Na RMM ocorre uma clara concentração de oportunidades educacionais nos municípios de maior população, Maringá a cidade polo, Paçandu e Sarandi, onde 55% das escolas estão localizadas. Além disso, a cidade polo concentra também os melhores indicadores educacionais, por meio dos resultados dos processos federais de avaliação que constituem os melhores da região.

A desigualdade social e a segregação espacial se sobrepõem sobre vários aspectos no território da Região Metropolitana de Maringá que incidem também nas oportunidades educacionais. Por exemplo, quanto aos níveis de instrução Superior completo, foi possível constatar na pesquisa realizada a existência de extremos convivendo em territórios muito próximos: o mais alto índice que corresponde a 43,5% da população moradora se concentra em áreas centrais da cidade polo, e em oposição, três áreas do município de Sarandi apresentam apenas 0,7% da população com nível superior completo. Ou seja, nos territórios dos tipos Superior médio e Médio estão os maiores índices de pessoas com escolaridade superior completa e, também com faixas de renda mais elevadas. As análises realizadas visando a identificação do chamado efeito território sobre as oportunidades escolares identificou correlação entre a estrutura socioeconômica do território da RMM, e o padrão de desigualdades educacionais nele presentes.

No mesmo sentido anterior também se desenvolve uma análise relativa à organização social do território e as desigualdades sociais relativas às oportunidades do mercado de trabalho. O estudo mostra as evidências da relação entre a organização social do território da RMM e suas dinâmicas de segmentação e segregação e as tendências da reprodução das desigualdades relativas às estruturas de oportunidades do mercado de trabalho nessa região metropolitana, no período 2000-2010.

Além de confirmar a importância da tipologia socioespacial da Rede Observatório das Metrôpoles para análise das desigualdades sociais, mostra que existem desigualdades sociais nas estruturas de oportunidades do mercado de trabalho, nas três dimensões analisadas: desemprego, fragilidade ocupacional e rendimento. Além disso, o estudo mostra que essas desigualdades estão relacionadas com a organização social do território, o que equivale a dizer: o território (local de moradia) é fator determinante do aumento do risco de desemprego e de fragilidade ocupacional, e do rendimento das pessoas ocupadas nessa região metropolitana.

Com base na tipologia socioespacial, o estudo mostra também que há variação no modo pelo qual essas desigualdades se expressam. A taxa média do desemprego verificada no início da década (2000) era muito elevada (12,6%), refletindo-se os efeitos da política macroeconômica adotada no esforço de inserção do país na seara da globalização, sob o viés do neoliberalismo. Com base na tipologia socioespacial, constata-se que as taxas de desemprego mais elevadas foram verificadas no tipo *Operário popular* (15,8%) e no tipo *Operário popular agrícola* (13,8%), onde está concentrada a população em situação de baixo volume de capital e de isolamento social. A menor taxa de desemprego foi verificada para as pessoas que residem nos tipos superiores, onde se concentra a população que detém alto volume de capital econômico ou intelectual. No tipo *Superior médio*, a taxa de desemprego foi de 8,6%, muito abaixo da taxa média da ACPM Maringá (12,6%) e quase metade da taxa verificada no tipo *Operário popular* (15,8%). No tipo *Agrícola*, a taxa de desemprego é de 10,2%; embora muito elevada, essa taxa chama a atenção porque é menor do que a taxa média da ACP Maringá, e menor, também, do que a taxa do tipo *Médio* (11,6%); além disso, essa taxa é a que mais se aproxima da taxa do tipo *Superior médio* (8,6%). O mesmo comportamento é verificado nas oportunidades do mercado de trabalho relativas à qualidade do vínculo ocupacio-

nal, pois na análise da tipologia socioespacial constata-se que, assim como ocorreu com o desemprego, a distribuição da taxa de fragilidade entre os ocupados revela o modo pelo qual as desigualdades se expressam. No ano 2000, a maior taxa média de fragilidade ocupacional ocorreu no tipo socioespacial *Agrícola* (45%), seguido do tipo *Operário popular* (44,4%) e *Operário popular agrícola* (42,6%). Nesses três tipos está concentrada a população detentora do menor volume de capital. Nos tipos superiores, onde está concentrada a população detentora do maior volume de capital, a taxa média de fragilidade ocupacional é menor do que nos tipos inferiores; no tipo *Médio*, a taxa média foi de 35,7%; já no tipo *Superior Médio* a taxa média foi de 23,6%. Bem se vê que a taxa média de fragilidade ocupacional no tipo *Operário popular agrícola* é praticamente o dobro dessa taxa no tipo *Superior médio*. E essa pode ser considerada a dimensão do fosso que separa os trabalhadores residentes nos tipos inferiores dos que residem nos tipos superiores. Portanto, há relação entre a organização social do território e a desigualdade no mercado de trabalho relativo à fragilidade ocupacional, na ACP Maringá, no ano 2000.

O estudo mostra que, de um modo geral, assim como ocorreu em relação ao desemprego e à fragilidade ocupacional, estrutura da renda repete o padrão de organização social do território, com a concentração das rendas mais elevadas nos tipos superiores e a concentração das rendas mais baixas nos tipos inferiores da hierarquia social.

A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto da mesma na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu foi objeto de um estudo bastante detalhado que demonstra a manutenção da lógica privada impressa pela empresa inglesa, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, que desde a gênese da região e da cidade polo resulta da parceria entre o Estado e o mercado. Evidencia que a partir da década de 1960, Maringá atraiu grande número de moradores, sendo os de menor renda instalados em conjuntos habitacionais implantados nas bordas da cidade; nas décadas seguintes, sucessivas ampliações do perímetro urbano foram realizadas, deixando grandes vazios para especulação, elevando a fragmentação e valorizando de forma desigual o solo urbano. Enquanto a maioria das grandes cidades do país via florescer a favelização, em Maringá ela foi erradicada de forma peculiar: entre 1973 e 1988 foram eliminadas todas as habitações subnormais, a maior parte transferida para os municípios vizinhos. Em 1975 o município de Sarandi teve

seu maior crescimento demográfico, quando uma forte geada atingiu o Paraná e contribuiu com a transferência da população rural para a cidade, ocupando ou invadindo áreas sem planejamento ou infraestrutura, assim, a malha urbana se expandiu de forma desconexa, retalhada por agentes imobiliários que viram em Sarandi um território à livre exploração. Paiçandu assistiu também, a partir da década de 1970, ao início de sua expansão urbana pautada na livre ocupação de seu solo por parte dos agentes imobiliários, que retalharam a cidade em loteamentos sem áreas para uso institucional e de lazer. No início de 1990, Maringá mudou de estratégia, pela continuada valorização imobiliária seguida de especulação imobiliária, promovendo, por meio do discurso da renovação urbana, uma alta valorização do solo na área central, originando o projeto urbano Novo Centro para onde se dirigiu forte capital imobiliário. No plano nacional, passamos pela política de planejamento e desenvolvimento urbano do governo FHC, com seu Programa de Arrendamento Residencial (PAR); o Programa Carta de Crédito que financiava aquisição de materiais e imóveis usados e novos; e o PSH- Programa de Subsídios Habitacionais e o Programa Habitar Brasil. Na primeira gestão de Lula (2003-2006), ampliou-se o apoio à baixa renda através da melhoria de assentamentos precários; em 2005, estabeleceram-se as bases da nova Política Nacional de Habitação – PNH; criou-se o Sistema Nacional de Habitação – SNH; fundou-se o Conselho e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS; e ampliou-se do acesso aos recursos do FGTS para moradia e saneamento, aumentando o crédito habitacional. Na segunda gestão de Lula (2007-2010), somou-se aos programas já existentes o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, voltado a obras de *infraestrutura*, saneamento e *transporte*, mas também habitação. Com a crise mundial de 2008, o Governo Federal adotou medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos, para compensar a retração do setor privado; foi lançado em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, com objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional, atendendo as famílias com renda de até 10 salários mínimos. Os municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi tiveram na década de 1990 uma expressiva produção de moradias, com atuação em conjunto do Estado do Paraná, da Companhia Habitacional do Paraná (COHAPAR) e dos municípios. Desta forma, Maringá terminou a década de 1990 com uma produção habitacional de 6.640 unidades, porém de localização periférica. A produção habitacional da década

de 1990 em Sarandi, em termos quantitativos, obteve o mesmo volume de Maringá, procurando oportunizar moradia para absorver o maior crescimento demográfico do Estado, com uma taxa de 4,5% ao ano, mais que o dobro de Maringá, 2,08%, acima da média das demais municipalidades da RMM e ainda da capital do Estado Curitiba com 3,13%. Em Paiçandu, na mesma década, foram colocados à venda 2.000 lotes populares, instalados no extremo leste do perímetro urbano, divisa com Maringá, o que promoveu a conurbação com esta.

Diante do quadro habitacional descrito para a década, foram analisados os impactos desta produção sobre a estrutura social do território, à luz da tipologia socioespacial do aglomerado metropolitano em estudo para o período. Em 10 anos, o número de domicílios cresceu no aglomerado, acompanhando o ritmo do crescimento populacional anual de 2,15%. Em Maringá, o aumento ficou por conta de novos loteamentos e do adensamento populacional de bairros existentes, principalmente na porção noroeste, norte e sudoeste da cidade (tipos Superior médio e Médio); pouca foi a participação de conjuntos habitacionais, podendo destacar apenas 1 empreendimento do PAC ao sul. Em Sarandi, este acréscimo ocorreu nas porções centro e norte, fazendo parte dos tipos Operário Popular e, sobretudo, Popular, onde estão os moradores de ocupações de baixos salários. Estes domicílios surgiram com a abertura de novos loteamentos, como a ocorrida em Maringá, com pouca participação de conjuntos habitacionais. Em Paiçandu, houve aumento de 24% no número de domicílios, parte advinda da migração campo-cidade, quando 43% da população da área rural migraram para a urbana e outras regiões do país.

Os domicílios do tipo apartamento ocupam os tipos socioespaciais Superior médio e Médio, conforme avança para as bordas do município, diminui a densidade e dá lugar ao tipo casa, condomínios verticais e horizontais, unidades unifamiliares e conjuntos habitacionais. O tipo Popular foi ocupado pelo domicílio tipo casa, conjuntos habitacionais, e loteamentos, configurando-se a horizontalidade. No município de Paiçandu com tipologia Popular, existe predominância de domicílios do tipo casa. Em Sarandi a tipologia Operário popular concentrava até 2009 domicílios em unidades horizontais, casas, porém tem surgido desde 2011 a instalação de condomínios horizontais e verticais de médio e alto padrão, bem como bairros voltados à classe média. Em Maringá a produção do PMCMV recebeu grande volume de crédito disponibilizado na região, em 2011, foram disponibilizados

R\$ 1.048 bilhões para o crédito imobiliário em Maringá e nos 120 municípios da região noroeste do Estado, sendo 25,2% a mais que 2010. Em 2012, a média diária de contratações de crédito para compra de imóveis foi de R\$ 5,1 milhões, sendo que a área liberada para construção foi 30% maior que em 2010 e o número de edifícios aprovados para construção cresceu seis vezes em 12 anos. Em Sarandi a produção do MCMV foi de um total de 436 unidades já construídas para a faixa de renda de 0 a 3 s.m., e 470 unidades em construção (estas em área não urbanizada); para a faixa de renda de 3 a 6 s.m. estão sendo concluídas 208 unidades nas porções sul e oeste, distribuídas em 2 empreendimentos, um vertical e outro misto em sistema condominial. O município de Paiçandu, apesar de ter sido contemplado com PMCMV para municípios de até 50 mil habitantes, ainda não há nenhum conjunto habitacional contratado na área urbana.

A análise da organização social do território e a mobilidade urbana foi um estudo dos deslocamentos da população entre municípios mostrando-se fundamental à formulação de políticas públicas em transporte e em circulação urbana. Na Região Metropolitana de Maringá, diariamente, 83.331 pessoas se deslocam entre os seus vinte e seis municípios para trabalho e ou estudo, ou seja, 13% da população em idade ativa em movimento pendular, a maioria com destino a Maringá. Os maiores fluxos de movimento pendular têm origem em Sarandi (que destina todos os dias 19.797 trabalhadores para Maringá), Paiçandu (de onde partem 9.209 trabalhadores) e Marialva (designando 1.654 trabalhadores para o município-polo diariamente); totalizando 30.660 deslocamentos diários para Maringá. Quanto ao estudo do tempo de deslocamento, viu-se que ele está associado à qualidade de vida e diretamente relacionado a uma série de condicionantes da mobilidade urbana, como a qualidade e a frequência do transporte público, a frota de veículos das cidades e o congestionamento. Efetivamente, 57% da população da RMM gasta entre 6min e 30min nos deslocamentos entre casa-trabalho; 23,3% gasta até 5min; e 19,6% gasta mais de 30min. Os municípios da RMM cuja população gasta mais tempo se deslocando são Ourizona, Paiçandu, Sarandi, Itambé e Floresta, onde mais de 25% da população gasta entre 30min e uma hora nos deslocamentos entre casa-trabalho. Em Paiçandu, 37,2% das pessoas consomem mais de meia hora se deslocando; em Sarandi, 33,4% gastam esta faixa de tempo; são estes os municípios que possuem o maior volume de trabalhadores realizando viagens

pendulares no aglomerado. Quanto à diferença de tempo de deslocamento entre cor ou raça, na RMM, existe uma diferença de mais de 10% entre pretos e brancos que realizam deslocamentos de até meia hora; esta diferença cai para cerca de 6% entre brancos e pardos, sendo que os brancos também gastam menos tempo que os pardos. Quanto aos modos de deslocamento, verifica-se que as pessoas com motocicleta e ou automóvel no domicílio gastam aproximadamente o mesmo tempo de deslocamento; e quem não possui automóvel e motocicleta, ou é usuário do transporte coletivo ou dos meios não motorizados de transporte, como a bicicleta, gasta mais tempo se deslocando. Em 2013, os vinte e seis municípios da RMM somavam juntos uma frota de 491.245 veículos; 436.451 para transporte individual de passageiros (89% dos veículos existentes na RMM); 75% dessa frota individual concentram-se na aglomeração urbana composta por Maringá, Sarandi, Marialva e Paiçandu; e 58% estão no município de Maringá. O ônibus é a única opção de transporte integrado na Região Metropolitana de Maringá, são apenas 1.988 ônibus e 960 micro-ônibus para transporte coletivo de passageiros em toda RMM (0,67% do total da frota), isso corresponde a um veículo para cada 199 habitantes; para cada 202 habitantes de Paiçandu há apenas um veículo de transporte coletivo de passageiros; e em Sarandi há 195 habitantes por veículo. Estes índices representam valores muito baixos de unidades, se comparados com Curitiba, por exemplo, que possui um destes veículos para cada 162 habitantes. Na RMM, Maringá é o município com maior índice de veículo de transporte individual de passageiros por habitante, 0,66 veículos por habitante; mas já apresenta sinais de saturação nas ruas. Entre 2003 e 2013, houve um aumento de mais de 196 mil veículos na aglomeração urbana de Maringá, mais de 112%; o aumento da frota de Sarandi nesse período foi de 193,1%; e o de Paiçandu, 178%. Paiçandu teve um aumento de 334,7% em sua frota de motocicletas; Marialva 238,5%; e Sarandi, um aumento de 234,2% em sua frota de motocicletas; dados que evidenciam que esta modalidade de transporte vem sendo utilizada nos deslocamentos pendulares para a cidade polo. Uma só empresa detém o monopólio dos serviços de transporte coletivo de Maringá desde 1978, venceu novamente a licitação dos serviços em 2011, com um prazo contratual de 20 anos, prorrogável pelo mesmo período. O sistema atendia 125 mil passageiros por dia útil em 2010, mas apresenta uma diminuição do número de usuários nos últimos anos,

com redução do número total de passageiros em taxa anual média de -0,78% ao ano. A médio e longo prazos são previstas construções de terminais de bairro e corredores exclusivos de ônibus.

O Índice de bem-estar urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá foi construído pelo Observatório das Metrôpoles (2013) e analisado neste estudo de forma sistemática. O conjunto de informações sobre as condições urbanas de vida nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Maringá foi analisado de modo a identificar se as condições urbanas em cada Área de Ponderação da RMM se diferenciam e se essas diferenças guardavam alguma relação com outras características socioespaciais do território. Assim, o trabalho mostrou como o IBEU é importante para lidar com o conjunto das desigualdades sociais que o território urbano pode expressar.

A análise do IBEU da RMM mostrou as desigualdades existentes nas áreas de ponderação em relação às condições urbanas de vida nas cidades da região, onde há áreas que se destacam por altos índices de bem estar urbano (numa escala de 0, a 1): de 0,901 a 1,000 e 0,801 a 0,900 e, de outro, áreas com índices muito baixos: de 0,501 a 0,700 e 0,001 a 0,500. O estudo evidenciou que os maiores problemas se relacionam às dimensões de atendimento de serviços coletivos urbanos e de infraestrutura urbana. E também o que é recorrente em todos os outros capítulos que compõem este livro: que os espaços urbanos com os melhores índices nas cinco dimensões e, conseqüentemente com os mais elevados índices de bem-estar urbano, se localizam na cidade de Maringá, principalmente na área central. O contrário também é verdadeiro, mostrou que os espaços que apresentam os piores resultados se localizam em áreas dos municípios conurbados com a cidade polo, Paçandu e Sarandi, além do município de Bom Sucesso que está isolado e distante do polo metropolitano e apresenta o IBEU mais baixo da região. Ou seja, o IBEU evidenciou um padrão desigual de urbanização regional no território metropolitano, com o polo abastecido de recursos e as periferias de carências de toda ordem. Disto os autores deduzem a necessidade de formulação e implementação de uma política urbana metropolitana que garanta a governabilidade desse território local e nacionalmente, sob pena destas áreas continuarem reprodutoras do mesmo padrão desigual ou da manutenção da desigualdade social que vem caracterizando os territórios metropolitanos brasileiros, que vem caracterizando o país que se mantém capturado na lógica capitalista periférica.

Também são analisados os dados do IBEU na Região Metropolitana de Maringá no que se refere à arborização, destacando a vulnerabilidade socioambiental no marco da Mudança climática. A análise das *condições ambientais urbanas* (D2), uma das dimensões do IBEU (Índice de Bem-estar Urbano), é feita a partir de 3 (três) indicadores a saber: *arborização*; *esgoto a céu aberto* e *lixo acumulado*, que são medidos sempre no entorno dos domicílios. A partir do efeito de retroalimentação no sistema ambiental urbano, quando a superfície dos edifícios ou do solo se aquece e um grande número de mudanças ocorre na atmosfera, pode-se deduzir o quanto os materiais utilizados nas construções e nos mobiliários urbanos desempenham importante papel nas dinâmicas ambientais produzidas nas cidades. Por isso o autor procura estabelecer, dentro do paradigma da mudança climática, a relação entre retroalimentação, vulnerabilidade socioambiental e evolução do sistema urbano, particularmente na RMM. Quando ocorrem mudanças climáticas, como as chuvas, o ambiente urbano pode ser impactado por eventos extremos que afetam, principalmente, as pessoas, seus bens, os serviços e a infraestrutura urbana. Esse processo pode ser traduzido em graus de vulnerabilidade ambiental do sistema urbano, com consequências mais amplas, que afetam transversalmente os diferentes grupos sociais que nela habitam; e se há carência de árvores no passeio público, este fato diz respeito a uma situação de maior vulnerabilidade indicado no IBEU-D2. O autor lembra que o risco ambiental e a degradação ambiental não estão associados à pobreza quando se fala em ambiente urbano, em cenários de mudança climática e principalmente se o foco é a análise da retroalimentação num sistema complexo; mas sim todos nós moramos nas cidades, o que termina tocando diretamente na questão da qualidade da governança local. Por isso é importante, para o autor, modelar a retroalimentação no ambiente urbano e incluir este no debate a respeito da vulnerabilidade na pauta das políticas públicas.

Apresenta-se o IBEU-D2 a partir do histórico da RMM, que um dia foi um território coberto por espécies do Bioma da Mata Atlântica, mas que foi desmatada, a partir da década de 1940, com a técnica da “limpeza das terras”, o desmatamento com a queima da floresta. E aponta os efeitos imediatos: a intensificação dos processos erosivos do solo; a perda de biodiversidade tanto da flora quanto da fauna; a erosão dos canais dos cursos de água; e as *nuvens de poeira* que frequentemente invadem as cidades. A Companhia Melhoramentos Norte do

Paraná desenvolveu como medida paliativa na cidade de Maringá o projeto do Horto Florestal, que serviria de viveiro base para implantar uma barreira verde, objetivando diminuir os efeitos negativos do desflorestamento percebidos na área urbana. O autor finaliza reconhecendo que há uma carência de planos de arborização municipal, de um documento imprescindível para o correto planejamento e gestão das árvores urbanas, plano este que seria um marco do processo de planejamento participativo, que deveria contribuir efetivamente na redução dos efeitos do aumento de temperatura previstos no cenário de mudança climática.

Os conteúdos analisados até esta segunda seção do livro, mostram que nem todas as mudanças ocorreram ao mesmo tempo em todos os espaços, e que não existe transformação homogênea na estrutura e na organização social do território maringaense. A dinâmica de estratificação sócio-ocupacional engendra desigualdades de maneira heterogênea, um organismo mutante, muda e recria na história a estrutura dos seus padrões de organização social, nutrindo núcleos de bens urbanos e circunscrevendo a periferia na força de trabalho. As oportunidades de trabalho estão no polo, mas o dormitório está no município vizinho; a política habitacional operária popular mobiliza-se nos poucos ônibus de linha intermunicipal, mas a política do mercado imobiliário e de outros mais demarca todos os cantos do território com as placas de sua empresa central.

A última parte deste livro se inscreve na linha 3 do projeto citado e aborda o eixo temático da governança urbana e gestão metropolitana na Região Metropolitana de Maringá. A questão foi caracterizada por meio de análise da discrepância entre a metrópole como território funcional e a metrópole como território institucional, ou seja, o território enquanto escala de governo. Em termos funcionais os pressupostos indicaram que a metrópole é um território integrado como escala de produção, distribuição e acumulação de riqueza e de reprodução social. Mas que, no entanto, enquanto território institucional é fragmentado em termos do papel das instâncias de governo que devem assegurar – juntamente com o mercado – as condições necessárias a que estas duas funções sejam plenamente realizadas.

Tal dissociação decorre das incompatibilidades entre a “geografia economia, a geografia social e a geografia institucional”. Diante das dificuldades de ajustar a geografia institucional, redesenhando as escalas e competências de governo, a saída é a busca de um sistema

de cooperação entre os municípios, mas também entre os atores da economia e da sociedade. Nesse sentido foi sistematizado um conjunto de argumentos como justificativa para o planejamento e gestão compartilhados de políticas públicas que atendam aos interesses comuns a diversas municipalidades de uma aglomeração dessa natureza. Ficou evidenciado que uma tal configuração de arranjos institucionais tem a virtude de transformar o “fazer política” nas áreas metropolitanas brasileiras. Pois, a metrópole deve ser o lugar que agrega interesses em comum, onde forças sociais políticas se unifiquem em torno de objetivos coletivos.

Por fim, se analisa a gestão metropolitana e a sua construção por meio de experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Maringá. Estas experiências de associativismo territorial foram contadas por meio de diálogos entre as histórias, enredos, entrevistas e documentos, bem como através de imagens e de registros que dão visibilidade às memórias, referentes ao Consórcio Intermunicipal da Associação de Municípios do Setentrião Paranaense (CISAMUSEP), da Coordenadoria Metropolitana de Maringá (COMEM), do Parlamento Metropolitano e do APL de Confeções etc. Conclui-se que não existe gestão metropolitana na RMM, mas há ações de cooperação intermunicipal e de cooperação interfederativa, tais como as políticas de integração parcial do transporte urbano com o metropolitano, o consórcio público de saúde (CISAMUSEP) e iniciativas de promoção do desenvolvimento da economia local. O diálogo intergovernamental estabelece-se em diferentes setores liderados pelas mesmas instituições, AMUSEP, CODEM e ACIM. A instituição mais efetiva é a AMUSEP, por meio da atuação do CISAMUSEP. Quanto a COMEM, trata-se de um departamento do governo do estado desprovido de institucionalidade de fato; ela não tem consolidado os espaços de representação política e social, por meio da constituição dos Conselhos Consultivo e Deliberativo e também através das Câmaras Técnicas; sua inserção política e social ocorreu como integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico do município de Maringá (CODEM); no entanto, a COMEM se encontra desprovida de recursos técnicos e políticos para auxiliar na construção de práticas de gestão metropolitana. O APL de confeções pensa o desenvolvimento econômico no âmbito macrorregional (liderado pelos sindicatos do setor, pelo CODEM e pela ACIM), envolvendo parte do território metropolitano, Maringá, Sarandi e Paiçandu. Além dessas políticas, vinculadas a dife-

rentes ações de associativismo territorial, na RMM estão inscritas outras três na modalidade comitê de bacia hidrográfica, apenas o Comitê de Bacia do Rio Pirapó (CBRP) possui sede nesta RM, mas embora este comitê esteja legalmente constituído, ele se revela inoperante. O território funcional é parcialmente gerido por meio do CISAMUSEP e da política de mobilidade urbana; as cidades que estão contempladas por todas as ações de associativismo territorial existentes na RMM são Maringá, Sarandi e Paiçandu; o município de Jandaia do Sul, por não se constituir como membro da AMUSEP, apenas compartilha com o polo o serviço de tarifa telefônica local. Os fatores que limitam as ações de gestão e de governança metropolitana são: 1) há segmentação de políticas e não há constituição de ações intersetoriais; 2) ausência de legitimidade do órgão metropolitano (Governo do Estado); 3) cooperação intergovernamental tímida; 4) desconfiguração metropolitana (território funcional) devido ao excesso de municípios e aos Planos Macrorregionais; e, 5) não há Planos Diretores integrados.

O protagonismo da cidade pelo perpassa todos os temas abordados nesse livro e se explicita no conjunto dos dados empíricos apresentados. Confirma-se, deste modo, o que a literatura urbana vem afirmando, em especial com Harvey e Lefebvre, que as áreas metropolitanas – brasileiras e de todos os demais países – são territórios esquecidos pelo Estado, sendo as decisões acerca dos investimentos públicos localistas, voltados aos interesses do município sede das regiões metropolitanas, que se mantém no comando de todas as definições. Isto porque não existe, efetivamente, uma autoridade pública de base metropolitana, pois esse território é totalmente fragmentado pela desigualdade de suas condições reais e cotidianas, pela inexistência dos bens públicos básicos, aqueles que interessam a todos, sem beneficiar ninguém especificamente, aqueles que garantam a todos os componentes uma condição básica de igualdade suficiente para o estabelecimento de uma relação horizontal e não hierarquizada entre os participantes.

A estrutura social da RMM é marcada por uma polarização entre estratos superiores e estratos inferiores da sociedade e, portanto, uma estrutura claramente dual. Nessa linha a análise da estrutura social da Região Metropolitana de Maringá foi possível compreender: a) o sentido dos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho; e, b) se há alteração na oposição entre as classes sociais; e, b) se ocorre o surgimento de uma nova estrutura social, marcada por essa crescente polarização entre estratos superiores e inferiores da so-

cidade. A polêmica que alimenta o debate está centrada nos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho, com significativas alterações na oposição entre as classes sociais, que marcou a era industrial fordista, e o surgimento de uma nova estrutura social, marcada por uma crescente polarização entre estratos superiores e inferiores da sociedade. Essas questões estão no centro das discussões sobre a *global city* (Sassen, 1998), cuja hipótese central é a existência de nexos estruturais entre as mudanças em curso na economia e a intensificação da dualização social. Nesse processo em que o Setor Terciário estaria assumindo predominância frente a processos simultâneos de modernização e relativa retração no emprego do Setor Secundário, haveria igualmente uma reconfiguração e um encolhimento das classes médias, tendo em vista as mudanças na estrutura produtiva e nos padrões organizacionais e tecnológicos.

A estrutura social, alicerçada na indústria da informação, em especial nas grandes metrópoles, estaria assentada, de um lado, na existência de profissionais altamente qualificados e bem remunerados e, de outro, em um contingente de trabalhadores menos qualificados e de não menos importância, como secretárias, faxineiros e trabalhadores de manutenção, configurando uma estrutura social no formato de ampulheta.

Depreende-se dessa descrição que a composição sócio-ocupacional na região maringense sofreu alterações significativas relacionadas a algumas áreas da economia e algumas mudanças na estrutura social da RMM se destacaram no período das duas décadas analisadas, entre 1991 a 2010: i) o crescimento dos empregados e professores de nível superior; ii) a queda do número de pequenos empregadores; iii) o aumento das ocupações de escritório, de supervisão e as técnicas; iv) a diminuição do número de prestadores de serviços especializados; em oposição a isso; v) o aumento dos trabalhadores nos serviços auxiliares e de prestadores de serviços não especializados; e vi) a queda no número de empregados domésticos, de ambulantes e de biscateiros. Ou seja, a região metropolitana de Maringá compõe-se de uma estrutura ocupacional que reflete uma economia regional forte, igualmente atrelada ao terciário e ao secundário, mas quase insignificamente às atividades primárias.

A RMM é uma área metropolitana que se aproxima bastante do modelo que a literatura urbana nacional classifica como metrópole liberal-periférica. Nossos estudos locais identificaram que há neste ter-

ritório metropolitano estreita relação entre a hierarquia social e as desigualdades, observadas nas categorias sócio-ocupacionais onde a hierarquia da estrutura social metropolitana se mostra claramente polarizando as ocupações do topo e da base: a RMM é uma metrópole liberal periférica e; a pobreza continua a morar ao lado (RODRIGUES, 2004).

A característica que identifica a especialidade maringense com a metrópole liberal periférica se assenta em indícios como, por exemplo, as formas de acesso à terra/moradia somente pelo mercado (ver capítulo 8); Maringá (a cidade polo) sempre foi assim e esta é uma característica específica que se aprofundou ainda mais na última década de 2000 a 2010; Maringá, se constitui numa área exportadora, especialmente de soja, carne, alimentos, num processo de forte internacionalização da economia. Desde a sua origem, a RMM se caracteriza por produzir para a exportação. Café, na agricultura tradicional; soja, na moderna; e, agora, açúcar e etanol. Mas, no início da última década, exportava menos do que importava e, no final da década, era a 19^a. no ranking brasileiro de exportação; em 2014 ocupa a 15^a posição. Essa transformação repercute diretamente na tipologia sócio-ocupacional que mostra claras transformações nas categorias dos trabalhadores da indústria e, portanto, sobre o cenário das desigualdades sociais, pois a ação política e econômica local participa e reproduz localmente a redução do emprego, vivenciando a situação nacional de pleno emprego e de redução das desigualdades em função de políticas nacionais, mas isso não reduz as desigualdades que marcam a estrutura social dessa região desde sua gênese. Em sentido contrário, há aumento da concentração de renda e da distância entre os que estão no topo e os da base da hierarquia social regional metropolitana.

AUTORES

Amália Maria Goldberg Godoy – Bacharelado em Ciências Econômicas pela UEM, Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR; docente voluntário na Universidade Estadual de Maringá – Maringá-Paraná; e professor convidado na Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR- Curitiba – Paraná. E-mail: amalia.godoy@gmail.com, telefone: 041-3527-3842. Rua Epaminondas Santos, 1687, sobrado 08, 82820-090 – Curitiba-PR.

Ana Carolina Torrente Pereira – Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá e em Turismo pela Universidade Federal do Paraná com Mestrado em Ciências Sociais; Professora da Secretaria de Educação do Estado do PR e Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles Núcleo UEM/ Maringá; email: anacarol_torrente@hotmail.com; tel: (44) 9943-1840; Rua Prof. Itamar Orlando Soares, 89 – apto 15, CEP: 87020-270 – Maringá/PR

Ana Lúcia Rodrigues – Graduada em Ciências Sociais pela FAFICLA-Arapongas com mestrado em Filosofia e doutorado em Sociologia pela PUC-SP e pós-doutorado em Urbanismo pela FAU-USP; professora Associada da Universidade Estadual de Maringá-PR/Brasil, no Departamento de Ciências Sociais onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e o núcleo local do Observatório das Metrôpoles; alrodrigues1962@gmail.com, fone 44-9912-8996; Rua Vaz Caminha, 793, CEP 87010-420/Maringá-PR.

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra – Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Curitiba, PR, anaelcintra@ipardes.pr.gov.br.

Beatriz Fleury e Silva – Arquiteta Urbanista pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Engenharia Urbana – UFSCar, professora assistente da Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Maringá, Paraná, Brasil, bfsilva@uem.br, 44-30115813. Av. Colombo, 5.790. Jd Universitário. CEP 87020-900.

Cledina Regina Lonardon Accorsi – Graduada em Ciências Sociais pela FAFICLA-Arapongas com mestrado em Filosofia e doutorado em Sociologia pela PUC-SP e pós-doutorado em Urbanismo pela FAU-USP; professora Associada da Universidade Estadual de Maringá-PR/Brasil, no Departamento de Ciências Sociais onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e o núcleo local do Observatório

das Metr6poles; alrodrigues1962@gmail.com, fone 44-9912-8996; Rua Vaz Caminha, 793, CEP 87010-420/MARINGÁ-Pr.

Cristine Palma Zochio – Graduada em Ci4ncias Sociais pela Universidade Estadual de Maringá com Mestrado em Ci4ncias Sociais/2014. Pesquisadora do Observat6rio das Metr6poles N6cleo UEM/ Maringá; email: cp-zochio@yahoo.com.br; (14) 9978-43768; Rua Jos4 da Silva Matos, 350 – Casa 24 – Jardim Tropical – CEP 17516-540 – Marília, S4o Paulo, Brasil.

Elise Savi – Arquiteta e urbanista, mestre em arquitetura e urbanismo (PPU/ UEM – UEL), arquiteta da Secretaria de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura do Munic6pio de Maringá, pesquisadora associada do Observat6rio das Metr6poles, Maringá, Paran4, Brasil, elisesavi@gmail.com, 4430114287, Avenida Colombo, 5790, Bloco 05, Cep: 87020-900.

Fabiola Castelo de Souza Cordovil – Arquiteta e urbanista, Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, professora, Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Maringá, Paran4, Brasil, fabiolacordovil@gmail.com, 4430114429, Avenida Colombo, 5790, Bloco 32, Cep: 87020-900.

Helena Maria Ramos dos Santos – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Pol6ticas P6blicas pela UEM e Assistente Social da Universidade Estadual de Maringá, pesquisadora do Observat6rio das Metr6poles- N6cleo UEM- Maringá/PR. Fone: (44) 9112-0627 e 3011-3872. Endereço para correspond4ncia: Rua 10 de Maio n6 111, bloco 01, ap. 204. Zona 07 Maringá/Paran4, CEP 87030- 230; e-mail: hmrsantos@uem.br.

Jeferson Soares Damascena – Graduaço em Administraço (UEM) e Mestrado em Ci4ncias Sociais pela UEM; Coordenador dos cursos de Marketing e Secretariado Executivo na Faculdade Metropolitana de Maringá; consultor da Ag4ncia de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paran4 (ADEOP); jefersonsd@yahoo.com.br, fone: 044-9937-9795- 3346-1290; Rua Paranagu4, 565, bloco 6, apto 1, Zona 07, CEP: 87.020-190/ Maringá-Pr- Brasil.

Jorge Ulises Guerra Villalobos – Advogado, professor de planejamento e gest4o do territ6rio no Departamento de Geografia – Universidade Estadual de Maringá. Avenida Colombo, n6 5.790. Doutor em Geografia Universidade de S4o Paulo. Coordenador do projeto de pesquisa “Observat6rio Ambiental: an4lise ambiental no territ6rio paranaense na sociedade de risco”. E-mail: villalobos.uem@gmail.com. Tel (44) 9935-7160.

Luci Nychai – Graduada em Ci4ncias Econ6micas pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, doutoranda em Economia pela Universidade Estadual

de Maringá. Professora do Departamento de Economia da UNICENTRO – Guarapuava – Paraná – Brasil. E-mail: nychai@ibest.com.br. Rua Barão do Capanema, n. 70. – Apto 31 – Bloco 01 – Condomínio Ouro Branco – Santa Cruz – CEP 85015-420 – Guarapuava – PR.

Lucília Amaral Fontanari – Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba. Mestre em Ciências da Saúde e Assistente Social da Universidade Estadual de Maringá, pesquisadora do Observatório das Metrôpoles- Núcleo UEM- Maringá/PR. Fone: (44) 9973 3398 e 3011-4435; Endereço para correspondência: Rua Kingston nº 300, Jardim Canadá, Maringá/Paraná CEP 87080-090; e-mail: lafontanari@yahoo.com.br.

Luiz Donadon Leal – Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá com Mestrado em Educação é Psicólogo escolar da Unidade de Psicologia Aplicada da UEM e pesquisador do Observatório das Metrôpoles Núcleo UEM/Maringá; e-mail: ldleal@uem.br; tel: (44)3011-4287; Rua Assaí 760, CEP 87005-110, Maringá, Paraná, Brasil.

Paulo Roberto de Souza – Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestre em Direito das Relações Sociais (UEL), Doutor em Direito das Relações Sociais (UFPR) e Professor Adjunto no Departamento de Direito Privado e Processual da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-Paraná-Brasil; prsouza@uem.br, fone 44-3029-3799; Rua Luiz Gama, n. 57, ap. 1001, Zona 01, CEP 87014-110, Maringá-Paraná. Brasil.

Ricardo Dias Silva – Arquiteto Urbanista pela Universidade Estadual de Londrina, Doutor em Arquitetura e Urbanismo – USP, professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Maringá, Paraná, Brasil, rdsilva@uem.br, 44-30115813. Av. Colombo, 5.790. Jd Universitário. CEP 87020-900.

Sueli de Castro Gomes – Bacharel e Licenciada em Geografia, Graduação, Mestrado, Doutorado pela Universidade de São Paulo, Doutora em Geografia Humana, Professora Adjunta na Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Geografia, Maringá-Paraná. Brasil; email: suelicgomes@superig.com.br; (44) 32258736- (44) 84168964 – Rua São João, 250 – Apto 402 – CEP: 87030-200.

Wesley Ferreira de Souza – Licenciado em Geografia com Bacharelado em andamento pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Bolsista do MEC/PROEXT, assistente de pesquisa no Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá, email: wesley.geo@hotmail.com, fone (44)3023-0514/9970-2584; Rua Policial Dulce Juvêncio, 232, Conjunto Requião III – Maringá – PR.

William Antonio Borges – Graduado em Administração na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Doutor em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP, Professor Adjunto no Departamento de Administração e no Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da UEM e Pesquisador no Observatório das Metrópoles, Núcleo Região Metropolitana de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: waborges@uem.br. Telefone: (44) 3011-4906. Celular: (44) 9825-8130. R. Paranguá, 565, bloco 1, apto 14, zona 07, Maringá-PR.

Esta obra foi impressa em processo digital,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel Pólen Soft 80g/m²
e a fonte ITC-NewBaskerville corpo 11 com entrelinha 14.
Rio de Janeiro, abril de 2015.